ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 184

Brasília - DF, sexta-feira, 23 de setembro de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 12
Ministério da Cultura 14
Ministério da Defesa 17
Ministério da Educação 22
Ministério da Fazenda 22
Ministério da Integração Nacional 38
Ministério da Justiça 38
Ministério da Previdência Social 43
Ministério da Saúde 44
Ministério das Cidades 45
Ministério das Comunicações 45
Ministério de Minas e Energia 55
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 68
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 68
Ministério do Esporte 69
Ministério do Meio Ambiente 69
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 69
Ministério do Trabalho e Emprego 70
Ministério dos Transportes 71
Conselho Nacional do Ministério Público 71
Ministério Público da União 74
Tribunal de Contas da União 101
Poder Judiciário 177
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 202

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 291, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Primeira Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova Iorque, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Primeira Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova Iorque, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de setembro de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 02.06.2011.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 292, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de setembro de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 02.07.2011.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 293, DE 2011(*)

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo Adicional, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de setembro de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Protocolo acima citado está publicado no DSF de 12.07.2011.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 294, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de setembro de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 06.08.2011.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2011

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 540,** de 2 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2011, que "Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA; dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 22 de setembro de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 40, DE 2011

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2001, a **Medida Provisória nº 541,** de 2 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2011, que "Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação, altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 22 de setembro de 2011
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.569, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Promulga o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, firmado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão celebraram, em Brasília, em 28 de maio de 2009, um Acordo de Cooperação Técnica nas áreas de educação, saúde, proteção ambiental, servicos de utilidade, gestão de recursos hídricos, inovação tecnológica, agricultura, energia, telecomunicação e outras áreas definidas pelas partes;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 139, de 2 de junho de 2011; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 9 de junho de 2011, nos termos do parágrafo 1º de seu Artigo XII;

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo de Cooperação Técnica entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, firmado em Brasília, em 28 de maio de 2009, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de setembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

MICHEL TEMER
Ruy Nunes Pinto Nogueira

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Uzbequistão
(doravante denominadas "Partes"),

Com vistas a fortalecer os laços de amizade existentes entre seus povos;

Considerando o interesse mútuo em estimular o desenvolvimento social e econômico de seus respectivos países;

Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento sustentável de cooperação entre as Partes;

Reconhecendo as vantagens recíprocas da cooperação técnica em áreas de interesse comum, e

Desejosos de desenvolver cooperação que estimule o progresso técnico,

Acordaram o seguinte:

Artigo I

O presente Acordo tem por objeto promover a cooperação técnica nas seguintes áreas consideradas prioritárias pelas Partes:

a) educação;

b) saúde;

c) proteção ambiental;

d) serviços de utilidade;

e) gestão de recursos hídricos;

f) inovação tecnológica;

g) agricultura;

h) energia;

i) telecomunicação;

j) e outras áreas definidas pelas Partes.

Artigo II

Com o intuito de realizar os objetivos do presente Acordo, as Partes podem se beneficiar de mecanismos de cooperação trilateral, por meio de parcerias triangulares com outros países, organismos internacionais ou agências regionais.

Artigo III

1. Os projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de Programas Executivos.

2. Igualmente por meio de Programas Executivos, serão definidas as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os componentes necessários à implementação dos mencionados projetos.

3. Dos programas e projetos a serem desenvolvidos ao amparo do presente Acordo, poderão participar instituições dos setores público e privado, assim como organizações não- governamentais, conforme acordado por meio de Programas Executivos.

4. De acordo com as respectivas leis e regulamentos, as Partes contribuirão, em conjunto ou separadamente, para a implementação dos programas e projetos aprovados, bem como poderão buscar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e outros doadores.

Artigo IV

1. As Partes deverão convocar reuniões periódicas, a fim de lidar com questões relacionadas com os projetos de cooperação técnica, tais como:

a) avaliar e definir áreas prioritárias comuns nas quais seria viável a implementação de cooperação técnica;

b) estabelecer mecanismos e procedimentos a serem adotados pelas Partes;

c) examinar e aprovar Planos de Trabalho;

d) analisar, aprovar e acompanhar a implementação dos programas, projetos e atividades de cooperação técnica; e

e) avaliar os resultados da execução dos programas, projetos e atividades implementados no âmbito deste Acordo.

2. O local e a data das reuniões serão acordados por via diplomática.

Artigo V

Cada uma das Partes garantirá que os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo não serão divulgados nem transmitidos a terceiros sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte.

Artigo VI

Nos termos das respectivas leis e regulamentos, cada Parte deverá fornecer ao pessoal da outra Parte o necessário apoio logístico, relacionado com a sua acomodação, facilidades de transporte, acesso às informações necessárias para a execução de suas tarefas específicas, as quais serão detalhadas pelos Programas Executivos.

Artigo VII

1. Cada Parte concederá ao pessoal designado pela outra Parte, para exercer suas funções no seu território, no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando for o caso, com base na reciprocidade de tratamento, desde que não se trate de cidadãos de qualquer das Partes em seu próprio território ou de estrangeiros com residência permanente:

a) vistos, conforme as regras aplicáveis por cada Parte, solicitados por canal diplomático;

b) isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os primeiros seis meses de estada, com exceção de taxas relativas a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos, destinados à primeira instalação, sempre que o prazo de permanência legal no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos deverão ser reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;

c) isenção e restrição idênticas àquelas previstas na alínea "b" deste Artigo, quando da reexportação dos referidos bens;

d) isenção de impostos sobre renda quanto a salários a cargo de instituições da Parte que os enviou. No caso de remunerações e diárias pagas pela instituição que os recebe, será aplicada a legislação do país anfitrião, observados os acordos de bitributação eventualmente firmados entre as Partes;

e) imunidade jurisdicional no que concerne aos atos de ofício praticados no âmbito deste Acordo; e

f) facilidades de repatriação em situações de crise.

2. Nos casos em que os objetos de uso pessoal, incluindo veículos automotores, não sejam reexportados, os proprietários são obrigados a pagar os impostos de importação e demais taxas de que foram originalmente isentos.

3. A seleção do pessoal será feita pela Parte que o envie e deverá ser aprovada pela Parte que o recebe.

Artigo VIII

O pessoal enviado de um país a outro, no âmbito do presente Acordo, deverá atuar em função do estabelecido em cada projeto e estará sujeito às leis e regulamentos vigentes no território do país anfitrião.

Artigo IX

1. Os bens, equipamentos e outros itens eventualmente fornecidos por uma Parte à outra para a execução de projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo, e definidos nos Programas Executivos, serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos estabelecidos pela legislação das Partes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. Ao término dos projetos, todos os bens, veículos e equipamentos que não tiverem sido doados à outra Parte pela que os forneceu serão reexportados com igual isenção de direitos de importação e exportação e outros impostos, com exceção de taxas e encargos relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

3. No caso da importação ou exportação de bens, veículos automotores ou equipamentos destinados à execução de programas e projetos desenvolvidos no âmbito do Acordo, a instituição pública encarregada da execução será responsável pelas medidas necessárias à liberação alfandegária dos referidos bens.

Artigo X

O presente Acordo poderá ser emendado por mútuo consentimento das Partes, por escrito, por meio de Notas Diplomáticas.

Artigo XI

Qualquer controvérsia surgida da implementação ou da interpretação do presente Acordo deverá ser dirimida amigavelmente por consultas diretas entre as Partes, por meio de canais diplomáticos.

Artigo XII

1. Cada Parte notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, que terá vigência a partir da data de recebimento da última dessas notificações.

2. O presente Acordo terá vigência de cinco (5) anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes manifeste, por via diplomática e por escrito, sua intenção de denunciá-lo com pelo menos seis (6) meses de antecedência da data de expiração do período correspondente.

3. O presente Acordo pode ser denunciado por qualquer uma das Partes, a qualquer tempo, por meio diplomático. Em caso de denúncia do presente Acordo, as Partes deverão decidir conjuntamente sobre a continuidade ou não das atividades que se encontrem em execução, incluindo as cooperações triangulares com outros Estados.

Feito em Brasília, em 28 de maio de 2009, em dois originais, nos idiomas português, uzbeque e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Ministro das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil,
Embaixador Celso Amorim

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO UZBEQUIZTÃO

Primeiro Vice Primeiro Ministro, Ministro das Finanças
da República do Uzbequistão,
Senhor Rustam Azimov

Presidência da República

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 400, de 22 de setembro de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, assinado no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Exposição de Motivos

Nº 230, de 29 de agosto de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes ao país abaixo relacionado:

Estados Unidos da América:

- aeronave tipo C-130, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de carga e de passageiros, com a seguinte programação no mês de setembro de 2011:

dia 24 - procede de San Juan, Porto Rico, pousa em Recife; e

dia 25 - decola de Recife com destino às Ilhas Ascensão, Inglaterra; e

- aeronave tipo C-130, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de carga e passageiros, com a seguinte programação, no mês de outubro de 2011:

dia 7 - procede das Ilhas Ascensão, Inglaterra, pousa em Recife; e

dia 8 - decola de Recife com destino a San Juan, Porto Rico.

Autorizo. Em 22 de setembro de 2011.

Nº 236, de 8 de setembro de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos países abaixo relacionados:

1) **Estado Plurinacional da Bolívia:**

- aeronave tipo BEECHCRAFT B-1900, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de evacuação aeromédica, com a seguinte programação, no mês de setembro de 2011:

dia 3 - procede de La Paz, Bolívia, pousa em Guarulhos e prossegue com destino a La Paz.

2) **Burkina Fasso:**

- três aeronaves tipo E-314, pertencente ao Exército do Ar daquele país, em missão de traslado, com a seguinte programação, no mês de setembro de 2011:

dia 5 - decolam de Gavião Peixoto, pousam em São José dos Campos;

dia 6 - decolam de São José dos Campos, pousam em Recife;

dia 7 - decolam de Recife, pousam em Fernando de Noronha; e

dia 8 - decolam de Fernando de Noronha com destino a Praia, Cabo Verde.

3) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo C-32B, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de voo de experiência, com a seguinte programação, no mês de setembro de 2011:

dia 8 - procede de San Juan, Porto Rico, com destino a Assunção, Paraguai; e

dia 9 - procede de Assunção com destino às Ilhas Virgens, Estados Unidos da América.

Homologo. Em 22 de setembro de 2011.

Nº 237, de 13 de setembro de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes ao país abaixo relacionado:

República Francesa:

- aeronave tipo TRANSALL C-160, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de carga, com a seguinte programação, no mês de setembro de 2011:

dia 13 - procede de Dakar, Senegal, pousa em Fortaleza e destino a Caiena, Guiana Francesa;

dia 15 - procede de Caiena, pousa em Fortaleza; e

dia 16 - decola de Fortaleza com destino a Dakar; e

- aeronave tipo C-160, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de material bélico, com a seguinte programação, no mês de setembro de 2011:

dia 19 - procede de Fort-de-France, Martinica, pousa em Fortaleza; e

dia 20 - decola de Fortaleza com destino a Dakar.

Homologo. Em 22 de setembro de 2011.

Nº 238, de 13 de setembro de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronave estrangeira pertencente ao país abaixo relacionado:

Estados Unidos da América:

- aeronave tipo BE 20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de traslado de aeronave, com a seguinte programação, no mês de agosto de 2011:

dia 26 - decola de Brasília, pousa em Campos Belos, em Jaciara e em Formosa e retorna para Brasília.

Homologo. Em 22 de setembro de 2011.

Nº 239, de 13 de setembro de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos países abaixo relacionados:

1) **República Argentina:**

- aeronave tipo C-130, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de carga, com a seguinte programação, no mês de setembro de 2011:

dia 6 - procede de El Palomar, Argentina, pousa em Manaus e decola com destino a Porto Príncipe, Haiti;

dia 9 - procede de Porto Príncipe, pousa em Manaus; e

dia 10 - decola de Manaus com destino a El Palomar.

2) **República Francesa:**

- aeronave tipo CASA CN235, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de tropa para participar das solenidades alusivas à data nacional do Brasil em Belém e Macapá, com a seguinte programação, no mês de setembro de 2011:

dia 6 - procede de Caiena, Guiana Francesa, pousa em Macapá e retorna a Caiena. Procede de Caiena e pousa em Belém; e

dia 8 - decola de Belém com destino a Caiena. Procede de Caiena, pousa em Macapá e retorna a Caiena.

Homologo. Em 22 de setembro de 2011.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 19 de setembro de 2011

Entidade candidata: AR VALID, vinculada à AC SERPRO RFB
Processo nº: 00100.000261/2011-62
Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI 108/2011 e consoante o Parecer ICP 063/2011-APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR VALID, vinculada à AC SERPRO RFB, com instalação técnica situada na Avenida Ibirapuera, nº 2332, 8º andar, Torre II, Indianópolis, São Paulo-SP, para as Políticas de Certificados credenciadas.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RECOMENDAÇÃO Nº 3, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010

Recomenda a formalização de Termo Aditivo aos Termos de Parceria n° 004/2010 e 005/2010, celebrados entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, e a Associação Programa Um Milhão de Cisternas - AP1MC com repasse de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) para a construção de 8.000 tecnologias sociais de acesso á água para a produção de alimentos e de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para a construção de 20.000 cisternas de água para consumo, respectivamente.

O CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA, no uso de suas atribuições legais definidas no Artigo 11 da Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, e no Artigo 2º do Decreto 6.272, de 23 de novembro de 2007,

Considerando o disposto no Art. 10, § 1º, da Lei 9.790 de 23 de março de 1999, que determina a consulta aos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes para celebração de termos de parceria;

Considerando a relevância do acesso à água na melhoria da segurança alimentar e nutricional da população dispersa do semiárido e a reconhecida importância da construção das cisternas para viabilizar este acesso;

Considerando a necessidade de ampliar as ações de convivência com o semiárido no sentido de universalizar o programa de construção de cisternas pelo P1MC, cuja efetividade é amplamente reconhecida;

Considerando que a formalização dos referidos Termos Aditivos aos respectivos Termos de Parceria (004/2010 - água para o consumo humano e 005/2010 - água para produção de alimentos) os quais contribuirão para as metas do Plano Brasil sem Miséria para a erradicação da extrema pobreza;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RECOMENDA a formalização de Termo Aditivo aos Termos de Parceria n° 004/2010 e 005/2010 celebrados entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, e a Associação Programa Um Milhão de Cisternas - AP1MC, com repasse de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) para a construção de 8.000 tecnologias sociais de acesso á água para a produção de alimentos e de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para a construção de 20.000 cisternas de água para consumo.

RENATO S. MALUF
Presidente

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 98, de 25 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 2011, Seção 1, página 2),

No art . 1º:

onde se lê: "... Aprovar a outorga à iniciativa, na modalidade ...", **leia-se:** "... Aprovar a outorga à iniciativa privada, na modalidade ...".

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 201, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Altera dispositivo da Resolução nº 113, de 22 de setembro de 2009.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, inciso XXI, e 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e considerando o que consta do processo nº 60800.152091/2011-35, resolve, ad referendum da Diretoria:

Art. 1º Alterar o art. 16, caput, da Resolução nº 113, de 22 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2009, Seção 1, página 6, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. Respeitado o ato jurídico perfeito, os operadores de aeródromo adaptarão os contratos vigentes em 23 de setembro de 2009 às disposições desta Resolução até 23 de março de 2012.
....."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 1.847, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Renova a homologação dos Cursos da Escola Técnica Congonhas - Ltda - EPP.

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 43 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1º Renovar a homologação da parte teórica dos Cursos de Piloto Privado-Avião, Piloto Privado-Helicóptero, Piloto Comercial-Avião, Piloto Comercial-Helicóptero, Voo por Instrumentos, Instrutor de Voo-Avião, e das partes teórica e prática dos Cursos de Comissário de Voo e Mecânico de Manutenção Aeronáutica - habilitações Célula e Grupo Motopropulsor, pelo período de 5 anos da Escola Técnica Congonhas - Ltda - EPP, situada à Avenida Washington Luiz, nº 56, Vila Mathias, CEP: 11050-200, na Cidade de Santos - SP, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 60800.140806/2011-15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União.

PAULO CESAR REQUENA DA SILVA

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATO ADMINISTRATIVO Nº 2.504, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 31 do Estatuto Social da Empresa e pela NI-15.03(JUR), resolve:

Autorizar a publicação do Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012, firmado entre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO e o Sindicato Nacional dos Empregados em Empresas Administradoras de Aeroportos - SINA, vigente a partir de 1º de maio de 2011.

Este Ato entra em vigor na data de sua divulgação no endereço eletrônico www.infranet.gov.br, no campo Atos Administrativos da Infraero, com validade até 01/05/2012.

JOSÉ EIRADO

ANEXO

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2011/2012

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO que celebram entre si, de um lado, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, doravante denominada Infraero, CNPJ nº 00.352.294/0001-10, representada neste ato por seu Presidente, Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, CPF nº 156.370.266-53, seu Diretor de Administração, Sr. José Antonio Eirado Neto, CPF nº 099.260.621-72, seu Diretor Financeiro, Sr. Mauro Roberto Pacheco de Lima, CPF nº 223.480.181-91, seu Diretor de Aeroportos, Sr. João Márcio Jordão, CPF nº 088.083.358-01, seu Diretor Jurídico, Sr. Francisco José de Siqueira, CPF nº 070.459.304-10, seu Diretor Comercial, Sr. Geraldo Moreira Neves, CPF nº 205.913.813-20, seu Diretor de Engenharia, Sr. Jaime Henrique Caldas Parreira, CPF nº 625.789.018-72, seu Diretor de Empreendimento, Sr. Manoel Gimenes Ruy, CPF Nº 382.476.828-34, a Sra. Anne Guimarães Lopes dos Reis, Gerente de Relações Trabalhistas, CPF nº 553.467.311-72 e, de outro lado, o Sindicato Nacional dos Empregados em Empresas Administradoras de Aeroportos, CNPJ nº 59.945.154/0003-07, doravante denominado-SINA, representado neste ato por seu Presidente, Sr. Francisco Luiz Xavier de Lemos, CPF nº 272.707.504-91, e o Dr. Dárison Saraiva Viana, Advogado, CPF nº 045.763.838-92, OAB/SP nº 84.000, que têm entre si justo e acordado firmar o presente INSTRUMENTO, a se reger pelas Cláusulas que se seguem:

I - DAS CLÁUSULAS ECONÔMICAS

CLÁUSULA 1ª - CORREÇÃO SALARIAL

A Infraero reajustará suas Tabelas Salariais vigentes em 30 de abril de 2011, aplicando o percentual de 6,51% (seis vírgula cinquenta e um por cento), a partir de 01 de maio de 2011.

CLÁUSULA 2ª - DATA PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O pagamento do salário mensal dos aeroportuários será efetuado até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único - A ocorrência de alteração na legislação vigente, mais favorável para o empregado, na vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho, será adotada automaticamente pela Infraero.

CLÁUSULA 3ª - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Ao aeroportuário admitido até 30/04/95, continua sendo assegurado pela Infraero o pagamento de um adicional por tempo de serviço, de conformidade com a sua correspondente Norma Interna em vigor, que estabelece tabela a seguir:

TEMPO DE SERVIÇO	PERCENTUAL	TEMPO DE SERVIÇO	PERCENTUAL
01 ano	1,00%	13 anos	16,83%
02 anos	2,00%	14 anos	18,58%
03 anos	3,00%	15 anos	20,36%
04 anos	4,00%	16 anos	22,17%
05 anos	5,00%	17 anos	24,00%
06 anos	6,31%	18 anos	25,86%
07 anos	7,64%	19 anos	27,75%
08 anos	8,99%	20 anos	29,67%
09 anos	10,35%	21 anos	31,61%
10 anos	11,73%	22 anos	33,58%
11 anos	13,40%	23 aos em diante	35,00%
12 anos	15,11%		

Parágrafo 1º - O aeroportuário admitido após a data referida no *Caput* fará jus ao recebimento do adicional de 1% (um por cento) da sua categoria/padrão salarial, para cada ano de serviço prestado.

Parágrafo 2º - Fica mantido o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) de adicional por tempo de serviço de que trata o *Caput* e o Parágrafo 1º desta Cláusula.

CLÁUSULA 4ª - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Infraero e o SINA por intermédio da Comissão formada pelas partes continuarão discutindo a regulamentação do Programa de Participação nos Lucros e/ou Resultados para o exercício de 2012 e a forma de pagamento deste programa atribuída para os empregados no ano de 2011.

II - DAS VANTAGENS TRABALHISTAS

CLÁUSULA 5ª - FACILIDADES PARA O RECEBIMENTO DOS SALÁRIOS

A Infraero estabelecerá meios e condições que permitam aos aeroportuários receberem seus salários por meio de estabelecimento bancário, assegurando o seguinte:

a) horário para o acesso ao estabelecimento bancário;

b) transporte, caso o acesso ao estabelecimento bancário exija seu deslocamento no horário de trabalho;

c) que não haja atraso no recebimento dos salários;

d) que disponibilizará os contracheques aos aeroportuários antes da data do pagamento.

CLÁUSULA 6ª - INCORREÇÕES NO PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Nos casos de incorreções de valores no processamento da folha de pagamento, inclusive dos benefícios concedidos, a Infraero assegurará o reembolso, ao aeroportuário prejudicado, no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do pagamento mensal dos salários, quando a parcela a ser reembolsada for igual ou superior a 10% (dez por cento) da remuneração do aeroportuário.

Parágrafo 1º - As incorreções detectadas após o oitavo dia útil serão acertadas na Folha de Pagamento do mês subsequente.

Parágrafo 2º - Quando a parcela a ser reembolsada for inferior a 10% (dez por cento) da remuneração do aeroportuário, será efetuado o acerto na Folha de Pagamento do mês subsequente ao da ocorrência de tais incorreções.

Parágrafo 3º - A parcela superior ou igual a 10% (dez por cento) da remuneração do aeroportuário, paga indevidamente, será recolhida pelo mesmo à Tesouraria da Dependência, no prazo de 08 (oito) dias úteis, respeitado o limite máximo de 30% da remuneração do mês, a contar da data do pagamento mensal dos salários, se notificado ou não pelo órgão de pessoal da Dependência.

Parágrafo 4º - Quanto às incorreções detectadas após o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o desconto será efetuado pela Empresa na Folha de Pagamento do mês subsequente, respeitado o limite máximo de 30% da remuneração do mês. Não havendo valor líquido suficiente para comportar o desconto, o empregado será notificado a devolver a importância recebida indevidamente à Infraero, até o mês subsequente ao do pagamento indevido.

Parágrafo 5º - Quando a parcela paga indevidamente ao aeroportuário for inferior a 10% (dez por cento) da sua remuneração, será efetuado o acerto na Folha de Pagamento do mês subsequente ao da ocorrência das incorreções.

Parágrafo 6º - As parcelas salariais e quaisquer adicionais em atraso serão pagos com base no salário vigente à data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA 7ª - ANTECIPAÇÃO DE BENEFÍCIO

A Infraero se compromete a antecipar ao aeroportuário, a título de adiantamento, os auxílios previdenciários já deferidos pela Previdência Social e previstos no respectivo convênio firmado com a dependência local da Infraero, na data do pagamento mensal dos salários, ficando o aeroportuário beneficiário obrigado a efetuar a restituição da(s) respectiva(s) importância(s) recebida(s) a maior, no prazo estabelecido na Cláusula 6ª deste Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA 8ª - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

A Infraero adiantará 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, referente ao ano de 2011, aos aeroportuários que ainda não receberam por ocasião das férias ou que formalmente não tenham recusado, a ser incluído na folha de pagamento dos salários do mês de julho.

Parágrafo Único - Os aeroportuários que gozaram ou vierem a gozar férias até o mês do efetivo pagamento deste adiantamento e que fizeram ou vierem a fazer opção pelo adiantamento do 13º salário, receberão a diferença correspondente quando do recebimento da segunda parcela.

CLÁUSULA 9ª - SUBSTITUIÇÃO NÃO EVENTUAL

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o aeroportuário designado para substituir outro aeroportuário, fará jus, proporcional ao período da substituição:

a) a diferença entre o valor do seu salário base e o valor da Remuneração Global ou da Função Gratificada estabelecidas para o cargo em comissão do substituído devendo o substituto fazer a opção pelo que lhe for mais vantajoso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) O pagamento da substituição não eventual ocorrerá mesmo que o titular se ausente do trabalho e permaneça na localidade de lotação.

Parágrafo 1º - Considerar-se-á substituição não eventual, aquela em que o titular se afastar por período igual ou superior a 05 (cinco) dias corridos, remunerando-se o aeroportuário desde o 1º (primeiro) dia e enquanto perdurar a substituição.

Parágrafo 2º - A substituição não eventual iniciar-se-á a contar da data em que o aeroportuário for designado, por escrito, o qual receberá cópia do respectivo documento.

Parágrafo 3º - As parcelas salariais percebidas em razão de substituição não eventual terão sua média duodecimal computada para cálculo da remuneração de férias, adicional de férias, 13º salário, aviso prévio e indenização.

CLÁUSULA 10 - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

A Infraero continuará efetuando o pagamento das Horas Extras efetivamente trabalhadas, aplicando os adicionais que se seguem, aí já incluído o respectivo valor correspondente ao adicional legal e constitucional:

I - Para o aeroportuário que labora em horário administrativo:

a) quando convocado pela Infraero para trabalhar nos dias de sábado, domingo e feriado, terá todas as horas efetivamente trabalhadas pagas com adicional de 100% (cem por cento), garantido o salário desses dias;

b) quando convocado pela Infraero para trabalhar nos dias de ponto facultativo, aplicados à Infraero, fará jus ao pagamento de todas as horas trabalhadas nesses dias, até o limite de sua jornada normal de trabalho, sem prejuízo do salário dos respectivos dias;

c) quando convocado pela Infraero para trabalhar nos dias de segunda a sexta-feira, além da jornada normal e que não coincidam com dias feriados, terá estas horas extras trabalhadas pagas com adicional de 60% (sessenta por cento);

II - Para o aeroportuário que labora em regime de escala de serviço:

a) quando convocado pela Infraero para trabalhar nos dias de sua folga e dias feriados terá todas as horas efetivamente trabalhadas pagas com o adicional de 100% (cem por cento), garantido o salário dos referidos dias;

b) quando convocado pela Infraero para trabalhar nos dias de ponto facultativo, aplicados à Infraero, fará jus ao pagamento de todas as horas trabalhadas nesses dias, até o limite de sua jornada normal de trabalho, sem prejuízo do salário dos respectivos dias;

c) quando convocado para trabalhar em dias de sábado e domingo, além da sua jornada normal diária, não coincidentes com sua folga ou feriados, terá todas essas horas pagas como hora extra 100% (cem por cento);

d) quando convocado pela Infraero para trabalhar nos dias de segunda a sexta-feira, além da jornada normal, não coincidentes com dias de sua folga ou feriados, terá estas horas extras trabalhadas pagas com adicional de 60% (sessenta por cento).

Parágrafo 1º - As horas extras, com os adicionais acima citados, serão pagas com valores correspondentes ao salário percebido pelo aeroportuário no mês de efetivo pagamento.

Parágrafo 2º - Ao aeroportuário convocado pela Infraero para participar de reuniões ou reciclagens exigidas para o exercício de suas atividades, fora do horário de trabalho e sem o recebimento de Diárias de Viagens, exceto quando formalmente optar pela sua participação em cursos não obrigatórios oferecidos pela Infraero, fará jus ao pagamento do período que efetivamente participar do evento, como horas extras, nos mesmos percentuais estabelecidos nesta Cláusula, respeitado o intervalo de descanso de 11 horas entre uma e outra jornada de trabalho, facultada a compensação nos termos do parágrafo 7º desta Cláusula. A Infraero envidará esforços para, se possível, evitar a convocação do aeroportuário em dia de sua folga.

Parágrafo 3º - No cálculo das horas extras serão consideradas as seguintes parcelas:

a) Adicional de periculosidade;

b) Adicional de insalubridade;

c) Adicional de transferência;

d) Adicional por tempo de serviço;

e) Adicional de Incentivo ao Estudo.

Parágrafo 4º - O valor da hora extra será considerado para efeito de pagamento da remuneração das férias e do 13º salário, proporcional aos meses de recebimento nos respectivos períodos aquisitivos.

Parágrafo 5º - Ao aeroportuário convocado pela Infraero para realizar exames médicos laboratoriais e/ou clínicos, fora da jornada normal de trabalho e sem o recebimento de Diárias de Viagens, será assegurado o pagamento das horas de duração dos respectivos exames, como horas extras, observados os mesmos índices e dias previstos no *Caput* e respeitado o intervalo de descanso de 11h00 (onze horas) entre uma e outra jornada de trabalho, facultada a compensação nos termos do parágrafo 7º desta Cláusula. A Infraero envidará esforços para, se possível, evitar a convocação do aeroportuário em dia de sua folga.

Parágrafo 6º - A supressão pela Infraero do trabalho em horas extras prestadas com habitualidade durante pelo menos 01 (um) ano, assegurará ao aeroportuário o direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas, para cada ano ou fração igual ou superior a 06 (seis) meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas extras efetivamente trabalhadas dos últimos 12 (doze) meses, multiplicada pelo valor das horas extras do dia da supressão.

Parágrafo 7º - As horas extras efetivamente trabalhadas, que não estejam previstas em acordos específicos de compensação entre as partes, deverão ser pagas.

a) caso o aeroportuário queira optar pela compensação das horas extras trabalhadas, poderá fazê-lo de comum acordo com a Infraero. A compensação deverá ocorrer em até 06 (seis) meses após a data de registros dessas horas extras, sendo pagas, pela Infraero, aquelas não compensadas ao final desse prazo, no mês subsequente;

b) poderá o empregado, durante o período estabelecido na alínea "a" do presente parágrafo, optar pela conversão das horas extras, em pecúnia, a serem pagas pela Infraero no mês subsequente ao da opção;

c) o pagamento das horas extras, não acordadas para a compensação, deverá ocorrer até o mês subsequente à realização das mesmas.

Parágrafo 8º - A Infraero fornecerá Vale Refeição ou Alimentação ao aeroportuário, nos dias em que este excepcionalmente prorrogar sua jornada de trabalho em 02 (duas) ou mais horas de trabalho extraordinário observado o seguinte:

a) quando o aeroportuário prorrogar sua jornada de trabalho em mais de 02 (duas) horas, até 03 (três) horas de sua jornada de trabalho, o valor de cada vale será de 50% (cinquenta por cento) do valor facial do Vale Refeição do Programa de Alimentação, excluídas as hipóteses previstas nos parágrafos 2º e 5º desta Cláusula;

b) quando o aeroportuário prorrogar sua jornada de trabalho além de 03 (três) horas de sua jornada de trabalho, o valor de cada vale será igual ao valor facial do Vale Refeição do Programa de Alimentação, excluídas as hipóteses previstas nos parágrafos 2º e 5º desta Cláusula;

c) os vales de que trata esta Cláusula serão entregues ao aeroportuário, juntamente com os vales do mês subsequente, para que a Infraero tenha tempo suficiente para a aquisição dos mesmos;

d) sobre estes vales haverá a participação do empregado, com base na Tabela constante da Cláusula 52 deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 9º - Não se caracteriza como hora extra, a prorrogação da jornada de trabalho do aeroportuário, para o exercício de atividades decorrentes da realização de estágio curricular.

Parágrafo 10 - A Infraero se compromete a analisar e discutir com o SINA, mediante Comissão designada para este fim, as condições de cada localidade onde exista dependência da Empresa, para efeito de aplicabilidade ou não da hora *in itinere*.

a) Hora *In Itinere* é o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pela Infraero, até o local de trabalho de difícil acesso ou não servido por transporte regular público, e para o seu retorno, tempo este computável na jornada de trabalho.

b) Caso haja transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da Empresa, as horas *in itinere* limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.

c) A Infraero garantirá quando caracterizado a ocorrência de hora *in itinere* pela comissão permanente, o pagamento de uma hora diária em razão do tempo despendido no transporte fornecido por ela até o local de trabalho.

CLÁUSULA 11 - ADICIONAL NOTURNO

A Infraero continuará assegurando, na vigência do presente Instrumento, o adicional noturno à razão de 60% (sessenta por cento), aí já incluído o respectivo valor correspondente ao adicional legal e constitucional.

Parágrafo 1º - O adicional de que trata o *Caput* desta Cláusula incidirá sobre o valor da hora normal, computadas as parcelas recebidas no mês a título de gratificação de função, como também os adicionais de periculosidade, insalubridade, transferência e por tempo de serviço.

Parágrafo 2º - A hora de trabalho noturna será considerada como de 52 minutos e 30 segundos, no período de trabalho entre 22h00 (vinte e duas horas) de um dia e 06h00 (seis horas) do dia seguinte, facultado às partes firmarem Acordos específicos que garantam a prorrogação do trabalho noturno após as 06h00 (seis horas). Caso o Turno de Trabalho seja prorrogado além das 06h00 será devido o adicional noturno até o término da respectiva jornada.

Parágrafo 3º - A Infraero acrescentará, a título de redução do adicional noturno, mais 07 (sete) minutos e 30 (trinta) segundos nos intervalos de descanso estabelecidos no artigo 71 da CLT, para cada hora da jornada de trabalho no período entre as 22h00 (vinte e duas horas) de um dia e as 06h00 (seis horas) do dia seguinte, para compensar o acréscimo decorrente da redução da hora noturna, ressalvadas as condições previstas nos parágrafos 4º e 5º desta Cláusula.

Parágrafo 4º - Os acréscimos nos intervalos de descanso previstos nesta Cláusula, não serão computados na duração do trabalho, exceto para cálculo do adicional noturno.

Parágrafo 5º - Caso o aeroportuário venha a laborar durante o horário estabelecido para o descanso mencionado no parágrafo 3º precedente, sem que haja acordo específico de compensação ou outro horário seja estabelecido, a Infraero remunerará o trabalho realizado como hora extra noturna, devendo o empregado registrar o período trabalhado por meio de sistema de controle de frequência fornecido pela Infraero.

Parágrafo 6º - Nos casos em que a jornada noturna tenha sido cumprida integralmente e o respectivo aeroportuário prorrogue tal jornada, por necessidade do serviço, será devido o adicional noturno, inclusive, durante o período de prorrogação trabalhado.

Parágrafo 7º - Para efeito do direito do empregado ao adicional noturno, no período de prorrogação de que trata o parágrafo 6º desta Cláusula, será exigido que a jornada de trabalho do empregado tenha completado pelo menos 02h00 (duas horas) de duração durante o horário definido no parágrafo 2º, também desta Cláusula.

CLÁUSULA 12 - TRANSFERÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO

A Infraero, ao transferir o aeroportuário que ocupa cargo do Quadro de Cargos Regulares, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do Art. 469 da CLT, arcará com o pagamento das despesas de mudança e de passagens aéreas do aeroportuário e dos seus dependentes.

Parágrafo 1º - Ao aeroportuário transferido nos termos do *Caput* desta Cláusula, fica garantido pela Infraero, o abono de 10 (dez) dias consecutivos e corridos, contados da data da transferência, considerados como de efetivo serviço, para viabilizar a sua mudança.

Parágrafo 2º - Ao aeroportuário transferido por iniciativa própria, autorizada pela Infraero, fica garantido o abono de 10 (dez) dias consecutivos e corridos, contados da data da transferência, considerados como de efetivo serviço, para viabilizar a sua mudança, sem qualquer outro ônus para a Infraero.

Parágrafo 3º - Ao aeroportuário que ocupa cargo do Quadro de Cargos Regulares, transferido por interesse da Infraero, fica garantida a estabilidade de 01 (um) ano no emprego a contar da data da transferência, salvo se:

a) cometer falta grave nos termos da Lei;

b) pedir demissão;

c) houver renúncia formal do empregado por esta garantia, com anuência expressa de um dos Diretores Administrativos do SINA.

Parágrafo 4º - No caso do empregado transferido, na forma do *Caput* desta Cláusula, fica assegurada a transferência de seu cônjuge ou companheiro(a), desde que este(a) seja empregado(a) do quadro de cargos regulares da Infraero.

Parágrafo 5º - O empregado que tenha ou venha a ser transferido, a contar de 01/12/2010, em caráter definitivo, por interesse da Empresa, para ocupar cargo em comissão em outra localidade, quando da dispensa do exercício desse cargo em comissão poderá optar por retornar à dependência de origem, por meio de transferência por interesse da Infraero.

Parágrafo 6º - A opção de retorno, de que trata o parágrafo 5º desta Cláusula, deverá ser efetuada no prazo máximo de trinta dias a contar da data da dispensa do cargo em comissão. A ausência de manifestação formal resultará na perda do benefício de transferência por interesse da Empresa.

CLÁUSULA 13 - LICENÇA-PRÊMIO

A Infraero continuará garantindo a concessão da licença-prêmio, já adquirida até 30/04/97 pelo aeroportuário, cabendo a indenização em pecúnia dos dias não concedidos no caso de rescisão do contrato de trabalho deste.

CLÁUSULA 14 - JORNADA SEMANAL DO TRABALHO ADMINISTRATIVO

A Infraero manterá a jornada de trabalho de 40h00 (quarenta horas) semanais, para os aeroportuários que trabalham em horário administrativo, no âmbito de todas as Dependências, limitada à jornada diária de 08h00 (oito horas), permitida a compensação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo 1º - A (o) aeroportuária (o) que comprovar, mediante Atestado Médico, ter filho (a) com deficiência, na forma da legislação vigente, que necessite dos seus cuidados, poderá cumprir jornada administrativa de 30h00 (trinta horas) semanais, limitada a 06h00 (seis horas) diárias, respeitado o intervalo intrajornada de 00h15 (quinze minutos), vedada a acumulação desta vantagem, no caso dos respectivos pais serem empregados da Infraero.

Parágrafo 2º - A Infraero não se opõe a analisar os eventuais pleitos formulados por empregados(as) com deficiência, em relação à jornada especial, que assim requeira o caso. O processo poderá iniciar na dependência de lotação do(a) respectivo(a) empregado(a), no entanto, a conclusão se dará na área de recursos humanos da Sede.

Parágrafo 3º - A Infraero implementará o horário flexível para os aeroportuários que laboram em horário semanal administrativo, a partir do mês de janeiro de 2012.

CLÁUSULA 15 - HORAS ABONADAS

O aeroportuário poderá utilizar até 02h00 (duas horas) mensais, sem desconto do seu salário, em caso de atraso ou saída antecipada, limitada em 00h15 (quinze minutos) diários, vedada a acumulação dessa concessão para o mês subsequente.

Parágrafo 1º - Caso o aeroportuário exceda aos 00h15 (quinze minutos) diários, sem justificativa legal, serão descontados do seu salário as horas ou fração de horas excedentes do atraso ou saída antecipada.

Parágrafo 2º - Caso o aeroportuário exceda às duas horas mensais, serão descontadas do seu salário as horas ou frações de horas excedentes do atraso ou saída antecipada, observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 58, da Consolidação das Leis do Trabalho, que estabelece: "não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos" diários.

CLÁUSULA 16 - VIAGEM A SERVIÇO

Ao aeroportuário que necessariamente tiver que embarcar na ida e/ou no retorno, em caso de viagem a serviço, nos dias de sábado, domingo, folga e feriados, qualquer que seja o destino ou duração da viagem, fica assegurado o pagamento de 02h00 (duas horas) a título de repouso remunerado.

Parágrafo 1º - As diárias de viagem das missões programadas com até 03 (três) dias úteis de antecedência serão pagas até o dia da viagem.

Parágrafo 2º - A partir da assinatura deste Acordo, quando o empregado encontrar-se em viagem a serviço em dia feriado na sua localidade de origem, fará jus ao pagamento a título de repouso remunerado, respeitado o número de horas da jornada normal de trabalho que estaria sujeito na localidade de origem no respectivo dia feriado.

CLÁUSULA 17 - LICENÇA MATERNIDADE

A licença maternidade assegurada em Lei continuará sendo concedida à aeroportuária, incluindo os períodos de repouso de 02 (duas) semanas, antes e depois do parto, mediante apresentação de atestado médico específico.

Parágrafo 1º - Facultar-se-á a aeroportuária solicitar a prorrogação da licença maternidade, por mais 60 (sessenta) dias, contados da data do término da licença de que trata o caput desta Cláusula, desde que requerido pela aeroportuária, ao órgão de recursos humanos da respectiva dependência de lotação, até o trigésimo dia após o parto.

Parágrafo 2º - Durante o período de prorrogação previsto no Parágrafo anterior, a aeroportuária terá direito a sua remuneração nos mesmos moldes do salário maternidade pago pela Previdência Social.

Parágrafo 3º - No período de prorrogação a aeroportuária não poderá exercer qualquer outra atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar, sob pena de perda do direito da prorrogação da licença.

Parágrafo 4º - A aeroportuária que adotar ou obtiver a guarda judicial, mesmo que provisória, para fins de adoção de criança terá assegurada a concessão da licença maternidade, de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo 5º - A prorrogação de que trata os parágrafos 1º e 2º desta Cláusula, será igualmente garantida à aeroportuária que adotar ou obtiver a guarda judicial, mesmo que provisória, para fins de adoção de criança, desde que requerida pela aeroportuária, até o trigésimo dia após a adoção ou guarda judicial, na seguinte proporção:

a) 60 (sessenta) dias, no caso de adoção ou guarda judicial, mesmo que provisória, de criança até completar 01 (um) ano de idade;

b) 30 (trinta) dias, no caso de adoção ou guarda judicial, mesmo que provisória, de criança após completar 01 (um) ano e até completar 04 (quatro) anos de idade e;

c) 15 (quinze) dias, no caso de adoção ou guarda judicial, mesmo que provisória, de criança após completar 04 (quatro) anos e até completar 08 (oito) anos de idade.

CLÁUSULA 18 - HORÁRIO PARA AMAMENTAÇÃO

A aeroportuária mãe que tenha filho na idade de amamentação terá direito à redução de sua jornada de trabalho em uma hora por dia, durante 180 (cento e oitenta) dias, contados do nascimento do filho. Dito período poderá ser prorrogado, desde que fique comprovada, por atestado médico, a necessidade de continuidade da amamentação.

Parágrafo Único - A redução poderá, a critério da aeroportuária, ser fracionada em 02 (dois) períodos de 30 (trinta) minutos.

CLÁUSULA 19 - HORÁRIO DE SAÍDA PARA GESTANTES

As aeroportuárias gestantes, a partir do 5º (quinto) mês de gestação, devidamente atestada por médico, poderão deixar o trabalho até 10 (dez) minutos antes do término da jornada diária em cada turno, visando facilitar seu acesso entre o local de trabalho e sua residência.

CLÁUSULA 20 - FALTAS ABONADAS

O aeroportuário poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo de sua remuneração, nos seguintes casos:

a) por 04 (quatro) dias consecutivos, incluindo o dia do evento, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão(ã), companheiro(a), mesmo que de sexo idêntico, sogro(a), genro ou nora ou qualquer dependente legal;

b) por 05 (cinco) dias úteis, não fracionados, para o próprio casamento, com efeito civil ou celebração de união estável em cartório de notas para aeroportuários(as) de mesmo sexo ou não. Caso ocorra no dia de folga, descanso ou feriado, o abono iniciar-se-á a partir do primeiro dia útil seguinte, para pessoal administrativo e a partir do primeiro dia seguinte programado na escala para o empregado sob regime de turno de serviço;

c) por 01 (um) dia para internação e 01 (um) dia para alta médica de filho (a), enteado (a), esposo (a) ou companheiro (a), Pai e Mãe do aeroportuário, não coincidindo o dia para alta médica com o dia da internação;

d) até 07 (sete) dias, durante o semestre, comprovado por atestado ou declaração médica, para acompanhar filho (a) ou enteado (a) em tratamento médico, facultando-se a um dos cônjuges utilizar este benefício se ambos forem empregados da Infraero. O disposto nesta alínea não se aplica cumulativamente com o disposto na alínea "c" desta Cláusula;

e) por 01 (um) dia útil para apresentação de reservista, mediante comprovação;

f) por 08 (oito) dias corridos, quando do nascimento de filho (a), dentro das 03 (três) primeiras semanas do nascimento ou em caso de adoção ou guarda judicial, mesmo que provisória;

g) por 01 (um) dia, para doação de sangue, a cada seis meses, devidamente atestado e comunicado à Dependência de lotação no prazo de 72h00 (setenta e duas horas);

h) no dia de ausência ao serviço, motivada pela necessidade de obtenção da CTPS; Cédula de Identidade; Atestado de Reservista; Carteira Nacional de Habilitação, se exigida para o exercício da atividade do empregado, desde que comunicado com antecedência mínima de 24h00 (vinte e quatro horas) e comprovado após até 72h00 (setenta e duas horas);

i) nos dias em que comprovadamente deixar de comparecer ao trabalho por motivo de enchente;

j) até 07 (sete) dias, durante o semestre, para acompanhar pai, mãe, cônjuge ou companheiro, em tratamento médico, comprovado por atestado ou declaração médica, facultando-se a um dos irmãos utilizar este benefício se ambos forem empregados da Infraero.

Parágrafo Único - Nos dias de provas escolares, a Infraero procurará facilitar a liberação do aeroportuário, quando coincidir com o horário de trabalho, mediante compensação no caso de trabalho em horário administrativo e mediante troca de turno no caso de trabalho em escala de serviço, sem a garantia do abono de que trata esta Cláusula.

CLÁUSULA 21 - FÉRIAS

O adicional de férias continuará sendo de 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração percebida pelo aeroportuário no mês de gozo das férias.

Parágrafo 1º - Neste percentual está incluído o acréscimo estabelecido no artigo 7º, Inciso XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo 2º - O início das férias regulamentares não poderá coincidir com dias de folga remunerada, sábado, domingo, feriados, ponto facultativo autorizado pela Infraero ou dias de compensação de horas anteriormente trabalhadas, facultado aos empregados em regime de escala optar, por escrito, pelo início das férias nos dias mencionados.

Parágrafo 3º - O período de gozo das férias adquiridas pelo aeroportuário poderá ser fracionado, em até dois períodos, para as férias adquiridas até o dia 31/12/2011, e em até três períodos, para as férias adquiridas a partir de janeiro de 2012, desde que um dos períodos não seja inferior a 10 (dez) dias consecutivos em ambos os casos, facultada essa opção, inclusive, aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade.

CLÁUSULA 22 - FGTS - INCIDÊNCIA SOBRE AVISO PRÉVIO

No pagamento do período de aviso prévio, trabalhado ou não, incide a contribuição para o FGTS.

CLÁUSULA 23 - AVISO PRÉVIO

Em caso de dispensa sem justa causa do aeroportuário, a Infraero assegurará o período de aviso prévio de 60 (sessenta) dias consecutivos apenas para empregados já existentes na Empresa em 22 de setembro de 2009.

Parágrafo Único - Para os aeroportuários admitidos após o dia 22 de setembro de 2009, o período de aviso prévio será de 30 (trinta) dias consecutivos, conforme dispõe o inciso XXI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

CLÁUSULA 24 - CARTA-AVISO DE ADVERTÊNCIA OU SUSPENSÃO

O aeroportuário somente poderá ser advertido ou suspenso disciplinarmente após ser-lhe assegurado o direito de defesa, a ser exercido no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da notificação recebida referente à infração disciplinar imputada ao mesmo.

Parágrafo 1º - Nos processos de averiguação ou apuração de infração disciplinar, poderá ser ouvida a chefia imediata, não podendo esta compor a equipe responsável pela apuração de que trata esta cláusula.

Parágrafo 2º - Caso o aeroportuário venha ser advertido ou suspenso por motivo disciplinar, observado o disposto no *caput* desta Cláusula, deverá ser avisado do fato por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da decisão tomada pelo órgão administrativo competente, citando o dispositivo legal transgredido e as razões determinantes de sua advertência ou suspensão, sob pena de gerar presunção de advertência ou suspensão indevida.

CLÁUSULA 25 - CÁLCULO DE SALÁRIO

A média das horas extras e do adicional noturno integra para efeito de cálculo da remuneração:

a) das férias e de seu abono, referente ao respectivo período aquisitivo;

b) do 13º salário por ocasião do pagamento da 2ª (segunda) parcela referente ao respectivo exercício financeiro;

c) do descanso semanal remunerado;

d) do aviso prévio indenizado.

CLÁUSULA 26 - QUEBRA DE MATERIAL

Não será permitido o desconto salarial por quebra de material, por acidente de trânsito ou de qualquer equipamento no exercício da atividade, salvo nas hipóteses de dolo ou recusa de apresentação dos objetos danificados, ou ainda, havendo previsão contratual, de culpa comprovada do empregado.

CLÁUSULA 27 - DIREITO DE INFORMAÇÃO

A Infraero assegurará ao aeroportuário o acesso à documentação constante da sua pasta funcional, fornecendo-lhe cópia de seu interesse, desde que requerido por escrito, com entrada no Protocolo Geral da Dependência de lotação, com antecedência de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - A Infraero manterá na área de pessoal de cada Superintendência Regional e de cada Aeroporto, pasta contendo todas as normas internas de administração de pessoal e recursos humanos para consulta dos interessados. Nas Dependências onde não houver área de pessoal, ficará com o responsável pela respectiva administração.

CLÁUSULA 28 - DOCUMENTAÇÃO PARA A APOSENTADORIA ESPECIAL

A Infraero fornecerá ao (à) aeroportuário(a) os formulários exigidos pelos Órgãos da Previdência Social para fins de aposentadoria especial devidamente preenchidos, no prazo de até 50 (cinquenta) dias corridos, contados da data do recebimento do pedido do aeroportuário.

CLÁUSULA 29 - ESTABILIDADE PROVISÓRIA AO APOSENTANDO

O (a) aeroportuário(a) que comprovadamente estiver a 36 (trinta e seis) meses da aquisição do direito à aposentadoria voluntária em seus prazos mínimos, e que não seja detentor de qualquer tipo de aposentadoria previdenciária ou não, terá assegurado o emprego mantido com a Infraero, durante o período que faltar para completar esse prazo, salvo se renunciar esta garantia formalmente, com anuência de um dos Diretores da Executiva do SINA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo 1º - Para que o (a) aeroportuário(a) possa se valer das prerrogativas constantes no *Caput* desta Cláusula deverá ter no mínimo 05 (cinco) anos de vínculo empregatício com a Infraero.

Parágrafo 2º - O (a) aeroportuário(a), para garantir a estabilidade na hipótese da aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, prevista nesta Cláusula, fará declaração escrita à Infraero, afirmando e comprovando tal situação.

Parágrafo 3º - Caso o (a) aeroportuário(a) não apresente a declaração e a comprovação de que trata o parágrafo 2º e venha a ser desligado da Infraero, não lhe será garantida a estabilidade de que trata esta Cláusula.

Parágrafo 4º - Adquirido o direito à aposentadoria cessará a garantia de emprego de que trata esta Cláusula ao (à) aeroportuário(a).

CLÁUSULA 30 - ESTABILIDADE PROVISÓRIA À GESTANTE

Defere-se garantia de emprego à gestante, desde a concepção, conforme segue:

a) de 06 (seis) meses após o parto para a aeroportuária que não exercer o direito de opção pelo período de 180 dias de licença-maternidade; e

b) de 07 (sete) meses após o parto para a aeroportuária que optar pela prorrogação da licença-maternidade.

CLÁUSULA 31 - ESTÁGIO PROFISSIONAL

A Infraero assegurará aos aeroportuários estudantes a realização de estágio profissional não remunerado na Empresa, desde que exista área do estágio na dependência de lotação, garantida sua remuneração relativa ao seu vínculo empregatício.

CLÁUSULA 32 - JORNADA PARA DIGITAÇÃO

Os (as) aeroportuários(as) submetidos(as) à atividade de digitação, com duração superior a 60 (sessenta minutos) contínuos, terão um descanso de 00h10 (dez minutos) para cada 00h50 (cinquenta minutos) trabalhados, sendo que os intervalos para descanso não podem ser deduzidos da jornada de trabalho.

Parágrafo 1º - As partes acordam que não haverá necessidade de formalização de controle de registro para a concessão do intervalo de descanso de que trata esta Cláusula.

Parágrafo 2º - A Infraero realizará programas internos de conscientização e orientação quanto à prevenção de DORT - Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho, no decorrer da validade do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA 33 - INTERVALOS DE DESCANSO PARA REFEIÇÃO

Os Acordos específicos definirão os intervalos sobre jornada de trabalho, em regime de escala de serviço e a empregadora garantirá intervalos para descanso ou refeições da seguinte forma:

a) quinze minutos, para turnos de trabalho de 06h00 (seis horas) contínuas;

b) 01h00 (uma hora), para turnos de trabalho de 08h00 (oito horas) contínuas;

c) 02h00 (duas horas), para turnos de trabalho com mais de 08h00 (oito horas) contínuas, autorizadas pelo órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo 1º - A Infraero dispensará o registro de ponto para todos os aeroportuários, nos intervalos da jornada de trabalho para descanso ou refeição.

Parágrafo 2º - Caso o aeroportuário venha eventualmente laborar durante os períodos de descanso de que trata esta Cláusula, sem que haja compensação do trabalho realizado, a Infraero remunerará como hora extra, nas mesmas bases pactuadas neste Acordo Coletivo de Trabalho, devendo o empregado registrar o período trabalhado por meio de sistema de controle fornecido pela Infraero.

Parágrafo 3º - Os intervalos de descanso de que trata esta Cláusula não serão computados no cálculo do Adicional Noturno, salvo se não efetivamente concedidos.

CLÁUSULA 34 - TRABALHO EM ESCALA

O aeroportuário submetido ao trabalho em regime de escala de serviço, cuja folga coincida com dias de feriado nacional, estadual ou municipal, aplicados à respectiva dependência de lotação, terá direito a mais uma folga ou será remunerado em dobro por esses dias, excetuando-se aqueles que coincidirem com dias de domingo.

CLÁUSULA 35 - ADICIONAL DE QUEBRA DE CAIXA

A Infraero pagará a título de Adicional de Quebra de Caixa, 10% (dez por cento) do salário base do aeroportuário designado para exercer as atividades constantes das alíneas a seguir, quando exijam o manuseio, a guarda, o depósito bancário, o recebimento ou pagamento de valores, observado o disposto nesta Cláusula:

a) nos serviços de tesouraria;

b) no recebimento de tarifas de estacionamento de veículos;

c) no recebimento de tarifas aeronáuticas;

d) no recebimento de tarifas de carga aérea;

e) nos serviços de compras não abrangidos por processos licitatórios;

f) no controle e manuseio simultâneo de vale transporte, Vales Refeição/Alimentação, inclusive, o uso de cartões eletrônicos para o mesmo fim;

g) para o aeroportuário designado para atividade de Pregoeiro.

Parágrafo 1º - Poderão ser designados:

a) para serviços de tesouraria: até 05 aeroportuários na Sede; até 04 aeroportuários nas Superintendências Regionais do Rio de Janeiro e de São Paulo; até 03 aeroportuários nas demais Regionais; e até 02 aeroportuários nos Aeroportos onde houver serviços de tesouraria;

b) para serviços de compras não abrangidos por processos licitatórios, até 02 aeroportuários, na Sede, nas Regionais e nos Aeroportos, desde que detentores de Fundo Fixo;

c) para o controle e manuseio simultâneo de vale transporte e vale refeição/alimentação, até 02 aeroportuários na Sede, nas Regionais e nos Aeroportos;

d) para responsável simultâneo, pelo manuseio e guarda de Fundo Fixo para serviços de compras não abrangidos por processos licitatórios, e pelo controle e manuseio de vale transporte e vale refeição/alimentação nos GNA's e nas UTA's, até 01 aeroportuário.

Parágrafo 2º - Para as atividades de arrecadação de tarifas de embarque, poderão ser designados:

a) até 02 aeroportuários para cada turno de trabalho em que houver o recebimento de tarifas;

b) até 02 aeroportuários nas dependências onde essas atividades são realizadas apenas no horário administrativo.

Parágrafo 3º - Nos Terminais de Carga Aérea onde houver o manuseio de valores decorrentes do recebimento de tarifas, aplicar-se-á a mesma regra do Parágrafo 2º desta Cláusula.

Parágrafo 4º - Para a atividade de Pregoeiro, poderão ser designados até 50 (cinquenta) aeroportuários, não ocupantes de Cargo em Comissão, distribuídos no âmbito da Sede e das Superintendências Regionais da Infraero.

Parágrafo 5º - Fica vedada a designação de substituto eventual quando o afastamento do titular de cada atividade prevista nos parágrafos 1°, 2°, 3° e 4º desta Cláusula, for inferior a 20 (vinte) dias consecutivos.

Parágrafo 6° - Caso exista apenas 01 (um) aeroportuário designado em cada hipótese prevista nos parágrafos 1°, 2°, 3° e 4º desta Cláusula, poderá ser designado substituto eventual se o afastamento do titular for igual ou superior a 05 (cinco) dias corridos, fazendo jus o aeroportuário substituto ao adicional de quebra de caixa a partir do 1º (primeiro) dia e enquanto perdurar a substituição.

Parágrafo 7º - Este Adicional será somado, proporcionalmente, para efeito de pagamento do adicional proporcional de férias, do 13º salário e dos dias de afastamentos remunerados pela Infraero.

CLÁUSULA 36 - TURNOS DE SERVIÇO

A jornada máxima de trabalho do aeroportuário que cumpre escalas em turnos ininterruptos de revezamento continuará sendo de 06h00 (seis horas) contínuas e de no máximo 36h00 (trinta e seis horas) semanais, respeitando o intervalo intrajornada de 00h15 (quinze minutos), suprindo o disposto no parágrafo 1º do artigo 71 da CLT. O período que ultrapassar 36h00 (trinta e seis horas) semanais, excluindo os períodos de descanso intrajornadas não trabalhados, deverá ser pago como horas extras, salvo compensação prevista neste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 1º - Excepcionalmente e mediante prévio acordo entre a Infraero e o SINA, poderá ser prorrogada e/ou alterada a duração da jornada de trabalho dos aeroportuários submetidos a turnos ininterruptos de trabalho, assegurando-se o pagamento das horas extras trabalhadas que não tenham sido compensadas.

Parágrafo 2º - A jornada de trabalho do empregado que labora nas Plataformas Marítimas será de 14 (catorze) dias consecutivos de trabalho, mais 01 (um) dia para passagem de serviço e desembarque, seguidos de 14 (catorze) dias consecutivos de folga, mais 01 (um) dia para embarque e assunção do serviço. A Infraero pagará como horas extras os períodos de trabalho realizado nos dias em que o empregado permanecer embarcado, além do dia previsto na escala para a passagem do serviço e seu desembarque.

Parágrafo 3º - A Infraero fornecerá ao SINA cópia de todas as escalas de serviço em vigor, no prazo de 60 (sessenta) dias após a data de assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 4º - Será permitida a troca do turno previsto na escala de revezamento, mediante concordância escrita entre as partes interessadas e a chefia imediata, com antecedência mínima de 24h00 (vinte e quatro horas), respeitados o intervalo mínimo de 11h00 (onze horas) consecutivas entre uma e outra jornada diária de trabalho e o descanso semanal remunerado.

Parágrafo 5º - Em hipótese alguma haverá custos adicionais de pessoal e tão pouco de horas extras ou excedentes à jornada de trabalho, em decorrência do disposto no Parágrafo 4º desta Cláusula.

Parágrafo 6º - A Infraero concederá 01 (uma) folga dupla mensal ao aeroportuário que cumpre escalas em turnos ininterruptos de revezamento de 04 dias consecutivos de trabalho, seguidos de folga. A folga dupla mensal será definida na escala, pela chefia imediata, antes do início do respectivo mês. No caso de impossibilidade de concessão da folga dupla mensal, as horas trabalhadas no dia destinado a folga dupla serão pagas como horas extras, nas mesmas bases acordadas na Cláusula 10 do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 7º - O disposto no parágrafo 6º desta Cláusula, não obstante se referir a turnos ininterruptos, será aplicado, de igual modo, quando a atividade laboral da unidade for de no mínimo 18h00 (dezoito horas) diárias.

Parágrafo 8º - A Infraero e o SINA discutirão e contemplarão os casos específicos em que a jornada laboral da unidade não exija pessoal durante 18h00 (dezoito horas) diárias, para que os empregados dessas unidades sejam contemplados com a folga dupla, presente a existência de condições diferenciadas de trabalho.

CLÁUSULA 37 - DISPENSA SEM JUSTA CAUSA

As dispensas sem justa causa serão precedidas de comunicação escrita ao empregado, informando das razões de sua dispensa, que após ciência desta, terá o prazo de 15 (quinze) dias para requerer a reconsideração do ato.

Parágrafo 1º - O pedido de reconsideração deverá ser dirigido ao autor do respectivo comunicado de dispensa, que tomará as medidas decorrentes para assegurar a interrupção do processo até a conclusão sobre o pedido de reconsideração.

Parágrafo 2º - Caso haja o pedido de reconsideração e seja mantida a dispensa, será considerada como data de início do aviso prévio o dia da comunicação da decisão final da Infraero sobre o pedido de reconsideração.

Parágrafo 3º - Concluído o processo de dispensa do empregado, Infraero efetuará a entrega do Perfil Profissiografico Previdenciário.

CLÁUSULA 38 - ASSÉDIO MORAL

A Comissão formada por representantes indicados pela Infraero e pelo SINA, composta de 04 (quatro) membros de cada parte, estudará e orientará os empregados acerca do Assédio Moral.

Parágrafo Único - A Infraero promoverá campanhas anuais nas Regionais e Aeroportos, com o objetivo de neutralizar as práticas de assédio moral.

CLÁUSULA 39 - ADICIONAL DE SOBREAVISO

A todo empregado que ficar formalmente de sobreaviso, nos períodos fora de sua jornada normal de trabalho, será assegurado o pagamento do adicional de sobreaviso equivalente a 33% (trinta e três por cento) do valor da hora normal de trabalho, a ser pago junto com o salário do mês subsequente ao do trabalho realizado.

Parágrafo 1º - Na eventualidade do empregado ser chamado para o trabalho efetivo, o período trabalhado será remunerado como hora extra, nas mesmas bases estabelecidas neste Acordo Coletivo de Trabalho, não sendo devido o adicional de sobreaviso durante o período trabalhado e remunerado como hora extra.

Parágrafo 2º - A convocação do empregado escalado em regime de sobreaviso, para comparecimento ao trabalho, poderá ser realizada por meio de ligação telefônica, bip, Pager ou similares.

Parágrafo 3º - O mero porte de celulares, bip, Pager ou similares, sem que o empregado tenha sido formalmente escalado de sobreaviso, não caracteriza o direito ao pagamento do adicional de que trata esta Cláusula.

Parágrafo 4º - Ao empregado que durante os períodos de suas folgas ou repousos permanecer efetivamente, à disposição do serviço, na Unidade Técnica de Aeronavegação, será devido o adicional de sobreaviso de que trata esta Cláusula, salvo seja determinado pela Empregadora, ao respectivo empregado, que não ficará à disposição do serviço, durante os seus respectivos horários de descanso legais.

CLÁUSULA 40 - ADICIONAL DE PLATAFORMA MARÍTIMA

A Infraero concederá ao (à) aeroportuário(a) que executa suas atividades profissionais em plataforma marítima, o adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o seu salário base mensal, vedada a acumulação com o Adicional de Localidade hoje pago pela Infraero.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo Único - O (a) aeroportuário(a) que deixar de laborar em plataforma marítima, deixará de perceber o Adicional de Plataforma Marítima a partir da data em que ocorrer tal fato.

CLÁUSULA 41 - PROGRESSÃO FUNCIONAL

A Comissão constituída com representantes da Infraero e do SINA, continuará com o trabalho de revisão do Sistema de Progressão Funcional - SPF.

III - DOS BENEFÍCIOS

CLÁUSULA 42 - MATERIAL ESCOLAR

A Infraero, engajada no processo de erradicação do analfabetismo, concederá um auxílio para aquisição de material escolar, em janeiro de 2012, a cada dependente do aeroportuário enquadrado da categoria padrão C/12 à categoria padrão E20 e não ocupante de Função de Confiança, no valor de R$ 112,21 (cento e doze reais e vinte e um centavos), desde que comprovado que o dependente esteja matriculado até o ensino fundamental e que até 31 de janeiro de 2012 não tenha completado 15 anos de idade, respeitado o valor máximo de reembolso de R$ 337,41 (trezentos e trinta e sete reais e quarenta e um centavos) para cada aeroportuário beneficiado.

Parágrafo 1º - O auxílio de que trata esta Cláusula será pago ao aeroportuário na forma de reembolso, mediante apresentação dos comprovantes de aquisição do material escolar.

Parágrafo 2º - No caso do cônjuge do aeroportuário ser também empregado da Infraero, só a um dos cônjuges será reembolsado o benefício.

Parágrafo 3º - Os aeroportuários promovidos por antiguidade ou por merecimento até 31 de dezembro de 2011 e que já vinham sendo beneficiados por esta Cláusula, continuarão fazendo jus ao auxílio escolar em janeiro de 2012, podendo apresentar a documentação até 30 de abril de 2012.

CLÁUSULA 43 - CESTA ALIMENTAÇÃO

A Infraero concederá a todos os seus empregados um auxílio a título de cesta-alimentação, no valor mensal de R$ 47,53 (quarenta e sete reais e cinquenta e três centavos), na forma de Vale Alimentação.

Parágrafo 1º - Além do disposto no *Caput* desta Cláusula, a Infraero continuará concedendo um auxílio a título de cesta-alimentação e na forma de Vale alimentação, exclusivamente aos seus empregados enquanto enquadrados nas categorias padrões C/12 a E/20, e que não sejam ocupantes de Função de Confiança, observados os seguintes valores:

a) para os empregados enquadrados na categoria padrão C/12, no valor de R$ 92,62;

b) para os empregados enquadrados na categoria padrão D/13, no valor de R$ 85,55;

c) para os empregados enquadrados na categoria padrão D/14, no valor de R$ 78,32;

d) para os empregados enquadrados na categoria padrão D/15, no valor de R$ 70,86;

e) para os empregados enquadrados na categoria padrão D/16, no valor de R$ 63,16;

f) para os empregados enquadrados na categoria padrão E/17, no valor de R$ 55,21;

g) para os empregados enquadrados na categoria padrão E/18, no valor de R$ 47,00;

h) para os empregados enquadrados na categoria padrão E/19, no valor de R$ 38,55;

i) para os empregados enquadrados na categoria padrão E/20, no valor de R$ 29,79.

Parágrafo 2º - Os vales de que trata esta Cláusula poderão ser substituídos por cartão eletrônico, nas localidades em que esse meio de pagamento seja normalmente aceito pelos estabelecimentos comerciais e, viável sua emissão pelas prestadoras de serviços contratadas pela Infraero para o fornecimento de Vale Alimentação.

Parágrafo 3º - A concessão de que trata esta Cláusula aplicar-se-á, inclusive:

a) no período de licença gestante;

b) no período em que durar o afastamento do aeroportuário em benefício de auxílio doença por acidente do trabalho com emissão de CAT reconhecido pelo INSS e, no período de até 180 (cento e oitenta) dias, no caso de auxílio doença não acidentário.

Parágrafo 4º - Os aeroportuários promovidos por antiguidade até 31/12/2011, e que já vinham sendo beneficiados pelo disposto no Parágrafo 1º desta Cláusula, continuarão recebendo a cesta alimentação até o dia 30 de abril de 2012.

CLÁUSULA 44 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

A Infraero promoverá, nos termos da Norma Interna específica expedida pela Empresa, assistência jurídica a dirigente, ex-dirigente, empregado e ex-empregado envolvido em inquéritos, procedimentos administrativos e/ou ações judiciais decorrentes de atos praticados no exercício de suas atribuições institucionais, legais ou regulamentares, no interesse público, especialmente da Infraero.

CLÁUSULA 45 - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO

A Infraero concederá ao aeroportuário 25 (vinte e cinco) Vales Refeição/Alimentação, mensalmente, sem prejuízo do parágrafo 8º, da Cláusula 10 e, da Cláusula 43 deste Acordo Coletivo de Trabalho, no valor unitário de R$ 28,52 (vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos), a partir de 01 de maio de 2011.

Parágrafo 1º - A concessão de que trata o *Caput* desta Cláusula aplicar-se-á, inclusive:

a) no período de férias do aeroportuário;

b) no período de licença maternidade;

c) no período em que durar o afastamento do aeroportuário em benefício de auxílio doença por acidente do trabalho com emissão de CAT reconhecido pelo INSS e, no período de até 180 (cento e oitenta) dias, no caso de auxílio doença não acidentário.

Parágrafo 2º - Sobre o valor total recebido haverá a participação do aeroportuário no custo dos Vales, na forma da Tabela de Participação constante da Cláusula 52 deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 3º - A concessão prevista no *Caput* desta Cláusula não será efetuada nos afastamentos do aeroportuário em decorrência de:

a) suspensão de contrato de trabalho;

b) licença prêmio;

c) qualquer outro afastamento decorrente de benefício do INSS e que não esteja incluído no Parágrafo 1º desta Cláusula;

d) faltas injustificadas;

e) licença para candidatura a cargo eletivo federal, estadual e municipal.

Parágrafo 4º - Os vales de que trata esta Cláusula poderão ser entregues em papel ou substituídos por cartão eletrônico, nas localidades em que esse meio de pagamento seja normalmente aceito pelos estabelecimentos comerciais e, viável sua emissão pelas prestadoras de serviços contratadas pela Infraero para o fornecimento de Vale Alimentação ou Refeição.

CLÁUSULA 46 - VALE TRANSPORTE

A Infraero concederá aos aeroportuários, onde houver transporte coletivo, o Vale Transporte assegurado em Lei, mediante termo de adesão firmado pelo aeroportuário observada a participação deste conforme Tabela de Participação constante da Cláusula 52, e as disposições contidas a seguir.

Parágrafo 1º - Na participação do aeroportuário no custo mencionado no *Caput* desta Cláusula, será considerado o valor médio nacional das tarifas de transportes coletivo.

Parágrafo 2º - Na utilização de transporte da Infraero, ou por ela fretado, aplicar-se-á a mesma Tabela de Participação constante da Cláusula 52 deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 3º - O Vale Transporte será concedido ainda nos seguintes casos:

a) quando o aeroportuário, para o exercício de suas atividades, for obrigado a se deslocar, sem o recebimento de Diárias de Viagens, para participar de reuniões, treinamentos e reciclagens, não integrante dos programas de ensino fundamental, médio, superior, pós-graduação e língua estrangeira;

b) quando o aeroportuário, para o exercício de suas atividades, for obrigado a se deslocar, sem o recebimento de Diárias de Viagens, para participar de exames médicos periódicos, ou tiver que se deslocar para realizar exame médico exigido pela Infraero durante seu horário de trabalho;

c) no deslocamento do aeroportuário para realizar serviços extraordinários, não abrangidos nas alíneas anteriores e que não tenha sido fornecido transporte pela Empresa;

d) quando o aeroportuário vier a ser cedido para prestar serviços a outros órgãos, com ônus para a Infraero, desde que não utilize sistema de transporte ou de Vale Transporte fornecidos pelo órgão requisitante;

e) no dia da ida e do retorno da viagem a serviço, com ou sem recebimento de Diárias de Viagens;

f) quando o empregado tiver que se deslocar para o trabalho nos dias de sua folga ou repouso.

g) a Infraero fornecerá vale transporte ou passagem, com a participação do empregado, para outros meios de transporte coletivo legalizados, que não apresentam as características semelhantes ao transporte urbano, desde que seja a única opção ou a mais econômica, limitada à distância de 150 (cento e cinquenta) km. Os casos excepcionais, não abrangidos por esta alínea, serão analisados individualmente pela Infraero.

Parágrafo 4º - A Infraero envidará esforços para efetuar a entrega dos Vales-Transportes aos aeroportuários até o 5ª dia útil do mês de utilização, sendo que, nos casos previstos nas alíneas "a", "b", "c", "e", e "f", do parágrafo 3º, o aeroportuário beneficiário receberá os correspondentes Vales no mês subsequente ao do respectivo deslocamento.

Parágrafo 5º - O aeroportuário que utiliza Vale Transporte passará a atualizar seu endereço e o percurso com transporte para o local de trabalho e vice-versa, a cada período de 12 (doze) meses, sob pena de suspensão da concessão dos vales de que trata esta Cláusula enquanto não houver a atualização.

CLÁUSULA 47 - AUXÍLIO CRECHE

A Infraero concederá Auxílio Creche ao aeroportuário que tenha filho (a), enteado (a) ou menor sob sua guarda, mesmo que provisória, tutela ou curatela, de conformidade com os valores de reembolso definidos para as faixas etárias adiante enumeradas, ressalvando o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3° desta Cláusula.

FAIXAS ETÁRIAS	VALORES	PARTICIPAÇÃO
a) de 0 a 02 anos	R$ 264,62	Isento
b) de 02 anos e 01 dia a 06 anos, 11 meses e 29 dias	R$ 264,62	Com participação

Parágrafo 1º - Para a aeroportuária mãe que tenha filho (a) na faixa etária entre zero a 06 (seis) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, a Infraero concederá o Auxílio Creche mensal de até R$ 264,62 (duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), isenta de participação nos custos deste benefício.

Parágrafo 2º - O aeroportuário ou a aeroportuária que comprovar, por meio de atestado médico, que tenha filho (a) com deficência, incapaz para o trabalho, e pessoas nestas mesmas condições vivendo sob sua dependência econômica, mediante tutela ou curatela, fará jus ao valor mensal do reembolso do auxílio creche ou do auxílio babá, de até R$ 264,62 (duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), sem limite de idade e isento de participação.

Parágrafo 3° - O aeroportuário ou a aeroportuária que comprovar o pagamento de serviços prestados pela babá do(s) seu(s) filhos (as), na faixa etária entre zero a 06 (seis) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, mediante: o registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o recibo do pagamento; e o recolhimento dos valores devidos ao INSS, fará jus ao reembolso dos valores pagos, respeitado o limite máximo mensal de R$ 264,62 (duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), não cumulativo com o benefício do auxílio creche de que trata esta Cláusula, vedada a contratação de Pais e Avós do (a) dependente para efeito desta Cláusula.

Parágrafo 4º - O pagamento do auxílio previsto nesta Cláusula não será interrompido no período de férias, licença maternidade, licença remunerada pela Empresa, licença por auxílio doença até 02 (dois) anos de afastamento e pelo período em que o aeroportuário estiver em auxílio doença por acidente do trabalho, respeitado os limites de idade dos beneficiários estabelecidos para auxílio creche e auxílio babá.

Parágrafo 5º - Quando ambos os cônjuges forem empregados da Infraero, o reembolso de que trata esta Cláusula não será cumulativo, obrigando o (a) aeroportuário (a) a designar por escrito à Infraero o cônjuge que deverá receber o benefício.

Parágrafo 6º - Entende-se, para efeito desta Cláusula, filho(a) com deficência, o deficiente mental, o deficiente físico (paralisia, mutilação e/ou surdo mudo) e o deficiente visual que requeira educação especial.

Parágrafo 7º - Sobre o valor do reembolso com participação do aeroportuário aplicar-se-á a Tabela de Participação constante da Cláusula 52 deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 8º - O aeroportuário terá até o dia 30 de janeiro de cada ano para garantir o reembolso do Auxílio de que trata esta Cláusula, não recebido no exercício anterior, mediante a apresentação do comprovante necessário para o reembolso, devidamente protocolado na respectiva Dependência de lotação do aeroportuário.

CLÁUSULA 48 - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA INFRAERO - PAMI

A Infraero manterá o Programa de Assistência Médica Infraero - PAMI, para os aeroportuários que, inclusive durante o período de experiência do contrato de trabalho, firmarem termo de adesão a este benefício, nas condições que seguem:

Parágrafo 1º - A assistência médico-hospitalar será prestada por meio de contratos com entidades ou profissionais, que assegurem o direito de atendimento à hospitalização e/ou cuidados médicos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo 2º - Na hipótese de rescisão do contrato com entidades de que trata o parágrafo 1º desta Cláusula, a Infraero contratará novos serviços similares, ficando assegurado o reembolso das despesas médicas, até os limites constantes das Tabelas praticadas pela Infraero, caso não haja a prestação dos serviços por outro contratado, respeitado os demais procedimentos previstos nesta Cláusula.

Parágrafo 3º - O beneficiário e seus dependentes receberão credenciais, bastando apresentá-las nos casos de consultas médicas, exames de laboratório e radiologia.

Parágrafo 4º - Serão considerados como dependentes do beneficiário:

a) o cônjuge;

b) um companheiro (a) designado (a), que comprove união estável como entidade familiar com declaração cartorial, ou que tenha filhos (as) em comum;

c) filhos (as) solteiros (as) até 21 anos, 11 meses e 29 dias de idade;

d) filhos (as) solteiros (as), com mais de 21 anos, 11 meses e 29 dias até completar 24 anos, 11 meses e 29 dias de idade, comprovadamente frequentando cursos de graduação e pós-graduação, *strictu sensu* (mestrado e doutorado), sem economia própria;

e) os filhos (as) inválidos de qualquer idade, sem economia própria;

f) os enteados (as), nas mesmas condições impostas para filhos (as);

g) o menor tutelado e/ou sob guarda judicial, mesmo que provisória, sem economia própria;

h) o menor solteiro de até 21 anos sem economia própria, que mediante autorização judicial ou justificativa de dependência econômica devidamente homologada judicialmente, viva na companhia e expensas do aeroportuário e conste de sua Declaração de Imposto de Renda;

i) Pai com idade mínima de 65 anos e renda máxima mensal de até 02 (dois) salários mínimos, cadastrado no PAMI até 30 de setembro de 1999 e renovada a declaração de renda no mês de maio;

j) Mãe com idade mínima de 60 anos e renda máxima mensal de até 02 (dois) salários mínimos, cadastrada no PAMI até 30 de setembro de 1999, renovada a declaração de renda no mês de maio;

k) o Pai e a Mãe, não abrangidos nas alíneas "i" e "j" deste parágrafo, poderão ser cadastrados no PAMI, caso tenham idade mínima de 65 e 60 anos, respectivamente, e renda mensal de até 02 (dois) salários mínimos, e constem como dependentes do aeroportuário na sua Declaração anual de Imposto de Renda. No caso da renda anual do Pai ou da Mãe exceder o limite para dependente na Declaração de Imposto de Renda do respectivo aeroportuário, será exigida a própria Declaração de Imposto de Renda do Pai ou da Mãe, conforme for o caso.

Parágrafo 5° - Caso os beneficiários constantes das alíneas "i", "j" e "k", residam juntos, somente terão direito à utilização do PAMI quando a renda conjunta mensal não ultrapassar 04 (quatro) salários mínimos ou o mesmo limite, se apenas um dos beneficiários perceber renda mensal. No caso da renda anual do Pai ou da Mãe exceder o limite para dependente na Declaração de Imposto de Renda do respectivo aeroportuário, será exigida a própria Declaração de Imposto de Renda do Pai ou da Mãe, conforme for o caso.

Parágrafo 6º - Entende-se por "sem economia própria", o dependente que não tenha rendimento próprio superior a 02 (dois) salários mínimos mensais.

Parágrafo 7º - O empregado do quadro de cargo regular que tenha mais de 10 (dez) anos contínuos, de serviços prestados à Infraero, e na vigência do contrato de trabalho com a Infraero, se aposente pela Previdência Social, inclusive, se decorrente de auxilio doença ou de acidente no trabalho, terá direito a usufruir do PAMI, juntamente com seu(s) dependente(s), ainda que seu contrato de trabalho com a Infraero seja rescindido por qualquer motivo, com iniciativa de qualquer das partes, empregado e empresa, salvo se for por justa causa.

Parágrafo 8º - O empregado que tenha ingressado no quadro de cargo regular da Infraero, já na condição de aposentado pela Previdência Social, poderá usufruir do PAMI, juntamente com seu(s) dependente(s), ao término da prestação de serviços a Infraero, desde que não seja assistido por outro Programa ou Plano Médico decorrente da aposentadoria, conte com mais de 10 (dez) anos contínuos de serviços prestados à Infraero, e seu contrato de trabalho com a Infraero seja rescindido por qualquer motivo, com iniciativa de qualquer das partes, empregado e empresa, exceto se for por justa causa.

Parágrafo 9º - O ex-empregado aposentado no período compreendido entre 1º de maio de 1994 a 30 de abril de 1996, e que por força de Acordos Coletivos de Trabalho referentes a esse período teve direito a usufruir do PAMI com seu(s) respectivo(s) dependente(s), poderá dar continuidade ao benefício, desde que não se enquadre nas hipóteses dos parágrafos 7º e 8º desta Cláusula.

Parágrafo 10 - Considera-se dependente do beneficiário previsto nos parágrafos 7º, 8º e 9º, o seu cônjuge ou companheiro (a) designado (a) que comprove união estável como entidade familiar com declaração cartorial, ou tenha filhos (as) em comum.

Parágrafo 11 - O Programa de Assistência Médica Infraero - PAMI, poderá ser utilizado:

a) nos períodos de férias;

b) nos períodos de licença maternidade;

c) nos períodos de licença médica a cargo da Infraero;

d) pelo período de auxílio doença iniciado após 30/04/2009, bem como, os casos assegurados com base no Acordo Coletivo de Trabalho que se encerrou em 30/04/2009;

e) por todo o período de auxílio doença por acidente do trabalho com emissão de CAT reconhecido pelo INSS, contados da data do início do respectivo benefício.

Parágrafo 12 - Os beneficiários e seus dependentes previstos nos parágrafos 7º, 8º, 9º, e 10, só poderão utilizar o PAMI, nas localidades onde haja Dependência da Infraero.

Parágrafo 13 - A participação no custeio do Programa de Assistência Médica Infraero - PAMI, por parte dos empregados e ex-empregados aposentados nos termos dos parágrafos 7º, 8º e 9° desta Cláusula, excluída qualquer cobrança de taxa de administração paga à prestadora de serviço, será conforme Tabela de Participação constante da Cláusula 52 deste Instrumento, limitada, em cada caso de cirurgia e internação clínica, ocorrida a partir 01 de maio de 2.003, ao máximo de 01 (um) salário base do respectivo aeroportuário, sendo que enquanto o aeroportuário exercer cargo de confiança considerar-se-á, para efeito deste limite, o valor do cargo regular, acrescido da Função Gratificada ou a Remuneração Global. Para os ex-empregados aposentados o limite máximo será o valor atualizado do benefício da aposentadoria. O limite que trata este Parágrafo aplicar-se-á, também, no caso do primeiro retorno de internação ou primeira revisão de cirurgia do aeroportuário, ocorridos até 15 (quinze) dias da respectiva alta.

Parágrafo 14 - Em caso de internação, facultar-se-á ao aeroportuário a opção por enfermaria ou, no máximo, por apartamento tipo "B" *(standard*), inclusive para os dependentes constantes das alíneas "i", "j" e "k", do parágrafo 4º desta Cláusula.

CLÁUSULA 49 - AUXÍLIO FUNERAL

A Infraero garantirá ao aeroportuário e/ou seus dependentes, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega da documentação legal, o reembolso de despesas com Auxilio Funeral, de até R$ 5.717,73 (cinco mil, setecentos e dezessete reais e setenta e três centavos), em caso de falecimento do aeroportuário ou de seus dependentes ocorrido a partir da data da assinatura deste Instrumento.

Parágrafo 1º - Considerar-se-á como dependente do aeroportuário, para efeito deste benefício:

a) o cônjuge ou companheiro (a), de mesmo sexo ou não, que comprove união estável como entidade familiar com declaração cartorial, ou que tenha filhos (as) em comum;

b) filho (a) solteiro (a), e/ou menor sob guarda ou tutela do aeroportuário;

c) enteado (a) solteiro (a), sob responsabilidade do cônjuge ou companheiro(a) do aeroportuário;

d) filho (a) inválido (a), incapaz para o trabalho, sem limite de idade;

e) pais e avós do empregado.

Parágrafo 2º - O reembolso referente a falecimento ocorrido antes da data constante do *caput* desta cláusula respeitará o valor vigente na respectiva data do falecimento.

Parágrafo 3º - Haverá participação do aeroportuário, exceto no caso de seu próprio falecimento, no valor reembolsado pela Infraero, conforme Tabela de Participação constante da Cláusula 52 deste Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA 50 - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

A Infraero continuará mantendo o Programa de Auxílio Odontológico, nos termos da Norma Interna vigente na Empresa.

Parágrafo 1º - O valor máximo para serviços realizados a partir da data da assinatura deste Acordo, será de até R$ 2.381,72 (dois mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos) para atendimento do aeroportuário, seus filhos (as), seu cônjuge ou companheiro (a), enteado (a), menor sob sua guarda ou tutela, sendo que a participação do aeroportuário nos custos deste benefício será de acordo com a Tabela de Participação constante da Cláusula 52 deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 2º - A forma de utilização do Programa de Assistência Odontológica pelo respectivo aeroportuário poderá ser por meio de credenciamentos a serem realizados pela Infraero, ou por meio de reembolso, respeitado os valores únicos para ambas as modalidades.

CLÁUSULA 51 - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A Infraero continuará assegurando a Apólice Básica do Seguro de Vida em Grupo aos empregados, por meio de empresa contratada, sem custo para os empregados.

Parágrafo Único - O valor referente à apólice complementar é opcional para o empregado, sendo que o custo integral será descontado mensalmente em folha de pagamento, quando for o caso.

CLÁUSULA 52 - TABELA DE PARTICIPAÇÃO

Para efeito de participação no custeio dos benefícios concedidos pela Infraero, a título de Auxílio Creche, Programa de Alimentação do Trabalhador, Programa de Vale Transporte, Programa Odontológico, Auxílio Funeral e Programa de Assistência Médica Infraero - PAMI, aplicar-se-á a seguinte tabela de participação que levará em consideração, também, o valor do Cargo em Comissão exercido pelo aeroportuário:

FAIXA SALARIAL			PARTICI-PAÇÃO
DE	ATÉ	RG ou FG + QCR	%
C / P C 12	C / P A 22	-	4%
C / P A 23	C / P A 38	XI	8%
C / P A 39	C / P B 59	XIV- X - IX - VIII - VII	15%
C / P B 60	C / P D84	Especial-XV-XIII-VI-V-IV-III-II-I	20%

CLÁUSULA 53 - TRANSPORTE DE SOCORRO

A Infraero transportará o aeroportuário para local apropriado, com urgência, em caso de acidente, mal súbito ou parto, desde que tais ocorrências aconteçam durante a jornada de trabalho ou em decorrência desta, mesmo quando não esteja em seu local original de trabalho.

Parágrafo Único - Nas Dependências onde houver ambulância, esta poderá ser utilizada para transporte dos empregados da Infraero, em caso de emergência.

CLÁUSULA 54 - AUXÍLIO COMBUSTÍVEL

A Infraero concederá ao aeroportuário, que não exercer o direito ao recebimento do vale-transporte ou à utilização de transporte fornecido pela Empresa, o direito a opção por receber auxílio combustível, no valor de R$ 159,76 (cento e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos) mensais, a partir de 01 de maio de 2011.

Parágrafo 1º - O empregado que exerce o direito ao recebimento do vale transporte ou à utilização de transporte fornecido pela Empresa, poderá, em caso de desistência, optar pelo recebimento do auxílio combustível, que será viabilizado pela Infraero a partir do mês subsequente ao da opção.

Parágrafo 2º - Sobre o valor do auxílio combustível haverá a participação do empregado à base de 4% (quatro por cento).

Parágrafo 3º - Nos afastamentos do empregado em decorrência de faltas ao trabalho, licença gestante e licença médica com remuneração por parte de Empresa, será mantida a concessão do benefício.

Parágrafo 4º - Nos afastamentos do empregado em decorrência de férias, a concessão do benefício será proporcional aos dias trabalhados no mês, sem prejuízo do adicional de férias, à base de 1/12 (um doze avos) dos valores percebidos durante o respectivo período aquisitivo das férias.

Parágrafo 5º - Nos afastamentos decorrentes de auxílio doença ou de acidente do trabalho, ou qualquer outro tipo de caracterização de suspensão do contrato de trabalho, a concessão do benefício será proporcional aos dias trabalhados pelo empregado no respectivo mês.

CLÁUSULA 55 - PARCEIRO(A) DO MESMO SEXO

A Infraero continuará assegurando ao (à) parceiro(a) do mesmo sexo, considerando-o(a) para todos os fins como companheiro(a), os benefícios constantes do presente Instrumento, desde que declarado pelo empregado(a) em escritura cartorial, que deverá ser entregue na área de pessoal de sua Dependência de lotação.

CLÁUSULA 56 - PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA

A Infraero promoverá campanhas preventivas e educativas de combate a doenças auditivas, alcoólicas, drogas e hipertensão.

CLÁUSULA 57 - PROCESSOS JUDICIAIS

A Infraero reconhece a legitimidade processual do SINA no ajuizamento de ações por substituição processual, plúrimas e de cumprimento.

CLÁUSULA 58 - INCENTIVO AO ESTUDO

A Infraero continuará concedendo percentual sobre o salário-base, a título de Incentivo ao Estudo, ao empregado enquadrado no Plano de Classificação de Cargos e Salários vigente, que tenha ou venha a conquistar títulos de educação formal acima do exigido para o ingresso em seu cargo/carreira na empresa, conforme demonstrado na planilha abaixo, que incidirá para todos os efeitos legais:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TÍTULO APRESENTADO	% SOBRE O SALÁRIO - BASE
Curso Técnico Profissionalizante	5
Superior Completo	7
Especialização / Pós-Graduação	9
Mestrado	11

Parágrafo 1º - Para a concessão do Incentivo ao Estudo de que trata esta Cláusula, deverá ser observado o seguinte:

a) fazem jus ao Incentivo ao Estudo os empregados que estejam enquadrados PCCS vigente e que apresentem título de educação formal acima do exigido para o ingresso em seu cargo/carreira na Empresa;

b) a comprovação dos títulos será realizada pelo empregado através da apresentação do certificado/diploma, com uma cópia a mais para que seja aposto o recebido com data/hora/carimbo;

c) só serão aceitos cursos relacionados com as atividades desempenhadas no âmbito da Empresa;

d) como títulos de cursos Superiores e técnicos profissionalizantes deverão ser considerados os divulgados pela Infraero;

e) a Infraero não se opõe a analisar pleitos sobre o reconhecimento de novos cursos para efeito do incentivo de que trata esta Cláusula.

Parágrafo 2º - Serão considerados como títulos de cursos de especialização/pós-graduação ou mestrado os cursos relacionados com as atividades da Empresa que atendam aos requisitos do Conselho Nacional de Educação - CNE, conforme segue:
I. Pós-graduações *Latu Sensu* (compreendem programas de especialização e cursos designados como MBA - Master Business):

a) duração mínima de 360 horas;

b) elaboração de monografia ou trabalho de conclusão de curso (TCC);

c) se for oferecido a distância deve incluir necessariamente provas presenciais e defesa presencial de monografia ou TCC;

d) certificado emitido pela instituição responsável pelo curso como documento comprovante, mencionando a área de conhecimento do curso acompanhado de histórico escolar, constando obrigatoriamente: relação das disciplinas, carga horária, nota, nome e qualificação dos professores, período e local em que o curso foi realizado, duração total e horas de efetivo trabalho acadêmico, título da monografia ou do TCC e a nota obtida neste, declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da Resolução nº 1/MEC e indicação do ato legal de credenciamento da instituição.

II. Pós-graduações *Strictu Sensu* (compreendem programas de mestrado):

a) defesa de dissertação ou tese;

b) se oferecidos a distância devem necessariamente incluir provas e atividades presenciais devendo ser presenciais também os exames de qualificação e as defesas de dissertação;

c) diploma emitido pela instituição responsável pelo curso como documento comprovante;

d) os diplomas de conclusão de cursos de pós-graduação stricto sensu obtidos de instituições de ensino superior estrangeiras, para terem validade nacional, devem ser reconhecidos e registrados por universidades brasileiras que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior ou em área afim.

Parágrafo 3º - O incentivo ao estudo de que trata esta Cláusula será pago a partir do mês subsequente ao da entrega do certificado/diploma na área de pessoal da Dependência de lotação do empregado.

Parágrafo 4º - Não haverá acúmulo de incentivo decorrente dos títulos, permanecendo o percentual de maior titularidade.

Parágrafo 5º - Os empregados, mesmo que possuam títulos de educação formal acima do exigido para o ingresso em seu cargo/carreira na empresa, passarão a fazer jus à concessão do Incentivo somente após 12 (doze) meses a contar da data de sua admissão.

IV - DA SEGURANÇA E MEDICINA DE TRABALHO

CLÁUSULA 59 - GARANTIA DE SEGURANÇA

A responsabilidade pelas providências necessárias pela não execução e/ou interrupção de atividades consideradas de risco iminente aos aeroportuários será atribuída, nesta ordem: ao SESMT; na sua falta, ao Presidente da CIPA; na sua ausência, ao vice-presidente da CIPA; e, onde não houver a CIPA, ao chefe imediato do local da ocorrência. Não será permitido submeter o empregado a qualquer sanção disciplinar, caso ele se recuse a realizar trabalho por ausência das condições de segurança.

CLÁUSULA 60 - UNIFORMES, EPI E COMPLEMENTOS

Os uniformes exigidos pela Infraero serão gratuitamente por ela fornecidos, condizentes com as condições climáticas predominantes do local de lotação, exceto no caso de extravio ou mau uso pelo aeroportuário.

Parágrafo 1º - A Infraero fornecerá gratuitamente Equipamento de Proteção Individual - EPI, de acordo com as especificações da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego e com o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA da Infraero, em perfeito estado de conservação e funcionamento, adequado ao risco ambiental.

Parágrafo 2º - O empregado será treinado, no início do efetivo exercício de suas atribuições, por meio da chefia imediata e com o apoio da área de segurança do trabalho, tomando conhecimento dos riscos e das medidas preventivas que estará exposto, para efetuar e manter os registros necessários às eventuais consultas dos órgãos interessados.

Parágrafo 3º - Faculta-se ao empregado comunicar à chefia imediata, à área de segurança do trabalho ou à CIPA, se o EPI utilizado atende as suas necessidades de adaptação, para o exercício de suas funções, devendo os responsáveis tomar as providências cabíveis, inclusive, se for o caso, orientarem ao empregado quanto à solução do problema identificado.

Parágrafo 4º - A Infraero fará constar dos contratos mantidos com empresas prestadoras de serviços, o disposto na presente Cláusula.

Parágrafo 5º - Enquanto o aeroportuário no exercício de suas atividades estiver exposto aos raios solares, a céu aberto, a Infraero disponibilizará protetor solar, com fator de proteção solar nº 30 (creme ou Gel), por meio de instrumento que permita uso coletivo dos aeroportuários no respectivo local de trabalho.

CLÁUSULA 61 - PERÍCIAS TÉCNICAS

A caracterização ou descaracterização das atividades e/ou áreas insalubres ou periculosas serão realizadas por meio de perícia técnica, nos termos do artigo 195 da Consolidação das Leis do Trabalho. A Infraero procurará priorizar o uso de profissionais da própria Empresa, permitindo acompanhamento por outros profissionais especializados indicados pelo SINA.

Parágrafo 1º - Em sendo constatadas, por perícia técnica, condições de periculosidade ou de insalubridade, o adicional correspondente será pago, inclusive as parcelas retroativas, desde o momento em que o aeroportuário passou a ser exposto ao agente periculoso ou insalubre.

Parágrafo 2º - Para efeito do cálculo do adicional de insalubridade, considerar-se-á o valor do salário da Categoria "C" Padrão 12, da Tabela de Salários do PCCS em vigor, ou de outro que vier substituí-lo, reajustado com os índices que vierem a ser concedidos à categoria durante a vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo 3º - A Infraero anotará, obrigatoriamente, na Carteira de Trabalho e Previdência Social do aeroportuário, a condição de trabalho em área insalubre ou periculosa, especificando a data de início e de término.

Parágrafo 4º - Ocorrendo mudanças do empregado, em suas atividades e/ou área de trabalho, periculosa ou insalubre, definidas no último Laudo Pericial da respectiva Dependência, caberá aos profissionais de Segurança e Saúde no Trabalho da Infraero, acompanhar e propor a inclusão ou a exclusão do respectivo adicional devendo ser informado ao empregado e ao SINA.

Parágrafo 5º - No caso de mudança de lotação do empregado, será excluído o adicional, devendo ser realizada nova avaliação pelos profissionais de SST da Infraero, para verificação da nova atividade e/ou área do empregado. Caso a nova situação esteja contemplada no último Laudo existente, a Infraero pagará, imediatamente, ao empregado o adicional devido.

Parágrafo 6º - No caso da Perícia Técnica não ser realizada por empregado da Infraero, os representantes das partes participarão como assistentes técnicos.

CLÁUSULA 62 - EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS

Os aeroportuários serão submetidos a exames médicos periódicos conforme o Programa de controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, da respectiva dependência da Infraero, com base nos riscos específicos para cada função.

Parágrafo 1º - A Infraero realizará na mesma ocasião os seguintes exames médicos, para os aeroportuários com mais de 40 (quarenta) anos, caso haja concordância dos mesmos:

a) antígeno prostático específico, no caso do aeroportuário do sexo masculino;

b) o exame de mamografia, para o(a) aeroportuário(a).

Parágrafo 2º - Os exames complementares exigidos para o diagnóstico médico serão suportados unicamente pela Infraero.

Parágrafo 3º - Além dos exames exigidos pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, a Infraero, realizará, sem qualquer participação do aeroportuário, os seguintes exames, para os empregados constantes do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, como do Grupo Homogêneo de Risco:

a) exame oftalmológico (acuidade visual);

b) exame de capacidade pulmonar.

CLÁUSULA 63 - INSPEÇÃO DE CONDIÇÕES DE TRABALHO

O SINA poderá realizar visitas periódicas aos locais de trabalho de acordo com as necessidades apuradas pelo representante sindical, acompanhado, preferencialmente, por representante do SESMT.

Parágrafo 1º - A Infraero deverá ser previamente notificada por escrito, pelo menos 10 (dez) dias antes da visita, sendo que, cumprida essa formalidade, e não comparecendo o representante do SESMT, não haverá impedimento para a realização da inspeção de que trata esta Cláusula.

Parágrafo 2º - Os empregados e as instituições (CIPA e SINA) serão informados das medidas de proteção existentes no PPRA, PPA, PCA e PCMSO de cada dependência da Infraero, que sendo solicitada formalmente pelo SINA, fornecerá uma cópia dos documentos citados nesta Cláusula, no prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento do pedido.

CLÁUSULA 64 - PROTEÇÃO À GESTANTE

A Infraero assegura à aeroportuária gestante, o imediato remanejamento para outro local da mesma Dependência, quando no local original de trabalho possa vir a estar ou que já esteja exposta a quaisquer condições insalubres ou perigosas, devidamente atestado pelo Médico do Trabalho da Infraero.

CLÁUSULA 65 - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO

No caso de acidentes fatais ocorridos nas Dependências da Infraero, o SINA deverá ser comunicado imediatamente. Na ocorrência de acidente de trajeto o SINA será comunicado tão logo a Infraero tenha conhecimento do fato.

CLÁUSULA 66 - LOCAL DE TRABALHO - PRIMEIROS SOCORROS

A Infraero manterá nas Dependências, em lugar apropriado, de fácil acesso e amplamente divulgado, caixa de primeiros socorros, assegurando o treinamento de empregado.

CLÁUSULA 67 - PROGRAMA DE RECICLAGEM PROFISSIONAL

A Infraero manterá plano de treinamento anual, contemplando cursos necessários para o desempenho das atividades inerentes aos seus empregados.

Parágrafo Único - A Infraero viabilizará a participação de dirigentes sindicais em programas de treinamento corporativo, no total de 07 (sete) vagas.

CLÁUSULA 68 - LICENÇA MÉDICA

A Infraero considerará o empregado em licença médica quando apresentar atestado médico/odontológico, emitido por profissional devidamente registrado no conselho regional correspondente, na unidade da Federação onde exercer suas atividades profissionais, em formulário próprio ou receituário que contenha:

a) nome do empregado;

b) número de dias de afastamento, especificando a data de início;

c) Código Internacional de Doença (CID) correspondente, quando expressamente autorizado pelo empregado;

d) data do atendimento;

e) nome, assinatura e o número de registro no Conselho Regional da categoria do profissional que prestou o atendimento.

Parágrafo 1º - O atestado médico ou odontológico, devidamente preenchido, será recebido e homologado pela Infraero mediante as seguintes condições:

a) deverá ser entregue, preferencialmente, pelo próprio empregado, no setor médico da dependência, onde houver, ou no setor de Recursos Humanos/Pessoal, no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da data do afastamento do trabalho;

b) quando o empregado estiver impossibilitado de comparecer ao setor médico, se houver, ou no setor de Recursos Humanos/Pessoal, em razão da doença que deu origem ao afastamento, deve ser mantido o prazo para entrega do atestado que, nesse caso, poderá ser feita por terceiros.

Parágrafo 2º - Nas situações previstas nas alíneas do parágrafo 1º desta Cláusula, no verso do atestado médico ou odontológico deverá constar o visto do chefe imediato antes de ser entregue ao setor médico.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - DAS RELAÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA 69 - ESTABILIDADE PROVISÓRIA PARA DIRIGENTES SINDICAIS

O aeroportuário eleito para cargo da Diretoria Executiva, titulares e suplentes, do Conselho Fiscal, titulares e suplentes, do Conselho de Representantes e de Delegado Sindical, titulares e suplentes, do SINA, gozará de estabilidade no emprego, a partir do momento do registro de sua candidatura ao respectivo cargo eletivo, e até 01 (um) ano após o final do seu mandato, se eleito e no pleno exercício do cargo até 31 de dezembro de 2011.

Parágrafo 1º - Na ocorrência de renúncia ou perda do mandato por qualquer motivo, perderá a garantia de que trata esta Cláusula o ocupante do cargo eletivo especificado no *Caput* desta Cláusula.

Parágrafo 2º - Por meio de ofício se compromete o SINA a informar à Infraero a ocorrência de eleição, renúncia ou a exclusão de qualquer membro contemplado com a garantia de que trata esta Cláusula.

CLÁUSULA 70 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A Infraero não se opõe a discutir previamente com o SINA, caso por este solicitado, a inclusão de seus representantes em reuniões, palestras, seminários e SIPAT agendadas pela Infraero.

CLÁUSULA 71 - GARANTIA DE EMPREGO DE DIRETORES DA AEROCRED

O aeroportuário eleito para cargos efetivos da Diretoria Executiva, titulares e suplentes e do Conselho Fiscal da AEROCRED gozará de estabilidade no emprego até 01 (um) ano após o término do seu mandato.

Parágrafo 1º - Na ocorrência de renúncia ou perda do mandato por qualquer motivo, o ocupante do cargo eletivo especificado no *Caput*, perderá a garantia de que trata esta Cláusula, o mesmo ocorrendo, em caso de substituição do aeroportuário eleito, antes do término do mandato, com base em dispositivos regulamentares da Cooperativa.

Parágrafo 2º - Por meio de ofício a AEROCRED se compromete a informar à Infraero, de imediato, a ocorrência de eleição, renúncia, exclusão ou substituição de aeroportuários envolvidos nas ocorrências de que trata este parágrafo.

CLÁUSULA 72 - DA ASSEMBLEIA GERAL DOS TRABALHADORES

As partes reconhecem que a Assembleia Geral é um direito fundamental dos trabalhadores, devendo ser garantida a sua realização e convocação pela entidade sindical.

CLÁUSULA 73 - GARANTIA DE ACESSO AOS DIRIGENTES SINDICAIS

Assegura-se o acesso dos dirigentes sindicais à Infraero nos intervalos destinados à alimentação e descanso, para desempenho de suas funções, vedada divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva.

Parágrafo 1º - Em se tratando de distribuição de informativos do SINA, que sejam do interesse dos empregados, garantir-se-á os meios de acesso dos dirigentes sindicais durante o horário de funcionamento da dependência.

Parágrafo 2º - Defere-se afixação, na Infraero, de quadro de avisos do SINA, para comunicados de interesse dos aeroportuários, vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivo.

CLÁUSULA 74 - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As homologações de rescisão de contrato de trabalho dos empregados nas Superintendências Regionais e na Sede da Infraero ou, nas localidades onde houver Sede e Subsede do SINA, serão efetuadas pelo SINA.

Parágrafo 1º - Nas localidades onde não houver Sede ou Subsedes do SINA, as homologações serão feitas nas respectivas Superintendências Regionais do Trabalho ou Gerências Regionais do Trabalho.

Parágrafo 2º - As homologações serão realizadas:

a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato, quando o aviso prévio tiver sido cumprido em serviço;

b) até o 10º (décimo) dia subsequente à data da comunicação da demissão, no caso de ausência do aviso prévio, indenização deste ou dispensa do seu cumprimento;

c) a Infraero deverá agendar junto ao SINA, com no mínimo 03 (três) dias corridos de antecedência, enviando cópia do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, os horários para a realização das homologações.

Parágrafo 3º - O não cumprimento dos prazos previstos no parágrafo 2º, ressalvados aqueles que as partes comprovem a impossibilidade de homologação por problemas da entidade homologadora ou do não comparecimento do aeroportuário, sujeitará a Infraero ao pagamento, em favor do empregado, do valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido para a data do efetivo pagamento.

Parágrafo 4º - O reajustamento de salário ocorrido no curso do aviso prévio proporciona ao demitido o recebimento das diferenças das verbas rescisórias discriminadas em termo de rescisão de contrato de trabalho complementar.

CLÁUSULA 75 - MENSALIDADE DO SINDICATO

As mensalidades descontadas em folha de pagamento, em favor do SINA, serão recolhidas ao Sindicato até o 3º (terceiro) dia útil após o pagamento.

Parágrafo 1º - Fica a INFRAERO autorizada a colher do empregado, se assim concordar, por ocasião de sua admissão na empresa, a ficha de filiação como associado do SINA.

Parágrafo 2º - O empregado que vier associar-se ao SINA na forma do parágrafo 1º, poderá desistir do respectivo ato, encaminhando a sua desfiliação ao SINA.

Parágrafo 3º - O SINA deverá informar a desfiliação à INFRAERO até o dia 10 de cada mês, para processamento na folha de pagamento. Ultrapassado este prazo a desfiliação se dará na folha de pagamento do mês subsequente.

CLÁUSULA 76 - COMPROVAÇÃO DE DESCONTOS

A Infraero encaminhará ao SINA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o desconto, cópia das guias de contribuição sindical, assistencial e confederativa, com a relação nominal dos aeroportuários e respectivas remunerações considerada na base de cálculo.

CLÁUSULA 77 - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

Obriga-se a Infraero a remeter ao SINA, uma vez por ano, ou quando por este solicitado, a relação dos empregados pertencentes à categoria, contendo nome, endereço, cargo e data de nascimento.

Parágrafo Único - A cada 03 (três) meses a Infraero enviará ao SINA o nome dos empregados admitidos e dos desligados no trimestre anterior.

CLÁUSULA 78 - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

A Infraero assegurará a liberação em tempo integral de 16 (dezesseis) empregados, detentores de mandato eletivo no SINA, indicados pelo SINA, com ônus para a Infraero, obrigando-se o SINA a designar e manter 01 (um) dos cedidos, em cada Superintendência Regional da Infraero, como disposto na Cláusula 73 deste Instrumento.

Parágrafo 1º - O Dirigente Sindical designado para Brasília será o responsável pela homologação de rescisão de contrato de trabalho dos empregados lotados na Superintendência Regional do Centro-Oeste, no Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek e na Sede da Infraero.

Parágrafo 2º - A liberação de empregado que labora nas atividades de navegação aérea, em regime de escala, aguardará a conclusão do processo de substituição do indicado no respectivo local de trabalho.

CLÁUSULA 79 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

A Infraero procederá ao desconto em folha de pagamento no primeiro mês subsequente ao da assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho, de todos os empregados, a título de contribuição assistencial, aprovado em assembleias, cujo percentual é de 2% (dois por cento) limitado ao valor de R$ 100,00 (cem reais), incidentes sobre a remuneração mensal do mês de assinatura do presente Acordo, não incluindo diferenças salariais de meses anteriores e decorrentes deste Acordo.

Parágrafo 1º - Poderá o aeroportuário(a) se opor ao referido desconto, desde que, em prazo não superior a 10 (dez) dias da data de assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho faça oposição, de próprio punho, protocolizada perante a Infraero.

Parágrafo 2º - No período imediatamente subsequente àquele aberto às oposições, que não poderá ultrapassar de 10 (dez) dias, a Infraero enviará ao SINA cópia de todas as oposições recebidas dos seus empregados.

Parágrafo 3º - A contribuição assistencial descontada em folha de pagamento, em favor do SINA, será recolhida ao Sindicato até o 3º (terceiro) dia útil após o pagamento dos salários.

CLÁUSULA 80 - ABONO DE PARTICIPAÇÃO SINDICAL

A Infraero assegura a frequência livre dos Delegados Sindicais, membros do Conselho Fiscal e dos membros da Direção do SINA, efetivos ou suplentes, quando designados para realizarem Seminários, Encontros Nacionais organizados pelo SINA e Assembleias dos aeroportuários de suas respectivas Dependências de lotação, observado ainda o seguinte:

Parágrafo 1º - Um dos detentores de cargo eletivo do SINA de que trata o *Caput* desta Cláusula, efetivo ou suplente, terá assegurado a frequência livre de 25 (vinte e cinco) dias por ano, respeitado o limite máximo de 05 (cinco) dias por mês, para participar de reuniões realizadas pelo SINA.

Parágrafo 2º - Os membros da Direção do SINA e os Delegados Sindicais terão o abono de que trata esta Cláusula, para participarem de um Encontro Regional Anual, na respectiva Subsede, e de um Encontro Nacional Anual do SINA.

Parágrafo 3º - Para as reuniões de negociações da data-base da categoria, poderá o SINA convocar até 10 (dez) aeroportuários, membros da Direção do SINA, ou do Conselho Fiscal, ou do Corpo de Delegados Sindicais.

Parágrafo 4º - Para ser deferido o abono de que trata esta Cláusula, o Presidente do SINA ou um Diretor Executivo por ele autorizado deverá comunicar à dependência de lotação, com antecedência de 02 (dois) dias úteis.

CLÁUSULA 81 - COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA INFRAERO

A Infraero manterá os descontos em folha de pagamento dos empregados, a favor da AEROCRED, conforme os procedimentos realizados entre as partes, recolhidas à Cooperativa até o 3º (terceiro) dia útil após o pagamento.

CLÁUSULA 82 - CIPA - CONSTITUIÇÃO E ELEIÇÃO DE MEMBROS

As Dependências da Infraero enviarão no prazo de 30 (trinta) dias à Sede ou às Subsedes do SINA ou, aos respectivos representantes sindicais em cada localidade, o edital da eleição e a ata de posse dos empregados eleitos, titulares e suplentes da CIPA.

Parágrafo Único - A Infraero, a partir da assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho, desenvolverá um Curso de Noções de Rádio/Proteção, na modalidade a distância, a ser ministrado aos aeroportuários membros da CIPA, titulares e suplentes.

CLÁUSULA 83 - CIPA - REUNIÃO

Será elaborado pelos membros da CIPA o calendário anual de reuniões contendo data, local e horário, o qual será encaminhado à Superintendência Regional do Trabalho ou Gerência Regional do Trabalho e ao SINA. Caso necessário a CIPA poderá rever o calendário que da mesma forma será enviado à Superintendência Regional do Trabalho ou à Gerência Regional do Trabalho e ao SINA.

Parágrafo Único - Para preparar a reunião mensal da CIPA, os membros efetivos terão livres as 02h00 (duas horas) que precederem a mencionada reunião.

VI - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 84 - DATA-BASE

Fica assegurada pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho a manutenção da data-base da categoria aeroportuária, em 1º de maio, para sua revisão anual.

CLÁUSULA 85 - ABRANGÊNCIA DO ACORDO

Este Acordo abrange todos os aeroportuários que tenham contrato de trabalho com a Infraero, inclusive aqueles cedidos para prestar serviço em outros órgãos, com ônus para a Infraero.

CLÁUSULA 86 - INDENIZAÇÃO ADICIONAL

É devido o pagamento da indenização adicional na hipótese de dispensa do empregado, sem justa causa, ocorrida nos 30 (trinta) dias que antecedem à data-base.

CLÁUSULA 87 - DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário básico, em favor do empregado prejudicado.

CLÁUSULA 88 - VIGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência de 01 (um) ano, no período de 01 de maio de 2011 a 30 de abril de 2012.

Brasília, 26 de agosto de 2011.

ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE
CPF nº 156.370.266-53

FRANCISCO LUIZ XAVIER DE LEMOS
CPF nº 272.707.504-91

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

ATO Nº 5, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21000.010529/2011-72, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de abertura de pedidos de proteção de cultivares da espécie Diospyrus kaki. L., os descritores definidos na forma do Anexo I. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço http://www.agricultura.gov.br/vegetal/registros-autorizacoes/protecao-cultivares/formularios-protecao-cultivares > frutíferas.

DANIELA DE MORAES AVIANI
Coordenadora do SNPC

ANEXO I

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE CAQUI (Diospyrus kaki L.).

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE) a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, homogênea quanto às suas características em cada ciclo reprodutivo e estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de caqui (Diospyrus kaki L.) e seus híbridos.

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei 9.456 de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a disponibilizar ao SNPC, no mínimo 5 plantas, propagadas vegetativamente, por enxertia, informando o porta-enxerto utilizado.

2. As plantas devem estar vigorosas e em boas condições fitossanitárias.

3. A amostra deverá ser disponibilizada ao SNPC após a obtenção do Certificado de Proteção. Entretanto, durante a análise do pedido, sempre que for necessária a apresentação da amostra para confirmação de informações, o solicitante deverá disponibilizá-la.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios deverão ser realizados com, no mínimo, dois ciclos independentes de cultivo. Considera-se que o ciclo de cultivo inicia-se na floração e termina na colheita dos frutos.

2. Os ensaios deverão ser conduzidos em um único local. Caso neste local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional.

3. Os ensaios de campo deverão ser conduzidos em condições que assegurem o desenvolvimento normal das plantas. É essencial que as plantas produzam uma colheita satisfatória de frutos em ambos os ciclos.

4. Cada ensaio deve incluir, no mínimo, 5 plantas úteis. Podem ser usadas parcelas separadas para avaliações, desde que estejam em condições ambientais similares. O tamanho das parcelas deverá ser suficiente para possibilitar que plantas inteiras ou partes delas possam ser removidas para avaliações, sem que isso prejudique as observações que venham a ser feitas até o final do ciclo. Avaliar as 5 plantas ou duas partes de cada planta, quando a avaliação for em partes de plantas.

5. Poderão ser estabelecidos testes adicionais para propósitos especiais.

6. Para a verificação da homogeneidade, a tolerância máxima de plantas atípicas é de 1% da população com 95% de probabilidade de ocorrência. No caso de amostra com 5 plantas, não serão permitidas plantas atípicas.

7. Deverá ser informado qual a espécie de porta-enxerto utilizada, quando for o caso.

IV. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS

1. Para a escolha das cultivares similares a serem plantadas no ensaio de DHE, utilizar as características agrupadoras.

2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização do ensaio de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.

3. As seguintes características são consideradas úteis como agrupadoras:

a) Fruto: forma geral em vista lateral (característica 21);

b) Cultivares com adstringência sempre ausente ou às vezes presente: Fruto: coloração da epiderme (característica 37);

c) Cultivares com adstringência sempre presente: Fruto coloração da epiderme (característica 38);

d) Cultivares com adstringência sempre ausente ou às vezes presente: época de maturação para o consumo (característica 48)

e) Cultivares com adstringência sempre presente: época de maturação para o consumo (característica 49);

f) Fruto: adstringência (característica 50).

V. LEGENDAS

(+): Ver item "OBSERVAÇÕES E FIGURAS"

QL: Característica qualitativa

QN: Característica quantitativa

PQ: Característica pseudo-qualitativa

(a)-(d): Ver explanações da Tabela de Características, item VIII.

VI. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário da internet

2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares.

3. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VII. TABELA DE DESCRITORES DE Caqui (Diospyrus kaki L.).

Nome proposto para a cultivar:

Informar altitude e latitude dos testes de DHE:

Característica	Identificação da característica	Código de cada descrição
1. Árvore: vigor QN (a)	fraco médio forte	3 5 7
2. Árvore: hábito PQ (a)	ereto semiereto aberto pendente	1 2 3 4
3. Ramo do ano: comprimento QN (a)	curto médio longo	3 5 7
4. Ramo do ano: espessura QN (a)	fina média grossa	3 5 7
5. Ramo do ano: comprimento do entre-nó QN (a)	curto médio longo	3 5 7
6. Ramo do ano: número de lenticelas QN (a)	baixo médio alto	3 5 7
7. Ramo do ano: tamanho das lenticelas QN (a)	pequeno médio grande	3 5 7
8. Ramo do ano: forma das lenticelas PQ (a)	elíptica circular oblonga	1 2 3
9. Ramo do ano: coloração (lado ensolarado) PQ (a)	marrom-acinzentada marrom-amarelada marrom marrom-avermelhada	1 2 3 4
10. Ramo do ano: forma da gema vista de perfil PQ (a) (+)	triangular largo-ovalada circular	1 2 3
11. Limbo foliar: comprimento QN (b)	curto médio longo	3 5 7
12. Limbo foliar: largura QN (b)	estreita média larga	3 5 7
13. Limbo foliar: forma PQ (b) (+)	elíptica ovalada obovada	1 2 3
14. Limbo foliar: forma da base PQ (b) (+)	aguda estreita aguda larga obtusa arredondada	1 2 3 4
15. Limbo foliar: forma do ápice PQ (b) (+)	acuminada aguda obtusa	1 2 3
16. Árvore: expressão do sexo das flores QL (a)	apenas femininas femininas e masculinas femininas, masculinas e hermafroditas	1 2 3
17. Flor feminina: diâmetro da corola QN (c)	pequeno médio grande	3 5 7
18. Flor feminina: forma do cálice visto de cima PQ (c) (+)	circular rômbico-arredondada rômbica cruciforme-regular cruciforme-irregular	1 2 3 4 5
19. Flor feminina: número de lóbulos da corola QL (c)	quatro mais de quatro	1 2
20. Fruto: tamanho QN (d)	pequeno médio grande	3 5 7
21. Fruto: forma geral em vista lateral PQ (d) (+)	elíptica-estreita elíptica globosa achatada oblonga-larga transversal ovalada-oblonga ovalada-larga ovalada muito larga	1 2 3 4 5 6 7 8
22. Fruto: forma geral na secção transversal PQ (d) (+)	globosa arredondada-irregular quadrangular	1 2 3
23. Fruto: forma geral do ápice na seção longitudinal PQ (d) (+)	acuminada obtusa arredondada truncada retusa	1 2 3 4 5
24. Fruto: sulcos transversais no ápice QN (d) (+)	ausentes ou fracos moderados fortes	1 2 3
25. Fruto: fendas superficiais concêntricas ao redor do ápice QN (d) (+)	ausentes ou fracas moderadas fortes	1 2 3
26. Fruto: fendas no ápice QN (d) (+)	ausentes ou fracas moderadas fortes	1 2 3
27. Fruto: sulcos longitudinais QN (d) (+)	ausentes ou muito superficiais superficiais médios profundos	1 3 5 7
28. Fruto: rugosidade no extremo do cálice QN (d)	ausente ou muito pouca pouca média muita	1 3 5 7
29. Fruto: inserção do cálice QN (d) (+)	ao mesmo nível ligeiramente aprofundado fortemente aprofundado	1 2 3

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

30. Fruto: sulcos na extremidade do cálice QL (d) (+)	ausentes presentes	1 2
31.Fruto: fendas na extremidade do cálice QN (d)	ausentes ou fracas moderadas fortes	1 2 3
32. Fruto: tamanho do cálice em relação ao diâmetro do fruto QN (d) (+)	pequeno médio grande	3 5 7
33. Fruto: porte do cálice QN (d) (+)	ereto semi-ereto horizontal	1 2 3
34. Fruto: largura da sépala QN (d) (+)	estreita média larga	3 5 7
35. Fruto: comprimento do pendúculo QN (d)	curto médio longo	3 5 7
36. Fruto: espessura do pendúculo QN (d)	fina média grossa	3 5 7
37. Somente cultivares com adstringência sempre ausente ou às vezes presente Fruto: coloração da epiderme PQ (d) (+)	laranja-amarelada laranja vermelha-alaranjada roxa-escura	1 2 3 4
38. Somente cultivares com adstringência sempre presente Fruto: coloração da epiderme PQ (d) (+)	laranja-amarelada laranja laranja-avermelhada	1 2 3
39. Somente cultivares com adstringência sempre ausente ou às vezes presente Fruto: coloração da polpa PQ (d) (+)	amarela laranja-amarelada laranja vermelho-alaranjada laranja-amarronzada marrom	1 2 3 4 5 6
40. Somente cultivares com adstringência sempre presente Fruto: coloração da polpa PQ (d) (+)	amarela laranja-amarelada laranja laranja-avermelhada marrom	1 2 3 4 5
41. Fruto: presença de manchas marrons na polpa QL (d) (+)	sempre ausentes às vezes presente sempre presentes	1 2 3
42. Fruto: tamanho das manchas marrons na polpa QN (d)	pequeno médio grande	3 5 7
43. Sementes: tamanho QN	pequeno médio grande	3 5 7
44. Semente: forma na vista lateral PQ (+)	elíptica-estreita ovalada ovalada-larga semi-elíptica-larga semi-oblata	1 2 3 4 5
45. Semente: coloração PQ	marrom-esverdeada marrom-média marrom-escura	1 2 3
46. Época de floração da flor feminina (80% das flores abertas) QN	precoce média tardia	3 5 7
47. Época da brotação das gemas vegetativas QN	precoce média tardia	3 5 7
48. Somente cultivares com adstringência sempre ausente ou às vezes presente Época de maturação para consumo QN (+)	precoce média tardia	3 5 7
49. Somente cultivares com adstringência sempre presente Época de maturação para consumo QN (+)	precoce média tardia	3 5 7
50. Fruto: adstringência QL (+)	sempre ausente as vezes presente sempre presente	1 2 3

VIII. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

1. Ver formulário da internet.

DECISÃO Nº 50, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares torna público aos interessados que tramitaram neste Serviço, os pedidos de proteção das cultivares de antúrio (Anthurium Schott.), com as denominações Rijn200219 (protocolo n° 21806.000137/2010-49) e Rijn200253 (protocolo n° 21806.000136/2010-02), que foram indeferidos por não atenderem ao § 5º, do artigo 18, da Lei 9.456, de 25 de abril de 1997.

DANIELA DE MORAES AVIANI
Coordenadora do SNPC

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 1.097, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº- 428 de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010 e Portaria Ministerial n.°137, de 25 de junho de 2007, publicada no DOU do dia seguinte. E tendo em vista o disposto no art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.005088/2010-19, resolve:

Art. 1° Renovar o Credenciamento da empresa MD Wood Comércio de Madeira Ltda., número BR PR 0414, CNPJ nº 08.320.956/0001-82, localizada na Rodovia do Cerne, km 45 Distrito Industrial - Ventania PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos:

- Tratamento Térmico - HT
- Secagem em Estufa - KD

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (Cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL GONÇALVES FILHO



Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 202, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a troca de titularidade do projeto audiovisual abaixo relacionado da pessoa física Ernane Silva Alves para a empresa Portraits Factory Filmes Ltda., aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

09-0067 - Bossa Nossa
Processo: 01580.008107/2009-21
Proponente: Portraits Factory Filmes Ltda.
Cidade/UF: Pedro Leopoldo/MG
CNPJ: 13.325.711/0001-88
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 275.852,50 para R$ 277.099,45
Valor aprovado no artigo 25 da Lei nº. 8.313/91: de R$ 275.852,50 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 263.244,48
Banco: 001- agência: 0961-X conta corrente: 39.530-7
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 407, realizada em 30/08/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 206, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante doações ou patrocínios na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

09-0171 - Sementes do Nosso Quintal
Processo: 01580.015325/2009-12
Proponente: Zinga Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.395.599/0001-59
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 534.878,32 para R$ 628.096,78
Valor aprovado no artigo 25 da Lei nº. 8.313/91: de R$ 127.685,22 para R$ 160.000,00
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 19.031-4
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 380.449,10 para R$ 436.691,94
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 20.099-9
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 411, realizada em 20/09/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 2º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual de "Dom Quixote do Araguaia" para "E a Terra Se Fez Verbo" e aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio no termo do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

06-0043 - E a Terra se Fez Verbo
Processo: 01580.006667/2006-07
Proponente: Anhangabaú Produções Ltda - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 56.119.597/0001-42
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 972.076,78 para R$ 668.626,62
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 184.369,11 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 1º - A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 319.081,05 para R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 0560-2 conta corrente: 20.409-9
Valor aprovado no artigo 25 da Lei nº. 8.313/91: R$ 250.000,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 411, realizada em 20/09/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

RECOMENDAÇÃO Nº 1, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

Recomenda ao Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina a criação de assento para representação do setor de circo.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL por meio do Colegiado Setorial de Circo, orgão integrante do Conselho Nacional de Política Cultural, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com os incisos III, VIII e XVI do art. 9º do Regimento Interno do CNPC, publicado pela Portaria nº 28 de 19 de março de 2010, e tendo em vista a deliberação contida na Ata da Sessão Ordinária, realizada nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2011, conforme Processo Administrativo nº 01400.025786/2011-99, resolve:

Art.1º Recomendar ao Conselho Estadual de Cultura do Estado de Santa Catarina, instância vinculada a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, a criação de um assento para membro representante da sociedade civil organizada do setor cultural de CIRCO, em acordo com o modelo utilizado pelo Sistema Federal de Cultura, conforme Decreto 5.520 de 24 de agosto de 2005, que Instituiu o Conselho Nacional de Políticas Culturais e Colegiados Setoriais.

JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO
Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural

(*) N. da Coejo: Publicada nessa data, por ter sido omitida no DOU de 22-9-2011.

RECOMENDAÇÃO Nº 2, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

Recomenda aos conselhos estaduais e municipais de cultura para que incluam em suas respectivas composições representação para o setor de circo.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL por meio do Colegiado Setorial de Circo, orgão integrante do Conselho Nacional de Política Cultural, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com os incisos III, VIII e XVI do art. 9º do Regimento Interno do CNPC, publicado pela Portaria nº 28 de 19 de março de 2010, e tendo em vista a deliberação contida na Ata da Sessão Ordinária, realizada nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2011, conforme Processo Administrativo nº 01400.025786/2011-99, resolve:

Art.1º Recomendar aos conselhos estaduais e municipais de cultura a inclusão do circo em suas respectivas composições.

Art. 2ª Solicitar à Coordenação Geral do CNPC que encaminhe a Carta anexa aos presidentes dos conselhos estaduais e municipais de cultura, dando ciência dos argumentos do Colegiado Setorial de Circo para a recomendação do art. 1º.

JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO
Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural

(*) N. da Coejo: Publicada nessa data, por ter sido omitida no DOU de 22-9-2011.

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 110, DE 22 SETEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446, de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a substituição de proponente do projeto audiovisual "VITANIMA - IV Mostra Livre de Animação Contemporânea", processo nº: 01400.018491/11-66, pronac nº: 11-4037, de Le Toon Studio Ltda, CNPJ nº: 05.946.493/0001-70, para Canto da Viração Produções Artísticas Ltda, CNPJ nº: 11.663.720/0001-53.

Art. 2º Aprovar a complementação do projeto audiovisual, relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

11 2116 - ESPORTES DE RUA
Divina Imagem Produções Ltda
CNPJ/CPF: 03.457.589/0001-40
Processo: 01400.006002/11-23
SP - São Paulo
Valor complementar aprovado R$: 1.500,00

Art. 3º Aprovar a redução do projeto audiovisual, relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

11 2812 - INDIE 2011 - MOSTRA DE CINEMA MUNDIAL
Zeta Filmes Ltda
CNPJ/CPF: 02.469.679/0001-98
Processo: 01400.007358/11-84
MG - Belo Horizonte
Valor aprovado de R$: 461.150,00 para R$ 341.250,00

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

PORTARIA Nº 111, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 8889 - CINEFOOT PARANÁ
Conexão Cultural Serviços Ltda
CNPJ/CPF: 01.619.645/0001-70
Processo: 01400.030001/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 456.314,00
Prazo de Captação: 22/09/2011 a 31/12/2011
Realização festival o qual objetiva reunir uma variada programação de filmes de futebol, pela primeira vez, em Curitiba, de fevereiro a março de 2012.
11 7337 - Memória Emprestada - Finalização
Filmes de Abril Produções Audiovisual Ltda
CNPJ/CPF: 07.372.049/0001-14
Processo: 01400.026924/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 165.545,75
Prazo de Captação: 22/09/2011 a 31/12/2011
Documentário de média-metragem, 52 minutos, gravado em HD, colorido, Dolby SRD, para distribuição em salas de cinema, festivais de cinema, DVD, VOD ,ilustrando a memória de Carlos Henrique Escobar e de sua filha, Maria Clara Escobar .
11 8307 - JAIR RODRIGUES VIDA E OBRA – SAMBA PARA UM REI NEGRO
Filmes de Abril Produções Audiovisual Ltda
CNPJ/CPF: 07.372.049/0001-14
Processo: 01400.028101/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 528.810,00
Prazo de Captação: 22/09/2011 a 31/12/2011
Produção de média metragem, documentário, com duração de 52 minutos, sobre a vida e a obra de Jair Rodrigues,
11 4049 - Curta Itapevi 1º Festival de Cinema e Vídeo
Bambu Produtora e Distribuidora de Filmes Ltda
CNPJ/CPF: 01.731.912/0001-04
Processo: 01400.018504/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 136.620,00
Prazo de Captação: 22/09/2011 a 31/12/2011
Realização do Curta Itapevi 1º Festival de Cinema e Vídeo, com exibição de filmes de curta e média metragem e realização de três oficinas audiovisuais na cidade de Itapevi, grande São Paulo, de 02 à 11de dezembro de 2011.
11 0465 - Arpoador
Carioca Filmes Ltda
CNPJ/CPF: 03.998.915/0001-26
Processo: 01400.000657/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 760.909,01
Prazo de Captação: 22/09/2011 a 31/12/2011
Realização de documentário de média-metragem "Arpoador", com duração de 60 minutos, sobre a importância e a influência da praia do Arpoador e de seus freqüentadores no comportamento de diversas gerações de jovens brasileiros.
11 7341 - Caixa de Cinema
Associação dos Amigos do Paço das Artes Francisco Mattarazo Sobrinho Organização Social de Cultura
CNPJ/CPF: 71.929.889/0001-34
Processo: 01400.026928/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 249.511,00
Prazo de Captação: 22/09/2011 a 31/12/2011
O projeto Caixa de Cinema é uma Cabine, para até duas pessoas assistirem uma cena de filme de sua escolha, montada no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, de março a agosto de 2012.

ANEXO II

117927 - MVMob - Minha Vida Mobile Multiplicadores Brasil
Pitanga Promoções Ltda.
CNPJ/CPF: 05.511.520/0001-82
Processo: 01400.027618/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 629.710,00
Prazo de Captação: 22/09/2011 a 31/12/2011
MVMob tem como eixo o uso de tecnologias móveis e seu impacto sobre a produção cultural e a transmissão de conhecimentos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 546, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

TO O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da delegação de competência estipulada na, Portaria nº 17, de 12 de janeiro de 2010 e art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar pública a relação do (s) projeto (s) incentivado (s) por meio da Lei 8.313/91 que tiveram sua (s) prestação (es) de contas aprovada (s) no âmbito deste Ministério, conforme anexo abaixo:

Art. 2º - Informar da determinação contida no parágrafo 2º do artigo 73 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 05/10/10, publicada no Diário a Oficial União de 06/10/10, a saber: "O proponente deve manter os documentos fiscais originais e cópias de todos os cheques emitidos, frente e verso, de forma que os beneficiários possam ser identificados, pelo prazo mínimo de dez anos".

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	Objeto	Área	Valor Proposto (R$)	Valor Aprovado (R$)	Valor Captado (R$)
03-0660	31ª Edição Fenata -Festival Nacional de Teatro Amador	Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG	Promover a trigésima primeira edição do FENATA - "Festival de Teatro Amador", em Ponta Grossa/PR. O evento pretende realizar 20 (vinte) apresentações de grupos amadores de diversos estados, 05 (cinco) palestras e oficinas com profissionais para os grupos amadores, 08 (oito) dias de apresentações dos grupos e 02 (duas) apresentações de espetáculos profissionais para o encerramento, aberto ao público, no Cine Teatro Ópera, Teatro Marista, Auditório da Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa	Artes Cênicas	**127.990,00**	**134.389,50**	**35.000,00**
03-1998	A Construção Naval no Brasil	Fundação Cultural Monitor Mercantil	A indústria da construção naval é muito antiga no Brasil, vindo dos remotos tempos coloniais. Os portugueses, que na época da descoberta eram grandes construtores navais, logo perceberam as vantagens de construir os navios aqui, aproveitando a abundância e excelência das madeiras e a mão-de-obra indígena. As primeiras embarcações do tipo europeu construídas foram bergatins feitos no Rio de Janeiro em 1531. Em 1763, funda-se o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, até hoje existente, e cuja primeira construção foi a de São Sebastião, de 1767. OBJETIVO: Levar ao conhecimento do público em geral a indústria da construção naval e sua trajetória no Brasil. PECULIARIDADE: Livro de arte que é uma obra de referência sobre a história da construção naval no Brasil. TIRAGEM: 3.000 exemplares	Humanidades	**430.000,00**	**429.980,33**	**206.000,00**
03-6573	Exposição Zivé Giudice	Seveiro Mário Giudice	Exposição de obras do artista plástico Zivé Giudice. A exposição também inaugura o Espaço Cultural da Politec em Brasília. A mostra será prevista para 17 a 30 de dezembro de 20003. Incluí catálogo.	Artes Visuais	**29.990,00**	**36.279,00**	**36.279,00**
04-6084	XII Fenavinho- Um Resgate da Cultura Através da Música	Fundação Parque de Eventos e de Desenvolvimento de Bento Gonçalves FUNDAPARQUE	Contribuir para a aproximação e a integração dos povos, resgatar o Patrimônio Cultural pela arte, usos e costumes, criação, produção, valorização e difusão das manifestações culturais. Através da Música.	Música	**349.860,50**	**321.535,80**	**321.000,00**
04-3913	Brasileiros Futebol Clube	Editora Tempo D Imagem Ltda	É um livro de fotografias e textos sobre a relação do brasileiro com o futebol. Retratando o Brasil através da bola. Características técnicas do livro: formato 21x22cm fechado, 42x22cm aberto, tiragem de 4.000 exemplares, 168 páginas (14 cadernos de 12 páginas), miolo papel couche fosco 170g/m²(BVS Plus Mate branco, da Scherfelen), à 3x3 cores (duotone+verniz de proteção). O livro terá aproximadamente 70 imagens e 45 laudas de texto. Todos os textos terão versão para o inglês.	Humanidades	**409.728,00**	**229.823,00**	**229.800,00**
05-0328	Amigos do teatro	Messe Produções Culturais Ltda	O projeto objetiva ao longo de 01 ano: Fomentar a cultura local da cidade de Curitiba e inclusão de Curitiba no circuito nacional de espetáculos. Como contra-partida social, estão previstas apresentações gratuitas dos espetáculos contratados para crianças e adolescentes de baixa renda, sendo atingidas mensalmente uma média de 1250 crianças/adolescentes mês. Para alcançar tal objetivo, será feita a contratação de 01 espetáculo mensal, com produção e profissionais de Curitiba para temporada no Espaço Teatro Regina Vogue e de 01 espetáculo do circuito nacional bimestralmente para realização de 03 apresentações no mesmo teatro.	Artes Cênicas	**382.900,00**	**379.900,00**	**156.000,00**
05-4239	VIII Festival Recife do Teatro Nacional	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	O projeto realizará a 8ª edição do Festival Recife do Teatro Nacional, cujo homenageado será o encenador teatrl Luiz Mendonça, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura do Recife, de 17 a 27 de novembro de 2005. O projeto contará com a curadoria geral de profissionais da área, com larga experiência no exercício do cargo, tais como: Aimar Labaki, Edélcio Mostaço, Lionel Fischer e Silvania Garcia. Serão convidados cerca de 08 companhias teatrais de outros estados e três de Pernambuco. Os ingressos serao vendidos, nos teatros Santa Izabel, Apolo, Hermilo Borba Filho, Parque e Barreto Júnior foram disponibilizados para o evento pela Fundação de Cultura Cidade do Recife e Secretaria de Cultura para a realização do Festival.	Artes Cênicas	**470.415,00**	**470.415,00**	**100.000,00**
05-5865	Pinhão cultural 2006 - shows de dança	Fundação Cultural de Lages	Realizar 32 apresentações no palco do Recanto instalado na praça central da cidade de Lages; realizar 31 apresentações no palco Cultural dentro do Parque Conta Dinheiro, durante a Festa do Pinhão 2006; contratar 11 grupos etnicos de Ijui e 1 grupo étnico e folclórico de Crisciuma para 34 apresentações; contratar 3 invernadas de CTG de Lages para 9 apresentações; contratar 10 grupos amadores da cidade e região para 20 apresentações. Todas as apresentações serão gratuitas, sem cobrança de ingressos.	Artes Cênicas	**807.720,00**	**758.252,00**	**430.483,80**
06-0758	Encontros de Formação de Platéia em Música	PA Produção E Projetos Culturais Ltda	Novos Olhares sobre a Música - Encontros da Formação de Platéia, é a continuação do projeto que vem sendo realizado no Centro Cultural Banco do Brasil de Brasília que resgata nos participantes, a sensibilidade e desenvolve a segurança musical despertando e ampliando o gosto pela música. Serão ministradas palestras por duas musicistas Clarice Miranda e Liana Justus. Serão 12 encontros com duração de 90 minutos cada.	Música	**192.360,00**	**186.360,00**	**186.360,00**
06-11375	Alguém Entre Nós	Voglia Produções Artísticas Ltda	Produção, montagem e apresentação do espetáculo teatral, uma comédia romântica de Regiana Antonini, com direção de Márcio Trigo e, no elenco, Eduardo Moscovi e Wagner Moura entre outros.	Artes Cênicas	**609.962,57**	**500.314,06**	**252.143,81**
06-9142	Barbosa Lessa - Obras completas - Fase II	SFERARP - Editora de Artes Ltda	Reeditar 06 das obras do escritor e pesquisador Luiz Carlos Barbosa Bessa em 06 volumes e reunidas em embalagem especial.	Humanidades	**299.120,00**	**299.120,00**	**120.000,00**
07-9609	Savassi Festival	Instituto Cidades Criativas	Esse projeto visa a continuação do projeto Savassi Festival, que é um festival de música instrumental e jazz, realizado em espaço público, inteiramente gratuito, sendo realizado em Belo Horizonte - MG, porém esse projeto promoverá uma ampliação em seu formato, aumentando a área útil e o número de palcos.	Música	**416.674,00**	**327.765,90**	**200.000,00**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

08-7911	Oui, Brasil - Exposição de Fotografias	Actum - Consultoria Empresarial Ltda	Oui, Brasil será um movimento cultural em homenagem ao Ano da França no Brasil. Nesta versão: exposição que contará com fotografias das ruas de Marselha, retratadas po r Cristiano Mascaro, fotos do povo brasileiro, retratadas por Ludovic Carème e fotos de celebridades francesas, retratadas por Xavier Roy.	Artes Visuais	**731.844,33**	**443.199,40**	**429.077,40**
09-3926	Clandestinos - Circulação	Jô Abu Produções Artísticas Ltda	Circulação do espetáculo Clandestinos pelas cidades de Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte	Artes Cênicas	**302.560,00**	**302.560,00**	**300.000,00**

PORTARIA Nº 547, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 4010 - AS AVENTURAS DE UM PAPAGAIO TRADUTOR - UM MUSICAL ECOLÓGICO
VIRE-SE PROMOÇÃO E MARKETINK LTDA
CNPJ/CPF: 00.168.414/0001-24
Processo: 01400.018459/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 589.644,44
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Musical infantil que procura mostrar para criança a importância de se preservar a natureza: as plantas, os animais, os recursos naturais. Teatro, música e dança numa história lúdica e emocionante ao mesmo tempo. Serão 33 apresentações, sendo 9 gratuitas para alunos do ensino fundamental das escolas públicas. Público médio estimado de 20.000 espectadores.
11 7139 - Joana d'Arc - Uma história de luta
KALIL SAIMON SILVA BOTELHO
CNPJ/CPF: 016.087.746-60
Processo: 01400.026699/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 202.060,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
"Joana d'Arc - Uma História de Luta" é um espetáculo teatral, o qual será produzido no próprio estado de Minas Gerais, porém tendo em vista a realização de apresentações em todo o país, disseminando a cultura e a história de forma dinâmica e emocionante. O texto foi adaptado do filme "Joana d'Arc, por Marília Pimenta. Esse projeto visa dezoito apresentações, sendo elas em Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Goiânia (GO), Brasília (DF) e Curitiba (PR).
11 7464 - Só o Faraó tem Alma
Sabrina Denobile Passos
CNPJ/CPF: 358.111.668-50
Processo: 01400.027112/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 517.250,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O objetivo é montar a peça "Só o Faraó tem Alma" e fazer uma temporada de cinco meses com um elenco de oito atores.
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 6807 - CONEXÃO BRASIL 2
Instituto João Ayres
CNPJ/CPF: 08.215.473/0001-18
Processo: 01400.014711/20-10
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 141.592,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto Funky Cat,formado pelos produtores Thiago Rezende e Guilherme Santoro, é um dos pioneiros no gênero electro house no Brasil, vem se destacando no cenário da musica eletrônica brasileira chamando atenção pelo seu estilo autêntico que consiste na mistura de ritmos brasileiros como Samba, Forro e Capoeira ao universo da musica eletrônica. Lançamento do álbum (que ira contar com participações especiais de grandes músicos mineiros) (3 mil copias)
11 7515 - Musica Brasilis - resgate e difusão de obras pioneiras do nacionalismo musical brasileiro
ACV Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 00.242.382/0001-60
Processo: 01400.027167/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 629.464,60
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Levantamento, editoração e disponibilização através do portal Musica Brasilis de obras dos compositores Brasílio Itiberê da Cunha, Alberto Nepomuceno, Alexandre Levy e Luciano Gallet. Realização de 6 espetáculos de música clássica com obras desses compositores realizados pela Camerata Musica Brasilis no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. As apresentações serão gravadas para registro em DVD. A concepção e direção geral do projeto ficam a cargo da Drª Rosana Lanzelotte.
11 7150 - IX Festival Paranaense de Taiko
Fernando Shigueo Horie
CNPJ/CPF: 337.281.789-34
Processo: 01400.026715/20-11
PR - Ponta Grossa
Valor do Apoio R$: 54.780,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar o IX Festival Paranaense de Taiko no município de Ponta Grossa. As apresentações com os tambores japoneses têm o objetivo de difundir a riqueza da cultura oriental com ênfase na música instrumental e performances cênicas do espetáculo.
11 7144 - VIP VOP
Crioula Carioca Projetos Culturais e fonográficos Ltda.ME
CNPJ/CPF: 28.376.416/0001-28
Processo: 01400.026704/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 312.723,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Produção, gravação e lançamento do novo álbum autoral de Leo Gandelman "Vip Vop", onde o consagrado saxofonista utiliza estéticas acústicas e minimalistas, para recriar a sonoridade dos anos 60.
11 4094 - Alimentando com Música - Gravação de DVD
ICAC - Instituto Curitiba de Arte e Cultura
CNPJ/CPF: 05.503.775/0001-01
Processo: 01400.018579/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 225.940,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto pretende propiciar um primeiro contato de crianças e leigos ao mundo da música erudita de maneira simples e divertida. Por meio de um ambiente de maior interação entre as crianças e as músicas executadas, ampliar a proposta de forma mais envolvente e abrangente. A gravação e posterior distribuição dos dvds amplia o universo de público para além das paredes do teatro.
11 7496 - Fazendo Arte
Patrick Almeida Cavalheiro
CNPJ/CPF: 006.314.059-41
Processo: 01400.027148/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 169.100,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar na cidade de Caçador a continuação do projeto educacional de música para crianças e jovens carentes da cidade, intitulado "Educação para Todos". Serão ofertadas quarenta vagas para o aprendizado de violino, viola, violoncelo, contrabaixo, piano, instrumentos de sopro e violão, e mais 40 vagas para as aulas de coral jovem e canto coral adulto.
11 4373 - Filarmônica Nossa Senhora da Conceição - Orquestras - Bandas -Coros e Escolas de Música - Fase de Man
Filarmônica Nossa Senhora da Conceição
CNPJ/CPF: 00.076.359/0001-42
Processo: 01400.019902/20-11
SE - Itabaiana
Valor do Apoio R$: 658.588,72
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A fase do projeto proposto, tem por objetivo consolidar as atividades desenvolvidas na instituição Filarmônica Nossa Senhora da Conceição, que abrange a formação e a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens atendidos, estimulando a democratização cultural e ofertando ao público alvo a oportunidade de se tornar músico profissional. O desenvolvimento desse propósito se realizará através de aulas de teoria e percepção musical, prática individual e coletiva do instrumento.
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 7156 - Fotobiografia de Joaquim Nabuco
Queluz Produções Culturais Ltda - ME
CNPJ/CPF: 12.589.840/0001-10
Processo: 01400.026721/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 238.745,20
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O livro "Fotobiografia de Joaquim Nabuco" pretende retratar a trajetória pliítica e intelectual de Joaquim Nabuco através de imagens. Os textos serão de autoria de Angela Alonso. Serão produzidos 2000 exemplares do livro.
11 2983 - Copacabana
Barléu Edições Ltda.
CNPJ/CPF: 05.246.975/0001-18
Processo: 01400.007768/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 195.834,80
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A Barléu Edições propõe a edição de Copacabana, livro de arte no qual a fotógrafa Kitty Paranguá, uma das mais renomadas fotógrafas do Brasil, desenvolve um ensaio fotográfico sobre o bairro carioca, fruto de um trabalho de cerca de 10 anos.
11 7431 - Curitiba em segundos
Evandro Nascimento Martin
CNPJ/CPF: 057.215.299-03
Processo: 01400.027053/20-11
SC - Mafra
Valor do Apoio R$: 150.525,01
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Livro de fotografias com imagens captadas através da técnica de longa exposição e pintura com luz, explorando a paisagem urbana e parques ambientais de Curitiba - PR.
11 7294 - Livro: montesclaros.com Amor
FLAVIO HENRIQUE FERREIRA PINTO
CNPJ/CPF: 009.328.096-34
Processo: 01400.026864/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 42.926,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
publicação de um livro contendo crônicas que retratam a cultura e a história do município de Montes Claros, bem como sua tradição, seus personagens, fatos e costumes que contribuíram com personalidade e a forma de ser e fazer do povo montesclarense e da região Norte Mineira, que a chamam, carinhosamente, de " Princesinha do Norte De Minas". O foco principal dessa obra é contribuir para a formação cultural da nova geração.
11 7507 - EDIÇÃO DE LIVRO
LUIZ GARCIA SOARES
CNPJ/CPF: 901.982.479-15
Processo: 01400.027159/20-11
SC - Blumenau
Valor do Apoio R$: 106.150,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O PROJETO VISA POSSIBILITAR A EDIÇÃO E PUBLICAÇAO DE UM LIVRO DE CRONICAS, NOS ESTILOS LIRICA E HUMORISTICA, DE AUTORIA DE LUIZ GARCIA SOARES.
11 8485 - livro: "90 anos de Museu Histórico Nacional".
Otávio Cronemberger Nazareth
CNPJ/CPF: 034.108.887-05
Processo: 01400.028315/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 266.129,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
o Museu Histórico Nacional faz 90 anos de atividades, e para marcar tão significativa data, pretendemos publicar um livro de arte bilíngüe amplamente ilustrado, apresentando a trajetória da instituição, detalhes da bela arquitetura e a riqueza de seu acervo, além de textos de renomados escritores nacionais.
11 7501 - Proposta para Livro de Fotografias "Coda"
Roger Hama Sassaki
CNPJ/CPF: 284.049.908-83
Processo: 01400.027153/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 147.532,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Editar e imprimir 2.000 exemplares de um livro (156 páginas) de fotografias de autoria do fotógrafo Roger H. Sassaki. Este reúne uma seleção de 120 imagens feitas nos últimos dez anos de apresentações artísticas musicais principalmente em São Paulo. O registro documental desta manifestação cultural é ainda acompanhado por biografias dos retratados e um prefácio discursivo para complementar o valor informativo da obra. O livro será comercializado em livrarias do país.
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 8065 - Eu vivi os 50 anos da FAUFBA - Faculdade de Arquitetura de Universidade Federal da Bahia
FUNDACAO ESCOLA POLITECNICA DA BAHIA
CNPJ/CPF: 15.255.367/0001-23
Processo: 01400.027802/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 227.770,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Projeto "Eu vivi os 50 anos da FAUFBA - Faculdade de Arquitetura de Universidade Federal da Bahia" é um Livro Referência organizado pela coordenadora do Colegiado de Graduação, (a decana Maria Lúcia A. M. de Carvalho), com a co-participação da Biblioteca da Diretoria e de outros setores da Instituição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11 7394 - Personagens de Campinas
Renovarte Produções Culturais LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.732.444/0001-38
Processo: 01400.026989/20-11
SP - Valinhos
Valor do Apoio R$: 269.604,50
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Criação, edição e distribuição de livro de arte e áudio livro.O livro de arte e o audio livro trará a releitura do programa de rádio transmitido pela CBN Campinas, que retratou personalidades importantes da cidade sob o olhar do jornalista Flávio Botelho. A tiragem será de 3.000 exemplares do produto principal (livro) e 3.000 cópias do produto secundário (áudio livro), visando cidadãos da cidade bem como os estudantes da Rede Escolar da Região Metropolitana de Campinas.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 7145 - Eu e o Lobo
Rodrigo Jerônimo de Lima
CNPJ/CPF: 058.232.306-13
Processo: 01400.026706/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 244.600,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O presente projeto prevê a gravação do primeiro disco solo de Rodrigo Jerônimo prestando uma homenagem a um dos compositores brasileiros mais importantes da música brasileira, Edu Lobo. O disco terá 12 faixas e pretende ser lançado em Belo Horizonte/MG.
11 7407 - FESTIVAL A BOA DO SAMBA 2011
ABRINDO ALAS PARA A NOVA GUARDA
Fernanda Rizzo Consultoria de Eventos e Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 06.013.655/0001-80
Processo: 01400.027002/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.818.040,00
Prazo de Captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização da 2ª edição do projeto FESTIVAL "A BOA DO SAMBA", com inúmeras atividades ligadas ao tema, mostrando o samba de ontem, de hoje e de amanhã, o samba das quadras, das gafieiras e das rodas de boteco. O projeto terá 06 dias de atividades, sendo elas: Oficinas Musicais, de Samba de Gafieira e de Grafite, Bate-papo com Sambistas, além de shows em diversas casas espalhadas pela cidade do Rio e show de encerramento nos Arcos da Lapa, com grandes nomes do samba e convidados.

PORTARIA Nº 548, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 11036 - ViJazz & Blues Festival ano IV
Amar Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 06.143.941/0001-60
MG - Viçosa
Período de captação: 01/09/2011 a 31/12/2011
09 7976 - Escola de Música da AMC 2010
Associação do Movimento de Compositores da Baixada Fluminense
CNPJ/CPF: 36.534.956/0001-10
RJ - São João de Meriti
Período de captação: 23/09/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
99 6496 - RB 762
Fundação Universitária José Bonifácio FUJB
CNPJ/CPF: 42.429.480/0001-50
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 10878 - Princesas e Joaninhas
Hamilton Borges da Silva
CNPJ/CPF: 532.382.491-34
DF - Brasília
Período de captação: 01/09/2011 a 31/12/2011

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 11678 - SIMPLESMENTE BLUES
Rosane Corrêa Produções Artísticas e Culturais Ltda ME.
CNPJ/CPF: 12.621.692/0001-74
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/09/2011 a 31/12/2011
11 1229 - SIMPLESMENTE MARIA ELIZA
ZIVKO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA. EPP
CNPJ/CPF: 11.273.016/0001-94
SP - Campinas
Período de captação: 01/09/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 549, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Alterar o enquadramento do projeto abaixo relacionado:

PRONAC: 11 2105 - "Americana Musical Fest", publicado na portaria aprovação n° 319 de 13/06/2011, publicada no D.O.U. em 30/09/2011.

Onde se: Lê: ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
Leia-se: ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA-(ART.18, §1º)

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

PORTARIA Nº 550, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre pedidos de excepcionalidade às súmulas administrativas de nºs 12 e 14 da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC.

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e IV do art. 21 do Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009, bem como o caput e o inciso I do § 3º do art. 28 da Instrução Normativa MinC nº 01, de 5 de outubro de 2010, considerando o que consta do processo administrativo nº 01400.033984.2011-26, resolve:

Art. 1º Aprovar o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado pelo Instituto Cultural Sérgio Magnani, especificamente para admitir a publicação do projeto "13º Festival Internacional de Cinema de Belo Horizonte" - PRONAC nº 112799, conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 2º Indeferir o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado pelo Instituto Cultural Sérgio Magnani, especificamente para não admitir a inscrição da proposta cultural "Centro de Arte Popular de Minas Gerais", nº 50.245, conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 3º Indeferir o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado pelo Instituto Cultural Sérgio Magnani, especificamente para não admitir a publicação do projeto "Cine Humberto Mauro - Programação 2011" - PRONAC nº 110408, conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 4º Indeferir o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado pela Articular Consultoria Administrativa e Produção de Eventos Ltda., conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 5º Aprovar o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado pelo Instituto Recriar, especificamente para admitir a inscrição da proposta cultural "Recriar em Fotos - Exposições de Fotografias", nº 49.779, conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 6º Indeferir o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado pela Aori Comunicação, Marketing e Produções Culturais Ltda., conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 7º Aprovar o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado pela Baluarte Agência de Projetos Culturais Ltda., especificamente para admitir a inscrição da proposta cultural "Simplesmente Inédito", nº 52.111, conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 8º Indeferir o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado pelo Instituto de Artes Integradas de Blumenau, conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 9º Indeferir o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado pela Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira, conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 10. Indeferir o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado pela Porto das Artes Produções Culturais Ltda., conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 11. Indeferir o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado por Júlio Cesar Glenzel, conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 12. Indeferir o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado pela Artesalis Produções Artísticas Ltda., conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 13. Aprovar o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 12, formulado pelo Instituto Terceiro Setor, especificamente para admitir a ampliação da tiragem do produto cultural do projeto "Brasiliagenda - Cultura e Eventos no Distrito Federal" para setenta mil exemplares, conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 14. Indeferir o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa de nº 14, formulado pelo Grupo Inffinito, conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 15. Aprovar o pedido de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14, formulado pelo Instituto Brasil Leitor, especificamente para permitir a inscrição das propostas culturais "Manutenção 2012 - Bibliotecas Logradouros - Outros Estados", "Manutenção das Bibliotecas Logradouros São Paulo", "Manutenção das Bibliotecas Comunitárias São Paulo", "Manutenção das Bibliotecas Comunitárias - Outros Estados", conforme deliberado em sessão plenária da 191ª Reunião Ordinária da CNIC, em 14 de setembro de 2011.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

RETIFICAÇÃO

Retificar o período de captação do projeto na portaria de prorrogação nº. 0002/11 de 03 de janeiro de 2011, publicada no D.O.U em 04 de janeiro de 2011, Seção 1, página 44, referente ao Processo: 01400.018069/2010-20, Projeto: "PRÊMIO NEW HOLLAND DE FOTOJORNALISMO - EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA 2011/2012" - Pronac:10-8762.

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO

ATA DA 6664ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Exmº Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO CEZAR BOKEL, SERGIO BEZERRA DE MATOS e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS:

24.064/2009 da Exmª Srª Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha; 25.510/2010 e 25.623/2011 do Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves; 24.061/2009, 24.205/2009, 24.321/2009, 24.424/2009, 24.779/2010, 25.059/2010, 25.179/2010, 25.410/2010, 25.647/2011 do Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel e 24.162/2009, 25.125/2010, 25.316/2010, 25.344/2010, 25.444/2010, 25.558/2010, 25.575/2011, 25.582/2011 e 25.585/2011 do Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS:

Nº 25.771/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo uma moto aquática sem nome, não inscrita, e seu proprietário, ocorridos no lago Love Hits, Santa Bárbara de Goiás, Goiás, em 21 de novembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Representada: Daiane Martins Ribeiro (Proprietária/Exploradora comercial).

Nº 24.679/2010 - Fato da navegação envolvendo a balsa "SALAZAR I", atrelada ao Rb "SALAZAR II", e dois caminhões, ocorrido no rio das Mortes, entre os municípios de Cocalinho e Nova Nazaré, Mato Grosso, em 10 de julho de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Representados: Ilcimar Costa Carvalho (Comandante); José Maracaípe da Silva (Tripulante); Paulo Henrique de Carvalho (Tripulante) e Dario Rodrigues Salazar (Proprietário/Armador).

Nº 26.012/2011 - Acidente da navegação envolvendo o NM "SM APOLLO", ocorrido no canal de acesso ao porto de Vitória, Espírito Santo, em 15 de julho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Representado: Hernán Cano Alderete (Comandante).

Nº 25.505/2010 - Acidente da navegação envolvendo o NM "ULLSWATER", de bandeira bahamense, e o comboio formado pelo Rb "SIRIUS III" com as balsas "E-152" e "CNA 234", ocorrido no rio Amazonas, Parintins, Amazonas, em 16 de abril de 2010.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Representados: José Jesus Maia de Oliveira (Condutor); Francisco Cava Fernandes Caseira e Alejandro Silva Codilla (Imediato).

Nº 25.965/2011 - Acidente da navegação envolvendo o saveiro "MAGIA I" com lajes submersas existentes no contorno da ilha da Saracura, localizada na baía da Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, ocorrido em 22 de janeiro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Representados: Valmir Porto da Silva (Mestre) e Sátiro Jesus Viana de Souza (Tripulante).

JULGAMENTO

Nº 24.790/2010 - Fato da navegação envolvendo o jet-ski "GABRIELLI" e um passageiro, ocorrido nas proximidades do Campo de Santana, Curitiba, Paraná, em 23 de fevereiro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Representado: Eduardo Jeremias Borges (Proprietário), Adv. Dr. Marquez Hudson Côres (OAB/PR 1.734). Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência de EDUARDO JEREMIAS BORGES, condenando-o à pena de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5º, combinado com o art. 124, § 1° e com o art. 127, § 2°, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Oficiar à DPC a infração à Lei n° 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometida pelo proprietário do jet-ski "GABRIELLI", Eduardo Jeremias Borges. Encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério Público do Estado do Paraná para conhecimento.

Nº 24.848/2010 - Acidente da navegação envolvendo o BP "LEONARDO VI", ocorrido nas proximidades da Barra do Saí, Itapoá, Santa Catarina, em 05 de novembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Representado: Miguel da Silveira (Pescador Profissional), Adv. Dativo Dr. Aldano José Vieira Neto (OAB/SC 8.124). Decisão unânime: rejeitar a preliminar de rejeição da representação por perempção do direito de representar, suscitada pela defesa de Miguel da Silveira por falta de amparo legal. Julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, letra "b", da Lei n° 2.180/54, como de origem indeterminada, exculpando o representado Miguel da Silveira por falta de provas e mandando arquivar os autos. Oficiar à DPC a infração ao RLESTA, art. 11 (conduzir embarcação ou contratar tripulante sem habilitação para operá-la), cometida por Miguel da Silveira e a infração ao RLESTA, art. 16, inciso I (falta de transferência de propriedade da embarcação no prazo legal) e a infração à Lei nº 8.374/91 (falta de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometidas pelo proprietário do B/P "LEONARDO VI", Ademir Padilha da Silveira.

Nº 24.895/2010 - Fato da navegação envolvendo o BM "PAI HERÓI" e uma tripulante, ocorrido no Paraná de Urucará, Amazonas, em 19 de dezembro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Representados: Manoel Henrique Serrão (Condutor) e Maria Helena Pimentel Alfaia (Tripulante inabilitada), Advª Drª Selma Viana de Oliveira (OAB/AM A-283). Decisão unânime quanto ao mérito e por maioria quanto à pena: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência e imperícia dos representados, acolhendo os termos da representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro no art. 127, da Lei nº 2.180/54, aplicar à pena de repreensão e custas processuais ao primeiro representado, proprietário e condutor do B/M "PAI HERÓI", Manoel Henrique Serrão, e aplicar o art. 143 em relação à segunda representada, Maria Helena Pimentel Alfaia, por já ter sido apenada pela sua conduta. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas a infração ao art. 19 do RLESTA c/c a Lei nº 8.374/91 (falta de seguro obrigatório DPEM, válido), da responsabilidade do proprietário do barco, Manoel Henrique Serrão. A Exmª Srª Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha votou com o Exmº Sr. Juiz-Relator, contudo aplicou ao 1º representado os benefícios do art. 143 e o isentou das custas, no que foi vencida.

Nº 23.753/2008 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "JEAN FILHO LIII" e as balsas "JEANY SARON XXIV" e "CONAVE XVI" com a balsa "BERTOLINI XXXIX" e um caminhoneiro, ocorridos na baía de Guajará, Belém, Pará, em 04 de maio de 2007.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representados: Laércio Guimarães da Silva (Comandante), Adv. Dr. Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (OAB/AM 6.572) e Transportes Bertolini Ltda., Adv. Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imperícia e imprudência do primeiro representado, LAÉRCIO GUIMARÃES DA SILVA, responsabilizando-o para condená-lo à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) e ao pagamento das custas processuais, com base no art. 121, inciso VII, c/c artigos 124, inciso I e 135, inciso 11, todos da Lei 2.180/54. Exculpar a segunda representada, Transportes Bertolini Ltda., julgando improcedente a representação contra ela apresentada. Oficiar à DPC noticiando a transgressão por parte da empresa J. F. Oliveira Navegação Ltda., armadora do comboio formado entre o R/E "JEAN FILHO LIII" e as balsas "JEANY SARON XXIV" e "CONAVE XVI", ao art. 22, inciso V, do Decreto nº 2.596/98 (RLESTA), por descumprir a NPCP da Amazônia Ocidental relativa à proibição de transporte de pessoas não tripulantes a bordo de balsas, para que imponha a penalidade cabível.

Nº 24.199/2009 - Acidente da navegação envolvendo a escuna "DA VINCI" e a LM "MARÉ ALTA IV", ocorrido nas proximidades do cais de Santa Luzia, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Representado: Kleber Ferreira (Condutor), Adv. Dr. Thales Arcoverde Treiger (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa não apurada, exculpando o representado Sr. Kleber Ferreira. Arquivando os autos.

Nº 24.862/2010 - Fato da navegação envolvendo a canoa "ANA FLÁVIA" e seus dois ocupantes, ocorrido nas proximidades da Ponta da Pombeba, ilha da Marambaia, Mangaratiba, Rio de Janeiro, em 08 de setembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representado: Alexandre de Oliveira (Proprietário), Adv. Dr. Thales Arcoverde Treiger (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o fato da navegação consubstanciado pelo art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54 (expor a risco), como inexistente, exculpando o representado. Arquivando-se os autos.

ARQUIVAMENTO

Nº 25.103/2010 - Acidente da navegação envolvendo o BM "COMTE BRUNO DE BUJARU", ocorrido na baía de Guajará, nas proximidades do Mangal das Garças, Pará, em 11 de março de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Decisão por maioria, pelo voto de desempate do Exmº Sr. Juiz-Presidente.

Voto do Exmº Sr. Juiz-Relator: diante da escassez probatória, da demora injustificada para a conclusão do inquérito (dois anos e um mês) e da pequena repercussão do acidente, arquivar os autos não recebendo a representação da PEM. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas quanto as infrações aos Artigos 11, 15 inciso II, 16, 19 inciso II e 20 inciso I do RLESTA por parte do proprietário da embarcação, sendo acompanhado pelos Exmºs. Srs. Juízes Nelson Cavalcante e Silva Filho e Maria Cristina de Oliveira Padilha.

Voto do Exmº Sr. Juiz-Revisor: receber a representação nos termos em que se encontra para que se prossiga na forma da lei.

Votaram com o Exmº Sr. Juiz-Revisor os Exmºs. Srs. Juízes Fernando Alves Ladeiras e Sergio Cezar Bokel. Tendo havido empate o Exmº Sr. Juiz-Presidente desempatou pelo recebimento da representação. Autos à distribuição para que o Exmº Sr. Juiz-Revisor passe a funcionar como Juiz-Relator e a designação do novo Juiz-Revisor.

REPRESENTAÇÃO RECEBIDA NOS TERMOS DO ART. 64, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL:

Nº 25.732/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo uma canoa sem nome, não inscrita, seu condutor e um passageiro, ocorridos nas proximidades da praia do Coqueiro, município de Luiz Correia, Piauí, em 25 de agosto de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Representados: Antônio Silvestre da Silva (Condutor) e Paulo Folha de Sousa (Passageiro).

Nº 25.638/2011 - Fato da navegação envolvendo a lancha "SARAGASSA", ocorrido na enseada de Búzios, Armação dos Búzios, Rio de Janeiro, em 12 de junho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representados: Adriana Miguel Saad; Nélio Pereira da Costa (Mestre) e Amarildo de Sá Silva (Supervisor de Mergulho).

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL:

Nº 25.716/2011 - Acidente da navegação envolvendo a LM "DUDA", ocorrido na praia do condomínio Aldeia, Guarapari, Espírito Santo, em 16 de fevereiro de 2010.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: arquivar os autos como requerido pela Douta Procuradoria Especial da Marinha (fls. 72 a 74), considerando o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências como de origem indeterminada.

Nº 25.648/2011 - Fato da navegação envolvendo o bote "GARÇA" e seu condutor, ocorrido na represa de Três Marias, município de Morada Nova de Minas, Minas Gerais, em 28 de dezembro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: arquivar os autos considerando o fato da navegação como previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54.

Nº 25,563/2010 - Acidente da navegação envolvendo o BM "VELHO AMÉLIO", ocorrido no rio Negro, Barcelos, Amazonas, em 17 de outubro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (encalhe), da Lei nº 2.180/54, como equiparado aos casos cujas determinantes não puderam ser apuradas com o mínimo de precisão, não recebendo a Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha e arquivando os Autos do IAFN. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas as infrações ao RLESTA apontadas nos autos do IAFN: art. 11 (tripulação não habilitada); art. 16, inciso I (falta de transferência de propriedade da embarcação); art. 19, c/c a Lei n° 8.374/91 (falta de seguro obrigatório DPEM, válido para a época do acidente) e art. 19, inciso III (Certificado de Segurança da Navegação vencido e sem registro de vistorias intermediárias), todas da responsabilidade do proprietário do B/M "VELHO AMÉLIO", Jair Zanis de Lima. Como medida preventiva e de segurança: retirar de tráfego o BM "VELHO AMÉLIO" até que seu proprietário cumpra com todas as exigências previstas pela Autoridade Marítima, inclusive quanto à documentação vencida, registro de armador, tripular sua embarcação com tripulantes de acordo com o CTS e cumprir as demais exigências em razão do Auto de Apreensão, fl. 6, de 16 de junho de 2009, por não haver nos autos prova de sua liberação para sair do porto do São Raimundo.

Nº 25.518/2010 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "LADY JU II" com uma construção de alvenaria, ocorrido na lagoa Várzea das Flores, Contagem, Minas Gerais, em 21 de março de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de provável imprudência da própria vítima fatal ao navegar no período noturno em local sem sinalização, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 25.057/2010 - Fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "JUBILOSO" com a balsa "SANAVE V" e canoas a remo, ocorrido no rio Jacaré Grande, Breves, Pará, em 05 de maio de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "f", da Lei nº 2.180/54, como decorrente do dolo de pessoas cujas identidades não foram apuradas, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 25.292/2010 - Fato da navegação envolvendo a embarcação "CAIOMAR VIII" e uma passageira, ocorrido no litoral do município de Barra de São Miguel, Alagoas, em 05 de dezembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de um caso fortuito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 25.387/2010 - Fato da navegação envolvendo um barco a motor sem nome, não inscrito, e um passageiro, ocorrido no rio Amazonas, município de Almeirim, Pará, no ano de 1978.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar prejudicado o julgamento do fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, em razão da falta de provas que confirmem que o mesmo ocorreu a bordo, além de já ter sido alcançado pela prescrição, mandando arquivar o processo, conforme promoção da Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 25.458/2010 - Fato da navegação envolvendo o BM "COMANDANTE ARAUJO" e um passageiro, ocorrido no rio Amazonas, entre as cidades de Chaves e Afuá, Pará, em 20 de dezembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada mandando arquivar o processo, conforme promoção da Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas as infrações ao RLESTA por parte do proprietário da embarcação, por não ter apresentado os documentos obrigatórios da embarcação e da tripulação e por não ter noticiado o fato da navegação à Autoridade Marítima.

Nº 25.604/2011 - Acidente da navegação envolvendo a lancha "OCEANBOAT II", ocorrido nas imediações da bóia de Manguinhos, próximo ao píer Mauá, baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 20 de maio 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar o processo, conforme promoção da Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 25.690/2011 - Acidente da navegação envolvendo a lancha de praticagem "P-1", ocorrido no rio Pará, no trajeto entre Mosqueiro e Belém, Pará, em 02 de fevereiro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, mandando arquivar o processo, conforme promoção da Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 25.709/2011 - Acidente da navegação envolvendo um comboio não identificado com três canoas não inscritas, ocorrido no rio Madeira, próximo ao município de Humaitá, Amazonas, em 10 de maio de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa não apurada acima de qualquer dúvida e de autoria desconhecida, mandando arquivar o processo, conforme promoção da Procuradoria Especial da Marinha.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Drª Aline Gonzalez Rocha.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 16h52min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, em 20 de setembro de 2011.
Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS
SEÇÃO DE REGISTROS E CADASTRO

BOLETIM DO MÊS DE AGOSTO DE 2011

FORAM REGISTRADOS NESTE TRIBUNAL, DURANTE O MÊS, OS SEGUINTES ATOS:

REGISTROS DE PROPRIEDADE
TERMO:13452
EMBARCAÇÃO: TS FABULOSO
PROPRIETÁRIO: TRANSHIP TRANSP. MARÍTIMOS LTDA
TERMO:13453
EMBARCAÇÃO: LOCAR II
PROPRIETÁRIO: LOCAR GUINDASTES TRANSP. INTERMODAIS LTDA
TERMO: 13454
EMBARCAÇÃO: CARINA
PROPRIETÁRIO: SAVEIROS CAMUYRANO SERV. MARIT. SA
TERMO: 13455
EMBARCAÇÃO: CBO ALESSANDRA
PROPRIETÁRIO: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE
TERMO: 13456
EMBARCAÇÃO: SISTAC ESPERANÇA
PROPRIETÁRIO: SISTAC - SISTEMAS DE ACESSO S/A
TERMO:13457
EMBARCAÇÃO: BSCO 01
PROPRIETÁRIO: BSCO NAVEGAÇÃO S/A
TERMO: 13458
EMBARCAÇÃO: ML SOARES X
PROPRIETÁRIO: M. L. SOARES
TERMO: 13459
EMBARCAÇÃO: SÃO DOMINGOS II - SD
PROPRIETÁRIO: RENATO RODRIGUES REBELO
TERMO: 13460
EMBARCAÇÃO: MS VII
PROPRIETÁRIO: M. SANTOS TRANSPORTE LTDA
TERMO:13461
EMBARCAÇÃO: MILENA
PROPRIETÁRIO: J. A. DE AQUINO
TERMO: 13462
EMBARCAÇÃO: VAM 02
PROPRIETÁRIO: VERÍSSIMO -SERV. DE FUND. E ENG. LTDA
TERMO:13463
EMBARCAÇÃO: LINAVE VI
PROPRIETÁRIO: LINAVE LUIZ IVAN NAVEGAÇÃO LTDA
TERMO:13464
EMBARCAÇÃO: LINAVE VII
PROPRIETÁRIO: LINAVE LUIZ IVAN NAVEGAÇÃO LTDA
TERMO:13465
EMBARCAÇÃO: LINAVE VIII
PROPRIETÁRIO: LINAVE LUIZ IVAN NAVEGAÇÃO LTDA
TERMO:13466
EMBARCAÇÃO: LINAVE IX
PROPRIETÁRIO: LINAVE LUIZ IVAN NAVEGAÇÃO LTDA
TERMO:13467
EMBARCAÇÃO: TOPA-TUDO VI
PROPRIETÁRIO: CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENG. SA
TERMO:13468
EMBARCAÇÃO: BRUCUTU
PROPRIETÁRIO: VALE S/A
TERMO:13469
EMBARCAÇÃO: LOCAR VI
PROPRIETÁRIO: LOCAR GUINDASTES TRANSP.INTERMODAIS LTDA
TERMO:13470
EMBARCAÇÃO: LOCAR I
PROPRIETÁRIO: LOCAR GUINDASTES TRANSP. INTERMODAIS LTDA
TERMO:13471
EMBARCAÇÃO: PANTOJA I
PROPRIETÁRIO: ROSINALDO PANTOJA ANDRÉ
TERMO:13472
EMBARCAÇÃO: LYRA
PROPRIETÁRIO: SAVEIROS CAMUYRANO SERV. MARIT.SA
TERMO:13473
EMBARCAÇÃO: SMIT CARIPUNA
PROPRIETÁRIO: REBRAS - REBOCADORES DO BRASIL SA
TERMO:13474
EMBARCAÇÃO: AROEIRA
PROPRIETÁRIO: TRANSDOURADA TRANSPORTES LTDA
REGISTROS/RENOVAÇÕES DE ARMADOR
TERMO: 00102
ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEG. DA AMAZÔNIA-CNA
TERMO: 01513
ARMADOR: SAVEIROS TOUR TURISMO NAVEG. LTDA
TERMO: 01715
ARMADOR: TORQUATO PONTES PESCADOS SA
TERMO: 01950
ARMADOR: BRASIMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA
TERMO: 02494
ARMADOR: EQUIPEMAR ENGENHARIA E SERVICOS LTDA
TERMO: 03095
ARMADOR: FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS
TERMO: 03236
ARMADOR: MATERIAIS DE CONSTR. MASSAKAISER LTDA
TERMO: 03429
ARMADOR: TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA
TERMO: 03455
ARMADOR: CLEMENTE DOMINGOS DOS SANTOS
TERMO: 03837
ARMADOR: LINAVE LUIZ IVAN NAVEGAÇÃO LTDA
TERMO: 03902
ARMADOR: NORSKAN OFFSHORE LTDA
TERMO: 03950
ARMADOR: ALFANAVE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA
TERMO: 03999
ARMADOR: J. A. DE AQUINO
TERMO: 04010
ARMADOR: COMERCIAL DE AREIA SULISTA LTDA
TERMO: 04022
ARMADOR: SDC DO BRASIL - SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
TERMO: 04182
ARMADOR: TUGBRASIL APOIO PORTUÁRIO SA
TERMO: 04219
ARMADOR: ANTONIO COSTA AMARAL
TERMO: 04235
ARMADOR: ROBERTA SERVIÇOS E INVESTIMENTOS LTDA
TERMO: 04414
ARMADOR: ACAMIN NAVEG. E SERV. MARÍTIMOS LTDA
TERMO: 04432
ARMADOR: E. C. DE SOUSA & CIA LTDA
TERMO: 04658
ARMADOR: STX BRASIL MARÍTIMA LTDA
TERMO: 04659
ARMADOR: BSCO NAVEGAÇÃO S/A
TERMO: 04660
ARMADOR: NAVEGAÇÃO SÃO DOMINGOS LTDA
TERMO: 04661
ARMADOR: OP NAVEGAÇÃO LTDA
TERMO: 04662
ARMADOR: T. DO VALE ANDRÉ NAVEGAÇÃO-ME
TERMO: 04663
ARMADOR: IVAN SARRAF DE ABREU-ME
REGISTROS/AVERBAÇÕES DE ÔNUS
TERMO: 03312
CREDOR: BANCO DO BRASIL S/A
ÔNUS: HIPOTECA
GARANTIA: ELIAS SEIF
TERMO: 03313
CREDOR: BANCO NAC DE DES ECONÔMICO SOCIAL
ÔNUS: ALIENAÇÃO FID/RES DOMINIO
GARANTIA: BRAM BRASIL
ÔNUS: ALIENAÇÃO FID/RES DOMINIO
GARANTIA: NAV-124
ÔNUS: ALIENAÇÃO FID/RES DOMINIO
GARANTIA: NAV-125
ÔNUS: ALIENAÇÃO FID/RES DOMINIO
GARANTIA: NAV-126
ÔNUS: ALIENAÇÃO FID/RES DOMINIO
GARANTIA: NAV-127
ÔNUS: ALIENAÇÃO FID/RES DOMINIO
GARANTIA: NAV-128

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2011.
MANOEL SEVERIANO LOPES
Chefe

SEÇÃO DO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO

BOLETIM DO MÊS DE AGOSTO DE 2011

FORAM REGISTRADOS NO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO OS ATOS ABAIXO:

1) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30711
DATA DO REGISTRO: 13/04/2010
PRAZO DE VALIDADE: 03/01/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: AL-015
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: AL-015
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE - CIC/CGC: 13534284000148
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
2) TERMO DE REGISTRO: 30712
DATA DO REGISTRO: 13/04/2010
PRAZO DE VALIDADE: 28/06/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: AL-016
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: AL-016
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE - CIC/CGC: 13534284000148
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
3) TERMO DE REGISTRO: 30713
DATA DO REGISTRO: 13/04/2010
PRAZO DE VALIDADE: 30/11/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: AL-017
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: AL-017
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE - CIC/CGC: 13534284000148
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
4) TERMO DE REGISTRO: 01490
DATA DO REGISTRO: 01/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 08/08/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: TORDA
ARMADOR/ AFRETADOR: WILSON, SONS OFFSHORE S/A
CIC/CGC: 08376900000140
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
5) TERMO DE REGISTRO: 00937
DATA DO REGISTRO: 15/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 01/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: GIOVANNA IV
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
6) TERMO DE REGISTRO: 00938
DATA DO REGISTRO: 15/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 01/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: ISABELE XXII
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
7) TERMO DE REGISTRO: 00939
DATA DO REGISTRO: 15/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 01/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: ISABELE XXI
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
8) TERMO DE REGISTRO: 00944
DATA DO REGISTRO: 16/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 01/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: ISABELE XIX
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
9) TERMO DE REGISTRO: 00946
DATA DO REGISTRO: 16/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 01/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: ISABELE VI
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
10) TERMO DE REGISTRO: 00947
DATA DO REGISTRO: 16/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 01/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: ISABELE III
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
11) TERMO DE REGISTRO: 00963
DATA DO REGISTRO: 17/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 01/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: ATLANTA 98
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
12) TERMO DE REGISTRO: 00967
DATA DO REGISTRO: 17/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 01/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: GIOVANNA V
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
13) TERMO DE REGISTRO: 00975
DATA DO REGISTRO: 08/05/2008
PRAZO DE VALIDADE: 01/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO XLV
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
14) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30895
DATA DO REGISTRO: 02/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 10/12/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: CBP3 01
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: CBP3 01
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BSCO NAVEGAÇÃO S/A
CIC/CGC: 09296166000171
MOTIVO: INCLUSÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
15) TERMO DE REGISTRO: 00943
DATA DO REGISTRO: 16/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 02/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: ISABELE XVIII
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
16) TERMO DE REGISTRO: 00948
DATA DO REGISTRO: 16/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 02/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: ISABELE II
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
17) TERMO DE REGISTRO: 00981
DATA DO REGISTRO: 08/05/2008
PRAZO DE VALIDADE: 02/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO XLIV
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
18) TERMO DE REGISTRO: 00995
DATA DO REGISTRO: 07/08/2008
PRAZO DE VALIDADE: 02/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: PRESIDENTE CASTELO BRANCO
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: MANOBRASSO SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 04537043000161
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
19) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30896
DATA DO REGISTRO: 03/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 10/12/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: CBP3 02
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: CBP3 02
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BSCO NAVEGAÇÃO S/A
CIC/CGC: 09296166000171
MOTIVO: INCLUSÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
20) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30897
DATA DO REGISTRO: 03/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 10/12/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: CBP3 03
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: CBP3 03
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BSCO NAVEGAÇÃO S/A
CIC/CGC: 09296166000171
MOTIVO: INCLUSÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
21) TERMO DE REGISTRO: 01491
DATA DO REGISTRO: 03/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 03/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: TALHA-MAR
ARMADOR/ AFRETADOR: WILSON, SONS OFFSHORE S/A
CIC/CGC: 08376900000140
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
22) TERMO DE REGISTRO: 01492
DATA DO REGISTRO: 03/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 03/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO LX
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
23) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30629
DATA DO REGISTRO: 03/08/2009
NOME DA EMBARCAÇÃO: NAV-123
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: NAV-123
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA
CIC/CGC: 07864634000131
MOTIVO: CANCELAMENTO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
DATA DO CANCELAMENTO: 03/08/2011
24) TERMO DE REGISTRO: 01493
DATA DO REGISTRO: 03/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 03/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: BRAM BRASIL
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA
CIC/CGC: 07864634000131
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
25) TERMO DE REGISTRO: 01494
DATA DO REGISTRO: 03/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 13/07/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: GUANABARA BAY
ARMADOR/ AFRETADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
26) TERMO DE REGISTRO: 01495
DATA DO REGISTRO: 03/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 30/10/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: LEROY
ARMADOR/ AFRETADOR: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 00649990000193
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
27) TERMO DE REGISTRO: 01496
DATA DO REGISTRO: 03/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 30/10/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: FREYOUX
ARMADOR/ AFRETADOR: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 00649990000193
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
28) TERMO DE REGISTRO: 01059
DATA DO REGISTRO: 21/01/2009
PRAZO DE VALIDADE: 14/01/2013
NOME DA EMBARCAÇÃO: ALIANÇA SANTOS
ARMADOR/ AFRETADOR: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA - CIC/CGC: 02427026000146
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
29) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30898
DATA DO REGISTRO: 08/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 25/11/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: AL-019
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: AL-019
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE - CIC/CGC: 13534284000148
MOTIVO: INCLUSÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
30) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30899
DATA DO REGISTRO: 08/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 25/11/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: AL-018
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: AL-018
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE - CIC/CGC: 13534284000148
MOTIVO: INCLUSÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
31) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30083
DATA DO REGISTRO: 20/03/2003
NOME DA EMBARCAÇÃO: LADY VANDA
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: ERIN 1338
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: RIO MATAPI NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14494538000104
MOTIVO: CANCELAMENTO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
DATA DO CANCELAMENTO: 08/08/2011
32) TERMO DE REGISTRO: 01497
DATA DO REGISTRO: 08/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 08/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: LADY VANDA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: RIO MATAPI NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14494538000104
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
33) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30126
DATA DO REGISTRO: 13/11/2003
NOME DA EMBARCAÇÃO: IMPERATRIZ
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: EI-469
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TUGBRASIL APOIO PORTUÁRIO S/A - CIC/CGC: 04735952000104
MOTIVO: CANCELAMENTO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
DATA DO CANCELAMENTO: 08/08/2011
34) TERMO DE REGISTRO: 01498
DATA DO REGISTRO: 08/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 08/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: IMPERATRIZ I
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TUGBRASIL APOIO PORTUÁRIO S/A - CIC/CGC: 04735952000104
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
35) TERMO DE REGISTRO: 00989
DATA DO REGISTRO: 27/06/2008
PRAZO DE VALIDADE: 08/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: CBO VALENTINA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE - CIC/CGC: 13534284000148
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
36) TERMO DE REGISTRO: 01396
DATA DO REGISTRO: 03/09/2010
PRAZO DE VALIDADE: 25/07/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL RIO
ARMADOR/ AFRETADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
37) TERMO DE REGISTRO: 30762
DATA DO REGISTRO: 22/07/2010
PRAZO DE VALIDADE: 30/09/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: LOCAR PIPE
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 442
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS LTDA
CIC/CGC: 43368422000127
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
38) TERMO DE REGISTRO: 01499
DATA DO REGISTRO: 11/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 11/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: MOACIR PINTO GARCIA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: SS NAVAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME - CIC/CGC: 04570351000199
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
39) TERMO DE REGISTRO: 30863
DATA DO REGISTRO: 22/03/2011
PRAZO DE VALIDADE: 21/01/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: EI-520
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: EI-520
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A - CIC/CGC: 42487983000182
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
40) TERMO DE REGISTRO: 30424
DATA DO REGISTRO: 14/08/2007
PRAZO DE VALIDADE: 17/10/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: EAS-C-008
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: EAS-C-008
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO - CIC/CGC: 02709449000159
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
41) TERMO DE REGISTRO: 30542
DATA DO REGISTRO: 15/12/2008
PRAZO DE VALIDADE: 08/01/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: M203
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: M203
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO - CIC/CGC: 02709449000159
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
42) TERMO DE REGISTRO: 30534
DATA DO REGISTRO: 19/02/2009
PRAZO DE VALIDADE: 31/12/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: PRO-26
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: PRO-26
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: DOF NAVEGAÇÃO LTDA
CIC/CGC: 05051709000130
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
43) TERMO DE REGISTRO: 00977
DATA DO REGISTRO: 08/05/2008
PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO XLII
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
44) TERMO DE REGISTRO: 00961
DATA DO REGISTRO: 17/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO XL
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
45) TERMO DE REGISTRO: 00978
DATA DO REGISTRO: 08/05/2008
PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO XXXIV
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
46) TERMO DE REGISTRO: 00945
DATA DO REGISTRO: 16/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: ISABELE VIII
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
47) TERMO DE REGISTRO: 00972
DATA DO REGISTRO: 17/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO LVII
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
48) TERMO DE REGISTRO: 00957
DATA DO REGISTRO: 17/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO XXXIX
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
49) TERMO DE REGISTRO: 00959
DATA DO REGISTRO: 17/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO XXXVIII
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
50) TERMO DE REGISTRO: 00980
DATA DO REGISTRO: 08/05/2008
PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO XLVI
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
51) TERMO DE REGISTRO: 00969
DATA DO REGISTRO: 17/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO LI
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
52) TERMO DE REGISTRO: 00971
DATA DO REGISTRO: 17/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO LVI
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
53) TERMO DE REGISTRO: 00941
DATA DO REGISTRO: 16/04/2008
PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: JEAN FILHO LVIII
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 22797070000155
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
54) TERMO DE REGISTRO: 30805
DATA DO REGISTRO: 15/10/2010
PRAZO DE VALIDADE: 30/12/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: TBL VI
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 53
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA - CIC/CGC: 04503660000146
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
55) TERMO DE REGISTRO: 30838
DATA DO REGISTRO: 18/01/2011
PRAZO DE VALIDADE: 30/11/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: BERTOLINI CCXLIII
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 87
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA - CIC/CGC: 04503660000146
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

56) TERMO DE REGISTRO: 30839
DATA DO REGISTRO: 18/01/2011
PRAZO DE VALIDADE: 30/11/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: BERTOLINI CCXLV
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 88
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA - CIC/CGC: 04503660000146
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
57) TERMO DE REGISTRO: 01500
DATA DO REGISTRO: 17/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 17/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: VELA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: SAVEIROS, CAMUYRANO - SERVIÇOS MARÍTIMOS S/A - CIC/CGC: 33112152000135
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
58) TERMO DE REGISTRO: 01501
DATA DO REGISTRO: 17/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 17/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: CARINA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: SAVEIROS, CAMUYRANO - SERVIÇOS MARÍTIMOS S/A - CIC/CGC: 33112152000135
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
59) TERMO DE REGISTRO: 30854
DATA DO REGISTRO: 17/02/2011
PRAZO DE VALIDADE: 30/08/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: HERMASA 75
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 360
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - CIC/CGC: 84590892000118
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
60) TERMO DE REGISTRO: 30855
DATA DO REGISTRO: 17/02/2011
PRAZO DE VALIDADE: 30/08/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: HERMASA 76
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 361
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - CIC/CGC: 84590892000118
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
61) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30900
DATA DO REGISTRO: 19/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 15/11//2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: CONSTREMAC I
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 227
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: CONSTREMAC CONSTRUÇÕES LTDA - CIC/CGC: 03998869000165
MOTIVO: INCLUSÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
62) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30084
DATA DO REGISTRO: 20/03/2003
NOME DA EMBARCAÇÃO: WELLINGTON PINTO
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: ERIN 1339
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: RIO MATAPI NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14494538000104
MOTIVO: CANCELAMENTO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
DATA DO CANCELAMENTO: 19/08/2011
63) TERMO DE REGISTRO: 01502
DATA DO REGISTRO: 19/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 19/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: WELLINGTON PINTO
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: RIO MATAPI NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14494538000104
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
64) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30085
DATA DO REGISTRO: 20/03/2003
NOME DA EMBARCAÇÃO: CARLOS PINTO JUNIOR
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: ERIN 1340
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: RIO MATAPI NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14494538000104
MOTIVO: CANCELAMENTO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
DATA DO CANCELAMENTO: 19/08/2011
65) TERMO DE REGISTRO: 01503
DATA DO REGISTRO: 19/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 19/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: CARLOS PINTO JUNIOR
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: RIO MATAPI NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14494538000104
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
66) TERMO DE REGISTRO: 00450
DATA DO REGISTRO: 15/10/2002
PRAZO DE VALIDADE: 19/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: LADY MONALIZA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: RIO MATAPI NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14494538000104
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
67) TERMO DE REGISTRO: 00451
DATA DO REGISTRO: 15/10/2002
PRAZO DE VALIDADE: 19/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: LADY HELENA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: RIO MATAPI NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14494538000104
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
68) TERMO DE REGISTRO: 00452
DATA DO REGISTRO: 15/10/2002
PRAZO DE VALIDADE: 19/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: LADY PATRÍCIA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: RIO MATAPI NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14494538000104
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
69) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30901
DATA DO REGISTRO: 22/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 30/09/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: C-360
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: C-360
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 31667298000111
MOTIVO: INCLUSÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
70) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30902
DATA DO REGISTRO: 22/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 30/03/2013
NOME DA EMBARCAÇÃO: C-361
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: C-361
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 31667298000111
MOTIVO: INCLUSÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
71) TERMO DE REGISTRO: 30540
DATA DO REGISTRO: 15/12/2008
PRAZO DE VALIDADE: 30/10/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: M200
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: M200
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO - CIC/CGC: 02709449000159
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
72) TERMO DE REGISTRO: 30541
DATA DO REGISTRO: 15/12/2008
PRAZO DE VALIDADE: 30/09/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: M199
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: M199
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO - CIC/CGC: 02709449000159
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
73) TERMO DE REGISTRO: 01504
DATA DO REGISTRO: 24/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 24/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: BRASIMAR VII
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BRASIMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 29841244000189
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
74) TERMO DE REGISTRO: 01505
DATA DO REGISTRO: 24/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 24/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: BRASIMAR IV
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BRASIMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 29841244000189
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
75) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30548
DATA DO REGISTRO: 18/12/2008
NOME DA EMBARCAÇÃO: TS 4
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: CN 148
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 31667298000111
MOTIVO: CANCELAMENTO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
DATA DO CANCELAMENTO: 24/08/2011
76) TERMO DE REGISTRO: 01506
DATA DO REGISTRO: 24/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 24/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: TS 4
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 31667298000111
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
77) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30514
DATA DO REGISTRO: 19/08/2008
NOME DA EMBARCAÇÃO: TS MARRENTO
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: C-334
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 31667298000111
MOTIVO: CANCELAMENTO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
DATA DO CANCELAMENTO: 24/08/2011
78) TERMO DE REGISTRO: 01507
DATA DO REGISTRO: 24/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 24/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: TS MARRENTO
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 31667298000111
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
79) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30549
DATA DO REGISTRO: 18/12/2008
NOME DA EMBARCAÇÃO: TS SOBERANO
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: C-147
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 31667298000111
MOTIVO: CANCELAMENTO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
DATA DO CANCELAMENTO: 24/08/2011
80) TERMO DE REGISTRO: 01508
DATA DO REGISTRO: 24/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 24/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: TS SOBERANO
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 31667298000111
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
81) TERMO DE REGISTRO: 00985
DATA DO REGISTRO: 19/06/2008
PRAZO DE VALIDADE: 24/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: BRASMAR I
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BRASIMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 29841244000189
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
82) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30903
DATA DO REGISTRO: 25/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 29/02/2013
NOME DA EMBARCAÇÃO: SS TUBARÃO
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: SS TUBARÃO
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: SS NAVAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME - CIC/CGC: 04570351000199
MOTIVO: INCLUSÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
83) TERMO DE REGISTRO: 01509
DATA DO REGISTRO: 25/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 25/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: BRASIMAR III
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BRASIMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 29841244000189
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
84) TERMO DE REGISTRO: 01510
DATA DO REGISTRO: 25/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 25/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: ARAXA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BRASIMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 29841244000189
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
85) TERMO DE REGISTRO: 01511
DATA DO REGISTRO: 25/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 25/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: BUFALO
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BRASIMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 29841244000189
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
86) TERMO DE REGISTRO: 00732
DATA DO REGISTRO: 29/04/2005
PRAZO DE VALIDADE: 15/01/2013
NOME DA EMBARCAÇÃO: RIGEL
ARMADOR/ AFRETADOR: SAVEIROS, CAMUYRANO - SERVIÇOS MARÍTIMOS S/A - CIC/CGC: 33112152000135
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
87) TERMO DE REGISTRO: 30798
DATA DO REGISTRO: 24/09/2010
PRAZO DE VALIDADE: 20/11/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: JACOB BORGES
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 1836
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - CIC/CGC: 84590892000118
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
88) TERMO DE REGISTRO: 30799
DATA DO REGISTRO: 24/09/2010
PRAZO DE VALIDADE: 01/01/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: JOÃO TRICHES
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 1837
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - CIC/CGC: 84590892000118
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
89) TERMO DE REGISTRO: 30800
DATA DO REGISTRO: 24/09/2010
PRAZO DE VALIDADE: 01/01/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: VALDIR MASUTTI
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 1838
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - CIC/CGC: 84590892000118
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
90) TERMO DE REGISTRO: 01021
DATA DO REGISTRO: 30/09/2008
PRAZO DE VALIDADE: 30/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: SKANDI FLUMINENSE
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: DOF NAVEGAÇÃO LTDA
CIC/CGC: 05051709000130
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
91) TERMO DE REGISTRO: 01512
DATA DO REGISTRO: 31/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 31/05/2012
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORTE II
ARMADOR/ AFRETADOR: OP NAVEGAÇÃO LTDA
CIC/CGC: 10414877000182
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
92) TERMO DE REGISTRO: 01513
DATA DO REGISTRO: 31/08/2011
PRAZO DE VALIDADE: 31/08/2014
NOME DA EMBARCAÇÃO: LYRA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: SAVEIROS, CAMUYRANO - SERVIÇOS MARÍTIMOS S/A - CIC/CGC: 33112152000135
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 1º de setembro de 2011.
JORGE JOSÉ DE ARAUJO
Encarregado da Seção

PROIBIDA A VENDA IMPRENSA NACIONAL
PROIBIDA A VENDA POR TERCEIROS

Ministério da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 1.193, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O Reitor em Exercício da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.000608/2011-98, resolve:

Prorrogar pelo período de 27-04-2011 a 26-10-2011, a validade do Processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, realizado através do Edital nº 012/2011, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 029/2011, de 20-04-2011, publicado no DOU de 26-04-2011, Seção 3, fls. 45.

EDMÊR SILVESTRE PEREIRA JÚNIOR
Em exercício

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE LETRAS

PORTARIA Nº 6.763, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 5083, de 14/12/2009, publicada no DOU nº 239, Seção 2, de 15/12/2009, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 94, de 06/09/2011, publicado no DOU nº 174, de 09/09/2011, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Ciência da Literatura
Setorização: Teoria Literária
1 - Raphaella Mendes Silva de Castro Lira
2 - Mariana da Silva Lima
3 - Maria Clara da Silva Ramos Carneiro

ELEONORA ZILLER CAMENIETZKI

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 464, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga o prazo para recolhimento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) incidente sobre as operações com derivativos.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 66 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, resolve:

Art. 1º O recolhimento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)) incidente sobre as operações com derivativos a que se refere o art. 32-C do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, incluído pelo Decreto nº 7.563, de 15 de setembro de 2011, relativo aos fatos geradores ocorridos no período de 27 de julho a 30 de novembro de 2011, será efetuado no dia 29 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 370, de 29 de julho de 2011

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO

SECRETARIA EXECUTIVA

ATAS DE JULGAMENTOS

Ata da 329ª Sessão Pública de Julgamento, realizada no dia 26 de julho de 2011, cuja Pauta foi publicada no Diário Oficial da União de 04 de julho de 2011, Seção 1, pags. 41 e 42, com divulgação nessas mesmas datas via Internet (www.bcb.gov.br/crsfn).

1 - LOCAL E HORÁRIO: Auditório Dênio Nogueira, situado no 1º Subsolo, Torre 4, do Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B, em Brasília (DF), às 8h30.

2 - Trabalhos - Abriu-se a sessão às 8h56 e os trabalhos foram encerrados às 18h32, sob condução do Presidente, Conselheiro Dr. Daniel Augusto Borges da Costa, tendo como Secretário-Executivo, substituto, o Dr. João Osamir Cunha e presentes ainda os Procuradores representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Euler Barros Ferreira Lopes, Dra. Luciana Moreira e Dr. Walter Henrique dos Santos.

3 - Quorum - Presentes os Conselheiros: Drs. Celso Luiz Rocha Serra Filho, Daniel Augusto Borges da Costa, Darwin Corrêa, Gilberto Frussa, Johan Albino Ribeiro, Lucas Alves Freire, Marco Antonio Wittman Saenger, Waldir Quintiliano da Silva e Walter Luis Bernardes Albertoni.

4. Posse(s) de Conselheiro(s) - Foram lidos os termos de posses: de Walter Luis Bernardes Albertoni, para exercer a função de membro deste Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, no período de 18 de julho de 2011 a 18 de julho de 2013, na qualidade de Conselheiro suplente, como representante da Associação de Investidores no Mercado de Capitais - AMEC, designado que foi pela Portaria nº 250, de 20.06.11 (publicada no DOU de 21.06.2011 - Seção 2, pag. 29), do Sr. Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, no uso da competência conferida pelo Ministro de Estado da Fazenda; de Abelardo Duarte de Melo Sobrinho, para exercer a função de membro deste Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, no período de 20 de julho de 2011 a 20 de julho de 2013, na qualidade de Conselheiro suplente, como representante do Ramo Crédito da Organização das Cooperativas Brasileiras - CECO, designado que foi pela Portaria nº 140, de 13.05.2011 (publicada no DOU de 17.05.2011 - Seção 2, pag. 37), do Sr. Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, no uso da competência conferida pelo Ministro de Estado da Fazenda; de Marco Antonio Wittmann Saenger, para exercer a função de membro deste Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, no período de 20 de julho de 2011 a 20 de julho de 2013, na qualidade de Conselheiro titular, como representante do Banco Central do Brasil - BACEN, designado que foi pela Portaria nº 272, de 11.07.2011 (publicada no DOU de 13.07.2011 - Seção 2, pag. 30), do Sr. Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, no uso da competência conferida pelo Ministro de Estado da Fazenda; e de Lucas Alves Freire, para exercer a função de membro deste Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, no período de 20 de julho de 2011 a 20 de julho de 2013, na qualidade de Conselheiro suplente, como representante do Banco Central do Brasil - BACEN, designado que foi pela Portaria nº 273, de 11.07.2011 (publicada no DOU de 13.07.2011 - Seção 2, pag. 30), do Sr. Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, no uso da competência conferida pelo Ministro de Estado da Fazenda.

5 - Leitura e Aprovação de ata(s) anterior(es) - Foram lidas e aprovadas as Atas das 327ª (trecentésima vigésima sétima) e 328ª (trecentésima vigésima oitava) Sessões Públicas de Julgamento, realizadas nos dias 31 de maio e 01 de junho de 2011 e 15 e 16 de julho de 2011, respectivamente.

6 - Distribuição de Recursos.

6.1 - Recursos a serem devolvidos à Secretaria Executiva - Foi distribuída relação dos Recursos que, em situação de análise, encontravam-se em poder dos Srs. Conselheiros e Srs.Procuradores.

6.2 - Recursos sorteados para relator:

Recurso 11961 - 0401262822 - Recorrentes: Edimilson Santos Almeida e Eli Pinto de Faria. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 11963 - 0501318331 - Recorrentes: Bancom Sociedade Corretora de Câmbio S.A., Paulo César Chaves Ferreira e Victor Francisco dos Santos Júnior. Recorrido: Bacen. Relator: Darwin Correa.

Recurso 11964 - 0201173446 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Buriti Industrial S.A. Relator: Marco Antonio Wittman Saenger.

Recurso 11966 - 0501316411 - Recorrente: DM Eletrônica da Amazônia Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 11967 - RJ-2005-98 - Recorrente: CVM. Recorridos: JP Morgan Securities INC., Alfredo Domingos Gutierrez, Carlos Eduardo Kinder Lins e Silva, Júlio Lambertson Rabello, Luis Felipe Brandão dos Santos, Mário da Silveira Teixeira Júnior, Paulo Reinaldo Rochet, Rafael David Nazario, Robert Addy Sewel e Roger Agnelli. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11968 - RJ-2007-4476 - Recorrente: CVM. Recorrida: Felicia Leigh Bellows. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 11971 - 0301192194 - I - Recorrentes: Tropical Companhia de Crédito Imobiliário, Geraldo Araújo Silva e Contídio de Freitas Júnior. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorrido: Ricardo José Rodrigues Gomes de Mattos.

Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 11972 - 0301203195 - Recorrentes: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Colaboradores da Cia. Vale do Rio Doce-CRETOVALE, Everaldo Pereira de Morais, Sílvio Francisco Vidal, Ivan Sérgio Neves Barbirato, Celso Rodrigues de Souza e Rodolfo Ribeiro Rocha. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11973 - 0301211909 - I - Recorrentes: Antônio Carlos Fraga, Eber Teixeira de Paula e Luiz Antônio de Mesquita. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorridos: Antônio Carlos Fraga, Eber Teixeira de Paula, Mário Pierangeli, Júlio Osvaldo dos Santos e Ruy Carvalho. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 11991-MI - 0601330970 - Recorrente/Recorrida: Hewlett Packard Computadores Ltda. Recorrente/Recorrido: Bacen. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 11992-MI - 0601333433 - Recorrente: Sony Brasil Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Marco Antonio Wittman Saenger.

Recurso 12254-MI - 0601332711 - Recorrente: Primo Schincariol Indústria de Cerveja e Refrigerantes S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 12286-MI - 0601332462 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Basf S.A. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 12324 - 0301217588 - Recorrente: In Natura Madeiras Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12716 - 0301227465 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Ondina Mineração Ltda. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 12780 - 0701396603 - Recorrente: Bacen. Recorridos: Financeira Alfa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos e Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro. Relator: Marco Antonio Wittman Saenger.

Recurso 13273-MI - 0601333492 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Nordeste Telecabos Ltda. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 13277-MI - 0901442907 - Recorrente: Bacen. Recorrido: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 13279-MI - 0601333315 - Recorrente: Laboratório Industrial Farmacêutica de Alagoas S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

6.3 - Recursos a serem sorteados para relator por força de pedido de diligência feito pela Procuradoria da Fazenda Nacional/CAF, conforme art. 13, § 6º, do regimento interno.

Recurso 11958 - IA-2005-8 - Recorrente: CVM. Recorridos: Braskem S.A., Nordeste Química S.A.-NORQUISA, Odebrecht S.A., Petrobrás Química S.A.-PETROQUISA, Anna Cecília de Magalhães Coutinho Dutra da Silva, Bernardo Afonso de Almeida Gradin, José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, Marcelo André Lajchter, Maurício Roberto de Carvalho Ferro, Paul Elie Altit, Peter Dvorsak, Sérgio Alfredo Thiesen e Ségio Valadares Thiesen e Sérgio Valadares Portella. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 12063 - 0601326833 - Recorrente: Cooperativa dos Produtores e Trabalhadores Urbanos e Rurais de Sorriso Ltda.-COOPERGRÃO. Recorrido: Bacen. Relator: Marco Antonio Wittman Saenger.

Recurso 12163-MI - 0601331773 - Recorrente: Telecomunicações de São Paulo S.A.-TELESP. Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 12267-MI - 0601333266 - Recorrente: Glaxosmithkline Brasil Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 12884 - 0501312014 - Recorrente: Bacen. Recorrida: BCE Brazilian Comércio Exterior Ltda. Relator: Darwin Corrêa.

6.4 - Recurso(s) a ser(em) sorteado(s) para mesmo relator por tratar-se de assunto de mesma natureza (pedido de diligência).

Recurso 12161 - 0601348689 - Recorrente: Cifarma Científica Farmacêutica Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 12263 - 0601349312 - Recorrente: Unidrogas Indústria e Comércio de Medicamentos Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 12465 - 0601350140 - Recorrente: Swissfarma Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

7 - Julgamento - Foi realizado o julgamento dos recursos constantes da respectiva Pauta, de início aludida, os quais tiveram a seguinte solução:

7.1 - Recurso 9580 - 0301220149 - I - Recorrente: Pro Ginger Comércio Exportação e Importação Ltda. Recurso improvido - Multa pecuniária no valor equivalente a US$ 117.463,75. Base legal da(s) penalidade(s): Decreto 23.258/33, art. 6º. Recorrido: Bacen. Assunto: Câmbio - Sonegação de cobertura cambial.

Recurso 11259 - 0401258004 - Recorrente: Companhia Brasileira de Loterias Governamentais Ltda. Recurso improvido - Multa pecuniária no valor equivalente a US$ 770.024,75. Base legal da(s) penalidade(s): Decreto 23.258/33, art. 6º. Recorrido: Bacen. Assunto: Câmbio - Sonegação de cobertura cambial.

Recurso 11346 - 0401237867 - Recorrente: Banco Comercial Uruguai S.A. Recurso improvido - Multa pecuniária no valor equivalente a US$ 500.000,00. Base legal da(s) penalidade(s): Decreto 23.258/33, art. 6º. Recorrido: Bacen. Assunto: Câmbio - Sonegação de cobertura cambial.

Recurso 11422 - SP-2003-461 - I- Recursos Voluntários: Cláudio da Silva Barreto - Recurso improvido - Multa pecuniária no valor de R$ 184.400,00; Jane da Silva Barreto - Recurso parcialmente provido - Multa pecuniária no valor de R$ 36.880,00; José Carlos de Oliveira Soares - Recurso improvido - Multa pecuniária no valor de R$ 86.200,00. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 6.385/76, art. 11, inc. II - II - Recurso de Ofício: Cláudio da Silva Barreto, Jane da Silva Barreto e José Carlos de Oliveira Soares - Recurso improvido - Arquivamento. Assunto: Apuração de possível existência de práticas não-equitativas, uso de informação privilegiada e prática de "front running" em negócios realizados em bolsa de valores.

Recurso 11439 - RJ-2006-5829 - Recorrente: CVM. Recorrido: Gustavo Peixoto Lima. Recurso improvido - Arquivamento. Assunto: Atuação em desacordo com as normas legais, regulamentares e profissionais.

Recurso 11953 - RJ-2007-2966 - I - Recorrente(s): Global Invest Asset Management Ltda. - Recurso improvido - Multa pecuniária no valor de R$ 350.000,00; Altemir Carlos Farinhas - Recurso improvido - Multa pecuniária no valor de R$ 350.000,00; Fernando Eduardo Gonçalves Pinto Ferreira - Recurso improvido - Multa pecuniária no valor de R$ 400.000,00. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 6.385/76, art. 11, inc. II. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorrido(s): Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e José Carlos Lopes Xavier de Oliveira - Recurso improvido - Arquivamento. Assunto: Atuação em desacordo com as normas legais, regulamentares e profissionais - Exercício insuficiente e inadequado das funções.

Recurso 12050 - 0401254183 - I- Recurso Voluntário: Agência Catarinense de Fomento S.A.- BADESC - Recurso parcialmente provido - Advertência. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 4.595/64, art. 44, inc. I - II - Recurso de Ofício:Afonso Borghezan - Recurso improvido - Arquivamento. Assunto: Atuação em desacordo com as normas legais, regulamentares e profissionais - Realização de despesas sem vínculo com o objeto social.

Recurso 12382 - 0601326583 - Recorrentes: Moreira & Associados - Auditores - Recurso improvido - Multa pecuniária no valor de R$ 100.000,00. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 6.385/76, art. 11, inc. II; Heraldo Sérgio Silva de Barcellos - Recurso parcialmente provido - Pena de proibição, pelo prazo de um ano, para a prática de atividades de auditoria em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 6.385/76, art. 11, inc. VII. Recorrido: Bacen. Assunto: Auditoria independente - Exercício ineficiente e inadequado das funções.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7.2. CÂMBIO - IMPORTAÇÃO - LEI 10.755/03 - (com a redação dada pela Lei 11.196/05 e regulamentação pela Circular 3.308/06):

7.2.1 - RECURSO(S) VOLUNTÁRIO(S) E DE OFÍCIO IMPROVIDO(S) - Irregularidades caracterizadas - Multa Adequada aos Limites da Legislação Vigente:

Recurso 12983-MI - 0901441362 - Recorrente/Recorrida: FMC Química do Brasil Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 9.599,94. Recorrente/Recorrido: Bacen.

7.2.2 - RECURSO(S) VOLUNTÁRIO(S) IMPROVIDO(S) - Irregularidades configuradas - Multa adequada aos limites da legislação vigente.

Recurso 11858-MI - 0601330965 - Recorrente: Siemens Dematic Ltda.(incorporada pela Siemens Ltda.). Multa pecuniária no valor de R$ 9.752,90. Recorrido: Bacen.

Recurso 11859-MI - 0601333063 - Recorrente: Capuaba Comercial Importadora e Exportadora S.A. Multa pecuniária no valor de R$ 11.921,36. Recorrido: Bacen.

Recurso 11860-MI - 0601332300 - Recorrente: Dorma Sistemas de Controles para Portas Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 39.797,18. Recorrido: Bacen.

Recurso 11936-MI - 0601332272 - Recorrente: Hewlett Packard Brasil Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 113.946,54. Recorrido: Bacen.

Recurso 11938-MI - 0601333754 - Recorrente: Inael do Brasil Indústria e Comércio de Material Elétrico Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 4.543,20. Recorrido: Bacen.

Recurso 11960-MI - 0601333753 - Recorrente: Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 10.435,79. Recorrido: Bacen.

Recurso 12150-MI - 0401276850 - Recorrente: Perfilam S.A. Indústria de Perfilados. Multa pecuniária no valor de R$ 1.061,10. Recorrido: Bacen.

Recurso 12155-MI - 0601333673 - Recorrente: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.-USIMINAS. Multa pecuniária no valor de R$ 1.188,88. Recorrido: Bacen.

Recurso 12238-MI - 0601331702 - Recorrente: BCD Eletrônica do Brasil Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 5.508,02. Recorrido: Bacen.

Recurso 12246-MI - 0601332002 - Recorrente: Cemusa do Brasil Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 16.594,87. Recorrido: Bacen.

Recurso 12302-MI - 0601333668 - Recorrente: Júlia da Silva Santos. Multa pecuniária no valor de R$ 2.073,71. Recorrido: Bacen.

Recurso 12307-MI - 0601330977 - Recorrente: Mahle Metal Leve Miba Sinterizados Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 1.564,02. Recorrido: Bacen.

Recurso 12385-MI - 0601330976 - Recorrente: Olin Reductone Brasil Produtos Químicos Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 7.040,35. Recorrido: Bacen.

Recurso 12890-MI - 0901440716 - Recorrente: Comelz do Brasil Indústria e Comércio de Maquinas e Equipamentos pra Calçados Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 11.684,61. Recorrido: Bacen.

Recurso 12911-MI - 0901440646 - Recorrente: Mercotex do Brasil Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 17.344,38. Recorrido: Bacen.

Recurso 12931-MI - 0901440705 - Recorrente: C-Pack Creative Packaging S.A. Multa pecuniária no valor de R$ 18.636,78. Recorrido: Bacen.

Recurso 12960-MI - 0901440949 - Recorrente: Tim Nordeste S.A. Multa pecuniária no valor de R$ 4.435,93. Recorrido: Bacen.

Recurso 12981-MI - 0601332486 - Recorrente: Enziquímica Produtos Químicos Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 1.090,15. Recorrido: Bacen.

Recurso 13023-MI - 0901441847 - Recorrentes: Colúmbia Trading S.A. e TIM Celular S.A.(sucessora da Teleceará Celular S.A.). Multa pecuniária no valor de R$ 1.846,81. Recorrido: Bacen.

Recurso 13172-MI - 0901441680 - Recorrente: Sixty Brasil Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 15.815,55. Recorrido: Bacen.

Recurso 13219-MI - 0901440583 - Recorrente: Votorantim Metais Zinco S.A. Multa pecuniária no valor de R$ 71.237,91. Recorrido: Bacen.

7.2.3 - RECURSO(S) VOLUNTÁRIO(S) PARCIALMENTE PROVIDO(S) E DE OFÍCIO IMPROVIDO(S) - Descaracterização parcial das irregularidades - Razões de defesa acolhidas em parte - Multa adequada aos limites da legislação vigente:

Recurso 11552-MI - 0601330919 - Recorrente/Recorrida: Sanofi Pasteur Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 34.082,09. Recorrente/Recorrido: Bacen.

Recurso 12059-MI - 0601340914 - Recorrente/Recorrida: Cisa Trading S.A. Multa pecuniária no valor de R$ 119.171,18. Recorrente/Recorrido: Bacen.

7.2.4 - RECURSO(S) VOLUNTÁRIO(S) NÃO CONHECIDO(S) - Intempestividade:

Recurso 12102-MI - 0601332306 - Recorrente: Beckman Coulter do Brasil Comércio de Produtos de Laboratório Ltda. Recorrido: Bacen.

Recurso 12718-MI - 0901440526 - Recorrente: Inael do Brasil Indústria e Comércio de Material Elétrico Ltda. Recorrido: Bacen.

7.2.5 - RECURSO(S) DE OFÍCIO IMPROVIDO(S) - Irregularidades descaracterizadas - Arquivamento:

Recurso 11862-MI - 0601333967 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Sementes Ceratti Ltda.

Recurso 11893-MI - 0601333458 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Química Geral do Nordeste S.A.

Recurso 11906-MI - 0601333538 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Agripec Química e Farmacêutica S.A.

Recurso 11913-MI - 0601332227 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda.

Recurso 11985-MI - 0201125126 - Recorrente: Bacen. Recorrida: América Importadora e Exportadora Ltda.

Recurso 12103-MI - 0601332955 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Phibro Saúde Animal Internacional Ltda. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12733-MI - 0901441084 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP.

Recurso 13014-MI - 0901441501 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Likstrom Engenharia Indústria e Comércio Ltda.

Recurso 13048-MI - 0901440939 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Vompanhia Refinadora da Amazônia.

Recurso 13098-MI - 0901440836 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Cipan Comércio e Indústria de Produtos Alimentícios do Nordeste Ltda.

Recurso 13100-MI - 0901440760 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Máquinas Sazi Ltda.

Recurso 13195-MI - 0901440525 - Recorrente: Bacen. Recorrida: IBC Indústria Bahiana de Compostos Plásticos Ltda. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 13196-MI - 0901440563 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Rima Industrial S.A.

Recurso 13221-MI - 0901441863 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Excim Importação e Exportação Ltda.

7.2.6 - RECURSO(S) DE OFÍCIO IMPROVIDO(S) - Arquivamento quanto à matéria objeto de subida compulsória:

Recurso 11617-MI - 060333915 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Parks S.A. Comunicações Digitais.

Recurso 11882-MI - 0601333987 - Recorrente: Bacen. Recorrida: UEG Araucária Ltda.

Recurso 11959-MI - 0601332451- Recorrente: Bacen. Recorrida: EMS S.A.

Recurso 12047-MI - 0601332109 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Baxter Hospitalar Ltda.

Recurso 12152-MI - 0601332516 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Copebrás Ltda. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 11920-MI - 0601334150 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Mercotex do Brasil Ltda.

8 - Foi/foram retirado(s) de pauta:

a) por pedido de vista:

a.1) do Conselheiro Daniel Augusto Borges da Costa:

Recurso 11345 - 0401266555 - Recorrente: Comexport Companhia de Comércio Exterior Ltda.. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11710 - 9800901821 - Recorrente: Cia. Aços Especiais Itabira - Acesita. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

a.2) do Conselheiro Lucas Alves Freire:

Recurso 5969 - 0101111816 - Recorrente: Refrigerantes Marajá Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 11840 - 0401279829 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Associação Atlética Ponte Preta. Relator: Darwin Corrêa.

a.3) do Conselheiro Johan Albino Ribeiro:

Recurso 11386 - 0401261327 - Recorrente: Buscar Comércio Exterior S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Darwin Corrêa.

a.4) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional/CAF:

Recurso 11898 - 0501316725 - Recorrente: Enacex Empresa Nacional Exportadora de Armarinhos Ltda. Relator: Darwin Corrêa.

b) por impedimento do Conselheiro-Relator:

Recurso 11831 - RJ-2005-7521 - Recorrente: CVM. Recorridos: Itaú Corretora de Valores S.A. e Renato Rodrigues Ornelas. Relator: Darwin Corrêa.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 329ª (trecentésima vigésima nona) Sessão Pública de Julgamento, às 18h32, pelo Presidente, Dr. Daniel Augusto Borges da Costa, que lavrou e assinou esta Ata, depois de lida e aprovada pelos integrantes deste Órgão Colegiado.

Brasília, 26 de julho de 2011.
DANIEL AUGUSTO BORGES DA COSTA
Presidente

JOÃO OSAMIR CUNHA
Secretário Executivo
Substituto

Ata da 330ª Sessão Pública de Julgamento, realizada nos dias 30 e 31 de agosto de 2011, cuja Pauta foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2011, Seção 1, pag. 12, com divulgação nessas mesmas datas via Internet (www.bcb.gov.br/crsfn).

1 - LOCAL E HORÁRIO: Auditório Dênio Nogueira, situado no 1º Subsolo, Torre 4, do Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B, em Brasília (DF), às 14h.

2 - Trabalhos - Abriu-se a sessão às 14h15, que foi suspensa às 19h48; no dia seguinte, os trabalhos foram reiniciados às 09h21 e encerrados às 14h22, sob condução do Presidente, Conselheiro Dr. Daniel Augusto Borges da Costa, tendo como Secretário-Executivo, substituto, o Dr. João Osamir Cunha e presentes ainda os Procuradores representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Euler Barros Ferreira Lopes, Dra. Luciana Moreira e Dr. Walter Henrique dos Santos.

3 - Quorum - Presentes os Conselheiros: Drs. Celso Luiz Rocha Serra Filho, Daniel Augusto Borges da Costa, Darwin Corrêa, Francisco Satiro Souza Júnior, Gilberto Frussa, Johan Albino Ribeiro, Lucas Alves Freire e Waldir Quintiliano da Silva.

4. Posse(s) de Conselheiro(s) - Foi lido o termo de posse: de Francisco Satiro Souza Júnior, para exercer a função de membro deste Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, no período de 01 de agosto de 2011 a 01 de agosto de 2013, na qualidade de Conselheiro titular, como representante da Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias - ANCORD, designado que foi pela Portaria nº 261, de 04.07.11 (publicada no DOU de 06.07.2011 - Seção 2, pag. 25), do Sr. Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, no uso da competência conferida pelo Ministro de Estado da Fazenda.

5 - Distribuição de Recursos.

5.1 - Recursos a serem devolvidos à Secretaria Executiva - Foi distribuída relação dos Recursos que, em situação de análise, encontravam-se em poder dos Srs. Conselheiros e Srs.Procuradores.

5.2 - Recursos sorteados para relator:

Recurso 12057 - 0501297969 - Recorrentes: Banco da Amazônia S.A., Eduardo Sérgio Holanda Araújo e Flora Valladares Coelho. Recorrido: Bacen. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 12244-MI - 0601332105 - Recorrente/Recorrida: Heidelberg do Brasil Sistemas Gráficos e Serviços Ltda. Recorrente/Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12297-MI - 0601332461 - Recorrente: Autometal SBC Injeção Pintura e Cromação de Plásticos Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 12378 - 0601322934 - I - Recorrentes: Banco Rural S.A., Kátia Rabello, José Roberto Salgado, Wellerson Antônio da Rocha, Guilherme Rocha Rabello, Ayanna Tenório Torres de Jesus, João Heraldo dos Santos Lima, Luiz Francisco Cardoso Fernandes, Nélio Brandt Magalhães, Paulo Roberto Grossi, Paulo Gouvêa, Vinícius Samarane, Walter Leite Azevedo, Leda Corrêa Rabello e José Geraldo Dontal. Recorrido - II - Recorrente: Bacen. Recorridos: Ajax Corrêa Rabelo, Antônio Tavares Sabino, Célia Bentes Teixeira Maselli, Nora Rabello e Thales José de Almeida Renault Coelho. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 12452-MI - 0701364551 - Recorrente/Recorrida: Betra Trading S.A. Recorrente/Recorrido: Bacen. Relator: Marco Antônio Wittman Saenger.

Recurso 12674 - 0701363635 - Recorrente: Usina Vitória S.A. Industrial de Perfis. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

Recurso 12872 - 0601349268 - Recorrente: Pedro Ricardo Araújo Martins. Recorrido: Bacen. Relator: Francisco Satiro Souza Júnior.

5.3 - Recurso sorteado para relator por força de pedido de diligência feito pela Procuradoria da Fazenda Nacional/CAF, conforme art. 13, § 6º, do regimento interno.

Recurso 12314-MI - 0601332473 - Recorrente/Recorrida: Rolls Royce Brasil Ltda. Recorrente/Recorrido: Bacen. Relator: Marco Antônio Wittman Saenger.

6 - Julgamento - Foi realizado o julgamento dos recursos constantes da respectiva Pauta, de início aludida, os quais tiveram a seguinte solução:

6.1 - Recurso 10984 - SP-2003-0489 - I - Recorrente: Leandro de Souza. Recurso improvido. Multa pecuniária no valor de R$ 20.000,00 e cassação do registro, pelo prazo de cinco anos, para o exercício das atividades de agente autônomo. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 6.385/76, art. 11, incs. II e VI. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: RMC S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (ex-RMC S.A. Sociedade Corretora), Henrique Freihofer Molinari, Rubens dos Reis Andrade, Wagner Imperatone Nogueira e Paulo Juliano Nicolielo Júnior. Recurso improvido. Arquivamento. Assunto: Mercado de valores mobiliários - Atuação em desacordo com instruções baixadas pela entidade supervisora - Exercício de atividade de agente autônomo sem autorização oficial - Movimentação de conta à revelia de clientes.

Recurso 11089 - RJ-2005-1443 - I - Recorrentes: Ivan Muller Botelho: Recurso improvido. Multa pecuniária no valor de R$ 400.000,00. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 6.385/76, art. 11, inc. II; Maurício Perez Botelho: Recurso improvido. Multa pecuniária no valor de R$ 50.000,00. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 6.385/76, art. 11, inc. II; Ricardo Perez Botelho, Omar Carneiro da Cunha Sobrinho e Marcílio Marques Moreira: Recurso improvido. Advertência. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 6.385/76, art. 11, inc. I. Recorrida: CVM - II- Recorrente: CVM. Recorridos: Felícia Leigh Bellows, Carlos Eduardo Trois de Miranda e Thomas Greg Cauchois. Recurso improvido. Arquivamento. Assunto: Mercado de valores mobiliários - Exercício abusivo do poder de controle e desvio de poder - Não divulgação de fato relevante.

Recurso 11345 - 0401266555 - Recorrente: Comexport Companhia de Comércio Exterior Ltda. Recurso improvido. Multa pecuniária no valor equivalente a US$ 2.300.000,00. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 4.131/62, art. 23, § 3º. Recorrido: Bacen. Assunto: Câmbio - Falsa declaração prestada em contrato.

Recurso 11386 - 0401261327 - Recorrente/Recorrido: Buscar Comércio Exterior S.A. Recorrido/Recorrente: Bacen - I - Recurso (s) Voluntário (s): Recurso parcialmente provido. Multa pecuniária no valor equivalente a US$ 510.006,98. Base legal da(s) penalidade(s): Decreto 23.258/33, art. 6º - II - II - Recurso de Ofício: Recurso improvido. Arquivamento. Assunto: Câmbio - Sonegação de cobertura cambial.

Recurso 11420 - SP-2004-602 - I - Recorrente: CVM. Recorridos: Dourada Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda., Nabi Kemmel Mellen e Roberto Ângelo de Siqueira. Recurso improvido. Arquivamento. Assunto: Mercado de valores mobiliários - Realização de operações irregulares - Venda ilícita de ações.

Recurso 11442 - 0201174725 - Recorrente: Luiz Renato Tommasi Santos Neves, José Augusto Tommasi dos Santos Neves e Domingos José Vescovi. Recurso improvido. Inabilitação temporária, pelo prazo de vinte anos, para o exercício de cargo de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Banco Central do Brasil. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 4.595/64, art. 44, § 4º. Recorrido: Bacen. Assunto: Atuação em desacordo com as normas legais, regulamentares e profissionais - Uso de artifícios contábeis - Aplicação de recursos de forma diversa da prevista - Concessão de privilégio a credores.

Recurso 11633 - 15/05 - Recorrente: CVM. Recorrido: Paulo Affonso Nogueira Franco. Recurso improvido. Arquivamento. Assunto: Mercado de valores mobiliários - Abuso de poder - Irregularidades na negociação de ações preferenciais da companhia e na prestação de informações periódicas à CVM.

Recurso 11710 - 9800901821 - Recorrente: Cia. Aços Especiais Itabira - Acesita. Recurso improvido. Multa pecuniária no valor equivalente a US$ 9.509.429,51. Base legal da(s) penalidade(s): Decreto 23.258/33, art. 6º. Recorrido: Bacen. Assunto: Operações irregulares em transferências internacionais de valores.

Recurso 11729 - 0401258057 - Recorrentes: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.-BADESC: Recurso improvido. Multa pecuniária no valor de R$ 50.000,00. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 4.595/64, art. 44, § 2º; Arno Garbe e Pedro Ananias: Recurso improvido. Multa pecuniária individual, no valor de R$ 25.000,00 e inabilitação temporária, pelo prazo de três anos, para o exercício de cargo de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do Banco Central do Brasil. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 4.595/64, art. 44, §§ 2º e 4º; Paulo Alberto Duarte: Recurso improvido. Multa pecuniária individual no valor de R$ 25.000,00 e inabilitação temporária, pelo prazo de um ano, para o exercício de cargo de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do Banco Central do Brasil. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 4.595/64, art. 44, §§ 2º e 4º. Recorrido: Bacen. Assunto: Transferências de recursos financeiros sem prévia autorização do Banco Central do Brasil - Inobservância dos princípios da boa técnica bancária.

Recurso 11898 - 0501316725 - Recorrente: Enacex Empresa Nacional Exportadora de Armarinhos Ltda. Recurso improvido. Multa pecuniária no valor equivalente a US$ 155.436,41. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 4.131/62, art. 23, § 3º. Recorrido: Bacen. Assunto: Câmbio - Falsa declaração prestada em contratos.

Recurso 11951 - 07/03 - Recorrente: CVM. Recorridos: Município de São Paulo, Celso Roberto Pitta do Nascimento, Ricardo Lopes Castello Branco, Antônio Paulo Bastos Vidal, Amércio Calandriello Júnior, Raphael Mário Noschese, Alan Kardec Rodrigues Lopes, Alberto Alves da Silva Filho, Edelmo dos Santos, Edson Talarico Longano, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Francisco Antônio Fraga, José Kozel Júnior, José Luiz Brollo, Manoel Justino de Almeida Netto, Marcus Antônio de Lima Prado, Miguel Whitaker França Pinto, Oswaldo Miranda Mattua, Paulo Troise Voci, Renato Borges Casaro, Roberto Ferreira, Robson de Oliveira, Sérgio de Azevedo Redó, Walter Léssio, Waldemar Moreno Rodrigues, Dalva Assumpção Soutto Mayor, Dirceu Ferreira da Cruz, Flávio Gennari, João Gilberto Port, João Luiz de Barros, José Antônio Fera, Agostinho Fellipelli Sobrinho, José Roberto Dermínio, Luiz Flávio Borges D'Urso, Nilton Chaves Miranda e Paulo Sérgio Leite Nery. Recurso improvido. Arquivamento. Assunto: Mercado de valores mobiliários - Abuso de poder de controle - Inobservância do dever de diligência e descumprimento das atribuições pelos conselheiros fiscais e de administração.

Recurso 12002 - 0601331222 - Recorrente: Claudina Rodrigues Bonfim. Recurso improvido. Multa pecuniária no valor equivalente a US$ 54.258,06. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 4.131/62, art. 23, § 3º. Recorrido: Bacen. Assunto: Câmbio - Falsa declaração prestada em contrato.

Recurso 12716 - 0301227465 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Ondina Mineração Ltda. Recurso improvido. Arquivamento. Assunto: Câmbio - Falsa declaração prestada em contrato.

Recurso 12747 - RJ-2008-2570 - Recorrentes: Fernando Nascimento Ramos, Marco Antônio de Queiroz e Realsi Roberto Citadela: Recurso improvido. Multa pecuniária individual no valor de R$ 10.000,00; Leonel Pozzi: Recurso improvido. Multa pecuniária no valor de R$ 50.000,00. Base legal da(s) penalidade(s): Lei 6.385/76, art. 11, inc. II. Recorrida: CVM. Assunto: Mercado de valores mobiliários - Não envio de informações periódicas - Não elaboração de demonstrações financeiras no prazo legal - Falta de convocação de assembléias gerais ordinárias.

Recurso 13051 - 0601341583 - Recorrente: Alceu Elias Feldmann. Recurso improvido. Multa pecuniária no valor de R$ 625.000,00. Base legal da(s) penalidade(s): MP 2.224/01, art. 1º. Recorrido: Bacen. Assunto: Não apresentação de declaração de capitais brasileiros no exterior.

6.2. CÂMBIO - IMPORTAÇÃO - LEI 10.755/03 - (COM REDAÇÃO DADA PELA Lei 11.196/05 e regulamentação pela Circular 3.308/06):

6.2.1 - RECURSO(S) VOLUNTÁRIO(S) E DE OFÍCIO IMPROVIDO(S) - Irregularidades caracterizadas - Multa Adequada aos Limites da Legislação Vigente:

Recurso 12228-MI - 0601333638 - Recorrente/Recorrido: Laboratório Teuto Brasileiro S.A. Multa pecuniária no valor de R$ 46.264,44. Recorrente/Recorrido: Bacen.

Recurso 12291-MI - 06013319128 - Recorrente/Recorrida TAM Linhas Aéreas S.A. Multa pecuniária no valor de R$ 114.939,39. Recorrente/Recorrido: Bacen.

6.2.2 - RECURSO(S) VOLUNTÁRIO(S) IMPROVIDO(S) - Irregularidades caracterizadas - Multa Adequada aos Limites da Legislação Vigente:

Recurso 11754-MI - 0601332290 - Recorrente: Symbol Technologies do Brasil S.A. Multa pecuniária no valor de R$ 49.839,84. Recorrido: Bacen.

Recurso 12231-MI - 0601332668 - Recorrente: Sanchez Cano Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 20.964,70. Recorrido: Bacen.

Recurso 12254-MI - 0601332711 - Recorrente: Primo Schincariol Indústria de Cerveja e Refrigerantes S.A. Multa pecuniária no valor de R$ 9.877,04. Recorrido: Bacen.

Recurso 12295-MI - 0601333679 - Recorrente: Jabil do Brasil Indústria Eletroeletrônica Ltda. (incorporadora da Jabil Circuit do Brasil Ltda.). Multa pecuniária no valor de R$ 33.120,11. Recorrido: Bacen.

Recurso 13131-MI - 0901441902 - Recorrente: Netafim Brasil Sistemas e Equipamentos de Irrigação Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 3.120,22. Recorrido: Bacen.

Recurso 13135-MI - 0901441283 - Recorrente: Dorma Sistemas de Controles para Portas Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 37.007,65. Recorrido: Bacen.

6.2.3 - RECURSO(S) DE OFÍCIO IMPROVIDO(S) - Irregularidades descaracterizadas - Arquivamento:

Recurso 13130-MI - 0901440913 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Prestige da Amazônia Ltda.

Recurso 13134-MI - 0901440511- Recorrente: Bacen. Recorrida: FCC Jacuipe Termoplásticos Adesivos e Componentes Ltda.

Recurso 13137-MI - 0901441340 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Fábrica de Máquinas e Equipamentos Fameq Ltda.

6.2.4 - RECURSO(S) DE OFÍCIO IMPROVIDO(S) - Arquivamento quanto à matéria objeto de subida compulsória:

Recurso 13129-MI - 0901440531 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Iveco Latin America Ltda.

Recurso 13136-MI - 0901441284 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Dow Agrosciences Industrial Ltda.

7. Foi/foram retirado(s) de pauta:

a) por pedido de vista:

a.1) do Conselheiro Celso Luiz Rocha Serra Filho:

Recurso 11429 - RJ-2006-3565 - Recorrente: Mauro Giorgi. Recorrida: CVM. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

a.2) do Conselheiro Johan Albino Ribeiro:

Recurso 11130 - 0101084830 - Recorrente: Banco do Brasil S.A., Paulo Cesar Ximenes Alves Ferreira, Hugo Dantas Pereira, Carlos Gilberto Gonçalves Caetano, João Batista de Camargo, Ricardo Sérgio de Oliveira, David Zylbersztain, Eduardo Augusto de Almeida Guimarães, Eliseu Martins, Fernando Amaral Baptista Filho, Karlos Heins Rischbieter e Pedro Pullen Parente. Recorrido: Bacen. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

a.3) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional/CAF:

Recurso 10461 - SP2001/0799 - I - Recorrentes: Br-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (atual denominação social da Unitas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) e Ricardo Penna de Azevedo. Recorrida: CVM - II- Recorrente: CVM. Recorridos: Br-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (atual denominação social da Unitas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), Ricardo Penna de Azevedo, Ana Paula D'Alessandro, Joaquim Carlota Júnior e João da Silva Lisboa. Relator: Waldir Quintiliano da Silva.

a.3) por solicitação da Secretaria Executiva:

Recurso 11948-MI - 0601331900 - Recorrente: Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Marco Antônio Wittman Saenger.

Recurso 11965 - 0501283707 - Recorrente: Textfiber do Brasil Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Marco Antônio Wittman Saenger.

Recurso 11986 - 0601328565 - I - Recorrente: Rosa S.A. Indústria e Comércio Produtos Agrícolas. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorrida: Rosa S.A. Indústria e Comércio Produtos Agrícolas. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12202-MI - 0601333477 - Recorrente/Recorrida: Caraíba Metais S.A. Recorrente/Recorrido: Bacen. Relator: Marco Antônio Wittman Saenger.

Recurso 12013-MI - 0601332089 - Recorrente: Voridian do Brasil Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Marco Antônio Wittman Saenger.

b) por requerimento de advogada(s)/advogado(s)/parte(s):

Recurso 6183 - 0301183427 - Recorrente: Macar Fomento Comercial Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 12709 - RJ-2008-1815 - I - Recorrente: Mossi & Ghisolfi International S.A. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: Edmilson Lessa Neiva, Guido Domenico Ghisolfi, José Antonio Laurito, José Veiga Veiga, Marco Toseelli e Reinaldo José Kröeger. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 330ª (trecentésima trigésima) Sessão Pública de Julgamento, às 14h22, pelo Presidente, Dr. Daniel Augusto Borges da Costa, que lavrou e assinou esta Ata, depois de lida e aprovada pelos integrantes deste Órgão Colegiado.

Brasília, 31 de agosto de 2011.

DANIEL AUGUSTO BORGES DA COSTA
Presidente

JOÃO OSAMIR CUNHA
Secretário Executivo
Substituto

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.011, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

Altera a Resolução nº 3.759, de 9 de julho de 2009, para estabelecer condições para a concessão de financiamentos passíveis de subvenção econômica pela União, destinados a capital de giro e investimento de sociedades empresariais, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em Municípios de Estados da Federação atingidos por desastres naturais e abrangidos por decreto estadual de situação de emergência ou estado de calamidade pública, relacionados em ato do Poder Executivo Federal.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 28 de julho de 2011, com base no art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, no § 6º do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e no § 5º do art. 4º da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 3.759, de 9 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

VIII - prazo para contratação: até 31 de dezembro de 2011.

.....

§ 3º Do limite total autorizado na alínea "c" do inciso V, até R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) serão destinados a sociedades empresariais, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em Municípios de Estados da Federação atingidos por desastres naturais e abrangidos por decreto estadual de situação de emergência ou estado de calamidade pública, relacionados em ato do Poder Executivo Federal, com taxas de juros de cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano, observado o prazo de reembolso de até cento e vinte meses, incluídos de três a vinte e quatro meses de carência para o principal, a critério do BNDES, em financiamentos a capital de giro e investimento." (NR)

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Fica revogado o § 4° do art. 1° da Resolução n° 3.759, de 9 de julho de 2009.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ: 10.744.073/0001-41 NIRE: 53300010277

ATA DA 35ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2011

I - Data, horário e local: 20 de Julho de 2011, às 10h, na sala do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 04, lotes 3 e 4, 21º andar, em Brasília/DF.II - Convocação e presença: Os membros foram regularmente convocados para a reunião, na forma estabelecida no art. 10, § 1º, do estatuto, a despeito da convocação dispensada, tendo em vista a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração.III - Composição da mesa: Presidente, Jorge Fontes Hereda, Marcio Percival Alves Pinto e Murilo Francisco Barella, Conselheiros. Secretária designada, Rute Portugal dos Santos. Convidados o Diretor Geral Marcelo Terrazas, o Consultor de Dirigente Raimundo Edilberto Coelho Silva e a Consultora Matriz Tatiane Rodrigues Carvalho de Oliveira. IV - Ordem do dia: (i) Destituição e eleição do Diretor Geral da Caixa Participações S/A - CAIXAPAR e eleição dos Diretores-Executivos da Empresa, na forma estabelecida no art. 13, inc.VII, do Estatuto; (ii) fixação das atribuições dos Diretores, na forma estabelecida no art. 13, inc. VI, do Estatuto; e (iii) Ratificação da decisão de remuneração dos administradores.V - Deliberações: Os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade, o quanto segue: (a) destituir o Diretor Geral da CAIXAPAR, Senhor Marcelo Terrazas, a contar de 20 de julho de 2011.(b) eleger o Senhor Nei Antonio Cristofolini, brasileiro, solteiro, economiário, portador da cédula de identidade nº 1.040.811 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 382.834.509-30, residente e domiciliado na Rua Antonio Candido de Figueiredo 130 - Vila Nova - Blumenau - SC, para exercer o cargo de Diretor-Geral da CAIXAPAR;(c) eleger o Senhor Mauricio Marcellini Pereira, brasileiro, casado, economiário, portador da cédula de identidade nº (CNH): 01847643000 DETRAN/DF; inscrito no CPF sob nº 838.823.836-15; residente e domiciliado no SMPW Quadra 17, conjunto 4, lote 1, casa B - Brasília - DF, para exercer o cargo de Diretor-Executivo da CAIXAPAR;(d) eleger o Senhor Carlos Magno Gonçalves da Cruz, brasileiro, casado, economiário, portador da cédula de identidade nº 1074303 SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 293.760.926-00, residente e domiciliado na SQSW 301 Bloco I Apt. 204 - Sudoeste - Brasília - DF para exercer o cargo de Diretor-Executivo da CAIXAPAR;(e) aprovar por unanimidade as atribuições a serem desempenhadas pelos Diretores-Executivos eleitos, a saber: o Senhor Carlos Magno Gonçalves da Cruz responderá pela Diretoria de Participações Existentes e o Senhor Maurício Marcellini Pereira pela Diretoria de Novas Aquisições, cabendo a tais Diretores, além das competências estabelecidas no Estatuto, a responsabilidade pelas

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

seguintes macro atividades: i) propor diretrizes para atuação; ii) planejar a carteira; iii) gerir políticas de participações; iv) avaliar desempenho e balanços das empresas; v) avaliar desempenho da carteira; vi) desenvolver e monitorar indicadores da carteira; e vii) proposição de operações. (f) Ratificar a decisão deste Conselho constante da política de remuneração da CAIXAPAR no que se refere à fixação dos honorários dos dirigentes e à correlação entre os honorários dos administradores da CAIXAPAR e os praticados pela CAIXA, a saber: 1. a remuneração do Diretor Geral da CAIXAPAR será a mesma devida ao Diretor Jurídico da CAIXA e, 2 - a remuneração dos Diretores - Executivos será a mesma devida aos Superintendentes Nacionais da Caixa Econômica Federal. VI - Declarações: Exceto pelo Senhor Maurício Marcellini Pereira que tomará posse no próximo dia 01 de agosto de 2011, os diretores ora eleitos e empossados assinam o presente instrumento e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da companhia, em virtude de condenação criminal e dos impedimentos consignados no art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nos art.. 20 e 21 do estatuto da CAIXAPAR.VII - Encerramento, aprovação e lavratura da ata: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que lida, conferida e aprovada, é assinada pelos membros do Conselho de Administração, pelos Diretores eleitos e ainda pelos componentes da Mesa, passando a constar do livro próprio. Brasília, 20 de julho de 2011. Mesa: Presidente, Jorge Fontes Hereda e Secretária, Rute Portugal do Santos. Assinaturas: Jorge Fontes Hereda, Márcio Percival Alves Pinto, Murilo Francisco Barella, Nei Antonio Cristofolini e Carlos Magno Gonçalves da Cruz.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 669, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

Altera o inciso I da Deliberação CVM nº 549, de 10 de setembro de 2008.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em sessão realizada em 20 de setembro de 2011, tendo em vista o disposto nos arts. 1º, inciso V, 22, parágrafo único, inciso IV e 26, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e tendo em vista o disposto no art. 177, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e

Considerando Que:

a. o art. 31 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, estabeleceu rodízio de auditores, de forma que os auditores independentes não prestem serviços para um mesmo cliente por prazo superior a cinco anos consecutivos;

b. com base na data de vigência da Instrução CVM nº 308, de 1999, o ciclo de rodízio de auditores independentes, para a maior parte das companhias abertas, deveria ter ocorrido a partir de maio de 2009;

c. com base nas disposições contidas na Deliberação CVM nº 549, de 10 de setembro de 2008, as companhias abertas têm a faculdade de manter seus atuais auditores independentes até a emissão do parecer de auditoria para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a se encerrar em 2011;

d. as companhias abertas que encerram seus exercícios sociais em data coincidente com o ano calendário e que optaram pela faculdade de postegar a substituição do auditor independente poderiam manter o mesmo auditor independente por mais três anos; e

e. as companhias abertas que encerram o exercício social em data diferente do encerramento do ano calendário e que optaram pela faculdade de postergar o rodízio de auditores somente poderiam manter o mesmo auditor independente por mais dois anos;

Deliberou:

I - que o inciso I da Deliberação CVM nº 549, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - facultar a não substituição dos atuais auditores independentes até a data de emissão do parecer de auditoria para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social:

a) a se encerrar em 2011, para as companhias abertas que encerram seu exercício social em data coincidente com o ano calendário; e

b) a se encerrar em 2012 para as demais." (NR); e

II - que esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA

DELIBERAÇÃO Nº 670, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Atuação irregular no mercado de valores mobiliários por parte de pessoas não autorizadas pela CVM, nos termos dos arts. 15, 19, § 4º, e 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, Instrução CVM nº 43, de 05 de março de 1985, e arts. 7º e 19 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 20 de setembro de 2011, com fundamento no art. 9º, § 1º, incisos III e IV, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e considerando que:

a. a CVM apurou a existência de indícios de que a AMERICAN PREMIER TRUST e a Sra. VIVIANE SAKAMAE STIVANELLO, CPF nº 328.772.248-48, por meio do sítio http://www.american-premier.com e prospectos impressos vêm oferecendo publicamente no Brasil serviços de consultoria de valores mobiliários e aplicação em fundos de investimento e outros veículos de investimento;

b. a atividade de consultoria de valores mobiliários e a oferta pública de cotas de fundos de investimento dependem de prévia autorização da CVM; e

c. o exercício de atividade de consultoria de valores mobiliários e a oferta pública de cotas de fundos de investimento sem a observância dos requisitos legais ou regulamentares autorizam a CVM a determinar a suspensão de tais procedimentos, na forma do art. 20 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, e caracterizam, ainda e em tese, os crimes previstos no art. 27-E da Lei nº 6.385, de 1976, e no art. 7º, inciso II, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986;

Deliberou:

I - alertar os participantes do mercado de valores mobiliários e o público em geral sobre o fato de que:

a. AMERICAN PREMIER TRUST e a Sra. VIVIANE SAKAMAE STIVANELLO não estão autorizados por esta Autarquia a exercer quaisquer atividades no mercado de valores mobiliários;

b. AMERICAN PREMIER TRUST e a Sra. VIVIANE SAKAMAE STIVANELLO, por não preencherem os requisitos previstos na regulamentação da CVM, não podem prestar serviços de consultoria de valores mobiliários, bem como não podem ofertar publicamente, constituir, nem administrar fundo de investimento ou qualquer outro tipo de investimento em valores mobiliários;

II - determinar à AMERICAN PREMIER TRUST e à Sra. VIVIANE SAKAMAE STIVANELLO a imediata suspensão da veiculação no Brasil de qualquer oferta de serviços de consultoria em valores mobiliários e de investimento em fundo de investimento ou em outro valor mobiliário, alertando que a não observância da presente determinação os sujeitará à imposição de multa cominatória diária, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo da responsabilidade pelas infrações já cometidas antes da publicação desta Deliberação, com a imposição da penalidade cabível, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976, após o regular processo administrativo sancionador; e

III - que esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA

PARECER DE ORIENTAÇÃO Nº 37, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Recepção dos conceitos de representação verdadeira e apropriada (true and fair view) e da primazia da essência sobre a forma no ordenamento contábil brasileiro.

O ordenamento contábil trazido a partir da promulgação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, incorporou diversas inovações à contabilidade brasileira com o intuito de produzir demonstrações financeiras mais úteis aos investidores e aos demais usuários externos em seus processos de alocação de recursos. Esse novo ordenamento, decorrente da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), visa a melhorar a infraestrutura informacional do mercado de capitais nacional, reduzindo assimetrias.

Muitos conceitos trazidos pelas IFRS não são necessariamente inéditos para a doutrina contábil brasileira, mas certamente trazem novidade à prática profissional de muitos contadores e ao ambiente contábil das companhias. Nesse contexto, está sendo quebrado um paradigma cultural há muito presente em nosso ambiente econômico-financeiro, segundo o qual os eventos econômicos eram interpretados e, consequentemente, registrados e mensurados predominantemente conforme sua forma jurídica.

Dois conceitos inter-relacionados são essenciais para o entendimento dessa nova realidade contábil: (i) a representação verdadeira e apropriada; e (ii) a primazia da essência sobre a forma. A contabilidade somente cumprirá sua função essencial de fornecer informações úteis ao processo de tomada de decisão de seus usuários se refletir verdadeiramente a realidade econômica subjacente. Para que essa representação apropriada (true and fair view) possa ser alcançada, é importante observar a primazia da essência econômica sobre a forma jurídica dos eventos econômicos.

Dessa forma, com a mudança iniciada com a edição da Lei 11.638, de 2007, resgata-se a característica fundamental das demonstrações contábeis, que devem representar fidedignamente a realidade dos efeitos econômicos das transações, independentemente do seu tratamento jurídico.

Nesse sentido estabelece o Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008:

"33. Para ser confiável, a informação deve representar adequadamente as transações e outros eventos que ela diz representar. Assim, por exemplo, o balanço patrimonial numa determinada data deve representar adequadamente as transações e outros eventos que resultam em ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade e que atendam aos critérios de reconhecimento.

(...)

35. Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. A essência das transações ou outros eventos nem sempre é consistente com o que aparenta ser com base na sua forma legal ou artificialmente produzida. Por exemplo, uma entidade pode vender um ativo a um terceiro de tal maneira que a documentação indique a transferência legal da propriedade a esse terceiro; entretanto, poderão existir acordos que assegurem que a entidade continuará a usufruir os futuros benefícios econômicos gerados pelo ativo e o recomprará depois de um certo tempo por um montante que se aproxima do valor original de venda acrescido de juros de mercado durante esse período. Em tais circunstâncias, reportar a venda não representaria adequadamente a transação formalizada."

A reforma da estrutura conceitual básica da contabilidade realizada recentemente pelo International Accounting Standards Board (IASB) que resultou no Pronunciamento sobre o Arcabouço Conceitual relativo às Demonstrações Financeiras (Conceptual Framework for Financial Reporting) - em processo de introdução ao ordenamento brasileiro pelo CPC e pela CVM - em nada altera esse cenário, apesar da aparente omissão da expressão "essência sobre a forma" como bem esclarece na Seção de Premissas para Conclusão (Basis for Conclusion) BC3.26:

"BC3.26 Substance over form is not considered a separate component of faithful representation because it would be redundant. Faithful representation means that financial information represents the substance of an economic phenomenon rather than merely representing its legal form. Representing a legal form that differs from the economic substance of the underlying economic phenomenon could not result in a faithful representation."[1]

Como se vê, embora não haja citação expressa do princípio da essência sobre a forma, seus fundamentos são alçados a um nível superior, ou seja, o princípio permeia integralmente o processo de reconhecimento, mensuração e divulgação de informações contábeis.

Assim, as regras contábeis não devem servir de "escudo" que impeça a representação verdadeira e apropriada das transações econômicas. Nos raros casos em que a aplicação de alguma norma (integral ou parcialmente) colida com a representação adequada da realidade econômica, esta última deve prevalecer, como dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM nº 595, de 15 de setembro de 2009:

"19. Em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração vier a concluir que a conformidade com um requisito de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação conduziria a uma apresentação tão enganosa que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis estabelecido na Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, a entidade não aplicará esse requisito e seguirá o disposto no item 20, a não ser que esse procedimento seja terminantemente vedado do ponto de vista legal e regulatório.

20. Quando a entidade não aplicar um requisito de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação, de acordo com o item 19, deve divulgar:

(a) que a administração concluiu que as demonstrações contábeis apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade;

(b) que aplicou os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações aplicáveis, exceto pela não aplicação de um requisito específico com o propósito de obter

representação adequada;

(c) o título do Pronunciamento, Interpretação ou Orientação que a entidade não

aplicou, a natureza dessa exceção, incluindo o tratamento que o Pronunciamento, Interpretação ou Orientação exigiria, a razão pela qual esse tratamento seria inadequado e entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis estabelecido na Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis e o tratamento efetivamente adotado; e

(d) para cada período apresentado, o impacto financeiro da não aplicação do

Pronunciamento, Interpretação ou Orientação vigente em cada item nas demonstrações contábeis que teria sido informado caso tivesse sido cumprido

o requisito não aplicado."

Constata-se que, nos itens citados, o normatizador contábil reconhece expressamente que as normas contábeis devem ser subordinadas aos princípios da representação verdadeira e apropriada (true and fair view) e da primazia da essência sobre a forma. Ou seja, não apenas os efeitos econômicos devem prevalecer sobre a forma, independentemente do tratamento jurídico, como é imperioso, no novo ordenamento contábil, que a representação da realidade econômica seja verdadeira e apropriada. Tão imperioso que, mesmo no caso de conflito com as normas emitidas, a preponderância deve ser da representação adequada. Estes são os pilares centrais desse novo ordenamento.

Este comando é plenamente coerente com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que estabelece em seu artigo 176:

"Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:" (grifo nosso)

A primazia da essência sobre a forma como elemento central do processo de preparação de demonstrações financeiras que representem verdadeira e apropriadamente a realidade econômica se aplica a todo o processo contábil, na integralidade dos assuntos cobertos pelas normas. No contexto do mercado de capitais, destaca-se, entre outras, a questão da classificação dos instrumentos financeiros como passivos ou instrumentos de capital na representação da realidade econômica das companhias abertas. Neste tópico, atenção especial deve ser dada à essência desses instrumentos vis-à-vis as consequências extremamente indesejáveis que a contabilização inadequada pode gerar para investidores, credores e demais interessados no desempenho das companhias.

Assim, por exemplo, a obrigação contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis, essencial para a classificação de um instrumento financeiro como passivo,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

deve ser analisada levando-se em conta a essência do instrumento e o tipo de obrigação que este cria, efetivamente, para a entidade emissora. Da mesma maneira, é sob a primazia da essência sobre a forma que deve ser analisado o direito incondicional de evitar a entrega de caixa ou outro ativo financeiro para liquidar uma obrigação contratual. Isso porque, não subsistindo tal direito, a obrigação atenderá à definição de passivo financeiro.

Pelo exposto acima, os envolvidos no processo de preparação e auditoria das demonstrações financeiras devem pautar suas interpretações dos eventos econômicos na plena aderência da primazia da essência sobre a forma para que as demonstrações contábeis representem de forma verdadeira e apropriada a realidade econômica das transações contabilizadas.

Aprovado pelo Colegiado em reunião do dia 20 de setembro de 2011.

Nota de Rodapé

1. Em tradução livre:

"Substância sobre a forma não é considerada um componente separado da representação fidedigna porque seria redundante. A representação fidedigna significa que a informação financeira representa a substância de um fenômeno econômico ao invés de meramente representar sua forma jurídica. Representar uma forma legal que difere da substância econômica do fenômeno subjacente não pode resultar em representação fidedigna."

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.940, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. RODRIGO MARTINS CAVALCANTE, C.P.F. nº 169.132.578.30, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.941, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. JOÃO EDUARDO GOMES SANTIAGO, C.P.F. nº 290.589.518-71, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.942, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. LUIZ HENRIQUE GUERRA, C.P.F. nº 304.817.118-56, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.943, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. FERNANDO JORGE BUSO GOMES, C.P.F. nº 370.624.177-34, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.944, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a WRSK GESTÃO DE RECURSOS LTDA, C.N.P.J. nº 13.518.918, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.945, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a JBI - SBI GESTÃO DE RECURSOS LTDA, C.N.P.J. nº 13.056.344, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

RETIFICAÇÃO

No Extrato da Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador RJ2007/4414, publicado no Diário Oficial da União de 31/08/2011, seção 1, N° 168, pág. 31, na data do Extrato onde se lê: "Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2011", leia-se: "Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2011".

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco "J", 5º andar, Sala 502, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: SIDNEY EDUARDO STAHL
1 - Processo: 10580.902899/2008-32 - Recorrente: ALIANÇA DA BAHIA CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo: 10580.902917/2008-86 - Recorrente: ALIANCA DA BAHIA CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo: 10650.000787/2006-11 - Recorrente: AUTO POSTO MORADA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo: 10680.720095/2007-16 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS IRMAOS DE N SENHORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo: 10855.903489/2009-12 - Recorrente: ACL METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo: 10860.905038/2009-41 - Recorrente: AUTOLIV DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo: 10680.008353/00-19 - Recorrente: REPMIG REPRESENTAÇÕES E PROMOCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo: 13646.000304/2003-84 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo: 11080.007979/97-16 - Recorrente: A M SOUZA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: DANIELA RIBEIRO DE GUSMAO
10 - Processo: 11020.001228/2005-18 - Recorrente: PRIME LUMBER IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo: 11020.001229/2005-62 - Recorrente: PRIME LUMBER IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo: 11020.001231/2005-31 - Recorrente: PRIME LUMBER IND. COM. DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo: 11020.001635/2005-25 - Recorrente: PRIME LUMBER IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo: 11020.001729/2004-13 - Recorrente: PRIME LUMBER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 11020.001961/2005-32 - Recorrente: PRIME LUMBER IND. COM. DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo: 11020.001962/2005-87 - Recorrente: PRIME LUMBER IND. COM. DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo: 11020.002028/2004-00 - Recorrente: PRIME LUMBER IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo: 11020.002226/2005-46 - Recorrente: PRIME LUMBER IND E COM DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo: 11020.002395/2004-03 - Recorrente: PRIME LUMBER IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo: 11020.003111/2004-98 - Recorrente: PRIME LUMBER IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo: 11065.003081/2004-01 - Recorrente: PRIME LUMBER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo: 10860.905039/2009-95 - Recorrente: AUTOLIV DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES
23 - Processo: 16327.000210/2006-59 - Recorrente: C E C DM DOS SERV. MUN. DE S. PAULO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo: 19515.000528/2004-49 - Recorrente: ENTERASYS NETWORKS DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MAGDA COTTA CARDOZO
25 - Processo: 11020.905911/2008-79 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo: 11020.905953/2008-18 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: SIDNEY EDUARDO STAHL
27 - Processo: 10320.001649/00-52 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo: 10320.002358/00-45 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo: 10675.720829/2010-23 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo: 10675.720836/2010-25 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo: 10675.720837/2010-70 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo: 10675.720838/2010-14 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo: 10675.720839/2010-69 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo: 10675.720840/2010-93 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo: 10675.720842/2010-82 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo: 10675.720844/2010-71 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo: 10675.720845/2010-16 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo: 10675.720847/2010-13 - Recorrente: BANCO TRIÂNGULO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MAGDA COTTA CARDOZO
39 - Processo: 11080.008335/2003-09 - Recorrente: COMERCIAL DE BEBIDAS PRAIA AZUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ LUIZ BORDIGNON
40 - Processo: 10814.015892/2006-26 - Recorrente: BERTIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo: 10814.015894/2006-15 - Recorrente: BERTIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo: 16327.000785/2004-18 - Recorrente: SUDAMERIS ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES
43 - Processo: 10680.010897/2004-63 - Recorrente: NOVUS ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo: 10680.020001/2007-05 - Recorrente: FUNDAÇÃO MUN. DE ENS. SUP. DE CONS. LAFAIETE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: DANIELA RIBEIRO DE GUSMÃO
45 - Processo: 11543.005633/2002-63 - Recorrente: BANESTES ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO E SERVIÇOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo: 11686.000022/2009-71 - Recorrente: PETROQUÍMICA TRIUNFO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo: 11686.000023/2009-15 - Recorrente: PETROQUÍMICA TRIUNFO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo: 13007.000083/2005-31 - Recorrente: INNOVA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo: 14751.000098/2006-11 - Recorrente: REPET NORDESTE RECICLAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: MAGDA COTTA CARDOZO
50 - Processo: 10469.902942/2008-46 - Recorrente: CAMANOR PRODUTOS MARINHOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo: 10469.902943/2008-91 - Recorrente: CAMANOR PRODUTOS MARINHOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo: 10469.902946/2008-24 - Recorrente: CAMANOR PRODUTOS MARINHOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo: 10469.902947/2008-79 - Recorrente: CAMANOR PRODUTOS MARINHOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo: 13603.002514/2007-37 - Recorrente: IPIRANGA ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo: 13603.002515/2007-81 - Recorrente: IPIRANGA ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo: 13603.002516/2007-26 - Recorrente: IPIRANGA ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo: 13603.002517/2007-71 - Recorrente: IPIRANGA ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo: 13603.002518/2007-15 - Recorrente: IPIRANGA ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo: 13603.002519/2007-60 - Recorrente: IPIRANGA ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo: 13603.002520/2007-94 - Recorrente: IPIRANGA ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

61 - Processo: 13603.002521/2007-39 - Recorrente: IPIRANGA ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo: 13603.002528/2007-51 - Recorrente: IPIRANGA ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo: 13603.002530/2007-20 - Recorrente: IPIRANGA ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ LUIZ BORDIGNON
64 - Processo: 10073.900159/2008-91 - Recorrente: CERVEJARIAS CINTRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo: 10073.900251/2008-51 - Recorrente: CERVEJARIAS CINTRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo: 10073.900326/2008-02 - Recorrente: CERVEJARIAS CINTRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo: 10073.900327/2008-49 - Recorrente: CERVEJARIAS CINTRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo: 10680.011748/2005-01 - Recorrente: FERREIRA E CUNHA PER ADVOG ASSOC S/C e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo: 10680.015090/2004-17 - Recorrente: SEMPER S/A SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES
70 - Processo: 14120.000396/2007-18 - Recorrente: EGELTE ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo: 15889.000143/2007-25 - Recorrente: TRIDENT INDÚSTRIA DE PRECISÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo: 15940.000512/2008-99 - Recorrente: OESTE NOTÍCIAS GRÁFICAS E EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: MAGDA COTTA CARDOZO
73 - Processo: 11080.002309/2004-40 - Recorrente: INBRAPE IND. BRASILEIRA DE PERCIANAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo: 11516.003780/2007-31 - Recorrente: A. ANGELONI & CIA. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo: 11516.006352/2009-21 - Recorrente: MASSITA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo: 13558.000605/2006-40 - Recorrente: CHECON DISTRIBUIDORA E TRANPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo: 13603.001403/2008-94 - Recorrente: SANTOS & DIAS TRANSPORTES E CARVOEJAMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ LUIZ BORDIGNON
78 - Processo: 10830.001772/2009-96 - Recorrente: KVA ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo: 10920.002721/2003-87 - Recorrente: DIBRAPE DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo: 11516.000304/2003-34 - Recorrente: LOJA DOMINIK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo: 13808.002533/00-83 - Recorrente: DE MEO COMERCIAL IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo: 13890.000482/2003-13 - Recorrente: ANCEL PLÁSTICOS REFORÇADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo: 19515.000436/2002-05 - Recorrente: IOB INF OBJETIVAS PUBL. JURÍDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES
84 - Processo: 16004.001800/2008-11 - Recorrente: HIDRO METALÚRGICA VEDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo: 16327.000717/2004-41 - Recorrente: ZURICH BRASIL SEGUROS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo: 16327.001889/2005-12 - Recorrente: BNP BRASIL BANCO MÚLTIPLO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo: 10384.003218/2005-25 - Recorrente: CONSTRUTORA JUREMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo: 10510.001810/2005-08 - Recorrente: COLÉGIO SALESIANO N S AUXILIADORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

MAGDA COTTA CARDOZO
Presidente

2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília/DF.

i) serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado; ii) será informado no edifício Alvorada o plenário ocupado pelo colegiado..

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Relator: REGIS XAVIER HOLANDA
1 - Processo: 10280.001092/2003-51 - Recorrente: SERRARIA MARAJOARA IND. COM. E EXP. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo: 10280.001093/2003-03 - Recorrente: SERRARIA MARAJOARA IND. COM. E EXP. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo: 10280.901767/2008-78 - Recorrente: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS
4 - Processo: 10830.720969/2008-47 - Nome do Contribuinte: A ESPECIALISTA OPTICAS COMERCIO E EMPREE
5 - Processo: 10814.007079/2005-00 - Nome do Contribuinte: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA
6 - Processo: 10831.006649/2006-17 - Nome do Contribuinte: BRANDOLIS FARMACEUTICA LTDA
7 - Processo: 10831.008592/2006-82 - Nome do Contribuinte: BRANDOLIS FARMACEUTICA LTDA
Relator: SOLON SEHN
8 - Processo: 10410.002046/2002-65 - Nome do Contribuinte: IMPORTADORA AUTO PECAS LIMITADA
9 - Processo: 10410.002047/2002-18 - Nome do Contribuinte: IMPORTADORA AUTO PECAS LIMITADA
10 - Processo: 10860.002375/96-62 - Nome do Contribuinte: JOSE ROBERTO ALVES
11 - Processo: 10280.002457/2003-64 - Nome do Contribuinte: CATANHEIRA EMP. E PARTICIPACOES LTDA
12 - Processo: 10320.002527/2001-07 - Nome do Contribuinte: EMPRESA PACOTILHA LTDA
13 - Processo: 10380.004610/2002-89 - Nome do Contribuinte: PADRAO 1000 SERVICE COMPANY CONDOMINIO E SERVICOS LTDA
14 - Processo: 10380.004940/2002-74 - Nome do Contribuinte: DICOCEL DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS DO CEARA LTDA
Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI
15 - Processo: 11077.000083/2008-25 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo: 11077.000084/2008-70 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo: 11077.000085/2008-14 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo: 11077.000086/2008-69 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo: 11077.000087/2008-11 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo: 11077.000088/2008-58 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo: 11077.000089/2008-01 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo: 11077.000666/2007-75 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo: 11077.000668/2007-64 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo: 11077.000737/2007-30 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo: 11077.000738/2007-84 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo: 11077.000745/2007-86 - Recorrente: MARFRIG FRIGORIFICOS COM. ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS
27 - Processo: 10945.001322/2008-25 - Nome do Contribuinte: AB COMERCIO DE INSUMOS LTDA
28 - Processo: 11080.008319/2004-99 - Nome do Contribuinte: ACAO INFORMATICA LTDA
Relator: SOLON SEHN
29 - Processo: 10380.005200/2002-55 - Nome do Contribuinte: EMIS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
30 - Processo: 10380.008182/2003-44 - Nome do Contribuinte: PROHOSPITAL COMERCIO REPRESENTACOES HOLANDA LTDA
31 - Processo: 10469.720260/2007-36 - Nome do Contribuinte: SUNSET VIAGENS TURISMO E CAMBIO LTDA
32 - Processo: 13839.001787/2003-77 - Nome do Contribuinte: IRMAOS LUCHINI S A COMERCIAL AUTO PECAS
33 - Processo: 10525.002024/2006-31 - Nome do Contribuinte: LINO DIGITAL INFORMATICA LTDA
34 - Processo: 10530.001868/2006-96 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E CLINICA SAO MATHEUS LTDA
35 - Processo: 10680.000035/2007-75 - Nome do Contribuinte: FIDES CORRETAGENS DE SEGUROS LTDA
Relator: BRUNO MAURICIO MACEDO CURI
36 - Processo: 15374.005203/2001-19 - Nome do Contribuinte: LABORATORIO BRAVET LTDA
37 - Processo: 15374.005204/2001-55 - Nome do Contribuinte: LABORATORIO BRAVET LTDA
38 - Processo: 15374.005205/2001-08 - Nome do Contribuinte: LABORATORIO BRAVET LTDA
39 - Processo: 15374.005207/2001-99 - Nome do Contribuinte: LABORATORIO BRAVET LTDA

REGIS XAVIER HOLANDA
Presidente da Turma

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco J, 3º andar, Sala 302, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado..

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
1 - Processo: 13896.002247/2007-50 - Recorrente: JUNIOR ALIMENTOS INDUSTRIA E COM. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo: 10680.003343/2005-91 - Recorrente: INSTITUTO MADRE MAZZARELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo: 11065.100153/2009-64 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS MALU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo: 11080.009099/2005-00 - Recorrente: S B S ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA
5 - Processo: 10314.000413/2007-99 - Recorrente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo: 12466.001423/98-91 - Recorrente: CIA IMPORTADOR E EXPORTADORA COIMEX e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo: 10680.016792/2005-07 - Recorrente: INSTITUTO PADRE MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo: 19515.000821/2003-25 - Recorrente: ELENIR DO CARMO MARQUES CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo: 11516.003125/2005-11 - Recorrente: WORK STORE PROMOCOES E EVENTOS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo: 10665.003561/2008-66 - Recorrente: TRANSMANGUEIRA FLORESTAL LTDA-ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo: 10074.001540/2008-66 - Recorrente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo: 19515.001400/2003-11 - Recorrente: AVON INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo: 10855.000118/99-53 - Recorrente: KINOSHITA & UEDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo: 13977.000019/2005-83 - Recorrente: BUTZKE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 12179.000566/2010-69 - Recorrente: CASCALHO RICO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo: 13909.000241/2005-90 - Recorrente: CIA IGUACU DE CAFE SOLUVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
17 - Processo: 10980.002997/2004-31 - Recorrente: DYQUIMICA INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo: 10950.007360/2008-12 - Recorrente: MERCOTEX DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo: 10925.000826/2007-85 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo: 10920.002255/2007-63 - Recorrente: MADEIREIRA EK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo: 10920.002256/2007-16 - Recorrente: MADEIREIRA EK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo: 10920.002259/2007-41 - Recorrente: MADEIREIRA EK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA
23 - Processo: 11543.001297/2005-22 - Recorrente: CIA IMPORTADORA E EXPORTADORA COIMEX e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo: 13836.000241/2005-91 - Recorrente: CIFA TEXTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo: 13976.000248/2007-70 - Recorrente: CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo: 10630.720183/2006-14 - Recorrente: COOPERATIVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGRO PECUARIA VALE DO RIO DOCE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo: 11030.000623/2008-15 - Recorrente: COOPERATIVA TRITICOLA ERECHIM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo: 13052.000022/2005-29 - Recorrente: CURTUME AIMORE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo: 10680.012790/2001-15 - Recorrente: DELTATRONIC COM E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo: 13841.000609/2003-80 - Recorrente: DIMAVAL-DISTRIBUIDORA DE MAQ AGRICOLAS VANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo: 13851.000705/2005-71 - Recorrente: E JOHNSTON REPRESENTACAO E PARTICIPACOES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo: 13502.000404/2005-15 - Recorrente: EDN POLIESTIRENO DO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
33 - Processo: 10380.005145/2002-01 - Recorrente: RECAMONDE ARTEFATOS DE COURO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo: 10380.005146/2002-48 - Recorrente: RECAMONDE ARTEFATOS DE COURO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
35 - Processo: 10925.001265/2008-12 - Recorrente: MADEIREIRA SELEME LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo: 13678.000187/2004-62 - Recorrente: POSTO LARA REIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo: 11543.002371/2004-47 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo: 11543.002865/2004-21 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA
39 - Processo: 10665.720329/2008-96 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo: 10665.720331/2008-65 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo: 11020.720381/2007-18 - Recorrente: GRANO ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo: 13887.000641/2003-39 - Recorrente: HV POSTO SANTO ANTONIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo: 13887.000642/2003-83 - Recorrente: HV POSTO SANTO ANTONIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo: 11070.002454/2005-21 - Recorrente: INDUSTRIA DE MAQUINAS AGCR FUCHS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo: 10640.001918/2002-64 - Recorrente: LATICINIOS MB LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo: 10665.003559/2008-97 - Recorrente: CARMAC - CARVOARIA MARTINHO CAMPOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo: 10711.000551/2006-12 - Recorrente: CLARIANT S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo: 10711.001197/2007-16 - Recorrente: INFINEUM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo: 10711.002181/2007-21 - Recorrente: AGROPLANTA INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo: 10711.003852/2007-71 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo: 10711.005705/2006-54 - Recorrente: SUN CHEMICAL DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo: 10711.007203/2009-19 - Recorrente: KUEHNE+NAGEL SERVICOS LOGISTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo: 10735.001342/2002-86 - Recorrente: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA
54 - Processo: 10865.001248/2004-11 - Recorrente: RIPASA SA CELULOSE E PAPEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo: 10665.720733/2007-89 - Recorrente: INTERCAST S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo: 10768.001964/2007-31 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo: 10814.000380/2007-46 - Recorrente: POLENGHI INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo: 10814.008859/2007-21 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo: 10814.008861/2007-08 - Recorrente: ALITALIA LINEE AEREE ITALIANE SOCIETA PER AZIONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo: 10805.000686/2002-05 - Recorrente: UTIL USINAGEM TECNICA INDUSTRIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
61 - Processo: 10675.001262/2004-44 - Recorrente: PRODUTOS ERLAN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM
Presidente da Turma

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco J, 3º andar, Sala 304, Edifício Alvorada, Brasília - DF..

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE LUIZ NOVO ROSSARI
1 - Processo: 13312.900189/2006-64 - Recorrente: GRENDENE CALCADOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo: 13312.720011/2006-31 - Recorrente: GRENDENE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo: 13312.720008/2006-18 - Recorrente: GRENDENE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
4 - Processo: 19675.000486/2006-75 - Recorrente: GTM MQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo: 11836.000087/2006-11 - Recorrente: ATLAS AIR INC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo: 10074.000675/2009-95 - Recorrente: GUERBET PRODUTOS RADIOLOGICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR
7 - Processo: 15959.000177/2010-44 - Recorrente: USINA CAROLO S/A - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo: 15959.000178/2010-99 - Recorrente: USINA CAROLO S/A - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo: 10830.004030/2005-99 - Recorrente: MATERNIDADE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI
10 - Processo: 10680.018829/2007-95 - Recorrente: REPUBLICAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo: 11060.002227/2005-14 - Recorrente: S C CEREAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo: 11060.002228/2005-69 - Recorrente: S C CEREAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
13 - Processo: 10675.001499/2005-14 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PECAS CARVALHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo: 10580.001346/2002-75 - Recorrente: DOW BRASIL NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 10680.007813/2003-23 - Recorrente: EDIFICA EMPREENDIMENTOS ARQ E ENG LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo: 10630.000942/2003-86 - Recorrente: ORLETTI VEICULOS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo: 10675.905260/2008-50 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo: 10675.905261/2008-02 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo: 10675.905262/2008-49 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo: 10675.905263/2008-93 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR
21 - Processo: 10711.004237/2006-09 - Recorrente: VITROTEC VIDROS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo: 10711.004264/2006-73 - Recorrente: VITROTEC VIDROS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo: 10711.004267/2006-15 - Recorrente: VITROTEC VIDROS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI
24 - Processo: 11065.101289/2006-49 - Recorrente: VIA UNO S/A CALCADOS E ACESSORIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo: 11065.101290/2006-73 - Recorrente: VIA UNO S/A CALCADOS E ACESSORIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo: 11065.101291/2006-18 - Recorrente: VIA UNO S/A CALCADOS E ACESSORIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo: 10860.002979/2005-05 - Recorrente: S.M. SISTEMAS MODULARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE LUIZ NOVO ROSSARI
28 - Processo: 10909.003029/2005-96 - Recorrente: GLOBOVEL COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo: 10909.003030/2005-11 - Recorrente: GLOBOVEL COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
30 - Processo: 11020.720060/2007-13 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo: 11020.720390/2007-09 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo: 12466.001674/2009-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA
Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR
33 - Processo: 15374.937035/2008-91 - Recorrente: ARETE EDITORIAL S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo: 15374.937037/2008-80 - Recorrente: ARETE EDITORIAL S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI
35 - Processo: 13851.001396/2005-56 - Recorrente: SANTA EMILIA AUTOMOVEIS E MOTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo: 19647.013434/2007-87 - Recorrente: UNA ENERGETICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo: 19647.008215/2009-48 - Recorrente: SOSERVI SOCIEDADE DE SERVICOS GERAIS LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo: 13819.903346/2008-54 - Recorrente: THREE BOND DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco J, 3º andar, Sala 304, Edifício Alvorada, Brasília - DF..

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 7 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: PAULO SERGIO CELANI
1 - Processo: 13770.000074/2001-66 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo: 13770.000105/2004-21 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo: 13770.000389/2004-56 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo: 10950.003132/2005-21 - Recorrente: JANDAIA INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo: 10945.001679/2009-94 - Recorrente: COMERCIAL DESTRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo: 10494.000318/2008-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIFERPAN COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

JOSE LUIZ NOVO ROSSARI
Presidente da Turma

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário

3ª CÂMARA
3ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco 'J', 5º andar, sala 506 do Ed. Alvorada. CEP: 70.396-900. Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado.

DIA 5 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ALEXANDRE KERN
1 - Processo: 10920.907811/2009-51 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo: 10920.907813/2009-41 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo: 10920.907815/2009-30 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo: 10920.907816/2009-84 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5 - Processo: 10920.907817/2009-29 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo: 10920.907820/2009-42 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo: 10920.907821/2009-97 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo: 10920.908638/2009-17 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo: 10920.908645/2009-19 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo: 10920.908647/2009-08 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo: 10920.908649/2009-99 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo: 10920.908657/2009-35 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo: 10920.908659/2009-24 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo: 10920.910176/2009-90 - Recorrente: CARGOLINK ARMAZENS DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 13974.000268/2002-56 - Recorrente: AROLD BANNACH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo: 13974.000312/2002-28 - Recorrente: AROLD BANNACH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA
17 - Processo: 10768.004324/2003-50 - Recorrente: CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA CSN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALEXANDRE KERN
18 - Processo: 10510.000441/2003-66 - Recorrente: FASOUTO FARIA SOUTO COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo: 10530.001902/2002-07 - Recorrente: MULTIFERTIL FERTILIZANTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA
20 - Processo: 10768.005688/2003-57 - Recorrente: CEMEX COMERCIAL MADEIRAS EXPORTAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo: 10665.900507/2006-07 - Recorrente: SORBON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo: 10665.900512/2006-10 - Recorrente: SORBON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo: 10670.000382/2006-36 - Recorrente: COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo: 10670.000383/2006-81 - Recorrente: COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: HÉLCIO LAFETÁ REIS
25 - Processo: 10283.100741/2003-75 - Recorrente: SONY PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo: 11040.001412/2003-68 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FRIGORÍFICO EXTREMO SUL LTDA.
27 - Processo: 13683.000134/2002-19 - Recorrente: CIA DE FIAÇÃO E TECIDOS SANTO ANTÔNIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo: 13683.000139/2002-33 - Recorrente: CIA DE FIAÇÃO E TECIDOS SANTO ANTÔNIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo: 10120.003224/2004-01 - Recorrente: LATICÍNIOS MORRINHOS IND. E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 5 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ALEXANDRE KERN
30 - Processo: 13975.000404/2003-89 - Recorrente: COMERCIAL F TOMIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo: 13975.000466/2002-18 - Recorrente: COMERCIAL F TOMIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo: 13975.000467/2002-54 - Recorrente: COMERCIAL F TOMIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo: 13975.000469/2002-43 - Recorrente: COMERCIAL F TOMIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo: 11610.021372/2002-88 - Recorrente: INSTITUTO ITAU CULTURAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo: 13016.000209/2003-05 - Recorrente: MOVEIS CARRARO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo: 13629.001110/2002-23 - Recorrente: GUIAUTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo: 13886.000849/2003-68 - Recorrente: IND DE PRODS ALIMENTICIOS CASSIANO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA
38 - Processo: 10675.001644/2005-59 - Recorrente: BOMBAS DIESEL PARANAÍBA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo: 10675.003679/2004-41 - Recorrente: A B C INDÚSTRIA E COMÉRCIO - ABC INCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo: 10768.007560/2008-32 - Recorrente: MANOEL CARLOS TAVARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo: 10768.901075/2006-95 - Recorrente: SOVALORES AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo: 13603.720280/2008-94 - Recorrente: CODEME ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: HÉLCIO LAFETÁ REIS
43 - Processo: 10280.003436/2004-47 - Recorrente: NAZARE COMERCIAL DE ALIM. E M. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo: 10280.720304/2007-26 - Recorrente: TNC COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo: 10280.720722/2008-02 - Recorrente: DENDÊ DO PARÁ S/A - DENPASA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo: 10280.900393/2006-10 - Recorrente: EXMAM EXPORTADORA DE MADEIRAS AMAZONICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo: 10280.903203/2009-51 - Recorrente: INSTITUTO DO CÉREBRO S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI
48 - Processo: 10930.007962/2002-12 - Recorrente: MAXIMILIANO GAIDZINSKI S/A INDÚSTRIA DE AZULEJOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo: 13502.000813/2003-41 - Recorrente: LM TRANSPORTES INTERESTADUAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo: 10980.005231/2005-90 - Recorrente: BENERTI INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo: 10980.005242/2005-70 - Recorrente: RECRIPEL REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo: 10980.005246/2005-58 - Recorrente: APOIO ASSESSORIA E FOMENTO S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo: 10980.005247/2005-01 - Recorrente: CONECTE COM. E INST. ELÉTRICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ALEXANDRE KERN
54 - Processo: 13976.000786/2003-31 - Recorrente: MANI BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo: 13982.000467/2001-84 - Recorrente: CHAPECÓ COMPANHIA INDUSTRIAL D ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo: 13985.000242/2002-89 - Recorrente: A. S. JUNIOR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo: 13986.000109/2002-12 - Recorrente: VIDECROSS COMÉRCIO DE MOTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo: 13986.000114/2003-14 - Recorrente: CONSTRUTORA FETZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA
59 - Processo: 13706.003413/2006-44 - Recorrente: EVA MAIA DE SALLES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo: 13708.002505/2008-59 - Recorrente: SÉRGIO ROBERTO PEREIRA MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo: 13771.000079/2009-36 - Recorrente: VALENTIM TOZI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo: 13839.001409/2005-55 - Recorrente: DEMAPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo: 13839.002013/2006-14 - Recorrente: POOL SHOP COM. DE EQUIP. P PISCINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: HÉLCIO LAFETÁ REIS
64 - Processo: 10283.000056/2007-73 - Recorrente: VIDEOLAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo: 10283.003177/2005-13 - Recorrente: MULTIBRAS DA AMAZÔNIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo: 10920.002924/2004-54 - Recorrente: ANACLIN LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo: 10920.005593/2007-57 - Recorrente: NORMÓVEIS INDÚSTRIA COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo: 10925.000930/2008-51 - Recorrente: PAZA VANZELLA & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI
69 - Processo: 10980.005509/2005-29 - Recorrente: G T ASSESSORIA CONTABIL S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo: 10980.006733/2004-57 - Recorrente: MILTON BUABSSI E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo: 13502.000601/2007-98 - Recorrente: FLÁVIO DE JESUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo: 13559.000003/2004-11 - Recorrente: VIAÇÃO ITAPETINGA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo: 10540.000199/2004-54 - Recorrente: AROLDO DE ARAÚJO SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOÃO ALFREDO EDUÃO FERREIRA
74 - Processo: 10980.007721/2001-05 - Recorrente: EDITORA GAZETA DO POVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo: 10280.901763/2008-90 - Recorrente: EXMAM EXPORTADORA DE MADEIRAS AMAZONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA
76 - Processo: 11080.000008/2004-81 - Recorrente: MARINA PARK EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo: 19814.000261/2006-87 - Recorrente: HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: HÉLCIO LAFETÁ REIS
78 - Processo: 10680.000896/2004-19 - Recorrente: CERA INGLEZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ALEXANDRE KERN
79 - Processo: 10166.721713/2010-51 - Recorrente: NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo: 10640.720031/2007-83 - Recorrente: FRIGORÍFICO BATISTÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo: 10680.002331/2005-49 - Recorrente: VT TRANSPORTES GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo: 10865.001514/2004-06 - Recorrente: OSCAR BRAMBILLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo: 10923.000160/2006-02 - Recorrente: INDÚSTRIA DE ISOLANTES TÉRMICOS CALORISOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: HÉLCIO LAFETÁ REIS
84 - Processo: 10183.720009/2007-78 - Recorrente: AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo: 10183.720112/2008-07 - Recorrente: AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo: 10183.720113/2008-43 - Recorrente: AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo: 10183.720114/2008-98 - Recorrente: AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo: 10183.720124/2008-23 - Recorrente: AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo: 10183.720125/2008-78 - Recorrente: AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALEXANDRE KERN
90 - Processo: 13688.000489/2007-64 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo: 11159.001748/2008-16 - Recorrente: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo: 10925.001684/2007-73 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo: 13973.000418/2004-01 - Recorrente: SASSE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI
94 - Processo: 10630.000165/2005-31 - Recorrente: COMÉRCIO DE VEÍCULOS ALMENARA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo: 10925.001721/2004-09 - Recorrente: POMIFRAI FRUTICULTURA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ALEXANDRE KERN
96 - Processo: 13002.000570/2005-44 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE CENTRO CLÍNICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo: 13976.000486/2005-13 - Recorrente: FÁBRICA DE MÓVEIS RIO NEGRINHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo: 13982.000635/2005-65 - Recorrente: SOFTCONSULT CONSULTORES S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo: 13984.000753/2004-72 - Recorrente: DENTAL GORGES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo: 13984.001482/2008-04 - Recorrente: ELISÂNGELA KUNTZE GRAHL OLIVO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo: 19740.000268/2009-52 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL BRASLIGHT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: HÉLCIO LAFETÁ REIS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

102 - Processo: 10925.000265/2008-03 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo: 10925.000354/2009-22 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo: 10925.000358/2009-19 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo: 10925.000361/2009-24 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo: 10925.000362/2009-79 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo: 10925.000365/2009-11 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo: 10925.000384/2008-58 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo: 10925.000385/2008-01 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo: 10925.000387/2008-91 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo: 10925.000818/2007-39 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo: 10925.000820/2007-16 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo: 10925.000823/2007-41 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA
114 - Processo: 10630.000166/2005-86 - Recorrente: COMÉRCIO DE VEÍCULOS ALMENARA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo: 10730.006573/2005-79 - Recorrente: UNIÃO DE LOJAS LEADER S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo: 10875.001203/2005-09 - Recorrente: SIEMENS VDO AUTOMOTIVE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ALEXANDRE KERN
Presidente

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 18, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Preço médio ponderado a consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos Convênios ICMS 138/06 e 110/07, de 15 de dezembro de 2006 e 28 de setembro de 2007, respectivamente, divulga que as unidades federadas indicadas na tabela abaixo, adotarão, a partir de 1º de outubro de 2011, o seguinte preço médio ponderado a consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos nos convênios supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO A CONSUMIDOR FINAL								
UF	GASOLINA C	DIESEL	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL
	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)
AC	3,1619	2,4856	3,3944	2,0000	2,5767	-	-	-
AL	2,8610	2,0260	3,0200	1,8321	2,3340			
AM	2,8293	2,2471	3,0677	-	2,2561	-	-	-
AP	2,7000	2,1900	3,1777	-	2,3400	-	-	-
BA	-	-	-	-	2,2500	-	-	-
CE	2,7571	1,9900	2,6154	-	2,0561	-	-	-
*DF	2,8500	2,0160	3,3080	-	2,0850	2,4500	-	-
ES	2,8848	2,0466	2,6897	1,7845	2,5153	1,8446	-	-
GO	2,8910	2,0542	3,0250	-	1,8951	-	-	-
MA	2,8020	2,0510	3,0662	1,9000	2,3420	-	-	-
*MT	2,8685	2,2382	3,6051	2,9000	1,8759	1,5000	1,6000	-
MS	2,8314	2,1021	2,8718	3,1681	1,8760	1,5990	-	-
MG	2,8906	1,9980	2,8485	2,3000	2,2018	-	-	-
PA	2,8150	2,0803	3,0307	-	2,4820	-	-	-
*PB	2,6180	1,9890	2,6008	2,0423	2,2047	1,7809	-	1,6423
PE	2,7630	2,0310	2,6869	-	2,1910	1,7000		-
*PI	2,6532	2,0556	2,9262	2,2940	2,3404	-	-	-
PR	2,7100	2,0000	2,9400	-	1,9800	-	-	-
*RJ	2,9021	2,0755	3,0817	1,5960	2,2764	1,7814	-	-
RN	2,6550	1,9294	2,6500	-	2,0000	1,9761	-	1,6687
RO	2,9700	2,2300	2,9946	-	2,4300	-	-	2,0315
RR	2,7100	2,3400	2,9761	-	2,4800	-	-	2,0315
RS	-	-	-	-	2,2650	-	-	-
*SC	2,7500	2,0600	3,2400	-	2,3500	1,7800	-	-
SE	2,8260	2,0490	2,7490	2,0362	2,3210	1,8850	-	-
TO	2,9700	2,0300	3,4238	3,7300	2,1000	-	-	-

* PMPF alterados pelo presente ATO COTEPE.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 22 de Setembro de 2011

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 173 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1. Instituto de Tecnologia do Paraná - TEC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Dalcatech Automação e Desenvolvimento de Software Ltda	00.906.885/0001-92	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número TEC0172011, nome: All Food, versão: 2.0, código MD-5: EF0AAE03D5A4C9ABEC406586DC130279

2. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Linx Sistemas e Consultoria Ltda	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3392011, nome: PRISMA PADRÃO, versão: 7.21, código MD-5: 28a78f8698c108c91ef59f0a5f143036 *KRROTVDA

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 174 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos SA	04.899.316/0001-18	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3292011, nome: Extranet, versão: 6.0, código MD-5: 657d14633a512550340f670fb8ab01dc *ExtraNet
Platin Informática Ltda	59.571.638/0001-25	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3272011, nome: Simfarma-CM, versão: 6.05, código MD-5: B18BB48E442B3D12561F78D0AF6F26DA *CM6
MCRBIT Consultoria em Informática Ltda	07.197.873/0001-85	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3492011, nome: Emissor de Cupom Fiscal - ECF, versão: 8.1, código MD-5: 066FC8752DBA98D0186C5B9A9D9097C0 *wif
FJ Tecnologia Ltda	10.496.194/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3462011, nome: Sistema de Gestão Elipse, versão: 1.432, código MD-5: 744F2F28622349BF8157B313E8229C3F *elipse
Mouritz Adriadno Lima ME	35.298.116/0001-33	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL3342011, nome: SISERP-PDV, versão: 6.1.01, código MD-5: 230CAF17104E6D0A5B2EE9F5E4CD6C34 *Siserp

2. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Ledware Tecnologia em Informática Ltda-ME	10.886.933/0001-81	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0572011, nome: Ledcommerce, versão: 1.06.12.015, código MD-5: B1DC2ECD7285279680D7FE67B27F70CE

3. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
M.A.N Cardoso Internet - EPP	06.780.989/0001-80	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0352011, nome: WM Sistema 10, versão: 5.0, código MD-5: 10334c5e070098dd4b115c1ca48c2d2c

4. Fundação Percival Farquhar - UNIVALE

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Roraimasoft Sistemas Corporativos Ltda-ME	03.310.700/0001-70	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FPF0162011, nome: TEPUYPAFECF, versão: 1.0, código MD-5: 86daaa1e8634e56af17da847846a2097
Agnaldo Botelho Cardoso	02.695.980/0001-10	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FPF0132011, nome: DIGIFARMA, versão: 7.4.0.0, código MD-5: 606d72d3e8dbe0fab17156fab9259e79

5. Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
BMSoft Serviços de Informática Ltda	08.511.951/0001-37	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0572011, nome: BMSOFT GERENCIAMENTO EMPRESARIAL, versão: 2.3.0.1, código MD-5: 1d588c56268ff6779d874a8ac34fb69c
Hard Shop Informática Ltda	02.171.827/0001- 93	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0562011, nome: SINCA PAF-ECF, versão: 2011, código MD-5: bf75424c60173ccc08c7fd621fc29feb
IONICS Informática e Automação Ltda	81.361.644/0001-07	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0582011, nome: SISTEMA SUPER GERENTE - SSG, versão: 8.48, código MD-5: ea67b9b4815c5aabe4eccdab199534a

6. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Totvs S/A	53.113.791/0017-90	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IPT0352011, nome: FARMACIA COMERCIAL, versão: 3.0, código MD-5: f07c106ab9f19c3af6a2282bbb9b43c8

7. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
LINX Sistemas e Consultoria Ltda	58.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PSP0372011, nome: P2K-CLARO, versão: 01.00.53, código MD-5: adbb2ed881835dd4357806ecc64ee018
Linx sistema e consultoria Ltda	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PSP0382011, nome: PRISMA, versão: 4021, código MD-5: 0ad5bfbfc5c74457d9c9f90fdd859ea7
Benchimol Irmão e Cia Ltda	04.565.289/0001-47	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PSP0332011, nome: SISTEMA DE CAIXA BEMOL, versão: 14.00.00.0, código MD-5: 3b8a8111075db02fe76da2dbcf938834

8. Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FESO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Sisaut Tecnologia Ltda	12.160.182/0001-47	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FSO0422011, nome: SAF-ECF, versão: 2.0, código MD-5: 5cd86a22414b075976cf7e335f7bab9e

9. Faculdade Idez - I10

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Adailton Moreira de Souza	02.340.931/0001-64	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i100602011, nome: Top-ECF, versão: 3.4.0.0, código MD-5: 96106f8fb4651f4d8f6c702a1672a35c

10. Universidade Potiguar - UNP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Ipojuca Moraes da Cruz ME	02.074.356/0001.03	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UNP0152011, nome: FrenteLojaPDV.exe, versão: 2.0, código MD-5: 5a59030e7e4ed447d1c05a7dfafe57f5

11. Instituto de Tecnologia do Paraná - TEC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Metasis Consultoria e Sistemas Ltda	05.414.549/0001-46	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número TEC0162011, nome: METASIS, versão: 2.0, código MD-5: 75643A74A133B809204405A5497D4E06

12. Universidade Católica Dom Bosco - UDB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Gelson Cappellesso-EPP	02.598.276/0001-49	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UDB0202011, nome:AtendPAF, versão: 2.0, código MD-5: 8556110B85469C5AF10B675411070D89
Controller Informática Ltda ME	08.345.748/0001-38	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UDB0212011, nome: CONTROLLER PDV, versão: 3.0.3, código MD-5: b24d65de7a340f5381faae8d04d87d7b

13. Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNOCHAPECÓ

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Uninfo Sistemas Ltda	04.199.950/0001-48	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UNO0522011, nome: PAF-UNINFO, versão: 7.1, código MD-5: a1065b7b0cc750a6ec1fbe93d79afbc5

14. Sociedade Goiana de Cultura - UCG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Mac'Sistem Equipamentos e Máquinas para Escritório Ltda	03.880.267/0001-09	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UCG0082011, nome: SyMAC PAF PDV, versão: 4.1 Win, código MD-5: 5258B0115748A15DDB8B0EA18C4F004B

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 175 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 3 de abril de 2009, torna público que está habilitado a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
MEGA BYTE INFORMÁTICA LTDA	10.943.957/0001-25	Av. Bueno Brandão 142-loja 3 Centro Viçosa-MG CEP 36.570-000
WLE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES E ASSESSORIA LTDA EPP	00.101.878/0002-02	R Francisco Ribas - 295 - Centro Ponta Grossa - PR CEP 84.010-260
WLE COMPUTADORES, EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E SERVICOS LTDA	05.701.303/0001-55	R Barão do Cerro Azul - 661-Centro Uniao da Vitoria - PR CEP 84.600-000
WLE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES E ASSESSORIA LTDA EPP	00.101.878/0005-47	R Professor Doracy Cezzarino - 232 - Portao Curitiba - PR CEP 80.320-200
CLIFORD FREDERICO OLIVEIRA	12.435.029/0001-85	R Coronel Martinho Ferreira do Amaral - 264 - Centro Nova Serrana - MG CEP 35.519-000
TNC INFORMATICA LTDA	11.897.354/0001-05	R dos Andradas 249 - Santa Efigênia São Paulo - SP CEP 01.208-001
SERGIO DA CRUZ PEREIRA	04.356.792/0001-92	Av. Doutor Henrique Braga 140 - Loja 04 - Centro Formiga - MG CEP 35.570-000
REGINALDO HUMBERTO QUEIROZ - ME	02.769.423/0001-04	R 22 - Nº 585 - Centro Barretos - SP CEP 14.787-282
DEPOSITO RODRIGUES DE MELO LTDA	17.757.196/0001-66	Av. General Osório - 242 - Tijuco São Joao Del Rei - MG CEP 36.300-170
CALCADAO CELULARES - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E DE COMUNICACAO LTDA	09.074.142/0001-78	R Presidente Antonio Carlos - 535 - Centro Varginha - MG CEP 37.002-000
CENTRAL CELULARES LTDA	03.231.720/0001-56	R Presidente Antonio Carlos - 626 - Centro Varginha - MG CEP 37.002-000

EPSON - Identificação eletrônica de arquivos do eECFc.

Nº 176 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 3º do Ato COTEPE/ICMS Nº 10/09, de 19 de março de 2009, divulga a identificação eletrônica por meio do código MD-5 (Message Digest-5) dos arquivos DLL (Dynamic Link Library) e demais arquivos auxiliares necessários ao funcionamento do programa eECFc com os equipamentos ECF da marca EPSON, fabricados pela Epson do Brasil Indústria e Comércio Ltda, CNPJ Nº 52.106.911/0001-00, ficando cancelado o Despacho Nº 164/09:

NOME	DATA	AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA (CÓDIGO MD-5)
EpsonInterface.dll	16/05/2011	27BDA547A00E1A4146CCAFE960B4D190
Epson_eEcf.dll	16/05/2011	60FBEED4913AD5BDD2571C69F88EFBC4

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga o prazo para a conclusão da investigação de origem.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 129, inciso IV, da Portaria no 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 21 do Anexo, do Quadragésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no 18, internalizado por meio do Decreto no 5.455, de 2 de junho de 2005, e no artigo 15 da Instrução Normativa SRF no 149, de 27 de março de 2002, declara:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo previsto para conclusão da investigação de origem aberta pelo Ato Declaratório Executivo Coana Nº 2011/00002, de 23 de março de 2011.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

DARIO DA SILVA BRAYNER FILHO

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS/MS, no uso da sua atribuição que lhe confere o Art. 220 c/c Art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de Dezembro de 2010 e considerando o disposto no Art. 30, inciso III e no Art. 31 da Instrução Normativa/RFB Nº 1.042, de 10 de Junho de 2010, resolve:

Art. 1º Declarar NULOS os CPF's abaixo relacionados por ter sido constatada fraude nas suas inscrições:

CPF	NOME	PROCESSO ADMINISTRATIVO
748.863.201-04	Dionosio Portilho Soto	13161.000719/2010-20
043.308.881-81	Teresa Mattos	13161.000882/2010-92
044.120.961-06	Ruperto Duarte Souza	13161.000942/2010-77
030.727.131-54	Edson Barbosa Leite	13161.000859/2010-06
749.294.451-91	Sergio Martinez Barrios	13161.000909/2010-47
021.719.771-08	Joao Batista Espindola Aranda	13161.000827/2010-01
043.992.781-10	Susana Castro Rodrigues	13161.000915/2010-02
044.154.991-80	Alaide Rodrigues	13161.000910/2010-71
044.546.741-08	Ramona Alves Mendes	13161.000954/2010-00
041.992.111-79	Joao Carlos Lopes Almeida	13161.000894/2010-17
044.332.511-19	Benito Bogado Carvalho	13161.000005/2011-01
039.439.101-21	Izidra Romero Borges	13161.000036/2011-53
039.999.911-60	Rita Arevalos Salinas	13161.000024/2011-29
034.032.921-18	Francisca Gonçalves	13161.000015/2011-38

ELVIS CAIÇARA DA SILVA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 13, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: mercadoria denominada comercialmente "Bucha para pivô de dobradiça", acessório metálico próprio para uso em portas e janelas do tipo pivotante, confeccionada em alumínio SAE 305, classifica-se no código 8302.10.00 da NCM.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado RGI-1 (textos da Nota 3 da Seção XV, da Nota 1 do Capítulo 83 e da posição 83.02), RGI-6 (texto da subposição de 1º nível 8302.10) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), estrutura basilar da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 14, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: mercadoria denominada comercialmente "Capa para fechadura blindex", acessório metálico destinado ao uso em fechaduras instaladas em portas e janelas de vidro temperado tipo blindex, confeccionada em alumínio SAE 305, classifica-se no código 8301.60.00 da NCM.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado RGI-1 (textos da Nota 3 da Seção XV, da Nota 1 do Capítulo 83 e da posição 83.01), RGI-6 (texto da subposição de 1º nível 8301.60) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), estrutura basilar da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 15, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: mercadoria denominada comercialmente "Bucha para pivô de dobradiça inferior", acessório metálico próprio para uso em portas e janelas do tipo pivotante, confeccionada em alumínio SAE 305, classifica-se no código 8302.10.00 da NCM.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado RGI-1 (textos da Nota 3 da Seção XV, da Nota 1 do Capítulo 83 e da posição 83.02), RGI-6 (texto da subposição de 1º nível 8302.10) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), estrutura basilar da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 16, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: mercadoria denominada comercialmente "Base para trinco", acessório metálico destinado ao uso em trincos com mola para portas e janelas de imóveis, confeccionada em alumínio SAE 305, classifica-se no código 8302.41.00 da NCM.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado RGI-1 (textos da Nota 3 da Seção XV, da Nota 1 do Capítulo 83 e da posição 83.02), RGI-6 (textos da subposição de 1º nível 8302.4 e da subposição de segundo nível 8302.41) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), estrutura basilar da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI
Chefe

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ-MS, Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria RFB 1.035, de 2 de abril de 2009, publicada no DOU. Nº 63, de 2 de abril de 2009, combinado com o artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista as disposições contidas na Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 de Fevereiro de 2010, alterada pela Instrução Normativa RFB Nº 1.097, de 13 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1° BAIXAR de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 28 da Instrução Normativa RFB Nº 1.005/2010:

EMPRESA	CNPJ Nº	PROCESSO
CONFECÇÕES CHAGLOGEL LTDA	11.322.859/0001-33	10108.001150/2011-57

Art. 2º A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual a contribuinte foi intimada, conforme o Edital de Intimação Nº 2, de 29, de junho de 2011, publicado no DOU Nº 125, de 1/7/2011, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo acima mencionado.

Art. 3º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NILO ODIRLEI MARTINI RIBAS

2ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL, tendo em vista a Portaria SRRF02 Nº 124, de 26 de março de 2009, considerando o disposto na Portaria SRF Nº 602, de 10 de maio de 2002, e o disposto no artigo 25 da Portaria RFB Nº 2.438, de 21 de dezembro de 2010, e atendendo à solicitação formalizada no processo administrativo Nº 10240.721061/2011-04, e, tendo por base o Parecer Diana/SRRF02 Nº 15/2011, declara:

Art. 1º - Alfandegado, em caráter eventual e temporário, durante o período compreendido entre os dias 24 e 25 de setembro de 2011, a Base Aérea de Porto Velho, localizada à Avenida Lauro Sodré, S/N, Belmont, em Porto Velho - Rondônia, administrada pelo Comando da Aeronáutica, CNPJ Nº 00.394.429/0119-00, do Ministério da Defesa.

Art. 2º - No recinto ora alfandegado poderão ser realizadas, exclusivamente, as seguintes operações:

I - entrada de aeronave procedente do exterior, transportando a comitiva de militares em retorno ao País de Viagem de Estudos à América do Sul (Venezuela e Peru), referente ao Curso de Comando e Estado-Maior para Oficiais Superiores do Comando da Aeronáutica;

II - despacho de importação; e

III - desembarque de viajantes e tripulantes da aeronave a que se refere o inciso I deste artigo.

Art. 3º - O referido recinto ficará jurisdicionado à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Velho/RO que poderá estabelecer as rotinas que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 4º - Ao recinto ora alfandegado fica atribuído o código 2.50.34.01-2 a ser utilizado no Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex.

Art. 5º - Sem prejuízo de eventuais penalidades, este ato de alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado e não impede a Secretaria da Receita Federal do Brasil de revê-lo para adequá-lo às normas aplicáveis.

Art. 6º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OCENIR SANCHES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 105, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU em 23 de dezembro de 2010. Nos termos dos artigos: 81, § 5º da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 36, inciso III; 39, inciso II; 41, inciso I, § 2º; e 45 da Instrução Normativa RFB Nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010, e de acordo, ainda, com o que ficou apurado no processo administrativo Nº 10283.7208424/2011-95 declara:

Art. 1º. INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica MARCO AURÉLIO ADOLFO DE SOUZA, CNPJ Nº 05.621.924/0001-29.

Art. 2º. INIDÔNEOS e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir de 12/07/2011.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Co-habilitação no Regime Especial (Reidi), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei Nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e III, do art. 1º, da Portaria DRFB/FOR/CE Nº 149, de 7 de abril de 2011, publicada no DOU de 08/04/2011, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) instituído pela Lei Nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo o Decreto Nº 6.144, de 03/07/2007 e Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25/07/2007, observadas as alterações posteriores; considerando-se, ainda, que a pessoa jurídica Ventos Brasil Comércio e Representações Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº09.283.886/0001-00 é uma das titulares do projeto de transmissão de energia elétrica, aprovado pela Portaria do MME Nº 28, de 28 de janeiro de 2011 (DOU de 1/2/2011), Anexo I, emitida pelo Ministério de Minas e Energia, e que foi habilitada pelo Ato Declaratórios Executivos (ADE) Nº 44, de 6 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União, de 17/05/2011, seção 1, página 41, como também, o que consta do presente Processo Administrativo Nº 10380.729007/2011-02(digital), resolve:

Art. 1º DECLARAR co-habilitada no Regime Especial (Reidi) a ENPECEL ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 10.352.056/0001-69, para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS naquilo em que se aplique o disposto no art. 2º do Decreto Nº 6.144, de 03/07/2007, no que diga respeito ao projeto acima referido, visando a implantação de obras de infra-estrutura no setor a que se refere o mesmo a ser construída no Município de paracuru, Estado do Ceará, conforme consta do Anexo I, da Portaria do MME Nº 28, de 28 de janeiro de 2011 (DOU de 1/2/2011).

Art. 2º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora dos bens ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, a expressão cabível ao caso, nos termos em que determina o art. 11 do Decreto Nº 6.144, de 2007.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação, observado o disposto no art.19 da Instrução Normativa supracitada.

HELDER SILVA NOBRE

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

REGISTRO ESPECIAL - RE Nº 04401/1100002 para produtor, engarrafador de bebidas alcoólicas, relacionadas no anexo I da IN.SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005.

Base Legal: art. 1º do Decreto - Lei nº 1.593/97, com redação dada pela Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, art. 1º e §§ 1º e 2º, incisos I e II c/c Instruções Normativas da SRF nºs 504, de 3 de fevereiro de 2005, arts. 1º a 5º.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º, da IN SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e pelo art. 295,e incisos do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21/12/2010, DOU de 23.12.2010 e tendo em vista o que consta do E-Processo n.º 10410.721722/2011-94, resolve:

Declarar que a empresa, A. LUNA DA SILVA JUNIOR -ME, estabelecida à Estrada Municipal, Sítio Limão nº 100 - Centro - Colonia Leoplodina/AL, CEP: 57.975-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.462.454/0001-38, faz jus ao Registro Especial para Produtor e Engarrafador de bebidas alcoólicas relacionadas no Anexo I, identificadas de acordo com os códigos da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002, bem assim os procedimentos de fornecimento e utilização do selo de controle a que estão sujeitos esses produtos sob o nº RE-O4401/1100002.

O produto CACHAÇA, marca comercial - PITUCA e ENGENHO VELHO obtida de caldo de cana, Selo AGUARDENTE, conforme Anexo II da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, inciso I, letras "a " a "c ", classificação na TIPI, conforme a seguir:

CÓDIGO DA TIPI	MARCA COMERCIL	CAPACIDADE (milímetros)	DIMENSÃO COMPRIMENTO	LARGURA	SELO DE CONTROLE (TIPO/COR)
2208.40.00	PITUCA e ENGENHO VELHO	700 garrafa de Vidro 500 garrafa de plástico retornável	110.0 + 0,2 mm	15,0 + 0,2 mm	Violeta, laranja, azul, combinados com o marrom

Os estabelecimentos obrigados ao registro farão constar, nos documentos fiscais que emitirem, no campo destinado à identificação da empresa, o número de inscrição no registro especial.

Na remessas de bebidas, com suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na forma prevista no art. 43. do RIPI, o estabelecimento remetente deverá fazer constar, na nota fiscal correspondente à operação, o número de inscrição no registro especial do estabelecimento adquirente.

Para gozo do direito ao Registro Especial acima declarado, a empresa beneficiária deverá demonstrar e destacar na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos de que se compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMUNDO TOJAL DONATO JÚNIOR

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 2010, com base no art. 28, inciso I, da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, declara:

Art. 28 - Inciso I - Baixa da inscrição no CNPJ da empresa abaixo relacionada, omissa contumaz:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	PROCESSO
01.791.120/0001-17	RACE CAR VEÍCULOS E COMÉRCIO LTDA	10580.726.334/2011-48

RAIMUNDO PIRES DE SANTANA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 7 DE JULHO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 2010, com base nos art. 39, inciso II, e art. 41, inciso II da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, declara:

- Inaptidão da empresa abaixo relacionada, por inexistência de fato:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	PROCESSO
42.237.362/0001-40	A E M ENTRETENIMENTOS LTDA EPP	10580.727.377/2011-41

RAIMUNDO PIRES DE SANTANA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 1 DE SETEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 2010, com base no art. 33, inciso II, § 1º da Instrução Normativa RFB Nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º - A NULIDADE da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do CNPJ 04.411.959/0001-91, por vício no ato constitutivo.

RAIMUNDO PIRES DE SANTANA FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Habilita Lanxess Elastômeros do Brasil S/A. ao procedimento simplificado da IN SRF 747/07, para os itens que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU/RJ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 295, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, não alterada no particular, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa-IN 747, de 14 de junho de 2007, e no processo administrativo nº 12749.000185/2011-59, resolve:

Art. 1º - Fica o contribuinte LANXESS ELASTÔMEROS DO BRASIL S/A, CNPJ 29.667.227/0001-77, habilitado a adotar os procedimentos simplificados previstos na citada IN no processamento dos regimes aduaneiros especiais de admissão e de exportação temporária dos seguintes bens:

- caixas metálicas desmontáveis, fabricadas por Goodpack, modelo MB5, medindo 1465 x 1150 x 1098 mm, com peso unitário de 132 kg (com variação de até 4 kg) e volume de 1500 litros, código NCM 7309.0090;
- cilindros de aço carbono, fabricados por FMC, modelo Type 420, com capacidade para 405 litros, NCM 7311.0000;
- cilindros de aço carbono, fabricados por Witco Gmbh, número de série 6.1 - 404, design codes GGVS/ADR, GGVE/RID e GGVSee/IMDG/CODE, com capacidade para 1880 litros, NCM 7311.0000;
- cilindros de aço carbono, fabricados por Crompton -Chemature Europe, número de série 6.1, códigos de fabricação IMDG/GGV See/AID/GGVE, ACA/GGVS, com capacidade para 1880 litros, NCM 7311.0000;
- cilindros de aço carbono, fabricados por Albemarle, com capacidade para 1880 litros, NCM 7311.0000;
- cilindros de aço carbono, fabricados por Chemetall, com capacidade para 450 litros, NCM 7311.0000.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 265, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art.1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa BP ENERGY DO BRASIL LTDA, nova denominação social de Devon Energy do Brasil Ltda, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo nº 143 , de 28 de setembro de 2009, publicado no DOU de 30 de setembro de 2009.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo nº 10768.018355/00-38			
ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº NO CNPJ	Nº CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
Campo em Exploração Bacia Sedimentar de Potiguar: BPOT-2		48000.003475/97-11	31.12.2020
Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos BM-C-8	02.873.528/0001-09	48000.003888/2000	31.12.2020
Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Barreirinhas: BM-BAR-3	02.873.528/0006-05	48610.009212/2002	31.12.2020
Campo em Produção: CARAÚNA		48000.3911/97-11	31.12.2020

Processo nº 10768.005210/2009-12			
Nº NO CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
02.873.528/0001-09 02.873.528/0006-05 02.873.528/0005-24	Campo em Exploração Bacia Sedimentar de Campos: Blocos C-M-471 e C-M-473	48610.009210/2005-24 BM-C-34	12.01.2012

Processo nº 10768.005212/2009-10			
Nº NO CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
02.873.528/0001-09 02.873.528/0006-05 02.873.528/0005-24	Campo em Exploração Bacia Sedimentar de Camamu : Bloco CAL-M-314	48610.009175/2005-43 BM-CAL-13	12.01.2014

Art. 2º - A presente habilitação é concedida em caráter precário, por um ano, prorrogável uma única vez por igual período e a pedido.

Art. 3º - Os itens listados no art. 1º deverão ser reutilizáveis e não destinados à comercialização, observadas as demais condições e controles estabelecidos pela citada IN ou pela que lhe suceder.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DO-U.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 102, 4DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Concede Registro Especial para Importação de Bebidas

Contribuinte : VILA DE AROUCA COMÉRCIO E RPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ : 08.495.978/0001-83
Processo : 10735.00744/2011-54

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto no artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e o Art. 3º da IN/SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, Declara:

Art. 1º - Tendo em vista as informações constantes nos autos da requerente VILA DE AROUCA COMÉRCIO R REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ Nº 08.495.978/0001-83, estabelecida na Rodovia Presidente Dutra nº 18.710- Bairro Comendador Soares - Nova Iguaçu - RJ, através do processo administrativo nº 10735.000744/2011-54, concede ao estabelecimento a inscrição no REGISTRO ESPECIAL desta DRF sob o nº 47, para a atividade de IMPORTADOR.

PRODUTO	MARCA
BEBIDAS ALCOÓLICAS	Diversas

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EMIL JACQUES SPPEZAPRIA

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

Declara a baixa por inexistência de fato de contribuinte que menciona no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DRF/SJC/SP, no uso da competência delegada e especificada pela Portaria DRF/SJC Nº 75, de 12/05/2011, com amparo no artigo 29 da Instrução Normativa RFB Nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e considerando o constante do Processo Administrativo Nº 10920.004106/2010-34, resolve:

Art. 1º. DECLARAR BAIXADA de ofício a inscrição CNPJ Nº 03.163.420/0001-87 referente à empresa RAIMAR PAULO ABEGG - ME, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, em razão de haver sido comprovada nos autos do processo supracitado a inexistência de fato da empresa individual.

Art. 2º. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09/06/2011, data em que foi declarada suspensa a inscrição em referência no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

JOSÉ ALMEIDA DE FREITAS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 93, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

Concede, à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007, alterada pelas MP Nº 413 de 03/01/2008.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 222 e 298, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587/2010, publicada no Diário Oficial da União de 21/12/2010, tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007, alteradas pelas Instruções Normativas Nº 778 de 19 de outubro de 2008 e Nº 955 de 09 de julho de 2009, e o constante do processo administrativo Nº 18186.722857/2011-80 resolve:

Art. 1º Reconhecer à CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA, CNPJ 02.998.611/0001-04, com a sede administrativa à Rua Casa do Ator Nº 1.156, 9º andar, Vila Olímpia, São Paulo - SP, a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do Anexo I, da Portaria Nº 412, de 06 de julho de 2011 do Ministério de Minas e Energia, que se referem a Reforços e Melhorias em Instalações de Transmissão Elétrica dentro do Estado de São Paulo, conforme determina art. 8º da IN RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

RICARDO MANOEL GARCIA PEREIRA DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

Concede, à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007, alterada pelas MP Nº 413 de 03/01/2008.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 222 e 298, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587/2010, publicada no Diário Oficial da União de 21/12/2010, tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007, alteradas pelas Instruções Normativas Nº 778 de 19 de outubro de 2008 e Nº 955 de 09 de julho de 2009, e o constante do processo administrativo Nº 18186.722858/2011-24 resolve:

Art. 1º Reconhecer à CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA, CNPJ 02.998.611/0001-04, com a sede administrativa à Rua Casa do Ator Nº 1.156, 9º andar, Vila Olímpia, São Paulo - SP, a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do Anexo I, da Portaria Nº 447, de 21 de julho de 2011 do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU, em 22 de julho de 2011, que se referem a Reforços e Melhorias em Instalações de Transmissão Elétrica dentro do Estado de São Paulo, conforme determina art. 8º da IN RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

RICARDO MANOEL GARCIA PEREIRA DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 102, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

Concede, à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007, alterada pelas MP Nº 413 de 03/01/2008.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 222 e 298, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587/2010, publicada no Diário Oficial da União de 21/12/2010, tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007, alteradas pelas Instruções Normativas Nº 778 de 19 de outubro de 2008 e Nº 955 de 09 de julho de 2009, e o constante do processo administrativo Nº 18186.722858/2011-24 resolve:

Art. 1º Reconhecer à CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA, CNPJ 02.998.611/0001-04, com a sede administrativa à Rua Casa do Ator Nº 1.156, 9º andar, Vila Olímpia, São Paulo - SP, a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do Anexo I, da Portaria Nº 447, de 21 de julho de 2011 do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU, em 22 de julho de 2011, que se referem a Reforços e Melhorias em Instalações de Transmissão Elétrica dentro do Estado de São Paulo, conforme determina art. 8º da IN RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

RICARDO MANOEL GARCIA PEREIRA DIAS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Habilita ao REPETRO, até 02/10/2015, a empresa que menciona

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no inciso I do art. 1º da Portaria SRRF08/G Nº 74, de 15 de junho de 2011, publicada no Boletim de Serviço DAMF/SP Nº 24, de 17 de junho de 2011, nos termos e condições da Instrução Normativa RFB Nº 844, de 09 de maio de 2008, e à vista do que consta do processo Nº 12782.000035/2011-39, declara:

1. Fica a empresa PETRO-SANTOS LTDA., com sede no município de Guarujá/SP, na Rua Senador Salgado Filho, 356 - Jardim Santanense - Vicente de Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 05.891.196/0001-75, habilitada a utilizar o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO de que trata o artigo 1º da Instrução Normativa RFB Nº 844/2008 durante a execução dos contratos relacionados no item 2 abaixo.

2. A presente habilitação é válida até 02 de outubro de 2015, em conformidade com o Contrato de Prestação de Serviços para Operação da Embarcação "ER HAUGESUND" E&P Nº 2050.0067083.11.2, vinculado ao Contrato de Afretamento E&P Nº 2050.0067082.11.2, celebrados entre a PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS, na qualidade de contratante, e de outro lado, como contratadas e responsáveis solidárias pelo cumprimento das obrigações assumidas, respectivamente, as empresas PETRO-SANTOS LTDA. e ER SCHIFFAHRT REEDEREIGESELLSCHAFT MBH & CIE. KG, para apoio marítimo às unidades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural nas áreas em que a PETROBRÁS for cessionária ou concessionária nos termos da legislação brasileira vigente.

3. Esta habilitação estende-se ao estabelecimento de CNPJ/MF Nº 05.891.196/0002-56.

4. Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação ora concedida poderá ser suspensa ou cancelada na hipótese da ocorrência de quaisquer das situações previstas no art. 34 da Instrução Normativa RFB Nº 844/2008.

5. Eventuais prorrogações do contrato serão objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

6. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JAIRO LUIZ SIMÕES GONÇALVES DA SILVA

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 197, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União-DOU em 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no inciso I, artigo 57, da Instrução Normativa SRF Nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte FLAMARIMPEX - REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ Nº 09.543.616/0001-83, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/052, situada à Rua Francisco Severo Pizetti, Nº 101, Sala 02, bairro Vila Francesa/Rio Maina, Criciúma/SC, formulado nos autos do processo 11516.000832/2011-01, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 18.480 (dezoito mil quatrocentos e oitenta) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9822-13, Tipo VINHO, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Marca Comercial	Quantidade Caixas	Quantidade Unidades	Característica do Produto
ANTIGUAS ESTANCIAS	1.540	9.240	Vinho tinto fino, composto de uva na variedade Cabernet Sauvignon, Safra 2009, com origem e fabricação em Montevideo/Uruguai, graduação alcoólica 12%, caixa com 6 garrafas de 750 ml.
ANTIGUAS ESTANCIAS	770	4.620	Vinho tinto fino, composto de uva na variedade Merlot, Safra 2009, com origem e fabricação em Montevideo/Uruguai, graduação alcoólica 12%, caixa com 6 garrafas de 750 ml.
ANTIGUAS ESTANCIAS	770	4.620	Vinho tinto fino, composto de uva na variedade Tannat, Safra 2009, com origem e fabricação em Montevideo/Uruguai, graduação alcoólica 12%, caixa com 6 garrafas de 750 ml.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 198, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei Nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, c/c o disposto na Portaria RFB Nº 1.069, de 04 de julho de 2008, publicada no DOU de 07 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto Nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), alterado pelo Decreto Nº 7.435, de 29 de janeiro de 2011 e Decreto Nº 7.455, de 25 de março de 2011, declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei Nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto Nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, que observarem o disposto no § 2º do art. 152 do Ripi.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ANEXO ÚNICO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra/ Nº recibo)	
78.538.931/0001-35	LIMÃOZINHO DE OURO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D	04942072732519
78.538.931/0001-35	RAÍZES AMARGAS PINGO DE OURO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D	04942132732520
78.538.931/0001-35	CONQUISTADOR	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D	04942240732521
78.538.931/0001-35	AMENDOIM PINGO DE OURO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D	04942357732522
78.538.931/0001-35	MARACUJÁ PINGO DE OURO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D	04942464732523
78.538.931/0001-35	CONQUISTADOR 1	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D	04942571732524
78.538.931/0001-35	PINGO DE OURO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D	04942689732525
78.538.931/0001-35	COCO PINGO DE OURO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D	04942796732526
78.538.931/0001-35	PINGO DE OURO CATUABA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D	04942801732527
78.538.931/0001-35	MAGNATA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H	04943560732534
78.538.931/0001-35	RUSCÓVIA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H	04943678732535
78.538.931/0001-35	MENTA PINGO DE OURO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D	04943785732536
78.538.931/0001-35	PINGO DE OURO CANELINHA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D	04943892732537
78.538.931/0001-35	BARRA LIMPA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H	04951660732615
86.530.912/0001-90	URU	De 671ml até 1000ml	2205.10.00	L	04531093728409
86.530.912/0001-90	RAIZ AMARGA EXPORT URU (APERITIVOS E AMARGOS)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K	04531378728412
86.530.912/0001-90	URU (APERITIVOS E AMARGOS)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K	04531608728415
86.530.912/0001-90	URUPARI -URU (APERITIVOS E AMARGOS)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K	04531814728417
86.530.912/0001-90	URU (BATIDAS)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	J	04532082728419
86.530.912/0001-90	AMIGOS DA ONÇA URU (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	F	04532474728423
86.530.912/0001-90	CHAMA URU (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	F	04532704728426
86.530.912/0001-90	MENTA URU	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	L	04532803728427
86.530.912/0001-90	URU CATUABA	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L	04957383732672
86.530.912/0001-90	URU	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L	04957490732673

10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.530	Rafael de Azevedo Irala	005.315.680-32
10A.04.531	Liciane Acosta Caetano Leban	011.487.710-69
10A.04.532	Ariane Nunes Peluffo	024.845.340-86
10A.04.533	Luis Carlos Correa da Silva Machado	991.281.950-00
10A.04.534	Everton Barboza Vasconcelos	911.603.910-68
10A.04.535	Bruno Fernandes Mendes	007.728.190-09

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

MARCO ANTÔNIO DE ALMEIDA MEDEIROS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/CXL n.º 195, de 19 de setembro de 2011, publicado no D. O. U. de 22 de setembro de 2011, Seção 1, página 669:

Onde se lê: "no processo 11020.003269/2010-69"

Leia-se: "no processo 11020.003469/2010-69"

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 192, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL - RS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes e/ou inadimplência nos tributos com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido mediante consulta à página da Receita Federal do Brasil (RFB) na internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul, na Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco, Caxias do Sul - RS, CEP: 95010-902.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO JOSE ROTH

ANEXO ÚNICO

Relação dos CNPJs das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes):

01.072.547/0001-65	89.279.533/0001-68	90.036.740/0001-70	93.230.159/0001-83
01.499.835/0001-09	93.084.168/0001-03	00.699.715/0001-84	94.822.780/0001-07
02.538.912/0001-47	95.159.976/0001-18	88.670.849/0001-13	92.535.194/0001-48

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.522	Alexsandre da Rosa da Silva	803.185.920-53
10A.04.524	Clarissa Ilha Sardi Ramos	003.170.030-62
10A.04.526	Arno Holz	178.582.080-04

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ANTONIO CARLOS GISCHKOW VALDEZ

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 652, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de compra Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - participantes da oferta pública de compra: restrita às instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010;

II - data do acolhimento das propostas e do leilão: 22.09.2011;

III - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

IV - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

V - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VI - data da liquidação financeira: 23.09.2011;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo OFDEALERS, nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas);

IX - quantidade para o público: até 150.000 de títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

X - características da compra:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
NTN-F	950199	01.01.2017	10,0%	1.927	Até 150.000	1.000,000000
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	3.388	Até 150.000	1.000,000000

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 653, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 22.09.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 23.09.2011;

V - data da liquidação financeira: 23.09.2011;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.04.2012	191	500.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2014	831	750.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2015	1.196	300.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 25, de 4 de agosto de 2011, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 22.09.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 23.09.2011;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
LTN	100000	01.04.2012	191	100.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2014	831	150.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2015	1.196	60.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 654, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 22.09.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 23.09.2011;

V - data da liquidação financeira: 23.09.2011;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
NTN-F	950199	01.01.2017	10,0%	1.927	50.000	1.000,000000	Público
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	3.388	50.000	1.000,000000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 25, de 4 de agosto de 2011, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 22.09.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 23.09.2011;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
NTN-F	950199	01.01.2017	10,0%	1.927	10.000	1.000,000000
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	3.388	10.000	1.000,000000

§ 1º. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

§ 2º. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 657, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, resolve:

Art. 1° Divulgar os valores nominais atualizados (VNA) e juros para os seguintes títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - DPMFI, decorrentes de dívidas securitizadas:

ATIVO	DATA DE ANIVERSÁRIO	VNA E JUROS NA DATA DE ANIVERSÁRIO EM R$
BNCC920116	16/9/2011	46,263828
CVSA970101	1/9/2011	2.155,81
CVSB970101	1/9/2011	1.711,56
CVSC970101	1/9/2011	2.155,81
CVSD970101	1/9/2011	1.711,56
ESTA980625	25/8/2011	186,57
ESTB980601	1/9/2011	325,20
ESTF980615	15/9/2011	586,19
ESTI980815	15/9/2011	1.132,95
JUST920116	16/9/2011	46,262711
NUCL910801	30/9/2011	101,249996
SOTV911001	30/9/2011	75,481939
SOTV910901	1/9/2011	124,614226
SOTV911114	14/9/2011	72,804489
SOTV920116	16/9/2011	46,263828
SUMA920199	16/9/2011	46,263828

Art. 2º Os valores nominais atualizados (VNA) e juros elencados no artigo anterior referem-se à ocorrência da última data de aniversário dos respectivos títulos.

Art. 3º Os valores nominais atualizados (VNA) das seguintes Notas do Tesouro Nacional - NTN, das Letras Financeiras do Tesouro - LFT e dos Certificados do Tesouro Nacional - CFT, para o dia de referência em setembro de 2011, são os seguintes:

TÍTULO	DATA DE REFERÊNCIA	EMISSÃO	BASE	VENCIMENTO	VNA
CDP	1/9/2011	21/9/2000		21/9/2030	875,56
CDP	1/9/2011	17/2/2000		17/2/2030	889,38
CDP	1/9/2011	18/11/1999		18/11/2029	894,74
CDP	1/9/2011	23/9/1999		23/9/2029	931,18
CDP	1/9/2011	18/6/1999		18/6/2029	948,60
CDP	1/9/2011	22/4/1999		22/4/2029	948,32
CDP	1/9/2011	29/12/1998		29/12/2028	980,23
CDP	1/9/2011	17/12/1998		17/12/2028	986,99
CDP	1/9/2011	15/10/1998		15/10/2028	985,86
CDP	1/9/2011	20/8/1998		20/8/2028	1.010,45
CDP	1/9/2011	19/3/1998		19/3/2028	1.074,19
CDP	1/9/2011	22/3/2001		22/3/2031	870,85
CDP	1/9/2011	17/5/2001		17/5/2031	871,65
CDP	1/9/2011	28/3/2002		28/3/2032	879,58
CDP	1/9/2011	16/8/2001		16/8/2031	868,45
CFT-A1	1/9/2011	15/1/2000		diversos	2.591,56
CFT-A1	1/9/2011	15/9/1999		diversos	2.781,03
CFT-A1	1/9/2011	15/9/1998		15/9/2028	3.132,46
CFT-A4	1/9/2011	15/7/2000		diversos	2.512,07
CFT-A4	1/9/2011	15/12/1999		diversos	2.623,49
CFT-A5	1/9/2011	15/9/2001	15/7/2000	15/9/2024	1.827,64
CFT-A5	1/9/2011	15/4/2000		15/1/2016	1.269,98
CFT-B	1/9/2011	1/1/2006		1/1/2036	1,076236
CFT-B	1/9/2011	1/1/2005		1/1/2035	1,106732
CFT-B	1/9/2011	1/1/2004		1/1/2034	1,126857
CFT-B	1/9/2011	1/1/2003		1/1/2033	1,179240
CFT-B	1/9/2011	1/1/2002	1/7/2000	1/1/2032	1,212289
CFT-B	1/9/2011	1/1/2001		1/1/2031	1,239993
CFT-B	1/9/2011	1/1/2000		1/1/2030	1,265987
CFT-B	1/9/2011	1/12/1999		1/12/2029	1,269782
CFT-B	1/9/2011	1/11/1999		1/11/2029	1,272319
CFT-B	1/9/2011	1/10/1999		1/10/2029	1,275201
CFT-B	1/9/2011	1/8/1999		1/8/2029	1,282429
CFT-B	1/9/2011	1/6/1999		1/6/2029	1,290188
CFT-B	1/9/2011	1/1/1999		1/1/2029	1,338522
CFT-B	1/9/2011	1/11/1998		1/11/2028	1,356747
CFT-B	1/9/2011	1/1/1998		1/1/2028	1,442845
CFT-B	1/9/2011	1/12/1997		1/12/2027	1,461725
CFT-B	1/9/2011	1/1/1997		1/1/2027	1,584027
CFT-D1	1/9/2011	19/4/2002	1/7/2000	1/5/2031	881,78
CFT-D5	1/9/2011	15/4/2000		15/1/2016	442,25
CFT-E	1/9/2011	diversos	1/7/2000	diversos	2,535948
CFT-E	1/9/2011	1/10/2003	1/7/2000	1/10/2016	1.367,74
CFT-E	1/9/2011	1/9/2003	1/7/2000	1/9/2016	1.381,64
CFT-E	1/9/2011	1/8/2002	1/7/2000	1/8/2012	2.535,95
CFT-E	1/9/2011	1/6/2001		1/6/2031	2,303078
CFT-E	1/9/2011	1/4/2001		1/4/2031	2,346192
CFT-E	1/9/2011	1/12/2000		1/12/2030	2,394503
CFT-E5	1/9/2011	1/6/2002	1/7/2000	1/3/2022	1.698,18
CTN	1/9/2011	1/8/2004		1/8/2024	338,40
CTN	1/9/2011	1/7/2004		1/7/2024	346,09
CTN	1/9/2011	1/6/2004		1/6/2024	354,18
CTN	1/9/2011	1/4/2004		1/4/2024	370,08
CTN	1/9/2011	1/3/2004		1/3/2024	377,82
CTN	1/9/2011	1/2/2004		1/2/2024	384,05
CTN	1/9/2011	1/9/2003		1/9/2023	417,09
CTN	1/9/2011	1/8/2003		1/8/2023	422,65
CTN	1/9/2011	1/7/2003		1/7/2023	424,88
CTN	1/9/2011	1/6/2003		1/6/2023	424,62
CTN	1/9/2011	1/5/2003		1/5/2023	427,51
CTN	1/9/2011	1/4/2003		1/4/2023	435,55
CTN	1/9/2011	1/3/2003		1/3/2023	446,43
CTN	1/9/2011	1/2/2003		1/2/2023	460,96
CTN	1/9/2011	1/1/2003		1/1/2023	476,17
CTN	1/9/2011	1/12/2002		1/12/2022	498,71
CTN	1/9/2011	1/11/2002		1/11/2022	529,57
CTN	1/9/2011	1/10/2002		1/10/2022	555,31
CTN	1/9/2011	1/9/2002		1/9/2022	574,02
CTN	1/9/2011	1/8/2002		1/8/2022	592,91
CTN	1/9/2011	1/7/2002		1/7/2022	610,22
CTN	1/9/2011	1/6/2002		1/6/2022	625,51
CTN	1/9/2011	1/5/2002		1/5/2022	636,67
CTN	1/9/2011	1/4/2002		1/4/2022	646,29
CTN	1/9/2011	1/3/2002		1/3/2022	653,03
CTN	1/9/2011	1/2/2002		1/2/2022	659,63
CTN	1/9/2011	1/1/2002		1/1/2022	668,28
CTN	1/9/2011	1/12/2001		1/12/2021	676,12
CTN	1/9/2011	1/11/2001		1/11/2021	690,04
CTN	1/9/2011	1/10/2001		1/10/2021	704,80
CTN	1/9/2011	1/9/2001		1/9/2021	713,67
CTN	1/9/2011	1/8/2001		1/8/2021	730,41
CTN	1/9/2011	1/7/2001		1/7/2021	748,29
CTN	1/9/2011	1/6/2001		1/6/2021	762,80
CTN	1/9/2011	1/5/2001		1/5/2021	776,68
CTN	1/9/2011	1/4/2001		1/4/2021	791,91
CTN	1/9/2011	1/3/2001		1/3/2021	803,93
CTN	1/9/2011	1/2/2001		1/2/2021	813,38
CTN	1/9/2011	1/1/2001		1/1/2021	826,22
CTN	1/9/2011	1/12/2000		1/12/2020	839,32
CTN	1/9/2011	1/11/2000		1/11/2020	849,73
CTN	1/9/2011	1/10/2000		1/10/2020	861,07
CTN	1/9/2011	1/9/2000		1/9/2020	879,30
CTN	1/9/2011	1/8/2000		1/8/2020	908,84
CTN	1/9/2011	1/7/2000		1/7/2020	931,88
CTN	1/9/2011	1/6/2000		1/6/2020	948,77
CTN	1/9/2011	1/5/2000		1/5/2020	960,69
CTN	1/9/2011	1/4/2000		1/4/2020	972,05
CTN	1/9/2011	1/3/2000		1/3/2020	982,79
CTN	1/9/2011	1/2/2000		1/2/2020	995,61
CTN	1/9/2011	1/1/2000		1/1/2020	1.017,49
CTN	1/9/2011	1/12/1999		1/12/2019	1.045,70
CTN	1/9/2011	1/11/1999		1/11/2019	1.080,80
CTN	1/9/2011	1/10/1999		1/10/2019	1.109,66
CTN	1/9/2011	1/9/1999		1/9/2019	1.136,39
CTN	1/9/2011	1/8/1999		1/8/2019	1.165,06
CTN	1/9/2011	1/7/1999		1/7/2019	1.194,33
CTN	1/9/2011	1/6/1999		1/6/2019	1.210,00
CTN	1/9/2011	1/5/1999		1/5/2019	1.217,98
CTN	1/9/2011	1/4/1999		1/4/2019	1.238,29
CTN	1/9/2011	1/3/1999		1/3/2019	1.285,45
CTN	1/9/2011	1/2/1999		1/2/2019	1.344,52
CTN	1/9/2011	1/1/1999		1/1/2019	1.368,64
CTN	1/9/2011	1/12/1998		1/12/2018	1.387,85
CTN	1/9/2011	1/11/1998		1/11/2018	1.396,55
CTN	1/9/2011	1/10/1998		1/10/2018	1.410,90
CTN	1/9/2011	1/9/1998		1/9/2018	1.423,08
CTN	1/9/2011	1/8/1998		1/8/2018	1.434,38
CTN	1/9/2011	1/7/1998		1/7/2018	1.445,55
CTN	1/9/2011	1/6/1998		1/6/2018	1.464,85
CTN	1/9/2011	1/5/1998		1/5/2018	1.480,76
BTNBIB	1/9/2011	diversos		diversos	1,560500
LFT	1/9/2011	diversos	1/7/2000	diversos	4.846,116117
LFT-A	1/9/2011	20/6/2000		20/6/2015	1.286,483683
LFT-A	1/9/2011	4/5/2000		4/5/2015	1.287,202540
LFT-A	1/9/2011	22/12/1999		22/12/2014	1.219,916889
LFT-A	1/9/2011	1/12/1999		1/12/2014	1.201,969558
LFT-A	1/9/2011	25/8/1999		25/8/2014	1.162,444481
LFT-A	1/9/2011	2/8/1999		2/8/2014	1.176,715195
LFT-A	1/9/2011	5/5/1999		5/5/2014	1.135,711041
LFT-A	1/9/2011	29/3/1999		29/3/2014	1.099,286833
LFT-A	1/9/2011	18/3/1999		18/3/2014	1.110,593622
LFT-A	1/9/2011	18/2/1999		18/2/2014	1.105,141363
LFT-A	1/9/2011	22/1/1999		22/1/2014	1.091,564663
LFT-A	1/9/2011	13/1/1999		13/1/2014	1.099,851034
LFT-A	1/9/2011	25/11/1998		25/11/2013	1.061,471780
LFT-A	1/9/2011	21/10/1998		21/10/2013	1.056,160838
LFT-A	1/9/2011	27/8/1998		27/8/2013	1.019,661516
LFT-A	1/9/2011	19/8/1998		19/8/2013	1.023,989164
LFT-A	1/9/2011	25/6/1998		25/6/2013	966,027161
LFT-A	1/9/2011	28/5/1998		28/5/2013	935,751473
LFT-B	1/9/2011	diversos	1/7/2000	diversos	4.846,116117
NTN-A1	1/9/2011	15/9/2000		15/9/2013	166,665964
NTN-A1	1/9/2011	15/11/2000		15/9/2013	157,030012
NTN-A1	1/9/2011	15/5/2000		15/9/2013	161,048750
NTN-A1	1/9/2011	15/1/2000		15/9/2013	157,573497
NTN-A3	1/9/2011	10/12/1997		15/4/2024	1.427,081460
NTN-A6	1/9/2011	15/10/2000		15/4/2014	241,793391
NTN-B	15/9/2011	diversos	15/7/2000	diversos	2.066,839256
NTN-C	1/9/2011	diversos	1/7/2000	diversos	2.535,949277
NTN-I	1/9/2011	diversos	1/7/2000	diversos	0,881777
NTN-I	1/9/2011	15/2/2001		diversos	0,797828
NTN-I	1/9/2011	15/11/2000		diversos	0,816418
NTN-I	1/9/2011	15/10/2000		diversos	0,845875
NTN-I	1/9/2011	15/9/2000		diversos	0,866517
NTN-I	1/9/2011	15/10/1999		diversos	0,807817
NTN-I	1/9/2011	15/9/1999		diversos	0,838767
NTN-I	1/9/2011	15/7/1999		diversos	0,876470
NTN-I	1/9/2011	15/5/1999		diversos	0,957875
NTN-I	1/9/2011	15/4/1999		diversos	0,957586
NTN-I	1/9/2011	15/3/1999		diversos	0,833132
NTN-I	1/9/2011	15/2/1999		diversos	0,836072
NTN-I	1/9/2011	15/11/1998		diversos	1,332102
NTN-I	1/9/2011	15/10/1998		diversos	1,335127
NTN-I	1/9/2011	15/9/1998		diversos	1,344742
NTN-I	1/9/2011	15/8/1998		diversos	1,354728
NTN-I	1/9/2011	15/6/1998		diversos	1,373842
NTN-I	1/9/2011	15/5/1998		diversos	1,383421
NTN-I	1/9/2011	15/4/1998		diversos	1,391792
NTN-I	1/9/2011	15/2/1998		diversos	1,407591
NTN-I	1/9/2011	15/1/1998		diversos	1,418409
NTN-I	1/9/2011	15/11/1997		diversos	1,432232
NTN-I	1/9/2011	15/10/1997		diversos	1,444484
NTN-I	1/9/2011	15/9/1997		diversos	1,452814
NTN-I	1/9/2011	15/8/1997		diversos	1,460972
NTN-I	1/9/2011	15/7/1997		diversos	1,468813
NTN-I	1/9/2011	15/6/1997		diversos	1,477152
NTN-I	1/9/2011	15/5/1997		diversos	1,485724
NTN-I	1/9/2011	15/3/1997		diversos	1,503884
NTN-P	1/9/2011	1/1/2011		1/1/2027	1,008841
NTN-P	1/9/2011	1/1/2009		1/1/2025	1,022992
NTN-P	1/9/2011	1/1/2008		1/1/2024	1,039716

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NTN-P	1/9/2011	1/1/2006	1/1/2022	1,076236
NTN-P	1/9/2011	1/1/2005	1/1/2021	1,106732
NTN-P	1/9/2011	1/1/2004	1/1/2020	1,126857
NTN-P	21/9/2011	21/3/2003	21/3/2018	1,164872
NTN-P	19/9/2011	19/4/2002	19/4/2017	1,204762
NTN-P	4/9/2011	4/12/2001	4/12/2016	1,214144
NTN-P	15/9/2011	15/2/2001	15/2/2016	1,239500
NTN-P	28/9/2011	28/12/2000	28/12/2015	1,241344
NTN-P	28/9/2011	28/9/2000	28/9/2015	1,245857
NTN-P	16/9/2011	16/6/2000	16/6/2015	1,253806
NTN-P	28/9/2011	28/12/1999	28/12/2014	1,268179
NTN-P	17/9/2011	17/11/1999	17/11/2014	1,273624
NTN-P	9/9/2011	9/7/1999	9/7/2014	1,280837
NTN-P	15/9/2011	15/6/1999	15/6/2014	1,290607
NTN-P	1/9/2011	1/6/1999	diversos	1,290188
NTN-P	24/9/2011	24/5/1999	24/5/2014	1,289086
NTN-P	26/9/2011	26/4/1999	26/4/2014	1,297916
NTN-P	6/9/2011	6/1/1999	6/1/2014	1,334693
NTN-P	10/9/2011	10/12/1998	10/12/2013	1,338580
NTN-P	28/9/2011	28/10/1998	28/10/2013	1,358044
NTN-P	22/9/2011	22/7/1998	22/7/2013	1,383153
NTN-P	2/9/2011	2/3/1998	2/3/2013	1,415550
NTN-P	27/9/2011	27/1/1998	27/1/2013	1,430600
NTN-P	9/9/2011	9/7/1997	9/7/2012	1,510557
NTN-P	26/9/2011	26/2/1997	26/2/2012	1,550438
NTN-P	6/9/2011	6/1/1997	6/1/2012	1,577309

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS

RESOLUÇÃO Nº 65, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 do Decreto Presidencial nº 7.472, de 4 de maio de 2011, e nos termos do art. 1º, inciso V, do Anexo I da Portaria nº 373, de 20 de maio de 2011; e do caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional,

Considerando que a Empresa PROMETAL CARAJÁS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.430.490/0001-58, teve seu projeto originalmente aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam nº 6.365, de 12 de dezembro de 1986, no âmbito da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, com o objetivo de implantar um empreendimento voltado à atividade de produção de ferro liga de manganês, no Município de Parauapebas, no Estado do Pará, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando que, em face da não opção tempestiva à sistemática de incentivos instituída pela Lei n° 8.167, de 16 de janeiro de 1991, a Empresa teve seus benefícios cancelados pela Resolução n° 21, de 11 de novembro de 2005;

Considerando que, posteriormente ao cancelamento, no Processo Administrativo Apuratório instaurado foram constatadas as irregularidades consubstanciadas no abandono do projeto, com a conseqüente deterioração das inversões executadas;

Considerando que a Empresa, seus administradores e, solidariamente, seus acionistas controladores infringiram o caput do artigo 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquadrando-se no art. 12, § 1º, incisos I e II, e no § 7º, bem como no art. 16, inciso I, todos da referida Lei;

Considerando que a Empresa não apresentou defesa escrita e não interpôs recurso administrativo contra a decisão proferida;

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59003.000001/2010-57, restou demonstrado que a conduta da Empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finam, resolve:

RATIFICAR, no tocante à Empresa PROMETAL CARAJÁS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 55.430.490/0001-58, a Resolução nº 21, de 11 de novembro de 2005, posteriormente reformada pela Resolução nº 5 de 11 de dezembro de 2009, para declarar subsistente o desvio na aplicação de recursos concedidos pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam.

HENRIQUE SAMPAIO

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 404, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Crisópolis - BA.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 205, de 06 de setembro de 2011, de Crisópolis, e demais informações constantes no processo nº 59050.001376/2011-50, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas, CODAR: NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 405, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Matinhos - PR.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 469/2011, de 19 de agosto de 2011, de Matinhos, e demais informações constantes no processo nº 59050.001356/2011-89, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de inundações litorâneas provocadas pela brusca invasão do mar, CODAR: NE.HIL - 12.304, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.144, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.024095/2009-16, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, EYON ADAM JOSEPH, de nacionalidade camaronesa, filho de Paul Eyon e de Agnes Marie, nascido em Maiurka, República de Camarões, em 15 de setembro de 1969.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 22 de setembro de 2011

Nº 1.035 - Ref.: PROCESSO nº 08000.013523/2011-99. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Reconsideração. DECISÃO: Pela não admissibilidade do pedido interposto pelo ex-Policial Rodoviário Federal SÉRVIO TÚLIO FREITAS DE ANDRADE, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 146/2011/FB/CAD/CGJUDI/CONJUR-MJ/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 631/2011/GAB/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 1.036 - Ref.: PROCESSO nº 08001.006474/2011-28. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Reconsideração. DECISÃO: Pela não admissibilidade do pedido interposto pelo ex-Policial Rodoviário Federal GABRIEL MELO DE JESUS, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 145/2011/RVP/CAD/CGJUDI/CONJUR-MJ, aprovado pelo Despacho nº 402/2011/CAD/CGJUDI/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2.101 de 13 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2011, Seção 1, página 41, referente ao requerimento de anistia nº 2009.01.64229, formulado por DENISE MARIA DE MORAES SANTANA FON, onde se lê: "DENISE DE MORAES SANTANA FON", leia-se: "DENISE MARIA DE MORAES SANTANA FON".

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

Nº 1.809 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria nº 1.822, de 18 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial de 19 de novembro de 2010, que concedeu naturalização a RUSDANY COLLADO FUENTES, RNE V418972-Q, natural de cuba, nascido em 29 de março de 1980, filho de Rufino Collado Mejias e de Bestina Fuentes Ayala, tendo em vista que por erro material foi publicado em duplicidade o nome do naturalizando em outra Portaria. (08240.01731/2010-53).

Nº 1.810 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria nº 1.306, de 19 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial de 20 de agosto de 2010, que concedeu naturalização a SERGIO SEGRE, W408147-G, natural da Italia, nascido em 25 de março de 1929, filho de Carlo Alberto Segre e de Rosalia Segre, nos termos do § 3º, do artigo 119, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, tendo em vista que o certificado não foi solicitado pelo interessado no prazo de doze meses contados da data de publicação do ato. (08505.066431/2007-44).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 145, de 26 de janeiro de 2004, e nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, combinado com o artigo 116 da Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, com a redação dada pela Lei no 6.964, de 09 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08506.010020/2011-71, resolve:

Nº 1.811 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização a BEN STUART DONALD, natural da Inglaterra, nascido em 3 de abril de 1998, filho de Stuart John Donald e de Annabel Judith Donald, residente no Estado de São Paulo, a fim de que, até 3 de abril de 2018, possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 145, de 26 de janeiro de 2004, resolve:

Nº 1.812 - Reconhecer aos portugueses abaixo nomeados a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos no Brasil, nos termos do artigo 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil

ANTÓNIO FERNANDO PIRES FREIRE - W102757-3, natural de Portugal, nascido em 19 de dezembro de 1959, filho de José Joaquim Martins Freire e de Maria Berta Pires, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.024049/2008-44);

BELA MARIA FIGUEIRA DIAS - W456992-X, natural de Portugal, nascida em 29 de agosto de 1944, filha de Jacinto Fernandes Figueira e de Conceição Andrade Figueira, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.017059/2010-58);

CARLOS MANUEL ALCOBIA MENDES - W639134-P, natural de Portugal, nascido em 11 de julho de 1967, filho de Artur Jose Mendes e de Maria Alice Henriques Alcobia Mendes, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08500.049395/2006-13);

GUILHERME FRANCISCO FERREIRO - W589735-D, natural de Portugal, nascido em 18 de fevereiro de 1954, filho de João Inácio Ferreiro e de Idalina dos Anjos Gomes, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.088672/2009-14);

JOSÉ FILIPE FERRAZ VALENTE - W475691-3, natural de Moçambique, nascido em 4 de abril de 1968, filho de Jorge Gonçalves Valente e de Maria Teresa Garrido Aguilar Ferraz, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08458.006911/2010-64);

MARIA ANGELINA MATOS DE OLIVEIRA RANGEL - W633997-0, natural de Portugal, nascida em 23 de outubro de 1944, filha de Eduardo José Henriques de Oliveira e de Maria Anselmo Matos, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08260.004911/2009-01);

NUNO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA GUIMARÃES - V301196-G, natural de Portugal, nascido em 4 de janeiro de 1975, filho de António José de Sousa Guimarães e de Rosa Maria de Jesus Soares Pereira de Sousa Guimarães, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08018.001144/2011-67) e

RONALDO DE SOUSA FARIAS - W427077-4, natural de Portugal, nascido em 8 de novembro de 1975, filho de Ronaldo de Souza Farias e de Maria Alice Souza de Almeida Farias, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08351.000690/2011-90).

Nº 1.813 - Conceder naturalização, na conformidade do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANNA AGNES SCHULTHEISZ - W529264-P, natural da Hungria, nascida em 1 de dezembro de 1942, filha de Laszlo Schultheisz e de Anna Schultheisz, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.019515/2010-94);

EDWIN GERY MALDONADO SALVATIERRA - Y009445-F, natural da Bolívia, nascido em 12 de maio de 1963, filho de Oscar Maldonado Ballon e de Gaby Salvatierra de Maldonado, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.001049/2010-57);

FELICITA ALVAREZ ROMAN - V087961-K, natural do Paraguai, nascida em 6 de março de 1961, filha de João Cancio Alvarez e de Irene Roman Alvarez, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08335.021738/2010-11);

GUILLERMO MIGUEL MOLLINEDO GEMIO - W408111-0, natural da Bolívia, nascido em 19 de outubro de 1953, filho de Gustavo Mollinedo e de Emma Gemio, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08260.004226/2011-91);

JÁNOS FUZES - V118029-8, natural da Hungria, nascido em 18 de novembro de 1957, filho de Agnes Vajda e de Pal Fuzes, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.021139/2011-89);

KENSEI SIROMA - W481553-T, natural do Japão, nascido em 3 de março de 1927, filho de Taro Siroma e de Kama Siroma, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.016837/2011-62);

LIN YUEH CHANG - Y079709-2, natural da China (Taiwan), nascido em 11 de setembro de 1978, filho de Lin Tsun Shang e de Hwang Bar Er, residente no Estado de São Paulo Processo nº 08505.026725/2011-10);

LIU SHIH CHI - Y087593-0, natural da República Popular da China, nascido em 1 de dezembro de 1954, filho de Liu Fon e de Lo Loi Wei, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.003685/2010-19); e

MARIA CECÍLIA FERREIRA PINTO - Y082296-U, natural do Uruguai, nascida em 6 de dezembro de 1973, filha de Jose Elir Ferreira Sosa e de Maria Delfina Pinto Gamio, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08792.004117/2010-85).

Nº 1.814 - Conceder naturalização, na conformidade do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a:

ADILIA CONCEIÇÃO PIRES - W551819-S, natural de Portugal, nascida em 14 de setembro de 1945, filha de José Manuel Pires e de Adozinda do Nascimento Rodrigues, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.059653/2010-14);

ALDO CÉSAR BIANCHINI - W130549-2, natural da Argentina, nascido em 5 de dezembro de 1945, filho de Aldo César Augusto Bianchini e de Cecilia Alonso, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.071098/2009-57);

CHEN WEI TAO - Y000892-Z, natural da República Popular da China, nascido em 8 de abril de 1972, filho de Chen Hua Ming e de Lin Yu Xiao, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08514.010608/2010-44);

GUIDO ARIEL MONZON - W122240-S, natural da Argentina, nascido em 17 de agosto de 1975, filho de Alberto Fortunato Monzon e de Cora Noemi Nuñez de Monzon, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.028990/2009-18);

MARTHA VICTORIA BENAVIDES DE ARAUJO - W009566-J, natural do Equador, nascida em 28 de março de 1955, filha de Carlos Benavides e de Ines Paez, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.025998/2011-29);

NERIN CLEDI OLIVERA NUNEZ - Y048531-3, natural do Uruguai, nascido em 25 de dezembro de 1945, filho de Hilario Olivera e de Aracy Nunez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08432.003576/2010-31);

SÉRGIO LEONARDO FERREIRA JOÃO - W539264-J, natural do Uruguai, nascido em 9 de março de 1968, filho de Francisco Augusto João e de Maria Laura Ferreira João, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08792.000557/2008-49);

VILEIDE ORDONES GUARI - V083780-7, natural da Bolívia, nascida em 22 de setembro de 1945, filha de Ricardo Ordones e de Zoraida Guari, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 08475.015857/2010-30); e

WARDE BADIH BADIH RAFOUL EL KHOURY - V136302-E, natural do Líbano, nascida em 1 de junho de 1954, filha de Badih Rafoul El Khoury e de Markina Elias Awad, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.011190/2011-82).

Nº 1.815 - Conceder naturalização, na conformidade do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, a:

CHEN CHUNG HSIN - Y088824-1, natural da República Popular da China, nascido em 16 de março de 1944, filho de Chen Gin Li e de Chen Chung Tsau Tzu, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.016920/2010-21);

DUNIA ROSARIO GUTIERREZ CAMACHO - Y090441-E, natural da Bolívia, nascida em 10 de março de 1965, filha de Walter Gutierrez Vargas e de Adriana Camacho Rodriguez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.019612/2010-87);

GALINA BORISSEVITCH - V156148-N, natural da União Soviética, nascida em 4 de maio de 1945, filha de Piotr Mikheev e de Anna Tarassova, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.016925/2010-53);

HYO SOOK PARK - W602574-D, natural da Coréia do Sul, nascida em 3 de maio de 1961, filha de Chan Gweon Park e de Mal Soon Park, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.013623/2009-23);

JOSÉ VERDÉS BALSEBRE - W313541-1, natural da Espanha, nascido em 6 de julho de 1964, filho de Felipe Verdés Marti e de Josefa Balsebre Prats, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.016109/2010-83);

LEANDRO SEBASTIÁN MOTTA - W663150-2, natural da Argentina, nascido em 28 de abril de 1974, filho de Juan Antonio Motta e de Rosa Silvia Groisman de Motta, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08444.003871/2010-58);

MARIA CECILIA DORADO QUIROGA - V140043-0, natural da Bolívia, nascida em 14 de dezembro de 1982, filha de Miguel Dorado e de Marleny Quiroga Campos de Moraes, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08335.009632/2011-20);

MOON RAPHAELLE FREIDINGER PEREIRA DA SILVA - W551451-B, natural da Coréia do Sul, nascida em 27 de fevereiro de 1972, filha de Jean François Freidinger e de Marie Christine Ziegler Freidinger, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.024770/2009-89); e

ROSA ESTRADA DE SOUZA - V084295-9, natural da Bolívia, nascida em 30 de agosto de 1964, filha de Luis Estrada Huaman e de Esther Seyo Pesso, residente no Estado do Acre (Processo nº 08220.009362/2009-20).

Nº 1.816 - INDEFERIR o pedido de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis requerido por FRANCISCO JOSÉ TRAVESSA TRINDADE, de nacionalidade Portuguesa, nascido em 13 de abril de 1960, filho de Florival Álvaro Trindade e de Maria de Lurdes Travessa, por falta de amparo legal (Processo nº 082030.002025/2009-92).

LUIZ PAULO BARRETO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 373ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2011

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala de reuniões do Ministério Público, na cidade de São Paulo/SP. Estiveram presentes o Presidente, Dr. Geder Luiz Rocha Gomes, 1ª Vice-Presidente, Herbert José de Almeida Carneiro, 2ª Vice-Presidente, Valdirene Daufemback e os Conselheiros Adeildo Nunes, Alvino Augusto de Sá, Christine Kampmann Bittencourt, Erivaldo Ribeiro dos Santos, Fernando Braga Viggiano, Gisela Maria Bester, Luiz Guilherme Mendes Paiva, Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes, Renato Flávio Marcão, Rodrigo Duque Estrada, Augusto Eduardo de Sousa Rossini.Estiveram também presentes os seguintes participantes externos: Lucimara C. Rossini, Michael Mary Nolan - CEPCP, CONDEP, ITTC, Heidi Cerneka - Pastoral Carcerária Nacional, Conselho da Comunidade, Helena Romanach - Inst. Sou da Paz, Benjamim R. Toless - Ass. de Imprensa MP/SP- Vander Fagundes - Assessoria Comunitária MP/SP, Miguel Elias Daffan - Cap. PM. Chefe da APMPGJ, Alexandre Cabana - DISPP/DEPEN, Francisco Estella Junior - Subprocurador-Geral de R. Externas - SP, Fábio R. Behara - Promotor de Justiça e Ass. do PGJSP, Marcio Fernando Elias Ropa - SubProcurador-Geral de Justiça - SP; Sérgio Salomão Shecaira Ex-presidente do CNPCP . Justificaram ausência os Conselheiros Airton Aloísio Michels, Carlos Eduardo Japiássu e José Laurindo de Sousa Netto. O Presidente do Conselho deu inicio à reunião ressaltando o prazer que é estar no Estado de São Paulo, que traz ao Conselho a preocupação de discutir não só o Sistema Penitenciário em geral, mas principalmente, o Sistema Prisional. E, na condição de membro do Ministério Público do Estado da Bahia, expôs sua satisfação em realizar esta reunião no Ministério Público do Estado de São Paulo, ressaltando que há outras pessoas do Ministério Público em posições estratégicas nessa área. É o caso do Dr. Augusto Rossini, que hoje dirige o Departamento Penitenciário Nacional- DEPEN- e que irá integrar este colegiado. Em ato contínuo, agradeceu ao Ministério Público do Estado de São Paulo na pessoa do Dr. Fernando Umbrella, pela acolhida. Elogiou a infra-estrutura suficiente para que se possa realizar os trabalhos deste Conselho. Passou-se a palavra ao Procurador Geral de Justiça - Dr. Fenando Umbrella - que falou sobre o trabalhado conduzido pelo Dr. Augusto Eduardo Rossini no Centro de Apoio Criminal. Nesse local, trabalharam juntos durante dois anos, e por ele foi idealizado a Promotoria Comunitária e o Salão do Gabinete, ambos na década de noventa. Foi um modelo inovador de atuação. Encerrando sua fala, disse que recentemente, esse modelo foi objeto de premiação - o Prêmio Innovare. Em ato contínuo, o Presidente do Conselho realizou o empossamento do novo Conselheiro - Dr. Augusto Eduardo Rossini. Passou-se a palavra ao empossado para que ele se manifestasse. Ele iniciou seu discurso de posse assumindo o compromisso de não votar nas deliberações. Isso, por entender que o regimento deste Conselho deveria ter o diretor do DEPEN não como um membro apenas, mas ter uma cadeira, ter direito a voz e sem voto. Defendeu ser paradoxal o fato de se fazer políticas que ele mesmo irá editar. Assumindo e solicitando o seguinte compromisso que todo Diretor do DEPEN que fosse designado pelo Ministro para compor este Conselho, quando abrir mão de seu cargo de Diretor do DEPEN, pudesse também abrir mão também do seu cargo de Conselheiro. Em ato contínuo, o Presidente do Conselho procedeu também à recondução do Dr. Rodrigo Duque Estrada Roig Soares, que é Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Passou-se a palavra para que ele se manifestasse. Com um breve discurso, agradeceu a todos se colocando a disposição para o que for necessário para desenvolvimento deste Conselho. Em seguida, o Presidente do Conselho falou a respeito da identidade deste Conselho, que é um órgão com mais de trinta anos de existência, responsável por editar a Política Criminal e Penitenciária do país. Procurou propor essa política que nem sempre é executada pelos Estados. Ressaltou a importância de se estar de "braços dados" com a Constituição. As Resoluções devem nortear toda uma política que merece ser aplicada, dentro do possível. Enfatizou que a composição do Conselho é bastante híbrida, possui a participação de representantes de quase todo o país. E, dando continuidade a sua fala, fez um breve histórico sobre as portarias de número novecentos e trinta e um e novecentos e trinta e dois, de maio de dois mil e onze da lavra do Ministro da Justiça. Afirmou que essas portarias são extremamente importantes para este Conselho, pois havia conflitos de atribuições nas Portarias. Após tomar conhecimento do caso, entrou em contato com o Secretário Executivo e com o Chefe de Gabinete do Ministro, e ambos disseram não ter conhecimento de imediato do que se tratava. Após os contatos, recebeu uma ligação da Assessora do Ministro, dizendo que a ação foi feita da área de assessoria, mas em nenhum momento havia intenção de usurpar as funções do Conselho, ressaltou que é uma formação interministerial, mas de caráter Executivo. Para pensar a transversalidade destas ações - ditadas pelas Resoluções deste Conselho - e para materializar estas ações e tentar dar um maior dinamismo, é que se pensou nessa comissão interministerial. Existem questões temáticas em um e outro Ministério, que não saem do papel por não haver um órgão que pudesse trabalhar melhor esta ação. Perante esse impasse, o Presidente do Conselho convidou a assessora para participar da próxima reunião do CNPCP. Porém, uma vez que ela não poderia estar presente, seria representada pelo Conselheiro Rossini, que por sua vez, disse ter tido conhecimento desse assunto por meio de um e-mail enviado pelo DEPEN. Porém, não possui conhecimento para falar exatamente sobre o fato, já que não conseguiu ter acesso a esse expediente. Tendo em vista a falta de participação de órgãos que ditam e executam a política nacional. Solicitou que os coordenadores sejam órgãos próprios do Ministério da Justiça, por meio do CNPCP e do DEPEN. Ficou acordado que será enviado um ofício ao Ministro, que será feito pelas Conselheiras Gisela e Valdirene. Em ato contínuo, o Dr. Cabana realizou o seguinte informe: O Ministério do Planejamento tecnicamente negou o pedido do CNPCP de Descontingenciamento. Em seguida, o Presidente do Conselho realizou a recondução do Dr. Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes, colocando em seguida a votação da Ata de número trezentos e setenta e um, que foi aprovada por unanimidade. Abriu-se espaço para as comunicações e proposições. Passou-se a palavra para o Conselheiro Herbert, que noticiou sua participação na reunião do Conselho Nacional de Justiça, pelo qual foi aprovada a recomendação sobre as Medidas de Segurança, fruto da Resolução de número quatro de dois mil e dez, deste Conselho. Em ato contínuo, o Conselheiro Erivaldo comunicou a respeito da decisão do Ministério do Planejamento, informando que já havia sido firmado um compromisso com o Governo de encaminhamento desse Projeto de Lei. Em seguida, a Conselheira Gisela comunicou que no dia dezesseis do mês de maio, em companhia da Conselheira Valdirene, foram inspecionar o Conjunto Cultural de Serrinha, na Bahia. Trata-se de uma unidade em regime de congestão, a partir de uma densa denúncia realizada pela Pastoral Carcerária, que anteriormente havia realizado uma inspeção neste presídio. Tal relatório estará pronto na próxima reunião. Em ato contínuo, a Conselheira Christine comunicou que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, pede a revogação da Resolução de número 01/99, para regulamentar as visitas homoafetivas. Em ato contínuo, o Presidente do Conselho comunicou a respeito da reunião que teve com o Ministro Luiz Paulo, em que ficou acordado que passagens e diárias viriam de sua área especifica, e que o Conselho continuaria normal. Em resposta ao Presidente, o Conselheiro Rossini falou que o DEPEN adimplirá, mas que os recursos têm que vir e não fazer parte da conta. Ficou acordado que será agendado uma reunião com o Ministro Luiz Paulo, que contará com a participação do Conselheiro Rossini. Em ato contínuo, o Conselheiro Rossini comunicou que esteve no Estado do Paraná participando da Audiência Pública, solicitada pala Secretaria de Justiça do Estado do Paraná. Essa audiência teve como propósito ouvir as quatro principais empresas que fazem Monitoramento Eletrônico no Brasil, com o objetivo de se firmar um posicionamento. Quanto a ter um único edital na contratação destas empresas, foi formada uma comissão técnica, vinculada ao gabinete dela, que vai acolher as sugestões, não só da sociedade civil, mas também pelas empresas para formar um parecer. Solicitou-se que tal parecer viesse também para o CNPCP, e informou que a SAL está em franca discussão interna, com relação à regulamentação por decreto do Monitoramento Eletrônico. Foi proposto que seria conveniente que a SAL pensasse em um único Decreto, para o Código de Processo Penal que abordasse o Monitoramento Eletrônico, a via da Cautelar do Preso Provisório, a Monitoração do Preso em Regime Aberto e na Saída Temporária. E após entendimento entre os Conselheiros ficou decido que será enviado um ofício para o Dr. Marivaldo, sobre a participação do CNPCP nas discussões relativas ao Monitoramento Eletrônico. Convidou para a próxima reunião o Dr. Patrik, para participar da discussão do relatório de pesquisa sobre a Saúde no Estabelecimento Penal e o Dr. Luciano Losekan, como Coordenador do Grupo de Trabalho do CNJ. Em ato contínuo, o Conselheiro Rodrigo convidou a Dra. Heloisa Dário e a Dra. Fabiana para integrarem a próxima reunião para explicarem sobre o novo Sistema Nacional de Alternativas Penais. Em seguida, o Conselheiro Luiz Guilherme comunicou que irá representar o CNPCP, em uma subcomissão criada pelo o CCJ, para discutir a Proporcionalidade das Penas na Parte Especial do Código Penal. Logo após, a Conselheira Valdirene comunicou que a reunião da Comissão do Prêmio de Boas Práticas ocorrerá na próxima reunião, em Brasília, no final do segundo dia de reunião. Passou-se a palavra ao Ex-Presidente Sérgio Salomão Shecaira, que iniciou sua fala cumprimentando a todos os Conselheiros e disse que, mesmo de longe, está acompanhando as tarefas executadas pelo CNPCP. Parabenizou o trabalho que vem sendo realizado pelo Conselho, e expôs sua imensa alegria em estar novamente sentado à mesa deste Conselho, e encerrou sua fala dizendo que sua presença se deu unicamente para cumprimentar e acompanhar o trabalho dos ilustres Conselheiros. Em ato contínuo, o Dr. Cabana iniciou sua fala fazendo uma consideração a respeito do pedido de Crédito Adicional onze mil quatrocentos e trinta um, no valor de seiscentos milhões de reais. O Ministério do Planejamento negou o pedido do Conselho,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

sem dar maiores explicações. Em ato contínuo, a palavra foi dada à Dra. Helena Romanach, que coordena a área de Justiça Criminal do Instituto Sou da Paz. Desempenha um trabalho de acompanhamento Legislativo, informando que acompanham mais de oitocentos Projetos de Lei, que alteram o Código Penal e a Execução Penal. Finalizando sua fala comunicando que se têm muitos Projetos de Leis ruins na área de Processo Penal e solicitou a ajuda do Conselho para tentar fazer evitar ou avançar projetos que considerem favoráveis. Em ato contínuo, a palavra foi dada a Dra. Heidi Cerneka, da Coordenação Nacional da Pastoral Carcerária, que iniciou sua fala ressaltando a importância que tem este Conselho, e o trabalho que por ele é desempenhado, que proporciona credibilidade e um olhar diferente. Em ato contínuo, o Presidente do Conselho agradeceu a participação dos convidados e passou a palavra. Abriu-se espaço à apresentação do relatório de visita de inspeção no Estado de Amazonas que fora realizado pelas Conselheiras Valdirene Daufemback e Christine Kampmann. Tal relatório foi apresentado pela Conselheira Christine, que comunicou que foram muito bem recebidos pela Secretaria de Justiça, e o Estado se mostrou empenhado em buscar soluções aos problemas identificados, e o Estado está á quinze anos sem realizar Concurso Público para Agentes Penitenciários e somente a Pastoral Carcerária que visita os Presídios, quanto ao Instituto Penal de Antonio Trindade, de Presos Provisórios, o estabelecimento é terceirizado, não há problemas de super lotação, os principais problemas apresentados foram por parte dos contratos Terceirizados, dos banheiros que foram construídos diante da porta de entrada da cela sem nenhum tipo de privacidade, os sentenciados sempre são algemados ao saírem das celas, até mesmo para ir ao médico, mesmo sem oferecer perigo eminente. Complexo Penitenicário Anízio Jobim, Semi aberto e Fechado, também terceirizado, que apresentou problemas de super lotação, há problemas quanto a questão contratual, poucas pessoas estudam, embora há o problema de vagas a gestão consegue manter o ambiente de respeito e trabalho, quanto a Penitenciária Feminina e a Cadeia Pública Feminina de Manaus, que são juntas juridicamente, mas separadas fisicamente, a penitenciária Feminina está em perfeito funcionamento, é um exemplo, já a Cadeia Pública Feminina em sua maioria de Presas Provisórias, está em situação precária, sem nenhuma condição estrutural, foi feito uma adaptação para acomodar as internas, já que a Penitenciária estava lotada, noticiando este fato como sendo uma das piores situações encontradas em Presídios Femininos, há casos de presas Provisórias com dois anos sem sentença. A Conselheira Valdirene comunicou que se reuniram com o Conselho Penitenciário, com os Defensores Públicos, na Vara de Execução Penal e na Vara de Penas e Medidas Alternativas, a Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Ramos, sofre problemas de super lotação, péssima estrutura, condições sub humanas de higiene, trezentos e sessenta e cinco presos com os prazos excedidos, quanto ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, está funcionando perfeitamente e possui uma boa estrutura. Sendo que tal relatório foi submetido às discussões e apreciações dos demais membros deste Conselho, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a Conselheira Gisela sugeriu que se inclua no formulário do Conselho se a unidade foi construída com os aporte e recursos do DEPEN / FUNPEN, e assinatura do responsável pela unidade. Sobre as recomendações, a Conselheira propôs providências imediatas em relação aos vasos sanitários na frente da cela sem nenhuma privacidade. Em ato contínuo, o Conselheiro Erivaldo comunicou que, exceto a Pastoral Carcerária, nenhum órgão da Execução Penal faz inspeção em presídios. Propôs que haja uma representação na Corregedoria Nacional de Justiça, por não ter como a corregedoria tomar conhecimento destes fatos, senão por meio de uma representação oficial vinda do CNPCP para a Corregedoria Nacional de Justiça. Solicitou também, que seja encaminhada uma representação para a Corregedoria do CNMP, por entender que não há outra forma de acompanhar e cobrar o problema gravíssimo dos Presos Provisórios. Sugeriu que no relatório, esteja destacada a falha do Poder Judiciário em relação ao acompanhamento das prisões, e propôs também um retorno ao Estado de Amazonas, para que os Juízes saibam que isto foi apurado no relatório, havendo um retorno para ver se aqueles mesmos presos continuam sem julgamento. Em ato contínuo, o Conselheiro Fernando expôs o problema que o Conselho já opinou várias vezes contra. Trata-se das portas das celas que são fechadas com porca e parafuso, e propôs que no relatório deva ser manifestado um repúdio a esta ação. Propôs também, uma representação ao Ministério Público do Estado, para que se adote providências quanto a questão do uso de algemas nos presos ao saírem das celas. Em seguida, o Conselheiro Rossini comunicou que está correndo o risco de perder a ouvidoria do DEPEN. Diante deste problema, solicitou à Secretaria-executiva Jussara Isaac Ribeiro que, quando preciso for, procurar diretamente a DIRPP, até porque é quem de tem a informação. Solicitou também que, ao se realizar as inspeções, verificar se aquela unidade foi construída com verba federal ou não, para se ter um nível de qualidade. Em seguida abriu-se espaço para que os Conselheiros Rodrigo Duque Estrada e Alvino Augusto de Sá, falarem sobre a inspesão realizada no dia dezesseis de Janeiro de dois mil e onze, no Estado de Sergipe acompanhados do servidor Ronivaldo. Tal relatório foi apresentado pelo Conselheiro Rodrigo, que iniciou sua fala comunicando que foram inspecionado os presídios Manuel Carvalho Neto, de regime Fechado, contendo presos provisórios, objeto de terceirização, foram acompanhados do Diretor do Departamento Penitenciário, na chegada ao estabelecimento foram levados á um procedimento de revista deixando todos os pertences, inclusive celulares, curiosamente o Diretor do Sistema Penitenciário levou o dele para dentro do Presídio, possuindo na revista intima e no método de tratamento dos presos os seus principais problemas, as técnicas de revista intima são impróprios assim como as práticas disciplinares de obrigar os presos a cortar os cabelos e andar olhando para o chão, atividades arcaicas e que pedem pronta revisão. O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Sergipe o HCTP, a pesar de possuir estrutura deficiente, não apresentava grandes problemas, a exessão da armazenagem de alimentos e medicamentos, foi encontrada uma barata no interior da cozinha, foram acompanhados do Diretor da Unidade, o presídio Feminino de Aracajú, que foi inaugurado no final de dois mil e dez, apresenta deficiência na alimentação das internas, por ser de baixa qualidade e quantidade, a ponto de causar fome nas internas, não há variação nutricional do cardápio nem fornecimento de salada fruta ou legumes, frutas são servidas estragadas, há escaches de leite, o fato mais alarmante é que, setenta por cento das presas são provisórias, sugerindo a expedição de um oficio ao Tribunal de Justiça do Estado, a Defensoria Pública, OAB e a Secretaria de Justiça, conclamando a construir um Sistema de Aplicação de Penas e Medidas Alternativas. Tal relatório foi submetido às discussões e apreciações dos demais membros deste Conselho, sendo aprovado por unanimidade. Em ato continuo o Conselheiro Alvino comunicou que foram redirecionados das visitas marcadas pelo CNPCP. Notou-se que eles foram desencaminhados de presídios que estavam em situações precárias, sendo encaminhados a presídios que estão em melhor funcionamento. Ficou decidido que, haverá um retorno ao Estado de Sergipe no segundo semestre. Comunicou ainda que foi publicado na imprensa do Estado de Sergipe que o Conselho fez vários elogios após a inspeção, sendo que não foi dito nada disso. Em seguida, o Presidente do Conselho Geder Luiz Rocha Gomes, encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigido por mim, Roberto Dias de Sousa e revisada pela Conselheira Christine Bittencourt.

GEDER LUIZ ROCHA GOMES
Presidente do Conselho

ATA DA 374ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 E 28 DE JUNHO DE 2011

Aos vinte e sete e vinte e oito dias do mês junho do ano de dois mil e onze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala de reuniões do Edifício Sede, do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF. Compareceram: O Presidente, Geder Luiz Rocha Gomes; 1º Vice-Presidente, Herbert José de Almeida Carneiro; 2ª Vice-Presidente, Valdirene Daufemback, e os demais seguintes membros: Adeildo Nunes; Alvino Augusto de Sá; Augusto Eduardo de Sousa Rossini; Carlos Eduardo Adriano Japiassú; Christine Kampmann Bittencourt; Erivaldo Ribeiro dos Santos; Fernando Braga Viggiano; Luiz Guilherme Mendes Paiva; Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes; Rodrigo Duque Estrada Roig Soares; bem como os seguintes participantes externos: Dra. Fernanda Machiaveli - Pastoral Carcerária, Instituto Sou da Paz e Conectas; Dra. Patrícia Mariano Gomes - SAL/MJ; Dra. Daniela Felix Teixeira SAL/MJ; Dra. Fabiana Costa - CONAPA; Dr. José Eduardo Cardoso - Ministro de Estado da Justiça; Heloise Helena - CGPMA. Justificaram a ausência os Conselheiros: Airton Aloísio Michels; Gisela Maria Bester; José Laurindo de Sousa Netto; Renato Flávio Marcão. Prestaram apoio logístico os servidores do Ministério da Justiça Jussara Isaac Ribeiro e Kízio Makicelio. O Presidente do CNPCP iniciou a reunião com as comunicações e proposições, apresentando em seguida a proposta do calendário dos trabalhos da Comissão de Indulto 2011, comunicando que do dia 1º de Julho a 1° de Setembro ocorrerá ampla divulgação para a coletânea de sugestões, no dia 12 de Setembro ocorrerá a Audiência Pública, que terá somente a participação da Comissão de Indulto, no dia 26 de Setembro, será realizada a reunião extraordinária, sendo que em seu primeiro dia de reunião ocorrerá a discussão do decreto, dando por aprovado o Calendário do Indulto de 2011. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro Milton, que comunicou que no dia 2 de Junho participou de um evento organizado pela Comissão de Direitos Humanos, realizado na Sede da Ordem dos Advogados, na Bahia, no qual foi solicitado a abordar o seguinte tema: Qual o papel do CNPCP na construção de uma Política Pública para o Sistema Penitenciário? E encerrou sua fala justificando a sua ausência futura nos meses de Julho e Agosto, em virtude do nascimento de sua filha. Em ato contínuo o Presidente do Conselho comunicou que será enviado um ofício ao Estado de Mato Grosso, explicando que a inspeção em Ponta Porã, recomendada pelo Ministério Público Federal, não poderá ser realizada no mês de Julho, diante da redução de diárias e passagens, mas que tão logo se inicie o segundo semestre já haverá um replanejamento das inspeções. Em seguida o Conselheiro Japiassú informou que durante a reunião do Conselho de Direção da AIDP, realizada no dia 4 de Junho, foi aprovado que o Brasil irá organizar o próximo Congresso da Associação Internacional de Direito Penal, em Setembro de 2014, no Estado do Rio de Janeiro, que abordará o tema Cidade da Informação e Sistema Penal. Em seguida, a Conselheira Valdirene comunicou que diante do corte de verba, também se faz necessário comunicar ao Estado da Bahia que está adiada para o segundo semestre a inspeção de conclusão das vistorias do CNPCP no Estado, sem data definida, e informou também que, junto ao Presidente deste Conselho, participou da Audiência Pública da PGR, sobre a Aplicação da Lei 10.216, quanto à Reforma Psiquiátrica na Execução Penal; comunicou também que o CNPCP foi convidado a realizar uma fala específica sobre as regras de Bangkok, no Seminário Internacional do Encarceramento Feminino, realizado no STJ, coordenado pelo CNJ, no dia 29 de Julho. Logo após o Presidente do CNPCP comunicou o formato do Seminário Regional Sudeste, que será realizado no Estado de Rio de Janeiro, nos dias 29 e 30 de Agosto, sendo que pela manhã do primeiro dia a reunião será com os membros dos Conselhos Penitenciários da região, Conselhos da Comunidade e Patronatos; à tarde dar-se-á o Seminário Regional, e, à noite, o Circuito Universitário, abordando o tema das Medidas Cautelares, pelo Conselheiro Marcão, e no segundo dia será realizada a Audiência Pública pela parte da manhã, encerrando assim o Seminário Regional Sudeste, e informou que o Seminário Regional Norte será realizado no Estado de Rondônia, em Outubro. Logo após a 2° Vice-Presidenta passou a presidir a reunião do CNPCP, passando em seguida a palavra à Conselheira Christine, que apresentou a proposta de Resolução sobre a Visita Homoafetiva, solicitada pela Defensoria Pública do Estado de Rio de Janeiro e pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, que vêm pleitear junto a este Conselho a alteração da sua Resolução de número 01/99 de 30 de março de 1999, pedindo a normalização expressa das visitas íntimas de pessoas presas que mantenham relação Homoafetiva. Após alterações, a Resolução foi dada por aprovada. Em ato contínuo a 2ª vice-Presidenta realizou um breve discurso expondo as expectativas e interesses deste Conselho em relação ao Relatório de pesquisa do projeto "Pensando Direito", da SAL, e sobre a análise crítica das Medidas de Segurança, passando em seguida a palavra ao Dr. Patrick, que comunicou que a pesquisa ainda não foi publicada oficialmente. Diante deste fato, houve o entendimento de que na próxima reunião serão apresentados os resultados destas pesquisas, assim conhecendo melhor a fala dos próprios pesquisadores, e também das conclusões que a SAL tirou a respeito. Em ato contínuo a 2ª Vice-Presidenta passou a palavra à Dra. Fernanda Machiaveli, que apresentou manifestações formuladas pela Pastoral Carcerária, Instituto Sou da Paz, Conectas Direitos Humanos, Instituto do Direito de Defesa, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e a Justiça Global, que iniciou sua fala citando a prática utilizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que está mantendo presos com direito ao regime semi-aberto em regime fechado, o que contraria a posição do Supremo Tribunal Federal, que garante ao preso que tenha direito ao regime semi-aberto, não havendo vagas, aguardar em regime aberto. A segunda manifestação é sobre o problema da escassez de Assistência Jurídica neste Estado, são 500 Defensores Públicos para atender a todo o Estado, sendo que apenas metade deles atua na área criminal. E comunicou que São Paulo tem menos de 10% de sua população carcerária participando de atividades educacionais, sendo necessário ampliar a oferta e também garantir a qualidade da educação. Falou sobre a prática utilizada neste Estado, de deixar os presos recém chegados nas Unidades Prisionais, por períodos prolongados de ausência de banho de sol, presos que não estão em Medida Disciplinar Diferenciada, sugerindo a este Conselho que edite uma resolução no sentido de regulamentar a obrigatoriedade de banho de sol nas unidades prisionais. Noticiou também o fato de que as mulheres privadas de liberdade, estão com o período de amamentação muito inferior aos 6 meses, contrariando Resolução deste Conselho. Outra manifestação é quanto à questão da Revista Vexatória, noticiando-se o uso da mesma luva em diversas mulheres, e em locais onde há o detector de metais, a maioria das mulheres precisa ficar nua e se sentar sucessivamente em um banco, sem nenhum tipo de higiene, e ainda continua sendo utilizada a prática do espelho. Solicitou ao CNPCP que se faça uma visita para averiguar a legalidade da Unidade Experimental de Saúde, que existe hoje no Estado, teoricamente ela estaria subordinada à Secretaria de Saúde, mas na prática são Agentes Penitenciários que fazem a administração dessa unidade; sua finalidade está em desacordo com diversos princípios constitucionais, e solicitou também a realização de um novo Senso Penitenciário, e que os Conselhos também tivessem direito a realizar o registro fotográfico dessas visitas, e que se possível o CNPCP recomende o encaminhamento do Projeto de Lei, como forma de estimular a criação da Ouvidora Autônoma Independente da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, por ter esta população carcerária tão ampla, e encerrou sua fala solicitando que houvesse uma recomendação sobre a importância e urgência da implementação do Mecanismo Estadual Paulista de Combate e Prevenção à Tortura. Em seguida, o Presidente do CNPCP colocou em discussão o cronograma do Seminário Nacional de Política Criminal e Penitenciária do CNPCP, que será realizado no mês de Novembro, no Estado de São Paulo, tendo como meta realizar um seminário de menor porte e em parceria com o CNJ, CENASP, o Instituto Flávio Gomes, IBCCRIM e com a Dra. Regina Miki, que será dimensionado em sua configuração macro, a ser realizado em duas salas simultâneas, com uma conferência de abertura e uma de encerramento, e informou que a composição da Comissão do Seminário Nacional foi alterada, entrando o Conselheiro Rossini no lugar do Conselheiro Rodrigo, tendo para a próxima reunião, a do mês de Julho, a configuração deste Seminário para discussão final e aprovação. Em seguida, a Conselheira Valdirene propôs que, caso continue a contenção de recursos, faça-se uma gestão com os Conselhos Penitenciários, para que eles encaminhem com recursos próprios seus Presidentes aos eventos do CNPCP. Em seguida, o Conselheiro Erivaldo comunicou que em viagem à África do Sul, ocorrida no dia 10 de junho, visitou presídios daquele País e de Moçambique, dizendo que toda a programação foi feita com o enfoque na reinserção de presos, e no trabalho da Defensoria Pública da África do Sul, e propôs que no programa de intercâmbio deste Conselho, se contemple em uma única viagem África do Sul e Moçambique, e após ponderações encerrou sua fala expondo a manifestação feita pelo Embaixador da África do Sul, que mostrou interesse em estreitar este Intercâmbio, tendo projetos em comum aos nossos, citando como um bom exemplo o Sistema de Penas e Medidas Alternativas deste Conselho. Em ato contínuo, o Presidente do CNPCP comunicou que esta viagem à África do Sul está prevista para meados de Setembro, deliberando a incursão no Continente Africano a partir das tratativas encabeçadas pelo Conselheiro Erivaldo, que está autorizado pelo CNPCP a providenciar a Transferência de Presos para o Brasil, e comunicou também o já mencionado apoio à criação do Conselho Nacional de Penas e Medidas Alternativas, que está parado na SAL. Em seguida passou a palavra à Dra. Heloísa Dário e à Dra. Fabiana Costa, que fizeram a apresentação sobre o Sistema de Penas e Medidas Alternativas. Em seguida o Dr. Geder comunicou que no dia 27 de maio de 2011, o CNJ instituiu uma comissão de Juízes das Varas de Penas e Medidas Alternativas, comunicando também sobre a recomendação do CNPG, no sentido de que o Ministério Público se empenhasse contribuindo na formação dessas estruturas. Em seguida o Conselheiro Erivaldo comunicou que está em discussão na imprensa, inclusive no CONJUR, uma entrevista em que o Ministro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011092300040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Gilmar Mendes apresenta uma proposta de Emenda Constitucional que pudesse contemplar a garantia de respeito da apresentação do preso em flagrante ao Juiz em um prazo determinado, e em relação a este tema, os Conselheiros Erivaldo e Fernando ficaram responsáveis pela formulação de uma Minuta de Emenda, ficando para aprovação na próxima reunião, podendo haver também uma manifestação do Conselho através do próprio Fernando, para falar em nome do Conselho, tendo assim uma rápida manifestação. Em seguida o Presidente do Conselho comunicou a chegada do Ministro de Estado da Justiça Dr. José Eduardo Cardoso, oportunidade na qual lhe foi entregue o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária para o Novo Governo, e após a apresentação dos integrantes deste Conselho o Presidente apresentou ao Ministro a posição deste Conselho em relação às Portarias de Números 931 e 932, sugerindo a adequação delas, incluindo o Conselho como um órgão que coordene os trabalhos, que é da própria legitimidade das atribuições deste Conselho, e também incluindo outros órgãos como o DEPEN, passando em seguida a palavra ao Ministro para sua manifestação, que iniciou sua fala comunicando que em relação às Portarias o objetivo era integrar e ampliar este Conselho, e expôs seu total apoio às sugestões deste Conselho, ressaltando que uma ação conjunta entre o Ministério e este Conselho é de fundamental importância. E apresentou a proposta de construir setenta mil vagas em 4 anos, fato inédito no País, mas que não alcançaria o Déficit Carcerário, e comunicou que terá uma reunião com a Presidenta neste mesmo dia, e o que ficar decidido nessa reunião o Conselheiro Rossini informará ao Conselho. Encerrou sua fala expondo seu interesse em participar de outras reuniões deste Conselho, para ouvir o que as melhores mentes deste País dizem em relação ao futuro, sobre que caminhos seguir. Em seguida o Presidente do CNPCP informou que a inspeção no Estado do Rio de Janeiro ocorrerá em Julho, ou no começo de Agosto, e expôs a necessidade desta inspeção, objetivando a apresentação do Relatório de Inspeção daquele Estado para a Audiência Pública que ocorrerá no final do mês de agosto. Os Conselheiros Luiz Guilherme e Erivaldo são voluntários para esta inspeção, sendo que o primeiro apresentou disponibilidade para o final de julho, e o segundo para o começo de agosto. O Presidente Geder Gomes encerrou os trabalhos agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Roberto Dias de Sousa, e revista pela Conselheira Gisela Maria Bester.

GEDER LUIZ ROCHA GOMES
Presidente do Conselho

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº13.180, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002751/DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MICROONDULADOS BOX PRINT LTDA , CNPJ nº 08.512.168/0001-98, para atuar no RIO GRANDE DO SUL.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.213, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003393/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MANUFATURA DE METAIS MAGNET LTDA , CNPJ nº 61.155.529/0001-79, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.216, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2819 / DELESP/DREX/SR/DPF/SE,resolve:

CONCEDER autorização à empresa FRANCA SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 32.834.491/0001-62, sediada em SERGIPE, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

6 (seis) Revólver(es) calibre 38,

108 (cento e oito) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.236, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3606 DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA , CNPJ nº 12.066.015/0003-01, sediada no DISTRITO FEDERAL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

11 (onze) Revólver(es) calibre 38,

10 (dez) Pistola(s) calibre 380,

12 (doze) Espingarda(s) calibre 12,

198 (cento e noventa e oito) Cartuchos de Munição calibre 38,

450 (quatrocentos e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre .380,

252 (duzentos e cinquenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.239, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3149 DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CPS CURSOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 80.819.600/0001-15, sediada no PARANA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

152000 (cento e cinquenta e dois mil) Espoletas para Munição calibre 38,

185700 (cento e oitenta e cinco mil e setecentos) Projéteis para Munição calibre 38,

100000 (cem mil) Estojos para Munição calibre 38,

2700 (dois mil e setecentos) Espoletas para Munição calibre .380,

5900 (cinco mil e novecentos) Projéteis para Munição calibre .380,

900 (novecentos) Estojos para Munição calibre .380,

5823 (cinco mil, oitocentos e vinte e três) Espoletas para Munição calibre 12,

279 (duzentos e setenta e nove) Kilogramas de Chumbo para Munição calibre 12,

3600 (três mil e seiscentos) Buchas para Munição calibre 12,

79000 (setenta e nove mil) Gramas de Pólvora,

20 (vinte) Espargidor(es) de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.,

2 (dois) Arma(s) de choque elétrico de lançamento de dardos energizados.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.240, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3597 DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0086-24, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

5 (cinco) Pistola(s) calibre 380,

225 (duzentos e vinte e cinco) Cartuchos de Munição calibre .380.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.245, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002325/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EAGLE SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 03.296.389/0001-52, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Escolta Armada,Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1666/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.246, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003118/DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.171.673/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SERGIPE , com Certificado de Segurança nº 1595/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.249, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1473/DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa EMPRESSERV EMPRESA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 10.639.977/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO NORTE, com Certificado de Segurança nº 1672/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.255, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2382 DPF/SAG/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FOCKINK PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 91.986.430/0001-80, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

2 (dois) Revólver(es) calibre 38,

36 (trinta e seis) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.270, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3615 DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CONFEDERAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 00.215.978/0001-70, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

4 (quatro) Pistola(s) calibre 380,

4 (quatro) Espingarda(s) calibre 12,

160 (cento e sessenta) Cartuchos de Munição calibre .380,

64 (sessenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.272, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3575 DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONCEDER autorização à empresa GUERRA VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.462.405/0001-03, sediada na BAHIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

150 (cento e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.277, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003063/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa A.S.F SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.880.303/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1592/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.278, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003012/DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EVIK SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.111.567/0005-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no DISTRITO FEDERAL , com Certificado de Segurança nº 1559/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.279, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003019/DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EVIK SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.111.567/0006-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em MINAS GERAIS , com Certificado de Segurança nº 1670/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.283, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003451/DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACM SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - SERVIP, CNPJ nº 03.030.106/0001-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no ESPÍRITO SANTO , com Certificado de Segurança nº 1682/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.284, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003077/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BLINDER SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.277.780/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Escolta Armada,Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1685/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.285, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003119/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VERZANI & SANDRINI SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 64.179.724/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Escolta Armada,Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1690/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.288, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3620 DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SELF DEFENSE CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 37.652.195/0001-64, sediada em GOIÁS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

66000 (sessenta e seis mil) Espoletas para Munição calibre 38,

66000 (sessenta e seis mil) Projéteis para Munição calibre 38,

3500 (três mil e quinhentos) Espoletas para Munição calibre .380,

3500 (três mil e quinhentos) Projéteis para Munição calibre .380,

1000 (um mil) Espoletas para Munição calibre 12,

12954 (doze mil, novecentos e cinquenta e quatro) Kilogramas de Chumbo para Munição calibre 12,

1000 (um mil) Buchas para Munição calibre 12,

18000 (dezoito mil) Gramas de Pólvora.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.291, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2743 DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MODUS CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA. EPP, CNPJ nº 10.385.850/0001-09, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

30000 (trinta mil) Cartuchos de Munição Treina calibre 38,

131500 (cento e trinta e um mil e quinhentos) Espoletas para Munição calibre 38,

131500 (cento e trinta e um mil e quinhentos) Projéteis para Munição calibre 38,

30000 (trinta mil) Estojos para Munição calibre 38,

50000 (cinquenta mil) Espoletas para Munição calibre .380,

50000 (cinquenta mil) Projéteis para Munição calibre .380,

5000 (cinco mil) Estojos para Munição calibre .380,

8000 (oito mil) Cartuchos de Munição calibre 12,

48000 (quarenta e oito mil) Gramas de Pólvora,

1 (um) máquina de recarga para munição calibre 38,

1 (um) máquina de recarga para munição calibre .380.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.293, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002711/DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MASTER VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 77.998.912/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no PARANA , com Certificado de Segurança nº 1359/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.296, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003299/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MURALHA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 69.282.713/0001-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1688/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº13.298, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002878/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DOIS CC SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 11.507.416/0001-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1655/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 21, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA usando da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 8º (Anexo I), do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, resolve:

Conceder o registro referido no Parágrafo único do artigo 15 do Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, a XIMKER TECNOLOGIA EM DIGITALIZAÇÃO E MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS LTDA. EPP, com sede na Av. Presidente Vargas 1.733, salas 1.604 e 1.605, centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para exercer a atividade de microfilmagem de documentos físicos (Processo MJ nº 08071.026788/2011-13).

PAULO ABRÃO

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS

Defiro o pedido de permanência definitiva formulado pelas nacionais chinesas, KAO CHING WEN e KAO CHING JUNG, com base no art. 3º, da Resolução Normativa nº 05, de 21 de agosto de 1997. Processo N° 08389.003116/2011-66 - KAO CHING WEN e KAO CHING JUNG.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08451.001708/2011-42 - CARLOS ALBERTO DA SILVA LOUREIRO.

Processo N° 08458.005576/2009-43 - ENRICO PERELLI.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08000.014600/2011-28 - Javier Alberto Constante.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08212.004514/2011-11 - CARLOS ALBERTO SASSI ETCHEGOYEN.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08230.010220/2011-19 - Maria Julia Marcolin, Maria Cecília Herman e Camila Herman.

DEFIRO o pedido de permanência definitiva formulado pela Sra. AYEDA RAJAI NASRI AMA, com base no Artigo 1°, da Resolução Normativa N°06/97, do Conselho Nacional de Imigração. Processo N 08505.059191/2010-27 - AYEDA RAJAI NASRI AMA.

DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permamente para o nacional português RODOLFO MANUEL GOMES PEREIRA, com base no artigo 7° da Lei 11.961/09. Processo N° 08295.037306/2009-10 - RODOLFO MANUEL GOMES PEREIRA.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.005090/2011-06 - RAKESH TANKHA, até 22/12/2011

Processo Nº 08000.004931/2011-50 - FRANCISCO III ESCUADRA ABUACAN, até 01/09/2012

Processo Nº 08000.005161/2011-62 - GERRY BRIONES BISENIO, até 01/09/2012

Processo Nº 08000.004406/2011-34 - CHRYSOSTOMOS AGROGIANNIS, até 01/07/2012

Processo Nº 08000.007174/2011-76 - JUSTO MANITO PANDARAOAN MANZANO, até 01/09/2012

Processo Nº 08000.007256/2011-11 - LOBEL DOLARESA LIBO-ON, até 27/03/2012

Processo Nº 08000.007865/2011-70 - JEFFREDO MAJOMITANO CALOPDEZ, até 01/09/2012

Processo Nº 08000.012211/2011-68 - PAWEL PIOTR BEREZECKI, até 05/09/2013

Processo Nº 08000.012880/2011-30 - TREVOR WILLIAM NUTT, até 10/10/2013

Processo Nº 08000.013049/2011-03 - GLENN REAL OBLIGAR, até 15/10/2013

Processo Nº 08000.013131/2011-20 - DAVID ANTHONY CHERAMIE, até 30/09/2013

Processo Nº 08000.013155/2011-89 - NEIL GEORGE MACDONALD, até 15/10/2013

Processo Nº 08000.013453/2011-79 - FRANCIS MCKEOWN, até 23/11/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.013541/2011-71 - JOHANNES PETRUS ELBERTUS MARIA COUWELEERS, até 09/01/2012

Processo N° 08000.013153/2011-90 - STEPHEN JOHN MARTIN, até 03/09/2013

Processo N° 08000.013113/2011-48 - WILLIAM CLELLAND, até 07/09/2013

Processo N° 08000.012767/2011-54 - GRAEME CHARLES GILBERT, até 03/09/2013

Processo N° 08000.013029/2011-24 - GARY SCOTT HAYES, até 14/09/2013

Processo N° 08000.013503/2011-18 - NEIL JOHN BRETTON, até 03/09/2013

Processo N° 08000.011475/2011-02 - GLENJOY BELENO BARBOSA, até 25/07/2012

Processo N° 08000.011644/2011-04 - JEREMY ROBERT GAGE, até 31/12/2011

Determino o arquivamento dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

Processo Nº 08000.002423/2011-37 - MARCOS ADOLFO SUAREZ MOISES

Processo Nº 08000.002628/2011-12 - MARIA ISABEL GARCIA BLANCO.

INDEFIRO o pedido de prorrogação de estada no país, tendo em vista ter o interessado autuado o pedido fora do prazo legal nos termos do art.38 da Lei 6815/80 e ainda, por não apresentar documentos mínimos indispensáveis à análise do pedido. Processo N° 08000.013637/2011-39 - Anssaro Balde.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 08/04/2011, Seção I, Pág. 46, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08505.027533/2010-40 - Khatoune Nasser

Leia-se: DEFIRO o pedido de permanência definitiva, nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, para a Srª KHATOUNE MOHAMAD NASSER e com base na Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração, para sua filha menor MALAK SABRA, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem. Processo N° 08505.027533/2010-40 - KHATOUNE MOHAMAD NASSER E MALAK SABRA.

No Diário Oficial da União de 07/07/2011, Seção I, Pág. 35, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08514.001037/2011-38 - Frederic Lecha

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08514.001037/2011-38 - Frederic Lecha e Cynthia Marilyne Lecha.

No Diário Oficial da União de 08/09/2011, Seção I, Pág. 91, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.011905/2011-88 - WILLIAM PATRICIO LOPEZ VELASTEGUI, DARA AYMEE LOPEZ GUILLEN, GIOVANA ELIZABETH GUILLEN MUNOZ, MADIAN RUBI LOPEZ GUILLEN e NAIDJA MABEL LOPEZ GUILLEN, até 22/08/2013

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.011905/2011-88 - WILLIAM PATRICIO LOPEZ VELASTEGUI, DARA AYMEE LOPEZ GUILLEN, GIOVANNA ELIZABETH GUILLEN MUNOZ, MADIAN RUBI LOPEZ GUILLEN e NAIDJA MABEL LOPEZ GUILLEN, até 22/08/2013.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR ADJUNTO
Em 20 de setembro de 2011

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, e considerando o que consta nos Processos Administrativos, CANCELO, a pedido, a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas:

I. AGÊNCIA JACAREZINHENSE DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DA SAÚDE - AJADPS, com sede na cidade de JACAREZINHO, Estado do Paraná, CGC/CNPJ nº 04.753.748/0001-16 - (Processo MJ n° 08071.019720 /2010-05);

II. ASSOCIAÇÃO DE PESQUISADORES SEM FRONTEIRA - PSF, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo, CGC/CNPJ nº 07.403.169/0001-31 - (Processo MJ n° 08071.020878 /2010-10);

III. INSTITUTO BRASILEIRO DE INCLUSÃO SOCIAL - IBIS, com sede na cidade de DUQUE DE CAXIAS, Estado do Rio de Janeiro, CGC/CNPJ nº 07.579.905/0001-07 - (Processo MJ n° 08071.016487 /2010-09).

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

COORDENAÇÃO DE ENTIDADES SOCIAIS DIVISÃO DE QUALIFICAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

DESPACHO DO CHEFE
Em 14 de setembro de 2011

Nº 85/2011/DIVOT/coeso/dejus/snj/mjProcesso: 08001.004356/2009-61.

Assunto: Alteração da Diretoria, Alteração Estatutária, Mudança de Endereço e Nova Razão Social.

Requerente: Instituto de Valorização à Vida Humana - IVVH. CNPJ: 06.973.063/0001-00.

Considerando que se frustraram as tentativas ordinárias de notificação da entidade, em razão de divergências no seu endereço cadastrado perante o Ministério da Justiça, intimo o INSTITUTO DE VALORIZAÇÃO À VIDA HUMANA - IVVH. CNPJ: 06.973.063/0001-00, via Diário Oficial da União, para que tome ciência da Análise 33/2010-DIVOT/COESO/DEJUS/SNJ/MJ e promova a atualização do seu endereço, procedendo também ao envio dos documentos necessários a conclusão do supramencionado processo, sob pena de cancelamento da sua qualificação como OSCIP, conforme dispõe o art. 5º do Decreto nº 3.100/99, que regulamenta a Lei 9.790/99.

Concede-se ao INSTITUTO DE VALORIZAÇÃO À VIDA HUMANA - IVVH. CNPJ: 06.973.063/0001-00, prazo de 30 (dez) dias, a contar desta publicação.

VITOR VIENA
Substituto

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA CONJUNTA Nº 572, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

Aprova os indicadores de acompanhamento do Mapa Estratégico do INSS para o período de 2011 a 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS e o PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição o Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009, respectivamente, considerando o Plano Plurianual - PPA do Governo Federal para o quadriênio 2008-2011, instituído por meio da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2011, bem como o Mapa Estratégico da Previdência Social para o período de 2009 a 2015, resolvem

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, os indicadores de acompanhamento do Mapa Estratégico do INSS para o período de 2011 a 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO
Ministro de Estado da Previdência Social

MAURO LUCIANO HAUSCHILD
Presidente do INSS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE RESULTADO	FÓRMULA	ÁREA RESPONSÁVEL	METAS				
				2011	2012	2013	2014	2015
Aperfeiçoar a aplicação dos recursos	Taxa de Administração	Despesas de pessoal, custeio e investimento, exceto PEX, deduzidas as receitas patrimoniais, as receitas bancárias e alienação de imóveis, dividido pelo valor da folha de pagamento de benefícios (inclusive LOAS)	Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística	1,83	1,85	1,85	1,83	1,81
Ampliar e adequar a rede de atendimento	Índice de Unidades Adequadas Fisicamente	Quantidade de Unidades de Atendimento adequadas fisicamente, dividido pelo total de unidades.	Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística	80%	85%	90%	95%	100%
	Índice de Presença nos Municípios	Número de Municípios com Agências da Previdência Social, dividido pelo número de Municípios brasileiros.	Diretoria de Atendimento	23%	27%	28%	29%	30%
Prover soluções em ambiente tecnológico integrado, seguro e de alto desempenho	Grau de Satisfação dos Usuários dos Sistemas	Pesquisa anual de satisfação dos usuários internos dos sistemas corporativos (segurança, integridade e desempenho)	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	45%	60%	70%	80%	85%
Desenvolver cultura voltada aos valores, aos resultados e à responsabilidade socioambiental	Índice de implementação da Agenda Socioambiental do INSS	Percentual de Implementação	Diretoria de Recursos Humanos	10%	20%	20%	30%	20%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Promover a valorização e a qualidade de vida das pessoas	Índice de Saúde e Qualidade de Vida das Pessoas no trabalho	Percentual de Melhoria da Saúde e Qualidade de Vida das Pessoas no trabalho (* O valor de referência será definido no diagnóstico a ser realizado em 2011)	Diretoria de Recursos Humanos	*	10%	30%	40%	50%
Desenvolver competências compatíveis com os objetivos institucionais	Índice de unidades que atingiram o percentual desejável de capacitação	Quantidade de unidades com percentual desejável de servidores capacitados, dividido pelo total de unidades. Percentual desejável de capacitação por unidade: 2011 = 30% do total de servidores; 2012 = 50% do total de servidores; 2013 = 60% do total de servidores; 2014 = 70% do total de servidores; 2015 = 80% do total de servidores.	Centro de Formação e Aperfeiçoamento	40%	60%	70%	80%	90%
Aperfeiçoar a gestão estratégica e a comunicação institucional	Grau de Efetividade da Comunicação Institucional	Pesquisa anual junto ao público interno	Assessoria de Comunicação Social	70%	80%	85%	90%	95%
	Grau de Internalização dos Princípios de Gestão e Governança	Pesquisa anual junto aos Gestores e Servidores do INSS	Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica	70%	80%	85%	90%	95%
Simplificar e desburocratizar normas e processos e uniformizar procedimentos	Índice de Resolutividade - IRES	Total de benefícios com data de habilitação igual à data de formatação, dividido pelo total de processos habilitados no período.	Diretoria de Benefícios	55%	60%	65%	75%	85%
	Índice de Atendimento Agendado	Total de Atendimentos realizados mediante agendamento, dividido pelo total de atendimentos realizados.	Diretoria de Atendimento	40%	55%	65%	75%	85%
Fortalecer os controles internos, a gestão de risco e a segurança institucional	Índice de resolutividade das demandas dos controles internos e externos (TCU, CGU e AUDGER).	Quantidade de demandas (TCU, CGU e Auditoria) resolvidas (estoque+entrantes), dividida pela quantidade de demandas recebidas.	Auditoria-Geral	55%	70%	80%	90%	100%
Conhecer o perfil do trabalhador e sua família	Índice de qualidade dos dados cadastrais dos trabalhadores ativos no CNIS	Quantidade de NIT de trabalhadores ativos, com dados cadastrais inexistentes ou inválidos (nome, nome da mãe, CPF, DN, endereço), dividido pelo total de NIT de trabalhadores ativos.	Diretoria de Benefícios	65%	70%	75%	80%	85%
	Índice de qualidade dos vínculos e remunerações dos trabalhadores ativos no CNIS	Quantidade de NIT de trabalhadores ativos, com vínculos/remunerações com marcas de extemporaneidade/ irregularidade, dividido pelo total de NIT de trabalhadores ativos.	Diretoria de Benefícios	62%	64%	66%	68%	70%
Fortalecer a Educação Previdenciária	Índice de Cobertura do Ensino de Educação Previdenciária	Quantidade de municípios com educação previdenciária na grade curricular do ensino médio, dividido pelo total de Municípios brasileiros.	Centro de Formação e Aperfeiçoamento	5%	10%	20%	35%	50%
Promover o atendimento com qualidade e o reconhecimento automático de direito	Tempo Médio de Concessão - TMC	Somatório dos tempos de processamento dos benefícios, dividido pela quantidade de benefícios concedidos no período, excluídos os despachos de concessão códigos 3 e 4 (em dias).	Diretoria de Benefícios	21	19	17	16	15
Minimizar as ocorrências de litígios e aperfeiçoar as decisões	Grau de Satisfação no Atendimento	Pesquisa Anual junto ao público externo (nota de 0 a 10)	Diretoria de Atendimento	9	9,1	9,2	9,3	9,5
	Índice de Concessão em Grau de Ação Judicial - ICJ	Número de benefícios concedidos mediante despacho 4 (judicial), somado ao número de reativações de Auxílio-Doença (B-31 e B-91) por motivo 02 (decisão judicial), dividido pelo número de benefícios concedidos (todos os despachos).	Procuradoria Federal Especializada	8,00%	7,75%	7,5%	7,25%	7%
Garantir a Qualidade no pagamento de Benefícios	Grau de Satisfação no Pagamento de Benefícios	Pesquisa Anual junto aos Beneficiários (nota de 0 a 10)	Diretoria de Benefícios	9	9,1	9,2	9,3	9,5
Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral	Índice de Segurados em Benefício por Incapacidade	Número de benefícios por incapacidade emitidos, dividido pelo número de segurados contribuintes do RGPS.	Diretoria de Saúde do Trabalhador	10,75%	10,25%	9,75%	9,25%	8,5%
Ampliar a cobertura previdenciária	Índice de Cobertura Previdenciária	Número de pessoas protegidas socialmente, dividido pela PEA Ocupada (16 a 59 anos).	Centro de Formação e Aperfeiçoamento	68%	69%	70%	71%	72%
Fortalecer a credibilidade da Previdência Social junto à Sociedade	Índice de Credibilidade Institucional	Pesquisa junto à Sociedade (nota de 0 a 10).	Assessoria de Comunicação Social	7	7,5	8	8,5	9
Garantir a sustentabilidade dos regimes previdenciários	Índice de Equilíbrio Financeiro do RGPS Urbano	Relação entre as despesas anuais do RGPS Urbano, dividido pelas Receitas do RGPS Urbano.	Diretoria de Benefícios	1	1,01	1,02	1,03	1,04

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3428, de 22 de julho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.023594/2002-92
Operadora: Intermédica Saúde Ltda.
Registro ANS: 328391
Auto de Infração n.º 6832 de 28/12/2001

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pela revisão administrativa, reduzindo o valor da penalidade pecuniária para o montante de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) por infração ao artigo 25 da Lei 9656/98 c/c artigo 34 c/c inciso II do artigo 8º c/c inciso V do artigo 10, todos da RDC n.º 24/2000.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3530, de 16 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.132076/2004-21
Operadora: ODONTOPLANO - Plano de Saúde Odontológico Ltda.
Registro ANS: sem registro
Auto de Infração n.º 6832 de 28/12/2001

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, aplicando penalidade pecuniária no montante de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) por infração ao artigo 25 da Lei 9656/98 c/c artigo 34 c/c inciso II do artigo 8º c/c inciso V do artigo 10, todos da RDC n.º 24/2000.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

RETIFICAÇÕES

Na Decisão de 15 de setembro de 2011, processo n.° 33902.059195/2004-21, publicada no DOU nº 179, em 16 de setembro de 2011, seção 1, página 67: onde se lê: "Operadora: MASTER PAX SAÚDE Assistência Médica e Assistência Odontológica Ltda ". leia-se: Operadora: Unimed de Ribeirão Preto Cooperativa de Trabalho Médico ".

Na Decisão de 18 de agosto de 2011, processo n.° 33902.055177/2001-28, publicada no DOU nº 162, em 23 de agosto de 2011, seção 1, página 20: onde se lê: "Registro ANS: 407320.... ". leia-se: Registro ANS: 407330 ".

Na Decisão de 30 de junho de 2011, processo n.° 33903.000394/2006-85, publicada no DOU nº 127 em 05 de julho de 2011, seção 1, página 44: onde se lê: " Protocolo ANS n° 33902.000394/2006-85.... ". leia-se: Protocolo ANS n° 33903.000394/2006-85 ".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União n° 183, de 22 de setembro de 2011, Seção 1 Pag. 690

Onde se lê:
"RESOLUÇÃO - RDC N° 49, DE SETEMBRO DE 2011"
Leia-se:
"RESOLUÇÃO - RDC N° 49, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011"

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 580, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Julga procedente a decisão da Representação Administrativa e consequentemente cancelamento do CEBAS da Irmandade de Misericórdia de Monte Alto/SP.

O Secretário da Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando as disposições da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, sua regulamentação e demais legislações aplicáveis;

Considerando os termos da Representação Administrativa apresentada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB/MF), em Ribeirão Preto/SP, autuada sob o nº 15959.000171/2009-33, em 10 de setembro de 2009; e

Considerando o Parecer Técnico n° 113/2011-CGCER/DCEBAS-SAÚDE/SAS/MS, exarado no processo administrativo n° 25000.048909/2010-50, resolve:

Art. 1º Julgar procedente a referida representação e consequentemente cancelar os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), deferidos nos termos da renovação constante dos itens 641 e 3.511, da Resolução CNAS/MDS n° 03/2009, de 23 de janeiro de 2009, à Irmandade de Misericórdia de Monte Alto, inscrita no CNPJ n° 52.852.100/0001-40, CNES nº 2028204, domiciliada em Monte Alto/SP, para os períodos de 01/01/2004 a 31/12/2006 e 01/01/2007 a 31/12/2009, por não ter atendido à exigência constante do §4º do art. 3º do Decreto 2.536/1998.

Art. 2º Novo pedido de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde deverá ser apresentado em conformidade com a Lei n° 12.101/ 2009 e demais regulamentações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DE SISTEMAS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria DRAC/SAS/MS Nº 03, de 29 de junho de 2011, publicada no DOU nº 125, pagina 67, de 01/07/2011, para fazer constar as seguintes alterações:

Onde se lê
Unimed Joinville/SC Coop. De Trabalho Médico ANS Nº 35569-1

NOME	CPF	REGISTRO
Alexandre Fontana Ferrari	582.135.200-25	6289 - CRM/SC
Ricardo Silva Lucena	648.202.709-15	7361 - CRM/SC

Leia-se:
Unimed Santa Catarina-Coop. De Trabalho Médico ANS Nº 35569-1

NOME	CPF	REGISTRO
Alexandre Fontana Ferrari	582.135.200-25	6289 - CRM/SC
Ricardo Silva Lucena	648.202.709-15	7361 - CRM/SC

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 22 de setembro de 2011

Processo nº 25000.126173/2011-49
Interessado: PEREIRA E MATOS DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PEREIRA E MATOS DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 08.845.719/0001-35, em BETIM /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

JOSÉ MIGUEL DO NASCIMENTO JÚNIOR
Substituto

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 750, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.033487/2011-15, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, com redação dada pela Portaria nº 312, de 27 de abril de 2010 do DENATRAN, a pessoa jurídica BLUMENAU VISTORIAS VEICULARES LTDA - EPP, CNPJ - 13.706.146/0001-07, situada no Município de Blumenau - SC, na Rua Dois de Setembro, 959 - Itoupava Norte, CEP 89.052-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Blumenau e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Ilhota, Apiúna, Ascurra, Rodeio, Benedito Novo, Doutor Pedrinho e Rio dos Cedros no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

(*) Republicado por ter saído, no DOU nº 182 , Seção I, de 21-9-2011, pág. 113, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 763, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.032895/2011-41, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento a pessoa jurídica VISTOCAR UBERABA - CENTRO DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ 04.951.086/0001-99, situada no Município de Uberaba - MG, na Avenida Deputado José Marcus Cherem, nº 1.873, Parque das Gameleiras, CEP 38.040-500, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO comunicará ao DENATRAN eventuais ocorrências que venham a alterar a situação da Instituição Técnica Licenciada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 130 de 31 de outubro de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 764, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.033541/2011-14, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento a pessoa jurídica SULTRAN BM INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ 05.951.887/0001-17, situada no Município de Barra Mansa - RJ, na Rodovia Presidente Dutra, nº 200 Km 269, São Luiz, CEP 27.343-000, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO comunicará ao DENATRAN eventuais ocorrências que venham a alterar a situação da Instituição Técnica Licenciada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 170 de 06 de novembro de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 765, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.038245/2011-18, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento a pessoa jurídica FERREIRA & MARTINS INSPEÇÕES VEICULARES LTDA, CNPJ 06.001.144/0001-49, situada no Município de Campinas - SP, na Avenida Anton Von Zuben, nº 4.089, Jardim São José, CEP 13.051-145, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO comunicará ao DENATRAN eventuais ocorrências que venham a alterar a situação da Instituição Técnica Licenciada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 227 de 27 de novembro de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 766, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 56, de 21 de maio de 1998, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e tendo em vista o que consta do processo nº 80000.016397/2011-51, resolve:

Art. 1º Credenciar a pessoa jurídica ASSOCIAÇÃO DE FUSCAS E VEÍCULOS ANTIGOS DE CABO FRIO, AFUVA/CF, inscrita no CNPJ sob o nº . 12.951.298/0001-02, com sede na Rua das Casuarinas, 441, Bairro Vila do Sol, Cabo Frio - RJ, CEP 28.910-600, para examinar a originalidade de veículos antigos de coleção e expedir Certificado de Originalidade, nos termos da Resolução nº . 56, de 21 de maio de 1998, alterada pela Resolução nº . 127, de 06 de agosto de 2001, ambas do CONTRAN.

Art. 2º ASSOCIAÇÃO DE FUSCAS E VEÍCULOS ANTIGOS DE CABO FRIO, AFUVA/CF deverá enviar anualmente ao DENATRAN o controle de emissão dos Certificados de Originalidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 767, DE 21 DE SETEMBRO 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 19, da Lei nº . 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando o que dispõe o artigo 3º , inciso VII, alínea 'd', da Portaria nº 1279, de 23.12.2010 do DENATRAN.

Considerando o que consta do processo nº 80000.013362/2011-61, resolve:

Art. 1º Credenciar, por dois anos, a partir da publicação desta portaria, conforme Artigo 3º , inciso VII, alínea 'e' da Portaria nº 1279, de 23 de dezembro de 2010, do DENATRAN, a SERTTEL Ltda, CNPJ nº 24.144.040/0001-75, com sede na Rua Poeta Carlos Drummond de Andrade, nº 500, Várzea, Recife - PE, CEP 50950-060, empresa produtora/fornecedora de sistema informatizado de talonário eletrônico.

Art. 2º Homologar a certificação do sistema informatizado (software) do talão eletrônico submetido à auditoria do Instituto OMNIS, credenciado pelo DENATRAN.

Art. 3º A alteração nos códigos da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, cancelará automaticamente a certificação e, conseqüentemente, a sua homologação, sendo exigida nova homologação.

Art. 4º A credenciada ao fornecer/comercializar o sistema informatizado do talão eletrônico deverá oficiar ao DENATRAN informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que utilizará o sistema.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 768, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.020828/2010-01, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, com redação dada pela Portaria nº 312 , de 27 de abril de 2010 do DENATRAN, a firma individual GABRIELA SERÃO MENDES - ME, CNPJ - 11.630.061/0001-59, situada no Município de São José dos Campos- SP, na Rua Antônio Saes, 230 - Centro, CEP 12.210-040, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV, no Município de São José dos Campos e conforme artigo 4º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Aparecida, São Miguel Paulista e São Sebastião, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 22 de setembro de 2011

Considerando o disposto no PARECER/Nº 0319/2011/SJL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO ÚNICO

Conc. nº SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
016/2000	MG	Paraisópolis	FM	Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda.	53710.000659/2000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 6.356, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.010425/2011. Declarar extinta, por motivo de renúncia, a partir de 25 de abril de 2011, a autorização expedida à TELEBIT TELECOMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 07.113.045/0001-11, por meio do Ato nº 53.784, de 31 de outubro de 2005, publicado no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 2005, e Ato nº 61.772, de 7 de novembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 2006, conforme Termos de Autorização n. 367/2006/SPB-Anatel, 368/2006/SPB-Anatel e 369/2006/SPB-Anatel, assinados em 12 de dezembro de 2005 e publicados no DOU em 12 de abril de 2006, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, destinado ao uso do público em geral, em regime privado, por prazo indeterminado, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.393, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.000601/2002. Aprova a posteriori a transferência do controle societário da empresa WKVE ASSESSORIA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TELECOM LTDA., CNPJ/MF nº 00.989.304/0001-23, constante da sétima alteração contratual, caracterizada pela saída de dois sócios controladores: Amir Antônio Carneiro Faria, CPF nº 379.684.917-20 e Maron França Daher, CPF nº 195.448.127-68; e entrada de três novos sócios controladores: Vinícius Carneiro Faria, CPF nº 037.979.326-18, Maria Salete Gomes Penido Gonçalves, CPF nº 349.510.166-72, e Rafael Fagundes Daher, CPF nº 074.417.717-06. Aprova a posteriori a transferência do controle societário da empresa WKVE ASSESSORIA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TELECOM LTDA., CNPJ/MF nº 00.989.304/0001-23, constante da nona alteração contratual, caracterizada pela saída de quatro sócios controladores: Joana D'arc Germano Hollerbach, CPF nº 493.158.546-91,Vinícius Carneiro Faria, CPF nº 037.979.326-18, Maria Salete Gomes Penido Gonçalves, CPF nº 349.510.166-72, e Rafael Fagundes Daher, CPF nº 074.417.717-06; e entrada de novo sócio controlador Newton Correa Ramos, CPF nº 089.357.758-86. Aprova a posteriori a transferência do controle societário da empresa WKVE ASSESSORIA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TELECOM LTDA., CNPJ/MF nº 00.989.304/0001-23, constante da décima alteração contratual, caracterizada pela saída do sócio controlador Newton Correa Ramos, CPF nº 089.357.758-86; e entrada de dois novos sócios controladores: Luciene Pontes Freitas, CPF nº 979.851.207-34, e Carlos Eduardo Pádua Sarcinelli, CPF nº 398.721.222-23. Aprova a posteriori a transferência do controle societário da empresa WKVE ASSESSORIA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TELECOM LTDA., CNPJ/MF nº 00.989.304/0001-23, constante da décima primeira alteração contratual, caracterizada pela saída do sócio controlador Carlos Eduardo Pádua Sarcinelli, CPF nº 398.721.222-23, e redução do capital da sócia Luciene Pontes Freitas, CPF nº 979.851.207-34; e entrada de nova sócia controladora Vera Lúcia Esteves Lago CPF nº 272.882.936-53. Aprova a posteriori a transferência do controle societário da empresa WKVE ASSESSORIA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TELECOM LTDA., CNPJ/MF nº 00.989.304/0001-23, constante da décima terceira alteração contratual, caracterizada pela saída do sócio controlador Eustáquio Souza Martins, CPF nº 156.140.696-15; e entrada de novo sócio controlador Bruno Rocha Coelho, CPF nº 918.041.326-91. As aprovações não eximem a requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.396/2010 - CD, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Ref.: Processo nº 53500.012504/2011. Anui previamente com a transferência do controle societário da Empresa de Telefonia Multiusuários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 68.785.641/0001-32, atualmente detido por IdeiasVentures Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.673.814/0001-85, para Vinicius Costa Van der Put, inscrito no CPF/MF nº 072.842.057-09, por meio da alienação total das ações de emissão da Empresa de Telefonia Multiusuários S.A., conforme os termos do Procedimento Administrativo nº 53500.012504/2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.397, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n° 53500.022331/2009. Aprova a posteriori a transferência do controle direto da G. PASI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA., CNPJ/MF nº 09.398.043/0001-41, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia, com a retirada da Sra. Dayanne Silveira Antunes, CPF nº 014.009.760-06, de seu grupo de controle .

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.399, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n° 53500.011855/2009. Aprova a posteriori a transferência do controle indireto da empresa ALOG-03 SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA., CNPJ/MF nº 10.496.781/0001-00, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia, de Sidney Victor da Costa Breyer, CPF nº 991.213.877-53, Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes - Stratus GC, CNPJ/MF nº 05.063.939/0001-19, e Alexandre Guy Haegler, CPF nº 928.149.647-04, para o Sr. Eduardo Duarte, CPF nº 024.974.417-15.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.400, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.023175/2010. Expede Autorização à CORDIA COMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 06.225.000/0001-76, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 2 de agosto de 2011

Nº 5.912 - Processos nº 53500.019772/2010.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela empresa TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP, CNPJ nº 02.558.157/0001-62, Autorizada do Serviço de Comunicação Multimídia, em face da decisão do Superintendente de Serviços Privados, consubstanciada no Ato nº 1.842, de 29 de março de 2011, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de infração ao art. 53 e 59, inciso VII, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) aprovado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001, decidiu, em sua Reunião nº 613, realizada em 14 de julho de 2011, conhecer do Recurso Administrativo interposto e, no mérito, negar a ele provimento, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 476/2011-GCJV, de 1 de junho de 2011.

Em 12 de setembro de 2011

Nº 7.503 - Processo nº 53569.003389/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TNL PCS S/A, CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 2.844/2011-CD, de 7 de abril de 2011, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de descumprimento de obrigações referentes ao Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal - PGMQ/SMP, aprovado pela Resolução nº 317, de 27 de setembro de 2002, decidiu, em sua Reunião nº 620, realizada em 1º de setembro de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 724/2011-GCJV, de 25 de agosto de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO GERENTE-GERAL

Aplico definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção às pessoas abaixo listadas, nos respectivos processos em que figuram, por descumprimento da legislação aplicável.

Entidade	CNPJ/CPF	Número do processo	Infração	Sanção (R$)
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ DESENVOLVIMENTO DE SIMOLÂNDIA	03253980000122	535000107252011	Art. 78 do Anexo à Resolução nº 259/01, art. 5º do Regulamento de Radiodifusão Comunitária e itens 14.2, 17.2 e 18.1.5 da Norma Complementar nº 01/04.	R$ 1.800,00
ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MONTE DAS OLIVEIRAS	02561439000119	535000071312011	Art. 162, §2º, da Lei nº 9.472/97 e itens 14.2, 18.3.2.2 e 17.2 da Norma Complementar nº 01/04.	R$ 2.000,00
CÂMARA DOS DEPUTADOS	00530352000159	535000125962011	Item 2.5.2 da Portaria MC nº 38/74.	Advertência
JOÃO BEZERRA CUNHA	54004128153	535000068682011	Art. 162, §2º, e 163 da Lei nº 9.472/97.	R$ 4.350,00

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 2.036, DE 6 DE ABRIL DE 2011

Processo nº 53563.000516/2008. Aplica à CABO SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.952.192/0001-61, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, a sanção de multa no valor de R$ 19.278,42 (dezenove mil, duzentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos), por ter sido apurado o cometimento das infrações constatadas em fiscalização e consubstanciadas no Auto de Infração - Serviço de Televisão por Assinatura nº 0002RN20070068, de 31 de março de 2008, relativas ao Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de Televisão por Assinatura (PGMQ - Televisão por Assinatura), aprovado pela Resolução nº 411, de 14 de julho de 2005.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 2.049, DE 6 DE ABRIL DE 2011

Processo nº 53500.012479/2009. Aplica à RÁDIO JARDIM LTDA., CNPJ/MF nº 03.689.397/0001-69, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul, a sanção de multa no valor de R$ 1.644,32 (hum mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), por não haver cumprido as exigências formuladas por meio do Ofício nº 61/2008/CMLCC-Anatel, de 11 de abril de 2008, quanto ao envio de informações relativas à prestação do serviço, cujos prazos para encaminhamento venceram no dia 15 de cada mês subseqüente, conforme indicado no Ato de Instauração nº 42/CMLCE/CMLC/SCM, de 5 de junho de 2009.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 2.083, DE 8 DE ABRIL DE 2011

Processo nº 53500.023520/2010. Aplica à NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, na condição de sucessora por incorporação da TV CABO E COMUNICAÇÕES DE JUNDIAÍ S/A (antiga denominação da NET JUNDIAÍ LTDA.), CNPJ/MF nº 62.059.084/0001-96, à época concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Jundiaí, no Estado de São Paulo, a sanção de advertência, por não ter sido encaminhado à Anatel o Termo de Transferência de Ações nº 43, de 2 de novembro de 2007, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, estabelecido no art. 29, "a", da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995 (Lei do Serviço de TV a Cabo), conforme indicado no Ato de Instauração nº 56/CMLCE/CMLC/SCM, de 24 de setembro de 2010.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 2.977, DE 10 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53532.001483/2010. Aplica à TELEVISÃO CIDADE S/A, CNPJ/MF nº 01.673.744/0001-30, concessionária do Serviço de TV a Cabo nas Áreas de Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista, todas no Estado de Pernambuco, a sanção de advertência, por ter sido apurado o cometimento da irregularidade constatada em fiscalização e consubstanciada no Auto de Infração nº 0004PE20100009, de 9 de julho de 2010.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 3.371, DE 23 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.012484/2009. Aplica à MMDS BAHIA LTDA., CNPJ/MF nº 04.039.729/0001-22, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Feira de Santana, no Estado da Bahia, a sanção de multa no valor de R$ 722,75 (setecentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos) por não haver cumprido as exigências formuladas por meio do Ofício-Circular nº 011/2006/CMROR/CMRO/SCM-ANATEL, de 25 de janeiro de 2006, quanto ao envio de informações relativas à prestação do serviço, cujos prazos para encaminhamento venceram no dia 15 de cada mês subsequente, conforme indicado no Ato de Instauração nº 46/CMLCE/CMLC/SCM, de 5 de junho de 2009.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 3.372, DE 23 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.012484/2009. Aplica à MMDS BAHIA LTDA., CNPJ/MF nº 04.039.729/0001-22, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Itabuna, no Estado da Bahia, a sanção de multa no valor de R$ 837,34 (oitocentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos) por não haver cumprido as exigências formuladas por meio do Ofício-Circular nº 011/2006/CMROR/CMRO/SCM-ANATEL, de 25 de janeiro de 2006, quanto ao envio de informações relativas à prestação do serviço, cujos prazos para encaminhamento venceram no dia 15 de cada mês subsequente, conforme indicado no Ato de Instauração nº 46/CMLCE/CMLC/SCM, de 5 de junho de 2009.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 3.373, DE 23 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.012484/2009. Aplica à MMDS BAHIA LTDA., CNPJ/MF nº 04.039.729/0001-22, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Petrolina, no Estado de Pernambuco, a sanção de multa no valor de R$ 1.761,83 (hum mil, setecentos e sessenta e um reais e oitenta e três centavos) por não haver cumprido as exigências formuladas por meio do Ofício-Circular nº 011/2006/CMROR/CMRO/SCM-ANATEL, de 25 de janeiro de 2006, quanto ao envio de informações relativas à prestação do serviço, cujos prazos para encaminhamento venceram no dia 15 de cada mês subsequente, conforme indicado no Ato de Instauração nº 46/CMLCE/CMLC/SCM, de 5 de junho de 2009.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 3.374, DE 23 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.012484/2009. Aplica à MMDS BAHIA LTDA., CNPJ/MF nº 04.039.729/0001-22, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Salvador, no Estado da Bahia, a sanção de multa no valor de R$ 1.645,35 (hum mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) por não haver cumprido as exigências formuladas por meio do Ofício-Circular nº 011/2006/CMROR/CMRO/SCM-ANATEL, de 25 de janeiro de 2006, quanto ao envio de informações relativas à prestação do serviço, cujos prazos para encaminhamento venceram no dia 15 de cada mês subsequente, conforme indicado no Ato de Instauração nº 46/CMLCE/CMLC/SCM, de 5 de junho de 2009.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 3.375, DE 23 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.012484/2009. Aplica à MMDS BAHIA LTDA., CNPJ/MF nº 04.039.729/0001-22, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, a sanção de multa no valor de R$ 1.619,73 (hum mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e três centavos) por não haver cumprido as exigências formuladas por meio do Ofício-Circular nº 011/2006/CMROR/CMRO/SCM-ANATEL, de 25 de janeiro de 2006, quanto ao envio de informações relativas à prestação do serviço, cujos prazos para encaminhamento venceram no dia 15 de cada mês subsequente, conforme indicado no Ato de Instauração nº 46/CMLCE/CMLC/SCM, de 5 de junho de 2009.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 6.457, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza a Rádio Excelsior S/A (atual denominação de Rádio Excelsior Ltda), permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequ0ência Modulada na localidade de São Paulo/SP, CNPJ nº. 60.749.397/0001-40, a executar o Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais, para testar o Sistema de Radiodifusão Sonora Digital IBOC no Canal 213. Prazo de 12 meses a partir da data de publicação. Processo n.º 53000.050057/2007.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 6.458, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza a Rádio Excelsior S/A (atual denominação de Rádio Excelsior Ltda), concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média na localidade de São Paulo/SP, CNPJ nº. 60.749.397/0001-40, a executar o Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais, para testar o Sistema de Radiodifusão Sonora Digital IBOC, na Freqüência: 780 kHz. Prazo de 12 meses a partir da data de publicação. Processo n.º 53500.017825/2006.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 6.036, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Processo n° 535000129062011 . Expede autorização de uso de radiofreqüências à TDKOM INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 01.693.339/0001-83, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.082, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

Processo n° 53500.031109/2010. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à WLN - PROVEDOR DE SERVICOS DE INTERNET LTDA, CNPJ nº 09.164.958/0001-92, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.114, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53542.000832/2002 - Extinguir, por cassação, a partir de 03 de setembro de 2009 a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, expedida à entidade COMISSARIA AÉREA BRASÍLIA LTDA, CNPJ: 00.303.784/0012-80, Fistel 50012875295, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro no artigo 133, I c.c o artigo 139, ambos da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.171, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n° 53500.015802/2011 . Expede autorização de uso de radiofrequências à SI TELEINFORMATICA - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 08.820.024/0001-07, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.233, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas competências, consoante o disposto no art. 142, combinado com o art. 194 e seus incisos, ambos do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel -, aprovado pela Resolução n.° 270, de 19 de julho de 2001.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 91, 92, 136, 164 e 165 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e nos Regulamentos aprovados pelas Resoluções n.° 239, de 29 de novembro de 2000, e n.° 259, de 19 de abril de 2001, ambos da Anatel;

CONSIDERANDO que por meio do Ato n.° 2615, de 28 de abril de 2011, a Anatel tornou pública sua intenção de expedir autorização para exploração dos Serviços Limitados Especializado ou Privado, submodalidades Serviços de Radiotáxi Especializado ou Privado, de interesse coletivo ou restrito, respectivamente, bem como outorgar autorizações de uso de radiofrequências associadas às autorizações;

CONSIDERANDO os resultados dos estudos sobre as manifestações de interesse, nas faixas de radiofrequências indicadas, recebidas na Anatel até o dia 10 de junho de 2011, e, ainda, o que consta do processo nº 53500.008815/2011, resolve:

Art. 1º Reconhecer a inexigibilidade de licitação para a expedição de autorização para exploração dos Serviços Limitados Especializado ou Privado, submodalidades Serviços de Radiotáxi Especializado ou Privado, de interesse coletivo ou restrito, respectivamente, e para a outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, nas áreas de prestação de serviço e nas faixas de radiofrequências específicas, que constam no Anexo I deste Ato, diante da não necessidade da disputa pelas autorizações.

Parágrafo único. Estabelecer que as entidades que apresentaram as manifestações de interesse deverão ser informadas dos procedimentos e condições para recebimento da autorização requerida.

Art. 2º Reconhecer a exigibilidade de licitação para a expedição de autorização para exploração dos Serviços Limitados Especializado ou Privado, submodalidades Serviços de Radiotáxi Especializado ou Privado, de interesse coletivo ou restrito, respectivamente, e para a outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, nas áreas de prestação de serviço constituídas pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na faixa de radiofrequências de 34 MHz (canais 01 a 10), e pela Região Metropolitana de São Paulo, na faixa de radiofrequências de 38 MHz, diante da necessidade de disputa pelas autorizações.

Parágrafo único. Oportunamente esta Agência procederá à abertura de procedimento licitatório, na modalidade de Concorrência Pública, para expedição e outorga das autorizações.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

ÁREA DE PRESTAÇÃO	FAIXAS DE FREQÜÊNCIAS	CANAIS DISPONÍVEIS	MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	NECESSIDADE DE LICITAÇAO
REGIÃO METROPOLITANA DE AGRESTE/AL	33 MHz	30	-	
	34 MHz (1 a 10)	10	-	
	34 MHz (11 a 15)	5	-	
	38 MHz	26	-	
	39 MHz	41	-	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	152 a 174 MHz	42	5	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	
REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU/SE	33 MHz	29	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	37	-	-
	152 a 174 MHz	46	5	NÃO
	243 a 257 MHz	5	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	5	-	-
	34 MHz (11 a 15)	1	-	-
	38 MHz	20	2	NÃO
	39 MHz	39	1	NÃO
	152 a 174 MHz	82	2	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	44	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM/PA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	15	8	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE/MG	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	21	7	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE BOTUCATU/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	6	-	-
	34 MHz (11 a 15)	1	-	-
	38 MHz	16	-	-
	39 MHz	26	-	-
	152 a 174 MHz	19	1	NÃO
	243 a 257 MHz	3	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINA GRANDE/PB	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	24	-	-
	39 MHz	39	-	-
	152 a 174 MHz	47	2	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	5	-	-
	34 MHz (11 a 15)	0	-	-
	38 MHz	7	-	-
	39 MHz	15	-	-
	152 a 174 MHz	8	4	NÃO
	243 a 257 MHz	2	-	-
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	95	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE CATANDUVA/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	36	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	94	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE CHAPECÓ/SC	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	69	2	NÃO
	243 a 257 MHz	2	-	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	40	-	-
	152 a 174 MHz	11	5	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS/BA	33 MHz	29	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	1	NÃO
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	74	-	-
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA/CE	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	36	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DA FOZ DO RIO ITAJAÍ/SC	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	36	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA/GO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	9	-	-
	34 MHz (11 a 15)	3	-	-
	38 MHz	24	-	-
	39 MHz	41	-	-
	152 a 174 MHz	42	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUIS/MA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	68	5	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA/ES	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	104	2	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA/PR	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	9	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	50	-	-
	243 a 257 MHz	6	1	NÃO
MUNICÍPIO DE GUARATINGUETÁ/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	5	-	-
	34 MHz (11 a 15)	0	-	-
	38 MHz	7	-	-
	39 MHz	15	-	-
	152 a 174 MHz	8	1	NÃO
	243 a 257 MHz	2	-	-
MUNICÍPIO DE ITÚ/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	5	-	-
	34 MHz (11 a 15)	0	-	-
	38 MHz	7	-	-
	39 MHz	17	-	-
	152 a 174 MHz	9	1	NÃO
	243 a 257 MHz	2	-	-
MUNICÍPIO DE JATAÍ/GO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	62	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA/PB	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	69	5	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	9	-	-
	34 MHz (11 a 15)	4	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	79	1	NÃO
	243 a 257 MHz	5	-	-
MUNICÍPIO DE LIMEIRA/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	95	1	NÃO
	243 a 257 MHz	5	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA/PR	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	26	2	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE LORENA/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	5	-	-
	34 MHz (11 a 15)	0	-	-
	38 MHz	5	-	-
	39 MHz	12	-	-
	152 a 174 MHz	6	1	NÃO
	243 a 257 MHz	2	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ/AL	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	25	24	NÃO
	243 a 257 MHz	5	1	NÃO
REGIÃO METROPOLOTANA DE MANAUS/AM	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	27	5	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	97	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE MATÃO/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	36	2	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE MONTE ALTO/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	36	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	93	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE PALMAS/TO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	96	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS/PA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	89	2	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE PASSOS/MG	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	39	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	102	3	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS/RJ	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	21	-	-
	39 MHz	36	-	-
	152 a 174 MHz	67	1	NÃO
	243 a 257 MHz	5	-	-
MUNICÍPIO DE PIRACICABA/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	97	2	NÃO
	243 a 257 MHz	5	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	17	2	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	76	-	-
	243 a 257 MHz	6	1	NÃO
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	35	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE/PE	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	17	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE RIO BRANCO/AC	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	76	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO/RJ	33 MHz	27	5	NÃO
	34 MHz (1 a 10)	6	10	SIM
	34 MHz (11 a 15)	0	-	-
	38 MHz	0	-	-
	39 MHz	0	-	-
	152 a 174 MHz	0	-	-
	243 a 257 MHz	0	-	-
MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	69	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	91	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	59	5	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MUNICÍPIO DE ROSÁRIO/MA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	61	2	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR/BA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	20	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	54	3	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	9	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	16	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	35	1	NÃO
	243 a 257 MHz	4	-	-
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	9	-	-
	34 MHz (11 a 15)	4	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	95	2	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	4	-	-
	38 MHz	23	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	30	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	5	-	-
	34 MHz (11 a 15)	0	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	90	1	NÃO
	243 a 257 MHz	5	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO/SP	33 MHz	27	1	NÃO
	34 MHz (1 a 10)	4	-	-
	34 MHz (11 a 15)	0	-	-
	38 MHz	1	2	SIM
	39 MHz	6	6	NÃO
	152 a 174 MHz	0	-	-
	243 a 257 MHz	0	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE/MA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	103	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE TAUBATÉ/SP	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	5	-	-
	34 MHz (11 a 15)	1	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	41	-	-
	152 a 174 MHz	98	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE TERESINA/PI	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	65	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DE TUBARÃO/SC	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	38	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE UBERABA/MG	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	25	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	26	2	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG	33 MHz	29	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	72	1	NÃO
	243 a 257 MHz	5	-	-
REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ/MT	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	57	1	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	10	-	-
	34 MHz (11 a 15)	5	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	42	-	-
	152 a 174 MHz	103	4	NÃO
	243 a 257 MHz	6	-	-
MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA/RJ	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	8	-	-
	34 MHz (11 a 15)	6	-	-
	38 MHz	15	-	-
	39 MHz	24	-	-
	152 a 174 MHz	10	2	NÃO
	243 a 257 MHz	1	-	-
DISTRITO FEDERAL	33 MHz	30	-	-
	34 MHz (1 a 10)	9	-	-
	34 MHz (11 a 15)	4	-	-
	38 MHz	26	-	-
	39 MHz	41	-	-
	152 a 174 MHz	0	-	-
	243 a 257 MHz	6	2	NÃO

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.239, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n° 53500.003584/1999. Prorrogar o prazo de vigência da outorga de autorização de uso de radiofreqüência(s), consignada(s) à VIVO S.A., CNPJ nº 02.449.992/0001-64, associada à Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, sem exclusividade, em caráter precário, e de forma onerosa, até 30 de Novembro de 2023, referente(s) ao(s) radioenlaces(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.243, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n° 53500.027618/2004. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S. A., CNPJ nº 33.530.486/0001-29, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.263, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n° 535080068072007. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à PREDLINK REDE DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 05.980.171/0001-48, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.264, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n° 535000275652004. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S. A., CNPJ nº 33.530.486/0001-29, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.266, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.028808/2010. Expede autorização à URU PREFEITURA, CNPJ nº 44.556.207/0001-12, para explorar, de forma direta, o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, não aberto à correspondência pública, de forma gratuita, limitado o acesso aos serviços da Prefeitura e aos seus munícipes, no município de Uru/SP.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.273, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Processo no 53500.006665/2001. Declara extinta, por renúncia, a partir de 23 de agosto de 2011, a autorização outorgada ao TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, CNPJ/MF n.º 00.509.968/0001-48, FISTEL nº para explorar, para uso próprio, o Serviço Limitado Privado - Estações Itinerantes.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.274, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n° 53500.026762/2010 . Expede autorização de uso de radiofreqüências à RIO TELECOM LTDA, CNPJ nº 03.315.781/0001-00, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.303, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n° 53500.006913/2010. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à DESKTOP - SIGMANET COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA. ME, CNPJ nº 08.170.849/0001-15, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.314, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n° 535000031902011. Expede autorização de uso de radiofreqüências à NETJAT PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA ME, CNPJ nº 10.250.433/0001-59, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 6.317, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Processo no 53500.001663/2000. Prorroga autorização para uso de radiofrequência à(ao) SAL-TTUR SALVADOR TRANSPORTES E SERVICOS LTDA., CNPJ no 34.181.354/0001-00, associada à autorização para exploração do Serviço de Radiotáxi Especializado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.326, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n° 53500.027619/2004. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S. A., CNPJ nº 33.530.486/0001-29, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.327, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 535040027282007. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à TELIUM TELECOMUNICACOES LTDA., CNPJ nº 07.272.054/0001-55, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.329, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.016365/2011. Expede autorização à PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GOTARDO, CNPJ nº 18.602.037/0001-55, para explorar, de forma direta, o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, não aberto à correspondência pública, de forma gratuita, limitado o acesso aos serviços da Prefeitura e aos seus munícipes, no município de São Gotardo/MG.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.295, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

Processo 53500.014759/2011 - Expede autorização para execução do Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP à GERDAU AÇOMINAS S/A, CNPJ n.º 17.227.422/0001-05, sem exclusividade, por prazo indeterminado, para o município de Ouro Branco/MG, e outorga a autorização do direito de uso dos canais de radiofrequência 02, 04, 06, 08, 10, 18, 20, 22, 24, 26, 34, 36, 38, 40, 42, 50, 52, 54, 56, 58, 66, 68, 70, 72 e 74 da Tabela B.1 do Anexo B da Resolução n.º 557/2010/Anatel, sem exclusividade, associados ao SLMP, por 15 (quinze) anos, prorrogável uma única vez, por igual período e a título oneroso, para o municipio de Ouro Branco/MG.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

GERÊNCIA-GERAL DE SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 6.398, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Processo nº. 53500.020998/2011- Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofreqüência associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida:

ENTIDADE, CNPJ/CPF, FISTEL, VALIDADE:

ADAO PEREIRA DA SILVA, 35877936115, 50010760644 , 6/4/2011 / AMILTON ALVES DIAS, 30056390106, 80100132340 , 16/7/2011 / ANTONIO CUNHA DE NARDI, 11406542172, 50010643419 , 8/3/2011 / ANTONIO SIQUEIRA GARCIA, 74753762815, 80100246273 , 22/8/2011 / ARNALDO DOS SANTOS REGES, 27550354120, 80100203388 , 9/8/2011 / ARNALDO GARCIA PARENTE, 18212930106, 50011013958 , 4/6/2011 / CLAUDIO OLIVEIRA BARBOSA, 57966885100, 50010872523 , 2/5/2011 / EUROS JOSE COSTA SANTOS, 04006658400, 80100258360 , 25/8/2011 / GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO, 48828416149, 80100221017 , 14/8/2011 / JOSE CARLOS GARCIA, 74752979853, 80100248489 , 22/8/2011 / JUDIVAN CARNEIRO DE AGUIAR, 53880897115, 50010632484 , 6/3/2011 / JULIO ATILA BATISTA DE AZEVEDO, 29013313787, 80100119832 , 11/7/2011 / MARCO ANTONIO PAES DOS REYS, 10223126187, 80100118194 , 11/7/2011 / RAIMUNDO XAVIER CAVALCANTI, 22443207153, 50010881433 , 03/05/2011, 03/05/2011 / RODRIGO ALVES DE OLIVEIRA, 91155517172, 80100263879 , 28/8/2011 / RUBENS DANILO ALVES OLIVEIRA, 66445981100, 80100268676 , 29/8/2011.

JOSÉ AUGUSTO DOMINGOS TRENTINO
Gerente-Geral
Substituto

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 240, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pela Portaria nº 591, publicada em 20/09/2006, Portaria nº 711, publicada em 13/11/2008, Portaria nº 401, publicada em 06/05/2010, Portaria nº 11, publicada em 28/01/2011, Portaria nº 19, publicada em 17/02/2011, e Portaria nº 69, publicada em 18 de março de 2011, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.010607/2009, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE FAMÍLIA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Limeira, Estado de São Paulo, o canal 44 (quarenta e quatro) de TVD, correspondente à Faixa de Freqüência de 650 MHz a 656 MHz, para a transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na mesma localidade.

Art. 2 A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos, e do Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União, em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 241, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pela Portaria nº 591, publicada em 20/09/2006, Portaria nº 711, publicada em 13/11/2008, Portaria nº 401, publicada em 06/05/2010, Portaria nº 11, publicada em 28/01/2011, Portaria nº 19, publicada em 17/02/2011, e Portaria nº 69, publicada em 18 de março de 2011, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.010608/2009, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO JORNAL FLUMINENSE DE CAMPOS LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, o canal 38 (trinta e oito) de TVD, correspondente à Faixa de Freqüência de 614 MHz a 620 MHz, para a transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na mesma localidade.

Art. 2 A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos, e do Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União, em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA P

VOCÊ SABIA QUE...

...após a Imprensa Nacional ter várias sedes provisórias, foi inaugurado, por D. Pedro II, em 1877, o primeiro prédio construído para abrigar os prelos e todo o material usado na gráfica? Que este edifício pegou fogo na noite de 15 de setembro de 1911, onde se perdeu vasto material histórico?



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 20 de setembro de 2011

Nº 3.797 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, com base na Lei n. 10.848/2004, no Decreto n. 5.163/2004 e na Portaria MME n. 113/2011, e considerando o que consta do Processo n. 48500.000820/2011-58, resolve delegar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE parte da operacionalização da Chamada Pública n. 001/2011, especificamente em relação às seguintes atividades: (i) contratar o agente custodiante das garantias de participação, capaz de executar as atividades em Brasília e São Paulo; (ii) executar todas as atividades referentes ao controle de entrega, prorrogação e liberação das garantias, na forma prevista no Edital, além de fornecer à ANEEL lista detalhada das garantias entregues; (iii) enviar à ANEEL, até a data prevista para o aporte de garantias de participação, relatório de estimativa dos custos para implementação das atividades delegadas e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a realização da Chamada Pública, o detalhamento das despesas por ela incorridas; e (iv) fornecer documentos e informações, sempre que solicitado pela ANEEL.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de setembro de 2011

Nº 3.827 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 914, de 29 de abril de 2008, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Resolução Normativa nº 167, de 10 de outubro de 2005 e nº 323, de 8 de julho de 2008 e o que consta do Processo nº 48500.001106/2009-62, resolve conhecer e dar provimento ao pedido de reconsideração interposto pela Ampla Energia e Serviços S.A. em face do Despacho nº 881, de 10 de março de 2009, registrando o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica no período de 01/01/2009 a 30/06/2009.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 21 de setembro de 2011

Nº 3.828 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005458/2010-21, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG12, UG13 e UG14, de 2.000 kW cada uma, totalizando 6.000 kW, da EOL Cerro Chato II, localizada no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, de titularidade da empresa Eólica Cerro Chato II S.A., autorizada nos termos da Portaria n° 747, de 24 de agosto de 2010, e que teve alterada as características técnicas, as instalações de interesse restrito e a denominação da usina, nos termos do Despacho ANEEL nº 148, de 20 de janeiro de 2011, para início da operação comercial a partir do dia 20 de setembro 2011, quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível ao sistema; II - Tornar sem efeito o Despacho ANEEL nº 3.786, de 19 setembro de 2011.

Nº 3.829 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000351/2004-11, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG1 e UG2, de 5.400 kW cada, totalizando 10.800 kW de potência instalada, da PCH Divisa, localizada no Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, de titularidade da empresa Divisa Energia S.A., cujo objeto foi autorizado nos termos da Resolução nº 23, de 27 de janeiro de 2004, para início da operação em teste a partir do dia 23 de setembro de 2011; II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de setembro de 2011

Nº 3.825 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no inciso XIII, art. 3º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução nº 334, de 21 de outubro de 2008, nos Contratos de Concessão de Distribuição nº 02 a 05/1997 e o que consta do Processo nº 48500.007181/2008-56, resolve: I - anuir ao 2º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnico-Científica nº 402000263, celebrado entre a Cemig Distribuição S.A., a Companhia Energética de Minas Gerais e a Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência até 31/12/2011, acrescer serviços ao objeto com o respectivo incremento do valor de R$ 3.993.740,00 (três milhões, novecentos e noventa e três mil, setecentos e quarenta reais); II - estabelecer que o aditamento ora aprovado deve estar estritamente vinculado ao objeto da concessão, sendo de exclusiva responsabilidade da concessionária a gestão quanto a necessidade, oportunidade, análise dos riscos e custos inerentes ao 2º Termo Aditivo; III - registrar que (i) a presente anuência não implica reconhecimento, pela ANEEL, dos valores contratados pelos agentes, os quais, para fins tarifários, estarão sujeitos aos limites apurados, segundo a metodologia própria e (ii) que os valores contratados, em momento algum, servirão de alegação para qualquer pleito, visando à reposição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária.

Nº 3.826 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, nos arts. 28, 28-A e 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no Contrato de Concessão nº 8/2008 e o constante do Processo nº 48500.004118/2011-63, resolve homologar a cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de concessão, compreendendo os direitos creditórios e demais direitos relacionados no pedido protocolado na ANEEL sob o nº 48513.019883/2011-00, da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A., para captação de até R$ 753.464.692,00 (setecentos e cinqüenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil seiscentos e noventa e dois reais) junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e ao Banco da Amazônia, para investimentos na respectiva área de concessão, sem prejuízo da instauração de processo punitivo decorrente da apresentação do pedido após a celebração do contrato.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de setembro de 2011

Nº 3.806 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, tendo em vista o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, e o que consta do Processo nº 48500.007011/2010-96, resolve: I - Aceitar a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Chopim, no trecho entre o canal de fuga da PCH Rancho Grande e o remanso do reservatório da PCH Foz do Curucaca, localizado na sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, apresentada pelas empresas Minas PCH S.A. e Eletroriver S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 07.895.905/0001-16 e 01.968.293/0001-68, respectivamente.

Em 22 de setembro de 2011

Nº 3.830 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, na Resolução nº 395, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.000634/2007-71, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para realização do projeto básico da PCH Taquari, situada no rio Santa Bárbara, sub-bacia 56, Estado de Minas Gerais, concedido à empresa EDP Energias do Brasil S.A. II - Revogar o Despacho nº 461, de 22 de fevereiro de 2007.

Nº 3.831 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria 1.807, de 10 de maio de 2011, com base na Resolução Normativa ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.003941/2009-37, resolve: I - Não aceitar o Estudo de Inventário do rio Cuiabá, sub-bacia 66, na bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Mato Grosso, apresentado pela empresa Voltalia Energia do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 08.351.042/0001-89, conforme previsto no § 2º do artigo 14 da Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998. II- Facultar à interessada a reapresentação dos seus estudos de acordo com a orientação emanada da Nota Técnica nº 388/2011-SGH/ANEEL, acostada ao processo de referência, estabelecendo que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL a partir do dia 20 de dezembro de 2011 até a data de 19 de janeiro de 2012.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 50, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, na Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, no parágrafo único do artigo 16 e no artigo 61 do Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 876, de 21 de setembro de 2011, e

Considerando que o caput e o inciso IX do artigo 8º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, atribui à ANP a competência para promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas, bem como de fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional na indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;

Considerando que o artigo 58 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, com redação dada pela Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, estabelece que será facultado a qualquer interessado o uso dos dutos de transporte e dos terminais marítimos existentes ou a serem construídos, com exceção dos terminais de Gás Natural Liquefeito - GNL, mediante remuneração adequada ao titular das instalações ou da capacidade de movimentação de gás natural, nos termos da lei e da regulamentação aplicável;

Considerando o disposto no artigo 61, e em seu parágrafo único, do Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, que estabelece que a ANP poderá outorgar autorização para qualquer sociedade ou consórcio, desde que constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, construir, ampliar a capacidade e operar terminais de GNL, bem como estabelecerá os requisitos e condições para a outorga e transferência da titularidade dessas autorizações, respeitadas as normas de proteção ambiental e de segurança das instalações;

Considerando que o artigo 3º da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, estabelece que a atividade de transporte de gás natural será exercida por sociedade ou consórcio cuja constituição seja regida pelas leis brasileiras, com sede e administração no País, por conta e risco do empreendedor, mediante os regimes de concessão, precedida de licitação, ou autorização, sendo que o regime de autorização aplicar-se-á aos gasodutos de transporte que envolvam acordos internacionais, enquanto o regime de concessão aplicar-se-á a todos os gasodutos de transporte considerados de interesse geral;

Considerando que o artigo 16 do Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, estabeleceu que os gasodutos iniciados em terminais de GNL e interligados à malha de transporte que não integrem o terminal serão considerados gasodutos de transporte e que, em seu parágrafo único, dispôs que a ANP definirá quais os gasodutos que integram os terminais de GNL por meio de regulação específica, torna público o seguinte ato:

Das Disposições Gerais

Art. 1º Ficam estabelecidas as informações a serem prestadas para a ANP relativas aos terminais de GNL e os critérios para definir os gasodutos que são parte integrante desses terminais.

Parágrafo Único. Os gasodutos iniciados em terminais de GNL e interligados à malha de transporte serão classificados como integrantes desses terminais ou como gasodutos de transporte.

Das Definições

Art. 2º Ficam estabelecidas as seguintes definições para os fins desta Resolução:

I - Acondicionamento de Gás Natural: confinamento de gás natural na forma gasosa, líquida ou sólida para o seu transporte ou consumo;

II - Agente Operador do Terminal de GNL: pessoa jurídica autorizada pela ANP a operar o terminal de GNL;

III - Agentes da Indústria do Gás Natural: sociedades ou consórcios que atuam nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, exportação, processamento, tratamento, transporte, carregamento, estocagem, acondicionamento, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural;

IV - Autoprodutor: agente explorador e produtor de gás natural que utiliza parte ou totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais;

V - Autoimportador: agente autorizado para a importação de gás natural que utiliza parte ou totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais;

VI - Usuário do Terminal de GNL: empresa ou consórcio de empresas contratante do serviço prestado pelo agente operador do terminal de GNL;

VII - Carregador: agente que utilize ou pretenda utilizar o serviço de movimentação de gás natural em gasoduto de transporte, mediante autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

VIII - Central de Distribuição de GNL: área devidamente delimitada que contém os recipientes destinados ao recebimento, armazenamento e transvasamento de GNL, construída e operada de acordo com as normas internacionalmente adotadas;

IX - Comercialização de Gás Natural: atividade de compra e venda de gás natural, realizada por meio da celebração de contratos negociados entre as partes e registrados na ANP, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 25 da Constituição Federal;

X - Distribuição de Gás Canalizado: serviços locais de comercialização de gás canalizado, junto aos usuários finais, explorados com exclusividade pelos Estados, diretamente ou mediante concessão, nos termos do § 2º do artigo 25 da Constituição Federal;

XI - Gás Natural ou Gás: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, cuja composição poderá conter gases úmidos, secos e residuais;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XII - Gás Natural Liquefeito - GNL: gás natural submetido a processo de liquefação para estocagem e transporte, passível de regaseificação em unidades próprias;

XIII - Terceiro Interessado: empresa ou consórcio de empresas que solicita formalmente os serviços executados pelo agente operador de terminal de GNL;

XIV - Gasoduto de Transporte: gasoduto que realize movimentação de gás natural desde instalações de processamento, estocagem ou outros gasodutos de transporte até instalações de estocagem, outros gasodutos de transporte e pontos de entrega a concessionários estaduais de distribuição de gás natural, ressalvados os casos previstos nos incisos XVII e XIX do caput do artigo 2º da Lei nº 11.909/2009, incluindo estações de compressão, de medição, de redução de pressão e de entrega, respeitando-se o disposto no § 2º do artigo 25 da Constituição Federal;

XV - Serviços Auxiliares: todos os serviços necessários ao acesso e à operação dos terminais de GNL;

XVI - Terminal de GNL: instalação utilizada para a liquefação de gás natural ou para a importação, descarga e regaseificação de GNL, incluindo os serviços auxiliares e tanques de estocagem temporária necessários para o processo de regaseificação e subseqüente entrega do gás natural à malha dutoviária ou a outros modais de transporte;

XVII - Transporte de Gás Natural: movimentação de gás natural em gasodutos de transporte, abrangendo a construção, a expansão e a operação das instalações;

XVIII - Transportador: empresa autorizada ou concessionária da atividade de transporte de gás natural por meio de duto;

XIX - Unidade de Liquefação: instalação na qual o gás natural é liquefeito, de modo a facilitar a sua estocagem e transporte, podendo compreender unidades de tratamento de gás natural, trocadores de calor e tanques para estocagem de GNL;

XX - Unidade de Regaseificação: instalação na qual o gás natural liquefeito é regaseificado mediante a imposição de calor para ser introduzido na malha dutoviária, podendo compreender tanques de estocagem de GNL e regaseificadores, além de equipamentos complementares.

Dos Terminais de Gás Natural Liquefeito

Art. 3º Será considerado terminal de GNL, a critério da ANP, um terminal que, em conjunto com outras instalações ou embarcações, efetivamente execute as atividades elencadas em sua definição, descrita no inciso XVI do artigo 2º da presente Resolução.

Art. 4º A construção, ampliação e operação de terminais de GNL dependerão de prévia e expressa autorização da ANP, na forma da legislação em vigor.

Art. 5º Antes de iniciar a operação do terminal, a autorizatária do terminal de GNL deverá informar à ANP os custos efetivos de construção e a estimativa dos custos de operação.

Art. 6º O agente operador do terminal de GNL poderá, ao seu critério, permitir o acesso de terceiros interessados a suas instalações.

Art. 7º A execução, pelo agente operador do terminal de GNL, das atividades elencadas no inciso XVI do artigo 2º da presente Resolução, em atendimento a terceiro interessado, deve ser formalizada por meio de instrumentos contratuais de uso do terminal de GNL.

§ 1º Os serviços prestados deverão ser formalizados em instrumentos contratuais específicos de uso do terminal de GNL, celebrados entre o agente operador do terminal de GNL e o terceiro interessado, o qual passará à condição de usuário do terminal de GNL.

§ 2º Os instrumentos contratuais de uso do terminal de GNL de que trata o caput deverão ser padronizados para cada modalidade de serviço, explicitando:

I - tipo de serviço contratado;

II - identificação das partes;

III - termos e condições gerais de prestação do serviço;

IV - capacidade de armazenamento, liquefação, regaseificação e movimentação contratadas, no que for aplicável;

V - remuneração do serviço;

VI - solução de controvérsias;

VII - condições de faturamento e pagamento;

VIII - prazo de vigência.

§ 3º O agente operador do terminal de GNL deverá elaborar e enviar à ANP os modelos dos instrumentos contratuais previstos no § 2º desse artigo, 30 (trinta) dias antes de sua celebração.

§ 4º A autorizatária deverá informar à ANP a metodologia utilizada para o cálculo da remuneração do serviço acordada, a memória de cálculo dessa remuneração e os valores relativos a cada modalidade de serviço a ser prestado para os usuários do terminal de GNL.

§ 5º As remunerações aplicáveis a cada modalidade de serviço deverão ser compostas por uma estrutura de encargos relacionados à natureza dos custos atribuíveis à sua prestação, devendo refletir:

I - os custos da prestação eficiente do serviço;

II - os determinantes de custos, tais como o volume, o consumo de gás natural pela instalação, as perdas, o número de carregamentos e o prazo de contratação, observando a responsabilidade de cada usuário do terminal de GNL na ocorrência desses custos e a qualidade dos tipos de serviço oferecidos;

III - um retorno justo e adequado do investimento.

§ 6º A remuneração pelos serviços prestados nos terminais de GNL deverá ser estruturada, no mínimo, com base nos seguintes encargos:

I - encargo de capacidade de recepção: destinado a cobrir os custos fixos relacionados à capacidade de recepção do terminal, bem como as despesas gerais e administrativas e os custos fixos de operação e manutenção;

II - encargo de capacidade de armazenamento: destinado a cobrir, quando aplicável, os custos fixos relacionados ao acondicionamento temporário do GNL;

III - encargo de capacidade de regaseificação: destinado a cobrir, quando aplicável, os custos fixos relacionados à capacidade de regaseificação do GNL e subsequente entrega do gás natural à malha dutoviária ou a outros modais de transporte;

IV - encargo de capacidade de liquefação: destinado a cobrir, quando aplicável, os custos fixos relacionados à capacidade de liquefação;

V - encargo de capacidade de entrega: destinado a cobrir os custos fixos relacionados à capacidade de entrega do terminal;

VI - encargo de movimentação: destinado a cobrir os custos variáveis com a movimentação de gás.

§ 7º Para fins de acompanhamento técnico, econômico e financeiro, a ANP poderá solicitar informações adicionais sempre que julgar necessário.

Art. 8º Os instrumentos contratuais de uso do terminal de GNL celebrados deverão ser enviados pelo agente operador do terminal de GNL à ANP em até 30 (trinta) dias após sua assinatura.

Art. 9º O agente operador do terminal de GNL deverá informar à ANP, mensalmente, em bases diárias, os volumes importados, liquefeitos, armazenados e regaseificados, até o décimo dia do mês subsequente.

Art. 10. Observadas as disposições das leis pertinentes, qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no artigo 5º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, poderá solicitar a transferência da titularidade de sua autorização junto à ANP, observado o atendimento aos requisitos de proteção ambiental e segurança das instalações.

Art. 11. O agente operador do terminal de GNL deverá manter um centro de custo para cada terminal na elaboração de seus demonstrativos contábeis.

Do Exercício da Atividade de Distribuição de Gás Natural Liquefeito

Art. 12. A atividade de distribuição de gás natural liquefeito será regulada conforme trâmites da Portaria ANP nº 118, de 11 de julho de 2000, ou regulamentação superveniente.

Dos Gasodutos

Art. 13. Os gasodutos iniciados em terminais de GNL e interligados à malha de transporte serão classificados pela ANP como integrantes ou não dessas instalações.

§ 1º Os gasodutos que interligam terminais de GNL à malha de transporte serão considerados partes integrantes destes, desde que sejam dedicados e utilizados exclusivamente pelo terminal de GNL.

§ 2º Para classificação destes gasodutos, a ANP levará em conta, além do disposto no § 1º do presente artigo, critérios técnicos, regulatórios e econômicos, tais como:

I - extensão e percurso, tendo em vista a defesa da concorrência e potenciais mercados a serem atendidos;

II - concorrência com a malha de transporte existente ou planejada no âmbito do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País, conforme disposto no artigo 6º do Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010.

§ 3º Havendo a interligação do terminal de GNL à malha de transporte por um gasoduto classificado como integrante deste terminal de GNL, qualquer interligação subsequente à malha de transporte somente será efetuada por gasodutos classificados como gasodutos de transporte, conforme o caput do artigo 16 do Decreto nº 7.382/2010.

§ 4º Para fins de classificação dos gasodutos, a ANP poderá solicitar informações adicionais sempre que julgar necessário.

Art. 14. Os gasodutos classificados como parte integrante do terminal de GNL não poderão ser reclassificados como gasodutos de transporte em virtude do disposto no artigo 4º do Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, e no artigo 56 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997.

§ 1º Nos casos de interesse da Administração Pública, tendo em vista o disposto no caput desse artigo, poderá haver desapropriação dos gasodutos considerados como integrantes do terminal de GNL, sendo que essa desapropriação se dará mediante declaração de utilidade pública e justa e prévia indenização em dinheiro, ficando sob a administração do poder concedente, que promoverá licitação para a concessão da atividade de transporte de gás natural, precedida de chamada pública para contratação de capacidade.

I - somente será indenizada a parcela dos bens ainda não depreciados ou amortizados;

II - o valor da indenização será definido pela ANP e considerará metodologias de valoração de ativos, tais como o valor atual e o custo de reposição dos ativos, descontadas a depreciação e a amortização havidas até a data de encerramento da autorização; e

III - somente serão indenizados os bens cuja instalação tenha sido prévia e expressamente autorizada pela ANP.

§ 2º Nos casos de desapropriação do gasoduto pela União, deverá ser respeitado o disposto no inciso I do artigo 3º da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, referente a gasodutos de transporte.

§ 3º Os recursos arrecadados com a licitação de que trata o §1º poderão ser utilizados para o pagamento da indenização das parcelas dos bens ainda não depreciados ou amortizados.

§ 4º O atendimento às instalações industriais de consumidores livres, autoprodutores e autoimportadores, cujas necessidades de movimentação de gás natural não possam ser atendidas pela distribuidora estadual, seguirá o disposto no artigo 46 da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009.

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 15. O agente operador do terminal de GNL existente, e que estiver em operação na data de publicação desta Resolução, terá um prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação, para encaminhar à ANP as informações e documentos de que tratam os artigos 5º, 7º, 8º e 9º desta Resolução.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

AUTORIZAÇÃO Nº 427, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do artigo 9º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e com base na Resolução de Diretoria nº 882, de 22 de setembro de 2011, tendo em vista o que consta no processo 48610.012968/2011-98, torna público o seguinte ato

Art. 1º Fica autorizada a AGGREKO ENERGIA LOCAÇÃO DE GERADORES LTDA, situada à Avenida da Américas, 3500, Bloco 2, sala 202, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, autorizada, com fulcro no artigo 3° da Resolução ANP n° 2, de 29 de janeiro de 2008, a adquirir o volume 160 m^3 de mistura de 80% de óleo diesel e 20% de biodiesel - óleo diesel B20, em proporção volumétrica, a ser utilizado exclusivamente para abastecer os geradores de energia elétrica do "Rock in Rio".

Parágrafo único. O biodiesel e a mistura B20 deverão atender à especificação vigente da ANP.

Art. 2° Caberá aos agentes envolvidos nesta comercialização a responsabilidade pelos eventuais danos causados aos equipamentos empregados, ao meio ambiente e outros.

Art. 3° A ANP poderá a qualquer tempo submeter o agente autorizado à auditoria sobre os procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto sobre a qualidade e a confiabilidade dos serviços de que trata esta Autorização, bem como solicitar dados referentes à comercialização.

Art. 4º Esta autorização não constitui, em quaisquer circunstâncias, endosso, certificação, registro ou aprovação por parte da ANP para o uso comercial da mistura B20 além do uso mencionado no art. 1°.

Art. 5º Esta autorização não dispensa nem substitui documentos de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação e tem validade até o dia 3 de outubro de 2011.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 22 de setembro de 2011

Nº 1.121 - O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 4º da Portaria nº 206, de 29 de agosto de 2000, e da Resolução de Diretoria nº 877, de 21 de setembro de 2011, torna pública a atualização dos Anexos II e III da referida Portaria, com data efetiva a partir do mês de agosto de 2011, conforme segue:

ANEXO II

RELAÇÃO DE TIPOS DE PETRÓLEO NACIONAL

01- Alagoano
02- Albacora
03- Albacora Leste
04- Baiano Mistura
05- Barracuda
06- Bijupirá
07- Cabiúnas Mistura
08- Cachalote
09- Camarupim
10- Canário
11- Caratinga
12- Cardeal
13- Ceará Mar
14- Colibri
15- Condensado de Merluza
16- Condensado de Mexilhão
17- Espadarte
18- Espírito Santo
19- Fazenda Alegre
20- Fazenda Belém
21- Fazenda Santo Estevão
22- Frade
23- Golfinho
24- Harpia
25- João de Barro
26- Jubarte

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

27- Lagoa do Paulo Norte
28- Marlim
29- Marlim Leste
30- Marlim Sul
31- Ostra
32- Periquito
33- Peroá
34- Pescada
35- Piranema
36- Piloto de Lula
37- Polvo
38- RGN Mistura
39- Riacho Tapuio
40- Rolinha
41- Roncador
42- Salema
43- Sergipano Mar
44- Sergipano Terra
45- Sergipe - Vaza Barris
46- Tabuleiro
47- Tambaú-Uruguá
48- Tartaruga
49- Tigre
50- TLD de Guará
51- TLD de Tiro
52- Uirapuru
53- Urucu
54- Peregrino
55- TLD de Aruanã
56- TLD de Waimea

ANEXO III

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS TIPOS DE PETRÓLEO NACIONAIS

01 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ALAGOANO

Grau API: 42,2		
Teor de Enxofre: 0,06%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	>500 °C
37,36%	47,54%	15,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003892/2000	ANAMBÉ	26,26%
48000.003850/97-29	CIDADE DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	2,85%
48000.003854/97-80	FURADO	21,93%
48610.003892/2000	JAPUAÇU	0,28%
48000.003859/97-01	PILAR	45,54%
48000.003861/97-45	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	3,14%
TOTAL		100,00%

02 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ALBACORA

Grau API: 28,3		
Teor de Enxofre: 0,44%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
31,90%	28,40%	39,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003703/97-02	ALBACORA	100,00%
TOTAL		100,00%

03 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ALBACORA LESTE

Grau API: 20,0		
Teor de Enxofre: 0,59%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
22,76%	14,72%	62,52%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003895/97-67	ALBACORA LESTE	100,00%
TOTAL		100,00%

04 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BAIANO MISTURA

Grau API: 36,5		
Teor de Enxofre: 0,06%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
20,22%	49,58%	30,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003629/97-43	ÁGUA GRANDE	6,10%
48000.003630/97-22	APRAIUS	0,29%
48000.003631/97-95	ARAÇAS	9,08%
48000.003632/97-58	ARATU	0,00%
48000.003514/97-21	BEIJA-FLOR	0,00%
48000.003672/97-72	BIRIBA	0,04%
48000.003658/97-41	BONSUCESSO	0,19%
48000.003636/97-17	BREJINHO	0,13%
48000.003635/97-46	BURACICA	9,28%
48000.003881/97-52	CAMAÇARI	0,00%
48000.003637/97-71	CANABRAVA	0,07%
48000.003638/97-34	CANDEIAS	2,20%
48000.003639/97-05	CANTAGALO	0,02%
48000.003640/97-86	CASSARONGONGO	2,80%
48000.003641/97-49	CEXIS	0,66%
48000.003642/97-10	CIDADE ENTRE RIOS	3,28%
48000.003702/97-31	CONCEIÇÃO	0,00%
48000.003644/97-37	DOM JOÃO	2,87%
48000.003645/97-08	DOM JOÃO MAR	0,63%
48610.004004/98	FAZENDA ALTO DAS PEDRAS	0,00%
48000.003646/97-62	FAZENDA ALVORADA	1,96%
48000.003647/97-25	FAZENDA AZEVEDO	0,11%
48000.003648/97-98	FAZENDA BÁLSAMO	6,76%
48000.003649/97-51	FAZENDA BELÉM	0,87%
48000.003650/97-30	FAZENDA BOA ESPERANÇA	4,49%
48000.003651/97-01	FAZENDA IMBÉ	1,62%
48000.003891/97-14	FAZENDA MATINHA	0,00%
48000.003652/97-65	FAZENDA ONÇA	0,28%
48000.003653/97-28	FAZENDA PANELAS	6,97%
48000.003883/97-88	FAZENDA SANTA ROSA	0,02%
48000.003884/97-41	FAZENDA SORI	0,00%
48000.003656/97-16	GOMO	0,09%
48610.008017/2004	GUANAMBI	0,27%
48000.003657/97-89	ILHA BIMBARRA	0,00%
48000.003659/97-12	ITAPARICA	0,05%
48000.003660/97-93	JACUÍPE	0,00%
48610.009488/2003	JANDAIA	4,82%
48000.003663/97-81	LAGOA VERDE	0,00%
48000.003664/97-44	LAMARÃO	0,07%
48000.003665/97-15	LEODÓRIO	0,00%
48000.003666/97-70	MALOMBÉ	1,10%
48000.003518/97-82	MANATI	1,14%
48000.003667/97-32	MANDACARU	0,05%
48000.003633/97-11	MAPELE	0,01%
48000.003668/97-03	MASSAPÊ	1,65%
48000.003669/97-68	MASSUÍ	0,87%
48000.003670/97-47	MATA DE SÃO JOÃO	2,89%
48000.003673/97-35	MIRANGA	5,87%
48000.003675/97-61	MIRANGA LESTE	0,00%
48000.003676/97-23	MIRANGA NORTE	0,11%
48000.003677/97-96	NORTE FAZENDA CARUAÇU	0,28%
48000.003678/97-59	PEDRINHAS	0,00%
48000.003679/97-11	POJUCA	0,06%
48000.003680/97-09	POJUCA NORTE	0,00%
48000.003894/97-02	QUERERA	0,01%
48000.003671/97-18	REMANSO	1,07%
48000.003682/97-26	RIACHO DA BARRA	2,20%
48000.003683/97-99	RIACHO OURICURI	0,26%
48000.003684/97-51	RIACHO SÃO PEDRO	0,00%
48000.003685/97-14	RIO DA SERRA	0,06%
48000.003686/97-87	RIO DO BU	5,94%
48000.003687/97-40	RIO DOS OVOS	0,63%
48000.003688/97-11	RIO ITARIRI	1,50%
48000.003890/97-43	RIO JOANES	0,00%
48000.003674/97-06	RIO PIPIRI	0,00%
48000.003689/97-75	RIO POJUCA	0,86%
48000.003690/97-54	RIO SAUÍPE	0,04%
48000.003691/97-17	RIO SUBAÚMA	0,05%
48000.003693/97-42	SÃO DOMINGOS	0,04%
48000.003694/97-13	SÃO PEDRO	0,04%
48000.003696/97-31	SESMARIA	0,43%
48000.003697/97-01	SOCORRO	0,95%
48000.003698/97-66	SOCORRO EXTENSÃO	0,17%
48000.003699/97-29	SUSSUARANA	0,01%
48000.003700/97-14	TAQUIPE	5,02%
48610.009488/2003	TANGARÁ	0,67%
48610.003701/97-79	VALE DO QUIRICO	0,00%
TOTAL		100,00%

05 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BARRACUDA

Grau API: 25,0		
Teor de Enxofre: 0,52%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
30,30%	14,60%	55,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003897/97-92	BARRACUDA	100,00%
TOTAL		100,00%

06 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BIJUPIRÁ

Grau API: 27,8		
Teor de Enxofre: 0,44%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,48%	28,82%	38,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003709/97-81	BIJUPIRÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

07 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CABIÚNAS MISTURA

Grau API: 25,5		
Teor de Enxofre: 0,47%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
32,76%	14,58%	52,66%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003730/97-77	ANEQUIM	0,00%
48000.003705/97-20	BADEJO	0,45%
48000.003726/97-08	BAGRE	0,12%
48000.003717/97-17	BICUDO	3,67%
48000.003718/97-71	BONITO	3,40%
48000.003711/97-22	CARAPEBA	9,54%
48000.003727/97-62	CHERNE	11,00%
48000.003714/97-11	CONGRO	0,61%
48000.003715/97-83	CORVINA	3,13%
48000.003719/97-34	ENCHOVA	2,90%
48000.003720/97-13	ENCHOVA OESTE	4,44%
48000.003721/97-86	GAROUPA	2,72%
48000.003722/97-49	GAROUPINHA	0,14%
48000.003706/97-92	LINGUADO	2,19%
48000.003716/97-46	MALHADO	4,10%
48000.003732/97-01	MARIMBÁ	15,73%
48000.003728/97-25	NAMORADO	11,84%
48000.003729/97-98	NE NAMORADO	0,00%
48000.003707/97-55	PAMPO	11,06%
48000.003731/97-30	PARATI	0,00%
48000.003712/97-95	PARGO	1,88%
48000.003733/97-65	PIRAÚNA	2,84%
48000.003708/97-18	TRILHA	0,15%
48000.003713/97-58	VERMELHO	5,58%
48000.003734/97-28	VIOLA	2,51%
TOTAL		100,00%

08 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CACHALOTE

Grau API: 22,1		
Teor de Enxofre: 0,48%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
24,64%	15,36%	60,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	CACHALOTE	63,97%
48000.003560/97-49	BALEIA FRANCA	36,03%
TOTAL		100,00%

09 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CAMARUPIM

Grau API: 51,5		
Teor de Enxofre: 0,02%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
65,80%	34,20%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003535/97-00	CAMARUPIM	64,39%
48000.010724/2001	CAMARUPIM NORTE	35,61%
TOTAL		100,00%

10 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CANÁRIO

Grau API: 30,70		
Teor de Enxofre: 0,17%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
18,60%	32,00%	49,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003899/2000	CANÁRIO	100,00%
TOTAL		100,00%

11 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CARATINGA

Grau API: 25,0		
Teor de Enxofre: 0,50%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
30,44%	14,72%	54,84%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003898/97-55	CARATINGA	100,00%
TOTAL		100,00%

12 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CARDEAL

Grau API: 28,5		
Teor de Enxofre: 0,27%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
21,50%	33,73%	44,77%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.008000/2004	CARDEAL	100,00%
TOTAL		100,00%

13 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CEARÁ MAR

Grau API: 29,5		
Teor de Enxofre: 0,39%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
31,10%	28,40%	40,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003775/97-13	ATUM	15,22%
48000.003776/97-78	CURIMÃ	17,48%
48000.003777/97-31	ESPADA	31,15%
48000.003778/97-01	XAREU	36,15%
TOTAL		100,00%

14 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : COLIBRI

Grau API: 33,8		
Teor de Enxofre: 0,16%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
27,38%	36,57%	36,05%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009503/2003	COLIBRI	100,00%
TOTAL		100,00%

15 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CONDENSADO DE MERLUZA

Grau API: 58,3		
Teor de Enxofre: 0,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
86,54%	13,46%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003866/97-69	MERLUZA	12,24%
48000.003923/97-09	LAGOSTA	87,76%
TOTAL		100,00%

16 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CONDENSADO DE MEXILHÃO

Grau API: 47,2		
Teor de Enxofre: 0,01%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
50,66%	45,04%	4,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003576/97-89	MEXILHÃO	100,00%
TOTAL		100,00%

17 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ESPADARTE

Grau API: 22,1		
Teor de Enxofre: 0,45%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
25,60%	13,70%	60,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003899/97-18	ESPADARTE	100,00%
TOTAL		100,00%

18 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ESPIRITO SANTO

Grau API: 24,8		
Teor de Enxofre: 0,31%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
29,40%	15,20%	55,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003756/97-61	BARRA DO IPIRANGA	0,01%
48000.007984/2004	BIGUÁ	0,02%
48000.003735/97-91	CAÇÃO	0,00%
48000.003736/97-53	CACIMBAS	0,00%
48000.003737/97-16	CAMPO GRANDE	0,47%
48000.009491/2003	CANCÃ	8,98%
48000.003902/97-21	CANGOA	0,00%
48000.003738/97-89	CORREGO CEDRO NORTE	1,43%
48000.003739/97-41	CORREGO DAS PEDRAS	0,50%
48000.003740/97-21	CORREGO DOURADO	1,43%
48000.003743/97-19	FAZENDA CEDRO	0,42%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

48000.003745/97-44	FAZENDA CEDRO NORTE	1,56%
48000.003744/97-81	FAZENDA QUEIMADAS	1,80%
48000.003746/97-15	FAZENDA SANTA LUZIA	14,61%
48000.003747/97-70	FAZENDA SÃO JORGE	8,68%
48000.003750/97-84	FAZENDA SÃO RAFAEL	27,98%
48000.003751/97-47	GURIRI	0,28%
48610.010735/2001	INHAMBU	4,43%
48000.009492/2003	JACUTINGA	0,35%
48000.003748/97-32	LAGOA BONITA	0,00%
48000.003752/97-18	LAGOA PARDA	3,24%
48000.003754/97-35	LAGOA PARDA NORTE	0,21%
48000.003753/97-72	LAGOA PARDA SUL	0,00%
48000.003755/97-06	LAGOA PIABANHA	1,48%
48000.003757/97-23	LAGOA SURUACA	0,83%
48000.003758/97-96	MARIRICU	0,29%
48000.003760/97-38	MARIRICU NORTE	0,08%
48000.003759/97-59	MARIRICU OESTE	0,00%
48000.003541/97-02	MOSQUITO	0,00%
48000.003761/97-09	NATIVO OESTE	0,90%
48000.003765/97-51	RIO BARRA SECA	0,01%
48000.003764/97-99	RIO DOCE	0,00%
48000.003749/97-03	RIO IBIRIBAS	0,00%
48000.003766/97-14	RIO ITAÚNAS	1,93%
48000.003767/97-87	RIO ITAÚNAS LESTE	0,00%
48000.003768/97-40	RIO MARIRICU	0,47%
48000.003769/97-11	RIO PRETO	1,43%
48000.003770/97-91	RIO PRETO OESTE	2,38%
48000.003771/97-54	RIO PRETO SUL	5,16%
48000.003772/97-17	RIO SÃO MATEUS	0,54%
48000.007984/2004	RIO SÃO MATEUS OESTE	0,24%
48000.010735/2001	SAIRA	0,33%
48000.003773/97-80	SÃO MATEUS	5,07%
48000.009118/2005-12	SÃO MATEUS LESTE	0,85%
48610.007984/2004	SERIEMA	1,20%
48610.007986/2004	TABUIAIA	0,41%
TOTAL		100,00%

19 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FAZENDA ALEGRE

Grau API: 13,2		
Teor de Enxofre: 0,31%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
10,18%	11,88%	77,94%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003742/97-56	FAZENDA ALEGRE	100,00%
TOTAL		100,00%

20 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FAZENDA BELÉM

Grau API:12,7		
Teor de Enxofre: 1,23 %		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
11,78%	9,98%	78,24%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003795/97-12	FAZENDA BELÉM	99,04%
48000.003801/97-13	ICAPUI	0,96%
TOTAL		100,00%

21 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FAZENDA SANTO ESTEVÃO

Grau API: 35,2		
Teor de Enxofre: 0,02%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
24,60%	30,90%	44,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003654/97-91	FAZENDA RIO BRANCO	13,60%
48000.003655/97-53	FAZENDA SANTO ESTEVÃO	73,92%
48000.003692/97-80	SANTANA	12,48%
48000.003695/97-78	SAUIPE	0,00%
TOTAL		100,00%

22 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FRADE

Grau API: 20,6		
Teor de Enxofre: 0,71%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
24,09%	15,91%	60,01%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003896/97-20	FRADE	100,00%
TOTAL		100,00%

23 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : GOLFINHO

Grau API: 28,8		
Teor de Enxofre: 0,13%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
23,08%	38,32%	38,60%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003535/97-00	CANAPU	2,54%
48000.003535/97-00	GOLFINHO	97,46%
TOTAL		100,00%

24 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : HARPIA

Grau API: 13,3		
Teor de Enxofre: 0,56%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
10,20%	14,34%	75,47%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009138/2005-35	HARPIA	100,00%
TOTAL		100,00%

25 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : JOÃO DE BARRO

Grau API: 45,2		
Teor de Enxofre: 0,05%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
41,20%	45,00%	13,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009509/2003	JOÃO DE BARRO	100,00%
TOTAL		100,00%

26 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : JUBARTE

Grau API: 19,3		
Teor de Enxofre: 0,518%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
20,26%	13,18%	66,56%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	JUBARTE	100,00%
TOTAL		100,00%

27 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : LAGOA DO PAULO NORTE

Grau API: 38,1		
Teor de Enxofre: 0,06%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
19,62%	51,98%	28,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.009231/2002	LAGOA DO PAULO NORTE	62,48%
48000.009231/2002	LAGOA DO PAULO SUL	0,98%
48000.009231/2002	LAGOA DO PAULO	31,34%
48000.009231/2002	ACAJÁ-BURIZINHO	5,21%
TOTAL		100,00%

28 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : MARLIM

Grau API: 19,6		
Teor de Enxofre: 0,67%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
23,40%	18,08%	58,52%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003723/97-10	MARLIM	97,00%
48000.003704/97-67	VOADOR	3,00%
TOTAL		100,00%

29 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : MARLIM LESTE

Grau API: 24,7		
Teor de Enxofre: 0,553%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,18%	14,20%	53,62%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003900/97-03	MARLIM LESTE	100,00%
TOTAL		100,00%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

30 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : MARLIM SUL

Grau API: 23,1		
Teor de Enxofre: 0,67%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
30,04%	14,80%	55,16%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003724/97-74	MARLIM SUL	100,00%
TOTAL		100,00%

31 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : OSTRA

Grau API: 23,7		
Teor de Enxofre: 0,23%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
18,32%	21,57%	60,11%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003552/97-11	OSTRA	85,00%
48000.003552/97-11	ABALONE	8,00%
48000.003552/97-11	ARGONAUTA	7,00%
TOTAL		100,00%

32 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PERIQUITO

Grau API: 27,9		
Teor de Enxofre: 0,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
25,67%	31,16%	43,17%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.008005/2004	PERIQUITO	100,00%
TOTAL		100,00%

33 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PEROÁ

Grau API: 50,4		
Teor de Enxofre: 0,01%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
62,06%	37,94%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003903/97-93	PEROÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

34 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PESCADA

Grau API: 49,5		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
57,40%	37,50%	5,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003913/97-47	ARABAIANA	26,17%
48000.003907/97-44	DENTÃO	0,00%
48000.003912/97-84	PESCADA	73,83%
TOTAL		100,00%

35 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PIRANEMA

Grau API: 43,4		
Teor de Enxofre: 0,15%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
41,04%	48,26%	10,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003495/97-89	PIRANEMA	100,00%
TOTAL		100,00%

36 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PILOTO DE LULA

Grau API: 28,5		
Teor de Enxofre: 0,378%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,14%	27,66%	40,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003886/2000	LULA	100,00%
TOTAL		100,00%

37 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : POLVO

Grau API: 19,9		
Teor de Enxofre: 1,11%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
24,58%	13,48%	61,93%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003888/2000	POLVO	100,00%
TOTAL		100,00%

38 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RGN MISTURA

Grau API: 30,6		
Teor de Enxofre: 0,29%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
29,14%	28,46%	42,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003901/2000	ACAUÃ	0,02%
48000.003779/97-66	AGULHA	0,28%
48000.003784/97-04	ALTO DO RODRIGUES	4,17%
48000.003484/97-62	ANGICO	0,01%
48000.003780/97-45	ARATUM	0,92%
48610.009225/2002	PA-1BRSA489DRN-BT-POT-8	0,01%
48610.003482/97-37	ASA BRANCA	0,09%
48000.003785/97-69	BAIXA DO ALGODÃO	0,75%
48000.003914/97-18	BAIXA DO JUAZEIRO	0,01%
48000.003786/97-21	BARRINHA	0,01%
48000.003901/2000	BARRINHA LESTE	0,01%
48610.000641/98-62	BENFICA	0,58%
48610.003909/97-70	BIQUARA	0,08%
48000.003787/97-94	BOA ESPERANÇA	0,77%
48000.003788/97-57	BOA VISTA	0,87%
48000.003789/97-10	BREJINHO	1,05%
48000.003791/97-61	CACHOEIRINHA	0,50%
48000.003792/97-24	CANTO DO AMARO	32,33%
48000.003906/97-81	CIOBA	1,07%
48000.003793/97-97	ESTREITO	11,69%
48000.003796/97-85	FAZENDA CANAAN	0,12%
48000.003797/97-48	FAZENDA CURRAL	0,32%
48000.003915/97-72	FAZENDA JUNCO	0,01%
48000.003798/97-19	FAZENDA MALAQUIAS	1,82%
48000.003799/97-73	FAZENDA POCINHO	6,45%
48000.003800/97-51	GUAMARÉ	0,78%
48610.008001/2004	IRAUNA	0,06%
48610.009225/2002	JAÇANÃ	0,61%
48000.003802/97-86	JANDUÍ	0,01%
48000.003803/97-49	JUAZEIRO	0,03%
48000.003804/97-10	LAGOA AROEIRA	0,20%
48610.000637/98-95	LESTE DE POÇO XAVIER	0,47%
48000.003805/97-74	LIVRAMENTO	2,13%
48000.003807/97-08	LORENA	1,91%
48000.003808/97-62	MACAU	0,05%
48000.003809/97-25	MONTE ALEGRE	0,97%
48000.003810/97-12	MORRINHO	0,48%
48000.003811/97-77	MOSSORÓ	0,44%
48000.003812/97-30	NO DO MORRO ROSADO	0,00%
48000.003910/97-59	OESTE DE UBARANA	0,28%
48000.003813/97-01	PAJEU	0,92%
48610.000638/98-58	PEDRA SENTADA	0,00%
48610.003901/2000	PINTASSILGO	0,90%
48000.003814/97-65	POÇO VERDE	0,07%
48000.003815/97-28	POÇO XAVIER	0,18%
48000.003816/97-91	PONTA DO MEL	0,30%
48000.003817/97-53	PORTO CARÃO	0,24%
48000.003818/97-16	REDONDA	0,32%
48000.003819/97-89	REDONDA PROFUNDO	1,01%
48000.003821/97-21	RIACHO DA FORQUILHA	6,57%
48000.003824/97-19	RIO MOSSORÓ	0,05%
48000.003916/97-35	SABIA	0,00%
48000.003825/97-81	SALINA CRISTAL	5,02%
48000.003781/97-16	SERRA	6,53%
48000.003828/97-70	SERRA DO MEL	0,04%
48000.003829/97-32	SERRA VERMELHA	0,01%
48000.003830/97-11	SERRARIA	0,86%
48000.003832/97-47	TRÊS MARIAS	0,12%
48000.008001/2004	TRINCA FERRO	0,09%
48000.003782/97-71	UBARANA	3,98%
48000.003833/97-18	UPANEMA	0,22%
48610.000640/98-08	VARGINHA	0,21%
TOTAL		100,00%

39 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RIACHO TAPUIO

Grau API: 37,50		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
14,00%	55,70%	30,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009227/2002	1-RT-1-RN (BT-POT-10)	100,00%
TOTAL		100,00%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA TERCEIROS

40 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ROLINHA

Grau API: 22,5		
Teor de Enxofre: 0,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
26,00%	11,50%	62,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.009227/2002	ROLINHA	100,00%
TOTAL		100,00%

41 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RONCADOR

Grau API: 24,1		
Teor de Enxofre: 0,62%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
31,02%	14,08%	54,90%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003901/97-68	RONCADOR	100,00%
TOTAL		100,00%

42 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SALEMA

Grau API: 28,7		
Teor de Enxofre: 0,45%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
34,02%	29,34%	36,64%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003710/97-60	SALEMA	100,00%
TOTAL		100,00%

43 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SERGIPANO MAR

Grau API: 43,7		
Teor de Enxofre: 0,14%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
41,78%	43,62%	14,60%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003845/97-99	ATALAIA SUL	1,61%
48000.003836/97-06	CAIOBA	1,74%
48000.003837/97-61	CAMORIM	27,24%
48000.003838/97-23	DOURADO	7,21%
48000.003839/97-96	GUARICEMA	54,97%
48000.003840/97-75	PARU	5,57%
48000.003834/97-72	TATUÍ	1,66%
TOTAL		100,00%

44 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SERGIPANO TERRA

Grau API: 24,8		
Teor de Enxofre: 0,42%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
26,94%	14,36%	58,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003842/97-09	AGUILHADA	0,50%
48000.003843/97-63	ANGELIM	0,50%
48000.003844/97-26	ARUARI	0,07%
48000.003846/97-51	BREJO GRANDE	0,85%
48000.003847/97-14	CARMÓPOLIS	69,79%
48000.003848/97-87	CASTANHAL	0,66%
48000.003855/97-42	ILHA PEQUENA	0,21%
48000.003857/97-78	MATO GROSSO	1,47%
48000.009197/2005-11	MATO GROSSO NORTE	0,29%
48000.009197/2005-11	MATO GROSSO SUL	0,01%
48000.003860/97-82	RIACHUELO	8,03%
48000.003841/97-38	SALGO	0,66%
48000.003862/97-16	SIRIRIZINHO	16,96%
TOTAL		100,00%

45 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SERGIPE-VAZA BARRIS

Grau API: 17,6		
Teor de Enxofre: 0,37%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
27,05%	7,89%	65,06%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009278/2005-11	FOZ DO VAZA BARRIS	100,00%
TOTAL		100,00%

46 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TABULEIRO

Grau API: 30,1		
Teor de Enxofre: 0,32%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
27,90%	30,10%	42,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003864/97-33	TABULEIRO DOS MARTINS	88,58%
48000.003919/97-23	CIDADE DE SEBASTIÃO FERREIRA	0,00%
48000.003863/97-71	SUL DE CORURIPE	8,66%
48000.003851/97-91	COQUEIRO SECO	1,12%
48000.003852/97-54	FAZENDA PAU BRASIL	1,30%
48000.003856/97-13	JEQUIÁ	0,34%
TOTAL		100,00%

47 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TAMBAÚ-URUGUÁ

Grau API: 32,6		
Teor de Enxofre: 0,13%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
34,18%	35,72%	30,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003577/97-41	TAMBAÚ	0,00%
48000.003577/97-41	URUGUÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

48 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TARTARUGA

Grau API: 40,9		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
30,40%	53,40%	16,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003835/97-35	TARTARUGA	100,00%
TOTAL		100,00%

49 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TIGRE

Grau API: 33,8		
Teor de Enxofre: 0,33%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
35,20%	34,22%	30,58%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009279/2005-58	TIGRE	100,00%
TOTAL		100,00%

50 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TLD DE GUARÁ

Grau API: 29,5		
Teor de Enxofre: 0,38%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,96%	28,34%	38,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003884/2000	BM-S-9	100,00%
TOTAL		100,00%

51 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TLD DE TIRO

Grau API: 33,0		
Teor de Enxofre: 0,25%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
37,60%	31,90%	30,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.009494/2003	BM-S-40	100,00%
TOTAL		100,00%

52 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : UIRAPURU

Grau API: 38,4		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500°C
29,53%	49,67%	20,80%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003899/2000	UIRAPURU	100,00%
TOTAL		100,00%

53 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : URUCU

Grau API: 48,5		
Teor de Enxofre: 0,05%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
48,90%	39,60%	11,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.009146/2005-81	PA-1BRSA769AM-SOL-T-171	5,05%
48000.003627/97-18	LESTE DO URUCU	53,24%
48000.003628/97-81	RIO URUCU	40,12%
48000.003873/97-24	SUDOESTE URUCU	1,59%
TOTAL		100,00%

54 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PEREGRINO

Grau API: 13,7		
Teor de Enxofre: 1,80%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
16,70%	12,58%	70,72%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003887/2000	PEREGRINO	100,00%
TOTAL		100,00%

55 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TLD DE ARUANÃ

Grau API: 27,4		
Teor de Enxofre: 0,76%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
31,43%	30,10%	38,47%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009156/2005-17	PA-1BRSA713RJS_BM-C-36_C-M-401	100,00%
TOTAL		100,00%

56 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TLD DE WAIMEA

Grau API: 19,8		
Teor de Enxofre: 1,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
26,81%	15,61%	57,59%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001369/2008-43	PA-1OGX3RJS-BMC-41 (C-M-592)	100,00%
TOTAL		100,00%

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 429, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.001165/2006-41, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a PETROBALL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ n.º 02.431.337/0004-21, registrada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B e outros combustíveis automotivos, sob o n.º 3113, autorizada a operar as instalações localizadas na Via José Luis Galvão, 2200 - Anel Viário Contorno Norte - Ribeirão Preto - SP - CEP 14057-800

As instalações são constituídas pelos tanques verticais apresentados na tabela a seguir, perfazendo a capacidade total de armazenamento de 11.567,68 m³.

Tanque n.º	Diâmetro (m)	Altura (m)	Volume (m³)	Produto
1	12,38	16,04	1.834,85	ETANOL HIDRATADO
2	12,38	16,07	1.839,24	GASOLINA A
3	12,37	16,02	1.833,81	GASOLINA A
4	12,38	16,04	1.839,17	OLEO DIESEL
5	12,38	16,07	1.838,68	OLEO DIESEL
6	12,37	16,07	1.836,70	ETANOL ANIDRO
7	5,70	11,49	272,77	B100
8	5,70	11,52	272,46	B100

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A presente Autorização é válida até 26/02/2012, devendo a interessada apresentar nova licença de operação, emitida pela CETESB, para a concessão de nova Autorização de Operação.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 430, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.015886/2010-14, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica o TRR LAMBARI COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ n.º 87.317.194/0001-31, habilitado na ANP como Transportador - Revendedor - Retalhista, autorizado a construir as instalações de armazenamento na Avenida Porto Alegre, nº 1.738, Bairro Industrial, Ijuí - RS, 98700-000.

O parque de tancagem de produtos será constituído dos seguintes tanques horizontais aéreos listados a seguir, perfazendo o total de 120,00 m³.

TANQUE N.º	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	CAPACIDADE NOMINAL (m³)	PRODUTO
01	3,60	6,00	60,00	ÓLEO DIESEL
02	3,60	6,00	60,00	ÓLEO DIESEL

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 431, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17, de 18 de junho de 2009, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Sul Oeste Comércio e Representações Ltda., com endereço na Rodovia SC 303, s/n° - Bairro Interior - Município de Videira - SC - CEP 89.560-000, inscrita no CNPJ n.º 72.429.137/0001-77, autorizada a exercer a atividade de importação de óleos lubrificantes acabados industriais, conforme processo n.º 48610.000176/2005-22.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de importação de óleos lubrificantes acabados industriais.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 432, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições das Resoluções ANP n.º 24, de 06 de setembro de 2006, e ANP n.º 42, de 19 de Agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.011513/2002-64, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S.A., CNPJ n.º 62.227.509/0032-25, autorizada a operar as instalações, para armazenamento e distribuição de solventes, localizadas na Av. Ayrton Senna da Silva, n.º 2.336 - Vila Santa Cecília - Município de Mauá - SP - CEP: 09380-440.

O parque de tancagem de produtos é constituído dos seguintes tanques verticais, perfazendo o total de 2.300,00 m³.

N.º	Produto	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)
51	Solvente	3,60	05,40	50,00
52	Solvente	3,60	05,40	50,00
101	Solvente	4,40	07,00	100,00
102	Solvente	4,40	07,00	100,00
103	Solvente	4,40	07,00	100,00
104	Solvente	4,40	07,00	100,00
201	Solvente	6,00	07,60	200,00
202	Solvente	6,0	07,60	200,00
203	Solvente	6,0	07,60	200,00
204	Solvente	6,0	07,60	200,00
501	Solvente	8,20	10,00	500,00
502	Solvente	8,20	10,00	500,00

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Fica revogada a Autorização nº 361, de 26/12/2006, publicada no Diário Oficial da União nº 247, de 27/12/2006, seção 1, pág. 131.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 433, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.010243/2000-11, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Ipeóleo Comércio de Combustíveis Ltda., CNPJ n.º 03.662.454/0001-16, habilitada na ANP como Transportador - Revendedor - Retalhista, autorizada a operar os tanques n.º 07 a 09 nas instalações de tancagem localizadas na Av. Mascarenhas de Moraes, nº 862 e 886, Lotes 01 a 05, 11 e 12 da Quadra 23 B, Chácara Rio- Petrópolis, Município de Duque de Caxias - RJ.

O parque de tancagem de produtos, após a ampliação, é constituído dos seguintes tanques aéreos listados a seguir, perfazendo o total de 1.014 m³.

Tanque n.º	Diâmetro (m)	Altura / Comprimento (m)	Capacidade Nominal (m³)	Produto	Situação	Obs.
01	6,00	9,00	250,00	Óleo Combustível	Operando	vertical
02	6,00	9,00	250,00	Óleo Combustível	Operando	vertical
04	1,91	5,44	15,00	Óleo Combustível	Operando	horizontal
05	2,55	6.67	34,00	Óleo Combustível	Operando	horizontal
06	1,91	5,48	15,00	Óleo Combustível	Operando	horizontal
07	5,73	6,00	150,00	Óleo Diesel B	A operar	vertical
08	5,73	6,00	150,00	Óleo Diesel B	A operar	vertical
09	5,73	6,00	150,00	Óleo Diesel B	A operar	vertical

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AUTORIZAÇÃO Nº 434, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 24, de 11 de setembro de 2006, e o que consta do processo ANP n.º 48610.004228/2001-14, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Chemisol Comercial Química Importadora e Exportadora Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 04.220.868/0001-58, habilitada como distribuidora de solventes, localizada na Avenida Rotary, nº 783 - Sala 09 - Centro, no município de São João da Barra - RJ, autorizada a exercer a atividade de distribuição de solventes.

Art. 2º Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de distribuição de solventes.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 435, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 24, de 06 de setembro de 2006 e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.004228/2001-14, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a CHEMISOL COMERCIAL QUÍMICA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA., CNPJ n.º 04.220.868/0004-09, habilitada na ANP como distribuidora de solventes, autorizada a operar as instalações de armazenamento e distribuição de solventes, localizadas na Av. Pelotas - n.º 158 - Jardim Gramacho - 1º Distrito - Município de Duque de Caxias - RJ.

As referidas instalações compreendem os tanques subterrâneos listados na tabela abaixo, com capacidade total de armazenamento de solventes de 453,65 m³.

N.º	Diâmetro (m)	Comprimento (m)	Capacidade (m³)
01	3,80	9,00	90,73
02	3,80	9,00	90,73
03	3,80	9,00	90,73
04	3,80	9,00	90,73
05	3,80	9,00	90,73

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 436, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 18, de 18/06/2009, e o que consta do processo n.º 48610.011650/2004-61, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A., CNPJ n.º 33.000.092/00038-50, habilitada na ANP como produtor de óleos lubrificantes acabados automotivos e industriais, autorizada a operar as instalações de produção de óleos lubrificantes acabados, localizadas na Praia da Ribeira, 1 - Ilha do Governador - Município do Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21930-050.

As instalações de armazenamento, cuja Autorização para Operação está sendo concedida, são constituídas pelos tanques aéreos apresentados na tabela a seguir, sendo a capacidade total de armazenamento de 19.540 m³.

Tanque	Diâmetro (m)	Alt./Comp. (m)	Volume (m3)	Produto	Tipo
24	18,28	12,47	3.187	Óleo Básico	Vertical
27	12,96	12,06	1.591	Óleo Básico	Vertical
28	12,24	12,68	1.492	Óleo Básico	Vertical
30	12,22	13,08	1.534	Óleo Básico	Vertical
33	12,98	11,98	1.585	Óleo Básico	Vertical
35	13,00	12,15	1.612	Óleo Básico	Vertical
37	7,65	7,12	328	Produto Acabado	Vertical
38	7,63	7,01	320	Produto Acabado	Vertical
46	9,10	10,46	681	Produto Acabado	Vertical
47	10,71	8,97	808	Produto Acabado	Vertical
48	10,67	9,10	813	Produto Acabado	Vertical
50	9,18	9,08	601	Produto Acabado	Vertical
51	9,75	10,83	809	Produto Acabado	Vertical
54	9,72	10,48	778	Produto Acabado	Vertical
60	6,08	5,40	157	Produto Acabado	Vertical
61	6,14	5,35	158	Produto Acabado	Vertical
62	6,14	5,37	159	Produto Acabado	Vertical
65	5,86	5,84	157	Produto Acabado	Vertical
66	5,83	5,83	156	Produto Acabado	Vertical
67	5,81	5,82	154	Produto Acabado	Vertical
68	4,61	5,37	90	Produto Acabado	Vertical
69	4,56	5,55	91	Produto Acabado	Vertical
70	4,60	5,42	90	Produto Acabado	Vertical
71	2,20	3,95	15	Produto Acabado	Horizontal
72	2,20	4,48	17	Produto Acabado	Horizontal
73	2,20	4,48	17	Produto Acabado	Horizontal
74	3,08	5,41	40	Produto Acabado	Vertical
75	3,08	5,31	40	Produto Acabado	Vertical
76	3,08	5,33	40	Produto Acabado	Vertical
77	3,05	8,12	59	Produto Acabado	Vertical
78	3,09	8,11	59	Produto Acabado	Vertical
93	5,25	4,75	103	Produto Acabado	Vertical
201	4,32	6,93	102	Produto Acabado	Vertical
202	4,32	6,94	102	Produto Acabado	Vertical
203	4,32	6,93	102	Produto Acabado	Vertical
301	4,51	10,73	172	Produto Acabado	Vertical
302	4,52	10,72	171	Produto Acabado	Vertical
303	4,32	6,92	102	Produto Acabado	Vertical
310	4,32	6,92	102	Produto Acabado	Vertical
311	4,32	6,92	102	Produto Acabado	Vertical
312	4,32	6,92	102	Produto Acabado	Vertical
313	4,32	6,92	102	Produto Acabado	Vertical
314	4,32	6,92	102	Produto Acabado	Vertical
315	4,32	6,93	102	Produto Acabado	Vertical
316	4,32	6,92	102	Produto Acabado	Vertical
317	4,32	6,92	101	Produto Acabado	Vertical
318	4,33	6,94	102	Produto Acabado	Vertical
S01	2,93	3,60	24	Produto Acabado	Vertical
S02	2,94	3,51	24	Produto Acabado	Vertical
PA	3,81	2,68	31	Produto Acabado	Horizontal
SE	4,22	3,70	52	Produto Acabado	Vertical

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 437, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pelas Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 18, de 18 de junho de 2009, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a empresa Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A., com endereço na Rua Victor Civita, n° 77 - Bloco 1 Sala 104, 201, 301 e 401, Bairro Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22.775-905, inscrita no CNPJ n.º 33.000.092/0001-69, autorizada a exercer a atividade de Produção de óleos lubrificantes acabados automotivos e industriais, conforme processo n.º 48610.011650/2004-61.

Art. 2º - Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de produção de óleos lubrificantes acabados automotivos e industriais.

Art. 3º - Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de setembro de 2011

Nº 1.122 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/RS0009251	ABASTECEDORA PICADA CAFÉ LTDA.	04.468.754/0001-21	PICADA CAFE	RS	48610.010358/2006-92
001/GLP/AL0019009	AGRESTE GÁS DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTE LTDA.	05.946.144/0002-30	SANTANA DO IPANEMA	AL	48610.015129/2007-45
GLP/ES0183468	GENEROS ALIMENTICIOS PEDRO CANARIO LTDA	36.000.024/0001-98	PEDRO CANARIO	ES	48610.001389/2010-39
001/GLP/MG0000142	LUCIANA MARIA MATIAS CARVALHO E SILVA	06.007.662/0001-70	SANTA RITA DE CALDAS	MG	48610.003924/2004-48
001/GLP/MG0015994	LUCIANO GONÇALVES DA SILVA & CIA. LTDA.	08.603.438/0001-76	ARAXA	MG	48610.008478/2007-19
001/GLP/RS0016682	MENEGOTTO & MACIEL LTDA.	07.849.366/0001-89	SAO LEOPOLDO	RS	48610.009741/2007-89
GLP/MG0177514	SHV GÁS BRASIL LTDA.	19.791.896/0146-67	LAVRAS	MG	48610.004330/2009-69
001/GLP/GO0000479	TREZZE & DUARTE - DISTR. DE AGUA MINERAL E COM. DE GÁS	05.699.312/0001-59	GOIANIA	GO	48610.003940/2004-31
GLP/SP0179200	VALDECI HORSAI JORGE - ME.	10.636.820/0001-28	SAO ROQUE	SP	48610.009668/2009-15

Nº 1.123 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MG0210892	ALICIENE DE PAULA NARDONI	13.041.420/0001-68	PEDRO LEOPOLDO	MG	48610.011089/2011-49
GLP/MG0210893	ANTONIO LEONEL LACERDA RIBEIRO 57037167649	13.399.889/0001-73	LUZ	MG	48610.011415/2011-18
GLP/PR0210894	ARLINDO GRAGEFE EPP	81.677.866/0002-14	SAO JOAO DO CAIUA	PR	48610.012690/2011-59
GLP/SP0210895	AUTO POSTO PORTAL DOS YPES LTDA.	10.640.500/0001-41	CAJAMAR	SP	48610.012802/2011-71
GLP/MA0210896	BRUNO RICHARD FERREIRA RIBEIRO	13.552.232/0001-02	SAO LUIS	MA	48610.009281/2011-75
GLP/AL0210897	CAPA GÁS E TRANSPORTES LTDA	13.584.130/0004-03	SANTANA DO IPANEMA	AL	48610.009889/2011-08
GLP/CE0210898	CAUCAIA COMERCIAL GÁS LTDA.	11.740.768/0028-38	CAUCAIA	CE	48610.012807/2011-02

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/SP0210899	CD DE SOUZA DEPOSITO DE GÁS - ME	13.593.350/0001-50	MORRO AGUDO	SP	48610.012010/2011-05
GLP/SP0210900	COMERCIAL ROVIDA COMERCIO DE GAS LTDA ME	13.562.825/0001-41	TAUBATE	SP	48610.010096/2011-23
GLP/SC0210901	COMERCIAL ZIMDARS LTDA	73.223.372/0001-50	MASSARANDUBA	SC	48610.012143/2011-73
GLP/AL0210902	DEPOSITO SANTANA LTDA.	11.460.936/0001-11	MACEIO	AL	48610.012799/2011-96
GLP/MG0210903	DOUGLAS VITOR MACHADO	11.229.659/0001-30	CAMPOS GERAIS	MG	48610.014052/2010-91
GLP/PR0210904	EDSON FRAGA DA SILVA - ME	10.805.680/0001-74	FAROL	PR	48610.012806/2011-50
GLP/PR0210905	ERENILSON DA COSTA BARBOSA GAS ME.	13.815.975/0001-10	PARANAVAI	PR	48610.012869/2011-14
GLP/SP0210906	FLAVIO RIBAS DE SOUZA - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS	11.074.078/0001-77	SANTOS	SP	48610.012696/2011-26
GLP/RJ0210907	G M F DA SILVA REVENDEDORA DE GÁS	73.840.142/0001-30	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.014901/2010-15
GLP/MG0210908	GAVA & GOUVEIA LTDA	11.184.277/0001-38	CENTRALINA	MG	48610.011599/2011-16
GLP/MG0210909	GENILTON GONÇALVES DA SILVA	02.230.967/0001-95	JAPONVAR	MG	48610.008863/2011-34
GLP/GO0210910	GERALDO FERNANDES DOS SANTOS O MINEIRO ME	24.849.861/0001-07	CAMPINORTE	GO	48610.003184/2011-79
GLP/RO0210911	GRANDE GÁS LTDA	02.524.624/0003-03	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	RO	48610.011598/2011-71
GLP/BA0210912	ISRAEL FERREIRA DOS SANTOS	10.547.664/0001-29	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.008584/2011-71
GLP/TO0210913	IVA DIAS PEREIRA	26.633.321/0001-17	DIANOPOLIS	TO	48610.012803/2011-16
GLP/BA0210914	JAV COMÉRCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	13.866.847/0001-03	CATURAMA	BA	48610.012691/2011-01
GLP/PB0210915	JOSÉ BATISTA DE ARAUJO MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES ME	05.883.498/0001-00	SANTA RITA	PB	48610.012706/2011-23
GLP/PA0210916	LARROQUE & MARINHO LTDA - ME	13.851.251/0001-21	REDENCAO	PA	48610.012726/2011-02
GLP/SP0210917	MARCOS LANJONI FURTADO GAS ME	09.343.494/0001-81	FRANCISCO MORATO	SP	48610.012804/2011-61
GLP/MG0210918	MARCOS ROGERIO BRAGA	04.876.435/0001-55	BRASILIA DE MINAS	MG	48610.007693/2011-71
GLP/PR0210919	MARIA DE LURDES SOUSA ME	12.828.160/0001-02	LARANJEIRAS DO SUL	PR	48610.012798/2011-41
GLP/RS0210920	MERCADO E PADARIA KF LTDA	11.675.135/0001-73	NOVA CANDELARIA	RS	48610.012699/2011-60
GLP/SC0210921	MERCEARIA CARVALHO & SOUZA LTDA ME	09.591.396/0001-63	WITMARSUM	SC	48610.007996/2011-93
GLP/MG0210922	MINI MERCADO AGDA E ZEMIR LTDA	64.193.329/0001-07	COMENDADOR GOMES	MG	48600.002050/2004-21
GLP/BA0210923	NAIANE PENA SATURNINO ME	13.118.145/0001-33	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.011485/2011-76
GLP/GO0210924	OKS COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA	10.773.673/0001-38	VALPARAISO DE GOIAS	GO	48610.012692/2011-48
GLP/AM0210925	R. SOARES NETTO COMERCIAL	10.694.311/0001-51	MANAUS	AM	48610.004674/2011-92
GLP/RS0210926	SAMIR CAMISA SEMHAN	11.219.766/0001-88	RIO GRANDE	RS	48610.012548/2011-10
GLP/MG0210927	SERGIO L. DOS SANTOS	11.351.023/0001-67	CONTAGEM	MG	48610.011433/2011-08
GLP/PB0210928	SHEILA JEANE DOS SANTOS SILVA MORAES	12.636.100/0001-98	BELEM	PB	48610.012805/2011-13
GLP/RS0210929	STOHR & TEIXEIRA	14.062.479/0001-03	PANAMBI	RS	48610.012723/2011-61
GLP/SC0210930	SUPERMERCADO BELA VISTA LTDA	80.120.488/0001-20	ITUPORANGA	SC	48610.008123/2011-06
GLP/SP0210931	SUSETE BARBERA ME	13.454.321/0001-08	BIRIGUI	SP	48610.012724/2011-13
GLP/MG0210932	ULLY MELO CARVALHO 12351582683	13.249.968/0001-06	SANTA RITA DE CALDAS	MG	48610.012797/2011-05
GLP/SC0210933	VANY VARGAS BORGES ME	07.399.511/0001-77	PALHOCA	SC	48610.010781/2011-50
GLP/SP0210934	VILA NOVA COMÉRCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA	13.031.963/0001-02	SAO ROQUE	SP	48610.012679/2011-99

Nº 1.124 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/RS0178160	GABI GÁS COMÉRCIO DE GÁS E AGUA LTDA.	10.690.952/0001-38	PASSO FUNDO	RS	48610.006692/2009-94
GLP/PE0202134	GILBERTO NUNES MOTA & CIA LTDA.	02.649.482/0005-64	SANTA MARIA DA BOA VISTA	PE	48610.013877/2010-99
GLP/AL0178976	K R ALVES DA SILVA ME.	09.570.703/0001-20	MACEIO	AL	48610.009265/2009-68
001/GLP/MG0018835	LUCIANO WAGNER DE OLIVEIRA	01.687.682/0001-15	SACRAMENTO	MG	48610.014669/2007-11
001/GLP/SP0007876	PAULO CESAR GRACIOLLI ME	03.390.757/0001-27	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.006388/2006-11
001/GLP/GO0019148	THERMAS GAS LTDA.	00.057.611/0001-76	CALDAS NOVAS	GO	48610.000236/2008-50

Nº 1.125 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PR0210935	AGUAS DE CAMPO LARGO-COMERCIO DE BEBIDAS LTDA-ME.	10.791.041/0001-05	CAMPO LARGO	PR	48610.012903/2011-42
GLP/SP0210936	ANA DE LOURDES MARQUES MIRASSOL - ME	03.023.848/0001-24	MIRASSOL	SP	48610.013019/2011-25
GLP/RS0210937	ANIVO HANSEN ME.	90.010.851/0001-08	SANTA MARIA DO HERVAL	RS	48610.012880/2011-76
GLP/GO0210938	ANTONIO ELTON DE LIMA ME.	12.160.607/0001-18	LUZIANIA	GO	48610.012879/2011-41
GLP/AL0210939	ARICLENES SILVA DOS SANTOS ME	13.570.068/0001-58	ESTRELA DE ALAGOAS	AL	48610.012896/2011-89
GLP/ES0210940	AROLDO LOPES DE ANDRADE - ME	13.633.916/0001-20	CARIACICA	ES	48610.012883/2011-18
GLP/PR0210941	AUTO POSTO CRUZ DE MALTA LTDA	80.594.351/0001-07	LONDRINA	PR	48610.012912/2011-33
GLP/CE0210942	C. H. DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	08.571.484/0006-45	FORQUILHA	CE	48610.012867/2011-17
GLP/AL0210943	CAPA GÁS E TRANSPORTES LTDA	13.584.130/0007-56	LAGOA DA CANOA	AL	48610.012859/2011-71
GLP/MG0210944	CARLOS ROBERTO MACHADO SOBRINHO - ME	11.274.236/0002-13	SANTANA DO MANHUACU	MG	48610.012862/2011-94
GLP/SP0210945	CLAUDIO PEREIRA DAS MERCES - ME	64.902.562/0001-03	ORIENTE	SP	48610.012884/2011-54
GLP/PR0210946	COMERCIAL DE ALIMENTOS VANETTI LTDA - ME	01.398.112/0001-05	FENIX	PR	48610.012911/2011-99
GLP/BA0210947	D & G COMÉRCIO DE GÁS LTDA. ME.	11.259.005/0002-30	SALVADOR	BA	48610.013025/2011-82
GLP/PE0210948	DARIO J DE SENA GÁS ME	13.056.285/0001-24	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	48610.013007/2011-09
GLP/BA0210949	DERLANIA SOUZA DOS MONTES ME	13.334.477/0001-55	INHAMBUPE	BA	48610.012909/2011-10
GLP/PE0210950	DIEGO E.R. DE OLIVEIRA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS	08.144.774/0001-06	RECIFE	PE	48610.013027/2011-71
GLP/BA0210951	EDMARIO PEREIRA ANDRADE	10.723.192/0001-18	VITORIA DA CONQUISTA	BA	48610.013002/2011-78
GLP/MG0210952	EDVALDO SISCONETO ME.	97.536.911/0001-70	SACRAMENTO	MG	48610.012876/2011-16
GLP/PA0210953	ERIC A.S. DA SILVA ME	13.859.916/0001-43	BELEM	PA	48610.010892/2011-66
GLP/MG0210954	FELICIANA RAQUEL DE QUEIROZ	13.296.621/0001-06	TRES MARIAS	MG	48610.013037/2011-15
GLP/BA0210955	FELIPE SCHUELER BRITO - ME.	05.858.294/0002-91	MASCOTE	BA	48610.012881/2011-11
GLP/RN0210956	FRANCISCO PAULO FREIRE FILHO 15708527404	97.546.178/0001-74	APODI	RN	48610.012914/2011-22
GLP/PB0210957	GILVANIA SANTOS LOPES	13.610.487/0001-76	TAPEROA	PB	48610.012895/2011-34
GLP/AL0210958	GILVANIA SANTOS PEREIRA GÁS-ME	13.806.756/0001-74	MACEIO	AL	48610.012996/2011-13
GLP/RS0210959	GR COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	07.445.488/0001-00	CAXIAS DO SUL	RS	48610.013026/2011-27
GLP/MG0210960	HELOIZIO DE SOUZA COELHO	12.045.099/0001-27	GOVERNADOR VALADARES	MG	48610.012854/2011-48
GLP/BA0210961	HERUS COMERCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA. - ME	12.234.168/0001-40	TEIXEIRA DE FREITAS	BA	48610.012910/2011-44
GLP/BA0210962	IGOR PATIELLI SANTANA ARAUJO - ME	14.045.885/0001-50	ITAMARI	BA	48610.013000/2011-89
GLP/SC0210963	ILVANIO BONA SIGNOR ME	02.353.061/0001-68	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	SC	48610.012868/2011-61
GLP/SE0210964	J & G DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA - ME	14.073.007/0001-48	LAGARTO	SE	48610.012858/2011-26
GLP/SP0210965	JOEL DA SILVA GÁS - ME	13.145.779/0001-85	LUIZIANIA	SP	48610.012871/2011-85
GLP/SP0210966	JORGE LUIS DA SILVA LELIS GÁS - ME	97.536.763/0001-93	FRANCA	SP	48610.012906/2011-86
GLP/RN0210967	JOSÉ ANDERSON MARQUES SANTIAGO	11.066.299/0001-01	NATAL	RN	48610.012901/2011-53
GLP/PB0210968	JOSÉ NILTON LIMA DA SILVA	02.898.741/0001-67	SOLANEA	PB	48610.012872/2011-20
GLP/PE0210969	JOSE RODRIGUES DE SOUZA	13.569.069/0001-82	IGARASSU	PE	48610.012997/2011-50
GLP/PB0210970	JOSEFAN DA SILVA FIGUEIREDO	13.466.105/0001-82	JOAO PESSOA	PB	48610.012874/2011-19
GLP/MT0210971	JUCILENE DA SILVA SOUZA	10.519.555/0001-06	PEIXOTO DE AZEVEDO	MT	48610.012865/2011-28
GLP/MG0210972	JULIANA DE ALMEIDA CROCHET SILVA - ME	97.536.094/0001-50	MONTE CARMELO	MG	48610.012998/2011-02
GLP/BA0210973	K R NOVAES ME	13.550.891/0001-00	JEQUIE	BA	48610.012882/2011-65
GLP/RS0210974	KAREN C. B. SANINI & CIA LTDA - ME	13.990.969/0001-07	PASSO FUNDO	RS	48610.013014/2011-01
GLP/PB0210975	LEYDSON FERNANDO SANTOS DE SOUZA	12.217.015/0001-95	ALHANDRA	PB	48610.012873/2011-74
GLP/PI0210976	M L DA C OLIVEIRA ME.	97.535.073/0001-10	TERESINA	PI	48610.012902/2011-06
GLP/SC0210977	MANOEL ANTONIO DA SILVA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	01.608.092/0002-30	BOM JARDIM DA SERRA	SC	48610.012905/2011-31
GLP/PB0210978	MARIA APARECIDA TRIGUEIRO DA SILVA - ME	08.310.256/0001-07	ITATUBA	PB	48610.012870/2011-31
GLP/PE0210979	MARIA DO SOCORRO BELO SOUZA - ME	00.303.624/0002-69	PAULISTA	PE	48610.013016/2011-91

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/MG0210980	MARIA SANTOS DE AZEVEDO	02.785.070/0001-28	ALTO JEQUITIBA	MG	48610.012861/2011-40
GLP/SP0210981	MARILETI UTRAPP AVANZI SUPERMERCADO	64.901.887/0002-52	TARUMA	SP	48610.011667/2011-47
GLP/GO0210982	MASTER GÁS LTDA	13.071.037/0001-52	LUZIANIA	GO	48610.012866/2011-72
GLP/MT0210983	MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA	05.131.759/0001-27	CUIABA	MT	48610.013031/2011-30
GLP/SC0210984	MERCADO MACIEL LTDA ME	81.599.706/0001-13	GALVAO	SC	48610.012994/2011-16
GLP/BA0210985	MICHELE MAIA DOS SANTOS ME	13.657.707/0001-17	JUAZEIRO	BA	48610.012904/2011-97
GLP/GO0210986	ML BARBOSA - AMAZON GÁS - ME	14.152.612/0001-04	CALDAS NOVAS	GO	48610.012447/2011-31
GLP/MG0210987	NV COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GAS LTDA ME	14.150.894/0001-00	SANTA RITA DO SAPUCAI	MG	48610.013018/2011-81
GLP/MG0210988	OTONI E PERUSIA COMERCIO DE GAS LTDA	01.361.231/0001-93	NANUQUE	MG	48610.013030/2011-95
GLP/SP0210989	PROVASI & GASPARINO LTDA - ME	13.204.312/0001-69	NOVO HORIZONTE	SP	48610.013028/2011-16
GLP/SC0210990	QUEIROS GÁS LTDA -ME	13.663.176/0001-75	ITAPOA	SC	48610.012857/2011-81
GLP/SP0210991	RENATO A.N. MARIANI - ME	07.521.240/0001-80	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.011656/2011-67
GLP/BA0210992	RISONEI DOS SANTOS FERREIRA ME	13.933.849/0001-60	CAPELA DO ALTO ALEGRE	BA	48610.013001/2011-23
GLP/TO0210993	SAV COMÉRCIO DE GÁS LTDA. - ME	11.315.031/0003-10	PONTE ALTA DO TOCANTINS	TO	48610.012991/2011-82
GLP/MG0210994	SUPERMERCADO JOSÉ SILVA LTDA	02.982.404/0003-15	TURMALINA	MG	48610.012893/2011-45
GLP/ES0210995	SUPERMERCADO ZENILU LTDA	00.299.120/0004-84	RIO NOVO DO SUL	ES	48610.012995/2011-61

Nº 1.126 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17, de 18 de junho de 2009, e o que consta do processo n.º 48620.000109/2004-16, torna público o cancelamento do registro n.º 232, e revogação da Autorização nº 212/2004, para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, publicados no Diário Oficial da União (DOU) em 30/07/2004, da Beatrade Comércio Exterior Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 05.608.299/0001-85, situada na Via de Acesso João de Góes, n.º 151 - Sala B - Bairro Jardim Alvorada - no município de Jandira - SP, a pedido da empresa.

Nº 1.127 - Com base nas disposições da Resolução ANP n.º 24, de 11 de setembro de 2006, considerando as atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, fica a Chemisol Comercial Química Importadora e Exportadora Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 04.220.868/0001-58, sediada na Av. Rotary, nº 783 - Sala 9 - Centro, no município de São João da Barra - RJ, registrada como distribuidora de solventes, conforme o Processo n.º 48610.004228/2001-14.

Nº 1.128 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n.º 18, de 18 de junho de 2009, e o que consta do processo n.º 48610.011650/2004-61, torna pública a habilitação da Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 33.000.092/0001-69, situada na Rua Victor Civita, n° 77 - Bloco 1 Sala 104, 201, 301 e 401, Bairro Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22.775-905, para o exercício da atividade de produção de óleos lubrificantes acabados automotivos e industriais.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 428, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.002696/2001-46, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Distribuidora S.A., CNPJ: 34.274.233/0091-50, autorizada a operar 4 (quatro) dutos de interligação entre a Refinaria Isaac Sabbá - REMAN e a sua Base de Distribuição - TEMAN, com as seguintes características:

Código do Duto	TAG	Origem	Destino	Produto	Diâmetro (pol.)	Extensão (m)
2141	8" HC-6501-031-Ba-BR	REMAN	TEMAN	OLPTE	8	260
2142	8" HC-6501-001-Ba-BR	REMAN	TEMAN	QAV	8	260
2143	10" HC-6501-001-Ba-BR	REMAN	TEMAN	Diesel	10	260
2144	10" HC-6501-002-Ba-BR	REMAN	TEMAN	Gasolina	10	260

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas que fundamentaram a outorga da presente Autorização.

Art. 3º A Petrobras Distribuidora S.A. deverá apresentar à ANP até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4° Esta Autorização substitui a Autorização ANP n° 186 de 20/4/2011, publicada no DOU n° 77 de 25/4/2011.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 21 de setembro de 2011

Nº 1.120 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução nº 10/07 (Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007), concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa TOTAL LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 71.770.689/0001-81.
Processo ANP: 48600.002407/2011 - 08
Marca comercial: RUBIA TIR 7400
Grau de viscosidade: SAE 15W40 / /
Nível de desempenho: API CI-4, ACEA E7, MB 228.3, VOLVO VDS 3
Produto: ÓLEO LUBRIFICANTE
Aplicação: ÓLEO MINERAL PARA MOTORES A DIESEL
Registro de produto: 0000010800

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

RETIFICAÇÃO

Na Autorização nº 425, publicada no DOU nº 181, de 20/09/2011, Seção 1, página 92, na tabela em ANEXO, onde se lê:

Nº do Projeto	Título	Rede / Área / Programa / Núcleo	Instituição	Valor (R$)	Item de Enquadramento
995	Estudo de Traçadores Gasosos para Monitoramento de CO_2 em Sites de Armazenamento Geológico.	Programa Tecnológico para a Mitigação de Mudanças Climáticas	PUC-RS	1.130.600,00	8.2.3

Leia-se:

Nº do Projeto	Título	Rede / Área / Programa / Núcleo	Instituição	Valor (R$)	Item de Enquadramento
995	Propriedades Termofísicas de Misturas de Óleos e CO2 a Altas Pressões e Altas Temperaturas	Rede de Modelagem de Escoamento Multifásico em Tubulações	UFSC	1.130.600,00	8.2.3

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 169/2011 - SEDE - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

811.000/2010-ONÇA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.-ALVARÁ N°14847/2011-Destacado do DNPM 810.586/2009-ALVARÁ N°11.244/2009-Vencimento em 22/09/2011

820.188/2010-PEDREIRA UNIÃO DO SALTO LTDA EPP-ALVARÁ N°14848/2011-Destacado do DNPM 820.038/2009-ALVARÁ N°10.506/2009-Vencimento em 14/09/2012

846.256/2010-V RAMOS COMERCIO DE AREIA LTDA.-ALVARÁ N°14849/2011-Destacado do DNPM 846.208/2009-ALVARÁ N°406/2010-Vencimento em 13/01/2013

846.362/2010-SÉRGIO MURILO MACIEL FRANCA-ALVARÁ N°14850/2011-Destacado do DNPM 846.251/2008-ALVARÁ N°2.023/2009-Vencimento em 18/02/2012

867.211/2010-JUSINEY MARCOS DE ALMEIDA-ALVARÁ N°14851/2011-Destacado do DNPM 866.853/2009-ALVARÁ N°6.721/2010-Vencimento em 23/06/2013

810.590/2011-CLUBE PARQUE DAS AGUAS-ALVARÁ N°14852/2011-Destacado do DNPM 810.602/2009-ALVARÁ N°4.393/2010-Vencimento em 01/06/2012

811.060/2011-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA-ALVARÁ N°14853/2011-Destacado do DNPM 810.652/2009-ALVARÁ N°11.765/2009-Vencimento em 29/10/2011

820.129/2011-MINERAÇÃO CAJU LTDA.-ALVARÁ N°14854/2011-Destacado do DNPM 820.092/2008-ALVARÁ N°4.450/2009-Vencimento em 15/04/2012

820.357/2011-CONTER CONSTRUÇÕES E COMERCIO S A-ALVARÁ N°14855/2011-Destacado do DNPM 820.156/2009-ALVARÁ N°1.728/2010-Vencimento em 12/03/2013

820.400/2011-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA VALE DO SOL LTDA ME-ALVARÁ N°14856/2011-Destacado do DNPM 821.059/2008-ALVARÁ N°3.620/2011-Vencimento em 06/04/2014

826.284/2011-PUREX ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA-ALVARÁ N°14857/2011-Destacado do DNPM 826.700/2005-ALVARÁ N°15.639/2008-Vencimento em 13/11/2011

826.363/2011-SSR MINERAÇÃO & LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ALVARÁ N°14858/2011-Destacado do DNPM 826.517/2005-ALVARÁ N°15.635/2008-Vencimento em 13/11/2011

826.379/2011-G. G. SPRÉA & CIA. LTDA.-ALVARÁ N°14859/2011-Destacado do DNPM 826.414/2010-ALVARÁ N°49/2011-Vencimento em 10/01/2014

826.495/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14860/2011-Destacado do DNPM 826.309/2008-ALVARÁ N°10.960/2008-Vencimento em 02/10/2011

826.496/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14861/2011-Destacado do DNPM 826.309/2008-ALVARÁ N°10.960/2008-Vencimento em 02/10/2011

826.497/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14862/2011-Destacado do DNPM 826.309/2008-ALVARÁ N°10.960/2008-Vencimento em 02/10/2011

826.498/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14863/2011-Destacado do DNPM 826.309/2008-ALVARÁ N°10.960/2008-Vencimento em 02/10/2011

826.499/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14864/2011-Destacado do DNPM 826.309/2008-ALVARÁ N°10.960/2008-Vencimento em 02/10/2011

826.500/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14865/2011-Destacado do DNPM 826.309/2008-ALVARÁ N°10.960/2008-Vencimento em 02/10/2011

826.501/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14866/2011-Destacado do DNPM 826.308/2008-ALVARÁ N°10.959/2008-Vencimento em 02/10/2011

826.502/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14867/2011-Destacado do DNPM 826.308/2008-ALVARÁ N°10.959/2008-Vencimento em 02/10/2011

826.503/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14868/2011-Destacado do DNPM 826.308/2008-ALVARÁ N°10.959/2008-Vencimento em 02/10/2011

826.504/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14869/2011-Destacado do DNPM 826.308/2008-ALVARÁ N°10.959/2008-Vencimento em 02/10/2011

826.505/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14870/2011-Destacado do DNPM 826.308/2008-ALVARÁ N°10.959/2008-Vencimento em 02/10/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

826.506/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14871/2011-Destacado do DNPM 826.308/2008-ALVARÁ N°10.959/2008-Vencimento em 02/10/2011

826.507/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14872/2011-Destacado do DNPM 826.308/2008-ALVARÁ N°10.959/2008-Vencimento em 02/10/2011

826.508/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-ALVARÁ N°14873/2011-Destacado do DNPM 826.308/2008-ALVARÁ N°10.959/2008-Vencimento em 02/10/2011

846.200/2011-H. S. F. DAS NEVES-ALVARÁ N°14874/2011-Destacado do DNPM 846.275/2008-ALVARÁ N°336/2011-Vencimento em 21/01/2014

RELAÇÃO Nº 177/2011 - DF

Referência: Processos DNPM nos 858.031/2001,858.032/2001 e 858.033/2001

Interessado: Bras Ferros Mineração Ltda.

Assunto: Pedido de chamamento do processo a ordem.

Nos termos da recomendação contida no Despacho do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários da PROGE/DNPM, às fls. retro, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, RECONHEÇO que a tramitação dos autos em referência permaneceu suspensa no período de 19/05/2010 a 20/08/2010 em cumprimento à decisão judicial proferida em 26/04/2010, nos autos do Processo nº 0008339-38.2010.8.03.0001, em curso na 3ª Vara Cível e Fazenda Pública da Comarca de Macapá/AP, bem como ANULO a decisão publicada no D.O.U. de 14 de fevereiro de 2011, que não conheceu do pedido de reconsideração interposto pela interessada por intempestividade. (192)

RELAÇÃO Nº 355/2011 - GO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14958/2011-861.518/2010-MARIA ESTER GALVÃO DE CARVALHO

14959/2011-861.779/2010-IDELCIDES BATISTA CAMILO

14960/2011-860.612/2011-BELCHIOR DE SOUZA

14961/2011-861.089/2011-GERALDO ALOÍSIO DE MACEDO

14962/2011-861.516/2011-ROBERTO RODRIGUES DIAS

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14963/2011-860.394/2009-ENY FERNANDO VIEIRA DE ABREU

14964/2011-861.288/2009-SUPERGRAN MINERAÇÃO LTDA

14965/2011-860.026/2011-MINERAÇÃO FRONTEIRA LTDA.

14966/2011-860.308/2011-SANDRA REGINA SONODA

14967/2011-860.471/2011-DOUGLAS LEAL MARCOLINO

14968/2011-860.501/2011-KARINA TRAVASSOS BRITO

14969/2011-860.502/2011-KARINA TRAVASSOS BRITO

14970/2011-860.943/2011-CIDE CAMPOS SALES

14971/2011-860.952/2011-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA

14972/2011-861.023/2011-WALCIO JOSÉ DA ROCHA LIMA

14973/2011-861.039/2011-MARCIA MONTALVÃO LIMA

14974/2011-861.150/2011-MINERAÇÃO GNB LTDA

14975/2011-861.151/2011-MINERAÇÃO GNB LTDA

14976/2011-861.152/2011-LYNCE NAVEIRA E SILVA

14977/2011-861.155/2011-NEY EDUARDO AZEVEDO DE ARAUJO

14978/2011-861.170/2011-SEBASTIÃO ALVES DE CARVALHO JÚNIOR

14979/2011-861.182/2011-ADIEL SILVA SANTOS

14980/2011-861.183/2011-ADIEL SILVA SANTOS

14981/2011-861.190/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

14982/2011-861.236/2011-JAMIL MORUE

14983/2011-861.237/2011-JAMIL MORUE

14984/2011-861.256/2011-GOYAZ BRITAS LTDA

14985/2011-861.272/2011-ARCAL AREIA E CASCALHO LTDA.

14986/2011-861.283/2011-PAULO ALVES DE SOUSA

14987/2011-861.284/2011-PAULO ALVES DE SOUSA

14988/2011-861.292/2011-MINERAÇÃO E CONSULTORIA MINAFER LTDA.

14989/2011-861.649/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

14990/2011-861.658/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

14991/2011-861.660/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

14992/2011-861.662/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

RELAÇÃO Nº 356/2011 - GO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14993/2011-860.318/2011-ADELIA BUENO BORGES

14994/2011-861.013/2011-CLAUDEMY PEREIRA DA SILVA

14995/2011-861.323/2011-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA

14996/2011-861.335/2011-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA

14997/2011-861.371/2011-FREDERICO GONÇALVES VIDIGAL

14998/2011-861.429/2011-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.

14999/2011-861.431/2011-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.

15000/2011-861.432/2011-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.

15001/2011-861.545/2011-JOAQUIM VIEIRA DE FARIAS

15002/2011-861.549/2011-THIAGO MARTINS BORGES DE MOURA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

15003/2011-860.211/2008-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A

15004/2011-861.046/2011-VOTORANTIM METAIS S.A

15005/2011-861.049/2011-VOTORANTIM METAIS S.A

15006/2011-861.053/2011-VOTORANTIM METAIS S.A

15007/2011-861.196/2011-VOTORANTIM METAIS S.A

15008/2011-861.200/2011-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.

15009/2011-861.202/2011-ECOLOGY PESQUISAS MINERAIS LTDA

15010/2011-861.218/2011-ECOLOGY PESQUISAS MINERAIS LTDA

15011/2011-861.231/2011-ECOLOGY PESQUISAS MINERAIS LTDA

15012/2011-861.316/2011-JAMIL MORUE

15013/2011-861.317/2011-JAMIL MORUE

15014/2011-861.324/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

15015/2011-861.332/2011-CARLOS LUCIANO MORAES

15016/2011-861.333/2011-CARLOS LUCIANO MORAES

15017/2011-861.336/2011-ESPERIDIÃO ROCHA BALEEIRO

15018/2011-861.359/2011-MINERAÇÃO BRILHANTE LTDA

15019/2011-861.373/2011-EDSON ANTONIO GOMES

15020/2011-861.377/2011-DARCI PEREIRA PINTO JUNIOR

15021/2011-861.385/2011-GEOEX GEOLOGIA E EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA

15022/2011-861.386/2011-GEOEX GEOLOGIA E EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA

15023/2011-861.407/2011-RINALDO PERSIANO

15024/2011-861.411/2011-CHARLES ANTONIO DO AMARAL

15025/2011-861.421/2011-PLANALTO CENTRAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S A

15026/2011-861.439/2011-BRITAGO IND. E COM. LTDA

15027/2011-861.541/2011-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.

15028/2011-861.548/2011-THIAGO MARTINS BORGES DE MOURA

15029/2011-861.551/2011-COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

15030/2011-861.552/2011-COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

15031/2011-861.558/2011-NORMA LOURENÇO

15032/2011-861.569/2011-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO

15033/2011-861.573/2011-MINERAÇÃO VALE DO PIRACANJUBA LTDA

RELAÇÃO Nº 371/2011 - GO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

15034/2011-861.437/2011-MASTER MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA.

15035/2011-861.602/2011-TOP ENGENHARIA LTDA

15036/2011-861.603/2011-ARNALDO JOSÉ DA SILVA

15037/2011-861.664/2011-BRUNO LEONARDO SILVA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

15038/2011-861.564/2010-BRUNNO CESAR IWAMOTO

15039/2011-861.045/2011-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

15040/2011-861.217/2011-ECOLOGY PESQUISAS MINERAIS LTDA

15041/2011-861.219/2011-ECOLOGY PESQUISAS MINERAIS LTDA

15042/2011-861.234/2011-VOTORANTIM METAIS S.A

15043/2011-861.288/2011-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA

15044/2011-861.390/2011-CERÂMICA WM LTDA

15045/2011-861.441/2011-CALBRAX CALCARIO AGRICOLA LTDA ME

15046/2011-861.443/2011-CALBRAX CALCARIO AGRICOLA LTDA ME

15047/2011-861.444/2011-CALBRAX CALCARIO AGRICOLA LTDA ME

15048/2011-861.445/2011-CALBRAX CALCARIO AGRICOLA LTDA ME

15049/2011-861.452/2011-VÓRTICE CONSULTORIA MINERAL

15050/2011-861.453/2011-VÓRTICE CONSULTORIA MINERAL

15051/2011-861.459/2011-CALBRAX CALCARIO AGRICOLA LTDA ME

15052/2011-861.460/2011-CALBRAX CALCARIO AGRICOLA LTDA ME

15053/2011-861.465/2011-PEDRO BERNARDO LEITE

15054/2011-861.475/2011-ECOLOGY PESQUISAS MINERAIS LTDA

15055/2011-861.574/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

15056/2011-861.575/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

15057/2011-861.576/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

15058/2011-861.577/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

15059/2011-861.578/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

15060/2011-861.579/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

15061/2011-861.581/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

15062/2011-861.582/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

15063/2011-861.597/2011-MINERAÇÃO RIO DEZOITO LTDA.

15064/2011-861.608/2011-JOÃO MILTON DE AMORIM

15065/2011-861.609/2011-SOUZA E MENDONÇA MINERADORA LTDA

15066/2011-861.616/2011-MICHEL MINDLIN RODRIGUES

15067/2011-861.619/2011-MARCOS ALCOFORADO MARANHÃO SÁ

15068/2011-861.620/2011-PEDRO SEBASTIÃO ZAGO

15069/2011-861.621/2011-VIZA AREIA E TRANSPORTE LTDA

15070/2011-861.631/2011-NASSIM MAMED JÚNIOR

15071/2011-861.650/2011-SOUZA E MENDONÇA MINERADORA LTDA

15072/2011-861.652/2011-MINERADORA VALE DO CERRADO LTDA

15073/2011-861.654/2011-SOUZA E MENDONÇA MINERADORA LTDA

15074/2011-861.665/2011-JACKSON LUCAS BEZERRA

15075/2011-861.670/2011-JOÃO CARLOS NORMANHA RIBEIRO

15076/2011-861.676/2011-SILAS DE OLIVEIRA BRANDAO

15077/2011-861.686/2011-RUBENS VICENTE DE MESQUISTA

RELAÇÃO Nº 103/2011 - MA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

15105/2011-806.101/2009-ANTONIO DE BRITO FILHO

RELAÇÃO Nº 610/2011 - MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14875/2011-832.570/2009-MINERAÇÃO RIO DOCE LTDA-ME

14876/2011-830.702/2011-MINASGRAN MINERAÇÃO LTDA ME

14877/2011-830.745/2011-EDUARDO PACHECO

14878/2011-830.746/2011-EDUARDO PACHECO

14879/2011-830.759/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

14880/2011-830.817/2011-ALESSANDRO APARECIDO DA SILVA

14881/2011-831.790/2011-NADSON TORRES SARMENTO ME

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14882/2011-834.122/2007-FRANCISCO CELSO JANEIRO
14883/2011-830.319/2009-JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA DE PÁDUA
14884/2011-831.433/2009-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA
14885/2011-832.884/2009-MARIA ELOISA LEMOS ATTIÊ
14886/2011-832.648/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
14887/2011-832.649/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
14888/2011-832.650/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
14889/2011-832.651/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
14890/2011-832.652/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
14891/2011-832.653/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
14892/2011-832.654/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
14893/2011-832.655/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
14894/2011-832.656/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
14895/2011-832.659/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
14896/2011-832.669/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
14897/2011-832.795/2010-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
14898/2011-830.602/2011-OTACÍLIO DA CUNHA PEREIRA
14899/2011-830.715/2011-VALDOMIRO SILVA COSTA NETO
14900/2011-830.721/2011-AREIAS DO DINHO
14901/2011-830.733/2011-JORDAIR BOTELHO
14902/2011-830.798/2011-INTERCEMENT BRASIL S A
14903/2011-831.535/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14904/2011-831.561/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14905/2011-831.562/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14906/2011-831.563/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14907/2011-831.564/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14908/2011-831.565/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14909/2011-831.566/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14910/2011-831.567/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14911/2011-831.568/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14912/2011-831.571/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14913/2011-831.572/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14914/2011-831.573/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14915/2011-831.574/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14916/2011-831.575/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14917/2011-831.576/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14918/2011-831.577/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14919/2011-831.578/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14920/2011-831.584/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14921/2011-831.585/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14922/2011-831.586/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14923/2011-831.587/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14924/2011-831.588/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14925/2011-831.589/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14926/2011-831.590/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14927/2011-831.754/2011-STONE BLOCKS MINERAÇÃO LTDA
14928/2011-831.757/2011-STONE BLOCKS MINERAÇÃO LTDA
14929/2011-831.758/2011-STONE BLOCKS MINERAÇÃO LTDA
14930/2011-831.759/2011-STONE BLOCKS MINERAÇÃO LTDA
14931/2011-831.779/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14932/2011-831.784/2011-STONE BLOCKS MINERAÇÃO LTDA
14933/2011-831.785/2011-STONE BLOCKS MINERAÇÃO LTDA
14934/2011-833.073/2011-FÁBIO RODRIGO DE MELO REZENDE

RELAÇÃO Nº 118/2011 - PE

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
14935/2011-840.550/2010-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA
14936/2011-840.066/2011-MMENDS GEOLOGIA LTDA
14937/2011-840.230/2011-BRITEC BRITAGEM TECNICA DO BRASIL LTDA
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
14938/2011-840.255/2009-ANDRÉ RAMOS QUEIROZ DE CAMARGOS
14939/2011-840.193/2010-JOSÉ VIEIRA NETO
14940/2011-840.077/2011-A.D.B COSTA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO ME
14941/2011-840.091/2011-RONALDO FRIZZERA MATOS
14942/2011-840.213/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
14943/2011-840.231/2011-MARCOS FAUSTINO BORGES
14944/2011-840.406/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14945/2011-840.407/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14946/2011-840.408/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14947/2011-840.409/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14948/2011-840.410/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14949/2011-840.411/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14950/2011-840.412/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14951/2011-840.413/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14952/2011-840.414/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14953/2011-840.415/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14954/2011-840.416/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14955/2011-840.417/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14956/2011-840.418/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA
14957/2011-840.419/2011-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA

RELAÇÃO Nº 179/2011 - RN

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
15081/2011-848.324/2011-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
15082/2011-848.303/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
15083/2011-848.315/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
15084/2011-848.316/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
15085/2011-848.317/2011-FORTMINE BRASIL MINÉRIOS LTDA
15086/2011-848.319/2011-MDC AGREGADOS LTDA.
15087/2011-848.320/2011-MDC AGREGADOS LTDA.
15088/2011-848.321/2011-MDC AGREGADOS LTDA.
15089/2011-848.322/2011-MDC AGREGADOS LTDA.
15090/2011-848.323/2011-MDC AGREGADOS LTDA.
15091/2011-848.325/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15092/2011-848.326/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15093/2011-848.327/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15094/2011-848.329/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15095/2011-848.330/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15096/2011-848.331/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15097/2011-848.332/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15098/2011-848.333/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15099/2011-848.334/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15100/2011-848.335/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15101/2011-848.336/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15102/2011-848.337/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15103/2011-848.338/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
15104/2011-848.339/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA

RELAÇÃO Nº 131/2011 - SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
15078/2011-815.587/2011-FLAVIO NEDEL
15079/2011-815.589/2011-MARCELA DE SOUZA KREUSCH MAFFEZZOLI
15080/2011-815.593/2011-FLORESTAL ITUPIRANGA FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO LTDA.

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 373/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
860.387/2008-WORLD CONNECTION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
860.093/2008-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº850/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
861.059/2009-JOSÉ LEOMAR E IRACIMAR LTDA-OF. N°847/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
861.056/2007-SEBASTIÃO DE PAULA GARCIA- Área de 83,49 para 41,50-AREIA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
860.948/2007-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.
860.921/2009-ELIETE FARIA DA SILVA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
862.262/2007-CEW PARTICIPAÇÕES LTDA. ME-ALVARÁ N°3.169/2008
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
861.285/2006-ANGLO AMERICAN BRASIL LTDA-ALVARÁ N°3.188/2008
860.367/2007-GERSON MARTINS DA COSTA JUNIOR-ALVARÁ N°3.753/2007
861.708/2007-EDIVALDO PEREIRA NAVES-ALVARÁ N°2.269/2008
860.316/2008-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°5.138/2008
860.317/2008-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°5.139/2008
860.474/2008-PAVOTEC PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-ALVARÁ N°9.179/2008
860.476/2008-PAVOTEC PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-ALVARÁ N°9.182/2008
860.714/2008-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°8.256/2008
860.829/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°9.288/2008

RELAÇÃO Nº 374/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
861.594/2011-AREIAL DO VALE LTDA
861.667/2011-JACKSON LUCAS BEZERRA
861.820/2011-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
861.281/2006-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.
860.268/2007-FABIO ZANCHETT
861.159/2011-PLANALTO GOIÁS MINERAIS TRANSPORTES.
861.393/2011-BRUNNO CONTI VIEIRA JACINTO
861.394/2011-BRUNNO CONTI VIEIRA JACINTO
861.456/2011-FRANCISCO CANINDE GOMES DE ARAUJO
861.587/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
860.330/2011-OSVALDO PONTES DE CARVALHO-OF. N°1362/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

861.438/2011-D. L. DO PRADO M. CONSTRUÇÃO-OF. N°1244/2011
861.598/2011-CERPIRES PRODUTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°1363/2011
861.599/2011-CERPIRES PRODUTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°1364/2011
861.604/2011-SEBASTIÃO BATISTA DOS REIS-OF. N°1361/2011
861.630/2011-NASSIM MAMED JÚNIOR-OF. N°1367/2011
861.636/2011-JOSÉ RENATO LOPES-OF. N°1368/2011
861.639/2011-MIRIAM ENGELHARDT-OF. N°1366/2011
861.640/2011-MIRIAM ENGELHARDT-OF. N°1366/2011
861.646/2011-BERTOLINO MOREIRA DIAS-OF. N°1365/2011
861.666/2011-JACKSON LUCAS BEZERRA-OF. N°1309/2011
861.671/2011-FERNANDO FERNANDES PEIXOTO-OF. N°1330/2011
861.681/2011-WESLEY AUGUSTO ALVES FERREIRA-OF. N°1310/2011
861.697/2011-RECURSOS NATURAIS INTERNACIONAIS E MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.-OF. N°1370/2011
861.698/2011-RECURSOS NATURAIS INTERNACIONAIS E MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.-OF. N°1370/2011
861.700/2011-RECURSOS NATURAIS INTERNACIONAIS E MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.-OF. N°1370/2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
860.985/2011-CONSTRAN S A CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO-OF. N°1218/2011
861.351/2011-BOMFIM DE ABREU NASCIMENTO-OF. N°1215/2011
861.712/2011-SONIA RESENDE-OF. N°1274/2011
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
861.455/2011-CLAUDIMAR MARTINS DE SOUZA
861.756/2011-GERMANO BARBOSA DE SOUSA

VALDIJON ESTRELA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

Na Relação nº 115/2010, publicada no DOU de 31/12/2010, Seção 1, página 130, onde se lê:"... Titular: Porto de Areia D.M. Reghine Ltda Epp Cpf/cnpj:05.623.601/0001-74 - Processo de cobrança: 921.119/10 Valor: R$.1.300,55...", leia-se: "... Titular: Porto de Areia D.M. Reghine Ltda Epp Cpf/cnpj:05.623.601/0001-74 - Processo de cobrança: 921.129/10 Valor: R$.1.300,55...".

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 133, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 832.993/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à AGRO CAMPO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, concessão para lavrar DOLOMITO e CALCÁRIO, no Município de PAINS/MG, numa área de 45,33ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 20°20'42,582"S/45°37'56,968"W; 20°21'08,302"S/45°37'56,971"W; 20°21'08,302"S/45°38'20,972"W; 20°20'55,297"S/45°38'20,972"W; 20°20'55,296"S/45°38'17,525"W; 20°20'52,143"S/45°38'17,524"W; 20°20'52,144"S/45°38'14,077"W; 20°20'52,141"S/45°38'14,077"W; 20°20'48,892"S/45°38'14,076"W; 20°20'48,892"S/45°38'10,629"W; 20°20'48,889"S/45°38'10,629"W; 20°20'45,644"S/45°38'10,628"W; 20°20'45,644"S/45°38'07,181"W; 20°20'45,637"S/45°38'07,181"W; 20°20'42,581"S/45°38'07,180"W; 20°20'42,582"S/45°37'56,968"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°20'42,582"S e Long. 45°37'56,968"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 791,0m-SW 00°00'28"686;696, 1m-SW 90°00'00"000; 399,9m-NW 00°00'05"158; 100,0m-NE 89°58'58"114; 97,0m-NE 00°00'21"273; 100,0m-SE 89°59'39"371; 0,1m-NE 06°20'24"690; 99,9m-NE 00°00'20"645; 100,0m-SE 89°59'39"371; 0,1m-NE 05°42'38"135; 99,8m-NE 00°00'00"000; 100,0m-SE 89°59'39"374; 0,2m-NE 00°00'00"000; 94,0m-NE 00°00'21"945; 296,2m-SE 89°59'39"110.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 134, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 do Regimento Interno da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, aprovado pela Portaria MME nº 144, de 23 de junho de 2006, tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso III, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no art. 1º, §§ 2º e 3º, no art. 9º, § 1º, inciso I, da Instrução Normativa STN nº 01, de 15 de janeiro de 1997, no Acordo de Cooperação Técnica e Institucional constante do Processo nº 48000.000412/2011-37, firmado entre esta Secretaria e o Serviço Geológico do Brasil - CPRM, resolve:

Art. 1º Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário no valor total de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), da Ação Estudos para o Planejamento dos Setores de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (4887), do Programa Gestão de Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (1069), Fonte de Recursos 134, Natureza de Despesa 3.3.90.39, ao Serviço Geológico do Brasil - CPRM, Unidade Gestora 32202, para fins de atendimento do Plano de Trabalho Anexo, aprovado pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM para o desenvolvimento do Projeto "Participação no 14º Congresso Brasileiro de Mineração - Exposição Internacional de Mineração - Exposibram", que prevê a participação no Evento, a ser realizado no período de 26 a 29 de setembro de 2011, na cidade de Belo Horizonte/BH.

Art. 2º O saldo dos créditos orçamentários descentralizados, não empenhados até dezembro de 2011, deverá ser devolvido a SGM para o encerramento do correspondente exercício financeiro.

Art. 3º A CPRM deverá apresentar Relatório Técnico à SGM no prazo de trinta dias após a realização do Evento discriminado no art. 1º.

Art. 4º A prestação de contas dos créditos movimentados por esta Portaria deverá ser apresentada aos Órgãos de Controle Interno e Externo, nos termos da legislação em vigor da Controladoria-Geral da União - CGU.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIO SCLIAR

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 261, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

Altera a Portaria MDS nº 381, de 17 de novembro de 2009, que trata da instituição do Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, II, alínea "h" da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com a redação dada pela Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, e considerando o Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, resolve

Art. 1º - A alínea "g" do inciso III do artigo 2º da Portaria MDS nº 381, de 17 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"g) Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza."

Art. 2º - Fica revogado o artigo 5º da Portaria MDS nº 381, de 17 de novembro de 2009.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

PORTARIA Nº 262, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, e no art. 1º da Portaria/MP nº 345, de 09 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Alterar os limites estabelecidos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, fixados na Portaria nº 77, de 11 de março de 2011, os quais passam a vigorar conforme o Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 182, de 20 de junho de 2011.

TEREZA CAMPELLO

ANEXO ÚNICO

Limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção em 2011

Unidade	Limite para empenho (até DEZ)
SENARC	558.968,91
SESAN	3.403.555,96
SAGI	280.608,11
GM	827.974,16
SE	1.008.046,16
SESEP	556.092,53
SNAS	6.170.754,17
TOTAL	**12.806.000,00**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 10, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O Secretário do Desenvolvimento da Produção- Substituto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no uso de suas atribuições, torna públicas as propostas de fixação e alteração de Processos Produtivos Básicos - PPB, que serão definidos pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação, em cumprimento ao § 6º do art. 7º do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967 e ao § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, com a redação dada pela Lei n.º 10.176, de 12 de janeiro de 2001 e pela Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004.

Considerando a relevância destas, recomendamos ampla divulgação, a fim de que possam ser colhidas contribuições para seu aperfeiçoamento. Sugestões poderão ser encaminhadas no prazo, máximo, de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, ao MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Sala 518, 5º andar, Brasília - DF, CEP: 70053-900, Fax: 0xx61-2027-7097 e e-mail: cgice@mdic.gov.br.

NILTON SACENCO KORNIJEZUK

ANEXO

PROPOSTA 047/11: ALTERAÇÃO DAS PORTARIAS INTERMINISTERIAIS Nºs 24 e 25, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2010, QUE ESTABELECEM O PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA APARELHO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

1º) Alterar o art. 2º, conforme a seguir:

DE:

Art. 2º Quando o aparelho de tomografia computadorizada vier acompanhado de um ou mais produtos abaixo relacionados, os mesmos deverão ser produzidos no País a partir de 12 meses contados a partir da publicação desta Portaria:

I - computador reconstrutor;
II - computador console;
III - gabinete metálico para instalação dos computadores;
IV - transformador com saída de 380 a 480 Volts;
V - estabilizador de tensão;
VI - impressora para impressão de exames em filme especial; e
VII - impressora para impressão de relatórios e imagens em papel.

PARA:

Art. 2º Os equipamentos que acompanham o aparelho de tomografia computadorizada deverão ser produzidos, no País, conforme seus respectivos Processos Produtivos Básicos, quando for o caso, de acordo com o seguinte cronograma:

I - a partir de 1º de janeiro de 2011:
a) transformador com saída de 380 a 480 Volts;
b) estabilizador de tensão; e
c) impressora para impressão de relatórios e imagens em papel, quando aplicável.
II - a partir de 1º de agosto de 2012:
a) computador reconstrutor ou computador console; e
b) gabinete metálico para instalação dos computadores.
III - a partir de 1º de janeiro de 2013:
a) sistema de energia de alta potência para filtragem e controle de alimentação para sistemas médicos;
b) sistema de gestão de energia de alta potência para controle de alimentação continuada para sistemas médicos; e
c) sistema de gestão de energia de baixa potência para controle de alimentação continuada para sistemas médicos.

PROPOSTA 048/11: ALTERAÇÃO DAS PORTARIAS INTERMINISTERIAIS Nºs 26 e 27, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2010, QUE ESTABELECEM O PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA

1º) Alterar a alínea "h" do inciso I do art. 1º, conforme a seguir:

DE:

h) instalação dos suportes de fixação dos cabos, suportes de apoio da ponte e conexão do filtro de supressão e suas conexões.

PARA:

h) instalação dos suportes de fixação dos cabos, suportes de apoio da ponte (ou suporte da mesa do magneto) e conexão do filtro de supressão e suas conexões.

2º) Alterar o inciso II do art. 1º, conforme a seguir:

DE:

II - instalação do conjunto da ponte na parte interna do equipamento;

PARA:

II - instalação do conjunto da ponte (ou suporte da mesa do magneto) na parte interna do equipamento;

3º) Alterar o inciso III do art. 1º, conforme a seguir:

DE:

III - abastecimento do conjunto montado do magneto com gás hélio, em estado líquido;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PARA:

III - abastecimento do conjunto montado do magneto com líquido refrigerante apropriado;

4º) Alterar o Parágrafo único do art. 1º, conforme a seguir:

DE:

Parágrafo único. Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas descritas nos incisos de I a IV, que não poderão ser objeto de terceirização.

PARA:

Parágrafo único. Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, somente a operação descrita no inciso III poderá ser realizada por terceiros, enquanto às demais etapas descritas nos incisos I, II, IV e V não poderão ser objeto de terceirização.

5º) Alterar o art. 2º, conforme a seguir:

DE:

Art. 2º Quando o aparelho de ressonância magnética vier acompanhado de um ou mais produtos abaixo relacionados, os mesmos deverão ser produzidos no País a partir de 12 meses contados a partir da publicação desta Portaria:

I - computador reconstrutor;

II - computador console;

III - gabinete metálico para instalação dos computadores;

IV - transformador com saída de 380 a 480 Volts;

V - estabilizador de tensão;

VI - impressora para impressão de exames em filme especial; e

VII - impressora para impressão de relatórios e imagens em papel.

PARA:

Art. 2º Os equipamentos que acompanham o aparelho de ressonância magnética deverão ser produzidos, no País, conforme seus respectivos Processos Produtivos Básicos, quando for o caso, de acordo com o seguinte cronograma:

I - a partir de 1º de janeiro de 2011:

a) transformador com saída de 380 a 480 Volts;

b) estabilizador de tensão; e

c) impressora para impressão de relatórios e imagens em papel.

II - a partir de 1º de agosto de 2012:

a) computador reconstrutor ou computador console; e

b) gabinete metálico para instalação dos computadores.

III - a partir de 1º de janeiro de 2013:

a) sistema de distribuição e controle de energia de alta potência para produtos médicos.

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 107, DE 27 DE MAIO DE 2010

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro à UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA, visando o apoio financeiro para a realização do Projeto: "Formação Continuada de Militantes Culturais de Esporte e Lazer no Campo e na Cidade", conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

Unidade Gestora: 153038 Gestão: 15223

Programa: Esporte e Lazer da Cidade - 1250

Ação: Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e do Lazer - Rede Cedes Nacional;

Funcional Programática: 27.812.1250.2426.0001

Natureza da despesa:

33.90.18 R$13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

33.90.39 R$1.816,00 (hum mil, oitocentos e dezesseis reais)

44.90.52 R$9.984,00 (nove mil novecentos e oitenta e quatro reais)

Fonte: 100

Valor: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A Universidade Federal da Bahia - UFBA deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2010.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LINCOLN DAEMON

PORTARIA Nº 11, DE 26 DE MAIO DE 2010

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro à UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS, visando o apoio financeiro para a realização do Projeto: "Memórias do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe: trajetórias de formação", conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS

Unidade Gestora: 154050 Gestão: 15267

Programa: Esporte e Lazer da Cidade - 1250

Ação: Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e de Lazer - Rede Cedes - Nacional;

Funcional Programática: 27.812.1250.2426.0001

Natureza da despesa:

33.90.18 R$8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais)

33.90.30 R$3.800,00 (Três mil e oitocentos reais)

33.90.39 R$7.750,00 (Sete mil, setecentos e cinqüenta reais)

44.90.52 R$5.000,00 (Cinco mil reais)

Fonte: 100

Valor: R$ 24.950,00 (vinte e quatro mil novecentos e cinqüenta reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A Universidade Federal de Sergipe - UFS deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2010.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LINCOLN DAEMON

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 13, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art.22º, do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, e pela Portaria nº 604/2011-Casa Civil, de 24 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente, resolve:

Considerando a necessidade de se dar proteção a espécie arbórea resultante de semente procedente de testes científicos realizados durante a missão espacial Apollo 14;

Considerando, também, tratar-se de um simbolo vivo que marcou a era espacial; e

Considerando, ainda, o disposto no art. 7º da lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, resolve,

Art. 1º Declarar imune ao corte a árvore da espécie Liquidambar styraciflua da família Altingiaceae, identificada como "Árvore da Lua," plantada em 14 de dezembro de 1980, na área verde do Ibama, situada ao lado do Bloco A do Edifício Sede.

Art. 2º Os cuidados e proteção da "Árvore da Lua," ora declarada imune ao corte, ficará sob a responsabilidade do IBAMA, ou qualquer outro o ente público que venha a sucedê-lo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CURT TRENNEPOHL

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

PORTARIA Nº 94, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 149, de 06 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 07 de abril de 2009, resolve:

Art. 1° Revogar a Portaria n° 74, de 21 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do 22 de julho de 2011, seção 1, página 116.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 373, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 2º, § 4º, do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, e

Considerando a necessidade da prestação dos serviços voltados aos deslocamentos aéreos de autoridades, a cargo do Grupo de Transporte Especial - GTE, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção de que trata o Anexo II do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, nos termos do Processo MP/SE nº 03100.000631/2011-50, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

AMPLIAÇÃO DE LIMITES PARA EMPENHO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO EM 2011 - DEMAIS DESPESAS
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DO DECRETO Nº 7.446, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ mil

ÓRGÃO OU UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		ATÉ DEZ
52000	Ministério da Defesa	1.115
TOTAL		1.115

Inclui as demais despesas, exceto as relativas às subfunções 092, 125, 181, 182, 183, 304, 305, 603, 604, 665, créditos extraordinários e recursos de doações e de convênios.

PORTARIA Nº 374, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto Nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para compor quadro especial em extinção do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob regime celetista (Decreto-Lei Nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao INSS notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto Nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao INSS no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no INSS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
726.157.537-20	REGINA VARANDA DA SILVA	04599.512600/2004-26
348.882.501-97	TELMA TOFOLO FRANCA ROSA	35166.001325/2004-33

PORTARIA Nº 375, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Casa da Moeda do Brasil - CMB, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei Nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à CMB notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à CMB no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na CMB.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
217.417.727-15	ARTHUR GERALDO PINTO	04599.500708/2004-76
367.710.077-15	JEFFERSON DE OLIVEIRA E SILVA	04599.500610/2004-19
042.593.517-53	SILVIO GOMES COELHO	04599.500644/2004-11

PORTARIA Nº 376, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto Nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto Nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Telecomunicações de Pernambuco S. A. - TELPE, para compor quadro especial em extinção do Ministério das Comunicações - MC, sob regime celetista (Decreto-Lei Nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MC notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MC no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
113.519.004-63	ACIDALIA DE OLIVEIRA	04599.509500/2004-12
462.126.044-87	EDVANIA FERREIRA BRASIL	04500.006991/2004-96
080.623.404-06	IRACI FELIX LIMA	04599.508913/2004-80
084.643.594-20	LAUDICEIA MARTINS DE SOUZA	04500.006942/2004-53
143.647.194-04	LUCIA CRISTINA ALMEIDA DO NASCIMENTO	04500.006948/2004-21
083.217.524-20	SELMA FELIX MENDONCA	10480.001279/2004-89
080.948.104-91	SONIA MELO MARINHO	04500.006973/2004-12

PORTARIA Nº 377, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - ELETRONORTE, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei Nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à ELETRONORTE notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à ELETRONORTE no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na ELETRONORTE.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
386.039.501-72	VALDIR ALVES DE CARVALHO JUNIOR	04500.005751/2009-89

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 34, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso V, do art. 2º, da Portaria Nº 200, de 29 de Julho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e tendo em vista o disposto no art. 11, § 3º, do Decreto Nº 3.725, de 10 de Janeiro de 2001, e de acordo com os elementos que integram os Processos Nº 04916.001063/2011-82, 04916.002316/2011-35, 04916.001549/2006-53 e 04916.002474/2011-95, resolve:

Art.1º Autorizar a cessão provisória de uso, sob o regime de cessão gratuita, ao Município de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte, dos seguintes imóveis de propriedade da União, em processo de incorporação, caracterizados como terrenos de marinha: A-área de 27.555,73m²; B-área de 33.916,59m²; C-área de 60.816,3906m² e D-área de 8.752,60m², totalizando uma área de 131.041,3106m² (Cento e trinta e um mil, quarenta e um, trinta e um zero seis metros quadrados), com as características e confrontações constantes nos processos Nº 04916.001063/2011-82 (A), 04916.002316/2011-35 (B), 04916.001549/2006-53 (C) e 04916.002474/2011-95 (D).

Art.2º A cessão dos imóveis a que se refere o art. 1º, destina-se a sua guarda, proteção, manutenção e demais responsabilidades sobre as despesas oriundas do imóvel.

Art. 3º A Cessão terá vigência a partir da assinatura do contrato e terá validade até decisão final no procedimento administrativo que tratar da cessão de uso definitivo, podendo ser revogada a qualquer momento se o interesse público o exigir.

Art.3ºResponderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitoria nele existentes.

Art.4º A destinação de que trata o art. 2º desta Portaria, será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito ao cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, em caso de:

I - Não for cumprida a finalidade da cessão, estipulada no art. 2º desta Portaria;

II - Cessarem as razões que justificaram a cessão;

III - Ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no art.2º da presente Portaria;

IV - Ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais ou

V - Na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente, ressalvada em tal caso, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento da União.

Art.5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SPU/SC Nº 33, de 24 de agosto de 2011, publicada no DOU Nº 176, de 13 de setembro de 2011, Seção 1. página 109, onde se lê: "..... conferidas pelo inciso I, do art. 2º da Portaria SPU Nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do D.L. Nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 33 da Lei Nº 9.636, de 15 de maio de 1998.....", Leia-se: " que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU Nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 18 da Lei Nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei Nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto Nº 3.125, de 29 de julho de 1999, ..."

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 96, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SPU/SP, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº455, de 21 de julho de 2004, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria Nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP Nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei Nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo de Nº 04977.002509/2011-71, resolve:

Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de São Sebastião, no Estado de São Paulo, a executar obras em áreas de domínio da União, caracterizadas por Terrenos de Marinha e Acrescidos de Marinha, com área total de 1.849,09m², cujo perímetro encontra-se descrito e caracterizado nos termos do processo 04977.002509/2011-71, conforme o Projeto de "Reurbanização da Av. Altino Arantes".

Art. 2º O prazo da referida autorização será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, em especial aquelas de âmbito ambiental, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INACIO MASSARU AIHARA

PORTARIA Nº 97, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SPU/SP, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº455, de 21 de julho de 2004, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria Nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP Nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei Nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo de Nº 04977.013364/2010-53, resolve:

Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de São Sebastião, no Estado de São Paulo, a executar obras em áreas de domínio da União, caracterizadas por Terrenos de Marinha, com área total de 17.728,63m², cujo perímetro encontra-se descrito e caracterizado nos termos do processo Nº 04977.013364/2010-53, conforme o Projeto de "Urbanização da orla de Boiçucanga".

Art. 2º O prazo da referida autorização será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, em especial aquelas de âmbito ambiental, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INACIO MASSARU AIHARA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

PORTARIA Nº 17, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SERGIPE, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso II, alínea b, da Portaria Nº 200, de 29/06/2010, publicada no DOU, de 30/06/2010 e tendo em vista o Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e o art.2º, inciso I, alínea b, da Portaria MP Nº 144, de 09 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão, sob a forma de utilização gratuita, ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO/Regional Salvador, do imóvel da União constituído por terreno com área de 165,15.m², acrescido das benfeitorias com 398,10m², situado na.Rua Laranjeiras, Nº 37, Centro, no Município de .Aracaju, Estado de Sergipe, objeto da Matrícula nº 2.423, Livro nº 2R ,fls. 43, junto ao Cartório do 1º Ofício da Comarca de Aracaju. A presente cessão é realizada de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04906.000922/2011-35.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se ao funcionamento do Escritório do SERPRO, em Aracaju.

Parágrafo único. A cessão terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 3º Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALDEMAR BASTOS CUNHA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE
Em 2 de setembro de 2011

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego - Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, e na Nota Técnica Nº.202/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, resolve:

RETIFICAR a publicação do Registro de Alteração Estatutária- RAE, realizada no Diário Oficial da União - DOU, 17 de fevereiro de 2009, n.º 33, Seção 1, página 123, referente ao processo de nº 46000.016141/2002-15de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Ladrilhos Hidráulicos, de Mármores e Granitos, de Manutenção e Montagens Industriais, da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Geral e do Mobiliário de Duque de Caxias - RJ, CNPJ 31.959.984/0001-66 para que onde se lê "Categoria profissional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Ladrilhos Hidráulicos, de Mármores e Granitos, de Montagens Industriais, da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral e do Mobiliário", leia-se "Categoria profissional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Ladrilhos Hidráulicos, de Mármores e Granitos, de Manutenção e Montagens Industriais, da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral e do Mobiliário."

ALEX SANDRO GONÇALVES PEREIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de setembro de 2011

Nº 28 - O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo n.º 46248.001536/2011-10 e os termos do despacho exarado no processo supracitado e usando da competência delegada pela Portaria da SRT/MTE n.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União n.º 102, de 30 de maio de 2006, homologa o Plano de Carreira Docente da Faculdade Politécnica de Uberlândia, mantida pelo Instituto Politécnico de Ensino S/A, inscrita no CNPJ nº 03.387.092/0001-00, situada na Rua Rafael Marino Neto, nº 600, Bairro Jardim Karaíba, CEP. 38411-186, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ALYSSON PAIXÃO DE OLIVEIRA ALVES.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de setembro de 2011

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, no Estado do Paraná, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº 02, de 25 de maio de 2006, publicada na seção 2 do DOU de 30.05.2006, alterada pela Portaria SRT nº 05, de 20/11/2008 e pela Portaria SRT nº 06, de 26/01/2010 e tendo em vista o que consta no processo nº 46212.011508/2011-18, HOMOLOGA o Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico Administrativo do CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 7ª REGIÃO/PR, sediado no município de Curitiba, no Estado do Paraná, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro, dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

NEIVO BERALDIN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 174, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Capítulo IV, art. 31, inciso I do Anexo II do Regimento Interno aprovado pela PT/GM/MTE nº 153, de 12 de fevereiro de 2009, publicada no D.O.U. de 13 de fevereiro de 2009, e,

Considerando os estragos causados pelas chuvas que assolaram o Estado, comprometendo a regular prestação de serviços;

Considerando as interdições de rodovias Federais e Estaduais que cortam o Estado de Santa Catarina; resolve:

Art. 1º - Autorizar a prorrogação da duração de trabalho, nos termos do art. 61 §3º da CLT, nas empresas instaladas e/ou que operam nos municípios de Blumenau, Brusque, Caçador, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Rio do Sul, São José, São João Batista e Videira a partir de 08 de setembro de 2011 pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MINOTTO

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 128, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50505.024523/2011-08, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica de média tensão na faixa de domínio da Rodovia Washington Luiz, BR-040/RJ, por meio de travessia no km 118+113m, com construção de 02 (duas) caixas de passagem na via lateral, sendo uma em cada sentido da Rodovia, no município de Duque de Caxias/RJ, de interesse da Light Serviços de Eletricidade S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de distribuição de energia elétrica, a Light deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CONCER - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Light não poderá iniciar a implantação da rede de distribuição de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a CONCER, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A CONCER deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Light assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de distribuição de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Light deverá concluir a obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Light verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à CONCER sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à CONCER acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de distribuição de energia elétrica.

Art. 8º A Light deverá apresentar, à URRJ e à CONCER, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de distribuição de energia elétrica por meio de travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 1.463,08 (um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oito centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Light abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 431, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.060285/2011-36, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da Empresa de Transportes Andorinha S. A. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Cuiabá (MT) - São Paulo (SP), prefixo nº 11-0280-00.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 432, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.051769/2011-94, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da Real Expresso Ltda. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Uberaba (MG) - São Paulo (SP), prefixo nº 06-0338-00.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 433, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500. 056601/2011-75, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Aracajú (SE) - Rio de Janeiro (RJ), prefixo nº 21-0834-00.

SONIA RODRIGUES HADDAD

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 186, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a Mensagem Presidencial nº 387 , de 16 de setembro de 2011, e o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 70, da Lei n.º 12.309, de 09 de agosto de 2010, e os créditos adicionais do exercício, resolve:

Art. 1º Ficam contidos, conforme anexo I desta Portaria, os valores para emissão de empenhos de Outras Despesas Correntes e de Capital constantes da Lei nº. 12.381, de 09 de fevereiro 2011, ficando revogadas as Portarias CNMP-PRESI nº 53, de 08 de junho de 2011e CNMP-PRESI nº 159, de 12 de setembro de 2011 .

Art. 2º Em decorrência da indisponibilidade, objeto do artigo anterior e dos créditos adicionais supracitados, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal passa a vigorar com os valores estabelecidos no anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORAH DUPRAT

ANEXO I

59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LIMITAÇÃO DE EMPENHO

59101 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO — R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.13NT.0101- Aquisição do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público - Em Brasília - DF	4.5.90.00	100	32.866.012
T O T A L			32866012

ANEXO II

59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2011
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

R$1,00

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
ATÉ SETEMBRO	10.934.881	21.903.101
ATÉ OUTUBRO	12.684.881	31.705.456
ATÉ NOVEMBRO	13.943.258	41.507.811
ATÉ DEZEMBRO	0	51.310.166

Nota: Esta programação poderá sofrer alterações, em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, limitação e recomposição de limitação de empenho ou créditos adicionais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA-GERAL

SESSÕES DE DISTRIBUIÇÕES AUTOMÁTICAS DE PROCESSOS

SESSÃO: 902 DATA:20/09/2011 HORA:09:59

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001279/2011-18
Tipo Proc: Reclamação para preservação da autonomia do Ministerio Publico - RPA
Origem : Macapa - AP
Relator : Tito Souza do Amaral

SESSÃO: 903 DATA:21/09/2011 HORA:08:44

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001343/2011-52
Tipo Proc: Proposta de Resoluc?o - RES
Origem : Brasilia - DF
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.001342/2011-16
Tipo Proc: Proposta de Resoluc?o - RES
Origem : Brasilia - DF
Relator : Alessandro Tramujas Assad
Processo : 0.00.000.001341/2011-63
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Cariacica - ES
Relator : Jarbas Soares Junior
Processo : 0.00.000.001122/2011-84
Origem : Porto Alegre/RS
Relator : Alessandro Tramujas Assad

ALCIDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição

PLENÁRIO

ACÓRDÃOS DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N.º 0.00.000.001147/2011-88
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.
EMENTA PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. REMOÇÃO INTERNA. UTILIZAÇÃO DO CRITÉRIO DA AFERIÇÃO DA ANTIGUIDADE NA COMARCA. DESCABIMENTO.

1. Através da análise dos dispositivos constitucionais e legais que disciplinam a remoção voluntária na mesma Comarca, no âmbito do Ministério Público, conclui-se que o ordenamento jurídico brasileiro elegeu a aferição da antiguidade na entrância como critério a ser adotado nos concursos de promoção e remoção, em qualquer de suas espécies.

2. Necessária revogação do Enunciado n.º 48, da Súmula do Conselho Superior do Ministério Público mineiro, que conta com o seguinte teor: "[...] para fins de movimentação na carreira, através de remoção interna, a antiguidade dos membros da Instituição será determinada pelo efetivo exercício na Comarca […]".

3. Convalidação dos certames de remoção interna já ultimados, que tenham observado o critério da aferição da antiguidade na Comarca.

4. Provimento do feito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer do presente Pedido de Providências para julgá-lo procedente, nos termos do voto do relator.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIO,
Relator

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000804/2011-70.
RELATOR: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior;
REQUERENTE: Marcos Antonio Moura de Barros;
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
EMENTA Procedimento de Controle Administrativo. Concurso Público do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Comarca de Barra de São Francisco. Alegação de ilegalidade na nomeação da 1º colocada. Improcedência.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer e julgar improcedente este Procedimento de Controle Administrativo, uma vez que observados os regulamentos do edital e da legalidade, nos termos do voto do Relator.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.000866/2011-81
RELATORA: Conselheira Taís Schilling Ferraz
REQUERENTE: Carmen Lúcia Corrêa - Juíza de Direito
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
EMENTA PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. CONVOCAÇÃO DE PROMOTORES DE JUSTIÇA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO. AUSÊNCIA EM AUDIÊNCIAS JUDICIAIS. PREJUÍZO A ATIVIDADE JURISDICIONAL. COMUNICAÇÃO PRÉVIA E PEDIDO DE ADIAMENTO DO ATO. INFRAÇÃO FUNCIONAL NÃO CARACTERIZADA. NCESSIDADE DE DESIGNAÇÃO DE SUBSTITUTO PELA ADMINISTRAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA.

1. É dever do membro do Ministério Público do Espírito Santo atender às convocações e determinações de caráter administrativo e de ordem geral emanadas dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, nos termos do art. 117, inciso XV, da LC 95/97.

2. A comunicação prévia do não comparecimento à audiência judicial em razão de convocação pelo Procurador-Geral de Justiça e o pedido de adiamento do ato, descaracteriza a infração funcional prevista no art. 127, inciso VI, da LC 95/97.

3. Medidas preventivas já adotadas pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo para evitar, em casos futuros, prejuízo a realização de atos judicias.

4. Improcedência.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar improcedente o presente pedido de providências, nos termos do voto da Relatora.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.000703/2011-07
RELATOR: Maria Ester Henriques Tavares
REQUERENTE: Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público
EMENTA PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. PROJETO DE LEI. IMPLEMENTAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE CONTROLE INTERNO E GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE ORÇAMENTO NO ÂMBITO DO MPU E CNMP. NECESSIDADE DE PARECER DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ARTIGO 80, INCISO IV DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2011 (LEI Nº12.309/2010). PARECER FAVORÁVEL. PROCEDÊNCIA.

1. O presente projeto justifica-se pelo reconhecimento da realização de atividades de significativa abrangência, complexidade e especificidade, visando garantir a continuidade do exercício das funções institucionais dos membros do Ministério Público da União e do CNMP, assegurando sua autonomia financeira e a regular aplicação dos recursos colocados à disposição dessas Instituições.

2. O impacto orçamentário da implementação das gratificações está abaixo dos índices de alerta previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e, especificamente em relação ao MPDFT, aquém do limite de alerta estabelecido pelo Decreto nº 6.334/2007.

3. Procedência do pedido. Parecer favorável ao envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, nos termos do que foi apresentado pela Procuradoria-Geral da República.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, pelo provimento do pedido, para emitir parecer favorável ao envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, na forma apresentada pela Procuradoria-Geral da República, nos termos do voto da Relatora.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Relatora

RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO Nº 0.00.000.000919/2011-64
Relator: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães
Requerente: Antônio Carlos Amancio Pereira
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
EMENTA RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO. RESOLUÇÃO nº 27, de 10 de março de 2008, Do CONSELHO NACIONAL do ministério público. inobservância POR servidor ocupante de cargo de provimento em comissão do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Impossibilidade de determinação de exoneração. Autonomia administrativa. POSSÍVEL FALTA FUNCIONAL, que enseja a Abertura de processo administrativo disciplinar. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO.

1. Com o fim de estabelecer tratamento isonômico entre os servidores do Ministério Público da União e dos Estados, foi editada, por este Órgão Nacional de Controle, a Resolução nº 27, de 10 de março de 2008, que passou a vedar o exercício da advocacia por qualquer servidor, seja efetivo, requisitado, comissionado ou à disposição, do Ministério Público brasileiro.

2. Não há como proceder com imediato desligamento de servidor que exerce Cargo em Comissão, demissível ad nutum, de livre nomeação e exoneração, no Ministério Público Estadual, posto que a nomeação do referido servidor encontra-se adstrito ao exercício do poder discricionário da autoridade competente e, uma vez preenchidos os requisitos legais, não há como desconstituí-lo, sob pena de violação da autonomia administrativa do Ministério Público e usurpação da competência do Procurador-Geral de Justiça.

3. Diante de conduta que configure, em tese, falta funcional, como o exercício da atividade advocatícia por servidor do Ministério Público, a providência adequada é a instauração do competente procedimento disciplinar, a fim de que seja apurada eventual responsabilidade do servidor público, sendo lhe assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4. Determinação para comprovação de averbação de incompatibilidade para o exercício da advocatício pelor servidor comissionado. Em não se comprovando, determinação para instauração do competente procedimento disciplinar com vista a verificar possível falta funcional cometida por servidor, ocupante do cargo de provimento em comissão, do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

5. Procedência parcial do Pedido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer e julgar parcialmente procedente a presente Reclamação para Preservação da Competência da Autoridade das Decisões do Conselho, nos termos do voto do relator.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0.00.000.001018/2011-90
Relator: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães
Embargante: Ministério Público do Trabalho
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Preliminar rejeitada. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO de membro do parquet trabalhista EM CURSO A SER REALIZADO EM TURIM, na ITÁLIA. Determinação de SELEÇÃO BASEADA NO CRITÉRIO DE SORTEIO, nos termos da RESOLUÇÃO N° 86, 27 de agosto de 2009, DO CONSELHO SUPERIOR DO Ministério Público do Trabalho. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO e omissão NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS Improvidos.

1. Os Embargos de Declaração não preenchem quaisquer das hipóteses elencadas no artigo 128 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, uma vez que o embargante não demonstrou qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão atacada.

2. Admissão de embargos declaratórios com efeitos modificativos ou infringentes somente é possível em caso excepcionais quando a decisão for absurda, em evidente o descompasso com o direito incidente na espécie ou com os fatos correspondentes, o que não é o caso dos autos.

3. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer e julgar improcedente os presentes Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO Nº 0.00.000.000913/2011-97, 0.00.000.000963/2011-74, 0.00.000.000964/2011-19, 0.00.000.001036/2011-7 e 0.00.000.1179/2011-83
REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU EXCESSO DE PRAZO Nº 0.00.000.000972/2011-65
Relator: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães
Requerentes: Loiva Garcia Bock
Alexandre da Silva Pautz
Cesar da Cunha Krebs
Simone de Azambuja Corsetti
Tatiana Isabel Backes
Laura Emília Nunes
Andréia Parizoto
Leila Denise Bottega Ruschel
Magda Susel Kanrath
Helena Maria Campos Corleta,
Naura da Silva Linder
Aline Maria Nunes Dias
Ana Paula Pinheiro Sartori
Cristine Bammann Kuhn
Danielle de Mello Berbgigier
Sandra Teresinha Bassani Nicolay
Advogado: Francisco Alf de Carvalho e Silva - OAB/RS 79.818
Requerido: Ministério Público do Rio Grande do Sul
EMENTA RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO. REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000344/2011-80. Artigo 65, § 1º, do regimento interno. Conversão do julgamento em diligência.
1. Mostra-se necessário que este julgamento seja convertido em diligência para que uma Comissão de Conselheiros seja formada com o intuito de, juntamente com os Requerentes e a Administração Superior do Ministério Público gaúcho, se buscar uma solução justa a demanda apresentada, acompanhando a tramitação da proposta de Projeto de Lei sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
2. Conversão do Julgamento em Diligência.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, converter o julgamento em diligências, nos termos do voto do relator.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Embargos de Declaração no Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.000639/2011-56
RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
EMBARGANTE: Mariana Marinho Barbalho Tavares
EMBARGADO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REJULGAMENTO DE QUESTÕES EXPRESSAMENTE DISCUTIDAS E DECIDIDAS.

1. A natureza reparadora dos embargos de declaração só permite a sua oposição contra decisão acoimada de obscuridade ou contradição, bem como nos casos de omissão. Não ocorrendo qualquer das hipóteses, descabe o manejo do recurso.

2. Se o acórdão decidiu contrariamente às pretensões da embargante, não será na via dos embargos declaratórios que este poderá obter a reforma do decisum, pena de se lhes atribuir efeitos modificativos ou infringentes, hipótese só admitida excepcionalmente.

3. Embargos de declaração são próprios para aclarar a decisão. Não pode, pela via estreita do recurso de embargos de declaração, haver nova discussão do mérito. Precedentes deste CNMP.

4. Embargos de declaração improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em negar provimento os embargos de declaração nos termos do voto do relator.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

PROCESSO: PP Nº 0.00.000.001224/2011-08
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Roberto Monteiro Gurgel Santos - Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público
EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. APRECIAÇÃO DO ANTEPROJETO DE LEI QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DAS CARREIRAS DE SERVIDORES DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, INSTITUÍDAS PELA LEI 12.412/2011. ALTERAÇÃO DE REGIME REMUNERATÓRIO DOS SERVIDORES, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE SUBSÍDIO. ENCAMINHAMENTO DO ANTEPROJETO.

1. Pedido de Providências via do qual se delibera o encaminhamento de Anteprojeto de Lei que estabelece o regime jurídico das carreiras de servidores do quadro de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, instituídas pela Lei 12.412/2011, de modo a se manter o alinhamento com as carreiras equivalentes do Ministério Público da União, objeto do PL nº 2.199/2011.

2. Proposta de estabelecimento do regime remuneratório de subsídio, previsto no art. 39, §§ 4º e 8º, da Constituição Federal, como forma de atualizar os valores da remuneração das carreiras de servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.

3.Viabilidade e adequação do modelo de remuneração por subsídio, na medida em que favorece o controle e melhora a transparência na aplicação dos recursos públicos, além de representar valorização profissional tendente a reduzir a significativa evasão de servidores, observando-se, ainda, os imperativos de racionalidade, eficiência e qualidade do gasto público.

4. Existência de previsão orçamentária para o atendimento dos gastos decorrentes da implementação do presente projeto.

5. Remessa do Anteprojeto de Lei ao Congresso Nacional, nos exatos termos em que proposto.

ACÓRDÃO

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em determinar o encaminhamento, ao Congresso Nacional, do Anteprojeto de Lei que estabelece o regime jurídico das carreiras dos servidores deste Conselho Nacional.

TITO AMARAL
Conselheiro Relator

ACÓRDÃOS DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.000755/2011-75
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Paraíba
EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO (PCA). MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA. CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. BENEFÍCIOS CONTEMPLADOS EM RESOLUÇÃO EDITADA PELO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA. INADMISSIBILIDADE. SEGURANÇA JURÍDICA. VEDAÇÃO À APLICAÇÃO RETROATIVA DE NOVA INTERPRETAÇÃO ADMINISTRATIVA. EFEITO EX NUNC. PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PCA.
1. O ordenamento jurídico pátrio inadmite, ordinariamente, inovação legislativa por meio de regulamento, que se destina a esclarecer, minudenciar, pormenorizar o conteúdo do ato normativo primário.
2. A concessão de licença-prêmio, bem como sua conversão em pecúnia, exige expressa previsão legal, não bastando a simples existência de ato regulamentar.
3. Conquanto se verifique menção feita pela Lei Estadual nº 5.700/93 (art. 6º, §§ 1º e 2º) à elaboração de regulamento administrativo por parte do Colégio de Procuradores, revela-se de todo inapropriada, senão ilegal, a instituição de direitos não mencionados na lei da carreira por meio de ato normativo não dotado de autoridade para criação de direito novo.
4. Tem-se por correta a medida levada a efeito pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Paraíba no sentido de suspender os pagamentos de pecúnias com base em Resolução, providência que deve ser mantida até que lei específica discipline a matéria.
5. Reconhecem-se efeitos prospectivos à decisão em procedimento administrativo que confere nova interpretação a atos normativos vigentes, o que guarda sintonia com o princípio da segurança jurídica (Lei 9784/99, art. 2º).
5. Procedimento de Controle Administrativo julgado parcialmente procedente.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar parcialmente procedente o pedido, nos termos do voto do Relator.

TITO AMARAL
Relator

PROCESSO:RCA Nº 0.00.000.000688/2011-99
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Ednaldo Gomes Vidal - Conselheiro Federal da OAB
REQUERIDOS: Membros do Ministério Público do Estado de Roraima
EMENTA: RECLAMAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO. RESOLUÇÃO CNMP Nº 13/2006. PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL - PIC. AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ATUANTES NO PIC PARA A PROMOÇÃO DA RESPECTIVA AÇÃO PENAL. ENUNCIADO Nº 234 DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPROCEDÊNCIA DA RECLAMAÇÃO.

1.A Resolução nº 13/2006, deste Conselho Nacional do Ministério Público, dispõe em seu art. 3º, § 4º, que "No caso de instauração de ofício, o membro do Ministério Público poderá prosseguir na presidência do procedimento investigatório criminal até a distribuição da denúncia ou promoção de arquivamento em juízo".

2.Devidamente demonstrado, nas informações apresentadas pelos Promotores de Justiça requeridos, que a instauração do Procedimento Investigatório Criminal nº 001/2011 - MPE/RR ocorreu mediante provocação do ofendido, e não de ofício, evidencia-se que o caso concreto não se subsume à hipótese abstratamente prevista no art. 3º, § 4º, da Resolução CNMP nº 13/2006.

3.Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidada na Súmula nº 234 no sentido de que "A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia".

4.Compatibilidade entre o entendimento jurisprudencial e a Resolução CNMP nº 13/2006, de modo que não há impedimento à atuação, em sede processual penal, dos membros do Ministério Público condutores de Procedimento Investigatório Criminal, de modo a viabilizar o cumprimento da missão constitucional de promover, privativamente, a ação penal pública (art. 129 da CF/88).

5.Inocorrência de violação à Resolução CNMP nº 13/2006. Improcedência da reclamação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em julgar improcedente a presente reclamação para a preservação da competência da autoridade deste Conselho, nos termos do voto do Relator.

TITO AMARAL
Relator

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.001184/2011-96
RELATORA: Taís Schilling Ferraz
REQUERENTE: Ministério Público da União
EMENTA PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. EXERCÍCIO DE 2012. ADEQUAÇÃO A LEGISLAÇÃO PERTINENTE EM VIGOR. APROVAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA.
1. Compatibilidade entre a programação proposta e as atribuições do MPT, MPM, MPDFT e da ESMPU. Verifica-se, ainda, a coerência entre os valores propostos e as despesas programadas, de acordo com as demandas de suas Unidades Administrativas e de Execução.
2. Adequação das propostas aos limites previstos na legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal.
3. Pedido de providências julgado procedente, aprovando as propostas orçamentárias do MPT, MPM, MPDFT e da ESMPU para o exercício financeiro de 2012.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, pela aprovação das propostas orçamentárias do MPT, MPM, MPDFT e da ESMPU, para o exercício financeiro de 2012, nos termos do voto da Relatora.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora

DECISÃO LIMINAR DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

PROCESSO:PCA Nº 0.00.000.001266/2011-31
RELATOR:Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE:Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará - ASSEMPECE
REQUERIDO:Ministério Público do Estado do Ceará

DECISÃO

(...)Ante o exposto, indefiro a liminar.

Encaminhe-se cópia da petição inicial e desta decisão à Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Ceará (RICNMP, art. 110), solicitando sejam prestadas informações, no prazo de 15 (quinze) dias.

Outrossim, expeça-se edital para notificação de eventuais interessados (art. 110, parágrafo único, do RICNMP), assinalando-se, também, o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação.

Intime-se a requerente.

TITO AMARAL
Relator

DECISÕES DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

PROCESSO:RIEP nº 0.00.000.001132/2011-10
RELATOR Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE:João Marcelo Santos Silva
REQUERIDO: Ministério Público Federal

DECISÃO

(...)De acordo com o disposto no art. 39, § 2° do RICNMP, as petições, representações ou notícias encaminhadas a este Conselho somente serão conhecidas se acompanhadas de qualificação do autor, contendo nome e endereço completo, número de documento de identidade, inscrição no CPF ou no CNPJ, além de apresentação de cópia dos respectivos documentos. No presente caso, o requerente não atendeu às referidas exigências, o que impede o conhecimento da representação, impondo o arquivamento do feito.

Ademais, não há no caso em tela elementos que justifiquem a atuação, de ofício, deste Conselho, porquanto os fatos apontados estão sob exame do Ministério Público Estadual, conforme o próprio requerente noticia (fl. 01).

Ante o exposto, não conheço da presente representação e determino o seu arquivamento, com fulcro no art. 46, inciso X, alínea "a" do RICNMP.

Intime-se o requerente.

TITO AMARAL
Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001206/2011-18
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Roberto D'Oliveira Vieira
REQUERIDO: Ministério Público Federal

DECISÃO

Ante o exposto, face à manifesta falta de interesse, uma vez que judicializada a matéria dos autos, determino o arquivamento do presente procedimento de controle administrativo, com fundamento no art. 46, inciso X, letra "b" do RICNMP.

Dê-se ciência às partes.

TITO AMARAL
Relator

PROCESSO:RIEP nº 0.00.000.001203/2011-84
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Eduardo Ferreira
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Goiás

DECISÃO

Observo que as exigências de apresentação da documentação original não foram cumpridas pelo requerente, no prazo assinado na comunicação de fl. 13, razão pela qual não conheço da presente RIEP e determino seu arquivamento, com fundamento no art. 46, inciso X, alínea "a" do RICNMP.
Ademais, não há nos autos elementos que justifiquem a atuação de ofício deste Conselho, porquanto os fatos levantados estão sob exame do Ministério Público Estadual, conforme o próprio requerente noticia (fl. 01).
Ante o exposto, não conheço da presente representação e determino o seu arquivamento com fulcro no art. 46, inciso X, alínea "a" do RICNMP.
Intime-se o requerente.

TITO AMARAL
Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001198/2011-18
RELATOR: Conselheiro Tito Amaral
REQUERENTE: Sigiloso
REQUERIDO:Ministério Público do Estado do Espírito Santo

DECISÃO

Ademais disto, não se vislumbra qualquer elemento indiciário, apto a ensejar a atuação de ofício deste Conselho. Com efeito, o requerente demonstrou apenas que ato do Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo do MP-ES convocou para treinamento os estagiários aprovados em exame de seleção, bem como aqueles cujos contratos estivessem vigentes ou sido renovados. As meras alegações, todavia, não indicam, por si só, que os estagiários efetivamente se destinariam ao desempenho de funções administrativas ou de apoio, até então afetas a empregados terceirizados.

Pelo exposto, não conheço do presente Procedimento de Controle Administrativo e determino seu arquivamento, com fulcro no art. 46, inciso X, alínea "a" do RICNMP.

TITO AMARAL
Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 518, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a Mensagem Presidencial nº 387, de 16 de setembro de 2011, e o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 70, da Lei n.º 12.309, de 09 de agosto de 2010, e os créditos adicionais do exercício, resolve:

Art. 1º Ficam contidos, conforme anexo I desta Portaria, os valores para emissão de empenhos de Outras Despesas Correntes e de Capital constantes da Lei nº. 12.381, de 09 de fevereiro 2011, ficando revogada a Portaria nº 449, de 17 de agosto de 2011, do Procurador-Geral da República.

Art. 2º Em decorrência da indisponibilidade, objeto do artigo anterior e dos créditos adicionais supracitados, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal passa a vigorar com os valores estabelecidos no anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORHA DUPRAT

ANEXO I
PORTARIA PGR Nº
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
LIMITAÇÃO DE EMPENHO

34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.11OE.0101- Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR - No Município de Boa Vista - RR	4.4.90.00	100	300.000
03.122.0581.7Q73.0056 - Reforma e Ampliação de Edifício-Sede da Procuradoria da República - No Município de Natal - RN	3.3.90.00	100	100.000
	4.4.90.00	100	800.000
T O T A L			1.200.000

ANEXO II
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2011
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

R$1,00

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
ATÉ SETEMBRO	2.110.186.131	667.780.598
ATÉ OUTUBRO	2.330.186.131	765.370.042
ATÉ NOVEMBRO	2.660.186.131	862.959.485
ATÉ DEZEMBRO	2.891.198.576	960.548.929

Nota: Esta programação contém reabertura de créditos especiais e poderá sofrer alterações, em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, limitação de empenho ou créditos adicionais.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 14, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, lotada na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil), resolve:

converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000456/2006-25 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a regularidade da transferência de recursos do Ministério do Turismo à Associação Matogrossense dos Municípios para fins de fomento à promoção do carnaval 2006 na cidade Alta Floresta, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção das seguintes diligências:

a) oficiar à Controladoria-Geral da União, com cópia das fls. 45, 47, 49 e 50 e deste despacho, requisitando que informe se logrou encontrar em seus arquivos convênios celebrados na área de Turismo, cujos recursos originaram-se a partir de emendas orçamentárias de titularidade do ex-deputado Ricarte de Freitas, no curso dos anos de 2005 e 2006. Prazo: 10 (dez dias);

b) oficiar, com cópia deste despacho, à Prefeitura do Município de Alta Floresta requisitando cópia do contrato celebrado entre a Comissão Interna de Organização e a Banda "Sui Genius", bem como cópia dos comprovantes de pagamentos ou quaisquer documentos referentes ao custeio do CARNACOPA 2006. Prazo: 10 (dez) dias;

c) oficiar, com cópia deste despacho, à Associação Matogrossense dos Municípios requisitando cópia do contrato celebrado entre a Comissão Interna de Organização e a Banda "Sui Genius", cópia dos comprovantes de pagamentos, bem como quaisquer documentos referentes ao custeio do CARNACOPA 2006 e demais informações que entender cabíveis para esclarecimento dos fatos. Prazo: 10 (dez) dias.

ANALÍCIA ORTEGA HARTZ

PORTARIA Nº 16, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, lotada na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil), resolve:

converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000959/2008-62 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar irregularidades na transferência de recursos do Programa de Atendimento Assistencial Básico ao Município de Matupá, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção das seguintes diligências:

a) Imprimir e juntar aos autos as fls. 42/46 do relatório de fiscalização constante no CD da fl. 09;

b) Oficiar à CGU solicitando informações sobre se foram saneadas as irregularidades constatadas nos itens 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3 do Relatório de Fiscalização nº 01088 (25° Sorteio) em Matupá. Com o ofício encaminhem-se cópias das fls. 42/46 do relatório de fiscalização (CD anexo à fl. 09). Prazo: 10 (dez) dias.

c) Oficiar ao Ministério da Saúde solicitando cópia de eventual fiscalização que tenha sido feita sob as constatações de n° 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3 analisadas pela Controladoria Geral da União no relatório de fiscalização nº 01088 Com o ofício encaminhem-se cópias das fls. 42/46 do relatório de fiscalização (CD anexo à fl. 09). Prazo: 10 (dez) dias.

ANALÍCIA ORTEGA HARTZ

PORTARIA Nº 37, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República e nos termos do art. 2º, I, da Resolução nº 23/07 do CNMP e do art. 2, I, da Resolução nº 87/06, do CSMPF e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos, e dos serviços de relevância pública, aos direitos constitucionais do cidadão, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, consoante dispõe o artigo 129, inciso II, da Constituição da República e os artigos 2.º e 11 da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO o inteiro teor da representação formulada pelo Sr. Wellington de Jesus Sodré, narrando que foi impedido participar do Processo Seletivo de Admissão ao Curso de Formação para Ingresso no Corpo de Auxiliar de Praças da Marinha do Brasil, em razão de constar no edital do certame o limite máximo de idade de 25 (vinte e cinco) anos;

CONSIDERANDO que, em princípio, o estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público fere as disposições de nossa Constituição Federal de 1988 (arts. 5.º e 7.º, XXX), resolve:

instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o fito de apurar adequadamente os fatos.

De conseguinte, deverá o Cartório:

- Registrar e autuar a presente portaria;

- Registrar que o objeto do presente Inquérito Civil é apurar possível irregularidade na limitação de idade para participação no Processo Seletivo para o Curso de Formação para ingresso no Corpo de Auxiliar de Praças da Marinha do Brasil.

Fica a servidora Leylane Santana do Nascimento Bahia, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP, nomeada para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram o Setor Jurídico desta Procuradoria da República, por meio de termo nos autos.

Por fim, fica determinado que seja cientificada a egrégia PFDC, com remessa, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, de cópia da presente portaria, solicitando-se a sua publicação.

DOMÊNICO D'ANDREA NETO

PORTARIA N° 80, DE 28 DE JUNHO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos nos termos do art. 11 da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127 e 129, III da CF/88.

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, conforme o inciso II do art. 129 da CF/88.

Considerando as atribuições do 1º Ofício Cível, relativas aos procedimentos da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), que inclui, dentre outras matérias, pessoas portadoras de deficiência, nos termos do art. 10, I, "c" e "g" da Resolução nº 01/2006 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.

Considerando as informações contidas na ata da reunião realizada no dia 09 de março de 2009, nesta PR/AM, versando sobre a construção do Porto das Lajes, localizado no Encontro das Águas, conduzida pela Procuradora da República responsável pelo 2º Ofício Cível, contando com a participação de representantes do Conselho da Comunidade do Lago do Aleixo e da sociedade civil, ocasião em que foi relatada a repercussão da obra para a comunidade, integrada por ex-moradores de colônias de hanseníase.

Considerando que a citada ata faz alusão a diversas questões envolvendo os ex-moradores de colônias de hanseníase, dentre as quais, a regularização da titulação de suas terras, a construção do Conjunto Habitacional Amine Lindoso, com inobservância das normas de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência;

Considerando o jornal do Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase - MORHAM, período de dezembro de 2006 a janeiro de 2007, que dá conta da existência de processo de regularização fundiária de terras ocupadas por ex-isolados em colônias para portadores de hanseníase;

Considerando reunião realizada na sede da PR-AM no dia 01 de junho de 2010, com integrantes do Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase - MORHAM;

Considerando as Resoluções n.º 78 a 80 do Encontro Nacional dos Procuradores dos Direitos dos Cidadãos - 2008 que versam sobre os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico em favor dos ex-isolados em colônias de tratamento de hanseníase, resolve:

assim, converter o Processo Administrativo n.º 1.13.000.000933/2009-30 em Inquérito Civil Público, cujo objeto é "a concessão de pensões indenizatórias para ex-isolados em colônias de tratamento de hanseníase no estado do Amazonas, nos termos do Decreto 6168/2007 e da Lei n.º 11520/2007, bem como a concessão de benefícios previdenciários e assistenciais por incapacidade pelo INSS" .

Para isso, DETERMINA-SE:

I - que sejam encaminhados à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM, fazendo-se as as anotações necessárias em livro próprio;

II - comunique-se a conversão em epígrafe à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para publicação da presente Portaria;

III - Junte-se aos autos do ICP cópia da memória de reunião realizada no dia 01/06/2010 com os integrantes do MORHAN;

IV - Oficie-se a Chefe do Setor de Benefícios do INSS no Estado do Amazonas, recomendando, conforme demanda apresentada pelos integrantes do MORHAM (Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase) em reunião realizada na PR-AM no dia 01 de junho, a revisão, de ofício, dos processos administrativos de concessão de benefícios previdenciários para segurados portadores ou sequelados de hanseníase, nos termos do art 45 da Lei 8213/1991, para avaliação da necessidade de assistência permanente de outra pessoa, para percepção de acréscimo de 25% no valor do benefício (encaminhe-se, em anexo, cópia dos documentos de fls. 44/53 dos autos e memória de reunião). O acatamento pelo INSS do pleito dos integrantes do MORHAN evita o ajuizamento desnecessário de ações inidividuais na Justiça Federal para a obtenção do benefício;

V - designo a Servidora SOFIA CAROLINE SOUZA para secretariar o trabalhos.

LUCIANA FERNANDES PORTAL LIMA GADELHA

PORTARIA Nº 153, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde de Petrópolis/RJ; Secretaria Estadual de Vigilância em Saúde do Rio de Janeiro. Ementa: "INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - DIREITOS DO CIDADÃO - SAÚDE - Programa Nacional de Combate à Dengue no Município de Petrópolis - Notícia de insuficiência de recursos humanos - desmembramento do ICP nº 1.30.007.000146/2007-85."

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 2º, §4° da Resolução n° 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO o teor do despacho de fl. 415, exarado nos autos do ICP nº 1.30.007.000146/2007-85, no qual determina o desmembramento do feito e instauração de novo ICP para apurar notícia de insuficiência de recursos humanos no Programa Nacional de Combate à Dengue no Município de Petrópolis, resolve:

instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos noticiados, determinando, desde logo, a adoção das providências seguintes:

1- Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2- comunique-se à PFDC;

3- oficie-se à Secretaria Municipal de Saúde de Petrópolis e à Secretaria Estadual de Vigilância em Saúde, requisitando informações acerca do quantitativo de recursos humanos para ações de combate à dengue no Município de Petrópolis, apontando o número de agente e outros servidores necessários, diante do previsto no Programa Nacional de Combate à Dengue.

Após cumpridas as determinações, venham os autos conclusos para deliberações.

ALINE MANCINO DA LUZ CAIXETA

PORTARIA Nº 158, DE 25 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público; e

d) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Determina a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante a conversão do presente procedimento administrativo, instaurado com o objetivo de apurar possíveis irregularidades existentes no município de Arame/MA, conforme o asseverado no Termo de Declarações prestados por Marcelo Lima de Farias, então vereador do citado município.

Determina, ainda, a adoção das seguintes diligências:

a) autuação da presente portaria e do procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil, mantendo-se a respectiva numeração;

b) a expedição de ofício ao SEAUD, com cópia da Representação, requisitando informações a respeito da existência de programação de auditoria para o Município de Arame/MA, ou ainda se já houve auditoria na referida municipalidade, devendo enviar, em caso positivo, cópia do respectivo relatório; e

c) após os registros de praxe, a publicação e a comunicação desta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 200, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, alínea "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos contidos nos autos do procedimento administrativo;

Determina a instauração de Inquérito Civil Público, mediante a conversão do procedimento administrativo nº 1.19.000.000595/2010-56, com o escopo de apurar possíveis irregularidades apontadas nos relatórios de auditoria nº 7825 e 10970, realizadas pelo SEAUD/MA, na Secretaria Municipal de Saúde de Monção/MA.

Determina, ainda, a adoção das seguintes diligências:

1) autuação da portaria e do procedimento administrativo que a acompanha como o inquérito civil público, mantendo-se a respectiva numeração;

2) a juntada do relatório de auditoria nº 10970 aos autos do ICP em referência:

3) a expedição de ofício ao Município de Monção, requisitando manifestação circunstanciada a respeito das constatações 134991, 135036, 135137, 135163, 135255, 135293, 135291, 135370, 135180, 135377, 135274, 135427, 135828, 136065 e 136079 do Relatório nº 10970 (cuja cópia deve seguir anexa), devendo relatar as providências tomadas pela administração para cumprir as recomendações expedidas em seu bojo, bem como encaminhar toda a documentação pertinente ao caso, no afã de corroborar suas alegações, no prazo de 30 (trinta) dias;

4) Após os registros de praxe, a comunicação desta instauração à PFDC, para os fins nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 213, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, alínea "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos contidos nos autos do procedimento administrativo;

Determina a instauração de Inquérito Civil Público, mediante conversão do procedimento administrativo nº 1.19.000.000458/2010-11, com o fito de apurar possíveis irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria n° 9021, realizada pelo DENASUS, na Secretaria de Saúde do Município de Pedro do Rosário/MA.

Determina, ainda, a adoção das seguintes diligências:

1) autuação da portaria e do procedimento administrativo que a acompanha como o inquérito civil público, mantendo-se a respectiva numeração;

2) a expedição de ofício ao Município de Pedro do Rosário requisitando que, no prazo de 30 (trinta) dias:

i) constatação 66418: encaminhe fotos que comprovem a existência de sala própria para o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, bem como documentos que demonstrem que o referido Conselho possui dotação orçamentária própria e Secretaria Executiva, nos termos da quarta diretriz da Resolução nº 333/2003;

ii) constatação 66865: encaminhe cópia das resoluções, recomendações, moções ou outros atos deliberativos do Conselho Municipal de Saúde referente às atas de reuniões dos dias 15/03/2010, 20/05/2010, 08/07/2010, 09/09/2010, 29/10/2010, 16/11/2010, 16/12/2010, 17/01/2011, 31/01/2011 e 01/02/2011 de modo a comprovar que os membros do mencionado conselho vem se reunindo conforme o § 2º do art.1 da Lei 8.142/1990 e o item XII da Quarta Diretriz da Resolução nº 333/2003;

iii) constatação 66995: informe se o município já adquiriu um computador para o Conselho Municipal de Saúde, anexando as provas pertinentes;

iv) constatação 66420: tendo em vista a inutilidade do Plano Municipal de Saúde de 2006 a 2009, visto que ele deveria se prestar a programar as ações de saúde para os quatro anos que já se passaram, requisita-se a cópia do Plano Municipal de Saúde referente ao quadriênio 2010 a 2013, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme a disposição do art. 4º da Lei nº 8.142/1990;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

v) constatação 66439: encaminhe informações circunstanciadas aceca das providencias efetivamente tomadas pela administração para elaborar o Relatório Anual de Gestão, exercício 2008, devendo encaminhá-lo ao MPF no caso de já se encontrar confeccionado. Deve ser ressaltado que o relatório pode e deve ser produzido a partir das informações cadastradas no sistema/ base de dados do SUS, a despeito de não haver documentos da gestão anterior, isto porque a responsabilidade é do Município, como ente político, e não do Governo "a" ou "b";

3) Após os registros de praxe, a comunicação desta instauração à PFDC, para os fins nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 213, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, alínea "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos contidos nos autos do procedimento administrativo;

Determina a instauração de Inquérito Civil Público, mediante conversão do procedimento administrativo nº 1.19.000.000458/2010-11, com o fito de apurar possíveis irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria n° 9021, realizada pelo DENASUS, na Secretaria de Saúde do Município de Pedro do Rosário/MA.

Determina, ainda, a adoção das seguintes diligências:

1) autuação da portaria e do procedimento administrativo que a acompanha como o inquérito civil público, mantendo-se a respectiva numeração;

2) a expedição de ofício ao Município de Pedro do Rosário requisitando que, no prazo de 30 (trinta) dias:

i) constatação 66418: encaminhe fotos que comprovem a existência de sala própria para o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, bem como documentos que demonstrem que o referido Conselho possui dotação orçamentária própria e Secretaria Executiva, nos termos da quarta diretriz da Resolução nº 333/2003;

ii) constatação 66865: encaminhe cópia das resoluções, recomendações, moções ou outros atos deliberativos do Conselho Municipal de Saúde referente às atas de reuniões dos dias 15/03/2010, 20/05/2010, 08/07/2010, 09/09/2010, 29/10/2010, 16/11/2010, 16/12/2010, 17/01/2011, 31/01/2011 e 01/02/2011 de modo a comprovar que os membros do mencionado conselho vem se reunindo conforme o § 2º do art.1 da Lei 8.142/1990 e o item XII da Quarta Diretriz da Resolução nº 333/2003;

iii) constatação 66995: informe se o município já adquiriu um computador para o Conselho Municipal de Saúde, anexando as provas pertinentes;

iv) constatação 66420: tendo em vista a inutilidade do Plano Municipal de Saúde de 2006 a 2009, visto que ele deveria se prestar a programar as ações de saúde para os quatro anos que já se passaram, requisita-se a cópia do Plano Municipal de Saúde referente ao quadriênio 2010 a 2013, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme a disposição do art. 4º da Lei nº 8.142/1990;

v) constatação 66439: encaminhe informações circunstanciadas aceca das providencias efetivamente tomadas pela administração para elaborar o Relatório Anual de Gestão, exercício 2008, devendo encaminhá-lo ao MPF no caso de já se encontrar confeccionado. Deve ser ressaltado que o relatório pode e deve ser produzido a partir das informações cadastradas no sistema/ base de dados do SUS, a despeito de não haver documentos da gestão anterior, isto porque a responsabilidade é do Município, como ente político, e não do Governo "a" ou "b";

3) Após os registros de praxe, a comunicação desta instauração à PFDC, para os fins nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 214, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos contidos nos autos do presente procedimento administrativo;

Determina a instauração de Inquérito Civil Público, mediante conversão do procedimento administrativo nº 1.19.000.001606/2008-09, com o fito de apurar a ocorrência de possíveis irregularidades no Projeto de Assentamento Maracujá, localizado no município de São Luís/MA, assim como a adoção das seguintes diligências:

a) a autuação da presente portaria e do procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil público, mantendo-se a respectiva numeração;

b) a expedição de ofício ao INCRA, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, que: 1 - esclareça se o referido Projeto de Assentamento é estadual e, em caso positivo, especifique as verbas federais empregadas no mesmo; 2 - preste informações circunstanciadas acerca do resultado da fiscalização in loco empreendida, conforme noticiado por essa Autarquia ao MPF, através do expediente INCRA/SR (12) G/N° 1.168/2010, cuja cópia deve seguir em anexo;

c) a expedição de ofício ao ITERMA, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, que se manifeste sobre a situação atual no assentamento, abordando sobretudo a existência de um abatedouro dentro da área do PA; persistência da extração irregular de areia; conclusão dos trabalhos de revisão cadastral; e demarcação dos lotes individuais e da área comunitária de trabalho agrícola;

d) após os registros de praxe, a comunicação desta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 221, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos contidos nos autos do presente procedimento administrativo;

Determina a instauração de Inquérito Civil Público, mediante conversão do procedimento administrativo nº 1.19.000.000715/2009-81, com o fito de apurar a possível existência de irregularidades da distribuição de verbas federais do SUS entre os municípios maranhenses.

Determina, ainda, a adoção das seguintes diligências:

a) a autuação da presente portaria e do procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil público, mantendo-se a respectiva numeração;

b) a expedição de ofício à SES, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias:

i) o envio dos estudos técnicos referidos no Ofício nº 148/2010 (cópia anexa), que demonstraram aumento de teto financeiro para alguns municípios do Maranhão sem o correspondente aumento de produção;

ii) manifestação circunstanciada a respeito dos documentos de fls. 309/317 (cópia anexa), encaminhados pelo Ministério da Saúde a esta Procuradoria da República, em especial a respeito da REAVALIAÇÃO indicada pelo Ministério quanto à redistribuição feita pela CIB, e ainda sobre a existência de nova Programação Pactuada e Integrada para o Estado do Maranhão, na medida em que o mesmo Ministério entendeu que o realinhamento de recursos aprovado pela CIB deveria ser absorvido em CARÁTER ESTRITAMENTE PROVISÓRIO;

c) a expedição de ofício aos Prefeitos, que devem vir acompanhados dos respectivos Secretários de Saúde, dos Municípios que representaram contra ato do Secretário de Saúde do nestes autos, vale dizer, Coroatá, Bacabal e Caxias, bem como de Esperantinópolis (citado em expediente do Ministério da Saúde), para comparecerem a reunião designada para o dia 05/10/2011, às 15:00hs, na sede desta Procuradoria, para tratar da distribuição de recursos do SUS entre os Municípios do Maranhão;

d) após os registros de praxe, a comunicação desta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 211, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República e com apoio no art. 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7347/85, determina a conversão das Peças de Informação n.º 1.12.000.000659/2011-51 em Inquérito Civil Público para acompanhar as medidas alusivas a política de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais na Faculdade Fabran Brasil Norte e em especial a instalação de elevador nas dependências do prédio.

Figurará no polo passivo a instituição de ensino superior acima citada, responsável pela implementação dos cuidados em favor da acessibilidade.

Destarte, ordeno a autuação da presente Portaria e de todas as peças de informação que lhe acompanhem ou façam menção.

Observe-se, outrossim, o disposto nos arts. 6 e 16 da Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2006.

GEORGE NEVES LODDER

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 81, DE 4 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "c", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Determino a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante a conversão do presente procedimento administrativo, com o objetivo de apurar a exploração ilegal de concurso de prêmios por meio de bingo, no município de Viana/MA, intitulado de "Ligeirinha da Sorte".

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil, mantendo-se a respectiva numeração.

Determino, ainda, seja expedido ofício ao Sistema Mirante de Comunicação, para que informe, no prazo de 10 (dez) dias, se possui filial e/ou repetidora de seu sinal de rádio e/ou TV no município de Viana/MA que, porventura, promova a transmissão do sorteio do bingo intitulado de "Ligeirinha da Sorte", devendo apontar, em caso positivo, as datas e horários de transmissão do bingo.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ISRAEL GONÇALVES SANTOS SILVA

PORTARIA Nº 497, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a competência atribuída ao Ministério Público pelo art. 5º, I, e art. 6º, VII, "c" da Lei Complementar 75/1993;

b) considerando as atribuições conferidas ao Ministério Público pela Lei 8.078/1990(Código de Defesa do Consumidor), artigo 81, parágrafo único, incisos I, II e II, c/c o artigo 82, inciso I;

c) considerando os elementos probatórios constantes das Peças de Informação nº 1.32.000.000318/2011-92, que tem como objeto "Representação formulada por Ilmar Soares Costa na qual noticia possível exploração ilegal de atividade de loteria pela empresa Roraima da Sorte e Associação Aplub de Preservação Ambiental";

d) considerando que compete à SUSEP fiscalizar, em todo o território nacional, o funcionamento e as operações realizadas pelas sociedades de capitalização, assim como autorizar a emissão de títulos de capitalização, em consonância com o Decreto-Lei nº 261/1967, artigo 3º, § 2º;

e) considerando a necessidade de fiscalizar o cumprimento dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei 204/1967;

f) considerando a gravidade do situação apresentada, a qual envolve diretamente os direitos de uma coletividade de consumidores, e visando carrear aos autos mais elementos de convicção;

g) considerando a determinação contida na Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, artigo 1º, parágrafo único, resolve:

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação das irregularidades acima apontadas, bem como subsidiar eventuais ações judicais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

NOMEAR os servidores lotados neste Ofício para atuar como Secretários no presente.

Autue-se a presente portaria e os documentos que a acompanham como inquérito civil.

Cadastre-se o presente inquérito civil com o seguinte resumo: CONSUMIDOR E ORDEM ECONÔMICA. EXPLORAÇÃO ILEGAL DE LOTERIA. OBJETO: Apurar a prática de exploração ilegal de loteria pela empresa ECOAPLUB, caracterizada pelo desvirtuamento da promoção comercial objeto do título de capitalização emitido pela APLUB Capitalização S/A. REQUERIDOS: APLUB Capitalização S/A; ASSOCIAÇÃO APLUB DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL-ECOAPLUB; Superintendência de Seguros Privados-SUSEP.

Após, adotem-se as seguintes providências:

(i) OFICIE-SE à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), enviando cópia da representação e da cartela do título de capitalização, e REQUISITANDO-SE, no prazo de 20 (vinte) dias (LC 75/93, art. 8º, § 5º) que: a) informe se há procedimento administrativo já instaurado contra a empresa APLUB Capitalização SA(CNPJ nº 88.076.302/0001-94) e contra a Associação Aplub de Preservação Ambiental - ECOAPLUB (CNPJ nº 10.326.675/0001-89), cujo objeto seja o possível desvirtuamento da promoção comercial objeto do título de capitalização por aquela emitido e, em caso positivo, quais as providências já tomadas pela referida autarquia; b) informe se a empresa APLUB Capitalização SA possui autorização para emissão de títulos de capitalização e se as cartelas dos títulos por ela emitidos foram aprovadas pela SUSEP; c) informe qual é o posicionamento da autarquia com relação ao modo como a

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

empresa APLUB Capitalização SA está desenvolvendo sua atividade de emissão de títulos de capitalização, especialmente no que se refere à ênfase dada aos sorteios de prêmios em detrimento da promoção da campanha de proteção do bioma da Floresta Amazônica realizada pela ECOAPLUB ; d) informe se as atividades desenvolvidas pela ECOAPLUB com o auxílio da APLUB Capitalização SA estão dentro dos parâmetros legais correspondentes . Em caso negativo, informe os pontos sobre os quais incidem possíveis irregularidades; e) preste, por fim, as demais informações que entender pertinentes ao caso.

(ii) OFICIE-SE à empresa APLUB Capitalização SA, enviando-se cópia da representação e REQUISITANDO-SE , no prazo de 20 (vinte) dias, que: a) informe se existe acordo comercial firmado entre a empresa ECOAPLUB e a APLUB Capitalização SA. Em caso positivo, deverá enviar a este órgão cópia do referido acordo; b) preste os esclarecimentos que entender necessários a respeito dos fatos relatados pelo representante.

(iii) OFICIE-SE à empresa ECOAPLUB , enviando-se cópia da representação e solicitando: a) que informe quem é o representante da empresa em Roraima e o responsável pela entrega dos prêmios do sorteio do RORAIMA DÁ SORTE; b) que se manifeste a respeito dos fatos relatados.

Aos ofícios expedidos no bojo deste inquérito civil deve ser anexada cópia desta Portaria.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins previstos nos arts. 5º, VII, 6º e 16 da Resolução n.º 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

DANIELA CASELANI SITTA

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 11, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que ao final assina, com base nos arts. 127 e 129 da Constituição da República de 1988 e no art. 6º, VII da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88 e art. 1º da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 75/93 prevê em seu artigo 6º, VII, "b" ser atribuição do Ministério Público Federal promover inquérito civil público e ação civil pública para proteção do meio ambiente;

CONSIDERANDO que o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, decorrente do § 1º do art. 4º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com a redação dada pela Resolução nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, se encerrou em relação ao procedimento administrativo nº 1.30.009.000019/2011-42;

CONSIDERANDO que o referido procedimento administrativo versa acerca da implementação de obras de acréscimo na sede do Clube Náutico de Cabo Frio consubstanciado no possível aterramento de trecho marginal do Canal do Itajuru que, por sua vez, é área de uso comum do povo e terras de domínio da União;

CONSIDERANDO que ainda há necessidade de se prosseguir na instrução do presente procedimento, tendo em vista que a requisição contida no ofício de fl. 22 ainda não foi atendida;

DELIBERA POR:

1. converter o referido procedimento administrativo em inquérito civil público, adotando-se a seguinte ementa: "ATERRAMENTO DE TRECHO MARGINAL DO CANAL DO ITAJURU - CLUBE NÁUTICO DE CABO FRIO - OBRAS DE ACRÉSCIMO DA SEDE - POSSÍVEIS DANOS AMBIENTAIS";

2. determinar que o cartório procedimental desta Procuradoria faça os registros de praxe e realize efetivo controle do prazo de 1 (um) ano previsto no art. 15 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3. determinar que a assessoria envie a presente portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal por meio eletrônico, para ciência, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e para publicação no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, I da referida Resolução, certificando nos autos o efetivo envio do presente ato;

4. reitere-se o ofício de fl. 22.

THIAGO SIMÃO MILLER

PORTARIA Nº 15, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Federal nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7.437/85, bem como de acordo com o art. 2º, I da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 2º, I da Resolução nº 87/06 e art. 4º, §4º da mencionada Resolução (redação dada pela Resolução nº 106/10), do Conselho Superior do Ministério Público Federal, visando apurar eventuais irregularidades ambientais no processo de ampliação de terminal destinado ao armazenamento de granéis líquidos (etanol, metanol e biodiesel), atividade potencialmente poluidora no município de Paranaguá-PR, sem produção e apresentação de EIA/RIMA, resolve converter o presente Procedimento Administrativo nº 1.25.007.000052/2011-52 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução nº 87/06/CSMPF, encaminhando-lhe arquivo digital desta portaria e também para que se faça a publicação no Diário Oficial.

ALESSANDRO JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 39, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu agente signatário, no uso da atribuição que lhe confere o art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e o art. 6º, VII, da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993;

Considerando que em 14 de fevereiro de 2011 instaurou-se o Procedimento Administrativo de autos n. 1.33.004.000028/2011-71, vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental ocorrido no projeto de Assentamento Olaria, localizado no interior do município de Água Doce/SC;

Considerando a necessidade de dar prosseguimento às investigações com a finalidade de confirmar e dimensionar a ocorrência de dano e determinar a responsabilização dos agentes causadores;

Considerando que o PRAD - Projeto de Recuperação de Área Degrada, ainda não foi analisado pelo órgão competente;

Resolve, observando o disposto no art. 8º da Resolução n. 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental em área de propriedade da União Federal pelo assentado Valdecir de Oliveira, ocorrido no Assentamento Olaria, no município de Água Doce, nesta Subseção Judiciária.

Determino a tomada das seguintes providências:

1. Oficie-se à Superintendência Regional do INCRA em Santa Catarina para que encaminhe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA o Relatório de Vistoria Ambiental e PRAD, no terreno explorado pela assentado Valdecir de Oliveira no Projeto de Assentamento Olaria, no município de Água Doce, para fins de análise e aprovação. Assinalo o prazo de 60 (sessenta) dias para cumprimento da ordem.

2. Desentranhem-se os documentos de fls. 88 a 108 e 133 a 170, por não fazerem parte do objeto do expediente juntando estes últimos no PA n. 1.33.004.000029/2011-16;

3. À 4ª CCR do MPF, em cumprimento aos arts. 6º e 16, I, da Res. n. 87/2006 do CSMPF.

Cópia da presente Portaria servirá para instruir o ofício.

DANIEL RICKEN

PORTARIA Nº 125, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, III, da Lei nº 7.347/1985);

CONSIDERANDO a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"), bem como a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I, da Lei nº. 7.347/1985);

CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 237/11-GECF/IPAAM, relatando a análise do Relatório de Atividades Quadrimestral do sr. Lauro José da Silva, CPF 378.479.371-15, referente a um Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS de Maior Impacto de Colheita, localizado na Vicinal 10, Lote 601, Assentamento Rio Juma, município de Apuí -AM;

CONSIDERANDO que segundo o IPAAM, o sr. Lauro José da Silva deixou de atender a condicionante da licença ambiental, razão pela qual foi aplicado o Auto de Infração nº 002764;

CONSIDERANDO que o detentor do PMFS apresentou ao Órgão Ambiental o Relatório Quadrimestral contendo informações falsas, razão pela qual foi aplicado o Auto de infração nº 002765; e

CONSIDERANDO que analisando a solicitação do interessado para a renovação da ACOF, o IPAAM sugere o envio do processo a Diretoria Jurídica para realização de análise na documentação fundiária, uma vez que a licença de operação foi emitida sem o deferimento da APAT, resolve:

instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fundamento no art. 2º, II, da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2.006, do CSMPF, incluído pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2.010, do mesmo órgão, definindo como objeto apurar a regularidade ambiental referente a um Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS de Maior Impacto de Colheita, localizado na Vicinal 10, Lote 601, Assentamento Rio Juma, município de Apuí -AM;

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Encaminhe-se cópia desta Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias, e divulgação no site da PR-AM;

III - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

IV- Expeça-se ofício ao IBAMA, ICMBio, encaminhando cópia do Parecer Técnico nº 237/11-GECF/IPAAM, e requisitando, no prazo de 10 (dez) dias úteis, manifestação a respeito do fato narrado, bem como adoção das providências cabíveis;

V - Encaminhe-se cópia do Parecer Técnico nº 237/11-GECF/IPAAM ao INCRA e FUNAI para informarem no prazo de 10 (dez) dias úteis, se a áea incide em terras da União; e

VI - Encaminhe-se cópia do Parecer Técnico nº 237/11-GECF/IPAAM ao Coordenador Criminal, a fim de que sejam tomadas as providências entendidas como cabíveis.

ALEXANDRE SENRA

PORTARIA Nº 372, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos difusos e coletivos e em especial para a defesa do patrimônio histórico artístico e social;

Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 216, caput, inciso V, determina que constituem patrimônio cultural brasileiro os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

CONSIDERANDO que o §1º do dispositivo acima mencionado determina que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação;

CONSIDERANDO a necessidade de novas diligências para melhor apreciação dos fatos apurados no presente procedimento preparatório, resolve:

com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO por conversão da representação n° 1.34.001.004519/2003-74, para apurar eventual insuficiência da Portaria do IPHAN 230/2002 no que toca à prevenção de danos lesivos ao patrimônio arqueológico nacional.

Determino:

a) a expedição de ofício ao IPHAN em Brasília, para que se manifeste sobre o Parecer Técnico nº 049/2011, apresentado pela Analista/ Perito, Deborah Stucchi, conforme minuta que segue;

b) sejam feitas as comunicações de praxe.

ADRIANA DA SILVA FERNANDES

PORTARIA Nº 527, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes do documento PR-SC-0005761/2011, enviado pelo Ministério Público Estadual;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a partir do documento de mesma numeração, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil, com o seguinte descritor:

4ª CCR. Meio Ambiente. Unidade de Conservação. RESEX do Pirajubaé. Extração e comercialização de moluscos. Fiscalização. ICMBio. Florianópolis.

Determino, ainda, que seja oficiado à chefe da RESEX Pirajubaé, requisitando explicações.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª CCR, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANALÚCIA HARTMANN

PORTARIA Nº 534, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

e) considerando os elementos constantes na peças de informação de nº 1.33.000.002687/2011-82, representação anônima versando sobre construção unifamiliar em faixa de areia, na Rua Arcanjo Cândido da Silva, localidade de Praia de Fora, município de Palhoça, neste Estado;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.33.000.002687/2011-82, a partir da Peça de Informação, de mesma numeração, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil, com o seguinte descritor:

4ª CCR. MEIO AMBIENTE. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. RESTINGA. CONSTRUÇÃO EM FAIXA DE AREIA. IMPEDIMENTO DE FRANCO ACESSO À PRAIA. RUA ARCANJO CÂNDIDO DA SILVA. PRAIA DE FORA. PALHOÇA/SC.

Determino, ainda, que seja oficiado: i) o Município de Palhoça, ii) a Fundação municipal do Meio Ambiente - FCAM, iii) a Companhia de Polícia Ambiental, requisitando a realização de vistoria e a remessa de informações, bem como a adoção das medidas pertinentes com vistas à cessação das irregularidades.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª CCR, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANALÚCIA HARTMANN

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 609ª REUNIÃO REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 2011

Aos 8 dias do mês de agosto de 2011, no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, reuniram-se os membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em sessão ordinária presidida pelo Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Presentes a Dra. Denise Vinci Tulio, membro titular e a Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes, membro suplente. O Presidente iniciou a sessão às 10:00 horas e trouxe a julgamento os procedimentos de sua relatoria. Em seguida foram votados os procedimentos da relatoria da Dra. Denise Vinci Tulio e da Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes.

Comunicados

1 Assunto : Relatório Técnico nº 155/2011/5ª CCR - Solicitação de designação prévia do Analista de Engenharia Civil Carlos Henrique Rodrigues da Cunha, matrícula nº 18.431, para fins de gratificação de perícia, conforme art. 2º da Portaria nº 290/2007.

Ref: Dossiê nº 1662/5ª CCR

Deliberação : Deliberou a Câmara pela designação, nos termos da solicitação.

2 Assunto : MEMO/Nº 166/STI - Solicitação da Secretaria-Geral do MPF de designação do Analista de Informática/Perito para executar regularmente perícias de campo ou análises de documentação fora do ambiente da sede de trabalho, nos termos do artigo 14 da Lei nº 11.415/2006 e da Portaria PGR nº 290/2007.

Ref: PA nº 1.00.000.007519/2011-24

Deliberação : Deliberou a Câmara pela designação, nos termos da solicitação.

3 Assunto : Ofício nº 3973/2011 - GABPR6 - ASB - Arquivamento de expediente. Inexistência de interesse do MPF em atuar como *custus legis* na Ação Ordinária nº 023.10.000006-4.
Ref: Peça de Informação nº 1.33.000.001594/2011-31
Procurador oficiante: André Stefani Bertuol

Deliberação : Deliberou a Câmara pela homologação do arquivamento.

4 Assunto : OF/TC/PRM/PP/Nº 844/2011 - ly - Encaminha cópia da Portaria nº 12/2011 e de documentos juntados ao Procedimento de Monitoramento nº 27/2011, instaurado com a finalidade de monitorar a execução de acordo judicial firmado nos autos do Processo nº 002585-51.2010.403.6112 - 1ª Vara da Justiça Federal em Presidente Prudente - SP.

Procurador oficiante: Luís Roberto Gomes

Deliberação : A Câmara tomou ciência.

5 Assunto : OF/PRM/PP/TC/Nº 812/2011 - ly - Encaminha cópia de acordo homologado nos autos da ação de execução nº 0008037-42.2010.403.6112 - 1ª Vara da Justiça Federal em Presidente Prudente - SP.
Procurador oficiante: Luís Roberto Gomes

Deliberação : A Câmara tomou ciência.

6 Assunto : Ofício nº 4970/2011-GABPR6 - Declínio de atribuições ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Ref: Peça de Informação nº 1.33.000.002204/2011-40 - Suposto desvio de finalidade na aplicação de recursos públicos vinculados ao FUNDEB - Ausência de complementação federal.

Procurador oficiante: André Stefani Bertuol

Deliberação : Deliberou a Câmara pela homologação do declínio.

7 Assunto : Recurso do Procurador da República Hélio Heringer Ferreira Júnior em face de deliberação da 5ª CCR, na 604ª reunião, de 13 de junho de 2011, "pela não homologação do declínio de atribuição, determinando a atuação do Ministério Público Federal para atuar no feito".

Ref: PA nº 1.16.000.006089-2010-82 - Licitação. Empresa de Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS. Possíveis irregularidades no pregão eletrônico nº 02/2010. Processo 47/2010.

Deliberação : Deliberou a Câmara pela manutenção da decisão recorrida e remessa dos autos ao Eg. Conselho Institucional.

8 Assunto : Ofício nº 1424/2011-ERGEH - Comunica a instauração de dois Inquéritos Civis Públicos em relação à aplicação de verbas do FUNDEB e do PNAE e Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual em relação aos demais fatos.
Ref: Protocolo PRM-ILH-BA-00003884/2011

Procurador oficiante: Eduardo Ribeiro Gomes El-Hage

Deliberação : Deliberou a Câmara pela ciência da instauração dos ICP's e pela homologação do declínio.

9 Assunto : Ofício PR/GO nº 4700/2011 - Declínio de atribuições ao Ministério Público do Estado de Goiás
Ref: Representação PR/GO nº 14167/2011
Procurador oficiante: Ailton Benedito de Souza

Deliberação : Deliberou a Câmara pela homologação do declínio.

10 Assunto : Ofício PR/RJ/VPB/nº 132/2011 - Declínio de atribuições ao Ministério Público do Trabalho
Ref: Expediente nº 1.30.901.008511/2011-92
Procurador oficiante: Vinícius Panetto do Nascimento

Deliberação : Deliberou a Câmara pela homologação do declínio.

Exame de Procedimentos

1 Procedimento: 08105.000432/00-73
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades no âmbito da Justiça Federal no Ceará como nepotismo, contratações irregulares, arquivamento e distribuição de processos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

2 Procedimento: 08120.020198/99-42
Interessado: 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF e outros
Assunto: Análise da regularidade dos laudos periciais de avaliação de imóveis rurais, emitidos nos processos judiciais de desapropriação para fins de reforma agrária nº 97.004.9644-1 e nº 97.004.7518-2.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

3 Procedimento: 1.21.000.000354/2000-87
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na concessão de progressão funcional de servidores da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em Mato Grosso do Sul.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

4 Procedimento: 1.30.012.000466/2001-71
Interessado: MARCOS VINICIOS VILAÇA
Assunto: TC-014.197/2000-6. Questões relativas ao espólio da Barra de Guaratiba e dos terrenos nacionais da Barra da Tijuca (aforamento da gleba). Supostas irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.

5 Procedimento: 1.11.000.000221/2002-19
Interessado: José Roberto Machado Farias - Advogado da União e outros
Assunto: Município de Penedo/AL. Demarcação dos terrenos de marinha da Ilha do Jegue. Rio São Francisco. Supostas irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

6 Procedimento: 1.14.000.000609/2002-16
Interessado: INCRA
Assunto: INCRA. Indícios de desvio de recursos federais do crédito instalação/apoio (alimentação/fomento), no Projeto de Assentamento Reserva Oeste, no Município de Serra do Ramalho/BA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

7 Procedimento: 1.20.000.000295/2002-46
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na Universidade Federal de Mato Grosso, consistente na contratação de professor temporário por prazo superior a dois anos.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

8 Procedimento: 1.26.000.001842/2002-97
Interessado: MINISTÉRIO DA SAÚDE
Assunto: Supostas distorções no cadastro das unidades de saúde, na programação orçamentária, bem como alta incidência na cobrança de patologias respiratórias, no âmbito do Município de Abreu e Lima/PE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à Proc. Federal dos Direitos do Cidadão.

9 Procedimento: 1.13.000.000736/2003-25
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades no repasse de benefícios do PETI às famílias cadastradas no Município de Alvarães/AM.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

10 Procedimento: 1.14.000.000654/2003-43
Interessado: DERIMAR PIMENTEL DE ARAÚJO OLIVEIRA e outros
Assunto: Supostas irregularidades no uso de verbas federais repassadas ao Município de Teofilândia/BA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

11 Procedimento: 1.14.000.000811/2003-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Indícios de irregularidades no emprego de recursos provenientes do FUNDEF, ex-prefeito de RIBEIRA do POMBAL/BA, e outros.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à PR de origem para arquivamento físico dos autos tendo em vista ajuizamento de Ação Civil Pública. Enunciado nº 13 da 5ª CCR

12 Procedimento: 1.20.000.000644/2003-19
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Notícia de irregularidades concernentes a suposto superfaturamento dos atendimentos realizados pela extinta Fundação Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa, pagos com recursos provenientes do SUS - Sistema Único de Saúde.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

13 Procedimento: 1.27.000.000716/2003-69
Interessado: DRT/PI
Assunto: Cópia do Relatório de Fiscalização do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI realizada no município de BENEDITINOS/PI. Supostas irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

14 Procedimento: 1.30.012.000418/2003-44
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Licitação. Habilitação. Tomada de preços 005/2003. Instituto Nacional do Câncer - INCA. Prestação de serviços. Reparo em gastroscópio. Ausência de qualificação da empresa Olympus. Representação da empresa Endoscopy Solutions ltda.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

15 Procedimento: 1.12.000.000418/2004-82
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na administração da Associação do Projeto de Assentamento Governador Janary, em Tartarugalzinho/AP. Possível cometimento do crime de estelionato e favorecimento de parentes.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, sem prejuízo do desarquivamento posterior, caso por meio do Inquérito PolicialFederal instaurado constatem-se irregularidades que demandem atuação do Ofício do Patrimônio Público e Social.

16 Procedimento: 1.13.000.000997/2004-26
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na execução do convênio nº 39/2000, celebrado entre a SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus e o Município de Caapiranga/AM.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

17 Procedimento: 1.14.000.000587/2004-48
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Itiruçu/BA. Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais do Sistema Único de Saúde - SUS. Período de 1998 a 2003.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18 Procedimento: 1.16.000.000287/2004-94
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades em contrato firmado entre a Caixa Econômica Federal e a empresa Valuation Consultores Associados Ltda.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
19 Procedimento: 1.16.000.001323/2004-37
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
20 Procedimento: 1.21.001.000242/2004-40
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração do regular cumprimento da Recomendação nº 001/2004, enviada ao Município de Jateí/MS, cujo objetivo é instruir o município sobre a gestão de recursos recebidos mediante convênio com o Governo Federal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
21 Procedimento: 1.21.001.000392/2004-53
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Relatorios de Fiscalizacao n.º 22, executado pela Controladoria-Geral da União no Municipio de Iguatemi/MS, envolvendo verbas do Ministerio do Trabalho e Emprego.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
22 Procedimento: 1.30.009.000151/2004-25
Interessado: Ministério Público Estadual / CABO FRIO / RJ e outros
Assunto: Possíveis irregularidades no emprego de verbas federais oriundas do Fundo Nacional de Assistência Social, repassadas ao Município de Cabo Frio/RJ.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
23 Procedimento: 1.30.012.000155/2004-54
Interessado: Cândido João Gaspar e outros
Assunto: Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A-BANERJ. Caixa de Previdência dos Funcionários do Sistema Integrado BANERJ-PREVI-BANERJ. Liquidação extrajudicial. Saques indevidos nas contas correntes A e B. Caixa Econômica Federal-CEF. Empresa garantidora dos recursos. Possível prejuízo ao erário.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
24 Procedimento: 1.30.012.000285/2004-97
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Saúde. Contaminação. Soro. Nutrição parental intravenosa. Empresa Gan Rio. Apoio nutricional Ltda. Ganutre. Hospitais Rio de Janeiro. Possível irregularidade.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
25 Procedimento: 0.15.000.000989/2005-41
Interessado: Fernando Alencar
Assunto: Possíveis irregularidades no repasse de verbas previdenciárias descontadas dos contratados pela Prefeitura Municipal de Cascavel.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
26 Procedimento: 1.01.001.000610/2005-23
Interessado: Sr. Marcos da Silva Carrilho Rosa
Assunto: Possíveis irregularidades com recursos do FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no Município de Ibotirama/BA, no exercício de 2001 a 2004.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
27 Procedimento: 1.11.000.000509/2005-36
Interessado: Ministério Público Estadual
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação de recursos do FNDE no Município de Craíbas/AL.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
28 Procedimento: 1.11.000.000618/2005-53
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades em contrato firmado pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para seleção de estagiários por meio de entrevistas e análise de currículo.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
29 Procedimento: 1.13.000.001470/2005-08
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Supostas irregularidades ocorridas no concurso para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
30 Procedimento: 1.14.000.000502/2005-11
Interessado: CONTROLADORIA - GERAL DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Aporá/BA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
31 Procedimento: 1.14.000.000517/2005-71
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Acompanhamento da conclusão de obras realizadas no município de Maragojipe/BA por força do convênio nº 2806/98, firmado com o Ministério da Saúde, para viabilizar a construção da uma Unidade Mista de Saúde.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
32 Procedimento: 1.14.000.001000/2005-07
Interessado: Associação dos Moradores da Mata Atlântica e Jardim Limeira III
Assunto: Supostas irregularidades nos procedimentos técnicos e nos laudos de avaliação dos imóveis nos Condomínios Mata Atlântica i e Jardim Limeira III, por engenheiros da Caixa Econômica Federal na Bahia.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
33 Procedimento: 1.16.000.001588/2005-16
Interessado: ANÔNIMO
Assunto: Supostas condutas criminosas de dirigentes da Secretaria de Previdência Complementar na fiscalização de atos praticados pela Fundação Banco Central de Previdência Privada - CENTRUS.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 3º Câmara de Coordenação e Revisão.
34 Procedimento: 1.21.000.001071/2005-67
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta irregularidade em desvio de verbas públicas federais pelo Instituto do Parque Pantanal.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
35 Procedimento: 1.21.001.000205/2005-12
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Juti/MS. Recursos oriundos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
36 Procedimento: 1.21.001.000207/2005-10
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Juti/MS. Verbas oriundas do Ministério da Integração Nacional. Financiamento aos setores produtivos da Região Centro-Oeste e Ações emergenciais de defesa civil.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
37 Procedimento: 1.28.000.000087/2005-00
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades no tocante à aplicação de verbas federais oriundas do Ministério da Integração Nacional para construção de um açude no Município de Serrinha/RN.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
38 Procedimento: 1.28.000.000104/2005-09
Interessado: FNS-FUNDAÇAO NACIONAL DE SAUDE e outros
Assunto: Possível malversação de recursos públicos relativos aos serviços de "Melhoria da Habitação Rural de Chagas" e "Melhorias Sanitárias Habitacionais". Convênios firmados entre a Prefeitura Municipal de Umarizal/RN e a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
39 Procedimento: 1.28.000.000414/2005-15
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na concessão de lote de terreno vinculado ao Projeto de Irrigação Baixo Açu. Incentivo à agricultura no Estado do Rio Grande do Norte. Funcionário Público Estadual aposentado, ex-prefeito do Município de Macaparana/PE, como principal beneficiado.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
40 Procedimento: 1.29.008.000332/2005-63
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades apontadas pelo Relatório de Fiscalização nº 328/2004 executado pela Controladoria-Geral da União no Município de Sobradinho/RS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
41 Procedimento: 1.30.012.000008/2005-65
Interessado: Associação dos Servidores da Agricultura-ASA
Assunto: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA. Servidores. Almento abusivo nas mensalidades Plano de Assistência de Saúde-PAS. Supostas irregularidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
42 Procedimento: 1.30.012.000455/2005-14
Interessado: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/RJ
Assunto: IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Concurso público. Analista ambiental. Ausência de identificação das profissões contempladas. Possíveis irregularidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
43 Procedimento: 1.33.000.001062/2005-55
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Violação aos Artigos nº 37 e 206 da Constituição Federal e do Art. 3º da Lei nº 9394. Desrespeito aos Princípios da Impessoalidade, Igualdade e Isonomia na Seleção dos candidatos.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
44 Procedimento: 1.11.000.000767/2006-01
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas - PETSE. "Operação tapa-buracos". Estado de Alagoas.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
45 Procedimento: 1.11.000.001071/2006-94
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na utilização de recursos federais oriundos de convênio firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Mata Grande/AL. Possível responsabilidade do ex-prefeito municipal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
46 Procedimento: 1.13.000.000026/2006-48
Interessado: Ministério da Integração Nacional
Assunto: Apuração de supostas irregularidas na aplicação da verba do Convênio n. 1.608/2001, celebrado entre Ipixuna/AM e o Ministério da Integração Nacional, tendo por objeto construção de muro.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
47 Procedimento: 1.13.000.000388/2006-39
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades cometidas por servidor do INPA.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
48 Procedimento: 1.13.000.000617/2006-15
Interessado: Controladoria Geral da União-CGU
Assunto: Supostas irregularidades detectadas no Relatório de Fiscalização nº 004/2003, 4º sorteio público-30/07/2003 (Ministério da Assistência Social).
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
49 Procedimento: 1.13.000.001382/2006-89
Interessado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Suposta inconstitucionalidade cometida pelo Estado do Amazonas, à medida em que estabiliza servidores não concursados.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu p ela remessa dos autos ao Procurador-Geral da República, que detém atribuição para examinar a questão posta na presente promoção de arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

50 Procedimento: 1.14.000.000111/2006-79
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Notícia de precariedade das rodovias federais do Estado da Bahia, em especial o trecho da BR 324, entre os km 465 e 495.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
51 Procedimento: 1.35.000.000945/2011-11
Interessado: Raimundo dos Reis Vieira
Assunto: Possível tráfico de influência consistente no favorecimento de produtor esposo da secretária municipal de Turismo de Indiaroba/SE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
52 Procedimento: 1.14.000.000936/2006-93
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Ausência de prestação de contas de verbas federais repassadas ao Município de Ribeira do Pombal por conta da primeira parcela do convênio nº 411/96, celebrado entre a citada municipalidade e o Ministério da Saúde.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
53 Procedimento: 1.14.001.000097/2006-01
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidade na aplicação de verbas do Programa de Educação de Jovens e Adultos - PEJA/FNDE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
54 Procedimento: 1.15.000.000910/2006-16
Interessado: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Assunto: Ação de Execução Fiscal, para cobrança de dívida, proposta pelo Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, contra o ex-Gestor do Município de Tianguá/CE.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
55 Procedimento: 1.18.000.000587/2006-61
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades em programas do Governo Federal, apontadas pela Controladoria-Geral da União, no Município de Rio Quente/GO.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
56 Procedimento: 1.20.000.000963/2006-69
Interessado: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
Assunto: Supostas irregularidades em Tomadas de Contas do TRE/MT. Cópias do Processo 1272/2006.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
57 Procedimento: 1.21.001.000113/2006-13
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Vicentina/MS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
58 Procedimento: 1.21.002.000093/2006-71
Interessado: MPF-MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
Assunto: Possíveis irregularidades na liberação de autorizações de aproveitamento de material lenhoso especificado como resíduo (isento de reposição florestal), emitidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos no Mato Grosso do Sul.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
59 Procedimento: 1.22.000.002163/2006-16
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU
Assunto: Supostas irregularidades na concorrência nº 006/SBBH/2002 da Infraero na concessão de área destinada à exploração do comércio de jornais, revistas, livros e outros no aeroporto da Pampulha.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
60 Procedimento: 1.22.005.000016/2006-53
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Varzelândia/MG.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
61 Procedimento: 1.23.001.000188/2006-20
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU e outros
Assunto: Controladoria-Geral da União. Relatório de Fiscalização nº 493/2005, de julho/2005. Desvio de verbas públicas provenientes do Ministério da Integração Nacional. Município de Itupiranga/PA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
62 Procedimento: 1.23.001.000205/2006-29
Interessado: Tribunal de Contas da União e outros
Assunto: Tribunal de Contas da União. Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação contra o Município de Tucumã/PA em decorrência da omissão no dever de prestar contas de verbas oriundas do convênio 6.259/1996, que objetivava a reforma de escolas e aquisição de equipamentos no âmbito da rede municipal de ensino.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
63 Procedimento: 1.30.017.000054/2006-03
Interessado: Câmara Municipal de Japeri
Assunto: Aplicação da Lei 9.452/97. Município de Japeri. Supostas irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
64 Procedimento: 1.33.000.002445/2006-21
Interessado: Ministério da Saúde-MS - MS
Assunto: Município de Florianópolis/SC. Supostas irregularidades na Secretaria Municipal de Saúde. Contratação de Agentes de Saúde. Programa de Combate a Dengue.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
65 Procedimento: 1.33.010.000002/2006-87
Interessado: Ministério Público Federal-MPF
Assunto: Supostas irregularidades na concessão de autorizações para corte de árvores pelo IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, com remessa dos autos à 2ª CCR
66 Procedimento: 1.36.000.000079/2006-64
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Araguaína/TO. Empreendimento da Palmatex SA Indústria Textil. Supostas irregularidades no uso de recursos da SUDAM.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
67 Procedimento: 1.04.004.000209/2007-13
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Convênio n.º 557230, firmado entre a Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste e a Fundação Nacional de Saúde, visando à implantação de projetos de saneamento básico.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
68 Procedimento: 1.12.000.000047/2007-81
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostos desvios de verba pública advinda do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Ministério da Educação (MEC) por parte de Ex-Presidente do Caixa Escolar da E.E Uruá no Município de Itaubal do Piririm, no ano de 2001.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
69 Procedimento: 1.12.000.000375/2007-88
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades em convênio firmado entre o Ministério da Educação e o Município de Serra do Navio/AP. Construção da Escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e aquisição de equipamentos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
70 Procedimento: 1.13.000.000976/2007-53
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Autazes/AM. Verbas oriundas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
71 Procedimento: 1.13.000.000985/2007-44
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM. Execução do convênio 3146/2001.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
72 Procedimento: 1.13.000.001003/2007-31
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: 4º sorteio público - Relatório de fiscalização n. 672/2005. Apuração de irregularidades relativas ao Ministério da Saúde, no Município de Manaus/AM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
73 Procedimento: 1.13.000.001659/2007-54
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã/AM. Desvio de verbas do Programa Bolsa Família, dentre outras.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
74 Procedimento: 1.14.000.001057/2007-60
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na aquisição de merenda escolar no município de Milagres-BA, nos anos de 2006/2007, e possível prática de ato de improbidade pelo atual gestor do Município e pelo ex-gestor.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
75 Procedimento: 1.14.002.000082/2007-14
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na lavratura de Relatório Agronômico de Fiscalização no âmbito do Processo Administrativo de Desapropriação da Fazenda Água Salgada e Partes, no Município de Cansanção/BA.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
76 Procedimento: 1.14.004.000150/2007-17
Interessado: Juiz de Direito da Comarca de Conceição do Almeida e outros
Assunto: Supostas falhas na conservação e sinalização da BR 101. Trecho Conceição do Almeida/Dom Macedo Costa/BA. Reiterados acidentes.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
77 Procedimento: 1.14.004.000156/2007-94
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Governador Mangabeira/BA. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, dentre outros. Exercícios 2005 e 2006.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
78 Procedimento: 1.16.000.001823/2007-11
Interessado: PGR - 5A.CAM - 5A.CAMARA DE COORDENACAO E REVISAO e outros
Assunto: INFRAERO. Contrato de concessão de uso de área no aeroporto Salgado Filho. Razoabilidade. Necessidade de licitação. Acórdão nº 1315/2006 TCU-plenário. Processo TC nº 018.739/2004-6. Relatório de auditoria. Concessão de uso de áreas em aeroportos. Necessidade de regras acerca da duração máxima dos contratos. Ausência de norma legal específica. Princípio da razoabilidade.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
79 Procedimento: 1.19.001.000090/2007-86
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Ex-prefeito de Riachão/MA. Não prestação de contas dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no exercício de 2004.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
80 Procedimento: 1.20.000.001215/2007-84
Interessado:
Assunto: Ministério da Integração Nacional. Suposta irregularidade na aplicação de recursos da FINAM.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
81 Procedimento: 1.26.000.002636/2007-17
Interessado: anônimo e outros
Assunto: Supostas irregularidades no âmbito do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2007. Possível prática de Improbidade Administrativa.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
82 Procedimento: 1.28.100.000034/2007-14
Interessado: Controladoria Geral da União - CGU
Assunto: Possíveis irregularidades no Programa Saúde da Família - PSF no Município de Pau dos Ferros/RN, no que se refere ao descumprimento da jornada de trabalho semanal por profissionais médicos, enfermeiros e odontólogos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

83 Procedimento: 1.33.016.000020/2007-90
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no município de Agronômica/SC.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
84 Procedimento: 1.34.024.000037/2007-19
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Apuração das irregularidades indicadas pelo relatório da Controladoria-Geral da União pertinente ao Município de Iaras/SP.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
85 Procedimento: 1.11.000.000843/2008-32
Interessado: CGU - Controladoria-Geral da União - CGU
Assunto: CGU - Controladoria-Geral da União. Relatório de Fiscalização nº 671/2005. Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. 4º Sorteio. Estado de Alagoas. Recursos relativos ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
86 Procedimento: 1.12.000.000428/2008-41
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Macapá/AP. Supostas irregularidades no programa de proteção social à pessoa idosa.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
87 Procedimento: 1.13.000.000162/2008-08
Interessado: Amigos do Amazonas
Assunto: Possíveis irregularidades cometidas por administradores da Agência de Fomento do Amazonas - AFEAM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
88 Procedimento: 1.14.000.000765/2008-64
Interessado: Jaire Barbosa Magalhães
Assunto: Apuração de possível irregularidade na realização do concurso público para preenchimento dos cargos na Agência Nacional de Petróleo.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
89 Procedimento: 1.14.001.000034/2008-17
Interessado: GILBERTO MOIETTA e outros
Assunto: Suposta omissão da polícia federal em Ilhéus em investigar denúncia acerca da formação de uma organização criminosa que envolveria servidores públicos e profissionais da justiça, cuja atuação abrangeria vários estados brasileiros, além do exterior, infringindo diversas normas, inclusive tratados internacionais. Possível tráfico internacional de crianças.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
90 Procedimento: 1.14.001.000038/2008-97
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU e outros
Assunto: Possíveis irregularidades relacionadas ao programa de vigilância epidemiológica e ambiental, referentes ao pagamento de tarifas bancárias. Municípios de Potiraguá/ba. Relatório CGU 879/2006.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
91 Procedimento: 1.14.001.000153/2008-61
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades relacionadas a Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, especificamente em relação ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Programa de Renda com Condicionalidades (Bolsa Família), Programa de Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes e Programa de Proteção Social Especial (Pessoas com Deficiência) nos exercícios de 2006 e 2007, no Município de Valença/BA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
92 Procedimento: 1.14.003.000049/2008-57
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na gestão de verbas federais repassadas pelo FUNDEF ao Município de Barreiras/BA. Exercício de 1998.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
93 Procedimento: 1.14.004.000105/2008-43
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta prática de irregularidades na aplicação de recursos do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar na Prefeitura Municipal de Lamarão/BA.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
94 Procedimento: 1.15.000.001260/2008-80
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: FNDE. Aquisição de merenda escolar em 2001, principalmente no que pertine aos processos licitatórios realizados ou às dispensas/inexigibilidades realizadas. Município de Capistrano/CE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
95 Procedimento: 1.16.000.002650/2008-30
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Força Aérea Brasilieira - FAB. Indícios de utilização indevida de aeronaves por autoridades públicas federais. Prejuízo ao erário.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
96 Procedimento: 1.22.002.000134/2008-53
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Municípios de Tapira, Veríssimo e Planura no Estado de Minas Gerais. Regularizar a situação de seus respectivos conselhos de alimentação escolar
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
97 Procedimento: 1.24.001.000082/2008-51
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução de convênio firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Desterro/PB.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
98 Procedimento: 1.25.000.002908/2008-99
Interessado: RECEITA FEDERAL DO BRASIL e outros
Assunto: Receita Federal do Brasil. Representação administrativa dirigida ao Ministério da Justiça. Entidade Movimento Familiar a Voz do Silêncio. Ausência de entrega dos relatórios circunstanciados das atividades referentes aos anos de 2005, 2006 e 2007, conforme disposto no artigo 5º do decreto 50517/61.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
99 Procedimento: 1.25.008.000208/2008-90
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades em Convênios firmados pelo Município de Castro/PR e Ministérios de Estado do Governo Federal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
100 Procedimento: 1.28.000.000816/2008-62
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Município de Vila Flor/RN. Entrega de mandato municipal em 2009. Fiscalização das prestações de contas com o Governo Federal com vencimento em 2008 e do controle da documentação para as prestações após essa data.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
101 Procedimento: 1.28.200.000014/2008-04
Interessado: SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE/RN
Assunto: Supostos percebimentos de diárias em duplicidade pelos servidores da FUNASA - Fundação Nacional da Saúde lotados em Caicó/RN.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
102 Procedimento: 1.29.007.000078/2008-56
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
103 Procedimento: 1.29.016.000115/2008-17
Interessado: Odir Martinelli e outros
Assunto: Supostas irregularidades existentes no Assentamento Rondinha, no Município de Jóia/RS. Tentativa e obtenção de recursos do PRONAF pelos assentados. Dano ambiental.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 4a. Câmara de Coordenação e Revisão.
104 Procedimento: 1.29.019.000153/2008-40
Interessado: União Federal e outros
Assunto: Eventuais irregularidades em financiamentos de casa própria e na realização de obras no Município de Novo Barreiro/RS.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
105 Procedimento: 1.30.012.000848/2008-71
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Exército Brasileiro. Oficiais temporários. Suposto favorecimento à militar aposentada por incapacidade física.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
106 Procedimento: 1.30.012.000866/2008-52
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Ingresso, sem concurso público, de profissionais de nível superior.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
107 Procedimento: 1.31.000.000176/2008-03
Interessado: Léo Antônio Almeida Godinho e outros
Assunto: Apuração de irregularidades apontadas por Relatório TCU na aplicação de recursos federais. Julgamento de contas de ex-Secretário de Estado da Saúde.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
108 Procedimento: 1.34.004.200175/2008-15
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
109 Procedimento: 1.36.000.000925/2008-16
Interessado: DALTON OLIVEIRA COSTA e outros
Assunto: Supostas irregularidades em construção de postos de saúde no Município de Bom Jesus do Tocantins/TO.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
110 Procedimento: 1.11.001.000108/2009-08
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução de convênio firmado entre a União Federal e o Município de Tanque D'Árca/AL. Programa de Educação de Jovens e Adultos. Implementação do sistema de educação. Responsabilidade do ex-prefeito municipal.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
111 Procedimento: 1.13.000.000264/2009-04
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades detectadas no âmbito da Prefeitura de Rio Preto da Eva/AM, durante o mandato do ex-prefeito.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
112 Procedimento: 1.13.000.000273/2009-97
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Concessão de uso de bens públicos (áreas aeroportuárias) para particulares por período indeterminado, sem a realização do devido processo licitatório.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
113 Procedimento: 1.13.000.001076/2009-95
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO. Supostas irregularidades cometidas por servidores da empresa pública lotados no Estado do Amazonas. Fraude em licitações e nepotismo.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
114 Procedimento: 1.13.000.001459/2009-63
Interessado: Francisco Togo Soares
Assunto: Apuração de suposta ausência prestação de contas dos recursos oriundos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, exercício 2005, da Prefeitura de Uarini/AM
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
115 Procedimento: 1.13.000.001556/2009-56
Interessado: HALISSON DE LIMA SOUZA
Assunto: Supostas irregularidades ocorridas no concurso público do INSS, Edital nº 01/2008 - INSS, de 26 de dezembro de 2008, para os cargos de Analista e Técnico de Seguro Social.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
116 Procedimento: 1.13.000.002075/2009-68
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades ocorridas na avaliação de provas referentes ao concurso para provimento de cargos de magistério superior da UFAM - Universidade Federal do Amazonas - Edital 005/2008.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

117 Procedimento: 1.13.000.002243/2009-15
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Condições ofensivas à dignidade da pessoa humana e à privacidade nas celas do Instituto Prisional Antônio Trindade, em Manaus/AM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
118 Procedimento: 1.13.000.002246/2009-59
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução do concurso público realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no ano de 2009.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
119 Procedimento: 1.13.000.002260/2009-52
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Apuração de supostas irregularidades relativas ao Programa Saneamento Básico - Melhorias Sanitárias, relativas a Convênio celebrado entre o Fundo Nacional de Saúde - FUNASA e o Município de Nova Olinda do Norte, Amazonas.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Com ressalva para o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
120 Procedimento: 1.14.000.000124/2009-91
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Apuração de eventuais irregularidades no Edital de Abertura do Processo Seletivo do Centro de Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
121 Procedimento: 1.14.000.000317/2009-41
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de irregularidades em razão da declaração do atual Prefeito de Salvador/BA no sentido de que verbas destinadas à merenda pública e à saúde estariam sendo utilizadas para suprir gastos decorrentes do carnaval.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
122 Procedimento: 1.14.000.000860/2009-49
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Acajutiba/BA. Suposto desvio de finalidade do FUNDEB. Pagamento de abono a servidores com desvio de função.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
123 Procedimento: 1.14.000.001591/2009-38
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Santo Antônio de Jesus/BA. Hospital Maternidade Luis Argolo. Supostas irregularidades detectadas pelo relatório de auditoria especial nº 291/2004.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
124 Procedimento: 1.14.000.001996/2009-76
Interessado: Ministério Público do Trabalho - MPT
Assunto: Suposto ato de improbidade administrativa praticado no âmbito da Secretaria de Educação consistente no não repasse à Previdência Social das contribuições recolhidas dos funcionários contratados sob regime de prestação de serviços temporários.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
125 Procedimento: 1.14.000.002066/2009-30
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades em concursos públicos realizados pelo Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
126 Procedimento: 1.14.002.000053/2009-14
Interessado: Tribunal de Contas da União e outros
Assunto: Irregularidades das contas do Convênio nº 746/99, de responsabilidade do ex-prefeito do município de Senhor do Bonfim/BA, durante a gestão 1996/2000.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
127 Procedimento: 1.14.004.000407/2009-01
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Suposta utilização indevida de cartões corporativos por parte dos servidores lotados no Município de Feira de Santana/BA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
128 Procedimento: 1.14.004.000464/2009-81
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta efetividade da fiscalização da Lei Seca nas rodovias federais em Feira de Santana/BA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
129 Procedimento: 1.14.004.000493/2009-43
Interessado: Tribunal de Contas da União e outros
Assunto: Suposta prática de irregularidades na aplicação de recursos do Programa Dinnheiro Direto na Escola - PDDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE) na gestão do então Prefeito do Município de Lamarão/BA, nos exercícios de 1999/2000.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
130 Procedimento: 1.15.000.000144/2009-24
Interessado: Município de Pindoretama e outros
Assunto: Supostas irregularidades em convênio firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e o Município de Pindoretama/CE. Execução de melhorias sanitárias domiciliares.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
131 Procedimento: 1.15.000.001665/2009-07
Interessado: Município de Aratuba/CE
Assunto: Ex-Prefeito Municipal de Aratuba/CE. Não apresentação da documentação complementar referente à prestação de contas do Convênio nº 162/2006, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar).
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
132 Procedimento: 1.16.000.003113/2009-98
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível irregularidade na nomeação para exercer cargo em comissão no Ministério da Integração Nacional. Suposto parentesco com assessor da casa civil.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à PR de origem para arquivamento físico dos autos tendo em vista ajuizamento de Ação Civil Pública. Enunciado nº 13 da 5ª CCR
133 Procedimento: 1.18.000.000830/2009-93
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades em concurso público destinado ao provimento de vagas de docente na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Goiás.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Voto: Pela homologação do arquivamento.
Voto-Oral: Denise Vinci Túlio Necessidade de se expandir recomendação para se evitar novas ocorrências.
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
134 Procedimento: 1.19.000.000155/2009-65
Interessado: Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal e MPU no Maranhão
Assunto: Supostas irregularidades no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, atribuídas a ocupantes de cargos em comissão, ligados à Presidência e à Corregedoria do TRE, consistindo em abusos quanto a abono de faltas e autorização em decorrência de atrasos, nos pontos de "funcionários que não fazem parte do quadro efetivo do Tribunal".
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
135 Procedimento: 1.20.000.000175/2009-15
Interessado: JUSTIÇA FEDERAL/MT - JUIZ MÁRCIO DE FRANÇA MOREIRA
Assunto: Suposta prática de improbidade administrativa no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
136 Procedimento: 1.20.000.000500/2009-40
Interessado:
Assunto: Suposto não funcionamento de Centro Odontológico estabelecido pela administração pública municipal no Bairro Jardim Imperial,
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
137 Procedimento: 1.21.001.000165/2009-32
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Eldorado/MS. Recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
138 Procedimento: 1.21.005.000195/2009-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Jardim/MS.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
139 Procedimento: 1.22.000.003237/2009-76
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades no âmbito da 6ª Unidade de Infraestrutura Terrestre do DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
140 Procedimento: 1.22.014.000062/2009-96
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assunto: Possível dano ao erário em virtude da construção do edifício da creche municipal de Santa Cruz de Minas em local impróprio, sujeito a inundações.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
141 Procedimento: 1.24.000.001685/2009-61
Interessado: JOSE BARACHO BARBOSA ARAUJO
Assunto: INCRA/PB. Suposta não conclusão por empresa contratada de construção de cisternas de placas para armazenamento de água para consumo humano, nos Projetos de Assentamentos Nossa Sra. do Livramento e Nossa Sra. do Perpétuo Socorro, localizados no Município de Bananeiras/PB.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
142 Procedimento: 1.24.001.000179/2009-44
Interessado: MPE/PB/MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos repassados pela União ao município de Patos/PB. Termo de Responsabilidade nº 271/MPAS/SEAS/2002, firmado com o Ministério da Previdência e Assistência Social. Construção de uma creche no bairro Monte Castelo. Carta Convite 008/2003.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
143 Procedimento: 1.25.000.000867/2009-87
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidade na concessão de diárias e outras vantagens. Indícios de improbidade administrativa.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
144 Procedimento: 1.26.000.001288/2009-14
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Caixa Econômica Federal. Supostas irregularidades na realização e administração de contrato de financiamento imobiliário. Venda de apartamento após execução extrajudicial irregular.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
145 Procedimento: 1.26.003.000029/2009-46
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Acompanhamento de relatórios concernentes a ações de controle promovidas pela Controladoria-Geral da União, no município de Mirandiba/PE, com a finalidade de avaliar a aplicação de recursos Públicos Federais do Ministério da Saúde - 23º Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
146 Procedimento: 1.27.000.000622/2009-85
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU e outros
Assunto: Geominas Perfuração de Poços Tubulares. Supostas irregularidades na execução de obra no Estado do Piauí. Recursos oriundos da Fundação Nacional de Saúde.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento., com remessa dos autos à 2ª CCR.
147 Procedimento: 1.28.000.001030/2009-43
Interessado: Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante/RN
Assunto: Possíveis atos de improbidade administrativa e crime de responsabilidade na gestão de convênios firmados entre o Município de São Gonçalo do Amarante/RN e a Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
148 Procedimento: 1.28.100.000140/2009-60
Interessado: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MOSSORÓ/RN
Assunto: Possível fraude licitatória no Município de José da Penha/RN supostamente praticada pelo escritório de contabilidade Rabelo & Dantas. Convênio nº 772/01 firmado com o Ministério da Saúde.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

149 Procedimento: 1.29.002.000174/2009-25
Interessado: Tribunal de Contas da União e outros
Assunto: Estado do Rio Grande do Sul. Supostas irregularidades no cumprimento da instrução normativa nº 28/99, do Tribunal de Contas da União, por dos Municípios do Estado.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
150 Procedimento: 1.29.008.000784/2009-79
Interessado: PRR 4ª e outros
Assunto: possível ocorrência de conduta negligente no atendimento médico prestado junto ao HUSM.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
151 Procedimento: 1.30.010.000060/2009-65
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. Fiscalização realizada no Município de Vassouras/RJ. Aplicação de recursos federais. Possibilidade de diversas irregularidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
152 Procedimento: 1.30.012.000385/2009-28
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Imóvel situado na rua São Francisco Xavier n° 320, bairro do Maracanã. Rio de Janeiro/RJ. Suposta situação de abandono, deterioração e ocupação irregular.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
153 Procedimento: 1.30.012.000606/2009-68
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Demissão de Procurador da Fazenda Nacional. Prática de advocacia privada e utilização de recursos materiais da repartição para fins particulares.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
154 Procedimento: 1.32.000.000226/2009-98
Interessado: Anônimo e outros
Assunto: Possíveis irregularidades no deferimento da candidatura de professor da Universidade Federal de Roraima ao cargo de Diretor do Centro de Ciências e Tecnologia daquela instituição.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
155 Procedimento: 1.33.001.000108/2009-32
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades no repasse de indenização para as famílias de agricultores proprietários de terras nas imediações do Parque Nacional da Serra do Itajaí/SC. Recursos oriundos da União Federal.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
156 Procedimento: 1.33.002.000154/2009-21
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Relatório de demandas externas nº 00223.000467/2008-09, sobre irregularidades na execução do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens no Município de Chapecó/SC.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
157 Procedimento: 1.33.002.000194/2009-73
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na aplicação de recursos federais no Município de Serra Alta/SC.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
158 Procedimento: 1.33.002.000197/2009-15
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Serra Alta/SC. Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais. Recursos oriundos do Ministério da Educação.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
159 Procedimento: 1.33.005.000127/2009-29
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Investigação de possíveis ilegalidades cometidas em processos judiciais.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
160 Procedimento: 1.33.009.000094/2009-87
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Assunto: Possível irregularidade, apontada pela CGU (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), consistente no pagamento de despesas não autorizadas ou não permitidas pela Portaria MDS nº 736/2004.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
161 Procedimento: 1.34.001.006855/2009-47
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Tribunal de Contas da União. Tomada de Contas Especial. Casa de Produção Filme e Vídeo. Não conclusão do projeto "A fina sintonia carioca". Supostas irregularidades.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
162 Procedimento: 1.34.001.008036/2009-34
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: IAC - Instituto de Arte Contemporânea. Possível ilegalidade na valorização e comercialização de obras de arte.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Voto: Pela Homologação do arquivamento.
Pedido Vista: Após o voto do(a) Relator(a), pediu vista Dr.(a) Denise Vinci Túlio.
163 Procedimento: 1.34.001.008913/2009-77
Interessado: Tribunal de Contas da União e outros
Assunto: Supostas irregularidades em convênio firmado entre o Fundo Nacional de Saúde e a Federação Brasileira de Psicodrama - FEBRAP.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
164 Procedimento: 1.34.001.009361/2009-14
Interessado: Sr. Paulo Ferraz
Assunto: Notícia de que a América Latina Logística, concessionária de Serviço Público, estaria realizando passeios de trem com crianças de escolas públicas a fim de promover educação ambiental.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
165 Procedimento: 1.34.003.000046/2009-10
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades em convênio firmado entre o Ministério do Turismo e a Associação Bauru e Região Convention & Visitors Bureau - BRC & VB. Irregularidades nas contas prestadas.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
166 Procedimento: 1.34.003.000378/2009-96
Interessado: ENOQUE ANTONIO MOURA e outros
Assunto: Patrimônio público. Prefeitura municipal de Agudos/SP. Programa Bolsa Família. Ocorrência de irregularidades na distribuição do benefício financeiro concedido a famílias de baixa-renda. Famílias tradicionais, vereadores e comerciantes do citado município que percebem o benefício concedido pelo programa social do Bolsa Família, cuja renda per capita extrapola o limite estabelecido pela legislação.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
167 Procedimento: 1.34.004.200061/2009-48
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução do Convênio nº 5007/2004, firmado entre o município de Morungaba e o Ministério da Saúde (Fundo Nacional de Saúde), que tinha por objeto dar apoio financeiro para a manutenção de unidade de saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
168 Procedimento: 1.35.000.001677/2009-31
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos federais no Município de Amparo de São Francisco/SE. Relatório de Auditoria do Sistema Único de Saúde nº 7830.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
169 Procedimento: 1.11.000.000201/2010-58
Interessado: Sr. José Arnaldo Lisboa Gomes
Assunto: Solicitação de intervenção do Ministério Público Federal para que a Superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento forneça o relatório final de auditoria realizada no Serviço Estadual de Defesa Agropecuária.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
170 Procedimento: 1.11.000.000794/2010-52
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades em convênio firmado entre a Funasa e o Município de Porto de Pedras/AL. Fim das melhorias do sistema de abastecimento de água na municipalidade.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
171 Procedimento: 1.11.000.001328/2010-94
Interessado: Zuleica Dias Sant Ana
Assunto: Possível assédio moral em face de membro do Conselho Municipal de Educação e irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB no município de Marechal Deodoro/AL.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
172 Procedimento: 1.11.001.000017/2010-06
Interessado: Sra. Lúcia Maria Modesto Pereira
Assunto: Ausência de manifestação da Prefeitura de Porto Real do Colégio/AL sobre denúncia de possíveis irregularidades na execução do Programa Bolsa Família.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
173 Procedimento: 1.13.000.001217/2010-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM. Possível inobservância dos princípios da impessoalidade e legalidade na execução de licitação na modalidade convite.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
174 Procedimento: 1.14.000.000068/2010-28
Interessado:
Assunto: Apurar possível tratamento desrespeitoso de Corregedor da 10ª SRF, em relação ao Inspetor da Polícia Rodoviária Federal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
175 Procedimento: 1.14.000.000471/2010-57
Interessado: Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
Assunto: Parecer conclusivo de auditoria realizada pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, que recomendou a realização de glosa relativa a procedimentos médicos custeados com recursos do SUS - Sistema Único de Saúde e não comprovados pelo Instituto de Reabilitação Terapêutica e Estética - IRTE, referentes à competência de outubro de 2006.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
176 Procedimento: 1.14.000.001578/2010-12
Interessado: Sr. José Rodrigues dos Santos
Assunto: Supostas práticas de ilícitos administrativos por servidores do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. com encaminhamento dos autos à Defensoria Pública na Bahia.
177 Procedimento: 1.14.000.001943/2010-99
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Agência no Município de Santo Antônio de Jesus/BA. Suposta contratação de médicos peritos sem a realização de concurso público.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
178 Procedimento: 1.14.002.000035/2010-68
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposta venda irregular de produtos na Escola Agrotécnica Federal no Município de Senhor do Bomfim/BA. Comercialização de produtos em desacordo com as normas sanitárias.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
179 Procedimento: 1.15.000.000108/2010-02
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Tururu/CE. Supostas irregularidades nos programas Bolsa-Família e Alimentação Escolar - PNAE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
180 Procedimento: 1.15.000.003318/2010-44
Interessado: Karine Bezerra Alves
Assunto: Ministério Público da União. Concurso Público. Técnico de Apoio Especializado - Transporte. Prova prática. Suposto equívoco por parte da banca examinadora. Falta de transparência. Requerimento de acesso ao espelho do formulário original utilizado pelos examinadores no dia da realização da prova, revisão de nota e inclusão da lista dos aprovados.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
181 Procedimento: 1.15.000.003383/2010-70
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Concurso para provimento de cargos de Analista e Técnico do Ministério Público da União. Edital nº 1, de 30/06/2010. Supostas irregularidades na correção das provas discursivas para o cargo de Analista de Antropologia/Perito. Estado do Ceará.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

182 Procedimento: 1.15.001.000084/2010-73
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possível desvio de recursos públicos destinados ao programa saúde da família. Parceria com prefeituras municipais do Estado do Ceará e Oscips.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
183 Procedimento: 1.15.001.000152/2010-02
Interessado: MARIA LÚCIA DO NASCIMENTO GIRÃO e outros
Assunto: Possível ocorrência de irregularidades na execução do Programa "Bolsa Família".
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
184 Procedimento: 1.15.003.000100/2010-16
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposta omissão no dever de prestar contas referentes à execução do Convênio nº 41369/1998 celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o então Prefeito de Itatira/CE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Com ressalva para o cumprimento de medidas no âmbito criminal, caso ainda não providenciado.
185 Procedimento: 1.16.000.001037/2010-10
Interessado: JOSÉ PEDRO FRANCISCONI e outros
Assunto: 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental. Brasília/DF. Ano de 2009. Suposto desvio de recursos por parte da empresa contratada para a realização do evento.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
186 Procedimento: 1.17.000.000813/2010-27
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de irregularidades no funcionamento do Terminal de Vila Velha- Cais Paul.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
187 Procedimento: 1.17.002.000087/2010-22
Interessado: ZULEIKA SORAYA DE OLIVEIRA
Assunto: Possível falta de urbanidade no atendimento promovido por perito do Instituto Nacional do Seguro Social.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
188 Procedimento: 1.35.000.000493/2011-78
Interessado: Anônimo e outros
Assunto: Apuração de suposta denúncia acerca de supostas irregularidades na compra de computadores e livros pelo Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe - UFS.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
189 Procedimento: 1.18.000.000747/2010-58
Interessado: GILBERTO ANTONIO DE OLIVEIRA e outros
Assunto: Cidade de Buriti de Goiás-GO. Recebimento da renda-cidadã e bolsa família, além de outras irregularidades. Direito do cidadão
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
190 Procedimento: 1.18.000.000785/2010-19
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Supostas irregularidades na designação de pessoas aos cargos de direção nas unidades de Luziânia-GO e Anápolis-GO. Utilização de veículo oficial, bem como de aparelhos celulares, com fins particulares, pelos motoristas.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
191 Procedimento: 1.18.000.000862/2010-22
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Supostas irregularidades em procedimentos médicos referentes à Autorização de Internação Hospitalar oriundos do Sistema Único de Saúde/Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, repassados ao Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida - Palestina de Goiás, sob a gestão do seu ex-diretor.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. iado com ressalva do cumprimento do enunciado nº 4/5ª CCR.
192 Procedimento: 1.18.000.001850/2010-15
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Avaliação de impropriedade em programa do Ministério da Previdência Social no Município de Goiás/GO.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
193 Procedimento: 1.18.000.002103/2010-02
Interessado: Sra. Mara Rúbia de Souza
Assunto: Apuração de irregularidades supostamente ocorridas quanto a execução do convênio nº 010/2009, celebrado entre o Estado de Goiás e o Centro de Valorização da Mulher.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
194 Procedimento: 1.19.000.000338/2010-14
Interessado: Município de Paço de Lumiar/MA
Assunto: Representação formulada pelo Município de Paço do Lumiar/MA, em decorrência de irregularidades na prestação de contas referente ao Convênio nº 750954/2001(SIAFI 427558), celebrado com o Ministério da Educação.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
195 Procedimento: 1.19.000.001333/2010-17
Interessado: MPF-MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
Assunto: Apuração da legalidade da posse da Ilha do Carrapato, no município de Tutóia/MA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
196 Procedimento: 1.19.000.001567/2010-56
Interessado: Delza Pereira Gilberti
Assunto: Possíveis irregularidades na Prefeitura Municipal de Cachoeira Grande/MA. Suposto nepotismo no quadro de servidores.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
197 Procedimento: 1.19.001.000037/2010-81
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na prestação de contas de convênio firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Sítio Novo/MA. Responsabilidade do ex-prefeito municipal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
198 Procedimento: 1.20.000.001180/2010-89
Interessado: CFP/POL.FED./CGU/PR - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Assunto: Relatório de Fiscalização nº 826/2006 no Município de Bom Jesus do Araguaia/MT em decorrência da 21ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos. Supostas irregularidades apuradas no programa arrecadação de receitas previdenciárias do ministério da previdência social.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
199 Procedimento: 1.20.000.001233/2010-61
Interessado: CGU/PR-CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Assunto: Relatório de Fiscalização n° 960/07 da CGU realizado no Município de Alto Boa Vista/MT. Supostas irregularidades apuradas no programa de proteção social especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
200 Procedimento: 1.20.002.000060/2010-44
Interessado: Corregedoria Geral da União - CGU
Assunto: Possíveis irregularidades detectadas na execução do Programa de Atendimento Assistencial Básico no município de Paranaíta - MT.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
201 Procedimento: 1.21.004.000054/2010-30
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta irregularidade em concurso público realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, relativa à ausência de divulgação tempestiva de data, horário e locais de realização da prova escrita, em descumprimento à previsão do edital.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
202 Procedimento: 1.22.000.003285/2010-06
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Exército Brasileiro. Concurso para admissão no Colégio Militar de Belo Horizonte/MG. Suposto constrangimento ilegal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
203 Procedimento: 1.22.000.003722/2010-83
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades ocorridas no Centro Tecnológico de Educação Profissional de Vespasiano que funciona sob a supervisão do CEFET/MG. Ausência de laboratório, falta de infraestrutura e falta de aula técnica.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
204 Procedimento: 1.22.001.000303/2010-80
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas referentes ao FUNDEB no Município de Barão do Monte Alto/MG.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
205 Procedimento: 1.22.002.000208/2010-76
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais, oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no Município de Uberaba/MG. Exercício 2008. Programas PEJA, PNAP e PNAE.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
206 Procedimento: 1.22.003.000225/2010-01
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possível violação dos princípios da impessoalidade e da razoabilidade na realização de processo seletivo para portadores de diploma de curso superior, por parte da Universidade Federal de Uberlândia/MG.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
207 Procedimento: 1.22.009.000193/2010-86
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na utilização de verbas públicas federais originárias do Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF, celebrado entre o Município de Itapé/MG e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
208 Procedimento: 1.22.010.000127/2010-77
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na execução do convenio n° 47/2003, celebrado entre o Ministério da Integração Nacional e o Município de Caratinga
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
209 Procedimento: 1.22.012.000110/2010-08
Interessado: Ministério da Saúde-MS - MS e outros
Assunto: Município de Araújos/MG. Supostas irregularidades na aplicação de recursos oriundos do Ministério da Saúde.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
210 Procedimento: 1.23.000.000712/2010-59
Interessado: JORGE PINHEIRO DA COSTA e outros
Assunto: Possível inobservância ao Edital nº01/2010, da Escola de Aplicação da UFPA - Universidade Federal do Pará, para a seleção de candidatos às vagas de Educação Infantil.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
211 Procedimento: 1.23.000.000919/2010-23
Interessado: Prefeitura Municipal de Salva Terra/PA
Assunto: REPRESENTAÇÃO da Prefeitura Municipal de Salvaterra, contra o vereador que quando Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no ano de 2002, teve suas contas desaprovadas, conforme Acórdão 16.785/2008, do Tribunal de Contas dos Municípios. Processo nº 662022002-00.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
212 Procedimento: 1.23.000.001317/2010-93
Interessado: Ministério da Saúde
Assunto: Possíveis irregularidades em relação à gestão municipal de saúde. Município de Bonito/PA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
213 Procedimento: 1.23.000.001320/2010-15
Interessado: Ministério da Saúde
Assunto: Efetividade dos instrumentos de gestão, organização do Fundo Municipal de Saúde, organização e atuação do Conselho Municipal de Saúde do Município de Quatipuru.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
214 Procedimento: 1.23.000.001532/2010-94
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Viseu/PA. Programa de atenção básica em saúde. Atendimento assistencial básico.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à PR de origem para arquivamento físico dos autos tendo em vista ajuizamento de Ação Civil Pública. Enunciado nº 13 da 5ª CCR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

215 Procedimento: 1.23.000.002336/2010-37
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades nas contas prestadas pelo Município de São Sebastião da Boa Vista/PA. Recursos oriundos da União Federal. Sistema de Acompanhamento do Incentivo Financeiro da Assistência Farmacêutica Básica - SIFAB.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
216 Procedimento: 1.25.008.000236/2010-21
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Ivaí/PR.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
217 Procedimento: 1.25.008.000238/2010-11
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: CGU - Controladoria - Geral da União. Relatório de fiscalização nº 1468. Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais na construção de quadra de esportes no Município de Ivaí/PR.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
218 Procedimento: 1.25.009.000307/2010-86
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Noticia a ocorrência, em tese, do não cumprimento do disposto na Lei n.° 9.452, de 20 de março de 1997, por parte da Prefeitura Municipal de Perobal/PR.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
219 Procedimento: 1.25.009.000313/2010-33
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de suposta ocorrência do não cumprimento do disposto na Lei n.° 9.452, de 20 de março de 1997, por parte da Prefeitura Municipal de Xambrê/PR, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
220 Procedimento: 1.25.009.000314/2010-88
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposto não cumprimento do disposto na Lei n.° 9.452, por parte da Prefeitura Municipal de Francisco Alves/PA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
221 Procedimento: 1.25.009.000926/2010-71
Interessado: DPF/DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL e outros
Assunto: Polícia Federal. Remoção. Possíveis irregularidades nos critérios utilizados pelo Departamento da Polícia Federal na remoção de Policiais Federais, bem como em eventual inobservância dos dispositivos constitucionais e legais da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Conflito Negativo de Atribuição.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela atribuição do membro do Ministério Público Federal com lotação na Procuradoria da República no Rio Grande do Sul.
222 Procedimento: 1.25.011.000074/2010-72
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Possível ocorrência de atos de improbidade administrativa e lesão ao patrimônio público eventualmente praticados na gestão e aplicação dos recursos do PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar nos exercícios de 2008 e 2009, no âmbito do Município de Diamante do Norte/PR.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
223 Procedimento: 1.26.000.001147/2010-35
Interessado: Juízo da 2ª VF/PE
Assunto: Possível ocorrência de atos de improbidade administrativa por parte de servidores da União lotados na Diretoria de Inativos e Pensionistas do Exército, que deram azo ao pagamento da multa por parte do Estado de Pernambuco, devido a atraso no cumprimento de sentença judicial transitada em julgado, prolatada nos autos da ação ordinária nº 00.0013145-8, ofendendo a Lei 8.429/1992.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
224 Procedimento: 1.26.000.001413/2010-20
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possíveis faltas administrativas, por parte do Diretor do DETRAN/PE, do Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco e do Comandante do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar de Pernambuco.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
225 Procedimento: 1.26.000.002026/2010-19
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na construção de 28 casas populares na Ilha de Itamaracá/PE. Recursos oriundos do programa de habitação de interesse social.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
226 Procedimento: 1.26.000.002577/2010-74
Interessado: CGU/CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Camutanga/PE. Recursos oriundos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
227 Procedimento: 1.26.000.002597/2010-45
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Lagoa do Carro/PE. Recursos oriundos do Ministério do Esporte. Contrato de Repasse no 0182.991-16/2005. Programa Esporte e Lazer na Cidade. Implantação de núcleos de Esporte e Lazer.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
228 Procedimento: 1.26.000.002609/2010-31
Interessado: ADRIANA MARIA MATIAS
Assunto: Possíveis irregularidades no âmbito do Hospital das Clínicas de Pernambuco, tendo em vista que paciente, no dia 04/10/2010, após várias tentativas frustadas de atendimento no ambulatório de oftalmologia, teria sido agredida verbalmente por médica.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
229 Procedimento: 1.26.001.000168/2010-23
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na execução do Censo/2010 no município de Juazeiro/BA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
230 Procedimento: 1.26.001.000195/2010-04
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta irregularidade na execução e aplicação de recursos provenientes do convênio nº 374/2008, firmado entre o município de Petrolina/PE e o Ministério do Turismo, cujo objeto consistia em incentivar o turismo no Município de Petrolina/PE, por meio da implementação do Projeto intitulado São João 2008.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
231 Procedimento: 1.27.000.001012/2010-32
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU e outros
Assunto: 30ª etapa de sorteio da Controladoria-Geral da União. Relatório de fiscalização nº 01524, realizada no Município de Barra D'Alcântara/PI, no período de 13-10-09 a 02-01-10, objetivando-se apurar a aplicação de recursos públicos federais oriundos do Ministério das Cidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
232 Procedimento: 1.27.000.001804/2010-15
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Municipio de Jerumenha/PI, com o objetivo de apurar denúncia de irregularidades no Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, exercícios 2000, 2002, 2006, 2008 e 2009, coordenados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento do Educação-FNDE na administração do ex-prefeito Municipal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
233 Procedimento: 1.28.000.001679/2010-06
Interessado: MUNICÍPIO DE VERA CRUZ/RN e outros
Assunto: Município de Vera Cruz/RN. Indícios da prática de crime e atos de improbidade.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
234 Procedimento: 1.28.100.000322/2010-74
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades na contratação de cirurgiã dentista sem concurso público em uma das equipes do Programa de Saúde da Família - PSF do município de Apodi/RN.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
235 Procedimento: 1.29.003.000041/2010-82
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível prática de propaganda enganosa promovida pela Editora Reader's Digest Brasil Ltda..
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à 3º Câmara de Coordenação e Revisão para análise da promoção de arquivamento.
236 Procedimento: 1.30.010.000216/2010-41
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades no fundo de previdência do município de Vassouras, que estaria arcando com a aposentadoria de servidores contratados não efetivos.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
237 Procedimento: 1.30.010.000387/2010-71
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível irregularidade na ocupação de imóveis da extinta RFFSA - Rede Ferroviária Federal S/A.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
238 Procedimento: 1.30.012.000620/2010-03
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Notícia de descumprimento de decisão judicial proferido no bojo do processo nº 2007.51.51.077206-0 pelo Juízo do 3º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
239 Procedimento: 1.30.012.001058/2010-27
Interessado: Sra. Kilza Maciel Nascente Ribeiro
Assunto: Requerimento de pagamento de adicional de insalubridade ao Hospital Federal Cardoso Fontes, por auxiliar de enfermagem contratada temporariamente, em razão de decreto de calamidade pública no Rio de Janeiro.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
240 Procedimento: 1.30.012.001060/2010-04
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região. Supostas irregularidades no concurso público para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
241 Procedimento: 1.30.017.000471/2010-24
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades em licitações para implantação de quiosques na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto Multidisciplinar Campus Nova Iguaçu/RJ.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
242 Procedimento: 1.33.000.001475/2010-05
Interessado: União Federal e outros
Assunto: Bolsista da CAPES. Descumprimento de compromisso. Omissão no dever de prestar contas. Acórdão TCU nº 4965/2009. TC-005.722/2009-2.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
243 Procedimento: 1.33.000.001478/2010-31
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades nos atos de normatização das atividades inerentes aos despachantes documentalistas de Santa Catarina - CRDD/SC. Lei 10.602/2002. Funcionamento e atribuições.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
244 Procedimento: 1.33.009.000015/2010-71
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível funcionamento irregular de curso técnico em enfermagem, custeado com verbas públicas federais, no Município de Curitibanos/SC.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
245 Procedimento: 1.34.001.002561/2010-80
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Aquisição de grupo educacional. Possíveis irregularidades na aquisição de instituições de ensino superior, por empresa sediada no Município de Belo Horizonte/MG. Grupo Kroton Educacional.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
246 Procedimento: 1.34.001.004005/2010-48
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Privatização de ativos do Setor Petroquímico. Supostas irregularidades.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu p pelo envio do feito ao Ministério Público Estadual de São Paulo, que em tese detém atribuições para apreciar a regularidade das transações noticiadas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

247 Procedimento: 1.34.001.008584/2010-06
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades em 12 processos de minerários no âmbito do Departamento Nacional de Produção Mineral/SP. Processo DNPM nº 821.790/87.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à PR de origem para arquivamento físico dos autos tendo em vista ajuizamento de Ação Civil Pública. Enunciado nº 13 da 5ª CCR
248 Procedimento: 1.34.006.000234/2010-43
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Investigação do Processo de Licitação do 3º Terminal de Passageiros do Aeroporto de Guarulhos/SP, bem como a Licitação de Novo Projeto Básico no valor de R$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais).
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
249 Procedimento: 1.34.010.001237/2010-35
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU e outros
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na execução de convênios firmados entre o Ministério da Educação e o município de Viradouro, São Paulo.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
250 Procedimento: 1.34.012.000439/2010-40
Interessado: Sindicato dos Médicos de São Paulo
Assunto: Possíveis irregularidades com relação a contratos de terceirização de trabalho médico legal, entre as Prefeituras Municipais de Itariri, Iporanga, Cananeia, Iguape e Jacupiranga e a empresa CADESP.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
251 Procedimento: 1.36.000.000327/2010-53
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na prestação de contas do repasse do Sistema Único de Saúde ao Hospital Estadual de Praia Norte/TO, no ano de 1994.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento., remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
252 Procedimento: 1.36.000.001175/2010-14
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Encaminhamento de arquivo contendo dados dos repasses efetuados aos municípios do Estado do Tocantins, relativos ao período de 04/08/2010 a 31/08/2010.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
253 Procedimento: 1.00.000.007922/2011-53
Interessado: SR. PAULO CÉSAR ARES e outros
Assunto: Supostas irregularidades em contratação temporária realizada pelo INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
254 Procedimento: 1.00.000.008583/2011-22
Interessado: Conselho Municipal de Saúde de Itabuna/BA
Assunto: Possíveis irregularidades relacionadas à prestação de serviços de atenção básica à saúde no município de Itabuna/BA.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
255 Procedimento: 1.00.000.008593/2011-68
Interessado: Maria das Graças dos Santos Souza
Assunto: Possíveis irregularidades na gestão dos recursos do FMS - Fundo Municipal de Saúde em Itabuna/BA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
256 Procedimento: 1.00.000.009753/2011-96
Interessado: ANONIMO
Assunto: Possíveis irregularidades cometidas pelo secretário de saúde de Bataguassu/MS.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
257 Procedimento: 1.11.000.000230/2011-09
Interessado: Universidade Estadual de Ciências da Sáude de Alagoas
Assunto: Possíveis irregularidades na admissão de alunos em universidade pública no Estado do Alagoas.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
258 Procedimento: 1.12.000.000120/2011-00
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Prefeitura Municipal de Macapá/AP. Suposta falta de pagamento de valores devidos às pessoas que prestam serviços de transporte escolar. Exercício 2010.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
259 Procedimento: 1.12.000.000140/2011-72
Interessado: Cooperativa de Produtores e Extrativistas de Açaí do Estado do Amapá
Assunto: Notícia de que um servidor do Estado do Amapá cobrou dos integrantes da Cooperativa de Produtores e Extrativistas de Açaí do Estado do Amapá valores indevidos pela emissão de cada declaração de aptidão a ser utilizada para obtenção de recursos do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição.
260 Procedimento: 1.12.000.000181/2011-69
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Convênio celebrado entre o Fundo Nacional de Saúde e o Município de Laranjal do Jari/AP. Supostas irregularidades nas contas prestadas pela municipalidade.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. com ressalva para o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
261 Procedimento: 1.13.000.000068/2011-46
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades no Instituto Sócio-Ambiental do Amazonas, por falta de prestação de contas do Contrato de Repasse nº 0157927-09 firmado entre a entidade e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
262 Procedimento: 1.13.000.000109/2011-02
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades em processo seletivo para contratação de profissionais da área de saúde, promovido pela Funasa - Fundação Nacional de Saúde em 2010.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
263 Procedimento: 1.13.000.000161/2011-51
Interessado: Sr. Renato Borges de Sousa
Assunto: Supostas irregularidades no concurso para magistério superior da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, regido pelo Edital n. 061/2010
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
264 Procedimento: 1.13.000.000776/2011-87
Interessado: Ministério Público do Estado do Amazonas e outros
Assunto: Possível irregularidade na convocação de candidato aprovado em concurso público para preenchimento de cargo no Banco da Amazônia S/A, visto a realização de novo concurso sem a nomeação de todos os aprovados no certame anterior.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido Pela relatora.
265 Procedimento: 1.14.000.001056/2011-00
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura - SECULT. Suposta recusa de celebração de convênio com as regras do programa Ponto de Cultura, subsidiado pelo Ministério da Cultura.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
266 Procedimento: 1.14.000.001345/2011-09
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades na Prefeitura Municipal de Salvador, envolvendo lobistas e gestores municipais na concessão de licenças ambientais para a execução de obras na região da Paralela.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
267 Procedimento: 1.14.003.000018/2011-00
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível omissão na prestação de contas por parte do Município de Cotegipe/BA, no exercício 2000.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
268 Procedimento: 1.14.004.000033/2011-30
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na celebração e pagamentos dos contratos firmados para prestação de transporte escolar (PNATE), assim como na prestação dos serviços, no município de Biritinga
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
269 Procedimento: 1.15.000.000057/2011-91
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades no concurso de nível médio do Instituto Euvaldo Lodi. SEBRAE 2010.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
270 Procedimento: 1.15.000.000532/2011-20
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possível cometimento de crime ambiental ocorrido no Distrito da Pajuçara, Município de Maracanaú/CE. Corte de árvores frutíferas e demolição de equipamentos de lazer da Praça Dr. Dionísio Lapa. Construção de uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento). Retirada de areia da praça pela empresa Megga Construções e Locação de Máquinas. Ausência de fiscalização.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
271 Procedimento: 1.15.000.000705/2011-18
Interessado: Sra. Antônia Varenice de Lima Sousa e outros
Assunto: Paciente internado no Hospital Geral de Fortaleza, necessitando ser transferido, com urgência, para uma vaga em UTI do Hospital Antônio Prudente, tendo em vista regularização de plano de saúde - HAPVIDA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
272 Procedimento: 1.15.000.000868/2011-92
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: FUNASA/CE. Pedido de reintegração. Demissão por problemas de saúde. Servidor da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
273 Procedimento: 1.15.000.000992/2011-58
Interessado: Roberta Lima
Assunto: Possível desvio de dinheiro público no município de Mombaça/CE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
274 Procedimento: 1.15.002.000105/2011-21
Interessado: Sr. Francisco Mario Rodrigues
Assunto: Investigação em obras no Município de Iguatu/CE, com relação ao Convênio Nº 612414 .
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
275 Procedimento: 1.16.000.000017/2011-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta irregularidade na doação de obras da biblioteca da Universidade de Brasília.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
276 Procedimento: 1.16.000.000047/2011-19
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na contratação de terceirizados pela Fundação Ary Frauzino - FAF. Prestação de serviços no Instituto Nacional do Câncer - INCA. Existência de processo seletivo para provimento de 194 vagas para nível superior e médio.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
277 Procedimento: 1.16.000.001232/2011-21
Interessado: Anônimo
Assunto: Possível esquema praticado por servidores públicos, que seriam proprietários, de fato, da empresa Inova Consultoria, contratada pelo poder público.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
278 Procedimento: 1.16.000.002691/2011-21
Interessado: Tiago Pereira da Silva
Assunto: Suposta procrastinação da TERRACAP e seus servidores na realização de medição topográfica em antigas fazendas do Estado do Goiás.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

279 Procedimento: 1.17.000.000493/2011-96
Interessado:
Assunto: Possível instalação irregular de radar na BR 262, em prédio de propriedade privada.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
280 Procedimento: 1.17.000.000949/2011-18
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades no quadro de servidores do DETRAN/ES que estariam em desacordo com a Constituição Federal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
281 Procedimento: 1.17.000.000997/2011-14
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades no DETRAN quem mantém em seu quadro de funcionários grande quantidade de servidores comissionados e em designação temporária maior que o de concursados, apesar de haver concurso com aprovados ainda em validade.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
282 Procedimento: 1.17.000.001037/2011-63
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades em laboratório de análises e parâmetros ambientais do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo, e no cumprimento da jornada de trabalho do coordenador do citado laboratório.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
283 Procedimento: 1.17.000.001089/2011-30
Interessado: Rafael Koury
Assunto: Possíveis irregularidades praticadas por membro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TC/ES.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
284 Procedimento: 1.19.001.000040/2011-85
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Cidelândia/MA. Exercício 2006. Supostas irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
285 Procedimento: 1.20.000.000009/2011-33
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Acordão nº 7012/2010. TC 020.858/2005-2. Supostas irregularidades na prefeitura de Colniza/MT no período de 2000 a 2004.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
286 Procedimento: 1.20.000.000481/2011-76
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em face do ex-executor da Unidade Avançada Conjunto Peixoto de Azevedo. Não comprovação da aplicação devida dos recursos repassados mediante suprimento de fundos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
287 Procedimento: 1.21.001.000044/2011-13
Interessado: David Martins Garcia
Assunto: Possíveis irregularidades praticadas pelo Prefeito de Itaporã/MS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
288 Procedimento: 1.22.000.000582/2011-72
Interessado: Advocacia-Geral da União-AGU - AGU
Assunto: Supostos atos ilegais na gestão de pessoal do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
289 Procedimento: 1.22.000.001535/2011-46
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Cópia integral da ação penal nº 2009.3.00.008341-9 (Operação Sanguessuga), para subsidiar eventual propositura de ação de improbidade.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
290 Procedimento: 1.35.000.000631/2011-19
Interessado: Sr. Alex Henrique Santos Ferreira
Assunto: Apuração da legalidade no cumprimento do contrato nº 296885-45, relativo a construção de uma Praça da Juventude pela Prefeitura Municipal de Itabaiana/SE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
291 Procedimento: 1.23.000.000269/2011-05
Interessado: FNDE
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na aplicação de verbas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE no município de Santa Maria do Pará/PA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
292 Procedimento: 1.23.001.000124/2011-96
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO e outros
Assunto: Município de Eldorado de Carajás/PA. Supostas irregularidades na prestação de contas do ex-prefeito municipal. Exercício 2000. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
293 Procedimento: 1.23.003.000051/2011-12
Interessado: Marcos Roberto de Souza Santos
Assunto: Possíveis irregularidades no município de Vitória do Xingu - Pará, em virtude das péssimas condições em que se encontra a Comunidade São Francisco das Chagas.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
294 Procedimento: 1.24.000.000695/2011-01
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Tribunal de Contas da União. Tomada de Contas Especial nº 018.350/2007-6, instaurada pelo FNDE contra o Município de Salgado de São Félix/pb, por não prestar contas dos recursos repassados através do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, no exercício de 2004.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
295 Procedimento: 1.25.011.000021/2011-32
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Possível ocorrência de atos de improbidade administrativa e lesão ao patrimônio público eventualmente praticados na gestão e aplicação dos recursos do Programa Brasil Escolarizado, Ação Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica - Nacional, nos exercícios de 2009 e 2010, no âmbito do Município de Inajá/PR.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
296 Procedimento: 1.26.000.000164/2011-36
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades ocorridas na aplicação de recursos referentes ao Convênio nº 1703/92, firmado entre a FUNASA - Fundação Nacional da Saúde e o município de Jaboatão dos Guararapes/PE, que tinha como objetivo a construção do sistema de esgotamento sanitário na referida municipalidade.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Com ressalva para o cumprimento de medidas no âmbito criminal, caso ainda não providenciado.
297 Procedimento: 1.26.000.000194/2011-42
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto atraso injustificado na renovação das bolsas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI. Estado de Pernambuco.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
298 Procedimento: 1.26.000.000460/2011-37
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Universidade Federal Rural de Pernambuco. Supostas irregularidades ocorridas no concurso público para o cargo de Professor do Magistério Superior. Classe Assistente de Mecânica e Motores Agrícolas. Edital nº 13/2010. Campus de Dois Irmãos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
299 Procedimento: 1.26.000.000542/2011-81
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na execução da obra de reforma do campo de futebol do Minicípio de João Alfredo/PE, objeto do covênio nº 613184, firmado com o Ministério do Esporte.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
300 Procedimento: 1.26.000.001437/2011-60
Interessado: Sr. Abelardo Campelo de Melo Júnior
Assunto: Suposta inobservância de recomendação médica relativa às condições de trabalho de servidor da Procuradoria da República em Pernambuco.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
301 Procedimento: 1.28.000.000038/2011-15
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Possíveis irregularidades na utilização de recursos derivados de royalties, destinados ao Estado do Rio Grande do Norte, para pagamento de folha de pessoal em dezembro de 2010.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
302 Procedimento: 1.29.008.000036/2011-19
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na doação de bebidas alcoólicas, pela Receita Federal do Brasil, à Justiça Militar da União em Santa Maria/RS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
303 Procedimento: 1.30.005.000004/2011-14
Interessado: Heloisa Helena Silva de Almeida
Assunto: Condições no edifício do Instituto Nacional do Seguro Social que funciona na Avenida Amaral Peixoto, Centro, Niterói.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
304 Procedimento: 1.30.012.000014/2011-61
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto arrendamento ilegal do Porto do Rio de Janeiro à Petrobras. Ausência de procedimento licitatório e valores irrisórios.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
305 Procedimento: 1.30.012.000098/2011-32
Interessado: Sra. Regina Fernandes Bottino
Assunto: Possível retenção indevida de documentação referente à concessão do benefício nº 42/107.209.706-8, por parte do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, bem como o não atendimento a requisição de apresentação do Processo Administrativo de suspensão do mencionado benefício.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
306 Procedimento: 1.30.012.000186/2011-34
Interessado: Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro
Assunto: Pena de demissão à ex-policial rodoviário federal. Suposta simulação, em maio de 1999, da sua própria morte para fins de recebimento de pensão vitalícia, auxílio-funeral e seguro de vida.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
307 Procedimento: 1.30.012.000260/2011-12
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível desrespeito ao edital 90/2010 de concurso público para cargos técnicos administrativos, realizado pelo Núcleo de Computação Eletrônica/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
308 Procedimento: 1.30.012.000269/2011-23
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades no concurso de Residência Médica de 2011 do Hospital Universitário Gaffrè e Guinle da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
309 Procedimento: 1.30.012.000307/2011-48
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível cumprimento incompleto de carga horária mínima por médica perita do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
310 Procedimento: 1.30.012.000361/2011-93
Interessado: Ministério da Saúde-MS - MS e outros
Assunto: Ministério da Saúde. Município de Vassouras/RJ. Malversação de verbas federais repassadas através de convênios. Aquisição de unidades móveis de saúde. Possíveis irregularidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
311 Procedimento: 1.30.801.001492/2011-00
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades na seleção de doutorado em saúde pública em meio ambiente da Fundação Oswaldo Cruz. Ministério da Saúde.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

312 Procedimento: 1.31.000.000657/2011-14
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades praticadas pelo Presidente da CAERD.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
313 Procedimento: 1.33.003.000095/2011-04
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposto ato de improbidade administrativa face à possível inércia por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM em fiscalizar e cobrar o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
314 Procedimento: 1.33.004.000063/2011-91
Interessado: Município de Treze Tílias/SC
Assunto: Possíveis irregularidades em procedimento licitatório ocorrido no município de Treze Tílias/SC.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
315 Procedimento: 1.34.001.002936/2011-92
Interessado: FNDE
Assunto: Acompanhamento de repasses efetuados aos Municípios do Estado de São Paulo, no período de 01 a 10 de maio de 2011, referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
316 Procedimento: 1.34.004.000805/2011-41
Interessado: Anônimo
Assunto: Possível fraude em escala de plantão médico no Hospital da UNICAMP.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
317 Procedimento: 1.34.010.000218/2011-72
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU e outros
Assunto: CGU - Controladoria-Geral da União. Relatório de fiscalização nº 01603. Averiguação da regularidade da execução pelo município de Ipuã/SP dos convênios e programas pactuados com o Governo Federal.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
318 Procedimento: 1.34.012.000424/2011-62
Interessado: Manuel Antonio Lopes Vazques Vergara
Assunto: Possíveis irregularidades na compra de kits escolares pela prefeitura municipal do Guarujá, para a rede de ensino.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
319 Procedimento: 1.35.000.000493/2011-78
Interessado: Anônimo e outros
Assunto: Apuração de suposta denúncia acerca de supostas irregularidades na compra de computadores e livros pelo Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe - UFS.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
Deu-se por encerrada a sessão às 12:00 horas.
E, não havendo nada mais a ser decidido na presente Reunião, foi por mim, Roberto Campos Alcântara, Matrícula 13.940-8, _____, lavrada a presente Ata, que vai também assinada pelos presentes abaixo indicados.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Subprocurador-Geral da República - Membro-Titular

DENISE VINCI TÚLIO
Subprocuradora-Geral da República - Membro-Titular,

VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADÁ NUNES
Procuradora Regional da República - Membro-Suplente.

ATA DA 610ª REUNIÃO

REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2011

Aos 15 dias do mês de agosto de 2011, no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, reuniram-se os membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em sessão ordinária presidida pelo Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Presentes a Dra. Denise Vinci Tulio, membro titular e a Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes, membro suplente. O Presidente iniciou a sessão às 10:00 horas e trouxe a julgamento os procedimentos de sua relatoria. Em seguida foram votados os procedimentos da relatoria da Dra. Denise Vinci Tulio e da Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes.

Comunicados

1 Assunto : Ofício nº 05-115/Com5ºDN-MB - Encaminha cópia de documentação relativa a providências no âmbito do Procedimento Administrativo nº 1.29.006.000029/2011-29, remetido à PRM Rio Grande-RS pela 5ª Câmara que, na 590ª Reunião, de 21 de março de 2011, não homologou o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, fixando a atribuição do MPF para a causa.
Deliberação : Deliberou a Câmara pela ciência e remessa à origem para juntada aos autos.

Exame de Procedimentos

1 Procedimento: 08109.000105/98-11
Interessado: Sr. Domingos Francisco Dutra Filho, Deputado Estadual e outros
Assunto: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA. Secretaria de Recursos Hídricos. Barragem do Rio Pericumã, em Palmeirândia/MA. Projeto de Irrigação. Obra inacabada. Malversação de recursos públicos.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
2 Procedimento: 1.14.001.000148/2000-00
Interessado: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia na Bahia - CREA/BA e outros
Assunto: Prefeitura Municipal de Porto Seguro/BA. 500 anos do Descobrimento do Brasil. Comemoração. Licitação Pública nº 001/97. Realização de obras de infra-estrutura. Irregularidades. Prejuízos ao erário.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
3 Procedimento: 1.00.000.001625/2001-22
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU e outros
Assunto: Ex-Ministério do Interior - MINTER. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu - SESNI/RJ. Subvenção Social nº SIAFI 290.090, repassada em 22.02.1990. Concessão de bolsas de estudo. Assistência educacional. Assistência social. Tomada de Contas Especial. Supostas irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
4 Procedimento: 1.28.000.000102/2001-88
Interessado: Sr. Marcone Batista de Medeiros e outros
Assunto: Supostas irregularidades ocorridas no âmbito do Comando Aéreo de Treinamento - CATRE da Aeronáutica em Natal/RN.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
5 Procedimento: 1.34.014.000164/2001-33
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Fundação Valeparaibana de Ensino - UNIVAP. Suposto não atendimento aos requisitos legais para qualificação como entidade de utilidade pública federal e beneficente de assistência social.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
6 Procedimento: 1.12.000.000064/2002-12
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos federais oriundos do FINAM/SUDAM - Fundo de Investimentos da Amazônia/Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, pela empresa Refrigerantes Fazendinha S/A.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
7 Procedimento: 1.14.000.000368/2002-05
Interessado: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros
Assunto: Apurar a ocorrência de vícios construtivos de conjunto residencial, localizado no Bairro Tomba, Município de Feira de Santana/BA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
8 Procedimento: 1.33.000.006844/2002-38
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades no procedimento licitatório referente ao trecho sul da BR 101. Edital nº 03/02 do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNTI.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
9 Procedimento: 1.00.000.011177/2003-37
Interessado: CARLOS HENRIQUE FOCESI SAMPAIO
Assunto: Apuração das responsabilidades decorrentes de possível malversação do dinheiro público por parte da Presidência da República e outros órgãos federais, no que tange ao uso do cartão de crédito corporativo, de acordo com matérias jornalísticas publicadas no jornal "Folha de São Paulo" de 16/11 e 14/12/03.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
10 Procedimento: 1.14.001.000051/2003-31
Interessado: MARCOS HABIB PAIVA e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação de verbas oriundas do SUS (PAB), especificamente quanto ao repasse para o Hospital Geral Luiz Viana Filho. Ilhéus/BA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
11 Procedimento: 1.21.000.000031/2003-36
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aquisição de combustíveis pela Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
12 Procedimento: 1.29.000.000944/2003-64
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Eventual exercício irregular da advocacia por Procurador Federal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
13 Procedimento: 1.14.000.000123/2004-31
Interessado: Sr. Celso Antônio Soares Cambuí
Assunto: Supostas irregularidades no convênio nº 2.00.98.0045-00, firmado entre a Prefeitura de Irecê/BA e a CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
14 Procedimento: 1.14.000.000611/2004-49
Interessado: Ministério da Saúde-MS - MS
Assunto: Supostas irregularidades perpetradas na aplicação dos recursos públicos federais repassados pelo Ministério da Saúde ao Município de Itaberaba/BA, entre os exercícios de 2002 e 2003, destinados à aplicação em assistência médica ambulatorial especializada, emergencial e hospitalar.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
15 Procedimento: 1.22.002.000251/2004-93
Interessado: Nilson de Camargos Roso
Assunto: Ministério da Saúde-MS. Hospital Escola da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro-FMTM. Internações fictícias.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
16 Procedimento: 1.26.002.000014/2004-83
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Indícios de irregularidades na aplicação de recursos transferidos pelo Ministério da Integração Nacional ao Município de Terezinha/PE. Programa de Fiscalização a Partir de Sorteio Público.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
17 Procedimento: 1.32.000.000155/2004-19
Interessado: Conselho Estadual de Saúde de Roraima
Assunto: Secretaria de Saúde do Estado de Roraima. Supostos desvios de medicamentos ocorridos no âmbito da DADMED (Divisão de Administração e Distribuição de Medicamnetos), nos anos de 2003 e 2004.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
18 Procedimento: 1.36.000.000338/2004-95
Interessado:
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos federais oriundos de convênio firmado entre a União Federal e o Município de Campos Lindos/TO.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
19 Procedimento: 1.14.000.000238/2005-15
Interessado: COMERCIANTES DE CASTRO ALVES
Assunto: Supostas irregularidades na execução de obra pública com recursos federais para recuperação da rodovia/estrada BR 242, trecho Sapeaçu - Castro Alves/BA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

20 Procedimento: 1.16.000.000157/2005-32
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Fundação CENTRUS. Suposta omissão do Banco Central. Prejuízos ao erário.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
21 Procedimento: 1.22.000.004715/2005-31
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - MPE e outros
Assunto: Apuração de supostas irregularidades no resultado do cruzamento de dados do programa bolsa família no Município de Barão de Cocais/MG.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
22 Procedimento: 1.26.000.001693/2005-17
Interessado: Ministério Público Federal-MPF
Assunto: Ministério da Saúde-MS. Município de Vicência/PE. Convênios 1137/2003, 3425/2001, 1842/2000, 1843/2000. Possível malversação de verbas públicas.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
23 Procedimento: 1.27.000.000483/2005-66
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução dos seguintes contratos de repasse/convênio no município de São João do Piauí/PI. Ministério do Turismo. Relatório de Fiscalização nº 314 da CGU.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
24 Procedimento: 1.30.012.000894/2005-27
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades na contratação de serviços de publicidade e propaganda na área de Comunicação Institucional da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS, especificamente no que tange à violação das regras de licitação.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
25 Procedimento: 1.12.000.000570/2006-27
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Denúncia em desfavor da Prefeitura Municipal de Macapá/AP, em virtude da recusa em entregar à Comunidade Monte Tabor o bem Patrulha Agrícola Mecanizada, conforme convênio firmado entre as duas entidades e cuja aquisição deu-se com recursos do Ministério da Agricultura.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
26 Procedimento: 1.13.000.000329/2006-61
Interessado: Novo Aripuanã/AM, Geramilton Menezes, prefeito e outros
Assunto: Supostas irregularidades no Convênio n. 751059, entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Novo Aripuanã/AM. Embarcação a motor para transporte de passageiros. Ausência de prestação de contas.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
27 Procedimento: 1.13.000.000738/2006-67
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Trabalho e o Município de Maués/AM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
28 Procedimento: 1.13.000.000751/2006-16
Interessado: José Carlos Leão Veloso Silva
Assunto: Supostas irregularidades na conduta de Agente da Polícia Federal ao impedir Capitão do Exército de embarcar com sua arma de porte privativo.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
29 Procedimento: 1.13.000.001087/2006-22
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução do Convênio MA/SARC n. 054/2000, celebrado entre a Secretaria de Apoio Rural do Ministério da Agricultura e o Instituto de Agro-ecologia da Amazônia Terra Verde. Realização de curso de capacitação em criação de abelhas sem ferrão para produtores rurais da comunidade Rio Pardo, em Presidente Figueiredo/AM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
30 Procedimento: 1.14.000.000425/2006-71
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Programa de fiscalização a partir de sorteios públicos - 19ª etapa. Supostas irregularidades na utilização de verbas públicas no Município de Santa Bárbara/BA. Relatório de Fiscalização nº 690 da CGU.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
31 Procedimento: 1.16.000.001836/2006-18
Interessado: ANÔNIMO e outros
Assunto: Apuração de supostos direcionamento da Concorrência 01/2006, levada a efeito pelo CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em que haveria favorecimento a empresa Casa Blanca.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
32 Procedimento: 1.21.001.000031/2006-79
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Sete Quedas/MS. Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
33 Procedimento: 1.21.001.000112/2006-79
Interessado:
Assunto: Apuração de irregularidades perante o Ministério da Educação, constatadas pela Controladoria-Geral da União, através do relatorio de fiscalização nº 11/2003, efetuada no Município de Vicentina/MS no período de 19/05/03 à 24/05/03, com o objeto de analisar a aplicação dos recursos federais transferidos ao município, bem como a prestação de serviços públicos federais à sociedade.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
34 Procedimento: 1.21.001.000118/2006-46
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades perante o Ministério do Trabalho e Emprego, constatadas pela Controladoria-Geral da União, atraves do Relatorio de Fiscalização nº 11/2003, efetuada no Municipio de Vicentina no periodo de 19/05/03 à 24/05/03, com o objeto de analisar a aplicação dos recursos federais transferidos ao municipio, bem como a prestação de serviços públicos federais à sociedade.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
35 Procedimento: 1.24.001.000278/2006-83
Interessado: Prefeitura Municipal de Itatuba
Assunto: Suposta ausência de prestação de Contas dos Convênios nº 928/96 (SIAFI 301724) e 1562/96 (SIAFI 307657), celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE e a Prefeitura Municipal de Itatuba/PB.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
36 Procedimento: 1.26.004.000014/2006-25
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Apuração de responsabilidades do ex-Prefeito de Belém do São Francisco/PE quanto a omissão do dever de prestar contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Educação - FNDE, conforme Acórdão Nº 1460/2006 - TCU-2ª Câmara, referente ao Processo nº TC - 000.523/2005-3.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
37 Procedimento: 1.27.000.000431/2006-71
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Município de Matias Olímpio/PI. Suposta irregularidade na aplicação de recursos federais referentes ao PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
38 Procedimento: 1.28.000.000104/2006-81
Interessado: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE
Assunto: Adoção de providências no sentido de regularizar o Conselho Nacional de Alimentação - CAE para recebimento dos repasses do FNDE para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE em relação ao Município de Almino Afonso.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
39 Procedimento: 1.30.012.000159/2006-02
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Relatório de Auditoria nº 161474, emitido pela Controladoria-Geral da União, referente ao exercício de 2004 do Instituto de Traumato-Ortopedia.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
40 Procedimento: 1.30.012.000868/2006-80
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades na contratação de terceirizados por parte da FUNASA - Fundação Nacional da Saúde.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
41 Procedimento: 1.11.000.000030/2007-61
Interessado: Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde - SINDACS-AL
Assunto: Apuração de possível irregularidade na execução do termo de parceria firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP designada como Pontual - Pontualidade com o Desenvolvimento Social.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
42 Procedimento: 1.11.000.000788/2007-08
Interessado: FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
Assunto: Tomada de Contas Especial do Convênio nº 2298/01, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde- FUNASA e o Município de Cajueiro.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
43 Procedimento: 1.13.000.000908/2007-94
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis desvio de recursos públicos do INCRA/AM pelo ex-presidente do Conselho de Assentados do Projeto de Assentamento Vila Amazônia. Período de 1999 a 2000.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
44 Procedimento: 1.14.004.000039/2007-21
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades praticadas pelo superintendente da Policia Rodoviária Federal no Estado da Bahia. Abandono da superintendência para cursar regularmente o curso de direito no Rio de Janeiro/RJ.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
45 Procedimento: 1.20.000.001277/2007-96
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: CGU - Controladoria-Geral da União. Relatório de fiscalização nº 766/2006. Município de Jaciara/MT. Supostas irregularidades na aplicação de recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
46 Procedimento: 1.22.000.004217/2007-51
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU
Assunto: TC 005.236/2007-4. Restauração de trecho entroncamento BR 262 - Divinópolis / Oliveira - Entroncamento BR 381.Supostas irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
47 Procedimento: 1.22.005.000142/2007-99
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO/MG e outros
Assunto: Supostas irregularidades na prestação de contas dos recursos transferidos por força do convênio n. 2469/98, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Pintópolis/MG. Promoção da construção de sistema público de abastecimento de água.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
48 Procedimento: 1.25.000.001709/2007-82
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução de convênio firmado entre o Ministério da Cultura e o Município de Ponta Grossa/PR. Execução de reforma no Teatro Municipal Álvaro Augusto da Cunha.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
49 Procedimento: 1.28.100.000024/2007-89
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: FNDE. Convênio 9.2061/1998. Suposta aquisição de materiais de uso individual destinado à higiene pessoal e materiais de uso coletivos para primeiros socorros de forma a atender alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental de escolas municipais e estaduais. Município de Campo Grande/RN.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

50 Procedimento: 1.28.100.000068/2007-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Fraudes licitatórias. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Contrato de Repasse nº 105.094-45. Realização de melhorias no sistema de abastecimento d'água para o consumo humano e ampliação do Mercado do Produtor. Ministério da Integração Nacional. Convênio nº 2359/2001-MI. Ministério da Saúde. Convênio nº 757/2001. Município de Ipanguaçu/RN.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
51 Procedimento: 1.29.000.001060/2007-51
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
52 Procedimento: 1.35.000.001261/2007-51
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Centro Federal de Educação Tecnológica do Estado de Sergipe - CEFET/SE. Contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe - FAPESE/SE. Realização de serviços de aplicação do exame de seleção, vestibular. Supostas irregularidades.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
53 Procedimento: 1.12.000.000224/2008-19
Interessado: Luiz Navarro de Brito Filho e outros
Assunto: Possíveis irregularidades ou desvio de recursos públicos federais empregados em diversas ações governamentais.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
54 Procedimento: 1.12.000.000337/2008-14
Interessado: MARCELO SARRAF SANTOS e outros
Assunto: Licitação para realização de obra pública. Processo licitatório nº 561800. Construção de passarelas em madeira com placas em concreto armado. Paralização injustificada da obra. Recursos repassados à prefeitura de Laranjal do Jari/AP. Supostas irregularidades na aplicação das verbas federais.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. sem prejuízo de desarquivamento posterior, caso por meio do referido Inquérito Policial Federal constatem-se irregularidades que demandem atuação do Ofício do patrimônio Público e Social.
55 Procedimento: 1.13.000.000038/2008-34
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Possíveis desvios de função de servidores públicos do tribunal. Irregularidades na nomeação de novos servidores.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
56 Procedimento: 1.14.002.000057/2008-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Município de Jacobina/BA. Suposto descumprimento de ordem judicial emanada pela 23º Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
57 Procedimento: 1.14.008.000032/2008-50
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Itaetê/BA. Supostas irregularidades na aplicação de verbas do FUNDEB, PNATE e PNAE. Possível responsabilidade do ex-prefeito municipal. Exercícios 2006 a 2008.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
58 Procedimento: 1.15.000.000872/2008-55
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Cascavel/CE. Contrato de repasse firmado com a Caixa Econômica Federal - CEF.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
59 Procedimento: 1.21.000.000021/2008-13
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades em convênio firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e o Município de Pedro Gomes/MS. Construção de Kits sanitários.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
60 Procedimento: 1.23.000.000746/2008-29
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de São João de Pirabas/PA. Funcionamento das ações de epidemiologia e controle de doenças.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
61 Procedimento: 1.23.000.002504/2008-70
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Relatório de Auditoria nº 4451, realizada na Secretaria Executiva de Saúde Pública do Pará - SESPA, cuja finalidade era verificar a execução do Convênio FNS nº 4269/2004, celebrado com o Ministério da Saúde, cujo objeto era a aquisição de Unidade Móvel de Saúde (Ambulância).
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. sem prejuízo de desarquivamento posterior, caso por meio da referida tomada de contas constatem-se irregularidades que demandem atuação do Ministério Público Federal.
62 Procedimento: 1.24.000.000377/2008-37
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades no âmbito da Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado da Paraíba.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
63 Procedimento: 1.24.000.000466/2008-83
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET/PB. Supostas irregularidades na contratação de professores substitutos temporários, sem a observância dos requisitos previstos no artigo 37, IX, da Constituição Federal e na Lei nº 8745/93.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
64 Procedimento: 1.25.011.000023/2008-26
Interessado: Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí/PR
Assunto: Apuração de possível ilegalidade na cessão de servidores públicos do Município de Paranavaí/PR para a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP; "Ver e Ouvir", bem como o uso indevido das verbas destinadas a essa entidade.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
65 Procedimento: 1.27.001.000044/2008-96
Interessado: Francisca Maria Bezerra de Moura
Assunto: Prefeitura Municipal de Dom Expedito Lopes-PI. Suposta redução do benefício do Bolsa Família, sem qualquer justificativa.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
66 Procedimento: 1.34.001.005195/2008-04
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Tomada de contas especial. Casa de Produção Filme e Vídeo. Não conclusão do projeto "Descobrindo a América". Lei do Audiovisual.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
67 Procedimento: 1.34.001.005699/2008-16
Interessado: PRR/SP - 3º Região MARLON ALBERTO WEICHERT
Assunto: Supostas irregularidades constatadas em fiscalização da ANVISA em hemocentros, com relação à qualidade do armazenamento de plasma sanguíneo.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à Proc. Federal dos Direitos do Cidadão.
68 Procedimento: 1.36.000.000624/2008-84
Interessado:
Assunto: Possível ocorrência de crime de desobediência, pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em razão do retardo na emissão de Títulos da Dívida Agrária decorrentes de procedimento expropriatório.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
69 Procedimento: 1.36.000.001043/2008-60
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Relatório de Fiscalização nº 596/2005, realizada no Município de Araguaçu-TO, pela Controladoria Geral da União. Projeto de fiscalização a partir de sorteios públicos - 17ª etapa.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
70 Procedimento: 1.13.000.001883/2009-16
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Morosidade da administração fazendária na consolidação de débitos PAEX (Parcelamento Excepcional).
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
71 Procedimento: 1.15.001.000127/2009-87
Interessado: JOSÉ EDILSON DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL e outros
Assunto: Município de Icapuí/CE. Não prestação de contas da aplicação dos recursos federais repassados pelo Ministério das Cidades, através da Caixa Econômica Federal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
72 Procedimento: 1.15.002.000201/2009-55
Interessado: Wllisses do Nascimento Thel
Assunto: Representação formulada ao MPF para que providências sejam tomadas, no intuito de viabilizar a disponibilização de um leite especial, com proteína hidrolisada, pela Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro do Norte/CE, para menores que tenham intolerância à proteína do leite de vaca.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
73 Procedimento: 1.16.000.000765/2009-71
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades em concurso público realizado pelo Conselho Regional de Administração do Distrito Federal - CRA/DF. Provimento de cargos de técnico administrativo.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
74 Procedimento: 1.16.000.004094/2009-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de suposto pagamento indevido de benefício previdenciário denominado auxílio-doença acidentário, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao Fundo de Previdência Complementar dos Funcionários da Caixa Econômica Federal - FUNCEF.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
75 Procedimento: 1.17.000.001465/2009-71
Interessado: Anônimo
Assunto: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Suposta simulação de despesas por meio da Fundação Espírito-Santense de Tecnologia - FEST.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
76 Procedimento: 1.18.000.001848/2009-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Palmeiras de Goiás/GO. Suposta malversação de recursos públicos no assentamento Canudos. Não cumprimento de obras previstas para o assentamento.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
77 Procedimento: 1.18.000.001885/2009-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto ato de improbidade administrativa ocasionador de prejuízo ao Erário. Resolução Administrativa nº 63/2006 do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
78 Procedimento: 1.22.009.000006/2009-21
Interessado: MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNASA
Assunto: Suposta irregularidade na utilização de verbas federais originárias do convênio nº 2757/2001 (siafi nº 436733), firmado entre a Fundação nacional de Saúde - FUNASA e o Município de Divisópolis/MG, visando a execução de sistema de esgotamento sanitário.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
79 Procedimento: 1.22.009.000208/2009-72
Interessado: Ministério do Esporte
Assunto: Verificação da regularidade na utilização de verbas federais originárias do contrato de repasse nº 0209276-47/2006, firmado entre o Município de Conselheiro Pena/MG e o Ministério do Esporte, com interveniência da Caixa Econômica Federal, para a construção de quadra coberta.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
80 Procedimento: 1.22.009.000421/2009-84
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração do uso de verbas públicas federais para construção de estádio municipal no Município de Governador Valadares/MG. (SIGILOSO)
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
81 Procedimento: 1.23.001.000329/2009-57
Interessado: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
Assunto: Requisição da folha analítica de pagamento dos recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (60% e 40%) 1º quadrimestre do exercício 2009, contendo nome dos servidores, lotação, renumeração, gratificações, contribuição social, situação funcional, carga horária de trabalho. Informação de que o gestor municipal de São Domingos do Araguaia/PA se nega a entregar a folha, mesmo depois de vários ofícios requisitando tal feito.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

82 Procedimento: 1.24.000.001637/2009-72
Interessado: ANP/AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO e outros
Assunto: Agência Nacional de Petróleo - ANP. Indevida utilização de subsídio para produção de álcool pela Usina Una Agroindustrial Ltda, localizada na Fazenda Nascença do Una, zona rural do Município de Sapé/PB.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.

83 Procedimento: 1.26.000.000975/2009-12
Interessado: Sra. Liliane Andrea de Araújo Bezerra
Assunto: Apuração de notícia de irregularidades no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil de Pernambuco, que estaria dificultando o acesso às informações referentes aos advogados, bem como sendo negligente quanto ao desempenho da função pública, inclusive, quanto ao cadastro nacional dos advogados.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

84 Procedimento: 1.26.000.003443/2009-37
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de notícia de que, no Estado de Pernambuco, as ações de desapropriação de áreas destinadas aos trechos ferroviários da Ferrovia Transnordestina, não obstante os recursos federais envolvidos, estão sendo processadas na Justiça Estadual, por iniciativa da Procuradoria do Estado, com fundamento em convênio de cooperação técnica celebrado com o DNIT (nº 282/2007).
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

85 Procedimento: 1.29.011.000181/2009-18
Interessado: JOSÉ C. DA SILVA MONTEIRO e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução de convênio firmado entre a União Federal e o Município de Uruguaiana/RS. Secretaria Nacional de Segurança Pública.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

86 Procedimento: 1.30.012.000282/2009-68
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: BNDES. Supostas irregularidades em operação de cessão de crédito. Empresa Mendes Junior Engenharia S.A. e Belgo Mineira Participação Indústria e Comércio Ltda. Suposto crédito judicial em desfavor da CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

87 Procedimento: 1.30.012.000553/2009-85
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: INSS. Supostas irregularidades em edificação tombada pelo Município do Rio de Janeiro/RJ.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

88 Procedimento: 1.30.012.000959/2009-68
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Indústrias Nucleares do Brasil. Possíveis irregularidades na terceirização de serviços.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

89 Procedimento: 1.32.000.000028/2009-24
Interessado: PGR - Procuradoria-Geral da República - PGR
Assunto: Supostas irregularidades na Ponte Brasil-Guiana
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

90 Procedimento: 1.33.000.001198/2009-99
Interessado: EURICO GODOY e outros
Assunto: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Suposto descumprimento de decisão judicial. Demora para concluir requerimento administrativo feito pelo Juiz Federal da Vara do Juizado Especial Federal Previdenciário de Florianópolis/SC.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

91 Procedimento: 1.33.000.001984/2009-96
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: PPMA. ACP 2009.72.00.006417-6(MS 2009.72.00.001735-6). Supostas irregularidades nas eleições do CRA - Conselho Regional de Administração.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à PR de origem para arquivamento físico dos autos tendo em vista ajuizamento de Ação Civil Pública. Enunciado nº 13 da 5ª CCR

92 Procedimento: 1.33.002.000203/2009-26
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Ministério da Saúde. Irregularidades. Gestão de Recursos Federais. Programa de Fiscalização. Sorteios Públicos. Relatório de Fiscalização nº 01290. Município de Arvoredo.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

93 Procedimento: 1.33.005.000111/2009-16
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Autos 2004.72.01.004459-0. Verificação do cumprimento de determinação judicial. Posto de Pesagem de Garuva/SC. Rodovia BR - 101, Km 14, pista norte.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

94 Procedimento: 1.33.005.000266/2009-52
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Elevado número de acidentes e mortes envolvendo motociclistas, moto-taxistas e prestadores de serviços de entrega.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.

95 Procedimento: 1.33.009.000097/2009-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Assunto: Possíveis irregularidades apontadas pela Controladoria-Geral da União (Ministério da Saúde), na aplicação de verbas federais repassadas ao Município de Curitibanos/SC.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.

96 Procedimento: 1.34.004.200127/2009-08
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na execução do programa Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

97 Procedimento: 1.35.000.000725/2009-73
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe - FAPESE, para o acompanhamento e execução física do Campus Universitário Federal em Itabaiana/SE.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.

98 Procedimento: 1.14.004.000401/2010-69
Interessado: CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU
Assunto: Município de Santa Bárbara/BA - Relatório de Fiscalização nº 690 da CGU - 19º Sorteio Público - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Período de fiscalização: 21/11/2005 a 25/11/2005.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

99 Procedimento: 1.15.000.002395/2010-87
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possibilidade de fraudes nos livros e fichas dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado do Ceará. Inclusão de dados para a justificação indevida de associado que não existia, com o objetivo da obtenção de benefícios previdenciários. Supostas irregularidades.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

100 Procedimento: 1.15.000.002915/2010-51
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades funcionais cometidas por chefe da 1ª Delegacia/16ª SRPRF/CE. Polícia Rodoviária Federal.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

101 Procedimento: 1.16.000.000604/2010-11
Interessado: Anônimo
Assunto: Agência Brasileira de Exportações e Investimentos - APEX. Supostas irregularidades na execução de convênio firmado com a Associação dos Consórcios e Empresas de Moda do Brasil.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

102 Procedimento: 1.16.000.006069/2010-10
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível superfaturamento e corrupção em contrato firmado para aquisição de softwares e suporte técnico e de contrato para obtenção de produtos e serviços similares, por intermediação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.

103 Procedimento: 1.17.000.000920/2010-55
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível rotina operacional indevida da Caixa Econômica Federal, a qual vem inscrevendo fiadores do FIES - Programa de Financiamento Estudantil no SPC/SERASA sem a devida constituição em mora ex persona, com a concessão de prazo para quitação das dívidas dos afiançados, descumprindo normas legais e gerando danos ao erário, em decorrência de condenações judiciais.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à 3º Câmara de Coordenação e Revisão para análise da promoção de arquivamento.

104 Procedimento: 1.17.000.001765/2010-94
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de problemas estruturais no Curso de Gemologia da UFES - Universidade Federal do Espírito Santo relacionados à equipe de professores, à infraestrutura laboratorial e à qualificação dos profissionais formados pelo curso.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à Proc. Federal dos Direitos do Cidadão.

105 Procedimento: 1.18.000.002660/2010-15
Interessado: EDGAR GUIMARÃES DE LIMA e outros
Assunto: Conselho Regional de Administração de Goiás. Suposta inadimplência em relação à prestação de serviços para a realização do Congresso Brasileiro de Administração.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

106 Procedimento: 1.20.000.000728/2010-73
Interessado: GIULLIAN FÁBIO OLIVEIRA SILVA
Assunto: Caixa Econômica Federal. Atraso imotivado na entrega das casas aos moradores beneficiados pelo Programa de Arrendamento Residencial - PAR - do Residencial Buriti, localizado no Bairro Nova Conquista, em Cuiabá/MT.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

107 Procedimento: 1.20.000.000777/2010-14
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Universidade Federal do Mato Grosso. Supostas irregularidades em concurso realizado para docente do Departamento de Administração.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

108 Procedimento: 1.20.000.000933/2010-39
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Apuração de suposta prática de nepotismo junto à Agência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; no bairro CPA, em Cuiabá/MT.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

109 Procedimento: 1.21.002.000120/2010-91
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Exército Brasileiro. Possíveis irregularidades no ingresso de dependentes de oficiais superiores na força. Ausência de concurso público. Ingresso como oficiais temporários.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

110 Procedimento: 1.22.000.000491/2010-56
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Indisponibilidade de bens. Ressarcimento ao erário. Quebras de sigilo. Apuração de bens patrimoniais.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

111 Procedimento: 1.22.000.000532/2010-12
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta omissão na prestação de contas referente à aplicação de verbas federais no Município de Santa Maria de Iabira/MG. Não comprovação da aplicação dos recursos do convênio FNDE nº 60306/99. Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM).
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.

112 Procedimento: 1.22.000.000566/2010-07
Interessado:
Assunto: DNIT. Denúncia sobre as péssimas condições da rodovia federal BR-040, no trecho compreendido entre Juiz de Fora e Belo Horizonte.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

113 Procedimento: 1.22.000.003613/2010-66
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: irregularidade em concurso para professor de economia do IFMG.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

114 Procedimento: 1.22.005.000015/2010-95
Interessado: Justiça Eleitoral - Justiça Eleitoral
Assunto: Apuração de suposta fraude para obtenção de vantagens tributárias por candidato a cargo de Prefeito no município de Montes Claros, Minas Gerais.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
115 Procedimento: 1.22.009.000524/2010-88
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na utilização de verbas federais oriundas do convênio nº0130/99, firmado entre a Prefeitura Municipal de Medina/MG e a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo do Estado de Minas Gerais.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
116 Procedimento: 1.22.009.000559/2010-17
Interessado: Sind. dos Empreg. em Estab. de Saúde de Governador Valadares e Região
Assunto: Possíveis irregularidades na contratação de servidores do serviço público da saúde, no Município de Governador Valadares/MG.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu p pela remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para exame dos fatos apontados pelo SINDES.
117 Procedimento: 1.22.010.000199/2010-14
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades em convênio firmado entre o Ministério da Educação e do Desporto e o Município de Ipaba/MG.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
118 Procedimento: 1.24.000.001942/2010-06
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Baia da Traição/PB. Recursos advindos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Possível responsabilidade do ex-prefeito municipal. Exercício 2003.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
119 Procedimento: 1.24.002.000122/2010-79
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades no Contrato de Repasse nº 0174.506-61 firmado entre o Município de Cajazeiras/PB e o Ministério do Turismo, com o objeto de reforma e urbanização da Praça João Pessoa.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
120 Procedimento: 1.25.003.002308/2010-15
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
121 Procedimento: 1.25.003.010141/2010-66
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Acompanhamento das medidas implementadas pelo Poder Público relacionadas ao Programa Nacional de Controle da Dengue no Estado do Paraná, especificamente na região oeste do estado.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
122 Procedimento: 1.25.004.000096/2010-21
Interessado: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Assunto: Apuração de eventuais irregularidades na execução do Convênio CRT/PR 19.000/2003, firmado entre o Município de Palmital/PR e o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), cujo objeto é a implantação de dois poços artesianos e rede de distribuição.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
123 Procedimento: 1.25.016.000035/2010-25
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades apontadas em programas do Ministério do Turismo, no Município de Mauá da Serra/PR.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
124 Procedimento: 1.26.002.000078/2010-22
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidade cometidas por servidores da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Pernambuco, constantes do Relatório Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 54000.001529/2010-50.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
125 Procedimento: 1.28.100.000342/2010-45
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Felipe Guerra/RN. Promoção de eventos e divulgação do turismo interno - São João.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
126 Procedimento: 1.29.001.000095/2010-68
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de eventual ocorrência de assédio moral no âmbito do Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Bagé/RS.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
127 Procedimento: 1.29.009.000784/2010-01
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na delimitação de lotes em Projeto de Assentamento. Município de Santana do Livramento.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 4a. Câmara de Coordenação e Revisão.
128 Procedimento: 1.31.001.000113/2010-53
Interessado: Centrais Elétricas de Rondônia (CERON)
Assunto: Possíveis irregularidades por parte da Prefeitura Municipal de Vilhena/RO, no não pagamento de contas de energia elétrica.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
129 Procedimento: 1.33.000.003257/2010-05
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades em licitações. Exigência direcionada para procedimentos licitatórios para empresas de maior porte.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
130 Procedimento: 1.33.001.000374/2010-07
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na agência do IBGE na cidade de Blumenau/SC. Falta de recebimento de horas extras e adicional de insalubridade.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
131 Procedimento: 1.34.001.001752/2010-24
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Notícia de inexecução dos contratos de concessão da malha ferroviária federal, firmados entre a União Federal e as empresas FERROBAN - Ferroviária Bandeirantes SA e a Ferroviária Centro-Atlântica SA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
132 Procedimento: 1.34.001.008879/2010-74
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Saúde. Possível desvio de verba pública. Empresa " Squadro Engenharia". Instalação de máquinas no Instituto Butantan e no Hospital da Mulher.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
133 Procedimento: 1.34.009.000792/2010-89
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Relatórios concernentes a ações de controle promovidas pela Controladoria-Geral da União com a finalidade de avaliar a aplicação de recursos públicos federais, sob a responsabilidade de órgãos federais, estaduais, municipais ou de entidades legalmente habilitadas. Relatório de Fiscalização nº 01484. Supostas irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
134 Procedimento: 1.00.000.008552/2011-71
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Assunto: Possíveis irregularidades na construção da Refinaria Premiun, localizada no Município de Bacabeira/MA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
135 Procedimento: 1.00.000.008553/2011-16
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Flores/PE. Recursos oriundos do Ministério da Saúde.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
136 Procedimento: 1.00.000.008558/2011-49
Interessado: MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução de convênio firmado entre a União Federal e o Município de Serra de São Bento/RN. Responsabilidade do ex-prefeito municipal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
137 Procedimento: 1.12.000.000107/2011-42
Interessado: MARIA LUCIMAR DA SILVA LIMA e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Calçoene/AP. Programa Dinheiro Direto na Escola. Período 2001 a 2004. Ausência de prestação de contas.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
138 Procedimento: 1.14.000.001320/2011-05
Interessado: Adalberto Borges Souza Junior
Assunto: Possíveis irregularidades relacionadas ao conteúdo da prova aplicada durante o processo de avaliação de desempenho dos integrantes da carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
139 Procedimento: 1.15.000.000720/2011-58
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. Docente nomeado para o campus de Crateús/CE. Suposta remoção irregular para o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do campus de Fortaleza/CE. Vaga não disponibilizada por meio de processo seletivo para os demais docentes da instituição.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
140 Procedimento: 1.16.000.000075/2011-36
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Edital de Concorrência nº 02/2010 do Ministério do Turismo - Mtur. Supostas irregularidades na contratação de empresa organizadora de eventos para a realização do Salão do Turismo em 2011. Em tese, a empresa Alcântara Machado já teria assinado contrato com o MTur para atender o edital, antes de este ser publicado.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
141 Procedimento: 1.16.000.001893/2011-56
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Processo nº 23.034.001056/90. TC 028.824/2007-7. Possível irregularidade no processo de aposentadoria do ex-servidor do FNDE.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
142 Procedimento: 1.22.000.001149/2011-54
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta irregularidade na paralisação das nomeações de candidatos aprovandos em detrimento de servidores terceirizados em concurso realizado pela FUNAI.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
143 Procedimento: 1.23.000.000093/2011-83
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Acórdão nº 6231/2010 do TCU. TC 023.034/2009-3. Município de Cametá/PA. Convênio nº 1799/1999 objetivando a construção de sistema de abastecimento de água na Vila de Bom Jardim, período de 20/01 a 13/07/2000.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
144 Procedimento: 1.23.000.000141/2011-33
Interessado: CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIAO e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Cametá/PA. Programa de Atenção básica em saúde. Atendimento assistencial básico.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
145 Procedimento: 1.25.006.000573/2011-10
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Supostas irregularidades no emprego de recursos públicos federais no município de Santo Inácio/PR, conforme relatório de fiscalização nº 01645, elaborado pela Controladoria-Geral da União, no período de 17/05/2010 a 22/07/2010, em cumprimento ao 32º Sorteio Público do Projeto de Fiscalização de Unidades Municipais.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

146 Procedimento: 1.26.000.001110/2011-98
Interessado: Anônimo
Assunto: Possível irregularidade perpetrada pelo prefeito do município de Maceió/AL, consistente na contratação direta, nos anos de 2007 a 2009, e, sem realização de concurso público, de pessoas para exercer a função de procurador judicial junto àquele município.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
147 Procedimento: 1.26.000.001132/2011-58
Interessado: Sr. Arnaldo Augusto Batista Junior
Assunto: Supostas irregularidades no âmbito da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
148 Procedimento: 1.26.000.001453/2011-52
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades ocorridas na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco. Possível arquivamento sistemático dos processos e atrapalho aos direitos da recorrente.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
149 Procedimento: 1.26.005.000075/2011-40
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução de convênio firmado entre o Ministério dos Esportes e o Município de Tupanatinga/PE. Construção de quadra poliesportiva.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
150 Procedimento: 1.27.001.000023/2011-76
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no Município de Caridade do Piauí/PI.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
151 Procedimento: 1.27.001.000067/2011-04
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades apresentadas na prestação de contas dos recursos do ministério da saúde para construção de uma unidade de saúde, objeto do convênio nº 4525/2004.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
152 Procedimento: 1.28.000.000636/2011-86
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis atos ilícitos praticados pelo ex-diretor geral do IPEM/RN, dentre eles desvio de recursos dos cofres estaduais.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
153 Procedimento: 1.29.008.000241/2011-76
Interessado: Ministério Público Federal e outros
Assunto: Possíveis irregularidades nos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para aquisição de merenda escolar da agricultura familiar.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
154 Procedimento: 1.29.012.000030/2011-74
Interessado: FNDE e outros
Assunto: Acompanhamento de repasses de recursos federais do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
155 Procedimento: 1.32.000.000248/2011-72
Interessado: Mozarildo Cavalcante
Assunto: Possível esquema envolvendo cobrança de propina para liberação de faturas junto ao governo.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
156 Procedimento: 1.33.008.000315/2011-41
Interessado: Cleia Inês Gasperi
Assunto: Possíveis irregularidades referentes a possibilidade do governo estadual considerar os dias referente à greve dos professores da rede estadual de SC como faltas injustificadas e proceder ao "corte" de salário.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
157 Procedimento: 1.34.001.003821/2011-15
Interessado: Rodrigo Gabriel de Lima Freitas
Assunto: Possíveis irregularidades em face do aumento salarial do Prefeito de São Paulo.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
158 Procedimento: 1.34.008.000203/2011-53
Interessado: Anônimo
Assunto: Possível acúmulo ilegal de cargos públicos, jornada de trabalho impossível (241 hs semanais) e falsa atribuição de especialidade em relação à médica do DATASUS.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
159 Procedimento: 1.34.022.000037/2011-15
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Tribunal de Contas da União - TCU. Fiscalização centralizada nas obras de construção de unidades de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Unidade de atendimento no Município de Barra Bonita/SP. Supostas irregularidades.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
160 Procedimento: 1.35.000.000253/2011-73
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na redistribuição de professor lotado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IF/AC para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IF/SE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
161 Procedimento: 1.35.000.000349/2011-31
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possível ilegalidade nos contratos de locação de equipamentos de fiscalização de trânsito, firmados entre a prefeitura municipal de Aracaju/SE e as empresas Eliseu kopp & cia ltda. e a Splice indústria, comércio e serviços ltda. Recebimento pelas respectivas empresas de 80% do valor das multas cobradas, em detrimento ao que dispõe o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
162 Procedimento: 1.35.000.000864/2011-11
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades na execução de contratos firmados entre a Secretaria de Estado da Administração e a União Consultoria LTDA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
Deu-se por encerrada a sessão às 12:20 horas.
E, não havendo nada mais a ser decidido na presente Reunião, foi por mim, Roberto Campos Alcântara, Matrícula 13.940-8, _____, lavrada a presente Ata, que vai também assinada pelos presentes abaixo indicados.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Subprocurador-Geral da República
Membro-Titular

DENISE VINCI TÚLIO
Subprocuradora-Geral da República
Membro-Titular

VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADÁ NUNES
Procuradora Regional da República
Membro-Suplente

ATA DA 612ª REUNIÃO
REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2011

Aos 22 dias do mês de agosto de 2011, no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, reuniram-se os membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em sessão ordinária presidida pelo Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Presentes a Dra. Denise Vinci Tulio, membro titular e a Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes, membro suplente. O Presidente iniciou a sessão às 10:00 horas e trouxe a julgamento os procedimentos de sua relatoria. Em seguida foram votados os procedimentos da relatoria da Dra. Denise Vinci Tulio e da Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes.

Comunicados

1 Assunto : OF/PR/MT/5º OF/ Nº 3820/2011 - Pedido de reabertura de investigação mediante desarquivamento de autos para apuração de fatos novos - Procedimento Administrativo arquivado pela Procuradora da República Ana Carolina Oliveira Tannús Diniz com homologação pela 5ª CCR na 580ª reunião, de 15 de dezembro de 2010.
Ref: PA nº 1.20.000.000612/2004-20
Procurador oficiante: Douglas Santos Araújo
Deliberação : Deliberou a Câmara autorizar o desarquivamento dos autos nos termos do pedido.

2 Assunto : PA nº 1.18.000.002098/2010-20 - Reclamação contra o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª região. Lotação em cidade do interior de Goiás para servidor que passou em melhor colocação no concurso, sendo premiado os servidores que
passaram em pior colocação, tendo a lotação nesta capital. Retorno dos autos para expedição de recomendação, conforme deliberação da 5ª CCR na 601ª reunião, de 23 de maio de 2011. Recomendação expedida pelo Procurador da República Cláudio Drewes José de Siqueira, da PR-GO. Autos trazidos em mesa independente de inclusão em pauta.
Relator: Rodrigo Jantot Monteiro de Barros
Deliberação : Deliberou a Câmara pela homologação do arquivamento, nos termos da promoção.

Exame de Procedimentos

1 Procedimento: 08120.000602/94-39
Interessado: PRR/RJ e outros
Assunto: Possíveis irregularidades no armazenamento de medicamentos por parte da Central de Medicamentos no Rio de Janeiro, que se deterioraram nos armazéns da empresa Grumey S/A - Armazéns Gerais Guardatudo.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
2 Procedimento: 08114.000325/96-04
Interessado: PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA - MPF/PGR
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação dos recursos federais. Obras paralisadas e inacabadas. Estado da Paraíba/PB. TC-006.674/95-0.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
3 Procedimento: 08120.000643/97-69
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Ministério da Saúde - Recursos do SUS - Não aplicação, desvio, malversação - Cobrança executiva.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
4 Procedimento: 08122.400499/98-09
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Meio Ambiente. Construção da Barragem do Rio São Bento no Município de Siderópolis/SC. Promoção de arquivamento.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
5 Procedimento: 1.13.000.000160/2002-15
Interessado: MENABARRETO SEGADILHA FRANCA
Assunto: Possível descumprimento da lei 9.394/96 por parte da Universidade Federal do Amazonas.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
6 Procedimento: 1.30.012.000779/2002-18
Interessado: MPF/PR/RJ e outros
Assunto: Atuação de empresas registradas no Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP, gerido pelo Banco do Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo- BANDES.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
7 Procedimento: 1.01.000.000401/2003-28
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposta malversação de recursos federais repassados ao Município de Pé de Serra/BA por meio de convênio firmado com o Fundo Nacional de Saúde. Exercícios 2001 a 2004. Responsabilidade do ex-prefeito municipal. Verbas destinadas à ampliação e estruturação do Hospital Municipal Izadora Alencar.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
8 Procedimento: 1.14.000.000344/2003-29
Interessado: WALMIR MOTAS
Assunto: Supostas irregularidades no Hospital Dom Pedro de Alcântara, da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana/BA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
9 Procedimento: 1.14.000.000773/2003-04
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível desvio de recursos do FUNDEF no Município de Central/BA. Contratação irregular. Atraso no pagamento dos salários dos servidores.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10 Procedimento: 1.29.000.001220/2003-38
Interessado: Daniele Escobar e outros
Assunto: Eventual negligência do INCRA em proceder à fiscalização do cumprimento dos contratos celebrados com membros de comunidades assentadas no interior do Estado do RS. Distribuição: 7º Ofício Cível
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
11 Procedimento: 1.29.000.001387/2003-07
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) quanto à expedição de autorizações para extração de substâncias minerais.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 4a. Câmara de Coordenação e Revisão.
12 Procedimento: 1.30.012.000271/2003-92
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Previdência Social. Imóvel do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Gerência de Irajá/RJ. Supostas irregularidades na contratação de serviços de engenharia e obras no imóvel situado na rua Barão, nº207, praça seca.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
13 Procedimento: 1.13.000.001387/2004-40
Interessado: Sr. Valfredo de Sousa Costa Jr.
Assunto: Supostas irregularidades no âmbito da Manaus Energia, no que tange à realização de licitação na modalidade de concorrência pública para contratação de empresa para realização de medição e entrega de faturas.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
14 Procedimento: 1.20.000.000217/2004-11
Interessado: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA e outros
Assunto: Possíveis irregularidades quanto ao concurso público realizado pelo Conselho Regional de Medicina/MT. Edital de fevereiro de 2004.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
15 Procedimento: 1.20.000.000685/2004-88
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades nos convênios celebrados entre o DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrura de Tranportes e as prefeituras municipais de Barra do Garças, Alto Araguaia, Campo Verde, Primavera do Leste e São Pedro do CIPA no ano de 2003.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
16 Procedimento: 1.20.000.001166/2004-37
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostos desvios de verbas federais oriundas da FUNASA no Município de Porto Alegre do Norte/MT. Investimento no Sistema de Abastecimento de Água.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
17 Procedimento: 1.22.002.000001/2004-53
Interessado: Eder Cesar Silveira e outros
Assunto: Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro-FMTM. Hospital Escola de Uberaba/MG. Atendimento à pacientes particulares. Utilização indevida das instalações do hospital.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
18 Procedimento: 1.22.002.000318/2004-90
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Verificação do cumprimento do TAC MPF/UFTM/FUNEPU no que tange à não utilizaçao de recursos do sus na manutenção da unidade dedicada à clientela extra-SUS (clínica civil) e à isonomia de assistência entre a clientela sus e extra-SUS no que se refere à qualidade, abrangência e prazo dos serviços prestados, sendo admitidas apenas distinções relativas ao acesso a apartamento privativo provido de mobiliário não disponível em enfermaria e à possibilidade de seleção do médico assistente para a clientela extra-SUS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
19 Procedimento: 1.22.002.000458/2004-68
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Ministério da Saúde-MS. Relatório de Auditoria nº 44/2000. Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba-FUNEPU. Hospital Escola da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Supostas irregularidades administrativas.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
20 Procedimento: 1.28.000.000077/2004-85
Interessado: MUNICÍPIO DE NATAL/RN
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na revitalização de áreas urbanas de Natal, Rio Grande do Norte.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
21 Procedimento: 1.29.002.000001/2004-01
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Irregularidades apuradas em auditoria fiscal realizada pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, configuradoras do não atendimento dos requisitos legais para obtenção de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - pela Fundação Universidade de Caxias do Sul.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
22 Procedimento: 1.30.005.000058/2004-51
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades no âmbito da Concessionária Ponte Rio Niterói/RJ. Indícios de delitos tributários pelos representantes legais e irregularidades no contrato de Concessão.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
23 Procedimento: 1.34.012.000005/2004-00
Interessado: SINPESCATRAESP - SINDICATO DOS PESCADORES E TRABALHADORES ASSEMELHADOS DO EST.SP e outros
Assunto: Município de Santos/SP. Supostas irregularidades na percepção de benefício do seguro-desemprego por pessoas que não exerciam de fato a atividade pesqueira. Suposta infringência ao princípio da liberdade de associação. Sindicato dos Pescadores e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
24 Procedimento: 1.12.000.000589/2005-92
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos. Ações de controle promovidas pela Controladoria-Geral da União em municípios dessa unidade da federação, com a finalidade de fiscalizar a aplicação de recursos públicos federais. refere-se aos resultados gerenciais dos exames realizados sobre os 23 programas de governo executados na base municipal de Serra do Navio/AP. Supostas irregularidades na formalização e execução dos financiamentos. PNATE; PNAE; PETI; PRONAF, dentre outros.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
25 Procedimento: 1.14.000.000016/2005-94
Interessado: HELENA DE OLIVEIRA CESTARE
Assunto: Coelba - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia. Acidente com fio de alta tensão. Possível descumprimento do contrato de concessão com Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
26 Procedimento: 1.21.001.000079/2005-04
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Fátima do Sul/MS. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Transporte Escolar - PNTE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
27 Procedimento: 1.22.002.000334/2005-63
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Indícios de várias irregularidades administrativas ocorridas no Município de Muzambinho/MG, verificadas no Relatório de fiscalização nº 302 - Ministério da Saúde.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
28 Procedimento: 1.23.000.000944/2005-40
Interessado: Chapa Novos Rumos e outros
Assunto: Possível irregularidades no processo eleitoral do Conselho Regional de Medicina Veterinária nos Estados do Pará e Amapá.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
29 Procedimento: 1.26.003.000051/2005-62
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU e outros
Assunto: Possíveis irregularidades constatadas no Relatório de Fiscalização nº 497/2005 da Controladoria Geral da União, na aplicação de recursos públicos federais, sob a responsabilidade do Município de Serra Talhada/PE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
30 Procedimento: 1.29.000.001228/2005-66
Interessado: Potiguara Guarani do Brasil (representante do Sindicato) e outros
Assunto: Possíveis irregularidades praticadas pelo Conselho Regional dos Representantes Comerciais - CORE, quando da intervenção pelo Conselho Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE, quanto aos fatos cometidos no âmbito do Rio Grande do Sul. Suposta contratação de advogados e de empresas de auditagem sem licitação, atraso nas eleições do CORE/RS por atos do CONFERE, e falta de controle patrimonial.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
31 Procedimento: 1.00.000.002359/2006-60
Interessado: UBIRATAN AGUIAR NA PRESIDENCIA DA 2ª CÂMARA e outros
Assunto: Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Supostas irregularidades praticadas por servidores. Acórdão nº 229/2006/TCU/2ª Câmara. TC nº 005.288/2002-0.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
32 Procedimento: 1.01.004.000129/2006-99
Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e outros
Assunto: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Eventual descumprimento de ordem judicial emanadas dos autos do processo nº PTM-0457/1993 (R-19210.1991.01), pela Superintendência de Televisão e Rádio Educativa do Amazonas.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
33 Procedimento: 1.13.000.000689/2006-62
Interessado: FERNANDO WAGNER RANGEL
Assunto: Suposta irregularidade em concurso realizado pela UFAM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
34 Procedimento: 1.13.000.000728/2006-21
Interessado: Anônimo
Assunto: Suposto desvio de função no âmbito da Amazonas Energia S/A.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
35 Procedimento: 1.13.000.001113/2006-12
Interessado: João Melo Farias, Servidor da FUNAI/Manaus e outros
Assunto: Suposto desvio de materiais de construção destinados à sede da FUNAI no Município de Parintins/AM.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
36 Procedimento: 1.15.000.000331/2006-65
Interessado: Ministério da Integração Nacional-MI
Assunto: Ministério da Integração Nacional-MI. Fundo de Investimento do Nordeste-FINOR. Empresa Agroindustrial Quatro Bocas S/A. Supostas irregularidades na aplicação de recursos.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
37 Procedimento: 1.16.000.002802/2006-32
Interessado: PR/DF - GABPR12-RBPMN - DRA. RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO e outros
Assunto: Supostas irregularidades apontadas pela Caixa Econômica Federal no Relatório de Auditoria GEORE 142/02, no tocante à contratação das empresas Politec e DBA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
38 Procedimento: 1.18.000.004906/2006-15
Interessado: Anônimo
Assunto: Supostas irregularidades na composição do quadro de servidores do TRT/GO - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
39 Procedimento: 1.22.000.002184/2006-23
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na concessão de benefícios do Programa Bolsa Família no município de São Thomé das Letras/MG.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
40 Procedimento: 1.24.000.000335/2006-34
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregulariade na gestão de prefeito, no município de Pilões, envolvendo verbas federais, incluindo verbas destinadas ao programa Bolsa Família.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

41 Procedimento: 1.28.000.000788/2006-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos do Projeto Apoio a Habitação Popular, por intermédio do convênio nº 250491 celebrado entre o extinto Ministério da Ação Social e a Prefeitura do município de Parnamirim/RN.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
42 Procedimento: 1.30.012.000640/2006-90
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposto favorecimento a candidatos em concurso público da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
43 Procedimento: 1.34.001.000415/2006-33
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Cinemateca Brasileira. Notícia de irregularidades em processos de licitação.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
44 Procedimento: 1.34.001.006050/2006-51
Interessado: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros
Assunto: Seguridade Social. SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social. Filantropia. Supostas irregularidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
45 Procedimento: 1.34.001.006415/2006-47
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: "CPI das Ambulâncias" - Comissão Parlamentar de Inquérito. Possível improbidade administrativa por parte de Deputado.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à PR de origem para arquivamento físico dos autos tendo em vista ajuizamento de Ação Civil Pública. Enunciado nº 13 da 5ª CCR
46 Procedimento: 1.34.002.000084/2006-21
Interessado: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO e outros
Assunto: Relatório de fiscalização, realizado pela Controladoria-Geral da União no município de Alto Alegre (SP), apresentando indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais. Capitulação Penal: não declinada.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
47 Procedimento: 1.13.000.000195/2007-69
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto desvio de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
48 Procedimento: 1.14.004.000108/2007-04
Interessado: Promotoria de Justiça de Conceição do Coité
Assunto: Suposta falta de repasse ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social de contribuições previdenciárias descontadas pelo Município de Conceição do Coité/BA dos vencimentos de seus funcionários públicos municipais.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
49 Procedimento: 1.22.000.000425/2007-81
Interessado: Sra. Úrsula Paula Deroma
Assunto: Possíveis irregularidades no que se refere à qualidade do serviço público de servidores do DNMP.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
50 Procedimento: 1.26.000.001665/2007-53
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apurar notícia de irregularidades, no âmbito da Caixa Econômica Federal (Gerência Regional em Recife/PE), em licitações destinadas a contratações.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
51 Procedimento: 1.30.012.000405/2007-07
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração das responsabilidades de determinados servidores públicos no âmbito da Superintendência Regional do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
52 Procedimento: 1.30.012.000556/2007-57
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Supostas irregularidades praticadas pela administração da Universidade. Não enquadramento do requerente na função de professor pesquisador.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
53 Procedimento: 1.13.000.001012/2008-11
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Irregularidades observadas na aplicação de recursos repassados à Prefeitura Municipal de Autazes/AM, durante o exercício de 2000, por meio do Convênio 005/2000.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
54 Procedimento: 1.13.000.001821/2008-15
Interessado: ALEXANDRO SANTANA SOUZA
Assunto: Centro Nacional das Populações Tradicionais - CNPT/IBAMA/RR. Suposta irregularidade em prestação de contas relativas a "II Oficina de Associativismo e Gestão de Reserva Extrativista".
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
55 Procedimento: 1.14.001.000027/2008-15
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Apurar possíveis irregularidades relacionadas à aplicação de recursos federais do Ministério da Previdência Social no Município de Gandu/BA. Informação de óbitos não constantes na base de dados do Sistema de Óbitos - SISOBI.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
56 Procedimento: 1.14.003.000032/2008-08
Interessado: DERVAL BARBOSA DE ARRUDA
Assunto: Controladoria-Geral da União. Relatório de fiscalização nº 540/2005. Município de Coribe/BA. Possíveis irregularidades na aplicação de verba federal repassada pelo Ministério da Saúde.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
57 Procedimento: 1.14.010.000162/2008-43
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades no convênio nº 55211/98 celebrado entre FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Prefeitura de Porto Seguro/BA na gestão do ex-prefeito, no exercício de 1998.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
58 Procedimento: 1.15.003.000030/2008-73
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Apuração da regularidade do Convênio nº 2020/2006 celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde FUNASA e o Município de Uruoca/CE, com o escopo de implementar melhorias sanitárias naquela edilidade.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
59 Procedimento: 1.16.000.001332/2008-51
Interessado: MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
Assunto: Supostos indícios de improbidade administrativa. Convênios entre o Ministério do Turismo e a Abrasel - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes. Reportagem publicada no jornal folha de São Paulo acerca de convênios julgados irregulares pelo Tribunal de Contas da União.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
60 Procedimento: 1.20.000.000754/2008-87
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Estado do Mato Grosso. Recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
61 Procedimento: 1.20.000.000884/2008-10
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração da existência de servidores de outras carreiras exercendo função de confiança no Ministério Público do Trabalho no estado do Mato Grosso.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
62 Procedimento: 1.20.000.001147/2008-34
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades do Banco do Brasil no acompanhamento e controle interno de financiamentos concedidos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamentos do Centro Oeste.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
63 Procedimento: 1.21.001.000039/2008-05
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível ocorrência de atribuição de nomes de pessoas vivas à projetos de assentamentos rurais do INCRA/MS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
64 Procedimento: 1.22.000.003243/2008-42
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Convênio nº 2.031/2000 (SIAFI 407479). Máfia dos Sanguessugas. Supostas irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
65 Procedimento: 1.23.000.000614/2008-05
Interessado: Sr. Silvério Rodrigues Pureza
Assunto: Notícias de irregularidades atribuídas à Prefeitura Municipal de Curralinho/PA referentes à aplicação de recursos destinados à saúde.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
66 Procedimento: 1.24.001.000305/2008-80
Interessado: Sr. Amauri Fragoso de Medeiros
Assunto: Supostas irregularidades relacionadas ao processo de consulta à comunidade universitária com vista à formação de listas tríplices para escolha do novo Reitor e do Vice-Reitor da UFCG - Universidade Federal de Campina Grande.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
67 Procedimento: 1.25.002.000023/2008-35
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e outros
Assunto: Apuração da contratação irregular de pessoas, por indicação política, para exercer trabalho temporário no Presídio Federal instalado na cidade de Catanduvas/PR, por intermédio da empresa privada NACIONAL. Convertido em Inquérito Civil Público pelo PORTARIA N.º 41/2008, DE 06/06/08.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à Proc. Federal dos Direitos do Cidadão.
68 Procedimento: 1.25.005.000324/2008-39
Interessado: Ministério da Saúde-MS - MS e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Primeiro de Maio/PR. Ações referentes ao Ministério da Saúde.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
69 Procedimento: 1.25.005.000499/2008-46
Interessado: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais oriundas do Ministério do Desenvolvimento Social no Município de Primeiro de Maio/PR.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
70 Procedimento: 1.25.013.000054/2008-67
Interessado: Ministério da Saúde
Assunto: Ocorrência, em tese, de irregularidades na execução de convênios firmados entre a União e o Município de Bandeirantes/PR (Ministério da Saúde - Programa Vigilância Epidemológica e Ambiental em Saúde - utilização de profissionais com contrato de trabalho expirado).
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
71 Procedimento: 1.25.013.000056/2008-56
Interessado: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Assunto: Supostas irregularidades na execução de convênios firmados entre a União e o Município de Bandeirantes/PR (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Programa Proteção Social Especial - Recursos mantidos em conta corrente sem aplicação financeira).
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
72 Procedimento: 1.26.000.002886/2008-20
Interessado: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRT 5ª REGIÃO e outros
Assunto: Possível prática de ato de improbidade administrativa, por parte do gestor do Município de Itaquitinga/PE, que não teria efetivado o adimplemento de precatório em favor da Ordem dos Músicos do Brasil - Conselho Regional de Pernambuco, objeto da execução fiscal nº 95.945-5, que tramitou na 2ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

73 Procedimento: 1.27.000.000690/2008-63
Interessado: LILIAN RIBEIRO MACEDO MOURA
Assunto: Apuração de supostas irregularidades no CRAS - Centro de Referência da Assistência Social na cidade de São Braz do Piauí, Piauí.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
74 Procedimento: 1.28.000.000785/2008-40
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Município de Lagoa Salgada/RN. Entrega de mandato municipal em 2009. Fiscalização das prestações de contas com o Governo Federal com vencimento em 2008 e do controle da documentação para as prestações após essa data.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
75 Procedimento: 1.29.005.000073/2008-43
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Verificar o cumprimento da lei 9452/97 pelo Município de Camaquã/RS.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
76 Procedimento: 1.29.018.000071/2008-13
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU e outros
Assunto: Possível existência de irregularidades em programas relativos às áreas de agricultura, pecuária, abastecimento, educação, previdência social, trabalho e comunicações no Município de Benjamin Constant do Sul/RS.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
77 Procedimento: 1.30.012.000434/2008-41
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Caixa Econômica Federal (CEF). Supostas irregularidades referentes a impugnação de saque em conta vinculada do FGTS.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
78 Procedimento: 1.30.017.000225/2008-58
Interessado: FNDE e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE no Município de Mesquita/RJ. Convênio firmando para realização de Programa Especial.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
79 Procedimento: 1.34.001.005200/2008-71
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Tribunal de Contas da União. Tomada de Contas Especial. Casa de Produção Filme e Vídeo. Não conclusão do projeto "Tesouros Americanos - O Ouro". Supostas irregularidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
80 Procedimento: 1.34.001.005907/2008-87
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Tribunal de Contas Especial. Tomada de Contas Especial. Casa de Produção Filme e Vídeo. Não conclusão do Projeto "Quem são os Descobridores?".
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
81 Procedimento: 1.34.001.007307/2008-53
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Tribunal de Contas da União. Tomada de Contas Especial. Casa de Produção Filme e Vídeo. Não conclusão do Projeto "Glorinha Leme". Supostas irregularidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
82 Procedimento: 1.34.014.000233/2008-85
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Supostas irregularidades no convênio celebrado entre a prefeitura de São Sebastião/SP e a Unifesp/SPDM.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição
83 Procedimento: 1.36.000.000703/2008-95
Interessado: Anônimo
Assunto: Possível descumprimento do Governo do Estado do Tocantins, de decisão do Supremo Tribunal Federal.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo relator.
84 Procedimento: 1.13.000.002277/2009-18
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades na conservação dos veículos adquiridos pela Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, quando da utilização dos recursos federais recebidos via Programa Nacional e Apoio ao Transporte Escolar - PNATE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo relator.
85 Procedimento: 1.14.004.000176/2009-27
Interessado: Ministério Público Federal e outros
Assunto: Suposta prática de irregularidades cometidas no município de Itaberaba/BA, na aplicação de recursos do FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, no exercício 2008, mediante o pagamento a menor dos salários dos professores da rede municipal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
86 Procedimento: 1.15.000.000353/2009-78
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades no âmbito da Federação Cearense de Basketball (FCB). Inadimplência. Contribuições previdenciárias.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
87 Procedimento: 1.15.000.000765/2009-16
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Relatório de fiscalização da Controladoria-Geral da União - CGU no Município de Frecheirinha/CE. Solicitação para retirada do nome do assessor jurídico da municipalidade, do rol de potenciais responsáveis pelo mal uso de recursos federais.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
88 Procedimento: 1.16.000.000392/2009-38
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta irregularidade no custeio de assistência jurídica pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em favor de seu empregado.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
89 Procedimento: 1.16.000.001178/2009-07
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Suposta inobservância das regras vinculantes do Manual de Pessoal - MANPES. Preenchimento de funções e cargos que integram a estrutura organizacional da ECT.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
90 Procedimento: 1.17.001.000069/2009-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível prática de atos de improbidade administrativa, consistentes na destinação indevida de valores, oriundos de prestações pecuniárias, às instituições Centro Budista Tibetano Thupten Dekyl Hoebar e Chagdud Gonpa Brasil.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
91 Procedimento: 1.19.000.000596/2009-67
Interessado: Tribunal de Contas do Estado/MA
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na prestação de contas da Prefeitura de Peritoró, Maranhão, referentes à aplicação de recursos destinados à educação.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
92 Procedimento: 1.19.000.000955/2009-86
Interessado: Colegiado Escolar da Unidade Integrada Professora Maria Pinho
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos repassados à Unidade Integrada Professora Maria Pinho, situada no bairro Cohatrac, em São Luís/MA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
93 Procedimento: 1.24.000.001397/2009-14
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Tribunal de Contas da União. Tomada de Contas Especial TC 019.814/2005-5. Município de Natuba/PB. Irregularidades na execução do Convênio nº 3.182/95. Excesso de custos na restauração de escolas públicas do retrocitado Município.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, com remessa dos autos à 2ª CCR.
94 Procedimento: 1.26.000.001277/2009-34
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto descumprimento de decisão judicial por parte da União Federal no Estado de Pernambuco. Processo nº 95.0017019-1. 2º Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
95 Procedimento: 1.26.000.003267/2009-33
Interessado: Associação dos Servidores do Sistema Penitenciário de Pernambuco
Assunto: Notícia de descumprimento, por parte do Governo do Estado de Pernambuco, das metas estabelecidas para com o DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional, previstas no Plano Diretor, tais como as relacionadas a plano de cargo e carreira, concurso público, Estatuto do Sistema Penitenciário para os servidores envolvidos, entre outras, que se configurariam, em tese, como óbices às transferências de recursos públicos federais ao Estado.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
96 Procedimento: 1.26.001.000107/2009-22
Interessado: Controladoria Geral da União - CGU
Assunto: Município de Santa Cruz/PE, relativa à 27º Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos da CGU, do ano de 2007, cujo objeto é o de supervisionar a aplicação de recursos federais provenientes do Ministério do Esporte.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
97 Procedimento: 1.26.002.000076/2009-08
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
98 Procedimento: 1.29.002.000274/2009-51
Interessado: Ministério das Comunicações e outros
Assunto: Possíveis irregularidades quanto à utilização de canal de rádio concedido ao Município de Bom Jesus/RS.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
99 Procedimento: 1.30.012.000517/2009-11
Interessado: Anônimo e outros
Assunto: Supostas irregularidades cometidas pela Superintendência de Navegação Marítima e de Apoio no Rio de Janeiro, órgão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, na outorga de autorização concedida à empresa de navegação Mercosul Line Navegação e Logística Ltda.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
100 Procedimento: 1.33.002.000193/2009-29
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sorteios públicos. Relatório de fiscalização nº 732. Irregularidade. Recursos públicos. Município de Serra Alta.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
101 Procedimento: 1.33.010.000051/2009-62
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Ponte Serrada/SC.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
102 Procedimento: 1.35.000.001713/2009-66
Interessado: DENÚNCIA ANÔNIMA.
Assunto: Possível irregularidade em prorrogação do mandato do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
103 Procedimento: 1.10.000.000121/2010-30
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na área administrativa pela UFAC - Universidade Federal do Acre. Processo nº 13840-84.2010.4.01.3000.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
104 Procedimento: 1.14.001.000064/2010-30
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Apura falhas no acompanhamento e gerenciamento do contrato com consequente atraso no cronograma de execução do Plano Local de Habitação de Interesse Social. Ministério das Cidades. Relatório de Fiscalização CGU nº 01375/2009. Município de Presidente Tancredo Neves/BA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

105 Procedimento: 1.14.004.000151/2010-67
Interessado: RAILDA SOUZA ARGOLO DE ANDRADE
Assunto: Suposta não recebimento de salário pelos professores da Rede Municipal do Municipio de Elisio Medrado - BA - Ano 2009.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
106 Procedimento: 1.14.010.000123/2010-61
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Acórdão nº 2480/2009 - TCU. Processo TC nº 007.891/2004-3, que julgou irregulares na aplicação dos recursos repassados pelo FNS ao Município de Itamaraju/BA por força do Convênio CRT nº 28.003/1998.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
107 Procedimento: 1.15.000.003301/2010-97
Interessado: Marília Cunha de Alencar e outros
Assunto: Suposto exercício irregular de atividade remunerada, concomitante com serviço extraordinário prestado ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Recebimento indevido de verbas públicas.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
108 Procedimento: 1.15.002.000230/2010-51
Interessado:
Assunto: Acórdão nº 7540/2009. Supostas irregularidades na prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação/ FUDEB de Milagres/CE, exercício financeiro de 2007. Município de Milagres/CE.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
109 Procedimento: 1.15.003.000130/2010-14
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU e outros
Assunto: Acórdão TCU - 639/2002 - Primeira Câmara. Tomada de Contas Especial instaurada em face da não aprovação da prestação de contas do convênio nº 261/87 pelo ex-Prefeito de Morrinhos/CE, firmado com o extinto Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação - Programa Nacional de Irrigação - PRONI.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
110 Procedimento: 1.16.000.002085/2010-25
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades na compra por ordem judicial de remédio de alto custo. Elaprase (idursulfase). Compra realizada pelo Ministério da Saúde. Ausência do desconto do coeficiente de adequação dos preços. Possível inobservância de regras sobre medicamentos.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
111 Procedimento: 1.16.000.002487/2010-20
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Concurso público. Ministério do Meio Ambiente. Processo seletivo simplificado. Contratação por tempo determinado. Técnicos de nível superior. Edital n.º 1/MMA/PS, de 15 de outubro de 2008. Cespe/UNB. Indícios de descumprimento das regras do edital. Suposta contratação de candidato sem as qualificações exigidas para a investidura no cargo.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
112 Procedimento: 1.17.000.000814/2010-71
Interessado: DANIEL SILVA BALABAN e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE no Município de Anchieta/ES.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
113 Procedimento: 1.17.000.000851/2010-80
Interessado: FNDE e outros
Assunto: Apuração da regularidade no repasse e aplicação dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Educação - FNDE, anos 2009 e 2010, no município de Santa Teresa/ES, referente aos programas educacionais deste Fundo.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
114 Procedimento: 1.17.000.001559/2010-84
Interessado: SINDPRES e outros
Assunto: Apurar suposta invasão da representatividade sindical do Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado do Espírito Santo - SINDPRES pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empreiteiras e Subempreiteiras, Fundação, Armação de Ferragens, Torres e Andaimes, Tubulação e seus similares - SINDTTER.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
115 Procedimento: 1.18.000.000907/2010-69
Interessado: ANONIMO e outros
Assunto: Suposta irregularidade envolvendo a Companhia Elétrica de Goiás - CELG, consistente na terceirização de serviços de imobilização de obras do Programa de eletrificação rural denominado "Luz para Todos".
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
116 Procedimento: 1.18.000.002098/2010-20
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Reclamação contra o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª região. Lotação em cidade do interior de Goiás para servidor que passou em melhor colocação no concurso, sendo premiado os servidores que passaram em pior colocação, tendo a lotação nesta capital. Retorno dos autos para expedição de recomendação, conforme deliberação da 5ª CCR na 601ª reunião, de 23 de maio de 2011. Recomendação expedida pelo Procurador da República Cláudio Drewes José de Siqueira, da PR-GO. Autos trazidos em mesa independente de inclusão em pauta.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. , nos termos da promoção.
117 Procedimento: 1.19.000.000666/2010-11
Interessado: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Assunto: Suposta irregularidade na aplicação de recursos do FUNDEB, nos municípios de Governador Eugênio de Barros, Carolina e São João do Sóter/MA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
118 Procedimento: 1.19.000.000855/2010-93
Interessado: Anônimo
Assunto: Supostas irregularidades no âmbito da Guarda Municipal de São Luís/MA, tais como desvio de verbas públicas, funcionário fantasma e nepotismo.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
119 Procedimento: 1.22.000.003283/2010-17
Interessado: Sr. Wanderson Velasco de Abreu
Assunto: Possível irregularidade com relação ao concurso público para provimento de vagas de analista do seguro social - edital nº 01/2008.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
120 Procedimento: 1.22.000.003606/2010-64
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na formação e atuação do SINIPRF. Utilização de bens públicos e recebimento de contribuições de empresas privadas.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
121 Procedimento: 1.22.002.000139/2010-09
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Apuração da irregularidade do emprego de recursos transferidos ao Hospital Hélio Angotti, por meio de convênio firmado com o Ministério da Saúde.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
122 Procedimento: 1.23.000.001318/2010-38
Interessado: Ministério da Saúde-MS - MS
Assunto: Cópia dos Relatórios da Auditoria Nº 8071, realizada junto à Prefeitura/Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente do Pará, para verificar aplicação de recursos próprios em ações e serviços públicos de saúde pelo Prefeito do Município de Belém, nos exercícios de 2006 e 2007.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
123 Procedimento: 1.23.000.001606/2010-92
Interessado: TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Assunto: Tribunal de Contas da União - TCU. Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - DELIQ/MPOG em face de irregularidades verificadas na execução do Convênio n° 33/98, celebrado entre a extinta Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEPRE, do MPOG e o Município de Concórdia do Pará/PA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
124 Procedimento: 1.23.000.001775/2010-22
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Cachoeira do Piriá/PA. Supostas irregularidades no funcionamento do Conselho Municipal de Saúde. Auditoria realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - SUS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
125 Procedimento: 1.24.000.000574/2010-71
Interessado: Sr. Edson Cordeiro Carvalho e outros
Assunto: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU. Suposto descaso da Superintendência da CBTU com a oficina mecânica na Paraíba.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
126 Procedimento: 1.24.000.000658/2010-12
Interessado: TCU-PB - SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU NA PARAÍBA e outros
Assunto: Tribunal de Contas da União. Processo TC 475.100/1995-6. Supostas irregularidades na Tomada de Contas do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Exercício 1994. Concessão indevida de diárias e passagens áreas.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
127 Procedimento: 1.25.005.001306/2010-99
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta irregularidade na contratação de agente de endemias pelo Município de Cornélio Procópio, para as providências que entender cabíveis.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
128 Procedimento: 1.26.000.000272/2010-28
Interessado: Associação Brasileira de Empresas Prestadoras de Serviços Postais de Pernambuco e outros
Assunto: Supostas irregularidades, no âmbito dos Correios, no lançamento de editais de licitação para contratação de empresas franqueadas, nos moldes estabelecidos pela Portaria nº 400, editada pela Subsecretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
129 Procedimento: 1.26.000.000696/2010-92
Interessado: Justino Bezerra e outros
Assunto: Caixa Econômica Federal - CEF. Lançamento irregular de edital para realização de concurso público. Concurso anterior (2008) em vigência.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
130 Procedimento: 1.26.000.001185/2010-98
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades nas medidas administrativas adotadas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco com relação aos critérios de seleção utilizados nos concursos para admissão de professores universitários, com possíveis distorções na pontuação da prova de títulos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
131 Procedimento: 1.26.000.001310/2010-60
Interessado: Sr. Antônio Miguel da Silva
Assunto: Possível irregularidade na execução dos Convênios nºs 703795/2009 e 717790/2009, celebrados pelo Ministério do Turismo com a Comissão de Turismo Integrado do Nordeste - CTI/NE e Centro de Profissionais e Geração de Emprego - CEPROGE, respectivamente, para a realização das festividades de São João e Natal de 2009, no Município de Nazaré da Mata/PE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
132 Procedimento: 1.26.000.002322/2010-10
Interessado: ANA PAULA GOMES DA SILVA
Assunto: Possíveis irregularidades no âmbito do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, tendo em vista que os funcionários do Instituto do Desenvolvimento Social - IDS lotados no mencionado hospital, estão quase 2 (dois) meses sem receberem os seus salários.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
133 Procedimento: 1.26.000.002666/2010-11
Interessado: JOÃO GILBERTO DOS SANTOS
Assunto: Possíveis irregularidades no âmbito do PROMINP - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, no que se refere a falta de clareza do edital do último concurso público em relação ao horário para a realização das provas, tendo em vista que a representante afirma ter chegado no local das provas com antecedência, e que mesmo assim, não teria sido permitida a sua entrada.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
134 Procedimento: 1.26.000.002744/2010-87
Interessado: MIRTES RAQUEL DE OLIVEIRA
Assunto: Suposta não disponibilização dos espelhos das provas de redação para a realização dos recursos pelos candidatos, bem como da obrigatoriedade da realização da etapa dos testes físicos na cidade de Campinas/SP.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

135 Procedimento: 1.26.002.000084/2010-80
Interessado: TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na prestação de contas do ex-prefeito do Município de Brejo da Madre de Deus/PE. Acórdão nº 4859/2010 da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, com remessa dos autos à 2ªCCR.
136 Procedimento: 1.26.003.000006/2010-75
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos transferidos pelo Ministério da Saúde ao Município de Iguaracy/PE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
137 Procedimento: 1.27.000.000831/2010-62
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto atraso na construção e entrega dos imóveis referentes ao Programa Habitacional. Projeto de Assentamento Caeiras. Zona rural do Município de Nazária/PI. Recursos oriundos do INCRA/PI.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
138 Procedimento: 1.28.000.000506/2010-62
Interessado:
Assunto: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. Possíveis irregularidades na contratação de arqueólogo para o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
139 Procedimento: 1.28.000.001772/2010-11
Interessado: Anônimo
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais destinadas à execução do programa Restaurante Popular, no âmbito do MEIOS - Movimento de Orientação e Integração Social.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
140 Procedimento: 1.28.200.000139/2010-41
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades no pagamento, mediante processo de empenho nº 2243/2008, realizado pela Prefeitura Municipal de São Rafael/RN à empresa Cunha Construções Ltda., com recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 2640 0198471-62/2006, firmado entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura referida.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
141 Procedimento: 1.29.000.001653/2010-12
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Caixa Econômica Federal - CEF. Suposta fraude perpetrada por empregada da CEF. Recebimento indevido de benefício que deveria servir para custear despesas educacionais com faculdade.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
142 Procedimento: 1.29.017.000044/2010-67
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível irregularidade, por parte de médico perito, no cumprimento de jornada de trabalho no INSS de Canoas/RS.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
143 Procedimento: 1.29.017.000244/2010-10
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Acompanhamento do repasse de recursos do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação referente a programas educacionais para municípios da área de abrangência da Procuradoria da República no Município de Canoas/RS.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
144 Procedimento: 1.30.005.000009/2010-66
Interessado: MARCELO VIEIRA SALES E OUTROS
Assunto: Convênio para estágio a estudantes de graduação. Cobrança de taxa mensal pela UFF- Universidade Federal Fluminense. Supostas irregularidades.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à 1º Câmara de Coordenação e Revisão para análise da promoção de arquivamento.
145 Procedimento: 1.30.012.000581/2010-36
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Sindicâncias. Procedimentos Administrativos Disciplinares. Suposta ocultação ou cientificação tardia ao Ministério Público Federal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
146 Procedimento: 1.30.012.000684/2010-04
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na compra de títulos da empresa Friboi JBS pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 3º Câmara de Coordenação e Revisão.
147 Procedimento: 1.32.000.000022/2010-91
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Verificação acerca da regularidade nas concessões de uso firmadas pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) para o Aeroporto de Boa Vista.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
148 Procedimento: 1.32.000.000616/2010-00
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível acúmulo ilegal de cargos públicos por 21 (vinte e um) servidores públicos federais oriundos do Ex-Território Federal de Roraima.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
149 Procedimento: 1.33.000.003040/2010-97
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades no concurso público para provimento de cargos vagos de professor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Favorecimento a candidato sobrinho do chefe da Procuradoria da UFSC.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
150 Procedimento: 1.33.001.000533/2010-65
Interessado: Ministério Público do Trabalho - MPT
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades relativas à contratação de empregados para a prestação de serviços públicos no município de Gaspar/SC.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
151 Procedimento: 1.33.003.000292/2010-34
Interessado: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Assunto: Verificação do cumprimento dos trâmites legais referentes à cessação do benefício por Invalidez Previdenciária.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
152 Procedimento: 1.33.012.000131/2010-31
Interessado: Sr. Ari Miranda
Assunto: Apuração de denúncia de possível mau atendimento realizado por médico perito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
153 Procedimento: 1.34.001.003004/2010-86
Interessado: LLOYD JOSE VIDOTTI
Assunto: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Suposta irregularidade no informe de rendimentos de aposentados. Possível omissão da Receita Federal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
154 Procedimento: 1.34.001.003941/2010-31
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Polícia Federal. Inquérito Penal nº 3531/2009-1. Sindicância 27/2008. Supostas irregularidades.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
155 Procedimento: 1.34.001.008591/2010-08
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Departamento Nacional de Produção Mineral. Suposta irregularidade em diversos processos mineratórios.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
156 Procedimento: 1.34.009.000873/2010-89
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades no uso de recursos públicos federais através de convênios com o Ministério da Cultura, por parte da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente/SP.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
157 Procedimento: 1.34.010.000508/2010-35
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na aplicação de verbas, pelo Poder Executivo Municipal de Santo Antônio da Alegria/SP, de recursos recebidos do Ministério das Comunicações.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
158 Procedimento: 1.34.015.000657/2010-54
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possível prática de improbidade administrativa ocorrida no município de Poloni/SP.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
159 Procedimento: 1.35.000.001967/2010-18
Interessado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Assunto: Suposta irregularidade praticada por empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
160 Procedimento: 1.35.000.002035/2010-92
Interessado: TRE/SE - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - SERGIPE e outros
Assunto: Supostas irregularidades identificadas na tomada de contas simplificada (Processo nº 6.395/2002-4) do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe, referente ao exercício 2001.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
161 Procedimento: 1.00.000.008543/2011-81
Interessado: MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL e outros
Assunto: supostas irregularidades na prestação de contas do ex-prefeito municipal de Caiçara do Norte/RN. recursos oriundos de convênio firmado com a Fundação Nacional de Saúde.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
162 Procedimento: 1.00.000.009749/2011-28
Interessado: TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades em convênio firmado entre o Município de Campo Redondo/RN e o Ministério da Integração Nacional.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
163 Procedimento: 1.10.000.000151/2011-27
Interessado: Sr. Erick S. de Oliveira
Assunto: Supostas irregularidades no repasse da verba destinada ao vencimento dos agentes comunitários de saúde de Rio Branco/AC.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
164 Procedimento: 1.12.000.000192/2011-49
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Servidor público. Contratação irregular de servidores. Não aproveitamento de motoristas pertencentes ao quadro de servidores efetivos do INCRA/AP.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
165 Procedimento: 1.13.000.000775/2011-32
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais relativos à construção de aterro sanitário e da estrada de Ozias Monteiro.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
166 Procedimento: 1.14.000.000708/2011-81
Interessado: Marcos Vinícius Teles da Silva
Assunto: Apuração de suposto cerceamento do direito de interpor recurso em concurso público realizado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
167 Procedimento: 1.14.000.000730/2011-21
Interessado: Delegacia da Receita Federal do Brasil
Assunto: Apuração da prática de atos de improbidade administrativa cometidos por servidores da Receita Federal do Brasil.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
168 Procedimento: 1.14.001.000024/2011-79
Interessado: DANILO PINHEIRO DIAS e outros
Assunto: Supostas irregularidades relacionadas ao FUNDEB nos Municípios de Araci, Baixa Grande, Barro Alto, Cachoeira, Canápolis, Gandu, Guaratinga, Itororó, Jucuruçú, Lajedo do Tabocal e Pintadas/BA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

169 Procedimento: 1.14.002.000043/2011-95
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades na licitação e gestão de contratos, por parte da atual gestão do Município de Ponto Novo/BA, envolvendo as empresas SERVLIMPO, responsável pelo serviço de limpeza da cidade.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
170 Procedimento: 1.14.002.000067/2011-44
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: "Máfia das Sanguessugas". Supostas irregularidades na execução de convênio firmado entre o Município de Monte Santo/BA e o Ministério da Saúde. Relatório de auditoria do Sistema Único de Saúde.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
171 Procedimento: 1.15.000.000422/2011-68
Interessado: Tribunal Regional do Trabalho do Ceará
Assunto: Notícia veiculada no site do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará intitulada: "TRT/CE leiloa bens penhorados para garantir pagamento de créditos a trabalhadores."
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
172 Procedimento: 1.15.000.000718/2011-89
Interessado: Roberto Carlos Magalhães de Sousa
Assunto: Possíveis irregularidades na distribuição de quiosques da praça do projeto de reurbanização da Barra do Ceará, Projeto Vila do Mar.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
173 Procedimento: 1.15.000.000804/2011-91
Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Assunto: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Processo Administrativo Disciplinar nº 23045.011684/2010-34. Fraudes na emissão de dilploma do curso superior de Licenciatura em Matemática e de certificado de conclusão do curso de ensino médio.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
174 Procedimento: 1.15.000.001092/2011-28
Interessado: Prefeitura Municipal de Pindoretama/CE
Assunto: Possível venda irregular de imóvel do Programa de Subsídio Habitacional. no Município de Pindoretama/CE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
175 Procedimento: 1.15.002.000048/2011-81
Interessado:
Assunto: Possíveis irregularidades na execução de convênio pelo ex - prefeito municipal de Juazeiro do Norte/CE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
176 Procedimento: 1.16.000.000138/2011-54
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Ministério da Saúde. Suposta irregularidade na Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde. Ocupantes de cargos em comissão que não são de direção, chefia e assessoramento estariam, em tese, realizando serviços exclusivos da competência dos Advogados da União.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
177 Procedimento: 1.16.000.000474/2011-05
Interessado: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
Assunto: Supostas irregularidades no contrato de concessão nº 02.2005.002.0035, firmado com INFRAERO, para utilização de área de escritório administrativo no aeroporto internacional de Brasília. Suposta ausência ilegal de licitação.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
178 Procedimento: 1.16.000.000955/2011-11
Interessado: Sr. Luís Felipe de Castro Pardin Leal Silva
Assunto: Possível alegação falsa de coronel e de brigadeiro da Aeronáutica, de que oficial de reserva teria extraviado documento. Indícios de despesa não autorizada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias/2010.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
179 Procedimento: 1.16.000.000959/2011-91
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta omissão na divulgação de informações em e-mail institucional por parte do Corregedor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Chefe da Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
180 Procedimento: 1.16.000.001693/2011-01
Interessado: Sr. Geraldo Seabra
Assunto: Apuração de possível irregularidade na locação de vagas de garagem dos apartamentos funcionais de propriedade da União Federal.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
181 Procedimento: 1.16.000.002055/2011-08
Interessado: Anônimo
Assunto: Supostas irregularidades quanto a contratação de funcionários fantasmas pela Câmara dos Deputados. Referência à Sra. Silviane Cristine das Dores, que supostamente estaria enquadrada em tal situação.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
182 Procedimento: 1.16.000.002057/2011-99
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades praticadas no Hospital Universitário de Brasília - HUB no que tange à aquisição de mercadorias.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
183 Procedimento: 1.16.000.002244/2011-72
Interessado: Anônimo
Assunto: Suposto enriquecimento ilícito dos mandatários do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de Valparaíso de Goiás/GO. Possíveis irregularidades em transações realizadas pela fiscalização tributária do referido município no que tange à cobrança e à arrecadação de impostos. Suspeita de cobrança de propina para aprovação de projetos imobiliários na cidade.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
184 Procedimento: 1.16.000.002692/2011-76
Interessado: Sigiloso
Assunto: Possíveis irregularidades no cumprimento de jornadas de trabalho no Hospital Regional do Jardim Ingá - Luziânia/GO.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
185 Procedimento: 1.18.000.000071/2011-83
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
186 Procedimento: 1.20.000.000122/2011-19
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades no âmbito da FUNASA/MT. Exercício de funções desnecessárias por parte de servidora da fundação pública.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
187 Procedimento: 1.20.000.000547/2011-28
Interessado: Thiago Correa Ferri
Assunto: Suposto nepotismo no Fórum da Comarca de Cuiabá/MT.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
188 Procedimento: 1.20.000.000604/2011-79
Interessado: Ludio Frank Mendes Cabral
Assunto: Possível descarte de toneladas de medicamentos pelo Secretário de Saúde e o Governador do Município de Cuiabá/MT, enquanto usuários do SUS sofrem com a falta de medicamentos.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
189 Procedimento: 1.20.000.000740/2011-69
Interessado: Anônimo
Assunto: Possível furto de merenda escolar no município de Várzea Grande/MT.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
190 Procedimento: 1.20.000.000902/2011-69
Interessado: Loraci Verdi Lamb
Assunto: Possível desvio de massa asfáltica em operação "tapa buraco" executado no bairro Santa Rosa, que se localiza no município de Cuiabá/MT.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
191 Procedimento: 1.22.012.000007/2011-31
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Concurso público. Possíveis irregularidades no concurso público para Mestrado de Ciências e Saúde realizado pela Universidade Federal de São João Del Rei - Campus Dona Lindu.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
192 Procedimento: 1.26.000.000235/2011-09
Interessado: TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Assunto: Cópia do Acórdão nº 7190/2010. TC 007.706/2009-8. Coordenação de Contabilidade do Fundo Nacional de Saúde - FNS. Supostas irregularidades na aplicação dos recursos do SUS repassados ao Município de Aliança.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
193 Procedimento: 1.26.000.000540/2011-92
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades, no âmbito do Município de João Alfredo/PE, quanto à aplicação de recursos públicos federais, repassados pelo Ministério da Agricultura, então destinados à execução da 2ª etapa da Feira do Gado, cujas obras estariam inacabadas. (Convênio nº 611827).
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
194 Procedimento: 1.27.000.000407/2011-07
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Parnaíba/PI. Suposta falta de acesso da chapa concorrente aos documentos necessários à eleição para composição dos sindicato. Alteração do estatuto visando beneficiar o Presidente atual.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
195 Procedimento: 1.27.000.000416/2011-90
Interessado: JOSEF DAUBMEIER
Assunto: Logradouros públicos. Danos ao passeio público da Avenida São Sebastião, no município de Parnaíba/PI.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
196 Procedimento: 1.27.000.000417/2011-34
Interessado: PMP - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA - PI e outros
Assunto: Supostas desobediência de leis municipais nº 1620 E 1621.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
197 Procedimento: 1.27.000.001513/2011-08
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de denúncias feitas por reportagens que noticiam a suposta ocorrência de irregularidades e desvio de verbas públicas federais relacionados com a construção de uma ponte sobre o Rio Parnaíba ligando o município de Luzilândia/PI à São Bernardo/MA. Recursos oriundos da CODEVASF. Obras iniciadas pela Construtora Getel Ltda, seguida pela empresa Reconcret.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto oral da Relatora.
198 Procedimento: 1.27.001.000039/2011-89
Interessado: Sr. Mário José de Sousa Neto
Assunto: Suposta condição de duplicidade do representante diante do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde da Família.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
199 Procedimento: 1.27.001.000064/2011-62
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos do convênio nº 41553/97, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Prefeitura Municipal de Belém do Piauí/PI.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
200 Procedimento: 1.28.000.000637/2011-21
Interessado: Anônimo
Assunto: Possível desvio de veículos adquiridos pela Secretaria de Saúde Pública - SESAP/RN, com a finalidade de servir ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

201 Procedimento: 1.29.008.000073/2011-19
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Universidade Federal de Santa Maria - RS. Desvio de recursos e fraudes realizadas por servidora da instituição.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
202 Procedimento: 1.30.012.000019/2011-93
Interessado: Tribunal de Contas da União e outros
Assunto: Supostas irregularidades ocorridas na gestão do Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro - CRA/RJ no exercícios de 1997 a 2004.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
203 Procedimento: 1.30.012.000393/2011-99
Interessado: Sra. Rozimar Lira de Oliveira
Assunto: Hospitais Federais. Dispensa de Funcionários contratados em situação de calamidade pública. Não observância dos direitos trabalhistas. Possíveis irregularidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
204 Procedimento: 1.30.907.000093/2011-35
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades em obras realizadas na BR 040, no período de fim de ano. Trecho localizado no Estado do Rio de Janeiro.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
205 Procedimento: 1.33.009.000041/2011-81
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Caçador/SC.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
206 Procedimento: 1.34.001.001135/2011-18
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: FNDE. Supostas irregularidades em repasses efetuados aos municípios do Estado de São Paulo no período de 01.01.2011 a 31.01.2011.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
207 Procedimento: 1.34.001.004126/2011-71
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades nos processos de licitação realizados pelo SESC-SP.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pelo Relator.
208 Procedimento: 1.34.003.000291/2011-33
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Possível malversação de recursos do FUNDEB repassados ao Município de Lençóis Paulista.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto-oral proferido pelo relator.
209 Procedimento: 1.35.000.000085/2011-16
Interessado: Kátia Lima
Assunto: Apuração de observância dos requisitos para participação no Programa de Arrendamento Residencial - PAR, por parte da Sra. Márcia Cristina Oliveira Prado.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
210 Procedimento: 1.35.000.000753/2011-13
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Apuração de supostas irregularidades praticadas com recursos federais (SIAFI 636595), consistentes em suposto abandono de construção de campo de futebol por empresa ganhadora de licitação ligada ao prefeito e familiares, bem como utilização de máquinas do Departamento de Estradas de Rodagem- DER para serviços de terraplanagem, por parte do prefeito de São Francisco/SE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
211 Procedimento: 1.35.000.000907/2011-69
Interessado: Cosme Rochão da Conceição e outros
Assunto: Possível omissão do Prefeito do Município de Pinhão/SE em relação ao não atendimento de notificações expedidas pela Câmara de Vereadores referentes à prestação de contas do Fundo Nacional da Saúde.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
212 Procedimento: 1.35.000.000974/2011-83
Interessado: Jorge Luiz de Jesus Santana
Assunto: Possíveis irregularidades na entrega de imóveis residenciais do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida no Município de Santo Amaro das Brotas/SE.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
213 Procedimento: 1.35.000.001055/2011-27
Interessado: Anônimo
Assunto: Possível irregularidade na transferência de casas populares. Município de Aracaju/SE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral proferido pela Relatora.
Deu-se por encerrada a sessão às 12:20 horas.
E, não havendo nada mais a ser decidido na presente Reunião, foi por mim, Roberto Campos Alcântara, Matrícula 13.940-8, _____, lavrada a presente Ata, que vai também assinada pelos presentes abaixo indicados.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Subprocurador-Geral da República
Membro-Titular

DENISE VINCI TÚLIO
Subprocuradora-Geral da República
Membro-Titular

VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADÁ NUNES
Procuradora Regional da República
Membro-Suplente

RETIFICAÇÃO

Na Ata da Reunião nº 603, de 02 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União, Seção I de 05/09/2011, Pág. 190, Comunicado nº 5,
Onde se lê: "Deliberou a Câmara manter sua posição no sentido de que a unidade gestora deve decidir de quem é a atribuição."
Leia-se: "Deliberou a Câmara manter sua posição no sentido de que a unidade gestora deve decidir de quem é a atribuição, vencido o Dr. Rodrigo Janot que entendia ser atribuição da 5ª CCR, nos termos do art. 62,VII, da Lei Complementar nº 75/93."

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ

PORTARIA Nº 194, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e
Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;
Considerando o Ofício nº551/2011-GABIN/GEREX/IBAMA/STM, que encaminha informação de que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Alenquer estaria emitindo guias de transporte florestal - GTF para a retirada de madeira do interior de assentamentos existentes no Município, resolve:
instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto apurar se a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Alenquer possui competência para a emissão de guias de transporte florestal - GTF.
Determina-se:
i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;
ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;
iii - oficie-se à Secretaria Estadual de Meio Ambiente - Sema/PA, requisitando que informe se o termo de gestão ambiental descentralizada/compartilhada firmado entre o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Alenquer permite ao ente municipal autorizar desmatamentos e o transporte de produto florestal;
iv - comunique-se à Delegacia da Polícia Federal, no interesse do IPL nº 272/2010-4, a instauração do presente inquérito civil.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
4ª REGIÃO

PORTARIA CODIN Nº 1.503, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando
os termos de denúncia protocolizada perante o Ministério Público do Trabalho, em 16/08/2011, sob o nº 007420, por meio da qual noticiada a ocorrência de inúmeras infrações trabalhistas no âmbito empreendimento UNNISAT - SEGURANÇA, TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., com endereço na Rua Oliveira Lopes, nº 189, bairro Sarandi, Porto Alegre/RS, CEP 91.120-430, inscrita no CNPJ sob o número 07.874.207/0001-34;
que a prática denunciada, em tese, viola o disposto no artigo 1º, incisos III e IV e artigo 7º, da Constituição Federal, bem como outros dispositivos legais contidos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;
que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;
que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;
que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;
a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:
I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;
II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Representação nº 001218.2010.04.000/0;
III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 229, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

O Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho no Município de Itabaiana, pelo Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85:
Considerando o teor dos autos da Representação nº 000138.2011.20.001/0, bem como do termo de inspeção de fls. 13/17 e do despacho proferido às fls. 119/130;
Considerando que o procedimento versa sobre possível violação de direitos e interesses metaindividuais, sobre os temas: 01. meio ambiente de trabalho; 01.01. condições de trabalho, órgãos e medidas de proteção; 01.01.09: EPI e EPC - equipamentos de proteção individual ou coletiva. 02. trabalho análogo ao de escravo, tráfico de trabalhadores e trabalho indígena; 02.02. aliciamento e tráfico de trabalhadores; 07. exploração do trabalho da criança e do adolescente; 07.04. trabalhos proibidos ou protegidos; 07.04.07. outras formas de trabalho proibido ou protegido (trabalho perigoso de adolescente), 09. temas gerais; 09.04. CTPS e registro de empregados; 3.1.4. Desvirtuamento da intermediação de mão-de-obra ou da terceirização de serviços, resolve:
Instaurar Inquérito Civil em face da ENERGY ELETRICIDADE LTDA. e ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A., para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade;
Designar o servidor Luciano Alves Santos, matrícula 6003909-4 para exercer o encargo de Secretária do Inquérito.

RAYMUNDO LIMA RIBEIRO JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

RETIFICAÇÃO

Na Ata nº 37/2011-Plenário, publicada no D.O.U. nº 183 de 22/09/2011, Seção I, p. 763, 3ª coluna:

Onde se lê:

BENJAMIM ZYMLER
Presidente

Leia-se:

AUGUSTO NARDES
Vice-Presidente, no exercício da presidência

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 35/2011
SESSÃO ORDINÁRIA
Em 27 de setembro de 2011, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-001.804/2007-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alan Fernandes Moraes e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.772/2010-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Stela Medeiros Lopes (025.664.784-49) e outros
Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.121/2011-9
Natureza: Prestação de Contas Extraordinária - Período de 1/1/2010 a 13/4/2010
Responsáveis: Paulo Rogério Caffarelli (050.080.458-30) e outros
Órgão/Entidade: Besc Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.403/2011-1
Natureza: Prestação de Contas Extraordinária
Responsáveis: Alexandra Reschke Stanislau Affonso (066.195.378-55) e outros
Órgão/Entidade: Fundo de Pagamento de Prestação por Perda de Renda por Desemprego e Invalidez Temporária - FIEL-MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.746/2010-8
Natureza: Monitoramento
Interessado: Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck - PR (75.968.412/0001-19
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck - PR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.739/2010-7
Natureza: Monitoramento
Interessado: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.287/2010-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ademir Conti (701.496.078-49)
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal 3ª Região (SP-MS)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.528/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eledir Ferreira Corrêa (452.587.597-68) e outros
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.546/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amelia Pinheiro da Silva (701.755.001-34) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.547/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cacilda Julião Saragosa (003.168.081-05) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Mato Grosso do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.551/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alayde Moraes da Costa (141.022.349-34) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.554/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aglair Trotta Garcia (661.538.830-87) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.554/2010-5
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 2009
Apensos: **007.606/2008-4** (REPRESENTAÇÃO)
Responsáveis: Cleuri Valter de Araújo (026.010.871-53); Francisco Gaetani (297.500.916-04); Israel Luiz Stal (812.642.757-49); Jarbas dos Reis (150.749.861-68); João Bernardo de Azevedo Bringel (224.830.041-72); Maria Clara Marra (265.439.741-68); Murilo Francisco Barella (105.876.658-90); Otacilio Caldeira Junior (081.075.726-53); Ubiraci Raposo (308.433.327-00); Ulysses Cesar Amaro de Melo (291.260.291-20)
Órgão/Entidade: Secretaria Executiva - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.644/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Matheus Henrique Ayres (067.530.316-85)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.768/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Igor Ferreira Machado (860.614.702-82) e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.811/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ananda Guedes Pinheiro Seabra (055.277.614-99) e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.392/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Afonso Vitor da Silva Falcao (007.547.892-76) e outros
Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.395/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alisson Diego Rocha do Nascimento (030.379.155-10) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.268/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maricelsa Andrade Silva (362.739.967-68) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.514/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Rachel Melillo Ribeiro (256.280.386-87) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.516/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adalcinilda Virgilina Duarte Costa (380.445.447-04) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.518/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Jose Monteiro (350.058.079-34) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.673/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Marlene Apparecida Verroni Greco (019.673.558-00
Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.681/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albertina Paiva Barbosa (043.003.223-41) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.686/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Nilza Natali Guimarães (070.215.566-75)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.698/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ariadne Matos Guimarães (017.608.685-40) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.341/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luana Fernandes (352.867.198-05) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.567/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Heston Bricio (087.421.627-34) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.743/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Araújo Abreu Engenharia S.A (33.373.325/0006-83
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal
Advogado constituído nos autos: José Carlos Nespoli Louzada, OAB/DF 18.494; Sérgio Rodrigues Marinho Filho, OAB/DF 27.024; Elior Marconi Fernandes Carvalho Pinto, OAB/DF 15.636

TC-028.658/2011-6
Natureza: Representação
Interessado: A&R Gestão Ocupacional e Ambiental Ltda. (09.662.219/0001-20
Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: Carmela de Siqueira Zicca, OAB/RJ 100.596

TC-028.666/2011-9
Natureza: Representação
Interessado: A&R Gestão Ocupacional e Ambiental Ltda. (09.662.219/0001-20
Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: Carmela de Siqueira Zicca, OAB/RJ 100.596

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-000.990/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: José Henrique Fontinele Pereira da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.742/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Interessado: Flavio Aprigliano Filho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.747/2009-0
Natureza: Pensão Militar
Órgão: Gerência Regional de Administração/AC - MF
Interessada: Maria das Graças Augusta Lopes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.778/2008-3
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA
Interessados: Genecilda Castro de Lima e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.896/2009-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência de Administração/AC - MF
Interessados: José Elbes da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-011.885/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa do Acre
Interessado: Ocian Diogo de Souza
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.735/2010-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Superior Tribunal de Justiça
Interessados: Ana Carolina Donati Quijada e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.242/2009-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência de Administração/SC - MF
Interessado: Francisco Palermo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.134/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no MS
Interessado: Paulo Francisco de Mendonça
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.259/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
Interessada: Constância Medeiros da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.304/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Angela Maria Coimbra Silveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.374/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM
Interessados: Agnes Nascimento de Oliveira e Valdeci Simplicio de Lima
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.379/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
Interessados: Agabito Arguelho e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.382/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Interessados: Annemaria Renate Scultetus Kerscher e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.385/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RN
Interessados: Ana Iara Almeida do Ó e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.490/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
Interessada: Eronildes do Carmo da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.493/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
Interessados: Edson Scatolin e Renan Magalhaes de Oliveira Sposito
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.496/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Órgão: Diretoria Luiz de Oliveira e outros
Interessados: Ricardo Luiz de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.570/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessado: Jayme Martins Vianna e José de Oliveira e Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.583/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: Sebastião Inácio da Cunha e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.639/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro
Interessados: Manoel Faria Leal e Waltair Alves Pereira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.761/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PI
Interessados: Alberto Ribeiro Soares e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.767/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
Interessados: Avelino Sardagna e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.820/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Goiás
Interessados: Denir Dias da Rocha e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.846/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
Interessados: Ademir Bossay Candia e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.594/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no ES
Interessados: Deivid Junio de Freitas Tomaz e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.086/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: kalene Sales Araujo e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.230/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Adriana Guimarães Supulcro Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.837/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Devanaguy da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.841/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Maria Helena Siqueira Soares e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.994/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
Interessados: Alice da Graça Valença Pimentel e Anita da Silva Machado
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.035/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Hospital dos Serviços do Estado/RJ - MS
Interessados: Adair Dias Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.078/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessados: Anita Maria da Costa Pereira e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.086/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Hildebrando Vieira Raymundo e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.095/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Pedro Paulo Rangel Rocha e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.193/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Roraima
Interessados: Edna Duarte Coutinho e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.238/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Interessados: Elais Teotonio e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.243/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ
Interessados: Virginia Ribeiro de Campos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.271/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
Interessados: Antonio Luiz do Nascimento e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.274/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Adahyr Fernandes Reis e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.277/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Cleide Sulina da Costa e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.286/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Joselia Vieira Dutra
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.289/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Maria Helena Conceição Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.295/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Sérgio Magalhães Sanches e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.299/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Ivonne Conceição Spada e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.460/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Tocantins
Interessados: Leandro Raimundo dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.535/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Interessados: Bruno Alves dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.570/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Roraima
Interessados: Acedino Leandro Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.571/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em São Paulo
Interessados: Maria do Nascimento Sales e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.892/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Amapá
Interessados: Francisca de Almeida Vasconcelos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.922/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
Interessados: Cyomar Barreto de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.931/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - MS
Interessados: Antonio Bartolomeu Barbosa e Marisa Santos e Brito
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.044/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
Interessados: José Francisco Mendes dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-024.054/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessados: Maria Januária Teobaldo e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.276/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Interessado: Jose Almeida Pinto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.297/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Ceará
Interessados: Damião Rodrigues da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.309/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Interessados: Abilio Rodrigues Silva Neto e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.606/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessados: Américo Monteiro Dias dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.612/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
Interessados: Gerusa Burgos Josuê e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.619/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
Interessados: Adeir Miranda de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.943/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso do Sul - DR/MS
Interessado: Narcilvio Batista da Silva (990.387.141-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.113/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Interessados: Andressa Marques da Cunha e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.850/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RN
Interessados: Durval Darci Pinheiro da Câmara e Ivan Antas Pereira Pinto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.995/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
Interessado: José Ribamar Miranda Filho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.003/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
Interessado: Crisoleide Gomes Quirino
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.129/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no RJ
Interessado: Mario Ausuto Xavier de Brito Filho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.138/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
Interessados: Elisabete Mota Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.180/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas
Interessada: Lucia da Silva Nascimento
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.225/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
Interessados: Bernadete Coelho Beckhauser e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.253/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Tocantins
Interessado: Tertuliano José Santana
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.261/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso
Interessado: Benedito Sena do Nascimento
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.353/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
Interessados: Elisabete Mota Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.358/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Arlei Teixeira Jovencio e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.476/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessado: Kleber Soares Neves da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.478/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
Interessados: André Leite da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.481/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
Interessado: Humberto de Oliveira Lima
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.483/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
Interessado: Ruy Marcus da Silveira Castor
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.484/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessados: Alcir Rosa e Paulo Pereira da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.485/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RN
Interessado: Otto Julio Marinho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.486/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Antonio Feliciano Gomes Filho e João Francisco de Moraes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.530/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessado: Adolfo Nunes da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.539/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessado: Nelson Pereira Lisbôa (183.941.405-72)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.541/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
Interessada: Zilka Pereira Filgueira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.542/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Maura Pereira de Camargo e Olavo Rodrigues
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.564/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Goiás
Interessados: João Cirino Tomas e Kleber Donizete Vieira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.574/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná
Interessados: Carlos Frete Moraes e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.585/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Ceará
Interessado: Francisco José Lacerda Neto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.598/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessados: Fernando Pitangueira de Avelino e Frutuoso Batista Alves
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.602/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessados: Dirceu Sabino Filó e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.617/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Goiás
Interessado: Antonio Inacio de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.629/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Pará
Interessados: Edinardo de Freitas Lobato e Oseas Jesus dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.649/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
Interessados: Américo Iasuo Higa e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.654/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SE
Interessada: Ana Celia Goes Soares
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.642/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: Alice Rosa de Miranda e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.056/2011-0
Natureza: Monitoramento
Órgão: Ministério da Saúde
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.668/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Hospital Fêmina S/A
Interessados: Ana Cristina Oliveira Castro e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.692/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessada: Luciana Pacifici Rangel
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.728/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
Interessada: Fabiane Vinente dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.754/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - Sede - MC
Interessados: Cláudio Silva de Oliveira e Guilherme Cerutti Bueno
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.806/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
Interessado: Felipe Henriques Alves da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.813/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santos
Interessados: Andreson de Oliveira Santos e João Batista Leite Garcia
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-029.814/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul
Interessada: Ana Paula Rodrigues Correa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.816/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Goiás
Interessados: Andre Velasques de Souza e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.861/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso
Interessado: Francisco Alves dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.862/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
Interessados: José de Ribamar Nazareth Bulcão e José Lima Nunes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.925/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MT
Interessado: Pedro Paulo Pereira Correia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.944/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL
Interessados: Marcelo Medeiros e Najara Lisboa de Oliveira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.946/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessado: Sebastião Ponciano da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.947/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
Interessada: Maria das Graças Lobo dos Santos Pereira
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.953/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
Interessado: José Walter dos Santos Caetano
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.954/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Alvaci Fochi e Josefa Maria da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.996/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Ministério da Saúde
Interessada: Nadir Patrocinia Trindade
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.018/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ
Interessados: Almira Maria de Serpa e Regina Rodrigues de Souza Lopes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.050/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessado: Valentino Adolfo Alfredo Izzo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.078/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A
Interessado: Fernando Schuh
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.091/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
Interessado: Leopoldo Oliveira Nakashima
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.157/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Diretoria Regional da ECT em Santa Catarina
Interessado: Antonio Ubirajara da Costa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.222/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba
Interessado: Ruy da Rocha Madruga
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.255/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
Interessado: José Teixeira e Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.267/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessados: Arthur Pinheiro dos Santos e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.286/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
Interessados: Agostinho Monteiro e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.313/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Piauí
Interessado: Isaias Martins Veloso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.361/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessados: Ilo de Miranda Bastos e Luiz Augusto Coimbra de Rezende
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.366/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Anis Rahal Maluf e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.490/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A - MS
Interessados: Cenilda Marta Rech Rodrigues e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.520/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão: Ministério da Saúde
Interessados: Paola Paiva Mourão Crespo e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-009.915/2002-0
Natureza: Prestação de Contas Simplificada
Apensos: **005.516/2003-5** (REPRESENTAÇÃO).
Responsáveis: Alceu Ranzi (086.434.660-34); Antonia Irene de Freitas Leitão (060.699.912-49); Antonio Ferreira Dourado (060.589.062-53); Antônio Leônidas de Araújo Neto (579.334.998-72); Auton Peres de Farias Filho (095.736.232-34); Eugenio Pinheiro Mansour (000.830.112-34); Euvaldo Gonçalves da Silva (767.180.268-91); Francisco Antonio Fontes (052.036.782-00); Francisco Antonio Saraiva de Farias (045.644.802-00); Francisco de Assis Lima de Moura (138.259.502-63); Francisco de Moura Pinheiro (051.637.492-34); Gilberto Castro Ossami (011.292.952-49); Iris Celia Cabanellas Zannini (005.682.282-00); Ivo Araújo Soares dos Santos (005.640.792-00); Joaquim Gomes de Farias Neto (164.758.012-91); Jonas Pereira de Souza Filho (058.733.712-53); Jorge Luiz Silva da Cunha (217.805.012-34); Josué Fernandes de Souza (028.187.102-78); José Carlos Sopchaki (153.411.601-00); José Elieser de Oliveira Júnior (824.757.258-34); João Oliveira de Albuquerque (321.862.827-04); Marcelo Feliciano de Melo (360.318.282-00); Maria Almira Cruz do Nascimento (138.334.482-53); Maria do Carmo Ferreira da Cunha (040.748.742-53); Mark Clark Assen de Carvalho (196.587.532-72); Raimundo Lima de Figueiredo (051.662.922-00); Robinson Antonio da Rocha Braga (067.942.111-49); Rosemir Santana de Andrade Lima (308.631.712-49).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC.
Advogados constituídos nos autos: Patrícia Pontes de Moura (OAB/AC 3.191); Honorinda Firmino Cavalcante (OAB/AC 2.796); Cláudia Maria da F. Messias Sabino (OAB/AC 3.187).

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-010.039/2010-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo José Pitol Perez (280.691.578-36); Vanessa Villator Agostinho (215.595.028-43)
Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.779/2008-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Daciano Soares de Sousa (009.685.874-53) e outros
Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Helena - PB Advogados constituídos nos autos: Adriana Rodrigues Fernandes (OAB/DF 20.127), Rogério Silva Oliveira (OAB/PB 10.650) e Alexander Jerônimo Rodrigues Leite (OAB/PB 10.675)

TC-011.425/2009-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Frieda Riepolt Frota (795.780.557-49); Zulmira Cassiano Bruno (264.999.163-15)
Unidade: Gerência Executiva do INSS - Fortaleza/CE - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.897/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Aracy Santiago Leite (627.170.227-91) e outros
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.095/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Arlena Maria Guimarães Gato (041.123.342-49)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.700/2010-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wagner da Silva Guimarães (014.720.777-09)
Unidade: Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Eletrobrás - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.542/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Rafaela Aguiar Costa (789.991.622-49); Rute Sampaio dos Santos (130.553.995-87)
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.562/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Inês de Andrade (541.969.146-91)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.566/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Angélica Malta Varejão (554.396.596-68)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.033/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Antônio Fernandes (490.928.472-91) e outros
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.127/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Ferraioli (285.797.828-64) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em São Paulo - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.233/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiano Mariath D'Oliveira (547.804.201-30) e outros
Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.614/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Humberto Fernandes Pregelli (172.249.859-53); Juvenal de Souza (050.951.581-91)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso do Sul - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.296/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Cecílio Carvalho Rocha (171.173.640-68)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.316/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Andrade (010.945.135-04)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe- MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-025.089/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcos Ferreira de Souza (027.239.836-50)
Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.486/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arlezienne Figueira (264.789.277-68) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.518/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Thiago Sérgio Rodrigues Lobato dos Santos (520.389.802-25)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Pará - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.790/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Edmea Soares de Souza (245.848.357-72)
Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.804/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Doralice dos Santos Resende (235.849.125-04) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.151/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Milton Pereira de Souza (076.883.697-20) e outros
Unidade: Grupo Executivo para Extinção do DNER - MT (em Liquidação)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.233/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Eurico Sousa de Jesus (032.150.832-72)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.511/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Nilsa da Silva Barroso (786.128.451-49)
Unidade: Ministério dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.798/2011-2
Natureza: Solicitação Interessada/Solicitante: Prefeitura Municipal de Sousa/PB
Unidade: Ministério da Educação Advogados constituídos nos autos: Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB nº 1.663), Edward Johson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB nº 10.827) e Bruno Lopes de Araújo (OAB/PB nº 7.588)

TC-029.695/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademar Cavalcante Peres (441.651.531-68) e outros
Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.349/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Janiel Vieira da Silva (979.254.623-53); Maria Cícera dos Santos Silva (181.813.413-68)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí - MAPA
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI,em virtude da vacância do cargo de Ministro

TC-003.159/2009-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Hamilton Cardoso (CPF 134.051.365-04)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.021/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Pamela de Padua Naves Oliveira (CPF 000.280.031-44); Raquel Santos (CPF 879.200.501-20)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.051/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Rodrigo Alves de Lima (CPF 712.988.511-49); e outros
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.055/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Adriana de Freitas Neves Correia (CPF 300.468.788-74); e outros
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.057/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fernando Ribeiro Pacheco (CPF 717.607.500-00); Juliana Capiotto Garcia (CPF 059.217.489-19); Paula Schmitt Avila (CPF 012.171.130-70); Roberta Coradini Bortoluzzi (CPF 987.233.400-53); Tatiane Godoy (CPF 050.998.279-42)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.058/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ethel Francisco Ribeiro (CPF 032.206.934-31); Flávia Tavares Dantas (CPF 033.602.064-36); Marcelo Honorato (CPF 098.929.428-50); Orlan Donato Rocha (CPF 903.973.044-04)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.353/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adolfo Cosme Damião Souza de Oliveira (CPF 105.302.237-91); Hamilton Aurélio Braga (CPF 185.297.207-68)
Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.372/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vital Lima (CPF 047.877.067-72)
Órgão: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.276/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessado: Elder Souza do Nascimento (CPF 025.974.689-41)
Órgão: Ministério Público do Trabalho - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.281/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luiz Eduardo Viana Pequeno (CPF 035.756.703-07); Luiz Gustavo Mantovani (CPF 051.529.029-74); Manoela Salis Guazzelli (CPF 811.051.180-53); Mariana Alvares do Amaral (CPF 012.423.151-95); Mariana Serrano Germani (CPF 978.264.210-04); Mariane Terplak (CPF 036.881.879-97); Marina de Figueiredo Martins (CPF 000.927.240-27); Mario Domingues da Silva Neto (CPF 922.617.524-15); Mayana dos Anjos Damiani (CPF 029.630.549-98); Michele Porto Stypulkowski (CPF 004.925.111-28); Natalia Maria Sampaio de Alburqueque (CPF 046.991.334-79); Onelia Ximenes de Queiroga (CPF 071.679.714-30); Raiane Santos Arteman (CPF 030.098.211-90); Raquel Magalhaes Gomes Eggert (CPF 104.264.107-26); Renata Cyreno Adeodato (CPF 055.899.264-16); Roberto Moreno Mendonça (CPF 051.288.194-42); Rodolfo Maravilha Franco da Silva (CPF 108.783.347-77); Rodrigo Moura Duarte (CPF 119.241.717-83); Roosevelt Oliveira de Melo Neto (CPF 046.479.324-60); Sandra Dias dos Santos (CPF 039.205.086-29); Simone Veiga Carvalho (CPF 094.894.997-06); Thaisa Freire Lafeta (CPF 013.383.756-44); Thiago Coelho Kruger (CPF 039.268.479-99); Victor Ramos Mangualde (CPF 067.401.636-00); Vinicius Duarte Oliveira (CPF 006.520.015-21); Viviane Gazetta Camacho (CPF 319.825.438-84)
Órgão: Ministério Público do Trabalho - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.324/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daniel Scandiuzzi (CPF 013.346.576-45); Daniel Yien Han Wu (CPF 015.829.546-31); Decree Vicente Junqueira Junior (CPF 006.601.991-57); Diogo Duailibe da Silva (CPF 011.685.483-90); Edmilson Antonio Carlos (CPF 688.412.481-49); Elder Jones Ferreira (CPF 327.413.258-63); Erotides Martins Reis Neto (CPF 025.163.031-57); Evandro Nery Caputti (CPF 013.192.411-74); Fernanda Barros de Arruda (CPF 947.937.943-00); Fernando Mynarski Silveira (CPF 933.966.000-53); Flavia Aparecida de Souza Ferreira (CPF 032.756.466-05); Flavio Garcia Cabral (CPF 014.864.331-03); Gabriel Cardoso Pimenta (CPF 022.200.841-59)
Órgão: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.328/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leonardo Marcelino Teixeira (003.627.926-90); Lucas Coelho Leobas (368.702.108-45); Lucio Tadeu de Ferreira Bandeira (519.408.339-49); Luis Carlos Medeiros da Silva (079.458.386-50); Luiz Henrique Ribeiro Roma (060.567.714-07); Marcelo Coutinho Cordeiro (050.270.656-20); Marcelo da Cunha Mello Reisman (611.445.501-06); Marcia Raquel Lima Avena (908.253.651-04); Marcio Rodrigues Cabral (052.264.897-57); Marcus Vinicius de Lima Barros (027.411.123-39); Marianna Siqueira Reis (105.523.497-71); Matheus Silva Vilela (096.636.456-28); Mauricio Krepsky Fagundes (007.675.130-96); Michelli da Costa Barros Lins (644.233.873-87); Miguel Julio Paz Filho (922.931.153-72); Natasha Wanderley Pinto (009.575.883-64); Nivea Maria Pacheco (004.317.219-98); Osmar Nilo de Jesus Lima Bezerra Neto (518.788.522-72); Pablo Francisco Pellizzari (933.370.191-53); Pablo Kreitlow Vieira (529.352.052-00); Pablo Souza Oliveira (996.254.315-00); Paulo Andre Aragao Brito (002.302.853-09); Pedro Camilo de Godoy Queiroz (035.108.386-37); Pedro Turibeo Castagna (008.969.580-19); Priscilla Barreto de Araujo Noronha (943.391.125-34); Rafael Dalchiavon (043.852.319-90); Rafael Trapp (052.966.989-75); Raquel Alencar Accioly Nogueira Gondim (641.382.593-68); Rejane Goldstein Telichevesky (206.420.910-72); Renata de Assis Mello Celente (016.384.697-92); Ricardo Furtunato de Sales (016.485.706-07); Rodrigo Jorge Baptista (894.097.951-68); Rodrigo Martins de Matos (512.438.572-34); Sandro de Oliveira Lahoud (565.211.629-34); Thais Medeiros de Lucena (978.743.611-72); Thiago Falcao de Sousa (006.276.461-66); Tiago Almeida Mitsuka (719.099.151-49); Tiago Dias Carvalho do Nascimento (056.682.364-04)
Órgão: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.330/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessado: Vinicius de Farias Lima (CPF 222.911.958-32)
Órgão: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.333/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marilia Winckler Pinto Silveira (CPF 007.504.930-97); e outros
Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.769/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Miranda (CPF 093.460.076-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.641/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ivan Americano do Brasil (CPF 367.063.107-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.783/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessada: Adriana Maria Pessanha Pereira (CPF 859.848.507-10)
Orgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.787/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessado: Carlos Vieira Ferreira (CPF 029.095.127-54)
Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.790/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessado: Fabio de Oliveira Lacerda Paiva (CPF 046.915.146-35)
Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.791/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leonardo Soares Barata (CPF 106.965.867-70); Luciana Ferreira de Carvalho (CPF 029.284.237-61)
Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.918/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Gisela de Castro Chamoun (CPF 153.348.991-20)
Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-004.840/2011-9
Natureza: Representação
Responsável: Jefferson Luiz Rodrigues Coronel (078.170.022-15)
Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (05.829.742/0001-48)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.427/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Lourenço de Castro Filho (077.342.041-04); Túlio da Silva Arantes (062.651.541-68)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Piracanjuba/GO Advogados constituídos nos autos: Pedro Nunes Nóbrega (OAB/GO 4.183); Rodrigo Mota Nóbrega (OAB/GO 22.176).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-006.093/2007-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Clarice Barcelos de Matos (732.539.100-59); e outros
Órgão/Entidade: Terceira Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.342/2011-0
Natureza: Representação
Responsável: Mario Tomas Litaiff (274.139.692-20)
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.563/2007-6
Natureza: Reforma
Interessados: Aristides Dias Alves (011.600.360-04); Waldemiro Bogacz (005.408.209-97)
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.732/2008-1
Natureza: Representação
Interessado: Prefeitura Municipal de Jutaí - AM (04.285.896/0001-53)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jutaí - AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.710/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Luiz de Paula Anconi (188.904.668-04)
Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Minc
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.413/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Ivan Alvares Xavier Ferreira (441.668.508-49); João Damasceno Dias (677.620.938-34); Maria Marta Malzone Assumpcao (934.038.958-15); Silvia Gonçalves Cruz (778.245.988-53)
Órgão/Entidade: Centro de Pesquisas Renato Archer - Mct
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.303/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcio de Castro (659.971.747-00)
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Tecnologia - MCT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.792/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Jose Eneas do Nascimento (018.716.337-53)
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Tecnologia - Mct
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.975/2008-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Franciana Lopes Coelho (257.965.773-87); e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rosário - MA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.068/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Liliane Gonçalves Vitoria dos Santos (007.498.961-83)
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.634/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Priscila Maria de Miranda Santos Spirito (024.401.157-54)
Órgão/Entidade: Agência Nacional do Cinema - Minc
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.762/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adalmi Fernandes Carneiro (854.139.251-15); Adriana Aparecida Caixeta Britto (265.767.998-61); Adriana Mindello de Andrade (031.850.821-41); Adriano Barbosa Pereira (016.960.531-02); Agenor Miranda Ribeiro (009.651.243-12); Alda Cristina Dias Lucas (951.195.231-53); Alexandre Cezar Silva Gonçalves de Franca (073.977.954-04); Ana Claudia Batista dos Santos (876.325.941-91); Ana Patrícia de Andrade Sande (536.982.581-53); Ana Paula Franco Fortes Gomes (716.807.131-91); Andrea Correa da Silveira (778.204.281-04); Andréa Silvia Almeida Rocha Nunes (462.911.801-20); Andréia Martins Barbosa Linhares (923.144.226-00); Anelise Napoli (017.268.449-86); Angelo Mayckel Pretto (853.071.571-34); Bruna Lopes Ferreira Mariano (011.681.571-02); Bruno Araujo Nobrega (225.867.978-84); Camila Machado Braz Totti (960.468.991-68); Carina Monteiro Soares Pires (729.425.921-68); Carla Edilara Araújo (601.848.761-68); Carlos Augusto da Silva (718.126.361-72); Carmen Lucia e Silva (389.682.401-59); Carolina Alves de Carvalho Bascoy (706.141.301-82); Christiane Alves Teixeira (056.175.866-29); Cleiton de Sousa Leão (833.706.331-91); Cleverson Silva Eloy (239.752.451-15); Cláudio Lima Reis (645.807.921-49); Cristiano Augusto Fructuoso (038.153.486-33); Daisy de Sousa Duarte (017.732.071-05); Daniel Lima Tezelli (992.503.811-15); Daniel Marcus Ribeiro (882.604.371-04); Daniel Repoles Pereira (042.508.026-98); Daniela Gomes dos Santos (863.607.101-10); Danielle Christine Siqueira Gatti (869.929.371-20); Debora Camila Gomes Freitas Brasil (709.129.711-34); Diana Carla Monteiro Coutinho (046.364.234-10); Duilio Itacarambi Reis Canedo (004.754.931-92); Ediléia Menezes de Almeida (658.132.511-20); Elaine Rodrigues Toledo (801.182.241-15); Eliana Alves Vieira Silva (642.454.971-49); Estevam Eduardo de Almeida (028.231.991-36); Euziane Meire de Medeiros Rocha (699.170.431-87); Fabiano Felix Figueredo da Costa (834.167.141-72); Fabiano de Lima Cristovão (042.208.826-93); Fabricio de Araujo Costa (011.270.811-01); Fernanda de Melo Gonçalves (002.396.381-66); Filipe Costa Felix Nascimento (012.269.471-66); Francisco Paulo da Silva Barbosa (698.525.535-34); Gabriel Artur Cunha Maciel (712.300.681-04); Getulio Varanda Neto (013.890.981-41); Gisele Batista Ferreira (081.789.696-10); Gladson da Silva (015.301.631-02); Helvio Sodre Santa Rosa (003.601.571-73); Herberth da Silva Pinto (619.648.671-34); Humberto Alves de Vasconcelos (393.123.481-91); Inacia Moreira Teodoro (376.842.131-72); Jacira dos Santos Moura (001.916.601-08); Janiane Abadia Santos Carrijo (984.734.171-00); Jaqueline Santos de Souza (893.055.401-63); Jonathas Calil Alves Neto (906.310.481-20); Jordana Diniz Lara (049.004.796-32); José Barbosa de Nazareth Junior (893.087.601-30); João Batista Silva Aragão Júnior (849.581.461-72); João Pedro Carvalho Corrêa Marques (025.253.551-05); Juliana Aparecida de Souza Mourão (013.578.646-04); Karen Bezerra Rocha (634.695.021-53); Kariny Brandão Massad Povoa (003.527.041-10); Karla Viviane Ribeiro Marques dos Anjos (005.013.411-61); Kelson Moura da Silva (904.147.641-53); Kesya Alves de Oliveira Gasparini (005.727.011-28); Larissa de Melo e Torres (013.667.354-63); Leise Leite Nascimento (726.529.421-15); Leonardo Andre de Sousa Ribeiro (018.336.381-74); Leonardo Passos Silva (003.351.431-30); Leonardo Pires da Costa (717.147.821-15); Liliam Garcia Melo (035.852.006-13); Louyse Maria Coelho Barbosa de Oliveira (913.000.613-91); Luciana Azevedo Gonçalves (812.408.481-53); Luciana de Brito Dias (001.955.491-55); Luciano Gontijo da Silva (698.607.771-87); Luiz Humberto Martins Diniz Junior (701.398.221-00); Maico Michel Pedrosa Veras (886.634.341-20); Maisa Naomi Nitto (004.252.661-25); Marcella de Carvalho Leitão (836.356.881-34); Marcos Andre da Cruz Silveira (573.423.851-15); Marcos Soares Mascarenhas (768.882.401-00); Marcus Bruno Silva Braga (329.166.358-66); Maria Auxiliadora de Nazare Coelho da Silva (449.196.032-15); Marilia Mathias de Azevedo Roiz (947.671.066-72); Marta Brenda Siquiera Cortez Bastos (726.615.691-20); Moacir Soares da Silva (765.639.601-20); Moisés Vilela da Silva (484.131.191-20); Márcia Raquel Queirós Camurça (000.437.131-30); Neuma Durmont de Souza (658.230.791-68); Patricia Andrade Pertence Guedes (874.778.231-53); Polliana Morena Pires Gomes (699.457.131-91); Priscila Baesa de Oliveira Lima (910.576.711-34); Rafael Leite de Sousa (722.588.701-78); Rafael Sousa Lorena de Lima (904.082.172-00); Rafael de Sousa Santos (018.900.161-52)
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.921/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Daisy Lucid Bortoleto Galdino (322.083.409-49); e outros
Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Minc
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.043/2007-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Luiz Carlos Valente Linhares (827.662.070-15); Maria Inacia Alves Linhares (496.859.100-49)
Órgão/Entidade: Terceira Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.110/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Junqueira Homem de Mello (074.776.498-03); Irene Guimaraes Altafin (288.392.006-06)
Órgão/Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Mct
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-003.344/2006-4
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 6ª Região - CRECI/PR - CNPJ 76.693.910/0001-69
Recorrentes: Alfredo Luiz Garcia Lopes Canezin, presidente - CPF 447.508.469-53; João Teodoro da Silva, ex-presidente - CPF 157.714.079-68 Advogados constituídos nos autos: Kátia Vieira do Vale - OAB/DF 11737, Walter Costa Porto - OAB/DF 6098, Antônio Perilo Teixeira Neto - OAB/DF 21359, Paula Pires Parente - OAB/DF 23668 e Henrique Araújo Costa - OAB/DF 21989

Interessado(s) na Sustentação Oral
Walter Costa Porto - OAB/DF 6098

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-007.267/2007-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
Órgão: Ministério da Cultura (vinculador).
Responsáveis: César Prates Castanho Júnior (CPF nº 464.702.558-68), Suely Côrte Real Castanho (CPF nº 609.352.518), Ameir de Paula Barbosa (CPF nº 785.723.638-15), e Blitz Promoções Culturais S/C Ltda. (CNPJ nº 49.700.370/0001-20).
Recorrente: Ameir de Paula Barbosa (CPF nº 785.723.638-15).
Interessado: Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura/MinC. Advogados constituídos nos autos: Armando Ferraris, OAB/SP nº 53.593; Rodrigo Tavares Silva, OAB/SP nº 242.172; Mauro Ferraris Cordeiro, OAB/SP nº 258.963; Luciana Garcia Favero, OAB/SP nº 186.487.

TC-011.482/2007-3
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Órgão: Departamento de Polícia Federal - MJ.
Recorrentes: Departamento de Polícia Federal, representado pelo seu Diretor-Geral, Luiz Fernando Corrêa, em defesa dos interesses de Antônio Idalino da Silva, Egilson Souza Salomão, Elinaldo Borges dos Santos, Vera Lúcia Mourão Silva e Waldemir Queiroz Miranda - Anexo 1; recursos individuais interpostos por José Roberto Lopes Caúla, CPF: 103.115.214-87 - Anexo 2; Vera Lúcia Mourão Silva, CPF: 231.739.206-00 - Anexo 3; Antônio Idalino da Silva, CPF: 170.155.025-34 - Anexo 4; Elinaldo Borges dos Santos, CPF: 127.461.934-34 - Anexo 5; Waldemir Queiroz Miranda, CPF: 059.788.232-00 - Anexo 6.
Interessados: Antônio Idalino da Silva (fls. 12/16), Egilson Souza Salomão (fls. 33/37), Elinaldo Borges dos Santos (fls. 38/42), Edmilson Paes de Souza (fls. 48/52), José Roberto Lopes Caúla (fls. 68/72), Vera Lúcia Mourão Silva (fls. 98/102) e Waldemir Queiroz Miranda (fls. 103/107). Advogados constituídos nos autos: Clinger Belém Pereira (OAB/AM 5.340), procuração à fl. 24 do anexo 2; Celso Luiz Braga de Lemos (OAB/DF 17.338) e Léo Rocha Miranda (OAB/DF 10.889), procuração às fls. 19 do anexo 3, 19 do anexo 4, 20 do anexo 5 e 22 do anexo 6.

TC-026.533/2007-0
Apensos: TC **008.702/2010-1** e TC **023.463/2009-7**
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
Entidade: Prefeitura Municipal de Mulungu/PB (CNPJ nº 08.786.865/0001-37).
Responsáveis: Achilles Leal Filho, ex-prefeito (CPF nº 109.904.704-82) e Antônio José da Silva, ex-prefeito (CPF nº 726.960.794-04).
Recorrente: Achilles Leal Filho, ex-prefeito (CPF nº 109.904.704-82).
Interessados: Prefeitura Municipal de Mulungu/PB (CNPJ nº 08.786.865/0001-37); Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano/MMA (CNPJ nº 37.115.375/0003-79), e Procuradoria da República no Estado da Paraíba. Advogados constituídos nos autos: Rodrigo dos Santos Lima, OAB/PB nº 10.478; Luiz Quirino Filho, OAB/PB nº 5.406.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-012.658/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Ministério da Cultura
Responsável: José Cláudio Rodrigues - CPF 332.172.629-72; Grupo de Teatro Núcleo I - CNPJ 78.301.489/0001-05
Advogados constituídos nos autos: Marcelo Gaya de Oliveira (OAB/PR 31.275); Marco Antonio Pereira Soares (OAB/PR 31.276)

TC-014.779/2009-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Caixa Econômica Federal (CAIXA)
Responsável: Laise Bastos de Souza (CPF: 819.886.567-53) Advogado constituído nos auto: não há

TC-018.003/2010-9
Natureza: Tomada de contas especial
Entidade: Caixa Econômica Federal - CNPJ MF 00.360.305/0001-04
Responsáveis: Gilberto Medeiros Ferreira (CPF 855.139.116-04), Milton Batista de Azevedo Júnior (CPF 519.394.446-91)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-017.072/1995-6
Natureza: Monitoramento (Aposentadoria).
Entidade: Universidade Federal de Mato Grosso - MEC.
Interessados: Gabriel Novis Neves (001.957.231-04); José Eduardo do Espirito Santo (006.758.221-49); Ursino do Espirito Santo Ribeiro (034.593.141-68).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VI - Representação

TC-016.674/2011-1
Natureza: Representação
Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amapá - SAMF/AP
Representante: TCI BPO - Tecnologia, Conhecimento e Informação S/A
Advogado constituído nos autos: Leonardo Estevam Maciel Campos Marinho (OAB/DF 23.119)

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Classe I - Recursos

TC-009.461/2008-4
Natureza: Pedido de Reexame Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.878/2008-0
Natureza: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Interessado: Iris Roque Carneiro Vaz
Advogados constituídos nos autos: João Luiz Arzeno da Silva, OAB/PR 23510 e Marcelo Trindade de Almeida, OAB/PR 19095

TC-029.407/2008-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (em TCE)
Entidade: Município de São Vicente Férrer, Pernambuco
Responsável: Pedro Augusto Pereira Guedes (371.521.304-34)
Advogado constituído nos autos: Paulo Fernando de Souza Simões (OAB/PE 23.337)

TC-853.948/1997-6
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/DF - JE
Interessado: Valdir Emerick (042.588.351-53).
Advogados constituídos nos autos: Aracéli Alves Rodrigues, OAB/DF 26720; Jean Paulo Ruzzarin, OAB/DF 21006; Marcos Joel dos Santos, OAB/DF 21203

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-022.112/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Igaracy - PB
Responsáveis: Celta Construções Empreendimentos Ltda. (01.427.602/0001-92); Francisco Hélio da Costa (025.545.774-04)
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-025.663/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Itapororoca - PB
Responsável: José Ribeiro da Silva (434.571.344-72).
Advogados constituídos nos autos: não há

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-027.465/2009-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT (04.898.488/0001-77); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT (04.892.707/0001-00)
Responsáveis: Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira (066.814.761-04); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00).
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-022.705/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
Interessados: José Lourenço dos Santos (120.316.075-53); Maria Bernadete Lima de Oliveira (068.409.905-59).
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-017.022/2008-9
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Porto Seguro (BA).
Recorrente: José Ubaldino Alves Pinto Júnior - ex-prefeito (CPF nº 402.171.675-00).
Advogados constituídos nos autos: Camila Silva Lugão (OAB/DF nº 26.377) e Fabiano Almeida Resende (OAB/BA nº 18.942).

TC-017.449/2002-5
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Paulino Neves/MA.
Recorrentes: Maria de Fátima Santos Moraes (062.064.333-15); Ana Maria Sousa Serejo (406.766.173-87); Francisco José Araújo Sousa (258.137.903-06); Alessandro de Almeida Ramos (489.134.803-97); e Teresinha de Jesus Silva Cordeiro (128.340.413-34).
Advogados constituídos nos autos: Carlos Augusto Moraes, OAB/MA nº 3.715; Danyelle Santos Moraes, OAB/MA nº 7.917; e Emanuel Carlos Barros dos Reis, OAB/MA 4.633.

TC-021.286/2009-1
Natureza: Pedido de Reexame.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.
Recorrentes: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT, Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da XXIII Região - Amatra XXIII (CNPJ 37.466.059/0001-80), Bruno Luiz Weiller Siqueira (CPF 240.600.111-34), Carla Reita Faria Leal (CPF 352.450.691-72), Nicanor Fávero Filho (CPF 266.468.541-49) e Rosana Maria de Barros Caldas (CPF 496.541.011-49).
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-004.001/2008-1
(com 2 volumes e 11 anexos)
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Luiz José Gaya (CPF nº 050.273.499-04), Maria de Lourdes Weidgenannt (CPF nº 920.122.309-97), Thais Weidgenannt (CPF nº 953.349.209-00) e T. H. Construções Ltda. (CPNJ 03.152.437/0001-39)
Unidade: Prefeitura Municipal de Navegantes/SC
Advogados constituídos nos autos: Sérgio Alexandre Sodré (OAB/SC nº 10.541), Jucimar Luz Gomes (OAB/SC nº 10.658) e Ricardo Paz de Lima Araújo (OAB/DF nº 13.473)

TC-010.191/2005-5
(com 2 volumes e 4 anexos)
Natureza: Pedido de Reexame em Representação
Recorrentes: José Borges dos Santos Júnior (CPF 143.515.791-53) e Paulo César de Camargo (CPF 716.998.728-72)
Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Advogados constituídos nos autos: Karla da Silva Lima - OAB/DF nº 27.776, Andressa Neves Vieira - OAB/DF nº 26.994, André Cavalcante Barbosa - OAB/DF nº 30.405 e Hermes Sebastião A. R. Moraes - OAB/DF nº 28.073

TC-025.252/2009-1
(com 9 volumes e 4 anexos)
Natureza: Embargos de Declaração
Embargante: Estado de Mato Grosso do Sul
Responsáveis: Dirceu Gabriel Merlin (CPF 230.396.551-91), Gerente de Administração e Finanças da IAGRO/MS; Felipe Miyahira (CPF 716.410.841-20), Servidor da IAGRO/MS; José Torraca, (CPF 007.706.801-78), Gestor de Patrimônio e Suprimento da IAGRO/MS; Orlando Baez (CPF 209.692.796-04), Superintendente Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso do Sul; e Roberto Rachid Bacha (CPF 199.973.701-63), Diretor Presidente da IAGRO/MS
Unidade: Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul - IAGRO/MS
Advogados constituídos nos autos: não há

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-028.401/2010-7
(com 2 volumes e 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Edileuza de Andrade Lopes Dias, ex-prefeita (CPF 132.193.084-49)
Unidade: Prefeitura Municipal de Rochedo/MS
Advogado constituído nos autos: José Agostinho Ramires Mendonça (OAB/MS 7772)

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-023.617/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas - Mapa
Interessado: Josias da Silva Costa (CPF 087.674.914-72)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VI - Representação

TC-009.778/2008-8
(com 2 anexos)
Natureza: Representação
Interessada: Janete Maria Góes Capiberibe, Deputada Federal
Responsável: João Henrique Rodrigues Pimentel (CPF 066.963.252-04), ex-prefeito
Unidade: Prefeitura Municipal de Macapá/AP
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI,em virtude da vacância do cargo de Ministro

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-029.208/2010-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Município de Brejo da Madre de Deus/PE
Responsáveis: José Edson de Sousa (CPF 146.842.844-68) e Imobiliária Rocha Ltda. (CNPJ 08.162.448/0001-13)
Advogados constituídos nos autos: Glabemário Peixoto Lemos (OAB/PE 23.074) e Ângelo Dimitre Bezerra Almeida da Silva (OAB/PE 16.554)

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-005.608/2007-1
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Município de Arame/MA
Responsáveis: Raimundo Nonato Lopes de Farias (CPF 103.474.883-15), Josilene da Conceição Ribeiro Fernandes (CPF 278.565.183-91) e Prefeitura Municipal de Arame (CNPJ 12.542.767/0001-21) Advogados constituídos nos autos: Waldinez Ferreira de Miranda (OAB/TO 500) e Carlos Augusto Macêdo Couto (OAB/MA 6.710)

TC-012.513/2011-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Município de Manaquiri/AM
Responsável: Sandro da Silva Pires, ex Prefeito (CPF 335.320.282-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.701/2009-5
Natureza: Prestação de Contas, exercício 2008.
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Estado do Espírito Santo - Senac/ES.
Responsáveis: Dionísio Corteletti (CPF 125.467.987-15), Diretor Regional; Léa Marina Erlacher Brito (CPF 558.500.817-04), Diretora Regional Substituta; Rodrigo Medeiros Vasconcelos (CPF 081.502.327-88), Gerente do Hotel Ilha do Boi; Marcos Paulo Maioli Tatagiba (CPF 020.197.587-41), Rogério Silva Santos (CPF 017.111.377-23) e Ionara Cunha Mendonça Fracalossi (CPF 073.175.787-46), membros da Comissão de Licitação; José Lino Sepulcri (CPF 036.072.597-04), Presidente do Senac/ES; João Helvecio Fae (CPF 159.366.607-10), Vice-Presidente do Senac/ES; Hamilton Azevedo Rebello (CPF 014.684.647-87), Jussara Ferreira Lopes (CPF 488.764.967-34), Alcimar das Candeias da Silva (CPF 930.352.687-20), Enésio Paiva Soares (CPF 339.999.887-20), Jadir José Pela (CPF 478.724.117-68), Lezi José Ferreira (CPF 560.546.027-72), Aurélio Cardoso da Fonseca (CPF 394.749.257-04), João Francisco Lúcio (CPF 049.119.387-49), Salvador Venâncio da Costa (CPF 117.386.777-53), Marcus Mendes de Magalhães (CPF 862.187.517-91), Eliomar Cesar Avancini (CPF 748.466.637-87), Ademar Pascoal (CPF 069.619.166-00), Carlo Fornazier (CPF 731.683.197-91), Ilson Xavier Bozi (CPF 036.146.117-87), Severiano Alvarenga Imperial (CPF 012.924.986-68), Manoel Viguini (CPF 249.734.757-34), Antônio Geraldo Perovano (CPF 317.894.987-91), e José Rômulo da Silva (CPF 086.459.147-00), Conselheiros; Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto, OAB/DF 6.098; Antônio Perilo Teixeira Netto, OAB/DF 21.359; Henrique Araújo Costa, OAB/DF 21.989; Paula Cardoso Pires, OAB/DF 23.668; Guilherme Augusto Fregapani, OAB/DF 34.406.

TC-033.728/2010-0
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. - Diretoria Regional de Goiás (ECT/GO)
Responsável: Sandoval de Souza Pinto Sobrinho (CPF 319.345.951-87) - ex gerente da Agência dos Correios em Ceres/GO
Advogado constituído nos autos: não há

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-002.148/2011-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Município de Manacapuru/AM
Responsáveis: Ângelus Cruz Figueira, Prefeito (CPF 025.594.982-00); Edson Bastos Bessa, ex Prefeito (CPF 413.687.622-04)
Advogado constituído nos autos: Ana Paula Freitas de Oliveira (OAB/AM 7495)

TC-027.060/2009-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidades: Município de Fortaleza/CE e Município de Maranguape/CE
Responsáveis: George Lopes Valentim (CPF 740.854.843-20), Francisco Leonardo Castro Bezerra Melo (CPF 182.360.493-53), Afonso Cordeiro Torquato Neto (CPF 384.767.973-20), Rejane Girão de Castro (CPF 222.209.843-20) e Patrícia Helena Alencar Nóbrega (CPF 496.401.603-00)
Advogados constituídos nos autos: Carlos Monteiro (OAB/CE 8.704) e Cynara Monteiro (OAB/CE 8.880)

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-009.650/2008-1
Natureza: Aposentadoria
Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen
Interessados: Nélida Lúcia Del Mastro, CPF 565.761.378-34 e Rinaldo Fuga, CPF 657.142.028-72.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.634/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - MCT
Interessados: Maria José Costa Paixão, CPF 668.377.312-20; Erick Luã Silva de Souza, CPF 524.728.502-63; Maria Silva de Souza, CPF 285.223.702-49; Ruthland Silva de Souza, CPF 523.286.602-82, e Leandro da Silva, CPF 115.365.797-00
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.275/2007-5
Natureza: Pensão Militar
Órgão: Segunda Região Militar
Interessados: Albina Centurion (522.077.738-68); Albina Centurion (522.077.738-68); Doris Serrano da Costa (112.455.065-87); Dorisnserrano da Costa (112.455.065-87); Friedrich Lawrentz Strehlau Centurion Teixeira (213.620.538-21); Friedrich Lawrentz Strehlau Centurion Teixeira (213.620.538-21); Jacyra Felix de Oliveira Nicolini (252.640.068-65); Marcia Aparecida Teixeira (137.938.068-55); Maria Luiza Travassos Teixeira (180.734.948-92); Olga Lopes Cubero (025.103.158-62); Rosa Magali Serrano da Cunha (081.813.815-72); Rosa Magali Serrano da Cunha (081.813.815-72); Thais da Cunha Marcondes (039.646.648-63); Thais da Cunha Marcondes (039.646.648-63)
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 22 de setembro de 2011.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretária da Câmara

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2ª CÂMARA

ATA Nº 34, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011
(Sessão Extraordinária da Segunda Câmara)

Presidência do Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Ministros Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge, do Ministro-substituto André Luís de Carvalho, bem como da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, o Presidente, Ministro Augusto Nardes, invocando a proteção de Deus declarou aberta a Sessão Extraordinária da Segunda Câmara às dezesseis horas, havendo registrado a ausência do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, por estar exercendo as funções de ministro integrante na primeira câmara (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Câmara homologou a Ata n.º 33, da Sessão Extraordinária realizada em 13 de setembro corrente (Regimento Interno, artigos 33, inciso X, e 95, inciso I).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Esta Ata, bem como seu Anexo, está publicada na página do Tribunal de Contas da União (Resolução TCU nº 184/2005).

PROCESSOS RELACIONADOS

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de nºs 7757 a 8192, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143 e Resoluções TCU nº164/2003 e nº 184/2005).

a) Ministro Augusto Nardes (Relação nº 33);

ACÓRDÃO Nº 7757/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.316/2009-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Gecy da Silva de Oliveira (294.767.800-10).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7758/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.102/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Emília Bernardino (302.973.208-82); Maria de Fatima Cruz de Franca (006.861.638-42).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Leste.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7759/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.288/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sionéia Ribeiro Marques de Almeida (930.743.958-34).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ribeirão Preto/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7760/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.293/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Meire Aparecida Correa Gomes (444.363.868-72); Miguel Arcanjo Ferreira Paulucci (749.833.008-30).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Bauru/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7761/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.857/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Luciano Mendes (112.869.973-72).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Fortaleza/CE - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7762/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.858/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldenora Alves dos Reis (332.630.517-68); Almir Jose da Silva (159.111.107-25); Alzira Dantas de Oliveira (260.562.837-04); Ana Maria Ize Pereira (108.243.400-00); Analilia Falcao Martins (044.207.567-72); Angela Maria Freitas de Oliveira (465.452.637-49); Antonio Jose Moreira Ferreira (547.129.047-04); Astrogildo Ferreira da Rocha (289.901.707-10); Audalio Marques de Souza Junior (016.038.687-04); Cileida Monteiro de Almeida (057.866.907-25); Conceicao Macedo do Amor Divino (485.070.167-15); Cordelia Alves Lacerda dos Santos (096.057.707-68); Darcy Gabriel da Silva (540.410.237-34); Delzuita Ferreira Belate (024.115.117-10); Eglandir das Neves (043.030.757-87); Elenice de Souza Batista (743.599.917-20); Elizabeth Dias de Oliveira (338.542.467-49); Elizabeth Stuland (325.882.757-53); Eunice Rodrigues da Silva (363.958.977-72); Florinato de Sousa Manfrinato (313.743.607-91); Florisvanda Maria de Alexandre (518.859.307-63); Francisco Lopes Veloso (106.952.657-68); Genilda de Souza Felipe (513.555.747-49); Genésio Gomes dos Santos (328.801.707-53); Gilza de Oliveira Santos Ribeiro (346.284.107-63); Gloria Lucia Gomes Leal (427.792.197-34); Gloria Regina Leite Peixoto (218.133.887-68); Haroldo Faria Teixeira (176.141.397-04); Helena Moreira da Silva (459.220.637-15); Helio Alves (318.729.997-00); Helisson Rodrigues Berteges (394.504.737-49); Heloisa Ferreira do Val (938.454.057-91); Jairo Jacintho Vieira (056.233.597-87); Jean Eliabeth Siqueira Silva (433.710.357-00); Jorge Simedis de Almeida (035.306.047-04); Jorgino Resende (520.010.167-00); Jose Carlos Alves (185.285.707-20); Joselina Maria de Sa Silva (383.841.757-72); Josue Carvalho (221.012.337-20); José Leandro Pinho Vieira Nascimento (084.687.847-02); Juarez Tavares de Medeiros (113.556.207-59); Lady Nogueira de Oliveira (300.422.917-04); Lourdes da Conceição Bisaggio (097.162.627-87); Lucia Helena Liberato Cezar (537.507.057-04); Lucie Christiane Cailleret Campanario (444.249.577-72); Luiz Alberto Cadeira da Costa (407.830.307-20); Luiz Raymundo Coelho Lopes Machado (011.444.647-49); Lupercio Machado Montenegro (057.305.627-72); Manoel Pereira Tavares (280.511.227-04); Manoel Roque Duarte (265.062.547-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Rio de Janeiro/RJ - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7763/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.860/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Dulce de Sousa Peixoto (108.064.154-87); Jario Bezerra de Araujo (042.382.301-91); Jose Djalma do Nascimento (074.153.624-20); Luzia Justina de Lucena Galvao (090.567.774-91); Manoel Moura Filho (284.934.784-15); Maria de Fatima Arruda de Figueiredo (088.788.894-15); Marina Baeta da Silva Costa (074.815.864-20); Newton Veras Saldanha (020.171.564-34).
1.2. Órgão/Entidade: Gerencia Executiva do INSS Em Natal/RN - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7764/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.880/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Magno Gomes (129.195.863-00); Edimar Rodrigues Moreira (055.945.703-06); Jose Benedito Serpa Soares (075.985.803-91); Jose Carlos de Souza (044.580.363-00); Maria de Jesus Bonfim de Carvalho (079.064.043-00); Roberto Antonio Castro Godos (022.060.483-53); Roosevelt Silva Ferreira (054.589.003-91); Teresinha da Luz e Silva (677.135.803-87); Valmerice Sousa de Oliveira (224.256.673-34); Walterlino Oliveira Maciel (149.312.903-10).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Luís/MA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7765/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.889/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco das Chagas Silva (115.746.401-78); Maria Conceição Silva Oliveira (118.915.211-87); Marilia Jose Alves de Sousa Menezes (278.596.306-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social (Vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7766/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-022.898/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ione Massignani Rofner (370.145.607-00).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Chapecó/SC - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7767/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.912/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Antonio Ramos de Carvalho (121.032.681-72); Jose Rosa de Sousa (100.888.301-87).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Anápolis/GO - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7768/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.927/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Alderina Ayres Barros (012.733.703-25).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Imperatriz/MA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7769/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.934/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marilucia Antunes Machado (147.214.145-87).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Vitória da Conquista/BA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7770/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.935/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marlenes Ruza Marcolini (078.921.408-32).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Marília/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7771/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.937/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio de Moraes Rosa (023.896.308-04); Osvaldo Alves Aranha (040.176.258-00).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Bauru/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7772/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.946/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Juan Carlos Rodrigues (113.589.207-53); Lilia Fatima Espindola Manhaes (779.788.897-34).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Volta Redonda/RJ - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7773/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.948/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ada Leda Xavier Paes Pereira (213.653.777-68); Erlete Bernardino da Silva (250.334.177-20); Maria Augusta Guedes (319.908.787-68); Nezi Campos Quintal (846.232.927-20); Regina Célia Barreto Haddad (322.675.847-00); Zenilton Costa dos Santos (326.766.707-00).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Campos dos Goytacazes/RJ - INSS /MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7774/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.025/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Gilda Kuntz Resende (484.331.101-44).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7775/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.174/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Sonia Mesquita Lara (399.163.598-49); Wilma Romualdo Prudente (032.091.328-79).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Piracicaba/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7776/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.409/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gilson Costa e Silva (055.881.973-72); Laurentina Lourdes Borges Cutrim (617.970.143-15); Thomaz de Aquino Soares (043.947.203-20).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Luís/MA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7777/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.428/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelaide Camillo (793.651.598-49); Adonel Costa dos Santos (046.219.301-25); Ana Maria Marques Martins (238.696.741-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social (Vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7778/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.430/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Cassimira Francisca Dias (096.964.901-00); Conceiçao Mon-serrat dos Santos Pinto (114.082.861-49); Lilian Marcia Salles Franco (444.589.327-72); Luzia Mendes Ferreira (097.248.345-49); Maria Alice Victor (261.885.971-53); Maria Patricia Abreu Martins Lima (066.353.341-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social (Vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7779/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-023.538/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Rosa do Nascimento Santana (223.077.375-53); Carlos José Santos (035.225.635-49); Delzuita Barreto Bomfim (438.403.615-91); Jorge de Almeida Coelho (004.142.985-00); José Augusto Ribeiro Gonçalves da Silva (045.782.105-10); Lucidalva Ferreira Campos (185.810.305-30); Luiz Alcides Penna de Almeida (018.196.155-53); Maria Benedita Carvalho Soares (242.410.837-49); Maria Ednólia Ferreira de Oliveira (088.600.505-10); Maria Ferreira dos Santos (020.371.905-06); Maria do Carmo Barbosa dos Santos Souza (096.324.845-68); Marise Souza Guedes (159.123.535-91); Onalda Pardal de Santana da Silva (091.194.935-68); Orlando da Matta (043.434.255-68).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S. Antônio de Jesus/BA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7780/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.568/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliana Teberges de Souza (828.690.658-68); Geraldo Correia Machado (128.855.846-53).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Montes Claros/MG - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7781/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.097/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Vieira Branco (133.945.689-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7782/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.098/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marta Araci da Cruz (200.890.079-72).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7783/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.302/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Luiza Machado Patella (207.112.200-34); Claudia Junqueira Dantas Barros (131.104.976-20); Dirnei Bottino Custodio (119.514.510-15); Eva Pereira Galeriano (377.690.570-00); Francisca Izabel das Neves Rodrigues (066.173.102-25); Francisca Izabel das Neves Rodrigues (066.173.102-25).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7784/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.366/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Rodrigues da Silva (217.905.906-04).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Belo Horizonte/MG - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7785/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.367/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Abdias Pereira Alves (096.235.824-04).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7786/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.371/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Gomes de Figueiredo (002.557.425-68).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Aracajú/SE - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7787/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.406/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Eduardo de Carvalho (203.322.626-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional Sudestes II.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7788/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.424/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sergio Coimbra de Sousa (258.237.609-49).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Blumenau/SC - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7789/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.425/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Conrrado Leal (003.519.039-68); Maria Dolores Macarini (999.320.919-87); Mauricio Bandeira Campos (548.628.767-49).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Criciúma/SC - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7790/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.432/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Francisco Rodrigues Soares (065.232.500-91).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Uruguaiana/RS - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7791/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-024.435/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Leal Subtil (040.502.230-15); Antonio Leal Subtil (040.502.230-15); Mario Celio da Silva (062.038.840-49); Mario Celio da Silva (062.038.840-49).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7792/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.439/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Frutuoso Manoel Pires (071.562.009-68).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7793/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.440/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Petrucci (003.438.034-53).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7794/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.464/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Bertulino Araujo Lima (041.016.505-00); Hosannah Micheli Tolomei (042.234.705-15).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Feira de Santana/BA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7795/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.465/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Noêmia Silva de Oliveira (581.645.378-53).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santos/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7796/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria da interessada abaixo qualificada, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.468/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ivonilde Lopes Mascarenhas (052.857.203-20).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Taubaté/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7797/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.471/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alvaro Polido Lopes (001.935.346-49); Alvaro Polido Lopes (001.935.346-49); Amelino Ribeiro de Carvalho (104.094.246-68); Ary Moreira da Silva (008.763.646-87); Aulo Carlos Del Debbio (001.723.756-49); Clelia da Silva Pereira (007.255.286-72); Edina de Oliveira Lages (090.873.466-20); Jose de Oliveira Leite (001.938.876-49); Rita Azevedo Cardoso (011.662.986-04); Walter Carvalho Silva (001.991.766-04).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7798/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.473/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arnaldo Augusto (174.284.407-34); Arnaldo Augusto (174.284.407-34); Bernardete da Costa Monteiro (323.990.067-04); Claudia de Oliveira (784.311.237-53); Clenilce Pereira da Cunha (222.148.367-72); Dayl de Araújo (048.317.137-91); Francisco José de Oliveira (173.644.427-15); Francisco Metaxas Nunes Guerra (197.880.617-53); Francisco de Paula Gifalli (113.501.727-15); Hildo Silva (333.009.337-49); Ismael José da Silva (029.048.027-20); Israel de Pádua (107.940.187-34); Jayra Marinho de Castro (284.231.197-34); Jorge Hyppólito Vannier (174.678.377-04); Jose Carlos Pessanha Damasceno (278.840.317-87); José Roberto de Souza (306.706.917-04); Marco Cesar Casemiro (258.073.157-15); Marina Corrêa da Fonseca (458.445.507-49); Odilon Mesquita Nogueira (028.521.287-72); Orlando de Souza Pinho (340.145.517-68); Paulo Magalhães (235.403.547-00); Regina Celi Pinto (186.706.607-68); Regina Celi Pinto (186.706.607-68); Ricardo Santos Salgado (413.644.147-91); Ricardo Santos Salgado (413.644.147-91); Roberto Alonso Arja (129.126.627-53); Sandis Gonçalves (035.348.807-06); Sebastião Rody (491.160.457-34); Sildo da Silveira Durão (503.458.187-68); Wilson Neves (218.449.417-87); Yvete da Silva (547.060.257-53).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Niterói/RJ - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7799/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.476/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alice de Carvalho (252.745.977-34); Antonio Aspino da Rocha Caldeira (300.712.167-15); Cleumo Alves Severo (736.334.537-68); Edson Geraldo Palmeira dos Santos (245.485.967-04); Eliane Andre dos Santos (591.391.537-20); Luciane Dias de Menezes (995.724.437-04); Maria Isabel de Souza Santos (401.995.177-20); Pedro Inacio da Silva (204.204.557-87); Tullio de Avila Mesquita (276.738.047-00).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS No Rio de Janeiro/Norte.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7800/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, em razão de seu falecimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.478/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gualter de Oliveira (073.110.797-72).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7801/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.481/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Pedro de Castro (278.162.578-72); Wagner Wilherm Martins (041.963.846-68).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Varginha/MG - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7802/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-024.483/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Ernane Mendonça (006.879.286-72); Antonio Ernane Mendonça (006.879.286-72); Antônio de Araújo (038.134.876-87); Izaltino Leonardo (045.405.306-15); José Gracindo da Silva Soares (266.336.477-00); Maria Luiza Athaide Pereira dos Santos (203.717.726-72); Maria das Dores Pires Costa (390.609.856-72).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Contagem/MG - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7803/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos inativos abaixo qualificados, em razão de seus falecimentos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.623/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Lomba (041.060.407-00); Joao Carlos Bittencourt (029.864.699-49).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7804/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.354/2009-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Feu Rosa Filho (014.565.127-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7805/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.372/2009-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Alenxandrino (455.970.816-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7806/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.380/2009-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jovelino Jeromino de Oliveira (090.769.136-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7807/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.888/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sadi Alberto Trentin (258.785.650-72).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santa Maria/RS - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7808/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.906/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Delega Junior (741.153.328-91).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Taubaté/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7809/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.232/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danyelle Cardoso Campos (860.893.153-20); David dos Santos Bastos Lapa (757.250.023-49); Eliel Sales Marques Andrade (575.750.293-20); Elisabeth Sekulic (606.036.589-20); Elvira Valda Gonçalves Figueiredo (801.683.453-15); Emanoel da Costa Braz (740.456.953-20); George Dantas Nunes (309.986.463-34); José Ivan Costa de Castro Junior (518.243.023-04); José Vlademir Souza da Silva (301.386.553-91); Karla Pinheiro Pessoa de Carvalho (260.893.433-15); Manuel Teobaldo Lima Junior (511.211.663-34); Marcío Guedes Nogueira (014.143.097-40); Myrlla Araújo Madureira (771.806.663-00); Rejane Maria Gomes Malfado (113.586.703-82); Serafia Maria Fernandes Pereira (440.733.993-49); Thais Melo Pinheiro (640.701.583-91).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Fortaleza/CE - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7810/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.635/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ligia Fernandes da Franca (676.837.204-10); Lilian Mara Carneiro dos Santos (037.923.136-00); Liziane Dorneles Barbosa (807.704.950-87); Lorena Oliveira de Jesus (826.268.125-87); Lorene Brito Santos Lima (735.291.335-15); Luana de Araujo Couceiro (347.906.028-50); Luciana Coimbra da Cunha Afonso (041.072.806-32); Luisa Maria Araujo Amancio (465.919.073-00); Luiz Alberto Leite do Nascimento (126.099.355-87); Luiz Paulo de Assis Martins Junior (020.823.964-28); Lylia Maria Pereira Rojas (060.697.524-14); Maico Alexsandro do Nascimento (004.277.330-06); Manoel Bernardino da Silva Filho (041.068.994-77); Marcel Rosa de Carvalho (973.472.565-34); Marcela Tavares Ferroni (303.834.078-26); Marcelo Barbosa de Lima (028.331.934-83); Marcia Castro Andreo Baronceli (695.236.069-72); Marcia dos Santos Pio (994.867.410-34); Marcos Antonio Silva do Amaral (249.533.005-30); Margaret de Lima Matos (337.057.125-00); Margarida Lima Ribeiro (585.879.425-49); Maria Alice da Silva (018.570.877-39); Maria Cleide da Silva (032.290.454-40); Maria Denize dos Santos (036.892.254-50); Mariah de Jesus de Sousa Faustino (628.703.353-34); Marilia Alves Carvalho (344.029.598-29); Maristella de Araújo Carvalho Sousa (229.185.155-15); Marivalda Dutra Tocundova Arruda (368.246.661-49); Melina de Castro Ciardulo (315.031.318-07); Micheline Pereira Gargano (909.336.565-72); Monica Fernandes de Albuquerque (174.917.738-26); Norberto Ferreira Campos (364.804.607-15); Osmar Francisco da Silva (386.706.310-91); Patricia Baltieri Reis (336.386.548-18); Paulo Cesar Ponte (050.095.158-65); Pedro Pereira Nunes Neto (071.648.454-41); Pollyanna Magalhães Santos de Souza (950.281.885-72); Rafael Piccinini (005.141.800-21); Raquel Zanetti Gaino (339.720.388-01); Reginaldo Alves de Oliveira (425.905.075-34); Rita de Cassia Pacheco Maia (860.999.065-68); Roberta Pereira Silva (302.512.648-58); Roberta Rocha Guimarães (782.843.505-30); Rodrigo Negri de Almeida (069.134.787-55); Rosangela Moura França (187.275.318-30); Rosemary Porto Saraiva (384.682.120-91); Rosilda Pinto de Oliveira (045.708.814-16); Salete Maria Silva Santos (028.572.304-94); Sandro Nery Dortas Montargil (559.261.855-72); Selma Peres Raymundo (659.962.329-87); Sergio Rodrigo Seara de Freitas (657.517.105-25); Severina de Andrade Pires (337.406.664-04); Sidnei Zene de Oliveira (471.672.200-78); Silvana Farias de Almeida (694.514.784-34); Silvana da Silva Tiburcio (097.125.787-63); Simone Aparecida Fernandes (059.427.706-03); Suellen Ciriaco da Silva dos Santos (045.040.264-90); Tamar Ramos de Oliveira (710.036.735-20); Tassia de Castro Muquem (077.460.656-86); Tatiana Tiemi Uchida (807.647.701-87); Teresa Cristina Vital de Sousa (551.101.694-20); Thaís Silva Souza (927.357.625-72); Thiago Luiz da Silva Costa (046.209.804-47); Thiana Silva Fontes Lima Brandão (002.016.845-43); Tiago Maximiliano Neumann (820.215.380-87); Vera Carla Ferreira Lobo (764.214.223-49); Vilson Martins Jorge Cruz (572.902.886-53); Wallace Pacheco Lessa (023.593.644-80); Yara Portella Lima (054.801.956-89).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7811/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.708/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Claudia de Alencar Carvalho (025.182.273-77).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (Vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7812/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.717/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aiane Janaina Rocha de Oliveira (785.751.925-15); Andréa de Azevedo Santos (812.115.625-49); Carolina Abreu Marques de Andrade (810.450.185-20); Maria Helena dos Santos Barbosa (568.315.105-82); Patricia Nascimento dos Santos (826.257.355-20); Paulo Santos de Andrade (930.605.995-72); Renato Dantas Cruz Junior (964.785.355-68).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S. Antônio de Jesus/BA - INSS/MPS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7813/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.731/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Gabriela de Araujo Silva (044.541.246-12); Antonia Arlene Gomes de Oliveira (621.183.313-04); Cristiane Maria Alcantara Batista Ferreira (289.787.901-78); Danielle de Freitas Pozzatti (174.242.998-08); Dulce Aparecida Borges (007.940.348-45); Elixandro Franco Ferreira (989.069.760-20); Fernanda Deschermayer (028.441.379-89); Luis Alberto Steglich (334.595.680-20); Maria Joana dos Santos (709.868.359-00); Silvana Rodrigues de Moura (060.957.588-07).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7814/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.772/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adalberto Jose Vilela Junior (863.472.171-04); Alexandre da Rosa Pellizzon (710.001.271-68); Carlos Andre do Carmo Silveira (705.255.601-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (Vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7815/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.795/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adalberto Barbosa da Cruz Filho (011.915.546-00); Adriana Alkimim Mota (047.454.116-93); Adriana Silva de Almeida (008.711.866-16); Adriano Elias Santos (038.975.666-05); Alessandra Oville Couto (293.964.808-51); Alessandra Silva de Almeida (045.967.836-16); Alessandro Gomes Barata (415.336.582-34); Ana Larisse Cruz Vasques (026.599.833-64); Ana Paula Aparecida Rodrigues (317.877.568-40); Aparecida Piedade Pinto Santana (064.415.458-61); Augusto Wagner de Jesus Costa (013.526.436-77); Auria Maria Vieira da Silva (032.777.456-86); Bianca Majourie Pereira Silva (036.799.196-97); Carliana Carvalho Fonteles (714.699.313-20); Carlos Eudes Pereira do Nascimento (233.635.176-53); Cejane Maria Ribeiro Pessoa (652.567.433-68); Cirus Ribeiro Rodrigues (067.459.096-18); Claudia Mariana Alves de Melo (032.231.996-08); Cristiane Denise Reis (036.588.896-67); Cristiane Magna Araujo (541.400.133-20); Daniele Azevedo Cavalcante (810.452.203-53); Deborah Dias Cardoso e Santiago (849.828.616-68); Denise Nobrega Sanford (435.000.133-68); Eder do Nascimento Souza (914.308.363-34); Eliane Gomes Rocha (087.645.158-00); Ellen Rozana Alves Veloso (012.260.496-21); Fabricia Bicalho (056.026.906-46); Francisca Helaide Leite Mendonça (727.338.024-53); Guilherme Alessandro Tozatto (122.964.088-69); Luciana Morais Bezerra Sobreira Santiago (820.597.303-25); Luiz Alves Vieira Filho (018.478.983-43); Marco Aurelio Nedel (190.405.470-68); Maria Iris Ribeiro Almeida (338.602.818-79); Marluisia Bezerra de Araujo (602.597.014-91); Otavio Oliveira de Morais (023.810.473-79); Paulo Hernesto Pereira Tavares (013.889.263-69); Romilson de Sousa Freitas (910.171.813-49); Simone da Rocha Camargo (310.760.488-70); Suyane Uchoa Amorin (787.184.493-87); Tatiane Luvizotto Dorighello (304.344.718-28); Thais Kalinina Martins Covre (295.276.258-90); Thiago Batista Estevam (961.242.023-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7816/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.814/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Ana Caroline Batista de Moura (014.867.251-55).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (Vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7817/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.845/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adolfo Rodrigues Lima Junior (056.406.826-80); Alexandre Franceschini (956.401.931-15); Ana Flávia Tavares Dore Pessoa (035.943.334-00); Camila de Araujo Rodrigues Padilha (941.687.925-87); Djavan dos Santos Araujo (043.145.924-00); Fabricio Alex Cardoso Freitas (059.924.546-83); Fernanda Fontana (032.310.149-64); Filipe Araujo Florencio (066.149.236-25); Francisco Galdino da Silva Filho (778.514.205-04); Geferson Carvalho dos Santos (976.068.475-68); Gildesio Barbosa Gonçalves (821.993.536-72); Heleniza Evangelista Maia (822.724.846-20); Joao Batista de Oliveira Filho (034.518.566-89); Jose Geraldo Oliveira Freitas (055.285.476-01); Josielle Souza Castro (045.856.636-57); Juliana Mesquita Mendes (012.108.546-51); Juliana Soares Lopes (007.932.936-50); Juliana de Farias Teixeira (046.382.006-13); Katterine Alves Oliveira (028.747.226-42); Laedson Barbosa Rodrigues (966.016.805-59); Leonardo Almeida Queiroz (029.083.086-90); Marcos Antonio de Aguiar (007.939.353-50); Margaret Ferragoni (935.346.558-34); Maria Aparecida Almeida de Queiroz (064.287.086-12); Rosa Maria Oliveira Dantas (908.717.315-68); Wilma Claudia de Souza Santos Alves (685.829.435-04); Wilton Cesar Ferreira de Mello (389.119.065-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7818/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.939/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adenoalda Santos da Paz (016.108.325-07); Adriana Rocha Aguilar Carneiro (297.593.578-10); Adriano Teixeira Medeiros (795.553.575-87); Alcides Rogério da Silva Borba (406.084.330-04); Alice Leite Cougo (000.153.210-37); Aline Menezes de Morais (289.809.748-92); Aline de Oliveira Santos (005.220.795-12); Ariadne Vidal de Oliveira (042.945.044-39); Carlos Eugenio Magalhaes Bastos (825.676.033-87); Carlos Gautama de Abreu Gomes (909.042.140-87); Claudia Ravazi de Castro (741.853.490-68); Dayse Cristina Farias Ferreira (920.440.777-87); Deborah Maria Vidal Matos (262.761.783-49); Edson Borges de Morais (399.244.406-68); Eduardo Luis Zanchet (007.542.810-51); Elisangelo Jose Carvalho Silva (620.322.673-49); Fabio Monteiro Lima (098.866.617-04); Felipe Luis Dillmann (002.964.440-22); Flavia Cristina Lima da Silva (072.562.884-76); Francisco Markuilanio Pinheiro Vieira (630.743.463-53); Fátima Figueiredo da Silva (089.616.947-23); Gabriella de Olivera Morais (011.342.473-62); Genilson Saraiva Filho (442.824.783-49); Gustavo Gomes Oliveira (087.617.597-32); Israel Pena da Costa (001.424.853-06); Ivanise Leal Matoso da Silva (216.122.618-50); Janaina Bezerra Barros Boaventura (963.291.813-49); Jerfson Gomes da Silva (026.705.163-86); Jonatas Pereira Briseno (790.040.163-68); Jose Adriano Ferreira de Oliveira (858.007.403-72); Jose Eduardo Alves Batista Filho (664.889.903-49); Jose Junior Rodrigues Dutra (871.729.843-15); José Augusto de Souza (044.825.407-73); Karine Paula Borges Vieira (039.263.079-60); Layrton dos Santos Silva (026.704.593-07); Luana Martins Pinho (005.204.993-01); Luiz Henrique Vieira de Oliveira (015.330.013-24); Lídia Lopes da Silva Souza (326.765.608-75); Marco Antonio Dalmaso Coelho (943.714.230-00); Margarida Maria Gomes Vieira (144.811.034-34); Maria Auxiliadora Rosa de Souza (226.622.275-91); Maria da Conceicao de Oliveira Xavier (321.584.086-34); Maria do Perpetuo Socorro Cunha Leite (578.532.663-91); Mary Patricia Vieira Ferreira (775.728.156-34); Niceas Augusto Gusmao Rocha (781.728.024-04); Paola Angela Maria de Andrade Farias (956.067.343-20); Patricia Denardin Alves e Silva (003.417.850-32); Paulo Roberto Martins Mota (321.619.486-87); Pavel Soares de Alencar (879.260.593-15); Raquel Maria Pimenta Gonçalves da Silva (010.495.015-35); Renata Costa da Silveira Santos (085.653.917-10); Ricardo Sartori Cella (898.402.750-20); Roberta Barreto Almeida (063.525.956-77); Roberto Alves Santana (008.073.145-79); Rodrigo Pereira Krauspenhar (956.725.590-34); Rosangela Froes Santos (012.429.476-63); Shirley Gonçalves do Nascimento (058.778.354-08); Sislane Maria Zambarda Jiukoski (463.305.770-72); Sueli Aparecida Alves (284.083.828-10); Thaciana de Freitas Feitosa (047.218.004-52); Vanessa de Castro Lima Campos (987.354.035-00); Vanio Turatti (819.833.870-53); Verena Maria Correa Guimaraes (344.230.446-68); Wagner Oliveira Azambuja Caldas (778.844.770-68); Wilson Rocha da Silva (920.617.616-15); Zenon Fernandes Macedo (042.186.016-23).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7819/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.968/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Raphael Robbins Gambetta da Costa Feliz (298.291.748-32).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (Vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7820/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.013/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Aline de Souza Araujo (061.277.046-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7821/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.016/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Tatiane Dauanny (013.372.956-71).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7822/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.362/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luis Eduardo de Jesus Soares (823.523.215-49).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Distrito Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7823/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.627/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Davi Oliveira Fernandes (007.798.404-88); Eliza Chaves França (121.459.377-14); Norberto da Silva Santos Filho (090.849.857-88); Paulo Ohno dos Reis Nonaka (081.171.597-32); Rodrigo Antunes (024.275.039-75).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7824/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.823/2009-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alberto Toneto Dutra (929.693.050-20); Alessandra Soares Dresch (772.135.050-68); Aline Baldissera (002.769.820-37); Aline Bin (002.127.740-00); Aline Cristiane Oliveira Dantas (011.457.370-05); Aline Nunes da Rosa (002.560.140-78); Ana Cristina Gularte (986.015.120-20); Ana Paula Daniel (966.035.690-00); Ana Paula Palmeira Marques Lied (824.247.300-59); Andreia Noronha Oliveira Neves da Silva (715.797.370-72); André Augusto Ferreira (038.033.636-75); Andréa Costa dos Santos (771.434.500-49); Andréia Brendler Ferreira (742.067.020-04); Ane Margarete Kolkem Dias Vieira (905.287.270-87); Ariele Moura Vieira de Vasconcellos (005.906.500-17); Bênita Evair da Silva Rodrigues (716.427.060-00); Caren Medeiros Lameira (899.436.430-72); Carina Bolzan Casarotto (000.992.820-03); Àlysson Raniere Seidel (771.691.230-53); Ânderson Oliveira Sobroza (001.843.500-93).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7825/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.898/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jose Walter Gomes Rodrigues (190.389.336-49); Josiane Morais Dias (994.225.493-53); Juliana Comar Ramos de Oliveira (026.532.279-08); Juliana Lopes de Carvalho (995.471.041-87); Juliana Martins Prota de Sá de Oliveira (950.637.061-34); Juliana da Silva Oliveira (086.580.717-58); Juliana de Souza Rocha (690.406.641-53); Juliano Gomes de Almeida (799.481.971-00); Jussara Athayde Zuniga (021.740.167-88); Karina Raquel Carvalho Neiva (713.018.791-34); Karine Passos Lima (987.739.505-30); Karla Leonel Soares (013.986.476-83); Karlo Teixeira dos Santos (355.108.971-04); Katiane Santos de Souza Lima (033.909.904-61); Katiuscia Souza de Brito (980.391.725-00); Laercio Vieira Machado (007.200.415-03); Lauvir Custodio Duarte (391.097.470-87); Leandro Francisco Munhoz (174.673.808-10); Leandro Gomes Zamboni (281.240.108-70); Leandro Liscano da Silva (606.088.030-49); Leila Régia Nicácio Amorim (032.721.744-86); Lenildo Correia da Silva Junior (022.278.314-13); Leonardo Belem Menezes (713.577.426-49); Leonardo Martins da Silva (986.995.395-68); Leonardo de Oliveira Sirotheau (687.115.302-00); Liciane Andreia Klusener (909.248.600-06); Lilian Carla Felix Thonhom (300.784.958-65); Loraine Aparecida Campanario da Silva (428.280.070-49); Lorena Gomes Monken (003.600.395-61); Lorena Mariana de Oliveira Rigobello (003.806.551-79); Lucas Seibel Silva (004.089.070-88); Lucia Helena Beirão Friedrich (252.504.770-20); Luciana Carvalho Domingues Santos (032.040.899-08); Luciana Fischer (017.113.169-03); Luciana Pinheiro Sobreira (005.915.861-18); Luciana Schmidt Kirschnick (682.758.620-00); Luciano Breguez Poloni (567.979.906-53); Luciano Chagas de Carvalho (025.406.417-50); Luciano Hiroshi Uesaka (174.215.708-45); Luciano Isaias de Lara (031.473.019-23); Luciano Trindade Rocha (986.230.285-20); Ludmila Nascimento Soares (005.498.651-60); Luis Daniel Antunes Braga (574.383.150-53); Luis Roberto da Silva (025.389.218-05); Luiz Alberto de Andrade Brasil (391.838.745-34); Luiz Paulo Fernandes Motta (380.127.151-04); Luiz Takashi Yamakawa (572.221.699-20); Luiz Yoshinori Kamada (108.543.828-79); Luiza Barros Santoucy (018.199.831-96); Luiza Francisca de Sousa (498.450.981-34); Luzimar Silva Reis (771.219.611-72); Luís Antônio Pittol Trevisan (008.958.119-95); Madson Mariz Melo Tavares (457.160.134-49); Maira Ribeiro de Oliveira Negromonte (014.327.655-74); Mara Andrea Troiano (267.892.278-22); Marcelo Alves Cenerine (305.057.108-03); Marcelo Arnoldo Hoffmann (042.143.359-02); Marcia Coelho Magalhaes (044.314.276-94); Marcia Cristina de Sa Barreto (028.332.094-01); Marcia Pimentel de Castro (598.991.667-15); Marcia Regina Araujo Lima (858.784.801-15); Marcio Gonçalves de Souza (482.889.936-72); Marcio Roberto de Almeida (664.712.901-44); Marcos Gonçalves da Silva (869.254.747-68); Marcos Lima de Mattos (724.357.800-44); Marcos Roberto Maria da Costa (982.478.406-34); Marcus Antonio da Silva Caldas (007.265.967-01); Marcus Tadeu Campanile (118.101.268-60); Margareth Bello Alves (260.282.448-80); Maria Custodia Pereira Pessoa (782.022.996-91); Maria Keiko Hada (346.408.788-34); Maria Luisa Gomes da Silva (005.627.559-50); Maria Lusmar Caldeira Farias (918.078.919-68); Maria Rubia Braga (999.298.803-72); Maria Ruth Rodrigues Maia (090.912.758-12); Maria de Lourdes de Sousa Martins (871.966.037-53); Maria do Socorro Ferreira dos Santos (700.620.303-10); Mariana Aparecida Serejo de Souza (721.057.801-30); Mariana de Almeida Chaves (270.825.728-59); Mariano Kosinski (842.789.519-49); Marilene Remus Moraes (271.270.520-34); Marina Frossard Ribeiro Mendes (724.249.901-15); Mario Henrique Loschi de Lima (267.809.808-70); Mario Issamu Hori (789.845.138-49); Mario Lucio Roque (078.852.038-59); Marsol e Silva Conceicao (019.501.953-92); Marsy Ferreira da Silva (031.342.346-61); Mary Mendes (529.059.186-91); Maurício de Carvalho Lopes (614.401.673-20); Mauro Alberti Minor (676.986.970-53); Maurício Dias Sobreira Bezerra (853.446.804-49); Michele Pires Bandeira (006.540.585-47); Michélli Pfaffenseller (000.755.950-01); Miguel Mitsuaki Fujikawa (083.371.678-66); Monica David de Sousa (721.223.401-00); Monica Ramos de Souza (003.338.026-08); Morivaldo Rodrigues (126.111.798-08); Nadia Aline Tinoco Cortez (034.295.604-38); Nara Cristina Lucena de Oliveira (858.863.941-68); Natalia Santos Villordo Moraes (011.899.031-48).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7826/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.899/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Naxnara Any Palhares (009.478.924-00); Nerivaldo Marcio Leone (266.566.828-98); Nero Cunha Ferreira (069.955.216-84); Neusa Pinzetta (412.625.060-34); Odirley Gonçalves da Costa (850.317.551-72); Pablio Ferreira Neri (031.007.249-25); Pablo Santos de Souza (708.687.782-49); Patricia Oliveira de Macedo (896.302.701-53); Patricia de Fatima Estradioto Precoma (978.550.229-53); Paula Baptista de Souza (118.937.598-22); Paulo Cesar Calgaro (042.919.618-04); Paulo Cesar de Souza Silveira (013.283.226-70); Paulo Claudino Ferreira (004.738.265-18); Paulo Henrique Barbosa (457.181.800-91); Paulo Jorge Dias (072.181.958-30); Paulo Martinez Borja (021.768.369-01); Paulo Rogerio Gomes (161.356.518-62); Pedro Armando Kolberg (465.665.030-72); Pedro Cesar Guimaraes (390.896.731-72); Pedro Gilvan de Medeiros Leite (011.500.476-90); Piter Vagner da Conceição (049.514.886-55); Rafael Freitas Cervo (923.531.501-87); Rafael Mendes Pinheiro (023.434.413-08); Rafael Pereira Cardozo (010.791.211-29); Raimundo Hermeto Costa de Oliveira (629.208.393-49); Raimundo Marcio Ribeiro Lima (802.758.343-87); Rajane Kaarina Anceles Lima (407.685.203-63); Raphael Dias de Oliveira (022.745.659-96); Raphael Guerreiro de Moura (990.912.321-53); Raphael Leite de Castro (013.022.203-81); Raphael Lourenco da Silva (722.013.631-53); Raquel Dias dos Santos Guimarães (057.443.206-01); Raul Almeida da Paz (000.326.485-88); Regina Caminha Pereira dos Santos (748.469.650-15); Renato Pecaro Monteiro (250.625.978-38); Renato de Souza Junior (003.983.949-46); Ricardo Augusto Abdalla Chebib (292.656.648-43); Ricardo Fava Corsatto (221.299.441-91); Ricardo Figueiredo de Matos (011.824.845-65); Rita de Cassia Mendes (427.109.286-04); Rivelino Goncalves Vieira (028.136.336-66); Roberto Marques de Souza (072.688.787-02); Rodrigo Abel Seeger Aguirre (821.688.060-04); Rodrigo Fileto Cuerci Maciel (086.433.117-74); Rodrigo Luiz Morais Luz de Carvalho (944.257.875-87); Rodrigo Martins Santos (029.884.044-88); Rodrigo Schwartz da Silveira (016.810.947-62); Roque Jose Rodrigues Lage (712.862.171-72); Rosaria de Fatima Barbosa Soares (591.749.356-15); Ruterson Vieira Teixeira de Freitas (628.228.706-59); Ruy Iwao Yoshihara (044.348.859-28); Sadraque Oliveira Rios (008.582.465-89); Samuel Carin (124.159.727-89); Samuel Carvalho Marinho (845.176.893-87); Sandra Pereira Carrijo (829.839.841-68); Sarah Guimarães Batista (710.290.601-34); Saulo Dantas de Santana (017.967.645-82); Saulo Gonçalves Moreno (032.699.269-36); Sergio Andre Wiese Chinez (266.404.108-85); Sergio Protasio Correa Gomes (989.827.020-91); Sheila Rosana Oliveira (676.622.690-00); Sheila dos Reis Mondin (976.135.840-20); Sonelene Gisele Dias Loura (794.044.722-04); Suzana Martins Ramos Pinto (086.888.207-08); Taisa Magalhaes de Oliveira Santana (019.542.765-32); Talita Charrise Nunes Higino (010.707.684-56); Tassio Carlos Rodrigues Filgueiras (003.468.803-00); Tatiana Lima Campelo (640.288.953-91); Tatiana Marques da Silva (303.323.338-41); Tatiana Migueis de Sousa (580.125.161-87); Tatiana Soares Fonseca (060.153.516-24); Tereza Cristina Monteiro de Melo (722.832.113-87); Thais de Andrade Silva (300.943.068-00); Thomas Pedrosa Richter (024.488.557-57); Tiana Romani (005.438.790-62); Tulio de Oliveira Dorinho (046.759.946-79); Tássia Bergmeyer da Silveira (012.860.680-02); Valdenio de Albuquerque Souza (023.576.724-71); Valeria Silva de Souza (008.992.800-80); Valmor Adriano Burille (839.657.939-34); Vando Cardoso Cannavina (260.493.868-54); Vanessa Domingues Esteves (226.964.348-83); Vanessa Epinoça Berloffa (255.567.128-59); Vanise Cleto Murta (031.115.459-03); Venicio Glebson Dantas da Silva (723.237.601-49); Vicente Angelo Cadore (526.997.570-04); Victor Hugo Ribeiro Ferreira (716.709.041-72); Virgilene Dias de Santana (007.198.478-00); Vitor Braga de Jesus (943.457.405-68); Vitor Siqueira Ferreira (014.769.546-58); Vitor Tadao Yamada (091.000.048-47); Vitruvio Soares Martins de Alencar (027.250.594-37); Vladimir Ferreira Seguti (478.393.091-00); Wagner dos Santos Pinto (028.608.017-66); Walbert Mascarenha Brito (776.646.805-06); Walter Okamura (273.593.522-15); Walter Simões Filho (673.578.497-91); Watson Helvecio Freitas de Queiroz (577.420.067-15); Wayne Vinicius Di Francisco Rodrigues (033.144.689-89); Welington Costa Araujo (970.883.905-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7827/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.636/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Amanda Ferreira Lima (247.450.248-35); Jose Ricarte da Silva (013.995.434-15); Maria do Rosario Pereira da Gama Lima (187.906.664-53); Maria do Socorro Lima Medeiros (124.483.894-20); Thallita de Carvalho Ferreira Lima (000.270.204-52); Vilma Maria Alves Alipio (220.513.094-34); Wendel de Carvalho Ferreira Lima (000.290.884-02); Weskley de Carvalho Ferreira Lima (000.290.794-11); Wesley de Carvalho Ferreira Lima (000.290.784-40); William de Carvalho Ferreira Lima Junior (946.648.624-15).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Petrolina/PE - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7828/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-020.647/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Helder Seiji Tanaka Costa (384.095.958-69); Herbert Costa (641.343.348-53).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS São Bernardo do Campo/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7829/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.655/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Fatima Aparecida Palitos (009.771.078-41); Maria Aparecida Marques da Silva (011.230.598-96).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Guarulhos/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7830/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.657/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Teresinha Aparecida Giliolli Sene (049.551.698-80).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araraquara/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7831/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e 7º da Resolução nº 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de pensão civil, da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.389/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Joyce Alves Bulcao (039.458.075-30).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Juazeiro/BA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7832/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, e 7º da Resolução nº 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de pensão civil, do interessado abaixo qualificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.392/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Luiz Otavio Novaes Moreira de Souza (370.802.598-94).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S.J da Boa Vista/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7833/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.645/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Rebka Rodrigues Correa (036.021.848-20).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS Em São Paulo/Norte.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7834/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.646/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Clementina Loureiro Ferreira (697.262.803-20); Darcy Irinea Rodriigues Soares (483.857.193-34); Haroldo Julio Sousa Velozo (037.881.993-34); Marlene Nunes Gomes Rosa (407.603.243-87).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Luís/MA - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7835/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.706/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Leontina Lancellotti (609.467.508-82).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ribeirão Preto/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7836/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil da interessada abaixo qualificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.709/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Olympia Nobre Modena (476.253.338-68).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araçatuba/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7837/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.710/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonio Mauricio de Lucena (055.981.256-68); Lucy Prado Badaro (034.682.746-96); Maria Dilma Andrade Abranches (076.276.377-91); Maria Suely de Faria (143.306.366-20).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7838/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 5.017/2011-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 19/7/2011, inserido na Ata nº 25/2011-Extraordinária, onde se lê: "Considerando que, regularmente notificado, em 27/42011, da deliberação recorrida, o Acórdão nº 1.796/2011-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 22/3/2011, inserido na Ata nº 8/2011-2ª Câmara, o interessado somente compareceu aos autos em 13/5/2011, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração;", leia-se: " Considerando que, regularmente notificado, em 27/4/2011, da deliberação recorrida, o Acórdão nº 1.769/2011-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Extraordinária de 22/3/2011, inserido na Ata nº 8/2011-2ª Câmara, o interessado somente compareceu aos autos em 13/5/2011, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração;", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.919/2008-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2007)
1.1. Apensos: 013.651/2011-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsáveis: Benedito Joao de Farias Aguiar (003.803.182-53); Claudio Barbosa dos Santos (097.579.532-53); Dnair Marques de Oliveira (128.693.093-68); Dorival Nicodemos da Costa e S (071.837.982-91); Edilton Jose da Silva Mesquita (105.651.912-68); Eduardo Luiz da Silva Loureiro (250.620.007-00); Eneida de Fatima Castro Lopes (175.311.602-34); Florivaldo Vieira Martins (108.654.972-49); Hudinilza Queiroz Franco (186.578.852-04); Ilza Maria Monteiro de Lima (280.644.022-04); Janiovaldo Alves Barbosa (104.494.932-53); Joao Bosco Bastos de Araujo (001.334.693-87); Joao Wenceslau Padilha da Silva (186.381.802-25); Jorge Gonçalves da Silva (329.620.372-91); Maria de Fatima Veloso Pestana (050.203.102-63); Maria de Nazare Alves dos Santos (082.153.672-91); Osmar do Carmo Assunção (089.685.942-87); Oton Garcia Damasceno (001.499.852-15); Raimundo Israel Tavares Martins (180.282.502-97); Raimundo Jorge Pinto Freire (049.148.482-87); Raimundo Nonato da Costa Vericio (226.832.832-53).
1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Pará.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Antonio Carlos Aido Maciel, OAB/PA 7.009, Alberto Lopes Maia Filho, OAB/PA 7.238, Leonidas Barbosa Barros, OAB/PA-9.885, Wilson José De Souza, OAB/PA 11.238, Romualdo Baccaro Junior, OAB/PA 11.734, Katia Cilena Oliveira De Almeida, OAB/PA 12.094, Carlos Allel Gonçalves Maia, OAB/PA 16.547, Sâmya Letícia Santos De Souza, OAB/PA 5452-E e Daniella Silva De Souza (estagiarios).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7839/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o recorrente apresenta expediente recursal inominado;

Considerando que a peça não se enquadra em nenhuma das hipóteses recursais previstas na Lei nº 8.443/1992 e no Regimento Interno do TCU;

Considerando que o art. 48, § 4º, da Resolução TCU nº 191/2006 determina a negativa de recebimento do pleito, quando ficar comprovado que a peça trata de petição a qual não pode ser conhecida como recurso de decisão do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU c/c art. 48, § 4º, da Resolução TCU nº 191/2006, e de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em receber a peça recursal com mera petição, negando-se a ela seguimento e determinar o seu arquivamento, após comunicação às partes e aos órgãos/entidades interessados, do teor deste acórdão, bem como do exame de admissibilidade de fls. 26/27 do anexo 3 dos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-025.430/2008-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Modesto Pessoa de Avila (279.774.716-04).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais (853 Municípios)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.5. Advogados constituídos nos autos: Antônio José de Assis Castro (OAB/MG 58.196) e Eulino do Espírito Santo Lopes (OAB/MG 96.230).

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7840/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, regularmente notificado, em 15/6/2011, da deliberação recorrida, o Acórdão nº 3.380/2011-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 24/5/2011, inserido na Ata nº 17/2011-2ª Câmara, o interessado somente compareceu aos autos em 18/7/2011, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração;

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando, paralelamente, que o interessado não apresenta fatos novos capazes de alterar o mérito do acórdão alvejado, o que, por si só, inviabiliza o conhecimento da peça recursal em tela, **ex vi** do disposto no art. 39, parágrafo único, do aludido Regimento;

Considerando que, nessas circunstâncias, os pareceres da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto a este Tribunal são convergentes no sentido do não-conhecimento do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I; e 285; do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto e em arquivar os autos, após o envio de cópia deste Acórdão e do exame de admissibilidade de fls. 20/23 do Anexo 3 ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-031.360/2007-8 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Francisco Bismark Augusto Bezerra (013.329.102-20); Francisco Plínio Valério Tomaz (035.372.502-15); Francisco das Chagas Dissica Valério Tomaz (015.140.162-49); José Castro de Lima (055.039.572-53); José Edy Monteconrado Gomes (013.617.912-68).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado do Amazonas (62 Municípios)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7841/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº155/2002, em expedir quitação aos Srs. Thompson Fernandes Mariz e Alexandre José de Almeida Gama, ante o recolhimento integral da multa que lhes foi imputada individualmente, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), pelo Acórdão nº 1.942/2011-TCU-2ª Câmara, e encaminhar os autos à Secretaria da Presidência para sorteio de relator nos termos propostos pela unidade técnica nos autos.

Quitação relativa ao subitem 9.3 do Acórdão nº 1.942/2011, proferido pela Segunda Câmara, em Sessão de 29/3/2011, Ata nº 9/2011.

Alexandre José de Almeida Gama

Valor original da multa: R$ 20.000,00 Data de origem da multa: 29/3/2011

Valor recolhido: R$ 20.000,00 Data do recolhimento: 27/4/2011

Thompson Fernandes Mariz

Valor original da multa: R$ 20.000,00 Data de origem da multa: 29/3/2011

Valor recolhido: R$ 20.000,00 Data do recolhimento: 04/5/2011

1. Processo TC-013.568/2009-5 (DENÚNCIA)

1.1. Apensos: 023.867/2009-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Adail Ferreira da Silva Paz (428.124.374-72); Alexandre Jose de Almeida Gama (205.813.604-78); Almir Pereira de Souza (692.051.244-00); Angela Maria Rocha Gonçalves de Abrantes (437.044.924-34); Antonio Marcus Nogueira Lima (291.587.614-20); Antônio Gláucio de Sousa Gomes (139.536.054-53); Arjuna Escariao Agripino (051.045.004-03); Bráulio Maia Júnior (203.430.514-00); Claudiano Lopes Diniz (044.640.864-62); Crislene Rodrigues da Silva Morais (467.937.394-68); Edeilde Gonçalves da Silva (041.538.042-15); Edinalda Gualberto Duarte (338.284.234-34); Edjane Esmerina Dias da Silva (022.948.314-38); Elisabeth de Oliveira (413.912.176-91); Enilson Palmeira Cavalcanti (087.013.424-87); Francisco Augusto de Souza (596.799.568-49); Fábio de Freitas Pereira (160.090.454-87); Gilmar Trindade de Araújo (218.606.884-20); Hermília Feitosa J. Ayres Barbosa (347.833.693-72); Homero Gustavo Correia Rodrigues (206.320.964-20); Jaime Alves Barbosa Sobrinho (188.580.584-53); Jarbas Sobreira Moreira Junior (047.088.044-90); Joaquim Cavalcante de Alencar (112.503.994-91); Josevaldo Pessoa da Cunha (132.303.874-49); José Irelanio Leite de Ataide (512.013.137-91); José Pinheiro Lopes Neto (601.515.012-20); José Wanderley Alves de Sousa (468.239.724-91); João Batista Queiroz de Carvalho (241.505.687-15); João Batista da Silva (714.005.164-04); Juliana Maria Carneiro Wanderley (087.035.074-91); Juscelino de Farias Maribondo (504.569.034-53); Kilson Pinheiro Lopes (000.040.994-43); Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (409.387.354-20); Macário de Araújo Cavalcante (460.759.094-00); Manassés da Costa Agra Mello (237.372.554-15); Moema Soares de Castro (160.266.084-00); Mário de Sousa Araújo Filho (068.487.374-53); Mércia de Fátima Araújo Gonçalves Lima (132.262.404-63); Paulo Matias de Figueiredo Junior (979.871.664-72); Paulo de Freitas Monteiro (333.580.104-06); Paulo de Melo Bastos (161.710.124-91); Pedro Vieira de Azevedo (050.136.234-72); Perla de Sousa Alves (027.840.364-64); Romulo Raimundo Maranhão do Vale (087.032.564-72); Sandra Sueli Carvaslho Bezerra (136.022.844-68); Thompson Fernandes Mariz (160.623.704-78); Valdir Cesarino de Souza (237.832.574-68); Vicente Ferrer Gomes (204.672.734-72); Vivian Monteiro (996.918.684-15); Walman Benício de Castro (396.146.384-00); Wellington Santos Mota (044.707.534-91).

1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Advogados constituídos nos autos: José Campos Filhos, OAB/PB nº 8.581 e Tércio de Sousa Mota, OAB/PB nº 12.092.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar o envio dos autos à Secretaria da Presidência, para sorteio de relator, nos termos propostos pela SERUR em fls. 204 do anexo 7 e 196 do anexo 8.

ACÓRDÃO Nº 7842/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 169, 237, parágrafo único, c/c o art. 235 do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer da presente representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade, e em determinar o arquivamento dos autos, encaminhando cópia desta deliberação ao representante.

1. Processo TC-006.488/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Procuradoria da União/MA - AGU/PR (26.994.558/0015-29).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Riachão - MA.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7843/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "**a**", e 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº155/2002, e de conformidade com a proposta da unidade técnica, em conhecer da Representação para, no mérito, considerá-la improcedente, sem prejuízo da determinação abaixo especificada, e em arquivar os autos, após o envio de cópia deste Acórdão e da instrução da unidade técnica, ao Procurador da República, Sr. Oscar Costa Filho, com vistas a subsidiar o procedimento administrativo de sua alçada.

1. Processo TC-013.510/2010-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Hospital Gonzaga Mota de Messejana (07.059.280/0023-68); Hospital de Messejana (07.954.571/0022-39); Universidade Federal do Ceara (07.272.636/0002-12).

1.2. Interessado: Procuradoria da República/CE - MPF/MPU (26.989.715/0011-84).

1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar a SECEX CE que informe ao Procurador da República no Estado do Ceará, Sr. Oscar Costa Filho, que não existe procedimento de auditoria instaurado acerca da investigação da prática de possível superfaturamento pelas empresas Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda., Meizler Comércio Internacional Ltda., Immuno Produtos Biológicos e Químicos Ltda., e Grifols Brasil Ltda., na comercialização de produtos hemoderivados (e. g. albumina, imunoglobulina e gamaglobulina) aos hospitais Walter Cantídio, da Universidade Federal do Ceará, Hospital de Messejana e Hospital Distrital Gonzaga Mota.

ACÓRDÃO Nº 7844/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VI, c/c o art. 157 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, e autorizar a realização de diligência ao Instituto Rio Branco - MRE para que encaminhe a esta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, as informações relativas ao "Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco - Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia", nos termos propostos pela unidade instrutiva.

1. Processo TC-025.637/2011-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5).

1.4. Advogados constituídos nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7845/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 237, inciso VII do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, art. 132 inciso VII da Resolução nº 191/2006, e de conformidade com a proposta da unidade técnica, em conhecer o expediente encaminhado pela 1ª Vara do Trabalho de Mauá como representação, por preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes a espécie**,** para no mérito considerá-la improcedente, tendo em vista que a contratação ora questionada de advogado autônomo para representar juridicamente o INSS é anterior ao Acórdão n.º 1.758/2004 - Plenário que esclareceu o assunto, e em arquivar os autos, após o envio de cópia deste Acórdão e da instrução técnica 00/00 ao interessado.

1. Processo TC-028.316/2011-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

b) Ministro Aroldo Cedraz (Relação nº 28);

ACÓRDÃO Nº 7846/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em:

1. Processo TC-016.112/2007-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ailton Marques Couto (036.529.715-15); Aladia Barbosa de Souza (117.831.505-30); Alvaro Rabelo Alves Junior (001.204.645-00); Amene de Cassia Jabaly Bonfim Dias (783.292.727-53); Armindo Jorge de Carvalho Biao (046.579.695-87); Carlos Zacarias Freire (001.208.555-34); Colynaura Athayde de Burgos (149.853.225-04); Edna Queiroz Boaventura Sanfront (076.763.015-72); Edvaldina de Sales Borges (064.241.715-68); Jacques Abd El Krim Saidi Salah (064.852.195-87); Maria Anita Pessoa Martinelli (118.791.655-20); Maria Helena Verissimo (296.168.405-68); Vania Maria Galvão de Carvalho (076.682.955-34); Walter Crispim da Silva (002.249.795-15)

1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. determinar à Universidade Federal da Bahia que proceda à emissão de novos atos de aposentadoria para os Srs. Ailton Marques Couto, Aladia Barbosa de Souza, Amene de Cássia Jabaly Bonfim Dias, Carlos Zacarias Freire, Jacques Abd El Krim Saidi Salah, Maria Helena Veríssimo e Walter Crispim da Silva, livres das irregularidades apontada nos presentes autos, para que sejam submetidos à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 260, caput, do Regimento Interno.

ACÓRDÃO Nº 7847/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.805/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carmem Rejane de Carvalho Bargetzi (001.034.894-87); Jediel Dutra Cruz (004.830.104-30); Jose Rodrigues Barros (023.934.501-06)

1.2. Entidade: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (em Liquidação) - MI

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7848/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.865/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Elizabeth Cajaty Martins (437.988.027-34); Rodrigo Leandro Pereira (029.242.187-72)
1.2. Órgão: Advocacia-geral da União - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7849/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.875/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela Maria Gurgel Pinto (060.947.593-20); Barbara Correia Lain (464.203.397-15); Francisco Zilton de Oliveira (120.688.531-91); Maria Edileusa Lima de Farias (097.895.881-00); Maria Goretti de Almeida (112.501.601-97); Maria Jose Lopes de Paiva (235.373.456-15); Maria de Lourdes Oliveira Santos (091.500.305-82)
1.2. Órgão: Controladoria-geral da União - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7850/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.117/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abdias dos Anjos (059.811.741-53); Adelaide Trancoso de Carvalho (475.832.667-34); Afonso Celso Pinheiro (091.602.804-68); Aluisio Henrique de Melo (008.420.604-72); Angela Aparecida Reis e Medeiros (172.332.836-72); Angela Conceição Cardoso dos Reis (049.446.232-91); Antonio Paulo Salazar de Souza (197.784.300-04); Carlos Frederico Lessa Midjel (017.362.645-91); Carmelucy de Almeida (099.273.871-72); Carolina dos Santos Dias (221.391.681-00); Celia Maria de Souza Lima (073.076.163-00); Claude Nahor Wondracek (011.063.410-15); Clezia Maria Souza (102.457.901-87); Denise Maria Jorge Perfeito (406.203.367-49); Devair Braziel dos Santos (059.713.651-34); Eli Pessanha Gomes (502.098.417-53); Elizabeth Christina Nogueira de Athaide (274.686.077-53); Elizabeth Conceição Moreira Leite de Souza (163.038.226-49); Fidelicia Carvalho Silva (082.779.151-87); Flavio Renato Soares Gaspary (163.004.160-20); Francisco Monteiro de Sales (004.043.061-87); Francisco das Chagas Gonçalves (012.362.704-44); Helena Matias do Nascimento (239.204.591-72); Ilta Schmidt de Oliveira (221.163.119-34); Janayde Grice Feydit Elias (269.106.837-49); Janine Moreira Nascimento Patriota (101.521.564-53); Joana Martins da Silva (390.690.286-20); Joao Francisco Alexandrino Nogueira (014.721.003-87); Joao Silva Oliveira (042.097.613-20); Joivan Fernandes (201.562.007-91); Jose Rubens dos Sanjos (027.143.531-34); Laurita da Silva Rocha (501.921.757-34); Leneci Elaine de Oliveira (214.756.790-68); Lindalva dos Santos Fagundes (118.801.552-49); Maria Angela Pereira Diniz (223.534.961-72); Maria Aurea de Assunção (061.848.983-53); Maria Ecilene Roberto Hayden (074.160.242-34); Maria Evaristo Valerio (122.312.661-72); Maria Jane de Lourdes Figueiredo (152.706.101-91); Maria da Conceição Paulino da Costa (078.043.854-04); Maria da Cruz Santos (055.691.685-91); Maria da Graça Ramos Farias (031.439.452-49); Maria de Jesus Martins Monteiro (072.995.753-53); Maria de Lourdes Groberio (799.686.357-15); Marlene Rodrigues de Souza (039.844.512-53); Martha Theodora Souza Sampaio (026.852.482-34); May Flower Bezerra (097.787.211-49); Miriam dos Santos Guerra (115.773.471-53); Myrian Edilda Riveros Simoes (222.162.869-15); Neuza Neta Carvalho (044.736.983-00)
1.2. Órgão: Advocacia-geral da União - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7851/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.245/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Helio Fernando Barros da Silva (005.270.684-20); Manoel Agripino da Natividade (034.604.874-53); Manoel Pedro da Silva (034.588.224-53); Yeda Medeiros de Carvalho (002.099.451-68)
1.2. Entidade: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (em Liquidação) - MI
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7852/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.384/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Alberto Moraes (087.118.361-72)
1.2. Órgão: Controladoria-geral da União - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7853/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.388/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ivanilton Lustosa Jordao (057.340.881-53)
1.2. Entidade: Controladoria-geral da União - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7854/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.394/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rita de Cassia Gomes de Sa (385.456.327-20)
1.2. Órgão: Controladoria-geral da União - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7855/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.395/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Sergio Afonso (392.337.407-06); Teresinha Cardoso das Neves (179.349.661-72)
1.2. Órgão: Controladoria-geral da União - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7856/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.904/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anaide Glória Olímpia de Freitas (185.408.561-15); Ernani Eduardo Pacheco Henning (113.904.331-53); Geraldo Batista Miranda Leite (175.453.826-68); José Delson Rodrigues Pereira (114.964.601-20); Maria Helena de Oliveira (919.216.788-87); Maria Irani de Assis (151.641.601-53); Marta Borges Miranda Ferreira (153.057.671-72); Rosa Maria Fernandes (150.752.221-53); Sônia Batista Pereira (304.483.526-72)
1.2. Entidade: Imprensa Nacional - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7857/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.105/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldemio Ogliari (120.891.330-15); Alice de Angelo Mac Donald Ghisi (519.470.139-04)
1.2. Órgão: Advocacia-geral da União - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7858/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.111/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ledian Maria Silva Mendes (035.273.793-04); Lucinda das Graças Nogueira Costa Bezerra (185.714.501-10); Luiz Fernando Munhoz Fontana (186.120.407-87); Manoel Egidio Costa Neto (055.191.873-04); Marcelo da Cunha Resende (144.807.276-04); Marcos Antonio Gonçalves Ardevino (002.406.968-08)
1.2. Órgão: Advocacia-geral da União - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7859/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.117/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo José da Silva (179.302.516-91)
1.2. Órgão: Advocacia-geral da União - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7860/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443; art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno; e art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro dos atos de concessão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, motivada pelo falecimento dos respectivos beneficiários ou pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à sua continuidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.230/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Humberto dos Santos (030.812.495-20); Ireno Rocha Leite (039.465.094-87); Jaime Osvaldo dos Santos (046.070.825-20); Jair Nunes (080.375.905-34); Jeronimo Canario de Almeida (004.731.955-00); Jesus Araujo Lima (014.920.123-00); Joao Antunes de Oliveira (025.034.174-34); Joao Batista do Nascimento (068.830.873-20); Joao Batista dos Santos (044.362.614-68); Joao Camelo da Silva (036.941.433-00); Joao Conrado Aragão (033.151.933-04); Joao Herculano de Sousa (048.857.084-00); Joao Herculano de Sousa (048.857.084-00); Joao Honorio Sobrinho (028.390.833-53); Joao Luiz da Costa (059.704.824-04); Joao Manoel Leite (034.528.755-04); Joao Muniz Pereira (009.617.105-78); Joao Sebastiao Duarte (157.662.094-87); Joao de Oliveira Monte (034.354.153-04); Joaquim Brito da Silva (049.306.575-04); Joaquim Carneiro Gomes (211.037.713-53); Joaquim Ferreira Pontes (048.854.224-34); Joaquim Neo de Sousa (379.041.323-20); Joel Andrade de Freitas (034.920.605-87); Jose Alexandre Bezerra (059.680.614-05); Jose Alves de Carvalho (018.972.174-04); Jose Amancio da Silva (034.528.915-34); Jose Aragão Ximenes (011.966.424-00); Jose Benjamin Silva (006.173.185-49); Jose Benjamin Silva (006.173.185-49); Jose Bernardo Neto (065.787.054-49); Jose Bezerra da Silva (040.537.294-91); Jose Bispo do Nascimento (046.706.555-15); Jose Bispo do Nascimento (046.706.555-15); Jose Bonifacio (011.989.985-04); Jose Carlos Campos (046.693.045-34); Jose Cicero Izidoro (098.909.474-04); Jose Cicero de Oliveira (023.444.165-87); Jose Elio Canuto (103.057.265-87); Jose Fabio Ferreira Gomes (002.850.563-87); Jose Felix Ferreira (049.296.244-87); Jose de Sousa Uchoa (015.661.213-53); José Belo da Silva (044.361.484-91); José de Assis Silva (161.353.503-15); João Batista Primo (029.921.164-91); João Bezerra dos Santos (062.077.664-15); João Carvalho da Silva (025.841.403-06); João Lopes de Macedo (007.785.403-91); João Oliveira dos Santos (149.826.415-87); João Rodrigues Leitão (051.941.213-34)

VERSÃO PARA ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7861/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443; art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno; e art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro dos atos de concessão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, motivada pelo falecimento dos respectivos beneficiários ou pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à sua continuidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.232/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Gomes Diniz (014.922.503-25); Luiz Gomes Diniz (014.922.503-25); Luiz Gonzaga Barros (016.729.833-04); Luiz Haroldo Torres da Costa e Silva (008.305.771-49); Luiz Rodrigues Nogueira (037.733.453-72); Manoel Abreu de Santana (374.401.364-20); Manoel Batista de Sousa (082.737.404-63); Manoel Clementino Pereira (048.856.274-00); Manoel Gonçalves da Silva (067.293.394-20); Manoel Nunes da Silva (015.241.274-34); Manoel Pedro das Chagas Martins (011.365.853-20); Manoel Teixeira Lima (000.948.703-49); Manoel Tomaz do Monte (018.291.653-72); Manoel Vicente Neto (005.273.354-87); Marcilio Dias de Luna (001.072.043-04); Maria Benvinda Moreira Martins (059.399.683-68); Maria Christina de Andrade Lima (018.532.794-04); Maria Ilca Girão Paiva (244.601.763-00); Maria Luiza da Silva (038.938.634-00); Maria Salete Custodio Pereira (674.942.003-63); Maria Zuleide Magalhães Limeira (213.636.763-34); Maximo Laurindo Pereira (046.433.134-04); Militão Vieira Maciel (499.579.374-72); Natalicio Barbosa da Silva (033.190.404-72); Nelson Cristino Bezerra (038.543.704-82); Nelson Cristino Bezerra (038.543.704-82); Neuton Gomes de Santana (027.157.673-15); Numeriano Gomes de Sa (011.824.393-49); Odete Araujo Silva Gomes (023.433.104-67); Orlando Silva dos Santos (005.883.503-20); Osvaldo Avelino dos Santos (030.099.555-53); Otacilio Fabricio da Costa e Silva (014.467.893-49); Otacilio de Souza (065.637.836-00); Ozino Estevan Alves de Moraes (000.461.163-20); Pedro Alexandre Sobrinho (007.283.653-91); Pedro Alexandre Sobrinho (007.283.653-91); Pedro Bezerra Neto (015.878.543-68); Pedro Bonifacio de Medeiros (008.558.554-87); Pedro Pereira dos Santos (160.168.903-91); Pedro Silvestre Batista (054.006.003-87); Pedro de Brito Lima (031.670.463-68); Raimundo Antonio Mavignier (002.356.283-87); Raimundo Bezerra de Figueiredo (002.993.163-00); Raimundo Ferreira de Araujo (051.983.303-10); Raimundo Gomes Martins (035.825.583-04); Raimundo Gregorio da Silva (051.640.873-91); Raimundo Machado Neto (148.239.003-59); Raimundo Torres Martins (061.966.243-34); Roberto Lucena da Silveira (013.963.743-53); Romeu Lira Amaral (024.322.934-87)
1.2. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7862/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.232/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Julio da Costa Barros (708.026.708-06); Vivaldo Pereira Melo (245.069.741-15)
1.2. Órgão: Advocacia-geral da União - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7863/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.123/2010-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lúcia Almeida de Larrive (476.074.327-87); Angela Maria Jourdan Gadelha (553.720.237-91); Jose de Carvalho Filho (067.501.177-91)
1.2. Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - MS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7864/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.894/2010-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Marques Rodrigues (695.349.500-68); Augusto Brandt (951.284.410-91); Carla Cristina Soares Henicka (910.440.739-34); Claudia Fernanda dos Santos Matias (748.900.770-49); Daniela Goncalves da Silva (712.804.990-87); Idineia Debora Birkheuer (023.173.489-16); Igor Oliveira Fagundes (008.708.440-67); Ingrid Drews Peres (565.783.858-00); Irene Teresinha da Silva Santo (676.447.240-87); Jose Carlos da Silva (384.603.190-91); Leandro Freitas Mendonca (812.204.300-30); Patricia do Nascimento Coutinho (012.186.917-27); Priscila Dornelles Halfen (007.740.710-52); Rosangela Figueiredo Santiago (541.353.380-20); Roseli Oliveira Scheffer (402.668.000-25); Sabrina Pereira de Oliveira (003.615.430-00); Sharlene Silvino Ferreira (006.384.030-81)
1.2. Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A - MS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.5.1. determinar ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.- MS que informe, no sistema Sisac, o desligamento de Idineia Debora Birkheuer, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 6º da Resolução-TCU 206/2007 ; e
1.5.2. determinar à Sefip que corrija o preenchimento dos formulários Sisac, no ato de admissão Augusto Brandt (fl. 3), campo 16 - "Validade prorrogada?", **de** "2-NÃO", **para** "1-SIM"; no ato de admissão de Daniela Gonçalves da Silva (fl. 6), campo 15- "data de publicação do edital", **de** 12/7/2007 **para** 7/12/2007; e no ato de admissão de Priscila Dornelles Halfen (fl. 14), campo 30 - "data de publicação", **de** 9/7/2004 **para** 29/7/2004, com fundamento no inciso II do § 1º do art. 6º da Resolução-TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 7865/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II, do Regimento Interno, e art. 7º da Resolução TCU 206/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.605/2010-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Valerio Graminho Bock (716.517.300-59); Alexandra Jilioscof de Araujo dos Santos (998.526.160-72); Bruno Caruccio (820.007.190-15); Carina Trisch de Mattos (808.479.940-15); Carine Paranhos da Silveira (987.409.890-20); Carla Janaina Evaldt da Silva (010.724.380-62); Celia Silva Lohmann (256.759.230-04); Claudia Luisa Oliveira Teixeira (470.266.180-91); Edia Rigo Garavello (568.335.040-91); Isabel Cristine Soares Dias (647.748.130-87); Jaques Douglas Oliveira de Assis (008.699.080-22); Juliana Longo Macedo (953.118.150-00); Mara Rosana Lemos da Silva (462.293.370-53); Marcos Henrique Bohm (830.532.120-72); Marilia dos Santos (473.857.580-53); Marli Ferreira de Souza (660.995.520-49); Moniree Boff Soares (009.276.670-61); Patricia da Silva Moraes (007.177.870-52); Paula Maria Eidt Rovedder (680.633.180-72); Rosangela de Araujo Farias (554.295.050-72); Sandra Regina Pacheco Silva (626.391.530-72); Sandra Rejane de Oliveira Claudino (509.710.000-00); Sergio Oliveira da Silva (625.864.910-68); Simone Pereira Danzmann (698.523.080-68); Simone de Souza Almeida (580.443.700-30); Tules Regiane Carvalho (438.932.600-72); Viviane Gaspari dos Santos Ferreira (000.672.800-64)
1.2. Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A - MS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7866/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.237/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adnilton Rodrigues Veras (069.147.237-88); Adriano Jose da Costa (094.204.777-03); Alan Freires da Costa (091.227.747-50); Alan Gomes dos Anjos (082.601.137-32); Albert de Souza Cyprest (055.385.437-22); Aldecir Xavier de Marins (888.619.889-20); Alessandro Novaes Vilaro (082.650.027-77); Alex Oliveira da Silva (052.147.977-02); Alex de Sousa Fonseca (098.633.097-37); Alexandre Leite (834.311.107-97); Alexandre Lima de Santana (085.785.187-05); Alexandre Magalhaes Barbosa (087.780.957-78); Alexandre de La Roca Tavares (021.632.277-40); Aline Fittipaldi Fernandez (091.052.067-40); Aline de Oliveira Soares (054.515.217-86); Alisson Dutra Lourenço (085.169.467-54); Alvaro Benedito Oliveira de Carvalho (082.257.817-40); Alvaro Cesar de Assis Amorim (939.681.087-87); Amanda Wildhagem Pereira (056.336.887-08); Amauri Carlos Faria (950.613.207-00); Ana Paula Paiva Matos (086.793.307-01); Ana Paula de Mattos Paura (834.174.517-87); Anderson Marinho de Alcantara (056.378.817-82); Anderson Pacheco de Camargo (042.820.547-00); Anderson Quintino de Oliveira (081.517.607-45); Anderson Vieira da Silva (100.482.587-09); Anderson de Castro Moreira (025.028.297-63); Andre Luiz Torres Silva (013.390.537-30); Andre Luiz dos Santos de Souza (717.300.957-04); Andre Nunes Ferreira (018.972.807-85); Andre Vieira Fonseca (056.930.297-86); Andreia de Oliveira Valadares (028.537.717-50); Andrivio Jose dos Santos Nascimento (055.297.557-55); Ange Biniou (776.266.567-68); Antonio Fortes de Carvalho Junior (108.941.687-38); Antonio Sucena Leon (086.239.317-50); Antonio de Carvalho Gomes Filho (033.445.877-30); Armando Conceição de Oliveira (088.317.277-10); Bruno Coimbra Utrini Costa (103.700.247-45); Bruno Leonardo da Silva Mallens (056.794.577-41); Bruno Lessa Barbosa Nogueira (054.398.427-30); Bruno dos Santos Barbosa (081.836.907-85); Carlos Alexandre Aranha de Siqueira Lima (104.015.437-90); Carlos Andre Nunes Bastos (076.188.647-80); Carlos Daniel Mendonca Silva (090.769.757-79); Carlos Eduardo de Freitas (080.082.687-60); Carlos Fernando Nunes da Silva (069.902.607-50); Carlos Figueiredo de Paula (074.481.467-77); Carlos Henrique Bezerra de Melo (023.437.657-07); Carlos Henrique Dias de Assis (053.875.427-30); Carolina Domingues da Silva do Nascimento (117.005.117-00); Carolina Flora Almeida2 (095.525.587-27); Cassia Monteiro da Silva (034.355.777-03); Celso Luiz Machado dos Santos (543.092.477-68); Cesar Araujo Falleiro (025.594.097-12); Charles Antonio do Nascimento G Junior (082.089.117-71); Claudia Araujo (014.934.837-14); Claudio Albuquerque Costa (097.967.137-05); Claudio Ribeiro Nogueira (013.634.317-14); Claudio da Rocha Neves (070.856.777-08); Cristiane de Souza Fernandes (025.567.947-55); Cristina Encarnacao Albuquerque (082.269.297-09); Cyntia de Barros Albuquerque (078.995.287-47); Daniel da Silva Menezes (028.264.257-90); Daniele Cunha de Abreu (091.200.567-02); Dayvid Bruno Barreto da Silva (086.664.327-30); Debora Torres Isola (052.569.157-03); Denilson Rodrigues Moreno (601.444.086-00); Denilson de Jesus (926.745.937-68); Diegho Neves de Moraes (116.935.617-60); Diego Felipe Araujo de Castro (107.767.207-16); Diogo Jose da Silva Duraes (056.358.877-24); Dirlei Silva Sodre (052.037.927-63); Edgar Junger da Silva (052.650.397-16); Edgard Azevedo Almeida Junior (767.473.527-34); Edgard Lopes Martins (093.974.467-89); Edilson da Silva Junior (008.819.927-47); Edmilson de Abreu e Silva (087.005.447-36); Edmo Bandeira de Oliveira Junior (091.340.097-10); Eduardo George Leite Salgado Junior (112.236.367-20); Eduardo Gomes Junior (091.723.627-07); Eduardo Moreira Pessoa (071.439.007-02); Edvaldo Francisco dos Santos Costa (011.842.387-82); Elaine Navarro Duarte (088.934.457-43); Emmanuel Rodrigues da Costa Junior (021.790.977-94); Evaldo Luiz Correa dos Reis (535.308.707-06); Everson da Silva Junior (090.675.417-88); Everton Lucas Lombardo dos Santos (094.383.407-42); Fabiana Soares Patrocinio Barbosa (094.937.177-71); Fabiana da Silva Goncalves (052.824.537-62); Fabiano Wilson da Luz Costa (022.024.577-04); Fabiano de Azevedo Pinheiro (099.967.697-04); Fabio Henrique Mendes (091.094.457-14); Fabio Nascimento de Menezes (088.987.027-60); Fabio Pinto Pinheiro (053.345.157-47); Fabio da Silva Azevedo (051.469.277-40); Felipe Cesar Pereira Rodrigues (045.237.447-26); Felipe Costa Bezerra (106.880.557-96); Felipe Henriques Teixeira Ramos (100.799.447-95); Felipe da Costa Di Marco (057.753.077-12)
1.2. Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro S/A - MT.
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7867/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.550/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Batista (647.954.891-49); Alessandro Fernandes de Lima (000.204.061-18); Darcilene Ferreira Soares (814.204.711-04); Diana Augusta Formiga da Luz (011.700.241-06); Fabio Silva Dias (072.797.766-04); Gilson Ferreira Rodrigues Junior (024.920.445-21); Joao Batista Fontes Filho (809.581.681-72); Marco Aurelio Gomes Araujo (049.633.244-90); Valdimir Marques Brandao Junior (472.027.773-04)
1.2. Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7868/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-021.733/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rossana Reyes Quinones (606.000.801-10)
1.2. Órgão: Ministério da Integração Nacional (vinculador)
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7869/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.178/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline de Oliveira Cabral (016.057.571-01); Antonio Amom Schaumam de Paiva (058.305.074-39); Bruno Andre Bezerra Ramos de Oliveira (009.887.024-60); Carlos Eduardo Vilas Boas Duarte de Siqueira (185.074.348-78); Daniela Gomes Pessoa (985.293.311-68); Gledson Rebeque Guimarães (929.431.361-15); Gustavo Nicknich (007.986.010-94); Igmar de Freitas (456.146.600-20); Igor Ubiratan Barros Fleury (027.939.531-05); Katia Regina Veiga de Souza (592.879.262-04); Leonardo Azevedo da Costa (036.723.721-02); Liana Reis Blume (019.633.141-23); Luciane Rodrigues Sales (999.498.142-00); Luciane da Silva Maluenda (900.674.011-04); Naila Freitas Takahashi (222.377.428-80); Nathalia Lanussy Oliveira e Silva (026.965.361-98); Plinio Rocha Costa (924.942.181-87); Rivaldo Veras de Jesus (787.033.282-87); Rodrigo Bricks (303.608.518-19); Rodrigo Gondim de Andrade (058.683.709-45); Rosana Alves Costa (834.454.713-04); Saulo Tomiyoshi Medeiros (048.135.564-26); Suzana Rodrigues Bezerra (010.778.201-43); Tacio Paradelo Garcia (005.718.481-09); Uilli Silva Oda (709.975.351-72); Yalle Hugo de Souza (055.959.419-44)
1.2. Órgão: Ministério da Pesca e Aquicultura (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7870/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.226/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gilberto Mayckon Souza Queiroz (036.540.563-93)
1.2. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7871/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.456/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alberto D Almeida Castro Faveret (795.432.607-10); Dominique Lopes da Silva Azevedo (112.187.687-03); Karina Cohen Lima (125.300.097-24); Luciana Negreiro Santos Coelho (012.576.807-90); Nina Manela (096.161.087-51); Rodrigo Poubel dos Santos (082.593.347-12)
1.2. Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro S/A - MT
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7872/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.465/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Edilberto Ferreira de Abreu (601.031.893-94); Thiago Faria Batista de Moura (915.789.223-72); Wellington Pires da Cruz (842.752.192-87)
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7873/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.509/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Moises Henrique Castro da Silva (304.999.842-34)
1.2. Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7874/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.768/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elias Ribeiro da Silva (065.256.936-67); Ricardo Koga Pegoraro (289.755.308-17)
1.2. Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - PR
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7875/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.057/2010-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleia Delaci Amaral dos Santos (577.263.370-87); Janaina de Souza Neves (418.729.830-49); Jefferson Goncalves Anflor Ferreira (000.598.220-07); Jiovane Peixoto (916.913.110-49); Juliana Lourenco da Silva (814.370.560-91); Luciano Bitello Chaves (690.389.960-04); Maria Angelica Oliveira Martins (430.027.810-53); Maria Cassia da Silva Delavalle (567.459.820-72); Nara Rejane dos Santos Perazolo (559.280.300-10); Paulo Renato Almeida Diniz (316.004.760-15); Sandra Mariz da Silva Siqueira (426.058.650-53); Sonia Terezinha Silva da Silva (313.500.540-20); Tais Cristina Santos da Silva (897.308.870-04)
1.2. Entidade: Hospital Cristo Redentor S/A - MS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.5.1. determinar à Direção do Grupo Hospitalar Nossa Senhora da Conceição que, doravante, se abstenha de nomear pessoal antes que ocorra a devida publicação no Diário Oficial da União.

ACÓRDÃO Nº 7876/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.407/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Isabel Lobo de Figueiredo (386.315.121-68); Luis Augusto Alves de Lima (908.049.705-30)
1.2. Órgão: Ministério da Integração Nacional (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7877/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.640/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carlos Johnny de Souza Santos (604.555.163-08); Jennifer de Souza Santos (055.639.403-81); Mercedes Ferro Sousa Braga (480.318.601-49); Patricia dos Santos Alves (604.555.403-57); Pedro Alves de Sousa Junior (603.856.303-28); Rosilande de Souza Santos Oliveira (640.921.943-15); Rosimeire dos Santos Alves (604.519.923-50)
1.2. Órgão: Controladoria-geral da União - PR
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7878/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.584/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Alzira Sales da Silva (145.249.881-49)
1.2. Entidade: Hospital das Forças Armadas - MD
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7879/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, fundamento nos art. 143, incisos III e V, alínea "a", do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.044/2010-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep/MCT
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7880/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento no artigo 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 143, inciso III e V, alínea "a", do Regimento Interno, ACORDAM em considerar atendidas as determinações constantes do item 9.4 do Acórdão 4383/2010 - TCU - 2ª Câmara, e determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.313/2010-0 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)
1.1. Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7881/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar as determinações propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.043/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Eduardo José de Faria Lopes.
1.2. Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações:
1.5.1. determinar o envio de cópia da presente deliberação, acompanhada de reprodução da peça 10 dos autos, ao representante e à unidade jurisdicionada, para conhecimento.

ACÓRDÃO Nº 7882/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-020.541/2010-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União.
1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.5.1. dar ciência à Ouvidoria do TCU sobre a presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 7883/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se comunicar à Procuradoria da União no Rio Grande do Norte e ao Ministério Público Federal no Rio Grande do Norte o teor da presente deliberação, juntamente com o envio de reprodução da peça 3 dos autos (instrução de mérito).

1. Processo TC-026.596/2011-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessados: Procuradoria da União no Rio Grande do Norte.
1.2. Unidade: Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte - Sejuc.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7884/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 6486/2010 - TCU - 2ª Câmara, considerou procedente a representação a seguir relacionada, rejeitou as alegações de defesa de Francisco Antônio Saraiva de Farias e aplicou multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) ao responsável.

considerando que o Sr. Francisco Antônio Saraiva de Farias, comunicado da referida deliberação, solicitou por meio de sua advogada a redução de 50% do valor não só da sanção imputada pelo Acórdão 6486/2010 - TCU - 2ª Câmara, mas de todas aquelas proferidas em processos existentes nesta Corte de Contas, bem como o parcelamento da quantia remanescente em 32 (trinta e duas) parcelas mensais;

considerando que o responsável não se insurge contra o mérito da deliberação acima referenciada, limitando-se a solicitar o deferimento de seus pedidos;

considerando a inexistência de previsão legal ou normativa para a redução arbitrária de valor das sanções impostas por esta Corte de Contas;

considerando que o art. 217 do Regimento Interno do TCU autoriza o parcelamento de importâncias devidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, do Regimento Interno, em:

1. Processo TC-027.884/2008-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Jonas Pereira de Souza Filho (CPF 058.733.712-53), Rosemir Santana de Andrade Lima (CPF 308.631.712-49), Francisco Antônio Saraiva de Farias (CPF 045.644.802-00), Jaider Moreira de Almeida (CPF 196.180.002-06) e Euvaldo Gonçalves da Silva (CPF 767.180.268-91). 1.2. Unidade: Universidade Federal do Acre - Ufac.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: Patrícia Pontes de Moura (OAB/AC 3.191).
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.5.1. indeferir o pedido de redução de 50% do valor das multas imputadas por este Tribunal ao Sr. Francisco Antônio Saraiva de Farias, por ausência de previsão legal ou normativa;
1.5.2. autorizar o parcelamento da multa imputado ao responsável, Sr. Francisco Antônio Saraiva de Farias, CPF 045.644.802-00, mediante o Acórdão 6486/2010 - TCU - 2ª Câmara, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, atualizadas monetariamente, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável que a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor; e
1.5.3. determinar o encaminhamento dos autos ao gabinete do Ministro José Jorge, após as devidas comunicações processuais, para apreciação do recurso constante do anexo 4 dos autos.

c) Ministro Raimundo Carreiro (Relação nº 30);

ACÓRDÃO Nº 7885/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-016.076/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Severino Felipe dos Santos (660.887.207-00)
1.2. Unidade: Caixa de Construção de Casas Para o Pessoal da Marinha - MD/CM
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 7886/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-017.734/2010-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joanisval Brito Gonçalves (658.059.761-53); Tiago Ivo Odon (766.543.541-68)
1.2. Unidade: Senado Federal - SF
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7887/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-027.304/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Patricia Teixeira Borba Santana (939.115.305-44)
1.2. Unidade: Ministério da Justiça (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 7888/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-027.356/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Osvaldo Huberto Bertolini (119.401.428-30); Pedro Lopes da Luz Neto (720.795.921-49)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 7889/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-025.733/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Paulina Toledo Ibarra (290.242.501-53)
1.2. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 7890/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-027.488/2011-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Luiz Carlos dos Santos (276.976.307-53); Zeno Soares Guimarães Filho (141.211.901-49)
1.2. Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
ACÓRDÃO Nº 7891/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 18, 17 e 23, inciso I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas **Regular** e **Regulares com ressalva** e dar quitação aos responsáveis, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secex-1 e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-028.938/2010-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Cacio Antonio Ramos (554.645.219-68); José Francisco da Silva Cruz (049.846.413-04); Sílvio Batista Ferreira (064.769.375-53)
1.2. Unidade: Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal - RFFSA - MT
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Julgar regulares com ressalva as contas referentes ao exercício de 2009 do senhor Cácio Antonio Ramos, CPF 554.645.219-68, Inventariante da Extinta RFFSA de 26/2/2007 a 28/9/2009, dando-lhe quitação, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, em decorrência da falha relatada no item 6.2 da instrução, consistente no atraso verificado na conclusão do inventário e da transferência dos documentos da extinta Rede Ferroviária Federal aos órgãos competentes, o que era uma das tarefas que lhe incumbiam conforme descrito no art. 3º, incisos VII e XIV, do Decreto 6.018/2007;
1.7. Julgar regulares as contas do senhor José Francisco da Silva Cruz, CPF 049.846.413-04, Inventariante da Extinta RFFSA a partir de 29/9/2009, dando-lhe quitação, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92;
1.8. Alertar a Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal que foi verificado por meio dos presentes autos que as informações prestadas sobre a transferência dos arquivos do pessoal ativo para a Valec (art. 3º, inciso XIV, do Decreto 6.018/2007) e sobre a transferência dos bens móveis de valor artístico, histórico e cultural para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan (art. 5º, inciso IV, do Decreto 6.018/2007) não apresentam dados suficientes para aferir o término dos trabalhos;
1.9. Alertar ao Ministro dos Transportes que foi verificado por meio dos presentes autos que há falta de pessoal especializado para realizar o levantamento dos imóveis não operacionais e das obrigações da extinta RFFSA, o que está causando atrasos significativos na realização destas tarefas designadas pelo art. 3º, incisos IV, V e VI, do Decreto 6.018/2007; e
1.10. Apresentar nas contas de 2010 informações detalhadas sobre os itens 1.8 e 1.9; e
1.11. Arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 7892/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 4867/2011- 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 12/07/2011, Ata nº 24/2011, relativamente ao teor do Acórdão, para que, onde se lê: " ... Sessão Sessão ...", **leia-se:** " ... Sessão ... " e onde se lê: " ... art. 237, Inciso ver qual cabe no caso, ... ", **leia-se: " ...** art. 237, Inciso VI, ... ""; mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-AL e Ministério Público.

1. Processo TC-014.154/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Conselho Municipal de Saúde de Pão de Açúcar - Al (05.931.137/0001-83)
1.2. Unidade: Município de Pão de Açúcar/AL
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (SECEX-AL)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7893/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de representação do Exmo. Sr. José Roberto Pimenta Oliveira, Procurador da República, para que este Tribunal adote as providências cabíveis, no tocante ao Procedimento Preparatório instaurado no âmbito do Ministério Público Federal com o objetivo de apurar eventuais irregularidades na aplicação de recursos públicos federais cedidos pelo Ministério da Justiça à Prefeitura de Taboão da Serra, em razão do Convênio SENASP 148/2008, celebrado com recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). De acordo com o Ofício nº 14096/2011 - PR-SP 38624/2011 (peça 01 - p. 01/38), a solicitação é referente ao procedimento preparatório PP 1.34.001.001329/2011-13; com fundamento nos arts. 143, III, 235 e 237, VII, do RI/TCU,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM em conhecer da Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, dar conhecimento deste Acórdão ao Ministério Público Federal, Divisão da Tutela Coletiva - DITC em São Paulo, por meio do Procurador da República, Exmo. Sr. José Roberto Pimenta Oliveira, bem como encaminhar cópias dos documentos constantes na peça 11 (instrução da Secretaria quanto ao assunto da presente denúncia) e na peça 14 (excerto - Acórdão 6442/2011 - TCU - 2ª Câmara) do TC 006.369/2011-1, conforme instrução da unidade técnica.

1. Processo TC-017.406/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Procuradoria da República - Divisão da Tutela Coletiva - DITC - Ministério Público Federal
1.2. Unidade: Município de Taboão da Serra - SP
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 7894/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata de Representação encaminhada a esta Corte a partir de documentos enviados pelo DPF/SR/MS, com o objetivo de apurar responsabilidade do ex-Agente de Polícia Federal Paulo César Coelho por ter desviado grande quantidade de munição de arma de fogo de calibre restrito e artefatos explosivos pertencentes ao DPF, e se apropriado desse material, mantendo-os em sua residência, prevalecendo-se da sua condição de então Policial Federal e responsável, à época, pelo depósito de armas e munições da SR/DPF/MS.

Considerando que o ex-Policial, após ter sido indiciado como incurso no art. 312 do Código Penal, e nos artigos 16, **caput** e inciso III e 17, estes da Lei nº 10826/2003, foi preso em flagrante em sua residência onde eram guardadas as munições e artefatos explosivos objeto desta Representação, os quais foram apreendidos e retornaram ao acervo da SR/FPF/MS.

Considerando o fato de terem sido recuperados os bens desviados, os quais retornaram ao acervo da Polícia Federal (SR/DPF/MS), e de não haver notícias sobre a eventual subtração e/ou comercialização de outros matérias pelo ora Responsável.

Considerando que não foi instaurada Tomada de Contas Especial em virtude dos fatos narrados anteriormente, uma vez que não há dano ao Erário.

ACORDAM, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente Representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, tendo em vista a inexistência de dano ao Erário; arquivar o presente processo, uma vez que este cumpriu o objetivo para o qual foi constituído, na forma do art. 169, inciso IV, do RI/TCU; e remeter cópia do presente Acórdão ao Sr. Delegado de Polícia Federal José Renato Hojas Lofrano, autoridade responsável pela remessa de cópia dos documentos que integram o PAD 6/2009 ao Tribunal de Contas da União.

1. Processo TC-019.872/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul
1.2. Unidade: DPF - Superint. Regional/MS - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS (SECEX-MS).....
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

d) Ministro José Jorge (Relação nº 28);

ACÓRDÃO Nº 7895/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso IV, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.449/2006-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luzia Guimarães (004.734.301-00); Plínio Antunes Maciel (010.917.431-34)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT/MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7896/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso IV, do Regimento Interno, em arquivar o processo a seguir relacionado, fazendo-se a comunicação abaixo transcrita, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.193/2007-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ambrósio Rojas (105.321.881-87); Deni Lopes da Silva (068.420.701-04); Toribio Ferreira de Souza (105.189.671-15)
1.2. Entidade: Superintendência Estadual da FUNASA no Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.7. Encaminhar, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Consultoria Jurídica deste Tribunal, para fins de acompanhamento da decisão judicial no âmbito do Mandado de Segurança nº 29007-DF, que tramita no Supremo Tribunal Federal.

ACÓRDÃO Nº 7897/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso IV, do Regimento Interno, em arquivar o processo a seguir relacionado, fazendo-se a comunicação abaixo transcrita, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.491/2007-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Isabella Rabello Benarrós (077.122.192-49); Lídia Carvalho da Silva (136.880.142-00); Maria Edna dos Santos Graça da Silva (119.480.352-00)
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região/AM
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.7. Encaminhar, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 08/6/2011, ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como a Consultoria Jurídica deste Tribunal, para fins de acompanhamento da decisão judicial no âmbito do Processo nº 5873- 04.2009.4.01.3200, que tramita na Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

ACÓRDÃO Nº 7898/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso IV, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-012.695/2007-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Auxiliadora Cordova Christofaro (162.462.176-72)
1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7899/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.179/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cleide Maria Pontes (127.909.584-91); Maria Lúcia de Santana Guimarães (169.214.884-20); e Maria do Carmo de Albuquerque Seixas (264.582.094-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7900/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.118/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Déa Maria de Castro Guimarães (104.314.036-00)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7901/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso IV, do Regimento Interno, em arquivar o processo a seguir relacionado, fazendo-se a comunicação abaixo transcrita, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.426/2006-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lígia do Rocio Rodrigues (749.242.309-87); Maria Sueli Burigo (320.347.099-34); Osvaldo José Kopytowski (056.587.059-91); Osvaldo José Kopytowski (056.587.059-91); Samira Miguel Fadel (002.495.219-20); Sérgio Brenner (000.266.389-91)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
1.5. Advogados constituídos nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.7. Encaminhar, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Consultoria Jurídica deste Tribunal, as informações necessárias ao acompanhamento das seguintes ações judiciais:

Processo	Tramitação originária	Situação atual
2002.70.00.069385-5	3ª Vara Federal de Curitiba	Pendente de julgamento de REsp (1162716)
2002.70.00.071781-1	1ª Vara Federal de Curitiba	Pendente de julgamento de REsp (1118708) e RE (637768)

ACÓRDÃO Nº 7902/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.843/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Armando Peloso (001.497.806-72); e Maria Venancio Rossi (846.796.546-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7903/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.675/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Pires da Costa Filho (255.111.067-04); Ary Corrêa (161.037.857-15); Benigno Francisco de Souza (267.655.007-15); Bráulio Lopes Filho (717.400.407-59); Carmen Perrotta (105.800.937-00); Darcy Antônio Pereira (273.475.917-91); Emilio Galantini Filho (269.318.697-87); Erosino Mariano da Silva (609.472.927-72); Eugenio Dias Puhlmann (361.192.537-34); Helio Teixeira de Souza (299.189.527-68); Iolete de Siqueira Cavalcanti (182.148.007-49); Jorge da Silva Nasser (204.920.737-91); Josadaque Martins de Oliveira (344.101.207-00); José Anselmo Mendonça Teles (315.506.307-68); José Renato Simas Peixoto de Abreu (440.756.267-68); João Domingues Maia (242.176.627-34); João Machado Fonseca Filho (005.224.577-20);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Lucia Dias Costa (346.136.417-72); Luiz Carlos Venâncio Soares (351.827.847-91); Marcio da Silva Marques (033.978.237-49); Maria da Gloria Cid Witting (438.952.637-53); Neide Lins e Oliveira (257.083.507-25); Nelson Gonçalves da Silva (211.777.327-34); Paulo Roberto Costa Lotero (161.204.697-53); Paulo Roberto Kubrusly Aranha (255.425.917-87); Rodrigo Antônio Alvarez Rodriguez (298.658.327-04); Rosimar Silva de Oliveira (013.690.447-55); Sonia Britto França (264.043.547-72); Tania Maria da Silva Vasconcelos (193.145.747-68); e Vilma Maria Lima (639.826.337-53).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - MEC.

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7904/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.745/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jair de Oliveira (184.737.096-91); Josefina de Souza Ferreira (309.602.076-00); e Rufino Ribeiro (353.500.246-04).

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7905/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.746/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco Lucas Coelho (119.876.186-53)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7906/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.747/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Elisa Carari Gamba (526.452.827-68)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Alegre - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7907/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.750/2011-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Nélio Francisco da Silva (128.611.201-00)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Crato - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7908/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.751/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Erico Masotti (150.889.876-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas - Unifal/MG

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7909/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.752/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Angélica Santos Marinho (341.640.576-53); Antônio Benedito dos Reis (101.363.126-91); Antônio Carlos de Souza Araújo (451.108.406-87); Benedito Andrade dos Santos (148.171.106-78); Maria Agueda Ribeiro de Castro (729.055.307-15); e Sebastião Florêncio da Luz (148.945.216-87).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7910/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.754/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Fortunato (148.614.296-68); José Onofre da Silva (306.372.956-68); Maria Auxiliadora de Resende Braga Marques (502.725.436-91); e Sebastião José Vítor (154.272.266-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7911/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.755/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Everaldo Barbosa Gomes (229.225.984-20)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7912/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.757/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonieta Guedes Pani Stulzer (343.076.137-91); e Elilda de Araújo Bello (420.611.997-04).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7913/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.760/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria do Carmo Mendes (069.214.184-72)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7914/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.780/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alvaro Moreira Rota (088.981.110-53); Ana Maria Dias de Oliveira (231.226.920-15); Antônio Augusto Fonseca Ferreira (118.572.420-68); Antônio Xavier Andrade (155.185.660-34); César Hermogeneo Borges Barros (191.741.100-63); Claudio Rosler de Souza (746.520.870-04); Cristina Izabel Fagond Garcia (220.630.130-04); Dalva Rodrigues (288.733.510-34); Delsuamy Vivekananda Medeiros (021.616.130-49); Diniz da Silva Costa (322.598.750-68); Edmundo dos Santos Ferrua (071.130.720-20); Eliana Walwitz Dutra (207.041.000-53); Enio Sallaberry Gonçalves (021.512.350-68); Fernando Antônio Falcão da Silva (242.499.710-15); Fernando Lopes (141.893.210-87); Gessy Silveira Amaro (283.686.570-91); Girlei Oliveira Garcia (096.426.500-10); Jorge Luiz Nedel (230.452.640-34); Jorge Renato da Silva Monte (260.371.730-87); Leci Tereza Ribeiro do Amaral (487.610.600-20); Leia Schmmelfning dos Santos Vergara (152.663.030-34); Maria Gomes Borba (242.419.110-72); Maria da Graça Martins Rocha (301.639.780-34); Marisa Delais Vieira Kegles (259.272.990-91); Milton Carlos Neves (165.378.900-04); Mirian Milach Lemos (443.647.920-04); Nascimento Oliveira dos Passos (187.594.320-04); Nedi Rodrigues da Silva (282.845.000-78); Nelmar Mattos Coimbra (140.277.980-15); Pedro Amilcar Dias Montelli (284.865.360-49); Sidnei Vieira Freitas (231.245.120-49); Suzana Celina Bitencourt Medeiros (417.945.910-87); Valnei Moreira Argout (071.259.410-87); Vera Lúcia Tavares Ferreira (409.678.160-68); Volnei Carlos Lautenschlager (207.659.320-91); Volnei Gervini Sousa (200.774.670-00); Waldemar Bareno Filho (118.070.750-87); Zilda Marli Franz Gomes (196.111.530-15); e Zuleica de Freitas Rayné (118.549.600-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7915/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.782/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Kazuaki Taziri (026.648.602-91); Maria Abadia Marcal (352.136.556-53); e Pedro Jonas Dornelas (094.123.441-04).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7916/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.815/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Gomes de Azevedo (137.072.724-00); Maria Barros de Lima (287.889.664-53); e Maria Celeste dos Santos Rocha (062.090.924-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7917/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.821/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jupira Simões Sandoval Joaquim (228.505.898-53); e Virgínia Maria Martins de Oliveira (246.035.703-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7918/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.824/2011-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Wilson Bezerra da Silva (070.638.904-25)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7919/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.968/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria de Nazaré Carvalho (144.794.351-15)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Satuba - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7920/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.969/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Geraldo Domingos da Silva (167.663.856-34); e Vagner Almeida da Trindade (116.688.656-53).

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Barbacena - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7921/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.980/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Auristela Alexandre Silva (068.285.664-91); e Gilson Omena de Albuquerque (039.679.054-20).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7922/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.981/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Vera Lúcia Pereira de Quadros (452.467.500-00)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7923/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-022.985/2011-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ilza Leda Teixeira Braga (270.298.750-87); e Maria da Graça Parker Leitzke (287.955.550-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense.

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7924/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.998/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Roselir Marise Alves de Souza (248.099.000-10)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7925/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.047/2011-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aminadabe Pereira da Silva (022.216.752-15); Celio da Silva Teles (027.053.463-68); Clauma de Melo Mentros (154.294.583-68); Francisco Valcir Machado (013.420.613-49); Jurandir Marães Picanço Júnior (000.978.103-04); Maria Eugênia Silva Vargas (046.845.753-49); Maria Nubia Roseno da Silva (120.781.903-49); Maria Salete Camurça de Almeida (098.367.803-00); Maria das Graças Arrais de Araújo (023.357.603-78); Maria de Lourdes Botelho Amorim (191.076.683-68); Maria de Lourdes Lima Alavina (135.233.333-34); Maria do Socorro Faco de Almeida (090.044.753-20); Marisa Leite Martins (061.042.903-53); e Raimunda de Andrade Oliveira (168.647.513-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7926/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.065/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Reci Bueno Abdala (029.267.090-72); Regia Maria Sa (238.951.440-53); Rubem Carlos Coutinho Prates (138.124.670-20); Ruth dos Santos Teixeira (387.064.310-20); Sandra Maria Ribeiro da Silva (225.192.540-68); Sandra Salgado de Moraes (173.142.910-04); Santa Ilce da Silva (447.188.450-68); Sergio Krepsky (206.973.330-00); Silvio Aquino (198.992.380-15); Sonia Maria de Sa Ferroni (350.443.300-00); Sonia Zacani (214.438.660-91); Sueli Soares Pereira (435.746.960-00); Sérgio Luiz Araudi de Oliveira (422.608.090-49); Tania Maria Drehmer (107.402.790-68); Tito Vespasiano Bastos Guimarães (003.273.365-87); Vanda Regina Rodrigues dos Santos (173.331.800-34); Vandir Dutra de Melo (348.060.590-72); Verginia dos Santos Alfama (338.885.310-04); Vilma Maria da Silva Narvaz (424.863.780-49); Wanda Aurelio Knebel (263.469.070-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7927/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.137/2011-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elizabeth Vasconcelos Thommen (759.379.307-97); João Batista Pinto Rodrigues (262.644.987-34); Marlene Rainha Soares da Cunha (879.848.147-91); Norma Sueli Eiras Veloso (400.363.407-15); Sebastião Bento do Monte (477.096.937-68); e Sueli Gonçalves Coutinho (766.710.117-53).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - MEC.

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7928/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.138/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Geraldo de Azevedo (010.295.686-34)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7929/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.205/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ângelo Alberto de Moura Delphim (120.971.796-49); Antônio da Silva Lima (148.132.386-53); Isbela Maria do Rosario Silva (847.692.116-00); Lindeberg Naves da Silva (147.665.666-53); Luiz Antônio Dias (538.896.306-34); Mércia Magalhães (213.156.206-34); Sueli Alves Moreira (214.529.116-49); e Valdivino Luiz de Oliveira (192.569.146-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7930/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.209/2011-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Odilon Afonso Leite (284.537.516-68)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7931/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.217/2011-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aldenice Conceiçao Saldanha (051.744.732-00); Valsiria Avila Nascimento (080.036.962-91)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7932/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-023.229/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Odinea Vellozo Victorino (235.963.257-49); Paulo Rocha Martins Capistrano (097.573.767-87); e Salvador da Rosa (309.939.467-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Benjamim Constant-IBC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7933/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.247/2011-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edson Mario de Alcantara (004.446.694-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7934/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.248/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Helena Moreira (039.370.328-27); Angela Maria Chagas de Andrade Holanda (230.998.603-87); Cesar Franco Cavalcante (060.652.603-04); Daltro Manoel Ribeiro dos Santos (154.533.080-87); Elvira Gloria Drumond Miranda (120.063.353-91); Emmanuel Oliveira de Arruda (000.397.993-87); Floriza Maria de Azevedo Paz (051.738.923-15); Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque (002.224.533-20); Francisco Ivaldo Oliveira Melo (030.599.873-00); Francisco Sampaio Sales (060.119.853-00); Hedwirges Alves Facó Fernandes (181.379.704-87); Joao Licinio Nunes de Pinho (018.087.293-15); José Amâncio dos Santos (058.899.363-87); José Francisco dos Santos (059.863.973-04); José Henrique de Araujo (037.205.273-87); José Telmo Braga Memória (018.392.333-20); João Alfredo Furtado (057.490.263-53); João Botelho de Amorim (154.553.193-53); Liege Reis Barahuna (285.339.503-06); Luis Gonzaga Sabino Rodrigues (163.773.463-87); Magnólia da Conceição Borges (021.859.973-00); Marcos Antonio Barreto da Silveira (110.227.284-15); Margarida Tavares Pereira (154.397.473-20); Maria das Graças Oliveira Costa (232.479.753-49); Maria das Graças Quintella e Silva (367.716.787-68); Maria de Fátima de Freitas Moura (122.166.073-04); Águeda Passos Rodrigues Martins (383.594.803-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7935/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.256/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alair de Paula Vicente (382.437.256-87); Alanir da Silva (379.903.226-68); Aluisio da Silva (235.543.396-87); Aparecida Pinheiro de Almeida (284.429.036-15); Celso de Castro Matias Neto (113.910.066-15); Francisco Viçoso Moratori da Silva (262.386.407-15); Geraldo Magela Moreira (235.777.116-04); Jairo Jose de Macedo (117.723.796-20); Jose Aliatar Venancio (193.554.406-34); Jose Faria Sobrinho (282.247.366-87); Juvenal Alencar de Medeiros (099.011.836-34); Maria Angela da Costa Marangon (209.188.366-20); Maria da Penha Ribeiro (330.046.766-72); Maria das Dores Borges Fernandes (333.758.606-68); Neli da Silva (235.546.306-91); Nilcea Fonseca da Silva (194.191.716-04); Rozildes Rodrigues de Oliveira Filgueiras (235.173.956-68); Sebastião Braz Bernardo (136.714.216-49); Sebastião Celestino de Oliveira (284.822.046-53); Vanda Batista Tomaz (282.033.216-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7936/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.260/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Altamira de Souza Figueiredo (222.687.749-53); Arlete Gomes de Souza Borba (516.602.539-34); Arnalda do Nascimento Araújo da Costa (256.323.969-91); Davina Vidal (610.654.129-91); Eugenia da Rosa (155.900.469-04); Nestor Procek (112.011.349-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7937/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.266/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Augusta Nazario (342.771.619-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7938/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.267/2011-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Gaspar da Gama Pinto de Souza (101.755.550-87); Ivo Lauro Muller Filho (005.511.470-91); Sady Pinheiro Machado (065.298.010-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7939/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.443/2011-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Marcelino de Araujo (181.662.614-72); Jose Pereira de Lima (185.904.624-04); Jose Policarpo de Sousa Sobrinho (082.775.084-68); Jose Raimundo Freire (151.069.184-72); Josefa de Sousa Costa (204.496.904-15); Juliana Maria Carneiro Wanderley (087.035.074-91); Lindalva dos Santos Costa (298.870.544-53); Luzia Travassos Duarte (207.050.184-15); Manoel Alvino Lourenço (058.633.174-34); Marcus Costa Sampaio (245.624.407-91); Maria Jose Lira da Silva (162.218.184-00); Maria Julieta Rolim (141.231.694-49); Maria Silvia Ramalho Duarte (236.316.194-72); Maria da Guia Silva (314.362.774-34); Maria das Gracas Ferreira (237.054.004-44); Maria das Graças de Lucena Barbosa (262.500.630-72); Maria de Fatima Araujo de Souza (206.343.664-91); Maria de Fátima de Freitas (128.711.504-78); Maria de Lourdes de Oliveira Silva (251.821.614-68); Maria do Carmo Torres Pinheiro (424.033.244-34); Marilena Antunes Ferreira (161.412.024-20); Moacir Soares Porto (086.990.624-00); Niedja Maia Gois (069.658.494-87); Otacilio Batista Flor (783.799.548-15); Sandra Maria Costa (676.751.664-34); Severino Simiao da Costa (185.573.504-06); Shiva Prasad (205.236.024-72); Sukaran Ram Patel (274.654.974-34); Tania Maria Pinto de Almeida (461.463.264-53); Tereza Cristina Gomes dos Santos (226.034.844-00); Vania Maria Brasil Marcelino (160.578.484-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7940/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.469/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adilson Vanderlei (421.588.427-68); Antonio de Sousa Gadelha (437.905.187-00); Hermanse Chaves (491.494.907-53); Irenício da Silva (401.860.087-91); Jorge Carlos Batista Jourdan (373.032.797-68); Jorge Rodrigues Soares (440.531.857-34); Lucia Maria Moreira Marchetti Magalhães (671.459.817-34); Paulo José Peixoto (330.917.907-97); Regina de Oliveira Simões (511.175.927-15); Sonia Maria Marques da Silva (377.611.537-87)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7941/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.628/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valmir Fernandes de Lira (065.915.072-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7942/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.633/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria de Fátima Ostemberg do Nascimento (229.730.520-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7943/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.639/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Augusto Pires Neto (097.385.256-91); José Tarcísio Ventura (872.230.238-72); e Maria Lúcia de Araújo Campos (234.798.176-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7944/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.656/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Genezio Alonso (177.481.511-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7945/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.658/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marlei Sigrist (511.721.941-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7946/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.659/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marta Maria de Barros Rojas (177.426.251-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7947/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.661/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Sonia do Carmo Antônio França (080.722.051-53); Zilda Maria Rodrigues (199.667.251-72); e Zildete Barbosa de Araújo Yonamine (155.986.751-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7948/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.667/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Graciete Martins de Paula (203.203.372-00); Joana dos Santos Guarates (058.382.402-10); Lidia Molina Tosti (162.062.822-87); Maria Dulce Ferreira (204.014.854-04); Maria de Souza Lima (152.121.062-49); Valdivina Maria de Oliveira (107.134.842-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7949/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.857/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marly Souza Alves (138.671.565-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7950/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.862/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cely Alves Fernandes Silva (394.250.456-15); Cleide da Cunha Simão (288.128.756-53); Dalva Sebastiana Rodrigues (352.094.966-00); Delsa Maria dos Santos (365.477.436-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7951/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.863/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edna Mariana Machado (289.381.866-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7952/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.871/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Gonçalves Garcia (212.138.526-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7953/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.877/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Elcia Alves (350.695.626-49); Maria Francelina Silami Ibrahim Drummond (206.531.151-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7954/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.879/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marta Ferraz de Queiroz Lima (351.029.506-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7955/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.884/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hugo Alberto Ruiz (471.912.957-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7956/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.888/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adilson Lopes Affonso (034.284.357-53); Alci Vieira de Sá (105.808.677-49); Almiro Gottgtroy (109.915.307-72); Amarilys Fernandes Moreira Lopes (185.175.957-34); Carlos Alberto de Carvalho (304.369.077-04); Clovis do Nascimento Neves (288.559.147-15); Dalva de Carvalho Silva (312.930.697-87); Deusemilda Correa Ramos Leal (298.959.797-20); Elza Maria Berredo Peixoto (585.502.757-00); Eva Adelia Ferreira da Silva (361.118.137-49); Francisco Alves Ribeiro (298.034.117-72); Haroldo Quintaneiro (307.842.557-68); Isaac dos Santos Merodio (708.356.757-34); Jalila Maria Souza Bittencourt (054.838.403-72); Josefa da Conceição de Lima (482.156.947-72); Luiz Alberto Carvalho Senna (271.670.387-68); Madeleine Monica Athanazio (149.454.101-78); Manuel Martins Gomes Pereira (259.242.577-20); Maria Lucia Moraes da Costa (386.657.947-00); Maria de Lurdes Freitas (334.219.277-15); Milton da Silva Pinto (039.119.857-20); Oscar da Costa de Oliveira (161.316.067-49); Pulcherio de Calazans (403.343.767-34); Regina Celia Pedro Rangel de Sá (408.684.197-53); Roberto Dias (618.483.877-68); Selma da Costa Dutra (374.622.377-68); Tania da Silva Lima (370.056.777-49); Valeria Lopes Viccari (463.194.767-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7957/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.987/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Valter Cruz de Souza (371.827.656-91); Vera Lucia Marques (243.307.796-68); Walter Raymundo Dias (186.884.626-15); Welby Coelho e Silva (013.207.856-20); Wilfrid Keller Schwabe (275.907.806-00); Wilson Pedro Geraldo (109.248.846-49); Zenite José Barbosa (222.832.006-44)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7958/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.989/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Acílio Martins dos Santos (040.350.704-91); Ailda Alves de Almeida (162.442.494-53); Angela Uchôa Vilhena (236.447.104-49); Antonia Gomes Chacon (089.070.804-53); Antonieta Aragão Vieira (132.699.684-34); Antonieta Figueiredo Vital (086.805.404-63); Antonio Batista de Melo (089.086.804-20); Antonio Faustino da Costa Filho (040.064.964-00); Antonio Ribeiro Pessoa (048.884.564-53); Creuza Paulino da Silva (205.437.434-20); Cícera Bezerra dos Santos (181.802.644-91); Cícero Ernesto Leite de Souza (023.497.364-15); Divanilda Monteiro de Lucena (690.865.244-00); Edna Lima do Nascimento (154.226.904-00); Edna Maria Matos de Carvalho (132.487.744-87); Francisca Alves Diniz (176.367.104-63); Francisca Silva de Meo (162.375.954-49); Francisco Antonio de Almeida (027.241.114-00); Fátima dos Santos Marques (161.863.204-30); Geraldo Ferreira Leite (008.255.734-91); Gildete da Silva Ferreira (168.215.804-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7959/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.994/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alzira Iankiewicz (185.754.049-20); Antonio Aleixo de Souza (062.144.289-53); Antonio Della Verde Mendonca (308.867.088-34); Bento Fulgencio da Cruz (275.035.509-53); Bruno Gomes de Castro Neto (186.074.629-20); Daniel Eugenio de Lara (718.475.299-68); Dionilda Gomes Amorim (318.127.839-49); Edson Ribas Malachini (007.197.659-00); Elayne Margareth Schlogel (186.062.539-87); Eliana de Oliveira Poersch (307.864.529-00); Flora Regina Demario (307.150.329-68); Gidelni Severina Dias Tiepo (324.621.409-30); Hamilton Jose Taverna (008.544.849-49); Hulda Leonardo do Espirito Santo (536.228.399-53); Irene Gielow (722.346.449-68); Ivo de Freitas (233.014.739-20); Joao dos Santos Maciel (112.788.110-87); Juny Nunes Marques (201.605.939-72); Lauro Joao Lobo Alcantara (160.435.299-04); Lilian Bianchi Candido (319.486.429-72); Maria Izabel da Silva Souza (744.501.239-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7960/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.999/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aurenice Domingos Lopes (070.746.464-15); Cacilda Lourenço da Cruz (127.467.464-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7961/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.001/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Djalma Carvalho da Silva Filho (055.729.754-00); Edilene Menezes da Silva (135.448.374-04); e Ismael Paulo Viera Barros (104.394.124-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7962/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.005/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Bernardete Ferreira de Macedo (087.084.444-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7963/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-024.014/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Mercia Maria de Macedo Bezerra (289.364.694-87); Miguel Domingos da Silva (199.726.524-91); Mônica Regina Pinheiro Cabral (422.708.124-68); Nadir Pereira da Silva (231.049.614-68); Oscarlucia Dias Fernandes (025.772.834-15); Otacília Souza de Medeiros (637.240.494-04); Otaviana Alves da Silva (322.616.914-91); Otávio Patrício da Cruz (188.485.244-00); Ozomil José de Brito (037.844.954-00); Pacifico Cipriano da Silva (057.640.684-87); Paula Frassinete de Macedo Tonel (130.704.794-72); Pedro Batista Filho (033.564.004-44); Pedro Ivo de Medeiros (026.745.054-00); Raimundo José (067.234.464-53); Rita Maria Ferreira Guimarães (108.573.384-04); Rita de Cassia Teixeira (230.739.934-87); Rivaldo Lourenço de Lima (170.077.714-91); Sandra Meire Bezerra Tito (150.829.384-87); Sebastião Alves Correia (282.244.004-25); Teodora Morais da Silva (154.467.274-87); Teresinha da Silva Ramos (597.023.704-34); Terezinha Cordeiro (028.138.744-34); Terezinha Francisco da Silva (188.303.404-30); Terezinha Rodrigues da Silva (071.094.744-53); Thelma Câmara Fonseca (074.843.304-00); Tânia Maria Arcoverde Pinto Fechine (465.311.224-04); Velusia Maria Matos Mendonça Pires Ferreira (132.688.214-72); Vera Lúcia Délio de Sousa (156.151.384-91); Vilma Maria do Nascimento (369.354.764-53); Vitoria Viana de Souza Rodrigues (721.285.004-78); e Zuleide de Castro Silva (778.899.674-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7964/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.020/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Getulio Vargas de Figueiredo (031.206.862-04)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7965/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.026/2011-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Diana Egeria Lenzi (342.673.609-87); Geracima Francisca de Assunção (343.971.919-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7966/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.029/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Rita Helena Barbosa (739.349.339-04); Sonia Lucia Bueno Borges dos Santos (137.138.411-87); e Sonia Maria Corrêa Martins (378.807.139-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7967/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.166/2011-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Clarice Barbosa da Silva (117.634.185-53); e Fernando Augusto Lima (391.920.675-49).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7968/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.253/2011-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Ferreira Barbosa (080.144.342-34)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7969/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.258/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Geraldo Alves Bezerra (767.993.018-04); Carlos de Oliveira Bastos (022.593.628-34); Darcy de Mendonça Uchoa (028.031.948-72); Helio Luiz Medaglia (004.134.888-53); Jorge Pereira (112.232.438-34); Manoela Silva Corrêa de Oliveira (846.002.928-04); Maria Erminia de Jesus (087.366.118-40); Maria Jaci da Cruz Marcelino (828.848.628-20); Maria Lucia da Silva Theodoro (263.647.758-61); Mitue Kiyoto (933.708.498-87); Nair Camargo de Oliveira (075.025.768-78); Roberto Vargas Teixeira de Camargo (024.278.428-34); Romana de Gois Silva (033.392.728-16); Sara Franco Alfonso (812.546.528-68); Sonia Regina Souza Campos (038.841.258-50); Tania Regina Gonçalves Cafe Paulo (782.075.508-30); Yara Ferreira Granja (948.547.508-04); e Zelia Pimenta da Silva (118.427.748-67).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7970/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.265/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Alencar Manoel de Oliveira (024.689.726-00)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7971/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.269/2011-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cleonides Martins de Oliveira (001.313.918-52); Joaquim Jose de Oliveira (004.724.416-04); José Wagner de Barros (145.404.106-44); Maria Antonia Vieira (661.512.016-04); Maria Aparecida da Paixão (061.165.666-34); Maria do Rosário Gonçalves Manso (196.443.376-20); Regina Helena de Morais Moises (255.280.336-91); Regina Helena de Morais Moises (255.280.336-91); Sônia de Sousa (755.099.386-68); Élade Ferreira (145.540.976-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7972/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.280/2011-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Maria Braga (024.559.787-53); e José Mauricio Pinto da Silva (097.767.377-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7973/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.283/2011-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adelino José Marcelino (378.461.756-53); Celso dos Santos Oliveira (269.419.966-68); Dimas Luiz Naves (465.244.606-34); Flávio Gomes (164.393.176-87); José Gregório da Silva (300.825.796-87); Maria José dos Santos (186.430.516-91); Maria Luciana de Oliveira (508.655.016-53); Maurício Sérgio de Castro (001.464.046-53); e Vânia Maria Joana de Carvalho (154.401.416-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7974/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.286/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Florencio Costa Ferreira (062.041.123-68); Luciano de Luccas (110.193.608-87); Melquiades da Costa (042.692.252-20); Sebastião Luiz dos Santos (035.334.097-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7975/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.291/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arlete Maria dos Santos (645.797.277-20); Elenita do Nascimento Neves (345.307.037-20); e Zulmira de Souza Lima (542.238.737-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7976/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.407/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Licio Mauro Ferreira da Silveira (006.157.309-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7977/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.421/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claresdina de Assis Pereira (252.819.179-00); Cleomar Alfeu Tomelin (184.012.799-68); e Maria Benedita Branco Pacheco (185.814.809-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7978/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.573/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Sebastião Cleto (674.291.577-34); Sebastião Cleto (674.291.577-34); e Serlon Orlez Carone Rodrigues de Barros (049.751.627-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7979/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.582/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Gadelha Fontes (002.590.124-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7980/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.587/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Serverino Antônio de França (009.863.724-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7981/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.929/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Benedito Luiz Rodrigues (197.816.106-97)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7982/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.939/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Hipólito de Castro (217.107.756-53); Eli do Carmo Ramos Figueiredo (264.483.516-04); Humberto Martins da Silva (217.087.706-15); e Marlene dos Santos Gomes (556.147.956-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7983/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.944/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Romes Gomes de Miranda (273.346.006-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7984/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.964/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Irene Valaski (478.764.929-91); e Virginia Bohrer Costa (492.809.297-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7985/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.979/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ângela Costa da Silva (192.485.394-91); Antônio Gomes de Sena Filho (104.772.844-34); Dinice Pessoa de Abreu (030.709.053-15); Heleno Francisco Pereira (084.727.694-53); e Isabel Alexandre da Silva Brauna (353.908.164-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7986/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-027.109/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ciliene Vicentin (277.921.700-63)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7987/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.167/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Dulcineia Carneiro (124.510.101-34)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Ceres - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7988/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.171/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco de Oliveira Gangorra (147.077.484-49); Gisela Abad Lemos Antunes (548.233.157-15); José Claudino Lima (081.187.284-04); José Edvaldo Ferreira da Silva (104.537.924-72); Maria Afra de Lima Feitosa (333.270.094-49); Maria Natália Maia Lima (325.437.004-04); e Maria Salete Costa da Silva (168.090.094-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7989/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.177/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Amalia Fontes Barbosa (264.843.155-15); Antônio Leite Cruz (002.575.165-49); Domingos dos Santos (051.984.535-87); João Cardoso de Melo (103.344.835-49); José Bispo Santos (127.188.585-91); José Paulo do Carmo (023.222.505-20); Marcos Teles de Melo (003.524.545-04); e Wellington Elias da Paixão (010.482.445-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7990/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.178/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Laci Moura Nascimento (393.600.246-00); Maria Elisa Borges Resende (026.336.818-16); Maria Rosa Martins (350.631.226-04); Maria do Rosário Gomes (319.565.486-53); e Narme Júlia Cioquetta Nunes (321.314.966-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7991/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.200/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Mauricio de Andrade (193.418.066-15); Lauro Italo Orsetti (067.140.726-00); Luiz de Oliveira Braga (261.875.586-34); Maria Elisabeth Monteiro Ribeiro Rodrigues e Rodrigues (441.875.647-72); Maria da Glória Paoliello Pimenta Gomes (210.695.736-04); e Pedro Raimundo dos Santos (194.290.291-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7992/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.204/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Armando Oscar Cavanha (000.128.159-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7993/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.208/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Manoela Centeno Carvalho Valença (224.618.410-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7994/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.275/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Clavio Morais Varela (017.851.920-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - MEC.
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7995/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.635/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adão Leopoldo das Chagas (113.567.156-72); Cleuza Maria Martinho Ramos (546.026.536-34); José Mauro de Melo (120.073.156-53); Luiz Lopes de Faria (157.453.416-53); Marcio Alves de Lima (819.772.558-68); Maria de Castro Ferreira (329.265.966-34); Odilon Leôncio de Souza (167.895.556-68); e Vicente de Paula Custódio (135.264.566-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7996/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso IV, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.445/2006-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adolfo Lino de Araújo (023.515.824-03); Alexandra Mara da Silva (805.155.923-15); Ana Alice Luz Oliveira Santos (227.606.873-68); Annett Maria Cardoso de Macedo (517.020.453-15); Antônia Cláudia Moraes (730.951.923-04); Antônia Freitas (349.654.163-68); Antônia Lopes (678.802.233-04); Antônia Maria Araújo Lima (351.043.843-49); Bruna Maria de Lima Vieira (033.982.986-99); Carina Aguiar Nogueira (430.488.113-20); Domingos Juraci de Sousa (273.540.913-91); Elda Lopes Belem (396.799.693-04); Eliene Alves de Oliveira (305.097.853-87); Elisvania Rodrigues da Silva (527.463.213-00); Francijane de Oliveira Barbosa (432.535.983-49); Francismary Ferreira Dantas (239.683.703-68); José Narciso de Carvalho Neto (429.049.273-87); Leonice Oliveira Pinheiro Nunes (450.621.533-87); Lucilene Soares Falcão (397.113.073-91); Magno Vila Castro Júnior (849.669.043-15); Marcondes Reis dos Santos (888.705.883-00); Maria Anchieta Moura Leite (304.782.433-91); Maria Jose dos Santos Silva (107.244.248-57); Maria de Fatima Uchoa de Castro Macedo (047.290.993-20); Maria do O Cunha Marreiros (184.159.113-00); Maria do Socorro Lima Sousa (306.368.503-82); Patrícia Cristina Saldanha Ribeiro (404.591.523-00); Roger Peres de Moura (683.279.945-49); Rosana dos Santos Costa (504.321.413-91); Silvana Maria Vasconcelos Sousa (352.377.243-53); Silvia Araújo da Silva (685.832.223-04); Waldenes de Araújo Mesquita (182.381.573-15)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI/MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7997/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.199/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adson Sampaio Melo (929.853.515-53); Andrea dos Santos Souza (776.994.675-15); André Luis Mota Itaparica (614.643.505-82); Cinara de Souza Ramos (541.238.445-53); Emanoela Aragão Souza (797.750.805-25); Flávia Reis Moreira Sales (699.144.605-00); Fábio Santos Oliveira (677.121.695-00); Fábio de Souza Dias (792.778.615-68); Geni da Silva Sodré (645.776.435-53); Genilza Sena Cunha Carvalho (353.655.525-04); Georgette de Fátima Duarte Pinto Ferreira Petrucci (772.123.636-34); Gilfranco Lucena dos Santos (021.292.674-83); Jeane Saskia Campos Tavares (876.913.965-20); Kleyde Jomara Lessa Vilas Boas (887.831.705-53);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Leandro Moura da Silva (798.498.495-68); Luciano Melo Abreu (776.272.535-00); Luis Flávio Reis Godinho (617.368.645-72); Luiz Antonio Favero Filho (022.158.119-78); Luiz Antonio Silva Araújo (410.316.366-68); Luiz Fernando Saraiva (116.153.115-72); Marcelo Borges Tesser (928.448.040-04); Marcio Cunha dos Santos (991.055.515-87); Raul Maurício Aragão Souza (803.369.065-87); Sanderly Souza Mascarenhas (586.242.105-00); Valdemir Santana da Paz (798.516.815-04); Wagner Tavares da Silva (000.044.795-13)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7998/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.258/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Carla Monteiro Valença de Alencar (508.656.415-87); Angela Froehlich (647.443.020-68); Antonio José Santa Barbara (725.057.884-72); Diogo de Barros Mota Melo (043.437.044-40); Francisco Alves da Silva Junior (027.471.824-36); Helio Francisco da Silva Filho (041.039.454-86); Josiane de Souza Luna (926.781.494-04); José Eduardo Gois Júnior (910.165.415-20); Nadiege Maria da Silva (050.357.094-00); Orlando de Oliveira Silva (635.375.594-53); Rui Fernando da Silva (647.825.574-34); Uilliane Faustino de Lima (036.736.354-25)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Satuba - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7999/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.262/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Luiz Tramontin (032.211.849-21); Elizandra Puchta (021.310.779-12); Fraciane Lenzi (025.298.489-71); Franciele de Abreu (978.298.209-10); Gilson Roberto da Silva (713.235.899-53); Haline Depiné (028.895.929-95); Jorge Luis Araujo dos Santos (378.374.609-44); Luciana Koller (589.057.150-87); Marcos Cezar Franzao (859.425.709-06); Otavio Dias da Costa Machado (757.607.200-82); Paula Grawieski Civiero (772.305.669-91); Paulo Ricardo Garcia Martins (508.189.450-87); Ricardo Scopel Velho (006.777.069-01); Sandra Margarete Bastianello Scremin (323.486.140-49); Vanius Buzzatti Falleiro (645.939.320-68)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8000/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.264/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Belami Cassia da Silva (046.557.276-67); Clarissa Benassi Goncalves da Costa (028.455.316-64); Debora Vasconcelos Bastos (066.906.816-02); Dorival Alves Neto (027.814.826-33); Fabio de Oliveira Almeida (015.700.576-30); Francisco Rodrigues da Silva Junior (034.513.386-29)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8001/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.288/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Mulattieri Suarez Orozco (825.351.240-68); Aline de Oliveira Botega (000.727.850-04); Andreza Tasiane da Silva (003.082.100-26); Bruna Vielmo Camargo (006.985.720-25); Bárbara Küntzer Schlintwein (009.984.060-07); Carlise Felkl Prevedello (009.195.670-61); Carlos Arnoldo Streck (731.163.600-06); Ciro Adilson Atzler (966.816.400-87); Claudia Anita Guerra (731.325.600-06); Cristina Silva Feltrin (992.924.240-68); Daniele Schaedler Borges Schmidt (001.663.060-29); Débora John (002.032.550-97); Elisa Lotici Henning (035.672.319-44); Elisângela Fouchy Schons (771.278.890-15); Evelize Dorneles Minuzzi (010.958.280-29); Fabiana Ilha Raimundo (693.708.420-04); Fernanda Miranda Conterato (961.433.710-91); Flademir Roberto Williges (438.046.750-34); Gustavo Alves de Moraes (002.668.490-08); Gustavo Cauduro (803.139.220-04); Helen Lúci Taschetto Bolzan (555.657.350-68); Jader da Silva Neto (937.903.760-00); James Algarve Prado (965.154.810-04); Jean Karlo Acosta Mendonça (779.811.700-87); Josiana Scherer Bassan (968.640.870-34); João Pedro Pereira dos Santos (730.510.980-00); João Teodoro Bourscheid (133.454.190-68); Juliane Natalia dos Santos (001.959.450-00); Jusseila de Fatima Stangherlin de Oliveira (457.936.620-49); Laura Gotleib da Rosa (008.482.660-64); Leticia Mossate Jobim (663.037.960-87); Liliane Pasa Niunes (972.030.410-34); Luciani Missio (000.616.190-19); Luiz Giovani de Pellegrini (954.029.930-68); Manuela Finokiet (000.698.020-17); Marcelo Prado Amaral Rosa (821.304.420-72); Marcia Eliana Migotto Araújo (541.806.600-59); Marcio Oliveira Hornes (771.374.420-72); Mariele dos Santos (002.652.040-03); Mauro Janner Martins (003.251.810-20); Márcia Soares Forgiarini (994.868.060-04); Nivia Maria Kinalski (905.099.350-87); Rodrigo da Silva Ramos (821.784.100-49); Rodrigo dos Santos Godoi (805.004.120-49); Roséli Nedel (006.521.380-71); Suziane Bopp Antonello (672.070.900-30); Taisa Maria Rossato (000.451.000-39); Walter Priesnitz Filho (757.674.220-87)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8002/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.296/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Manuel Henrique Lente (361.888.911-91); Marcelo Baptista de Freitas (143.857.198-45); Marcelo Cristino Gama (265.694.558-50); Marcelo Domingues Roman (113.755.548-32); Marcelo Osiro (084.413.018-40); Marcelo Silva de Carvalho (131.542.998-58); Marcia Cristina Romero Lopes (090.957.288-70); Marcio Babino da Silva (051.276.518-90); Marcio Iovine Kobata (311.362.318-97); Marcos Alberto Taddeo Cipullo (103.842.858-05); Maria Fernada Petroli Frutuoso (252.367.598-62); Maria Julia Alves Bedouya (301.320.308-02); Maria Lucia Dias Mendes (159.784.638-40); Maria Norma de Oliveira Braz Peixoto da Silva (006.437.868-30); Maria Rita de Almeida Toledo (174.202.318-50); Maria do Carmo Baracho de Alencar (025.084.178-90); Mariana Leao de Lima (337.903.248-41); Marisa Santos Lima (134.402.498-08); Mauricio Laurenção Garcia (055.510.928-36); Mauricio Talebi Gomes (089.681.968-00); Meire Ogussuko (069.969.028-51); Milena Carlos Vidotto Crecentini (024.805.529-18); Milva Machado de Souza (158.969.508-96); Mirian Chieko Shinzato (103.364.368-82); Monica Marques Telles (251.661.498-58); Monica Vasconcelos da Silva (322.642.908-62); Nadia Carla do Nascimento Crispim (252.947.548-27); Nilvada Marlene da Silva (206.255.728-07); Osvaldo Fontes Filho (035.192.418-38); Paloma Vidal (071.104.187-31); Patricia Ferreira Abreu (473.069.556-91); Patricia Rios Poletto (253.256.828-30); Patricia da Graça Leite Speridião (058.390.558-75); Paula Andrea Martins (258.373.658-26); Paulo Cesar Koch Nogueira (039.197.708-38); Paulo Eduardo Ramos (192.230.188-46); Paulonilson Lopes Vieira (092.678.528-17); Rafael Denis dos Santos Jesus (326.785.708-27); Raquel Santos Marques de Carvalho (887.659.209-10); Raquel de Paula Carvalho (261.276.988-98); Regina Celia Coelho (145.834.338-32); Renata Castiguioni Pascon (154.250.398-16); Renata Nunes Raposo (292.862.378-71); Renata Petri (164.814.168-41); Renata Philippov (165.174.698-26); Renato Aoyama Fernandez (326.201.638-11); Ricardo Perobelli Borba (524.046.846-04); Rodnei Antonio do Nascimento (131.472.878-40); Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha (270.000.678-02); Rogerio Porto da Rocha de Oliveira (108.998.658-01); Romilda Fernandez Felisbino (201.607.628-39); Rosana Aparecida Salvador Rossit (045.686.718-09); Rosangela Cristina da Silva Leite (855.174.377-53); Rosilda Mendes (005.616.198-08); Sabrina Epiphanio (141.007.908-21); Samantha Koehler (045.353.337-00); Samira Lima da Costa (017.646.317-81); Sarah Isabel Pinto Monteiro do Nascimento Alves (074.684.767-05); Sergio Daniel Simon (664.260.578-00); Sergio Gama (419.870.558-53); Sheilla Alessandra Ferreira Ferndandes (087.703.787-62); Silvia Beatriz Boscardin (934.906.239-91); Silvia Maria Tage Thomaz (783.031.098-04); Silvio Ricardo Pires (778.053.481-20); Tatiana Pirotti Guirao (221.953.038-83); Tereza da Silva Martins (144.320.558-39); Terezinha Maria Sprenger (041.210.988-38); Tiago Tadeu Lisboa (295.709.028-76); Umberto de Andrade Pinto (651.935.718-91); Valter Tadeu Boldarine (315.369.168-11); Vanessa Dias Moreth (146.625.708-32); Veridiana Vera de Rosso (023.068.719-90); Vicente Pereira de Barros (134.330.118-18); Vinivius Demarchi Silva Terra (271.075.798-27); Virgina Junqueira (013.161.218-28); Vitor Tonini Machado (339.324.478-75); Wagner Luiz Batistia (026.745.609-32); Wellington Falcao Antunes (153.739.008-26); Werner Siegried Hanisch (130.836.398-21)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8003/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.301/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Vicente Salazar (041.297.616-17); Cibelle Zanforlin Cesconetto (090.166.617-35); Claudiane Souza da Cruz (105.807.387-79); Dalivia Bento Bulhoes (096.371.187-30); Eliseu Semprini Filho (088.829.277-50); Elizabete Grigorio da Silva (083.484.907-01); Enes Follador Nogueira (022.825.177-09); Fagner Gonçalo Siqueira (098.655.087-61); Felipe Sarmenghi Rangel (098.939.097-75); Flavia Pereira Puget (023.181.907-20); Flavio Mauricio Perini (075.055.387-13); Francisco de Deus Fonseca Neto (905.585.535-91); Gustavo Moraes Dias (082.825.897-05); Helena Donaria Chagas (034.582.017-77); Jamara Ferreira Pinto (045.877.537-18); Joicy Meri Felix da Silva (120.561.097-94); Jorge Luiz Barbarioli (574.981.727-04); Laura Guiomar Moraes Vieira da Silva (386.060.546-15); Leandro Camatta de Assis (096.240.887-56); Letícia Tinôco dos Santos (540.478.896-87); Lourenço Gonçalves Junior (593.408.271-04); Magno Jose da Silva (871.344.626-68); Mariana Pereira Ribeiro Sardinha (083.225.437-19); Mauro Lucio de Brito Lacerda (090.997.667-85); Paulo Ferrari Ramos (100.347.947-27); Rosangela Monteiro do Nascimento (623.323.507-30); Welliton de Resende Zani Carvalho (039.258.407-70); Wesley de Jesús Capucho (115.023.387-77)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8004/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-021.307/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sandra Maria Rabelo Huzek (581.999.506-68); Saula Leite Oliveira Dantas (020.992.404-77); Sebastião Sandro da Silva e Silva (601.828.142-20); Sergio Rodrigo Gruberio (088.624.687-33); Sidarta Guatama de Almeida (056.977.766-67); Silvia de Souza Monteiro (758.410.372-34); Solange da Silva Barros (935.230.509-44); Soraya Rodrigues Quadra (932.581.607-59); Suzete Souza dos Santos (719.654.162-68); Sylvia Gabriella Mafra (779.634.823-15); Tarcia Millene de Almeida Costa Barreto (770.616.592-20); Tatiane Cristina de Jesus (714.515.792-68); Thaise Marcon Ciribelli (004.230.919-05); Tiago de Oliveira Lima (867.619.432-72); Vilson de Jesus Correia Alves (355.023.553-49); Virginia Guedelho de Albuquerque (512.719.232-20); Vonin da Silva e Silva (882.291.812-68); Wagner Eliakim de Andrade Lima (774.761.152-87); Wendre de Souza Ciricio (263.838.881-53); Yany Duarte Costa (753.465.912-49)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8005/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.313/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Duarte Veras (835.388.791-68); Camila Potyara Pereira (725.527.511-72); Camilo Chang Dorea (772.369.201-34); Carla Albuquerque de Souza (012.379.541-93); Carla Simone Vizzoto (006.418.831-02); Carlo Henrique Goretti Zanetti (584.270.826-49); Carlos Adolfo Saraiva Gomes de Barros (692.972.661-34); Carlos Alberto Lopes de Sousa (428.992.813-72); Carlos Alberto Pinheiro Siqueira (669.915.791-49); Carlos Augusto Klink (002.080.588-85); Carlos Eduardo Santos Sousa (712.301.069-87); Carlos Eduardo Zanatta (268.412.827-87); Carlos Eduardo dos Santos (053.275.678-93); Carlos Henke de Oliveira (638.150.959-72); Carlos Jose Sousa Passos (437.358.192-49); Carlos Vinicius Braga dos Santos (995.983.451-49); Carmenisia Jacobina Aires (009.061.071-72); Carolina Cassia Batista Santos (310.172.902-53); Carolina Fernandes Simioni (036.272.626-46); Caroline Thais Martinho Pozocco (276.320.418-00); Carolyn Elinores Barnes Proenca (438.480.957-34); Cassia Beatriz Rodrigues Munhoz (484.999.351-68); Catia Piccolo Viero Devechi (952.364.490-49); Catia Regina Braga Martins (602.047.291-49); Cecilia Beatriz Fiuza Favali (740.224.743-00); Cecilia Estela Ferreira da Silva Cesar (112.067.338-02); Celeste Azulay Kelman (592.800.007-30); Celia Regina Bispo do Rosario Lins Ferreira (245.144.111-91); Celso Nunes da Silva (114.390.171-15); Cezar Augusto Albuquerque Carioca (658.352.041-91); Christiane Girard Ferreira Nunes (539.333.461-34); Cicero Celio de Figueiredo (029.754.447-02); Claudia Ferreira Santos (494.706.041-72); Claudia Naves David Amorim (305.340.971-20); Claudia Rosana Vasconcelos de Araujo (805.257.333-53); Claudio Alexandre Tosta (302.230.404-87); Claudio Bezerra de Medeiros (429.017.151-68); Claure Nain Lunardi Gomes (160.005.598-28); Cleber Furlanetto (098.071.858-90); Cleide Francisco de Sousa (213.741.631-04); Cleide Riva Valina Cotrim (297.283.631-68); Cleison Fernando Lucas (279.713.078-29); Cleofas Minari Righetti (099.927.128-80); Cristiane Araujo Rodrigues (857.383.871-04); Cristiane Bemjamim Santos (572.889.685-53); Cristiane Costa Romao (703.292.491-34); Cristiane Sobral Correa Jesus (648.059.561-00); Cristiano Guedes de Souza (780.399.081-91); Cristina Moura Magaldi Netto (185.251.131-15); Cristina Patriota de Moura (536.914.821-04); Cristina de Souza Grossi (360.334.729-34); Dalva de Oliveira (428.938.101-44); Damiao de Sousa Brito (645.820.001-34); Daniel Baramili Fleury de Amorim (025.177.151-22); Daniel Monteiro Rosa (450.720.272-87); Daniel Oliveira Cajueiro (775.826.085-34); Daniel Richard Sant Ana (841.095.991-72); Daniel Simoes de Almeida (780.115.231-04); Daniel da Cunha Lima Ribeiro (716.410.411-53); Daniel de Jesus Ferreira (406.570.782-04); Daniele dos Santos Rosa (725.689.501-10); Daniella Barreto Santana (000.969.695-47); Daniella Naves de Castro Rocha (588.692.551-15); Danillo Teixeira de Souza (019.642.601-40); Danilo Arruda Furtado (666.425.151-53); Danubia Fernandes Alves (919.219.021-91); Danylo Carvalho Mucury (866.722.151-15); Dario Abbud Righi (263.107.158-10); Darli Augusto de Arruda Mello (269.606.578-06); David John Bertioli (722.288.221-91); Deborah Maria Pereira Cavalcanti (717.442.901-72); Decio Romero Costa (310.139.376-00); Delmo de Oliveira Arguelhes (308.262.681-53); Denilson Bandeira Coelho (780.710.034-68); Denise Bomtempo Birche de Carvalho (119.672.421-00); Denise Soares Cirqueira (877.555.991-91); Dianne Magalhaes Vianna (968.235.267-34); Diego Coelho Barroso dos Santos (030.578.325-47); Diego Juscelino Santos Dias (729.392.141-15); Diego Marçal Medeiro (014.667.231-30); Dimas Jose Goncalves (218.529.978-69); Diogo Giancristoforo Queiroz (996.271.751-53); Diogo de Oliveira Costa (017.622.891-80); Dionir Faria dos Santos (334.309.181-20); Dionisio Munir Miziara Junior (004.060.051-33); Donald Matthew Pianto (729.099.861-87); Donizete Alves da Silva Costa (578.158.601-68); Eanes Bessoni de Melo (365.058.031-49); Ebes Vaz da Silva (268.836.941-53); Eclair Antonio Almeida Filho (036.000.377-06); Edgar Nobuo Mamiya (020.111.778-98); Edielton Paulo Vieira Araujo (016.677.171-62); Edilson dos Santos Pereira (478.148.961-34); Edimar Jose Gomes (768.648.121-20); Edivaldo Batista Teles (225.282.291-00); Edivaldo Ximenes Ferreira Filho (225.083.411-34); Edivonete Alvis Nunis (863.636.621-68); Edmilson Belo Pereira (273.508.356-04); Edna Alci Beserra Torres (358.877.531-53); Edson Marcelo Hungaro (068.930.678-44)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8006/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.317/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Auxiliadora Frajorge (183.943.881-91); Maria Cecilia Mariz de Oliveira Teixeira (166.905.308-33); Maria Clarisse Vieira (951.131.506-49); Maria Eduarda Tannuri Pianto (348.536.181-04); Maria Eloisa Martin (821.849.330-15); Maria Fernanda Nince Ferreira (296.680.181-68); Maria Helena da Silva (308.325.601-97); Maria Helena da Silva Carneiro (049.276.995-87); Maria Jania Rodrigues Ferreira (601.782.301-97); Maria Julia Estefania Chelini (281.352.608-81); Maria Lucilia dos Santos (294.674.203-25); Maria Luiza de Araujo Gastal (384.719.810-68); Maria Nazare Pedrosa (484.385.531-68); Maria Osmarina do Espirito Santo Oliveira (130.058.473-49); Maria Regina Silveira Sartori da Silva (516.455.051-20); Maria Sofia de Sena Costa (070.675.423-91); Maria Zelia Borba Rocha (152.469.141-00); Maria da Conceição Brito Bernardes (334.024.421-91); Maria das Graças de Oliveira (373.197.011-20); Maria de Fatima Borin (136.725.358-69); Maria de Fatima Melo Fernandes de Paula (221.218.891-91); Maria de Fatima Mendonca Valpassos (190.336.051-04); Maria de Fatima Neris Rodrigues (645.903.051-00); Maria de Fatima Rodrigues Makiuchi (858.728.147-04); Maria de Fátima Leite de Almeida (210.500.741-49); Maria de Lourdes dos Santos (186.294.234-04); Maria do Socorro Neri de Sousa (906.400.711-04); Mariana Leal Loureiro (084.370.807-70); Mariana Machado Hecht (714.750.601-49); Mariana de Senzi Zancul (286.584.788-82); Marilene Cardoso Dias (182.719.796-04); Marilene Gomes Rocha (317.122.071-72); Marilia Augusta de Freitas (002.255.071-29); Marilia Marques da Silva (244.108.021-00); Marina Figueiredo Machado (011.210.281-60); Marina Machain Franco (560.457.866-53); Marina Rolim Bilich (004.460.471-80); Mario Almeida Neto (960.497.406-82); Maristela Elisabeth Ferreira Gehrmann (410.232.421-68); Marly da Silva Barros (335.295.071-72); Marta Helena de Sousa Costa Silva (281.076.831-53); Marta Inez Medeiros Marques (449.113.004-34); Martha Brandao Moreira (073.936.937-71); Martin Adamec (004.349.211-81); Mary Sande Pinheiro (461.794.701-97); Maryluci da Mota Paiva (212.728.321-04); Maurilio Tadeu Escossino (003.322.158-81); Mauro Giuntini Viana (316.268.821-34); Max Muller Cerqueira Sobrinho (611.015.751-15); Mendel de Almeida Queiroz (792.693.115-20); Mercedes Maria da Cunha Bustamante (769.474.167-87); Mercia Braga Rocha (314.850.491-72); Merlin Calenda Di Tavani (811.085.321-87); Michael Cardoso dos Santos (006.245.771-39); Michelle Luciana de Sousa de Mello Marinho (805.079.301-00); Miguel Angelo Montagner (083.999.358-75); Miguel Simao da Costa (329.837.191-20); Mihai Zamfir (691.431.101-34); Mirani Bitencourt Bragança (154.272.261-68); Mirta Bicca Condessa (998.948.580-15); Mirtes Bastos Tavares (117.652.911-00); Modoaldo Teles do Espirito Santo (153.540.751-49); Monica Fuganti Cabello Campos de Almeida (117.873.538-93); Monica Gerlane Silva Neves (493.095.871-72); Monica Giannoccaro Von Huelsen (099.842.108-12); Monica Oliveira Piantino Lemos (584.326.391-68); Monica da Costa Braga (484.284.851-00); Muna Muhammad Odeh (246.280.688-10); Mylene Pitisica Marques (824.551.639-20); Myller de Sousa Carvalho (012.849.841-25); Nadia Teixeira Martins (863.974.271-53); Nancy Costa de Oliveira (428.743.601-63); Nara Meneses Navarro Fernandes (575.698.433-04); Nelia Rodrigues Del Bianco (191.292.621-00); Nelson Rodrigues de Araujo (030.782.916-26); Nides Diego Amaral Gomes (990.401.231-87); Nilson Eduardo Ferreira (539.569.071-91); Nilton Goulart de Sousa (803.934.381-04); Norivaldo Jose da Cruz (186.138.291-04); Nuno Manuel Ferrao Machado Silvano Domingues (517.642.451-72); Nyceia Alzira Ribeiro Prata (135.191.906-72); Olivia Fernanda Rocha de Oliveira (907.839.991-00); Onofre Rodrigues de Miranda (493.235.551-34); Osmindo Rodrigues Pires Junior (578.225.221-91); Otto Nelson Costa Martins (815.438.913-49); Ozenaldo Barbosa de Medeiros (239.597.891-49); Patrice Schuch (742.867.570-72); Patricia Lima Torres (243.920.301-72); Patricia Nunes da Silva (934.150.281-00); Paula Bagno Lemos (997.761.891-72); Paulo Ernane Nogueira da Silva (292.855.851-91); Paulo Gustavo Gonet Branco (292.709.011-49); Paulo Omar Augusto Vieira (964.726.771-15); Paulo Roberto Meneses (740.483.338-87); Pedro Americo Furtado de Oliveira (049.848.698-28); Pedro Augusto Ramirez Monteiro (021.087.899-10); Pedro Ferreira de Andrade (619.864.701-30); Pedro de Andrade Alvim (266.423.361-00); Pedro de Andrade Calil Jabur (692.414.571-04); Pedro de Podesta Uchoa de Aquino (002.881.351-05)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8007/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.328/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Almir Barbosa dos Santos (574.359.525-91); Ana Carla Barreto de Oliveira (888.341.235-49); Andrea Ribeiro Santos (661.035.765-04); Angela Cristina Dias Ferreira (117.293.808-32); Angelo Franklin Pitanga (973.687.095-20); Carlos Ernesto Garrido Salmom (227.593.908-37); Clelio Brasil Cardoso Gomes (978.630.255-91); Ester Fraga Vilas Boas Nascimento (350.806.805-63); Fabiana dos Santos (964.346.435-00); Fransley Lima Santos (711.681.095-15); Geraldo Prisco da Silva Junior (952.688.395-00); Guilherme Serra Pietsch (001.697.935-40); Hernany Donato de Moura (643.501.505-87); Irene Alves de Deus (217.099.635-49); Isis de Melo Nicolau (004.911.315-18); Izabela Hora Gois (937.008.815-68); Jaime Santos Junior (985.310.935-20); Janaina Pereira Lucena Menezes (436.598.965-00); Junior Leal do Prado (272.012.928-38); Leocarlos Bezerra da Silva Lima (929.851.144-20); Leonardo Lessa Prado Nascimento (012.317.805-33); Manoel Messias Rodrigues Santos (977.187.935-91); Marcio Andrei Guimaraes (206.651.428-46); Mariza Alves Guimaraes (990.232.615-34); Patricia Soares de Lima (626.822.295-49); Rodrigo Melo Nunes (940.342.065-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8008/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.334/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabiana Maria Martins (932.511.300-72); Fabiane Dienstmann de Souza (615.722.760-53); Fabiane Drosdowski Rodrigues Braga (676.545.170-68); Fabio Michalski Velho (938.327.100-00); Fabio Ortiz dos Passos (007.717.190-00); Fabricio de Avila Rozado (606.919.720-87); Fatima Isabel Rodrigues Gonsalves (632.632.620-68); Felipe Rodrigo Portal (690.435.740-15); Felipe Silva Guareze (953.616.000-59); Ferminia Ribeiro Fonseca (914.009.880-04); Fernanda Dornelles Alves (003.304.540-21); Fernanda Haar (002.856.450-21); Fernando Alves de Avila (883.785.190-15); Flavia Bandeira Oviedo (266.754.848-50); Gabriela Elias Porto (000.886.070-03); Gabriela da Silva Saldanha (742.637.140-91); Gerson Guerra (807.743.260-34); Giane Conceicao Pacheco (509.924.570-68); Gilmara Rodrigues de Souza (942.440.570-72); Giovana Lopes (612.886.750-20); Giovani Souza Silveira (943.017.000-72); Gisele Brites da Silva (949.426.410-04); Gisele Caon Alves (962.685.730-72); Gisele Lunardi da Silva (821.772.360-53); Gislaine Dreyer (702.805.170-68); Gislaine Estigarribia (542.839.220-72); Graziela Aparecida Rodrigues Nunes (908.112.240-15); Guilherme Breitsameter (007.439.810-57); Guilherme Geib (809.313.830-72); Guilherme Rodrigues Porto (814.841.600-10); Guilherme de Menezes Teixeira (831.871.200-59); Helen Patricia Silva Telles (626.459.860-72); Homero de Lima Oliveira (992.366.800-20); Humberto Goulart Chaves Vieira (021.060.280-59); Isabel Cristina Freitas (665.799.450-87); Isis Esther dos Santos Porto (010.443.600-03); Ivani Nair Schmitz (915.470.089-20); Ivone Petro (426.112.610-91); Jacson Costa Alves (972.928.000-25); Janaina Frescura Paim (996.952.000-87); Janaina Helena de Lima (590.467.910-68); Janaina Vieira do Couto (964.879.920-20); Janete Betat Ribas (891.178.160-68); Janete Maria Costa (375.691.710-04); Janine Abreu Silveira (945.818.430-49); Jeferson Andre Lopes da Silva (001.780.810-35); Joao Luis Telles Dornelles Junior (010.959.650-18); Joao Pedro Vais Pinto (160.694.120-87); Joice Merzoni (808.836.210-53); Joice Nazarete Pereira da Silva (964.886.540-04); Joice Sentena da Silva (988.594.120-72); Jonatas Breier (005.689.620-44); Jose Francisco Talaier da Silva (547.489.920-34); Jose Luiz Bueno Cruz (183.316.880-15); Josue Nunes Martins (970.333.750-34); Joyce Alves Machado (727.621.280-72); Juares dos Santos (631.915.800-00); Jucelaine de Almeida Domingues (764.232.390-53); Juliana Lima de Barros (011.298.540-86); Juliana Mendes Bueno (975.484.050-49); Juliana Silveira Zanettini

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(964.270.350-53); Jussara Candido Siegmann (239.132.820-68); Jussiara Silva da Silva (526.056.390-53); Karin Alinne Pereira da Rosa (732.305.100-20); Karla Rosana Coe Fagundes (556.014.560-20); Katia Adriana Lins Jaines (561.087.370-34); Katia Bottega Moraes (824.896.700-00); Kelly Mesquita (945.274.150-34); Ledamir Risti de Brito (507.021.570-15); Leo Sekine (988.646.100-49); Leticia Schirmer de Souza (746.529.580-72); Liane da Silva Pereira (533.009.710-04); Lidiane Dias Vieira (007.907.190-29); Lisandra Pedroso Lencina Machado (447.733.230-00); Lisiane Figueiredo da Silva Mutto (973.864.720-72); Livia Goncalves Rodrigues (000.749.590-00); Luciana Kranz Paulino da Silva (970.392.330-53); Luciana Sartoni Pedroso (692.239.710-04); Luciano Cigaran Rodrigues (914.660.590-87); Luciano Pedroso Roland (945.926.240-68); Luciano da Silva Souza (815.225.090-20); Luciano dos Santos Vicente (809.092.720-34); Lucimara Silveira de Almeida (820.587.410-72); Lucinara Valency Eneas Machado (648.005.470-91); Luis Gustavo Cardoso Godoy (900.186.130-04); Luis Henrique da Trindade Leal (628.330.650-00); Luiza Benedita de Almeida Neves (537.166.630-34); Magda de Oliveira Rodrigues (475.575.910-20); Maiara Alves Silveira (010.364.790-21); Maira Cristina Ramos da Rosa (018.665.330-10); Mara Janaina dos Santos Elias (564.234.890-68); Mara Rosane Seixas Dornelles (632.595.910-87); Marcelo Avila de Oliveira (736.777.520-00); Marcelo Garcia Pinto (005.935.990-04); Marcelo da Silva Belo (903.871.550-15); Marcia Lisarb Sauer (431.136.210-20); Marcia Luciana Rodrigues Madeira (935.192.490-49); Marco Antonio Garcia Olgini (543.096.110-87); Marcos Alexandre Viana Rosa (722.955.970-72); Marcos Roberto da Silva Fraga (947.288.440-72)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8009/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.359/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andreia Farencena Viero (939.856.730-04); Claudia Vieira da Rocha (804.979.340-00); Fabiano Rios Heck (000.580.340-30); Paulo Roberto Stefani (332.008.580-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8010/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.391/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: André Luiz Rosado Ferreira (482.903.785-72); Jose Carlos de Araujo Junior (659.406.445-20); Livia Berti Sanjuan Farias (947.508.665-04); Lucio Marqus de Queiroz (479.670.215-68); Nivea Figueiredo Malafaia (812.954.135-15); Robson Falcão de Oliveira (816.149.265-49); Sheila Rodrigues Cardozo Caracas (826.740.435-04); Valter Bastos Cunha Filho (335.129.905-25)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8011/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.394/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Adriana Bernardes Pereira (471.450.801-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8012/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.399/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Wesley Gonçalves de Souza (038.433.046-02)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8013/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.443/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ziunar Conceição Souza (799.580.288-91)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8014/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.446/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Silvio Antônio Vieira (421.361.990-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8015/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.467/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Luis Godinho Mandolesi (155.820.648-50); Arianne Pontes Oria (645.585.505-10); Fabio Silva Sousa (802.214.245-04); Jailson Sousa dos Santos (808.861.405-87); Jose Luiz Nascimento Sacramento (222.274.315-04); Josemar Oliveira Lopes de Jesus (781.962.805-72); Leila Oliveira dos Anjos (012.376.645-19); Luiz Carlos Lobato dos Santos (904.558.864-15); Miguel Calmon Teixeira de Carvalho Dantas (778.320.865-72); Reyjane Patricia de Oliveira (717.292.675-72); Sueli Fontes de Araujo (789.275.285-49); Taciara Santos e Santos (012.898.495-36)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8016/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.473/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cássio Virgilio Cavalcante de Oliveira (526.475.954-53); Ideltônio José Feitosa Barbosa (527.390.314-91); Kátia Rejane da Silva (034.375.264-64)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8017/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.498/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcelo Reis dos Santos (019.264.485-88)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8018/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.500/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabiana Barcelos da Silva (007.970.680-07); Franciane Vieira Müller (012.655.990-25); Larissa Vargas Becker (990.232.370-72); Leandro Wesz Parise (961.600.980-04); Nemer da Silva Ahmad (478.176.070-87); Roger Luis Hoff Lavarda (013.120.710-52)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8019/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-021.508/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Maria Imperador (172.853.778-99); Andreia Duarte Aleixo (616.937.072-68); Elimei Paleari do Amaral Camargo (120.098.698-93)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8020/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.527/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cira Adriana Martins Ribeiro (887.145.780-34); Danilo Marcondes Filho (639.657.550-72); Elisa Alves de Oliveira (986.248.650-34); Gesmar Kingeski Barbosa (953.944.600-78); Giovana Soares Cerneiro Godinho (929.369.540-53); Jaqueline Insaurriaga Silveira (512.457.870-04); Lenise Di Domenico Colpo (993.226.680-91); Marcelo Magalhães Foohs (354.899.109-25); Marilei Bender Xavier (444.030.700-00); Miriam Alves (490.783.210-91); Rejane Rataeski Moraes da Silva (441.466.980-49); Shirlei Galarca Salort (001.691.280-24); Sibila Francine Tengaten Binotto (955.146.190-87); Tatiane Soares Jesus (906.736.890-34); Vinicius da Rosa da Silva (827.628.560-00); Vivian Iracema Marques Ritta (788.769.740-91); Zuleica Santos da Silva (334.512.900-06)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8021/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.559/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Vieira Paraizo Senhorelo (046.098.967-70); Alessandra Alves Fonseca (041.193.647-63); Aline Carvalho Machado Nunes (086.913.517-13); Fábio Moreira Aksacki (076.842.687-16); Inara da Rocha Simplício (030.197.268-08); José Antônio de Oliveira (574.580.817-91); Núbia Henrique Guimarães Martins (052.199.506-06); Regiane Carla Bolzan Carvalho (093.959.507-90); Thalita Roza Fabiano (102.718.777-31)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Alegre - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8022/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.565/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisco Carlos Fontoura da Silva (001.002.700-93); Gerson Daniel Dorneles da Silva (570.476.180-15); Jose Antonio da Silva Pedreira (691.175.430-53); Juliana de Oliveira Pla (009.389.730-88); Lisiane Jaques Rodrigues (015.427.510-71); Mario Renato de Azevedo Junior (952.140.110-91); Michele Lima Henrique (937.452.570-49); Nedislan Augusto Dallmann (004.177.550-31); Roberto Silva Vargas (835.935.350-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8023/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.623/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Magno Dias Costa (748.670.240-15); Jeferson da Silva Schneider (775.222.810-91); Luiz Fernando Neumann Redu (011.175.760-60); Mauricio Soares Ortiz (005.611.600-40); Regina Barwaldt (521.887.600-34); Stela Marina Nunes de Castro (281.334.550-49); e Vasco Ricardo Aquino da Silva (629.609.380-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8024/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.639/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adelina Aparecida Carlini Junior (924.612.477-49); Ademar Miller Junior (093.877.057-81); Alessandra Folzke Torronteguy (994.955.620-15); Douglas Luiz Silva de Oliveira (070.619.147-18); Fernanda Coutinho Lopes Raposo (098.211.727-25); Florisvaldo Guerreiro (765.003.067-91); Jose Caldas da Costa (576.691.807-06); Jose Mauro Sterza (073.583.117-36); Junior Rodrigues Gomes (071.661.517-73); Mario Cezar Pedrosa Soares (046.657.067-86); Michaele Alvim Milward de Azevedo (075.708.847-36); Ramon de Oliveira Cardozo (039.299.407-01); Ricardo de Lima Chagas (073.150.637-57); Suane Leite de Queiroz (106.363.247-10); Thiago Nespoli (089.746.217-38)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8025/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.647/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciano Avallone Bueno (183.974.718-80); Lucilene Simões Mattos (131.985.798-13); Mairon Moura da Silva (870.089.124-04); Marcelo Machado Martins (127.583.958-43); Marcos Renato Franzosi Mattos (206.098.498-08); Paulo José Duarte Neto (030.120.644-94); Ronaldo Nascimento de Oliveira (496.648.674-20); Rute Chamié Alves de Souza (820.654.114-49); Sergio de Sá Leitão Paiva Junior (908.213.194-34); Valdir Eduardo Ferreira da Silva (166.227.404-10); Viviane Moraes de Oliviera (869.387.544-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8026/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.682/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Gimenes Pereti (021.752.139-86); Claudia de Mattos Quaresma (855.583.897-53); Efreu Brignol Quintana (908.053.210-04); Flavia Souza Ramos (645.488.641-72); Geraldo Magela Sousa e Silva (459.693.106-20); Guadalupe Del Corso (269.639.768-64); Gustavo Amaral Bastos Areas (012.890.747-98); Marcio Araujo Mortoni Silva (915.870.774-34); Myron Jorge Rodrigues Rezzo (018.374.843-33); Renata de Santis Feltran (009.313.366-94); Rodrigo Teixeira Pimentel (005.865.981-11); Stanley Cruvinel Ramos de Oliveira (635.723.701-91); Thais Lima de Paulo (697.563.921-34)

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8027/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.719/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alberto Silva Rocha Neto (947.044.655-00); Américo Fascio Lopes Filho (677.024.305-91); Geraldo Soares da Silva Júnior (059.633.194-04); Jessival Lopes da Silva (010.716.345-42); Luís Carlos Batista de Jesus (938.520.455-68); Messias da Conceição Oliveira (013.959.725-59); Osvaldo Barreto Oliveira Júnior (952.845.245-00); Saulo Leal dos Santos (002.702.495-40); e Silvia Camilla de Oliveira Pereira (833.659.665-87).

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8028/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.801/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandro Jose Queiroz Sarnaglia (109.817.547-67); Alexandre Rasmo Ricardo (039.299.137-39); Blima Fux (910.370.776-87); Christiane da Silva (092.205.957-88); Daniele Alves Marinho (087.971.917-60); Daniele Jannoti Soares Villena (075.191.917-96); Fabiana de Cassia Carvalho Oliveira (067.141.406-22); Felipe Teles Sampaio (118.714.497-58); Fernanda Sobrinho Quiquita de Oliveira (096.992.887-44); Gilberto Augusto de Oliveira Brito (832.123.106-34); Helder de Amorin Mendes (578.543.866-68); Jose Andre Lourenço (045.675.537-30); Jose dos Santos Amaral (031.092.957-17); Leticia Pedruzzi Fonseca (099.201.647-98); Liliana de Mello Braz Alencar (031.035.497-84); Milena Fiorim de Lima (071.844.527-98); Patricia Krauss Serrano Paris (103.854.087-90); Samira Bissoli Saleme (042.392.427-38); Silian Angela Avila Alves (078.253.417-16); Thalles Ramon Rosa (130.994.597-71)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8029/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.833/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra de Souza Avila Kabke (888.894.750-72); Alex Fabiano Bueno (561.810.780-53); Anubis Graciela de Moraes Rossetto (770.494.460-68); Carlos Alberto Petry (352.020.500-97); Charles Sidarta Machado Domingos (949.917.400-10); Faili Cintia Tomsen Veiga (831.815.390-15); Francisco Barbosa Teixeira (989.988.970-91); Juliano Menegaz (025.799.099-23); Leonardo Dias Soares (014.342.009-73); Leonardo Renner Koppe (005.767.140-03); Mateus Treptow Coswig (723.520.860-00); Rosaura Espírito Santo da Silva (387.656.080-20); Thiago Schirmer Cestari (988.175.660-04); e Tiago Bassani Rech (817.265.540-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense.
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8030/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.935/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Braga D'avila (749.491.280-00); Anaí Bueno da Cunha (825.405.940-34); Charles Nunes Fróes (938.198.620-72); Diego Martins Fernandes (009.122.169-21); Fernando Moura da Veiga (983.643.400-34); Karen Jurema Ribeiro Guimarães (926.545.090-87); Luciana Martinez Duarte (004.402.680-36); Pedro Nelson Sastre Pail (212.141.230-15); Thais Martins Lopes (988.173.290-53); Vinícius Alves Hax (011.990.860-37)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8031/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.944/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mara Mércia da Fonseca (158.802.305-20); Maurício Batista Carvalho (939.839.215-15); Paulo César Santana Santos (597.251.845-72); Ricardo Sodré Andrade (013.282.425-60); e Vinicius Pedreira Neves (031.385.395-99).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8032/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.067/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dário Lúcio Vale Theodoro (088.243.096-31); e Rodrigo Marques de Oliveira (036.388.526-95).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8033/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.239/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Geroncio Sucupira Júnior (031.341.314-20); e João Jones da Silva (798.334.894-00).
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Sousa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8034/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.247/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adolpho Olimpio dos Santos Filho (055.596.377-26); Edson dos Santos (980.492.917-15); Milena Machado de Melo (038.101.796-63); Paulo Roberto Avancini (903.970.107-53); Robson Luiz da Silva (084.309.837-67); e Yuri Marcio e Silva Lopes (082.325.347-37).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8035/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.251/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jobson Hugo de Sousa Soares (055.891.714-31); Lidio Sanzio Gurgel Martiniano (038.353.544-18); Marcelo da Silva Taveira (020.732.074-80); Roldão Gameleira do Rêgo Júnior (053.953.874-47); e Sandra Maria de Assis (406.777.294-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8036/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.256/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alcilene Moreira Camelo (314.685.352-34); Eduardo Martins Venticinque (078.730.688-62); Flavia Christiane Guinhos de Menezes Barreto Silva (841.536.284-68); José Carlos Martins Brandao (070.436.512-04); e Jozane Lima Santiago (418.382.032-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8037/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.261/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandro Pereira Cardozo (978.356.760-87); Alexander Rodrigues Gularte (018.296.080-37); Ana Barbara Scholante Silva (827.640.000-06); Angélica Corvello Schwalbe (773.810.090-72); Christian Guillermo Sandoval Enriquez (808.283.100-68); Clériston Ribeiro Ramos (007.249.680-08); Fabiano Jorge Macedo (009.753.910-46); Fabricio Ferrari (581.652.660-04); Inês Vianna Pereira (994.578.570-20); Josiara Pereira Affonso (973.814.460-49); João Carlos Vaz de Vaz (988.586.370-20); João Francisco Prolo Filho (994.594.930-68); Juliana Niehues Gonçalves de Lima (001.617.690-12); Juliano Lacava Pereira (971.276.120-72); Juliano Rosa de Menezes Vicenti (003.091.430-20); Karina dos Santos Machado (980.687.170-72); Lenise Guimarães de Oliveira (006.297.700-85); Leonardo Marques Furlanetto (976.984.230-34); Ligia Dalchiavon (777.630.840-49); Luis Fernando Moretto Tusnski (987.878.370-72); Mara Rúbia dos Santos Silveira (176.729.978-82); Marcel Barros Marcos (020.515.000-45); Mateus Casanova dos Santos (000.506.140-70); Narjara Mendes Garcia (002.126.680-80); Nelida Souza Medronha (621.104.380-53); Roberta Araujo Barutot (707.169.600-44)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8038/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.295/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adonias Magdiel Silva Ferreira (597.563.225-00); Alena Ribeiro Alves Peixoto Medrado (616.299.525-91); Alex Alvarez Silva (060.407.926-55); Alexandre Emmanuel Bortoletto (932.202.949-87); Alexsandro Fiscina de Santana (614.728.595-53); Alice Machado da Silva (012.390.456-03); Ana Carla Bittencourt Reis (031.151.544-45); Ana Lucia Silva Souza (040.125.978-17); Ava Santana Barbosa (782.104.535-72); Carlos Inácio Coelho Neto (054.574.716-32); Daniela Maria Amoroso (259.034.648-40); Deborah Bittencourt Mothe Fraga (998.365.726-00); Dennis Coelho Cruz (047.464.096-50); Elaine Cristina de Oliveira (181.153.918-16); Enio Sugiyama Junior (325.791.708-20); Flavio Santos de Santana (022.484.755-43); Francisco Antonio Zorzo (385.804.110-68); Gilda Maria Bahia Guimarães de Andrade (422.714.605-49); Gustavo Bittencourt Machado (505.543.525-91); Helena Tania Katz (611.008.468-91); Helio Elael Bonini Viana (272.338.228-16); Iris Barbosa de Souza (424.013.996-15); Ivana Aparecida Lins Gesteira (212.794.115-20); Laila Andresa Cavalcante Rosa (030.958.544-98); Lilian Cibele Pereira Gomes (590.345.210-87); Lilian Maria Tosta Simplicio Rodrigues (964.670.455-72); Lucas Pedreira de Carvalho (883.231.455-04); Luís Gustavo Carvalho Pacheco (012.266.126-52); Maira Spanghero Ferreira (785.710.739-53); Marcia Mello Costa de Liberal (608.922.859-15); Marcos da Silva Sampaio (939.797.035-68); Mariluze Maria dos Santos Sardinha (759.368.875-53); Natanael da Silva Barbosa (835.043.625-53); Nei Sousa Barreto (904.360.835-15); Pedro Leonardo Summers Caymmi (918.344.655-91); Rita Andréa Rehem Almeida Tourinho (443.482.745-68); Rita de Cassia Calfa Vieira Gramacho (432.032.565-68); Rosângela Régia Lima Vidal (596.228.494-15); Suzana Oliveira Barbosa (582.436.825-20); e Vanessa Souza Mota (807.001.605-15).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8039/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.315/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Nonamor Pereira Mariano de Souza (270.555.438-60)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8040/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.345/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Ricarte Ferraro (175.540.148-54); Sergio Augusto Pereira Lorentino (841.834.031-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8041/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.383/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aecio Oliveira de Miranda (005.523.406-26); e Iza Manuella Aires Cotrim (037.414.686-14).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8042/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.402/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Ana Carolina Teixeira Pinto (003.445.579-52)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8043/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.405/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Anibal Lopes Guedes (945.532.890-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8044/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.423/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Luciana da Costa Borowski (973.314.570-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8045/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.426/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcos Leandro Ohse (435.599.480-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8046/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.431/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mario Guilberto Machado Souza (047.833.349-86)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8047/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.432/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mateus Gamba Torres (037.355.429-05)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8048/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.436/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patrícia Romagnolli (016.264.039-02); Priscila Ribeiro Ferreira (318.997.069-68); Rafael Piccin Torchelsen (000.759.030-08); e Ricardo Klein (009.706.579-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8049/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.437/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Prante Dill (724.870.460-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8050/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.439/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ronaldo Antônio Breda (799.337.859-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8051/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.443/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Silvana Lucia Rodrigues (039.414.029-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8052/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-022.444/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Silvia Romao (670.010.259-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8053/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.451/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Luciana Miranda Vieira Xavier (064.196.306-81)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8054/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.468/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Pericles Gabriel Barros (445.627.724-68)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Satuba - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8055/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.528/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Priscila Maria de Jesus (012.565.275-56)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8056/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.531/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Valeria Santos Diniz (552.493.964-53); Alexandre Fadigas de Souza (028.453.957-01); Aline de Pinho Dias (463.869.473-04); Carlos Alejandro Nome Silva (003.928.359-32); Daniel Monteiro da Silva (035.537.534-63); Danielle Soares Bezerra (033.789.884-79); Dannielly Azevedo de Oliveira e Silva (028.681.434-07); Ermelinda Maria Mota Oliveira (968.350.284-91); Fabiana Rodrigues de Arruda Camara (034.230.544-17); Fabiane Rocha Botareli (010.532.694-12); Fabio Dalmazzo Sanches (702.444.723-00); Fabio Magno da Silva Santana (833.616.184-87); Fabricia Abrantes Figueiredo da Rocha (884.635.674-87); João Medeiros de Araújo (322.710.264-15); Jonas Sami Albuquerque de Oliveira (035.926.444-16); Josemery Araújo Alves (013.432.524-90); Julliane Tamara Araújo de Melo (061.505.374-20); Marcelo Augusto Costa Fernandes (020.997.904-69); Marcio Eduardo da Costa Rodrigues (074.609.507-42); Marconi Câmara Rodrigues (034.276.794-11); Maria Teresa Pires Costa (538.415.144-72); Mercia de Oliveira Pontes (316.202.303-30); Monica Fiuza Bento de Faria (598.766.547-72); Paulo Roberto Ferreira dos Santos Silva (016.757.365-96); Pedro Petrovitch Caetano Maia (069.509.914-01); Rodrigo José Pires Ferreira (042.425.654-10); Valentin Obac Roda (594.643.058-00); e Vanessa Pache da Rosa Cano (600.985.201-30).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8057/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.557/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ilsyane do Rocio Kmitta (677.114.729-00); e Stella Narita (098.593.458-13).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8058/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.562/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antônio Leonan Alves Ferreira (982.306.975-15); Ayalla Oliveira Chaves (019.898.735-88); Camila Cunha Gesteira (052.438.685-40); Cinira de Araújo Farias Fernandes (412.473.615-00); Fagner da Luz Brasil (007.894.925-47); Francisco Alexandre Costa Sampaio (003.349.556-45); Heider José Dias Gomes (682.871.785-68); Jadson Fábio de Araújo Marques (019.133.125-26); Johnathan da Silva Bonfim (039.427.465-22); Marcello Mendonça Ribeiro (605.135.945-15); Maria José da Silva Reis (017.436.325-76); Vanessa Macedo Miranda (018.962.335-70); e Vanessa de Carvalho Cayres Pamponet (919.566.845-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8059/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.571/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andréia Ortolani Souza (078.829.297-86); Caio Henriques Sica Lamas (122.891.897-07); Eglon Rhuan Salazar Guimarães (115.901.027-70); Everton Murilo da Vitória Olário (124.353.777-97); Gisele Aparecida Mezabarba Mendonça (099.503.177-03); Iza Paula Sorio (099.643.537-90); Jackson do Prado Rafalski (059.339.217-50); Luciano Souza Nunes (080.295.767-65); Marco Antonio Bruneli Pessoa (030.821.197-94); Paulo Marcelo Feitosa Torreão Braz (893.915.194-15); Rodrigo Octavio de Carvalho Júnior (991.527.707-53); e Thiago Bernardo de Souza (111.498.717-41).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8060/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.574/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Brenno Soares Andrade (076.724.836-84); Chrisley Bruno Ribeiro Camargos (032.751.706-94); Darlan Marcelo Silva (067.867.886-37); Fabio Lucio Corrêa Júnior (620.340.146-34); Fernanda Teixeira de Oliveira (065.483.976-06); Fernanda dos Santos Menino (172.503.298-80); Flavia Pereira Dias Menezes (041.941.326-02); Ivan Reinaldo Meneghini (712.955.856-34); Lucas Carvalho Coelho (541.042.116-72); Luis Roberto Marcelino (040.089.776-86); Marcio Rosa Portes (582.587.876-91); e Patrick Santos de Oliveira (337.363.518-79).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8061/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.598/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Lima Vilela (889.305.996-72); Carolina de Castro Nadaf (098.923.667-60); Cintia Aparecida de Souza Soares (069.590.357-83); Claudio Azevedo Passos (985.271.937-87); Claudio Henrique Oliveira Madureira (113.879.957-23); Claudio Martins Dias (092.514.987-09); Claudio de Paiva Franco (110.240.997-92); Cleise Fernandes da Silva Padrão (891.942.847-68); Cristiane Lopes Carvalho da Silva (097.435.917-37); Danielle Telio de Oliveira (045.293.017-02); Denise Mayra do Carmo Sousa (264.343.078-61); Diego de Souza Nicodemos (095.134.827-23); Diogo Nunes dos Santos (107.080.767-26); Eduardo de Orem Oliveira (098.380.277-74); Maria Cristina Brandão dos Santos (311.132.907-06); Natasha Fernandes Mendes (113.385.237-83); Priscila Barreto de Oliveira (094.307.387-12); e Samir Haddad (813.056.057-72).
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8062/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.603/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denise Nunes da Silva Gontijo (984.455.291-53); Eduardo Dotto Brand (903.979.401-49); Frederico Azevedo de Oliveira (784.523.091-04); Masaru Ohashi Júnior (763.854.774-87); Raniere Nogueira (387.496.531-72); e Susana Tres Espindola (907.899.540-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - MEC.
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8063/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-022.628/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arão Cardoso Viana (974.953.445-04); Catia Brito dos Santos (001.190.615-46); Débora Silva das Chagas (805.511.305-04); Eder Pereira dos Santos (027.647.215-28); Eduardo Eneas Dorea Coelho (821.953.665-91); Esau Francisco Sena Santos (988.048.985-34); Fabricio Ramos Neves (790.059.935-53); Ivonete Nascimento Castro (009.189.435-23); Jaqueline Fiegueiredo Rosa (010.749.435-38); Karolyny de Oliveira Almeida (017.520.775-55); Leandro Santos Peixouto (822.051.405-15); Luis Carlos Santos Ferreira (897.753.505-06); Marcelo Rocha dos Santos (999.060.315-49); Marcionila Alexandre Gomes dos Prazeres (020.104.235-50); Pedro Rogerio de Oliveira Santos (043.867.425-14); Robson de Souza Santos (011.918.915-18); Rosana Moura de Oliveira (946.691.205-49); Thiago Soares Fernandes (014.816.645-81); e Vanina Silva Sá Ferreira (007.688.165-21).
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Guanambi Antônio José Teixeira - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8064/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.632/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilio Rene Almeida Miranda (044.668.626-30); Marco Antônio Alves Garcia (410.984.806-78); e Tiago Silveira (017.407.196-54).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas - Unifal/MG
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8065/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.638/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adrissa Mendes Figueiró (016.290.083-03); Allan da Silva Maia (008.770.063-85); e Amauri Holanda de Souza Júnior (018.473.063-57).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8066/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.717/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adrianne Bragato Barbosa (020.975.371-46); Alan de Freitas Oliveira (905.648.471-00); Alex Mendes Martins (015.282.491-00); Danyllo Dias Rodrigues de Oliveira (719.364.081-04); Fernando Augusto Soares Arbex (008.819.581-31); Helder Meireles da Silveira (014.714.851-02); Jair Mesquita Netto (022.848.831-17); Kepler Benchimol Ferreira (014.481.751-94); Larissa Rodrigues Ferreira (011.046.031-60); Luciano de Paula Pereira Perilo (023.137.531-07); Marcus Vinícius Ramos (990.772.481-53); Renato Evangelista de Lima (926.145.661-87); Roberval Lustosa de Aguiar Filho (918.393.351-49); Shilton Caldeira Nunes (014.898.111-92)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8067/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.726/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Carlos Roberto de Mello Rieder (456.500.550-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8068/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.734/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vanessa Alves Campos (076.635.926-38); Yris Maria Fonseca (045.789.276-52); Yuri Guimaraes Dias (996.180.281-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8069/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.738/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Weber Scheeren (732.485.170-34); Caroline Igansi Duarte (009.390.950-09); e Lizandra Jaqueline Robe (969.799.840-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8070/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.742/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana de Oliveira Silva (073.092.626-54); Ana Lucia Ribeiro Goncalves (059.307.186-79); Cesar Marques dos Santos (824.088.666-34); Claudia Aparecida Peres (155.496.938-79); Daniel Pereira Peres (071.092.846-70); Edilamar Aparecida Soares (029.303.626-85); Ezimar Oliveira dos Santos Sobrinho (092.850.286-40); Ivan Ricardo de Sousa (815.142.476-15); Josiane Cristina da Costa (073.646.066-70); Paulo Sergio de Jesus Oliveira (713.266.856-00); Pollyana Vitorino Cabral (061.472.506-20); Raffaella Araujo Pereira (024.503.821-35); Renata Gomide da Silva (004.189.036-11)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8071/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.743/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Camila Henriques de Paula (096.519.516-30)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8072/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.745/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Isabelle Oliveira Soares (046.491.896-08)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8073/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.746/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jaqueline Souza Garcia (074.296.666-63); Maria Cristina da Cunha Magalhães (040.410.496-79)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8074/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.751/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre do Amaral Ribeiro (011.691.317-78); e Katia Dumard da Silva (003.645.137-13).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8075/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-023.809/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Ribeiro de Mendonça (092.070.147-77); Alessandra Salles Machado (026.256.837-32); Alexandre Pereira de Carmo (031.924.267-64); Alice Goulart Starling Alves (055.558.017-26); Aline Fardin Pandolfi (099.717.957-01); Aline Pinheiros Schultz (100.070.527-74); Amanda Inácio de Souza (119.676.957-50); Ana Paula Bortolaia Vieira (248.990.458-24); André Soares Leopoldo (269.412.078-41); Andrea Coelho Laranja (002.915.317-41); Andressa Mara Malagutti Assis (030.834.447-29); Andressa de Andrade (218.750.388-76); Anny Carolyne da Luz (116.676.197-56); Bruna Lilian Teles (123.661.207-88); Camila Barbosa do Amaral (093.286.727-83); Camille de Moura Balarini (105.562.857-60); Cesar Conte Guimarães Filho (106.925.747-86); e Cintia das Chagas Bernardo (118.727.447-02).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8076/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.824/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Santos de Andrade Pizzol (056.173.304-03); Elizomar de Assis Nobre (982.859.397-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8077/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.832/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Maria das Graças Pinto (010.469.154-95)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8078/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.838/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Yuri Grangeiro de Sousa (061.433.914-67)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8079/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.840/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Michel Zozimo da Rocha (952.881.040-34); Michele Bandeira (922.418.080-91); Monica Tagliari Kreling (323.412.370-53); Monica Torres Bonatto (900.993.620-15); Nariman Marisa Nemmen (264.722.010-72); Nei Ricardo Vaske (317.842.160-20); Nina Rosa dos Santos Silva (002.003.940-96); Nisia Martins do Rosario (446.632.850-15); Oberdan Zingano de Oliveira (123.875.920-34); Patricia Barreto dos Santos Lima (541.674.930-04); Pedro Antonio Roehe Reginato (429.834.360-04); Raimundo Jose Barros Cruz (830.298.773-53); Raquel Giulian (817.324.220-87); Raquel Olmedo Rodrigues (012.673.580-84); Raul Oliveira da Silva (005.654.610-60); Renato Silveira Cezar (008.083.670-48); Rita de Cassia Costa Corbo (607.407.520-49); Rodrigo Colares Fritz (677.196.270-91); Rosane Michele Duarte Soares (022.600.949-10); Rosangela Fonseca Lopes (333.901.420-53); Rosita Maria Schmitz (294.801.750-53); Rubia Liz Vogt de Oliveira (017.407.320-81); Rubiane Falkenberg Zancan (914.769.920-53); Sara Copetti Klohn (945.080.460-53); Sergio Luiz Telles Bartex (970.607.390-68); Simone Bonato Luisi (631.681.700-20); Simone Caterina Kapusta (682.953.750-91); Stefan Szczesny Rout (834.580.180-34); Taise Gomes Laux (950.583.200-10); Tamirez Galvão da Silva Paim (017.267.190-65); Tarço da Costa dos Santos (741.568.700-06); Vera Catarina Degani (292.515.670-34); Vivian Cristine Luft (814.557.980-53); Vivian Ignes Albertoni da Silva (956.188.720-72); Viviane Maria dos Santos Soares (952.959.090-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8080/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.842/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alberto Vinícius Casimiro Onofre (894.256.694-49); Ana Maria Martins Carlos (013.729.290-29); Caroline Machado Momm (017.278.309-70); Daniela de Déa Roglio (887.824.689-15); Dirce Waltrick do Amarante (863.916.749-49); Elaine Alano Guimarães Medeiros (054.735.449-59); Elder Rizzon Santos (988.442.960-04); Elisandro Ricardo dos Santos (924.845.300-72); Fabíola Teixeira Ferreira (055.220.019-09); Fernanda Muller (842.771.221-91); Geovana Fritzen Kinchescki (024.775.449-85); Giseli Day (038.922.099-01); Gueibi Peres Souza (902.839.100-20); Isabel Berns (041.697.229-22); Juliete Schneider (808.672.190-68); Karla Gomes Sifroni (040.813.739-81); Lara Duarte Souto-maior (785.711.979-20); Lia Marcon Lima (793.672.591-15); Liliane Alves da Silva (020.860.239-95); Lisley Canola Treis Teixeira (685.782.459-20); Luana Nickel (059.959.606-60); Luciane Kammers (822.970.969-68); Luiz Fernando Pereira (138.603.990-04); Maria Eugenia Dominguez (009.686.529-64); Mariana Borsa (065.303.639-63); Mariana de Souza Parreiras (959.298.195-72); Marina Guazzelli Soligo (260.328.498-30); Marivete Gesser (024.005.729-50); Nadia Karina Ruhmke Ramos (044.452.349-90); Nara Micaela Wedekin (785.209.089-34); Pablo Felipe Bittencourt (006.568.659-46); Pricilla Cristine Trierweiler (986.577.209-49); Rafael Sales Lisboa de Oliveira (704.907.911-15); Silvana Leonora Lehmkuhl Teres (944.596.577-91); Tamara Pareira de Oliveira (048.154.179-97); Tatiana Bez Batti Titericz (006.965.009-81); Tatiana Tarkina Vieira (035.921.919-50); Tatiane Lazzarotto Sousa (009.340.889-77); Themis da Cruz Fagundes (006.081.829-82)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8081/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.010/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Mary Costa Bispo (555.485.205-04); Atauan Soares de Queiroz (005.791.095-26); Debora de Andrade Santana (801.346.885-20); Luis Carlos Pereira Ramos (862.472.635-20); Marcelo Nava (032.183.449-64); Poliana Cordeiro Oliveira Carvalho (000.887.135-39); Rita de Cassia Almeida Santos (375.298.545-34); Sandra Regina Martins (006.606.188-18)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8082/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.022/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raíssa Patias Silveira (005.390.180-07); Roberto Valmorbida de Aguiar (743.265.620-72); Rogério Xavier Azambuja (765.247.360-87); Valcir Spinula Chitolina (176.585.488-12)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8083/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.025/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Railson Alexandrino dos Santos (033.829.474-04); Renato Vasconcelos Magalhães (367.480.993-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-árido/rn - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8084/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.026/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Janaina Amorim Noguez (821.115.450-15); Paulo Roberto Martins Berndt (004.340.920-29); e Vanir Knapp Dias (891.419.970-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8085/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-025.030/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Giavoni (372.219.571-34); Anderson da Silva Pinto (004.135.533-45); Andre Luis Queiroz Rosa (854.182.851-49); Andre de Castro Ferreira (710.545.451-20); Carita Valeria Martins de Rezende (136.846.428-94); Carla Juliana Tinoco (837.721.891-72); Catarina Felix dos Santos Soares (007.508.641-76); Cezar Steinhorst (546.305.840-72); Christiano Guimarães de Carvalho (985.468.561-68); Daniel Monteiro Oliveira (725.018.201-34); Edmarcia Chaves Teixeira (004.175.861-75); Eliane Santos Cunha (805.621.161-68); Elias Ribeiro da Silva (065.256.936-67); Eucilon Ferreira da Silva (858.571.491-34); Fabio Augusto Lopes de Oliveira (006.144.951-21); Fabio Neves Vidal (045.076.537-70); Fabricio Mendes Queiroga (722.365.151-20); Fernanda de França Leitão Paiva (900.119.961-53); Gustavo Macedo de Mello Baptista (480.314.701-97); Held Barbosa de Souza (004.874.781-50); Isac Goncalves de Almeida (035.952.984-46); Jefferson Lessa Soares de Macedo (523.465.441-91); Lauro de Campos Dourado (950.201.601-72); Leandro Arais Bevilaqua (723.720.951-53); Leonidas Soares de Souza (905.885.681-04); Lucas Oliveira Gomes Ferreira (007.119.111-93); Luzanir Goncalves de Carvalho (805.865.621-68); Marcelo James Vasconcelos Coutinho (787.737.171-34); Marcelo de Oliveira Henriques (778.967.001-82); Marcia Elaine Braga de Menezes (896.040.751-87); Marcio Vinicius de Moura Ribeiro (980.503.971-49); Marco Antonio Gomes de Araujo (283.813.270-91); Moema Carla Veloso Fernandes (647.672.481-91); Nadinni Oliveira de Matos Sousa (902.278.831-87); Raquel Costa Ferreira (016.903.921-85); Renata Silveira Coelho (008.788.371-67); Ricardo de Oliveira Rezende (013.986.066-50); Sheyla Maclane Spinola Prates (823.104.086-20); Silvana Nair Leite Contezini (939.830.429-53); Suziel Sthefany Pereira da Silva (002.062.741-65); Weliton Fonseca Amaral (009.072.171-33)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8086/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.044/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Joelma Rodrigues da Silva (738.282.033-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8087/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.045/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Bruski de Vasconcelos (018.023.409-98); e Marcos Ennes Barreto (786.239.950-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8088/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.046/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Giancarlo Teixeira Priante (154.840.868-92); José Ricardo da Silveira (791.813.504-06); Linderval Fernandes de Lima (367.846.303-78); e Luiz Eduardo Montenegro Camanho (014.771.857-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8089/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.050/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Franciney Cardoso Froz (586.364.712-49); Gustavo Bruski de Vasconcelos (018.023.409-98)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8090/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.054/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antônio Carlos Miranda (751.721.436-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8091/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.066/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elis Angela Botton (998.578.470-72); Gabriel Schmitt (023.495.249-06); e Terezinha Pagoto (923.795.599-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8092/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.070/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ricardo José de Mendonça (995.942.426-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8093/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.071/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Henrique Dias Pereira dos Santos (001.050.500-83); Kleber Eduardo Bianchi (440.783.230-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8094/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.074/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Aurelio da Silva Grande (710.991.662-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8095/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.080/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clovis Brondani (027.859.649-50); Cristiano Valter Rossdeutscher Loureiro (023.852.479-50)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8096/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-025.087/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Nilza da Silva Martins de Lima (520.101.395-34)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8097/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.090/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cintia de Melo de Albuquerque (056.991.617-83); Cátia Cristina Araújo Quarterolli (052.463.727-07); Diego da Silva Coimbra (055.305.237-30); Marcio Leandro Santos de Oliveira (089.107.417-16); e Rosária Pereira Simões (045.322.617-59).
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8098/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.100/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Andrade Alves (945.445.735-72); Felipe Land Gondim (010.334.496-95); e Fernando da Silva Rocha (991.734.416-00).
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Guanambi Antônio José Teixeira - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8099/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.103/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Vieira de Oliveira (022.314.891-12); Altair Carneiro da Cunha Junior (002.312.761-92); Fabio Luiz Albarici (178.785.538-40)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Técnica Federal de Palmas - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8100/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.105/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Josiete Freitas Rodrigues (613.913.952-04)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8101/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.107/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maxwell da Silva (009.769.714-10)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8102/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.114/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abigail Silva Duarte Folha (055.311.317-80); Daniel Rodrigues de Oliveira (295.744.978-10); Lucas Matheus da Rocha (051.460.086-12)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8103/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.115/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabio Henrique de Sousa Coelho (891.161.861-68); Maria Luiza Pinheiro Guimaraes Freagoso (365.079.201-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8104/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.118/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Inacio de Moraes (251.351.028-33); Laura Rudzewicz (821.248.500-59); Michelle Barboza Jacondino (011.250.680-19); Roger Endrigo Carvalho Porto (992.458.760-04); Rosane Pereira Nunes (586.298.660-04); e Ruth da Silva Brum (003.467.380-67).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8105/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.120/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago Peterson Paes de Araújo (047.607.245-08)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8106/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.140/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Nascimento de Lima (860.652.464-68); Josenia da Silva Lima (011.483.315-06); Marcio Ferreira da Silva (955.911.414-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8107/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.141/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Henrique Gurgel (112.555.013-91); e José Ribamar Furtado de Souza (032.683.733-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8108/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-025.146/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Debora Daniele Rodrigues e Melo (055.476.974-35)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8109/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.147/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcel de Lima Santos (781.185.656-53); Marco André Ferreira Dias (155.064.388-69); e Ricardo Pinto Paiva (023.002.604-41).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8110/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.150/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudia Costa Almada Lima (409.128.843-04); Clovis Matheus Pereira (276.491.480-68); Doris Ruth Molleri Speck (249.049.889-49); Fabiano Seixas Fernandes (023.871.499-39); Leandro Barbosa de Pinho (892.215.830-15); Paulo Henrique Dias dos Santos (031.991.294-98); Vicente Lisboa Capella (004.814.189-54)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8111/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso IV, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.182/2007-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Maria Cristina Moura (488.097.561-34)
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8112/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.025/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gilmar Bolsi (509.631.129-53); Giordana Ferreira de Oliveira (004.791.759-85); e Nielson Ademir Ferreira (047.956.299-78).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8113/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.028/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lillian Simone Mendes Pereira (045.512.266-02)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8114/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.031/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Marina Guedes Costa e Silva (060.437.376-71)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8115/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.038/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Isabel de Souza Romanelli Teles (850.503.349-34)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Machado - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8116/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.039/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Davi Sousa Silva (008.916.111-42); Emerson Dutra (004.199.791-31); e Saulo Teixeira de Moura (466.637.117-68).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8117/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.073/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adson Bezerra Moreira (810.246.573-53); Alda Karine Medeiros Holanda (560.580.803-63); e Alek Sandro Dutra (789.325.214-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8118/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.076/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Charles Casimiro Cavalcante (540.394.103-78)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8119/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.078/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Cynara Fidler Bremer (010.774.756-16)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8120/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-027.084/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aldenize Pimentel de Souza (033.549.714-44); Isaias Barbosa da Silva (793.677.554-49); Patrícia Maria da Silva (919.547.034-49); e Pedro Soares dos Santos (014.002.274-02).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8121/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterado pela Resolução nº 237, de 20/10/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.090/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: José Mendes Gama Júnior (715.015.761-00); Marisa Carneiro Fernandes (470.467.911-04); e Martha Sesana (850.167.807-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8122/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.309/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudia Regiane Pereira (867.234.801-04); Gilson Carlos Visu (024.704.489-05); Heloiza Scheid Spier (016.477.111-50); Kamila Morandim Maidana (040.011.901-33); e Vinicius Moreira (044.529.989-41).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8123/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.335/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Janice Teresinha Reichert (905.909.880-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8124/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.346/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Francisco José de Freitas (212.497.253-72)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8125/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.364/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Susana Ribeiro Soares (957.998.936-20)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8126/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.371/2011-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cícero Marciano da Silva Santos (036.157.224-77); Leewerton de Souza Marreiro (060.455.854-61); e Valeska Martins de Freitas (012.221.764-08).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8127/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.391/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cleide Mayra Menezes Lima (855.350.603-72); Dayze Djanira Furtado de Galiza (882.290.503-25); Iolanda Gonçalves de Alencar Figueiredo (947.568.053-53); Keliny Martins de Melo Sousa (934.172.253-53); Laura Maria Feitosa Formiga (910.365.003-06); Luzineide Fernandes de Carvalho (386.261.011-04); Manoel Dias de Souza Filho (841.389.393-34); Maria da Conceição Bezerra da Silva Matias (412.466.163-00); Regina Claudia Ferreira Soares do Rego (439.260.293-15); Renan de Oliveira e Silva (017.072.173-60); e Waldilleny Ribeiro de Araújo Moura (758.229.973-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8128/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.494/2011-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Benizia Fernandes de Oliveira (055.613.338-28); Carlos Alberto Urbano da Silva Júnior (028.180.631-40); Carmen Lucia Silva de Almeida (168.357.861-91); Domingas Póvoa de França (336.316.621-49); Elza Lucia Ferreira de Araújo (438.562.501-82); Enezio Tiradentes Pinheiro (101.261.551-00); Guiomar Maria de Oliveira (380.811.721-49); Heloisa de Almeida Silva (025.061.051-58); Luan Amaral Pinheiro de Faria (031.484.191-11); Nelci Marcelina de Queiroz (193.026.811-49); Otília Batista da Silva (168.876.201-97); Roberto Carlos do Nascimento Teixeira (084.727.501-91); Romildo Alves de Medeiros (032.640.762-68); Salvina Rosa de Souza (259.445.761-20); e Welton da Silva Ferreira (412.494.531-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8129/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.334/2011-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Daiana Lima Ramos (001.563.380-25); Sheila Lima Ramos (823.637.810-15); Thais Lima Ramos (829.114.360-91)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8130/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.339/2011-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria da Glória Camacho (062.380.096-91)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Mec

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8131/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.340/2011-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Carmen Liteka (004.660.849-43); Carmen Liteka (004.660.849-43); Danielle Ayres Ribas (005.242.969-52); Emerson Ayres Ribas (005.242.849-46); José Aquidaban Ayres Neto (005.242.759-55); Tania Ayres Ribas (005.242.929-65); e Zelinda Lanzoni Perly (849.836.399-34).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC

1.3. Relator: Ministro José Jorge

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 8132/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.452/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Orlando Soares (060.475.216-49)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8133/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.455/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vanessa Fão Dias (007.613.120-30)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Sertão - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8134/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.463/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Cynira Marly de Figueiredo Kiesqui (727.621.871-68)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8135/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.466/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eva Spalter (154.005.718-67); Maria Rodrigues Costa (127.379.108-89); Terue Ogihara (064.326.038-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia de Sao Paulo
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8136/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.473/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Epifanio Andrade de Carvalho (027.486.223-91); Givanildo Pereia dos Santos (616.408.593-49); Ingrid da Silva Novochadlo (943.957.213-20); Maria Celia Santos da Paz (630.873.243-53); Maria Jose Viana de Carvalho (474.653.283-49); Terezinha de Jesus Pereira (616.408.323-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8137/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.475/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edwiges de Matos Mendes (628.768.216-72); Hudney Luis de Oliveira Santos (084.570.316-19)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8138/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.482/2011-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Sonia de Souza Petterman (805.416.666-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8139/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.484/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Iracema Rezende Brand (853.372.777-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8140/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.521/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Mariana Pugliesi Borges (025.997.015-89); Mauricio Pugliesi Borges (033.316.675-28)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8141/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.526/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Antonio Pedro de Miranda (000.000.000-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8142/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.539/2011-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Adauto Carneiro de Oliveira (017.736.152-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - Mec
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8143/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.660/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Cecília Maria Alves Coutinho (028.266.756-30)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8144/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.740/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Siqueira de Almeida (874.575.556-68)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Machado - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8145/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.741/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: José Antônio Velloso Filho (021.026.416-00)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8146/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.750/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Vieira de Faria (847.650.386-53); e Marlene Martins Pereira (495.473.996-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8147/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.752/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Sandra Maria de Carvalho Silva (916.422.136-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8148/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.756/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria José Gomes da Silva (788.980.727-91); e Marluce Rosa de Oliveira (081.909.297-55).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8149/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.762/2011-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Bruna Aline Oliveira Cruz (911.151.082-04); e Lara Junieh de Almeida Batista (010.966.692-50).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8150/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.774/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriana Borges Silva (811.182.790-34); Antônio Clovis da Rosa Oliveira (200.246.810-91); Antônio Luís Bento Oliveira (000.730.090-59); Eli Terezinha Touchtenhagem dos Santos (337.975.870-15); Eloa dos Santos Saldanha (421.131.480-72); Joice Helena Rocha Hobuss (012.039.630-09); José Mersos Leite (207.426.300-72); Leda da Rosa Leite (380.144.080-04); Maria Firmina Bento Rodrigues (348.548.000-20); Maria Lourdes Vieira Xavier (723.712.930-91); Maria de Lourdes Molina Avila (421.278.580-34); Neiva Juraci Oliveira Farias (819.480.770-00); e Vera Lucia Bacci Gonçalves (255.415.600-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8151/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.778/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ambrozina Fernandes Carvalho (033.213.596-93); Elisabete Teresinha de Freitas (209.113.946-72); Maria da Penha Dias Batista (042.583.916-89); Maria de Lourdes da Silva (521.887.016-15); e William Barbosa Martinho (098.777.636-30).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8152/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.810/2011-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Irene Penteado de Castro Conforti (158.472.898-12)
1.2. Órgão/Entidade: Representação do MEC em São Paulo
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8153/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.811/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adenilda Leal Tavares (689.896.797-53); Luciano Júnior Martins dos Santos (150.428.847-50); e Waldirene Martins da Silva (930.917.107-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8154/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.824/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alvana de Oliveira Amaral (020.110.910-71); Andieli Oliveira Amaral (020.110.890-93); Antônio Dias Gonçalves (352.422.300-10); Cenira Costa de Fraga (013.625.480-22); David Jonathan Santos da Silva (848.066.210-72); Delci Silveira Pinto (451.918.080-53); Eva Therezinha de Carvalho (253.177.760-15); Harla Santos Amaral (019.721.210-73); Heloisa do Valle Tschiedel (106.900.690-49); Henrique Fabiano Santos da Silva (023.381.590-20); Iuri Ferreira Rangel (016.835.770-43); Ivete Maria Rodrigues de Oliveira (934.002.500-82); Juarez Diz da Cunha (168.593.160-04); Leila Pinto Corrêa Leite (008.875.440-53); Maria Ivone Neves Nunes (689.190.420-04); Maria Lucia Rodrigues dos Santos (805.382.740-34); Maria Valquiria Ferreira Flores (807.664.206-04); Maria Zenóbia de Souza Tassoni (888.161.170-87); Neli Terezinha Ferreira Woichi (575.234.440-91); Neli Valdair Abdala (914.724.230-20); Noemia da Rosa Pedroso (125.171.600-82); Rafael Woichi da Silva (020.741.010-07); Rhuan dos Santos Oliveira (025.258.740-56); Ricardo Roesch da Silva (335.297.010-68); Rosa Maria Rodrigues Vilarinho (836.547.630-49); Rosemeri Maria Ferreira (639.574.000-82); Rutieli Woichi da Silva (020.741.050-02); Sandra Marlete Rodrigues Vilarinho (466.189.100-72); Tainara Ferreira Rangel (016.835.700-30); e Vanilde Martins da Silva (654.553.980-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8155/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.580/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dina da Costa Teixeira (343.530.701-34); João José de Jesus Marques (034.363.441-41); Luiza de Souza Gonçalves (017.153.021-76); e Rosalina Belmira de Jesus Marques (000.059.431-83).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 8156/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.595/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eunice Felinto da Silva (024.144.004-12); e Marcos Gabriel Felinto da Silva (102.356.874-80).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8157/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.597/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria das Dores de Santana Silva (325.261.304-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.5. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8158/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 4745/2011- 2ª Câmara, prolatado na sessão de 5/7/2011 - Extraordinária, Ata nº 23/2011 - 2ª Câmara, relativamente ao subitem 1.1, nos termos abaixo, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:
"1.1. (...) Srs. Cícero Oliveira de Paula, (546.442.623-53); Pedro Paulo de Siqueira Coutinho (239.129.281-34) (...)"
Leia-se:
"1.1. (...) Srs. Cícero Oliveira de Paula, **(546.442.326-53)**; Pedro Paulo de Siqueira Coutinho **(398.681.097-87)** (...)"

1. Processo TC-021.010/2010-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsável: José Inácio da Silva Filho (239.129.281-34); João dos Reis Ribeiro Barros (315.353.051-34); José Inácio da Silva Filho (239.129.281-34); Jussara Batista Morais (224.025.511-00); Sidney Mariano de Brito (549.175.141-34); Carlúcio Gonçalves Lara (291.620.336-20); Cícero Oliveira de Paula (546.442.326-53); Pedro Paulo de Siqueira Coutinho (398.681.097-87); Abgail Vilarins da Rocha Santos (260.108.521-53); Maria da Conceição Aires Santana Vieira (388.782.751-15); João Manes (721.830.207-68); José Henrique Lima e Silva (264.838.821-49); Evanice Camargo Cardoso (184.435.321-49); Walter Botelho da Luz (761.935.601-06); Teresinha Martins da Silva (147.647.921-68); e Arlene Vilarinho Rocha (093.815.621-72)
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde/Coordenação Regional do Tocantins Funasa/Core/TO/MS)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO (Secex/TO)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8159/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que Sr. Wilson Cargnin interpõe recurso de reconsideração contra o Acórdão nº 5510/2010-TCU - 2ª Câmara, em sede de tomada de contas especial, que, dentre outras providências, julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento de débito e de multa;

Considerando que o prazo para a interposição de recurso de reconsideração é de quinze dias (art. 33 da Lei 8.443/92);

Considerando que o recorrente foi notificado da mencionada decisão em 23/11/2010 e a protocolização do recurso se deu em 21/07/2010;

Considerando que o disposto no art. 32, parágrafo único, e no art. 285, §2º, da Lei 8.443/92, não autoriza o conhecimento de recurso intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos;

Considerando que o recorrente não apresentou, em sua peça recursal, elementos a ensejar o afastamento da intempestividade do recurso, o que implica em seu não conhecimento;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público, no sentido do não conhecimento do recurso:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, em não conhecer do recurso de reconsideração por ser intempestivo e não apresentar fatos novos, manter inalterado o Acórdão recorrido e dar ciência desta deliberação ao interessado:

1. Processo TC-003.439/2009-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL) - Apenso: 005.345/2011-1 (Cobrança Executiva)
1.1. Responsável: Wilson Cargnin (239.225.249-15)
1.2. Entidade: Município de Nova Canaã do Norte/MT
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (Secex/MT)
1.5. Advogado constituído nos autos: Paulo Rogério de Oliveira (OAB/MT 11.324)
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8160/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 3274/2009 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 23/6/2009 - Extraordinária, Ata nº 20/2009 - 2ª Câmara, relativamente ao subitem 9.2, nos termos abaixo, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

onde se lê:
"9.2. (...) responsáveis solidários: *Newton D'Emery Carneiro e Fernando Antônio Guedes Alcoforado*

valores datas
R$ 77.323,18.....18.08.93
R$ 170.000,00.....18.08.93 (...)"

leia-se:
"9.2. (...) responsáveis solidários: *Newton D'Emery Carneiro e Fernando Antônio Guedes Alcoforado*

valores datas
*R$ 77.323,18.....**18.08.98***
*R$ 170.000,00.....**18.08.98** (...)"*

1. Processo TC-004.680/2003-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL) - Apenso: 002.502/2001-0 (Representação)
1.1. Responsáveis: Fernando Antônio Guedes Alcoforado (126.645.884-00); Newton D'Emery Carneiro (000.764.814-68); Renato Botto Dantas (000.553.874-20)
1.2. Unidade: Município de Jaboatão dos Guararapes/PE
1.3. Relator: José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (Secex-PE)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8161/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a interposição de embargos de declaração pelo Sr. Luiz Alves de Freitas em processo de tomada de contas especial, em fase de recurso de reconsideração;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão nº 1158/2011-TCU-2ª Câmara, julgou suas contas irregulares, condenando-o em débito e aplicando-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992;

Considerando que o Acórdão nº 5317/2011-TCU-2ª Câmara não conheceu do recurso de reconsideração por ser intempestivo, uma vez que a notificação ocorreu em 11/4/2011 e a protocolização do recurso em 28/4/2011, bem como por não apresentar fatos novos capazes de afastar a intempestividade;

Considerando que o embargante, nesta oportunidade, alega omissão no Acórdão nº 5317/2011-TCU-2ª Câmara "na correta análise do recebimento da intimação alusiva ao julgamento do acórdão nº 1158/2011", contudo, conforme histórico do AR, extraído do sítio oficial dos Correios, o recorrente só recebeu a notificação em 13/04/2011, por conseguinte, respeitando o prazo de 15 (quinze) dias;

Considerando, no entanto, que o referido histórico do AR registra que "O horário não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do Sedex 10 e do Sedex Hoje, em que ele representa o horário real da entrega";

Considerando que o historio do AR não tem valor probante da entrega do documento junto ao TCU, por não trazer a identificação da correspondência;

Considerando que a comprovação da notificação é feita por meio do AR dos Correios e os ARs. juntados aos autos (fls. 129 e 130) registram a entrega da notificação em 11/4/2011, conforme consignado no Acórdão ora embargado;

Considerando, portanto, que inexiste na deliberação atacada obscuridade, omissão ou contradição a ser sanada pela via recursal eleita;

Considerando a entrada de recurso interposto pelo Município de Ipaumirim/CE, ainda não apreciado pelo TCU:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no parágrafo único do art. 32 da Lei n.º 8.443/1992, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer dos embargos de declaração, por ausência dos pressupostos de admissibilidade, encaminhar o processo à Secretaria de Recursos para exame do recurso interposto pelo Município de Ipaumirim/CE e dar ciência ao interessado:

1. Processo TC-006.245/2009-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Embargante: Luiz Alves de Freitas (033.557.993-00)
1.2. Entidade: Município de Ipaumirim/CE
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex/CE)
1.5. Advogado constituído nos autos: José Vanderlei Marques Vera (OAB/CE 22.795)
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8162/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o Sr. Valdizete Martins Nogueira ingressou com recurso de reconsideração para solicitar a reforma do Acórdão nº 4776/2011 - TCU - 2ª Câmara, em sede de tomada de contas especial, que, dentre outras providências, julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento de débito e de multa;

Considerando que o prazo para a interposição de recurso de reconsideração é de quinze dias (art. 33 da Lei 8.443/92);

Considerando que o recorrente foi notificado da mencionada decisão em 15/07/2011 e a protocolização do recurso se deu em 02/08/2511;

Considerando que o disposto no art. 32, parágrafo único, e no art. 285, §2º, da Lei 8.443/1992, não autoriza o conhecimento de recurso intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos;

Considerando que o recorrente não apontou, em sua peça recursal, elementos a ensejar o afastamento da intempestividade do recurso, o que implica no seu não conhecimento;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público, no sentido do não conhecimento do recurso.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, em não conhecer do recurso por intempestivo e não apresentar fatos novos; manter inalterado o Acórdão recorrido e dar ciência desta deliberação ao interessado.

1. Processo TC-020.544/2009-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Enir Rodrigues de Jesus (318.357.161-72); Klass Comércio e Representações Ltda. (02.332.985/0001-88); Leonildo de Andrade (154.695.258-64); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Valdizete Martins Nogueira (208.135.031-91)
1.2. Entidade: Município de Jaciara/MT
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo (Secex-4)
1.5. Advogados constituídos nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8163/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, 169, inciso II, e 212 do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem julgamento do mérito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, fazendo-se as comunicações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.743/2010-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Luciano de Azedias Marins (074.028.457-61)
1.2. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/MCT
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex/RJ)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8164/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 5466/2011 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 2/8/2011 - Extraordinária, Ata nº 27/2011 - 2ª Câmara, relativamente ao item 03 e subitens 9.1, 9.2, 9.4, 9.4.1, 9.4.2, 9.4.3, 9.6.4, 9.8.1, 9.11, 9.4.1, 9.8.2 e 9.9, nos termos abaixo, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a) no item 3:
onde se lê:
"(...) Ana Cristina Cabral de Abreu (922.777.563-34) (...)"
leia-se:
"(...) **Ana Cristina Cabral de Abreu Queiroz** (922.777.563-34) (...)"

b) no subitem 9.1:
onde se lê:
"(...) Ana Cristina Cabral de Abreu (...)"
leia-se:
"(...) **Ana Cristina Cabral de Abreu Queiroz** (...)"

c) no subitem 9.2:
onde se lê:
"(...) Comerc Ltda. (...)"
leia-se:
"(...) **Comerc Com Empreendimento Representação e Const Ltda.** (...)"

d) nos subitens 9.4, 9.4.1, 9.4.2, 9.4.3 e 9.6.4:
onde se lê:
"(...) Comércio e Empreendimento, Representação e Construção Ltda. - Comerc. (...)"
leia-se:
"(...) **Comerc Com Empreendimento Representação e Const Ltda**.(...)"

e) nos subitens 9.8.1 e 9.11:
onde se lê:
"(...) Comércio, Empreendimento, Representação e Construção Ltda. - Comerc.(...)"
leia-se:
"(...) **Comerc Com Empreendimento Representação e Const Ltda**.(...)"

f) no subitem 9.4.1:
onde se lê:
"(...) Abelardo da Silva Oliveira (...)"
leia-se:
"(...) **Abelardo da Silva Oliveira Júnior** (...)"

g) no item 9.8.2:
onde se lê:
"(...) Superserve Comércio e Representação Ltda.(...)"
leia-se
"(...) **Superserve Comércio Representação Importadora e Exportadora Ltda.** (...)"

h) no subitem 9.9:
onde se lê:
"(...) Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (...)"
leia-se: "(...) **Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque APIO** (...)"

1. Processo TC-029.786/2008-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Abelardo da Silva Oliveira Júnior (148.851.072-53); Ana Cristina Cabral de Abreu (922.777.563-34); Comerc Com Empreendimento Representacão e Const Ltda (34.942.417/0001-95); Gervásio Augusto de Oliveira (056.175.102-15); José Ângelo de Souza Oliveira (358.282.692-91); Maria Alice Vasconcelos Cardoso (146.576.942-00); Reginaldo de Souza Picanço (106.133.822-34); Wagner Fernando da Silva (109.520.202-20)
1.2. Entidade: Funasa - Coordenação Regional - AP/MS
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AP (Secex-AP)
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva - manifestação oral.
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8165/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea *e*, e 183, inciso I, alínea *d*, do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelo Sr. Ronald da Silva Balbe, Diretor da DC/SFC/CGU-PR, por mais 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para cumprimento integral da determinação constante do subitem 1.5.1 do Acórdão TCU nº 1784/2010 - 2ª Câmara, de acordo com a proposta da Unidade Técnica:

1. Processo TC-027.986/2011-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
1.2. Relator: Ministro José Jorge
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (Secex/SE)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8166/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que a Empresa Ge Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda. ingressou com Recurso de Reconsideração contra o Acórdão nº 5021/2011 - TCU - 2ª Câmara, proferido em sede de representação, que conheceu da referida representação, considerando-a improcedente, expediu determinação à Universidade Federal do Espírito Santo e arquivou o processo;
Considerando que a mencionada espécie recursal é cabível aos processos de contas, no entanto, não há óbice a que a presente peça seja examinada como Pedido de Reexame, adequado a processo de representação, a teor do art. 48 da Lei nº 8.443/1992;
Considerando que a recorrente requer a reforma do mencionado Acórdão para que o TCU determine a suspensão do Pregão Internacional nº 175/2008-CL/DA/UFES, objeto da representação em tela;
Considerando que o papel do representante consiste em iniciar a ação fiscalizatória, quando, então, o próprio Tribunal toma o curso das apurações, não existindo para o representante, a não ser que admitido como interessado, prerrogativa de comparecer aos autos para a defesa de seus pontos de vista;
Considerando que não há legitimidade e interesse recursal e que a representação não é meio de tutela de interesse individual;
Considerando que o parecer da Serur é pelo não-conhecimento do recurso, por ausência de legitimidade e de interesse recursal, nos termos do art. 146, §1º, e 282 do Regimento Interno;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo relator, em não conhecer do presente pedido de reexame, manter a deliberação recorrida e dar ciência ao interessado:

1. Processo TC-016.928/2009-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Empresa Ge Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda. (00.029.372/0001-40)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES/MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (Secex/ES)
1.5. Advogado constituído nos autos: Milena Vaciloto Rodrigues (OAB/SP 209.236).
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8167/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c os arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 1992, e os arts. 17, inciso IV, e 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso II, do Regimento Interno, em conhecer da representação a seguir relacionada, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e arquivar o processo, sem prejuízo de fazer a comunicação abaixo transcrita, dando-se ciência desta deliberação à representante, de acordo com os pareceres emitido nos autos:

1. Processo TC-017.689/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Empresa Mactecnology Comércio de Informática Ltda.
1.2. Entidade: Universidade Federal Fluminense - UFF/MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex/RJ)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6 Dar ciência à Universidade Federal Fluminense sobre as seguintes impropriedades constatadas:
1.6.1. na condução do Pregão Eletrônico n. 26/2011, o pregoeiro não ativou no sistema comprasnet a opção para aplicabilidade do Decreto n. 7.174/2010, funcionalidade implantada pelo MPOG destinada a dar preferência a empresas que ofertem produtos/serviços com conteúdo nacional;
1.6.2. não foi apresentada resposta às impugnações oferecidas pela representante, contrariando, dessa forma, as disposições contidas na Lei 8.666/1993, art. 41, §1º; Decreto 3.555/2000, art. 12, §1º; e o Decreto 5.450/2005, art. 18, §1º, que a obriga a responder as impugnações.

ACÓRDÃO Nº 8168/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c os arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 1992, 17, inciso IV, e 143, inciso III, 237, inciso VII, e 250, inciso II, do Regimento Interno, em conhecer da representação a seguir relacionada, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, dar ciência desta deliberação à representante e ao IFSP, e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com os ajustes pertinentes:

1. Processo TC-021.116/2011-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Objetiva Serviços Terceirizados Ltda. ME (CNPJ 10.874.523/0001-10)
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex/SP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Dar ciência ao IFSP sobre a seguinte impropriedade verificada no Pregão Eletrônico nº 58/2011: a exigência do Certificado de Regularidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, contida no subitem 10.3.3 do Edital, mostrou-se exagerada quanto ao item 2 do Pregão, uma vez que a atividade de jardinagem não consta no anexo II da IN/Ibama nº 31/2009 - Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, devendo, este Instituto, em futuras licitações por item, definir as exigências técnicas aplicáveis a itens específicos e não para todos os itens indistintamente.

ACÓRDÃO Nº 8169/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, c/c os arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso XXIV, 17, inciso IV, 143, inciso III, 234 e 237, inciso VII, 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da representação a seguir relacionada, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, e, em consequência, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela Associação Brasileira dos Trabalhadores de Multiserviços - ABTEM, por não estarem presentes, neste caso, os pressupostos necessários à sua concessão, e autorizar o arquivamento do processo, dando-se ciência desta deliberação à representante e à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.182/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Associação Brasileira dos Trabalhadores de Multiserviços - ABTEM (13.335.057/0001-93)
1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG)
1.5. Advogados constituídos nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8170/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 237, inciso VI, e 169, inciso IV, do Regimento Interno, em conhecer da representação a seguir relacionada, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.337/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS/MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8171/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em não conhecer da representação a seguir relacionada, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno, haja vista tratar de matéria que refoge à competência deste Tribunal, e arquivar o processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à representante e à Universidade Federal do Espírito Santo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.638/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Empresa Vernissage Comércio e Serviços Ltda. (08.803.560/0001-96)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES/MEC
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (Secex/ES)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

e) Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (Relação nº 31).

ACÓRDÃO Nº 8172/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-006.120/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adriana Cirilo Guenes Cavalcanti (CPF 799.664.974-04); Alcideme Haidée Borges de Freitas (CPF 085.228.124-20); Amélia Ramires Pinheiro da Silva (CPF 083.218.254-00); Carlos Alberto da Paz Portela (CPF 018.901.824-00); Clodomir Cezar de Mendoza (CPF 030.376.224-15); Geilda Maria de Brito Lopes (CPF 126.331.354-04); Gilson Jose Gonçalves Machado (CPF 066.788.584-68); Julinda de Oliveira Gadelha de Moura (CPF 612.455.184-53); e Maria Dulce da Gama Wanderley (CPF 233.944.124-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8173/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o subitem 9.4 do Acórdão nº 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.515/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo José dos Santos (CPF 002.198.601-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra que providencie, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, novo cadastramento no sistema Sisac, do ato de Paulo José dos Santos (CPF 002.198.601-06), informando no campo "Discriminação de Tempos de Serviço e Averbações" o tempo rural.

ACÓRDÃO Nº 8174/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.106/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sebastião Xavier de Carvalho (CPF 097.900.204-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Pernambuco - Incra/PE - MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8175/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento de seu beneficiário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.242/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gilvan Caldas de Sá Barreto (CPF 037.804.224-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8176/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.864/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria da Graça Mendonça (CPF 086.668.731-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região - TRT/RN.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8177/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.885/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Diogo Tomaz da Silva (CPF 103.734.706-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais - Incra/MG - MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8178/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.424/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cleila Vergara de Araujo (CPF 294.636.960-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Incra/RS - MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8179/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.099/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Romualdo de Queiroz Costa (CPF 021.894.962-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Acre - Incra/AC - MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8180/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.100/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Irene Coelho de Souza Lobo (CPF 318.102.929-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Paraná - Incra/PR - MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8181/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.196/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Zaida de Melo Silva (CPF 099.185.154-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8182/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.795/2010-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lourival Aleixo de Araujo (CPF 089.219.465-00).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8183/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.421/2011-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mailton Vieira Franco (CPF 277.380.515-15) e Marcio de Souza Mendonça (CPF 532.066.575-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8184/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.426/2011-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luis Fabiano Saldanha Bandeira (CPF 770.496.323-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - TRT/PB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8185/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.428/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mário Fortunato de Paiva Neto (CPF 935.719.334-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8186/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.545/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Luiz Antônio Mutran (CPF 038.293.681-78).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso/MT - MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8187/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.493/2011-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Joaquim Lopes de Campos (CPF 016.627.672-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8188/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.494/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Catarina Faleta Gabriel (CPF 897.109.675-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8189/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.648/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ivaldo Miranda Campos (CPF 004.166.813-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Maranhão - Incra/MA - MDA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8190/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18, 23, inciso II, e 27, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208, 214, inciso II, e 218, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em julgar regulares com ressalva as contas do Município de Barra de São Francisco/ES, dando-lhe quitação ante o recolhimento integral do débito que lhe foi imputado por meio do Acórdão nº 1057/2009-TCU-2ª Câmara, Sessão Extraordinária de 17/3/2009, Ata nº 7/2009, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original do débito: R$ 74.393,20- Data de origem do débito: 10/12/1999
Valores recolhidos: R$ 6.004,39- Datas dos recolhimentos: 13/07/2009
R$ 5.989,47-- 18/09/2009
R$ 5.999,02-- 20/10/2009
R$ 6.096,76-- 20/11/2009
R$ 6.139,76-- 21/12/2009
R$ 6.139,76-- 20/01/2010
R$ 6.209,96-- 25/02/2010
R$ 6.258,40-- 24/03/2010
R$ 6.290,95-- 20/04/2010
R$ 6.748,39-- 20/05/2010
R$ 8.856,56-- 25/06/2010
R$ 6.652,81-- 20/07/2010
R$ 6.124,17-- 24/08/2010
R$ 6.126,62-- 20/09/2010
R$ 6.154,20-- 22/10/2010
R$ 6.200,35-- 22/11/2010
R$ 6.251,81-- 17/12/2010
R$ 6.061,04-- 20/01/2011
R$ 6.111,34-- 21/02/2011
R$ 6.160,23-- 21/03/2011
R$ 6.208,90-- 10/05/2011
R$ 6.302,45-- 20/06/2011
R$ 6.311,91-- 29/07/2011
R$ 6.322,01-- 26/08/2011

1. Processo TC-002.245/2007-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: TC-010.404/2009-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-010.407/2009-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); e TC-010.406/2009-3 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsáveis: Construtora Zaché Industria e Comercio Limitada (CNPJ 27.314.657/0001-80); José Honório Machado (CPF 241.592.047-91); e Município de Barra de São Francisco - ES (CNPJ 27.165.745/0001-67).
1.3. Órgão/Entidade: Município de Barra de São Francisco - ES.
1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (Secex-ES).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8191/2011 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.038/2010-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Sr. Adriano Alves Pessoa, Procurador Geral do Município de Guaíuba - CE.
1.2. Órgão/Entidade: Município de Guaiúba - CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Secex/CE que:
1.6.1. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, ao interessado e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
1.6.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 8192/2011 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de Representação autuada a partir de documentação encaminhada pela Coordenação-Geral de Operacionalização do FNDE a respeito de irregularidades na aplicação de recursos do Fundeb repassados ao Município de Apuiarés/CE, identificadas no Relatório de Demandas Especiais nº 260.000617/2008-84 elaborado pela Controladoria-Geral da União;

Considerando a informação, por parte da CGU, de que a ação de controle no Município de Apuiarés/CE foi motivada por solicitação do Ministério Público Federal do Ceará para que aquela Controladoria-Geral se manifestasse acerca de irregularidades no repasse de verbas federais denunciadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Apuiarés, no âmbito de Representação formalizada como Procedimento Administrativo 1.15.000.000458/2008-16;

Considerando que tramita neste TCU o TC-006.961/2008-8 que trata de Representação formulada pelo Ministério Público Federal do Ceará com o fito de participar irregularidades no repasse de verbas federais provenientes do Fundeb, tratadas no Procedimento Administrativo 1.15.000.000458/2008-16 daquele órgão ministerial, qual seja a Representação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Apuiarés, que também instrúi os presentes autos;

Considerando a relação de conexão entre os dois feitos bem como o princípio da racionalidade processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, c/c o art. 33 da Resolução TCU nº 191/2006, em conhecer da presente Representação e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.055/2010-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Vander Oliveira Borges, Coordenador Geral de Operacionalização do FNDES e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação.
1.2. Órgão/Entidade: Município de Apuiarés - CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Secex/CE que:
1.6.1. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, ao interessado;
1.6.2. apensar os presentes autos ao TC-006.961/2008-8 (Representação).

DESTAQUE

Na oportunidade do julgamento do processo n° 029.786/2008-7 (Acórdão n° 8164/2011), Relação n° 29/2010, manifestou-se, oralmente - nos termos do Acórdão aprovado - a Representante do Ministério Público, Dra. Cristina Machado da Costa e Silva, em atenção à solicitação de destaque, formulada pelo Relator, Ministro José Jorge (artigo 62, inciso III, c/c o artigo 108 e 143, § 1º do Regimento Interno).

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA
(a serem apreciados em relação)

Foram excluídos da pauta, ante requerimento formulado pelo Relator, Ministro José Jorge, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos nºs 021.889/2009-6, 018.717/2011-0 e 027.537/2011-0.

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento e à apreciação, de forma unitária, dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na Pauta sob o nº 34, organizada em 15 de setembro corrente, havendo a Segunda Câmara aprovados os Acórdãos de nºs 8193 a 8239, que se inserem no Anexo desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10 e Resoluções TCU nºs 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Procs. nºs 012.847/2003-8, 016.521/2005-0, 030.046/2008-6, 004.138/2009-5, 017.140/2009-0, 014.454/2010-6, 014.816/2010-5, 021.525/2010-2, 022.105/2010-7, 024.968/2010-2, 030.943/2010-8, 031.114/2010-5 e 000.742/2011-2, relatados pelo Ministro Augusto Nardes;

b) Procs. nºs 009.221/2000-2, 022.950/2007-5, 022.185/2009-3, 013.736/2010-8, 016.468/2010-4 e 019.380/2011-9, relatados pelo Ministro Aroldo Cedraz;

c) Procs. nºs 001.748/2004-0, 001.565/2008-2, 007.155/2009-0, 013.329/2009-6, 017.905/2009-5, 023.565/2009-7, 003.725/2011-1 e 006.046/2011-8, relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro;

d) Procs. nºs 018.316/2008-2, 002.716/2009-1, 019.298/2009-5 (com o Apenso nº 004.339/2009-3), 013.812/2010-6, 015.540/2010-3, 016.602/2010-2, 023.216/2010-7, 011.458/2011-9, 012.713/2011-2, 013.206/2011-7, 013.214/2011-0, 013.658/2011-5 e 015.329/2011-9, relatados pelo Ministro José Jorge; e

e) Procs. nºs 015.303/2004-8, 005.956/2005-9, 020.630/2006-9, 019.874/2007-0 (com o Apenso nº 003.689/2008-9), 001.064/2008-8, 029.430/2009-3, 004.474/2010-4 (com o Apenso nº 026.804/2007-5) e 027.425/2010-0, relatados pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

ACÓRDÃO Nº 8193/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.221/2000-2
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas do exercício de 1999.
3. Responsáveis: Aleksander Coenes Pinto (CPF 489.129.801-49); Amauri Jose Rodrigues (CPF 017.023.258-14); Carlos Lorenzini (CPF 321.769.297-72); Dalton Pellini Bonancao (CPF 948.307.386-34); Idenor Villar Tamos Junior (CPF 613.697.721-49); Luciano Rocha do Nascimento (CPF 638.615.931-49); Luis Carlos de Assis Almeida (CPF 068.912.478-37); Sebastião Jose Moreno Gama (CPF 470.188.957-15)
4. Unidade: 11º Regimento de Cavalaria Mecanizada.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo - Secex/3.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas de 1999 do 11º Regimento de Cavalaria Mecanizada.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas de Carlos Lorenzini, Alexsander Coenes Pinto e Idenor Villar Tamos Júnior, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, **b**, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados nos autos e dar-lhes quitação plena, com esteio nos arts. 1º, I; e 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992;
9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8193-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8194/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.736/2010-8.
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis: Denise Frederico Koshiyama (158.753.118-60); José Sadao Koshiyama (573.626.968-68); Obra de Assistência Social de Monte Castelo (46.463.659/0001-85).
4. Unidade: Prefeitura de Monte Castelo - SP.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex/SP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada contra o ex-Prefeito Municipal de Monte Castelo-SP, Sr. José Sadao Koshiyama, em razão de irregularidades na aplicação de recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) àquela municipalidade, para a consecução de ação continuada do Programa de Atendimento à Criança em Creche de 0 a 6 anos (PAC), no exercício de 2000.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea **d**; 19, **caput**; 23, inciso III; e 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. julgar irregulares as presentes contas e condenar, solidariamente, o Sr. José Sadao Koshiyama, a Srª Denise Frederico Koshiyama e a entidade Obra de Assistência Social de Monte Castelo, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, **a**, do Regimento Interno), o recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), acrescidas dos encargos legais, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor Histórico (R$)
31/3/2000	6.400,00
27/4/2000	3.200,00
12/5/2000	3.200,00
21/9/2000	3.200,00
3/11/2000	9.600,00
24/11/2000	3.200,00
15/12/2000	3.200,00
26/12/2000	3.200,00
24/2/2001	3.200,00

9.2. aplicar, individualmente, ao Sr. José Sadao Koshiyama, à Srª Denise Frederico Koshiyama e à entidade Obra de Assistência Social de Monte Castelo, multa no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea **a** do Regimento Interno), o recolhimento do valor ao Tesouro Nacional, acrescido dos encargos legais desde a data do presente acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;
9.4. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;
9.5. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para ajuizamento das ações que entender cabíveis;
9.6. arquivar o presente processo após as devidas comunicações.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8194-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8195/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 016.468/2010-4.
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José Joel Luis Bento (134.083.724-20).
4. Unidade: Cooperativa Agropecuária de Desenvolvimento do Agreste (Coopagreste)
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - AL (Secex/AL).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas de recursos repassados à Cooperativa Agropecuária de Desenvolvimento do Agreste (Coopagreste), mediante o Convênio nº 44/2002, Siafi nº 466409.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1 com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas **b** e **c**; 19, **caput**, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as presentes contas;
9.2 condenar o Sr. José Joel Luís Bento a recolher aos cofres do Tesouro Nacional as quantias especificadas a seguir, acrescidas dos encargos legais a partir das respectivas datas de ocorrência até a efetiva quitação do débito, na forma da legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data
37.631,50	24/10/2002
69.050,70	25/6/2003

9.3 com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar ao Sr. José Joel Luís Bento multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescida dos encargos legais desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento;
9.4 fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação para comprovação do recolhimento das dívidas acima imputadas perante o Tribunal;
9.5 com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.6 remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Alagoas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8195-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8196/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 019.380/2011-9 (processo eletrônico).
2. Grupo II - Classe VI - Representação.
3. Interessada: Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado do Espírito Santo - Secex/ES.
4. Unidade: Município de Colatina/ES.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/ES.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação de iniciativa da Secex/ES com foco na tomada de preços 2/2011, processada pelo Município de Colatina/ES com vistas à ampliação do sistema de esgotamento sanitário em determinada região daquela edilidade.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 237, inciso VI e parágrafo único, e 235, **caput**, do Regimento Interno/TCU, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da presente Representação, ante o preenchimento dos requisitos aplicáveis à espécie, para, no mérito, considerá-la procedente, abstendo-se de tecer determinações ou recomendações haja vista a adoção de medidas saneadoras tempestivas por parte dos agentes públicos municipais competentes;
9.2. dar ciência desta deliberação ao Município de Colatina/ES;
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8196-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8197/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.185/2009-3 (com 3 volumes e 2 anexos).
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (CPF 207.425.761-91), José Simão de Sousa (CPF 287.711.504-63), Paulo José Sampaio Bastos (CPF 907.461.715-87), Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 37.517.158/0001-43) e Unisau Comércio e Indústria Ltda. (CNPJ 05.791.214/0001-47).
4. Unidade: Município de Manaíra/PB.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: 4ª e 7ª Secretarias de Controle Externo deste Tribunal.
8. Advogados constituídos nos autos: Augusto Assumpção (OAB/MT 13.279), Daniel Menezes Prazeres (OAB/BA 23.279), José Lacerda (OAB/PB 3.911), Marcelo Bittencourt Amaral (OAB/BA 12.536), Ronaldo Viana (OAB/RO 598-E) e Valber da Silva Melo (OAB/MT 8.927).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, que trata de irregularidades na execução do convênio 478/2004 (Siafi 504150), firmado entre o Ministério da Saúde e o Município de Manaíra/PB, com o objetivo de dar apoio técnico e financeiro àquela edilidade para a aquisição de unidade móvel de saúde, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Simão de Sousa, condenando-o solidariamente com os responsáveis abaixo nominados ao pagamento das importâncias a seguir relacionadas, acrescidas dos encargos legais calculados a partir das respectivas datas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, para que comprovem, perante o tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea **a**, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea **a**, de seu Regimento Interno:

Responsáveis Solidários	**Valor** (R$)	**Data**
José Simão de Sousa, Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. e Cléia Maria Trevisan Vedoin	7.012,46	23/11/2004
José Simão de Sousa, Unisau Comércio e Indústria Ltda. e Paulo José Sampaio Bastos	11.476,40	23/11/2004

9.2. aplicar aos Sr[es] José Simão de Sousa, Cléia Maria Trevisan Vedoin e Paulo José Sampaio Bastos e às empresas Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. e Unisau Comércio e Indústria Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 12.000,00 (doze mil reais), R$ 4.000,00 (quatro mil reais), R$ 6.000,00 (seis mil reais), R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e R$ 6.000,00 (seis mil reais), respectivamente, fixando-se-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o tribunal (art. 23, inciso III, alínea **a**, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea **a**, do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, acrescidas dos encargos legais devidos a contar da data deste acórdão, caso não venham a ser pagas dentro do prazo ora estipulado;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.3.1. o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado por qualquer dos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, à Controladoria-Geral da União, ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e ao Ministério Público daquele ente federativo, alertando esses dois últimos órgãos sobre a existência de indícios de prejuízo aos cofres do Município de Manaíra/PB em razão das irregularidades apontadas nos presentes autos.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8197-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8198/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.950/2007-5.

2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame em Aposentadoria.

3. Recorrentes: Jorge Humberto Barreto (000.767.242-04); Maria da Costa Cordeiro (040.939.092-53).

4. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas - Cefet/AM.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) e Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogados constituídos nos autos: Auta Gagliardi Madeira (OAB/DF 5.585) e Eliana Thompson Viegas (OAB/DF 9.540).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos pelo Sr. Jorge Humberto Barreto e pela Srª Maria da Costa Cordeiro contra o Acórdão 3.497/2009 - TCU - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no artigo 32, I, da Lei 8.443/1992, em:

9.1 com base no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, conhecer dos Pedidos de Reexame, para, no mérito, dar-lhes provimento, tornando insubsistente o Acórdão 3497/2009 - TCU - 2ª Câmara;

9.2 julgar legais as concessões de aposentadoria em favor de Jorge Humberto Barreto e Maria da Costa Cordeiro e, em consequência, determinar o registro dos atos de fls. 1/5 e 11/15;

9.3 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos recorrentes e ao órgão de origem.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8198-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8199/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.658/2011-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessado: Said Najati Sidki (076.189.801-87).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUnB.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogados constituídos nos autos: Roberto de Figueiredo Caldas (OAB/DF n° 5.939), Mauro de Azevedo Menezes (OAB/DF 19.241); José da Silva Caldas (OAB/DF 6.002); Claudio Santos da Silva (OAB/DF 10.081); Gustavo Teixeira Ramos (OAB/DF 17.725), Marcelise de Miranda Azevedo (OAB/DF 13.811), Ranieri Lima Resende (OAB/DF 14.516); Monya Ribeiro Tavares Perini (OAB/DF 16.564); Cláudio Pereira de Souza Neto (OAB/DF 34.238); Rodrigo Péres Torelly (OAB/DF 12.557); Luciana Martins Barbosa (OAB/DF 12.453); Raquel Cristina Rieger, OAB/DF 15.558); Denise Arantes Santos Vasconcelos (OAB/DF 19.552); Andréa Bueno Magnani Marin dos Santos (OAB/DF 18.136); Laís Pinto Ferreira (OAB/BA 15.186): Paulo Roberto Lemgruber Ebert (OAB/DF 20.647); Rafaela Carvalho Batista da Silva (OAB/BA 20.689); Rodrigo da Silva Castro (OAB/DF 22.829); Renata Fleury (OAB/DF 24.038): Dervana Santana Souza Coimbra (OAB/BA 15.655); Cíntia Roberta da Cunha Fernandes (OAB/DF 26.668), Paula Frassinetti Viana Afla (OAB/DF 6.319); Wéllida de Oliveira Brito Meio (OAB/DF 25.001); Natáli Nunes da Silva (OAB/DF 24.439); Neilane de Sousa Marques (OAB/DF 23.942); Moacir dos Santos Martins Filho (OAB/BA 25.758); Sheila Ferreira Novaes (OAB/BA 27.017); Verônica Quihillaborda Irazabal Amaral (OAB/DF 19.489); Igor Citeli Farjado Castro (OAB/DF 30.000); Raquel Pinto Coelho Perrota (OAB/DF 30.833): Cecilia Franco Ferreira (OAB/DF 29.836); Cláudia Severo Corrêa (OAB/DF 29.841); Otávio Henrique Brito Lopes (OAB/DF 31.352); Leandro Madureira Silva (OAB/DF 24.298); Adovaldo Dias de Medeiros Filho (OAB/DF 26.889); Thiago Henrique Nogueira Sidrim (OAB/DF 24.355); Rafaela Possera Rodrigues (OAB/DF 33.191); Luiz Fernando Batista Coimbra (OAB/DF 26.141); Elane Cristina Freitas Silva (OAB/BA 19.143); Luciana Lombas Belmonte (OAB/DF 28.200); Felipe Chaves de Siqueira Santos (OAB/BA 28.826); Hebe Mara Sá Silva (OAB/BA23.685); Pedro Mahin Araújo Trindade (OAB/DF 34.133); Mara Augusta Pereira Cruz (OAB/SE 6.058); Nathália Monici Lima (OAB/DF 27.171); Laís Maranhão Santos Mendonça (OAB/DF 34.442); Milena Pinheiro Martins (OAB/DF 34.360); Jubrã Ferreira dos Santos (OAB/BA 15.789); Lucas Embirussú Oliveira (OAB/BA 30.476) e Raissa Roussenq (OAB/DF 34.542).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do ato de aposentadoria de Said Najati Sidki, ex-servidor da Fundação Universidade de Brasília - FUnB.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, 260, § 1º do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal o ato de aposentadoria de Said Najati Sidki, ex-servidor da Fundação Universidade de Brasília - FUnB, negando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pelo interessado, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília - FUnB que:

9.3.1. dê ciência ao interessado da deliberação desta Corte de Contas, alertando-o de que a interposição de eventuais recursos não o eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;

9.3.2. em caso de sentença desfavorável ao Sr. Said Najati Sidki, no âmbito do MS nº 26.156/DF, faça cessar os pagamentos da parcela referente ao Plano Bresser (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.4 orientar a Fundação Universidade de Brasília - FUnB que, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, poderá emitir novo ato, livre da irregularidade ora apontada, submetendo-o a nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento; e

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe a decisão judicial que atualmente assegura ao Sr. Said Najati Sidki o pagamento da parcela referente ao Plano Bresser (26,05%) - MS nº 26.156/DF, informando a este Tribunal o seu desfecho;

9.6. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8199-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8200/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.565/2008-2 (c/ 1 anexo).

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)

3. Interessados: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Eldo Padial (045.333.561-68); Manoel Lima de Medeiros (004.120.071-34)

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882) e outros (anexo 1).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, contra o Acórdão 1050/2010 - Segunda Câmara, que, entre outras medidas, negou registro aos atos de alteração de aposentadoria em favor de Eldo Padial e aos atos de concessão e de alteração de aposentadoria em prol de Manoel Lima de Medeiros.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48, parágrafo único, c/c o 33 da Lei 8.443/92, em:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1. conhecer do presente recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento, no sentido de reformar o Acórdão 1050/2010 - 2ª Câmara, para considerar legal os atos de interesse de Eldo Padial (fls. 8/21, v.p.) e de Manoel Lima de Medeiros (fls. 57/67, v,.p.), ordenando os respectivos registros;

9.2 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Reitora da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS -, representante da entidade recorrente;

9.3 encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip -, para que analise as informações constantes no ofício de encaminhamento do presente recurso, à fl. 1 (anexo 1), referentes à estrutura remuneratória do Sr. Creodil da Costa Marques, aparentemente relativas ao cumprimento da determinação inserta no subitem 9.4.1 do Acórdão 1050/2010 - Segunda Câmara, devendo representar ao Tribunal, caso verifique o não cumprimento daquela determinação.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8200-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8201/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.748/2004-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis: Eva Maria de Andrade Lima (CPF: 166.503.444-00); Prefeitura Municipal de Vicência/PE (CGC: 10.168.235/0001-40)

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Vicência - PE.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - PE (SECEX-PE).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Osório Chalegre de Oliveira - OAB/PE nº 15.307; José Humberto Interaminense Mello - OAB/PE nº 14.153.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, contra a Sra. Eva Maria de Andrade Lima, ex-Prefeita do Município de Vicência/PE, em face da não execução do reflorestamento de área de 250 ha, com a utilização de espécies nativas da Floresta de Mata Atlântica,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Município de Vicência/PE e da Sra. Eva Maria de Andrade Lima, ex-Prefeita do Município, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" da Lei nº 8.443/92, condenando-os ao pagamento solidário das quantias abaixo relacionadas, devidamente atualizadas, calculadas a partir das respectivas datas, até a efetiva quitação dos débitos, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento dos débitos aos cofres do Fundo Nacional do Meio Ambiente/FNMA (art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU), na forma da legislação em vigor, abatendo-se a quantia de R$ 43.250,13, já satisfeita em 29/8/2002:

Valor Original (R$)	Data do crédito na conta específica	Origem
17.937,20	20/6/2000	2000OB000054
26.905,80	20/6/2000	2000OB000055
26.905,80	13/3/2001	2000OB000035
17.937,20	13/3/2001	2000OB000036
2.676,88	29/8/2002	Rendimentos auferidos

9.2. informar ao Município de Vicência/PE que o débito é decorrente da não execução do objeto traçado no Termo de Convênio nº 12/2000, cujo objetivo era reflorestar área de 250 há, com a utilização de espécies nativas da Floresta de Mata Atlântica;

9.3. determinar ao Município de Vicência/PE que, na hipótese da impossibilidade de liquidação tempestiva do débito, no mencionado prazo (15 dias), adote providências com vistas à inclusão do valor da dívida em sua lei orçamentária, informando ao Tribunal as providências adotadas no prazo de 30 (trinta) dias;

9.4. aplicar à ex-Prefeita, Sra. Eva Maria de Andrade Lima, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU), o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar o recolhimento parcelado das dívidas constantes do subitem 9.2, por parte do Município de Vicência/PE, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove perante este Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para que comprove o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. autorizar o recolhimento parcelado das dívidas de que tratam os subitens 9.1 e 9.4 retro, por parte da ex-Prefeita, Sra. Eva Maria de Andrade Lima, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove perante este Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para que comprove o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar ao Município de Vicência/PE e a Sra. Eva Maria de Andrade Lima que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.9. com fundamento no artigo 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, remeter cópia da presente deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis;

9.10. remeter cópia da presente deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam à Câmara Municipal de Vicência/PE, com destaque para os subitens 9.1, 9.2, 9.3, 9.5, 9.7;

9.11. determinar que a Secex/PE monitore o cumprimento da determinação contida no subitem 9.3, supra;

9.12. encaminhar cópia da presente deliberação acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam ao Prefeito do Município de Vicência/PE.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8201-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8202/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.725/2011-1 (eletrônico).

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessados: Genivaldo Cardoso da Gama (020.312.994-68); Martinho Antonio dos Santos (058.075.654-87); Raimundo Judival de Lima (042.684.902-72); Roseli Maria Auler de Araujo (334.518.779-53); Valdir Mendes Colect (231.157.349-72); Vendelin Celestin Kolb (124.972.159-87)

4. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF-MJ.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão e de alteração de aposentadoria em favor de servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF-MJ.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1°, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c art. 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegais os atos de aposentadoria de Martinho Antonio dos Santos (peça 4) e Raimundo Judival de Lima (peça 5), bem como os atos de alteração de aposentadoria de Genivaldo Cardoso da Gama (peça 3) e Roseli Maria Auler de Araujo (peça 6), negando-lhes registro;

9.2 aplicar a orientação fixada na Súmula TCU nº 106, no tocante às parcelas indevidamente percebidas, de boa-fé, pelos interessados;

9.3 determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que:

9.3.1 nos termos do art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o pagamento das parcelas ora impugnadas, referentes aos atos de aposentadoria dos interessados arrolados no subitem 9.1, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2 dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos interessados arrolados no subitem 9.1, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia dos comprovantes das datas em que os interessados tomaram conhecimento da presente deliberação;

9.4 orientar o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do art. 262, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, no sentido de que as aposentadorias ora consideradas ilegais poderão prosperar, caso sejam emitidos novos atos escoimados das irregularidades verificadas, a serem cadastrados no Sistema Sisac no prazo fixado no art. 7º da IN-TCU 55/2007;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação da medidas indicadas no subitem 9.3, representando a este Tribunal, caso necessário;

9.6 considerar legais e ordenar o registro dos atos de alteração de aposentadoria de Valdir Mendes Colect (peça 7) e Vendelin Celestin Kolb (peça 8);

9.7 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8202-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8203/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.046/2011-8.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Aggreko Energia Locação de Geradores Ltda (02.283.886/0001-53).

3.2. Responsáveis: Flávio Decat de Moura (060.681.116-87); Pedro Carlos Hosken Vieira (141.356.476-34).

4. Órgão/Entidade: Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre/MME.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - AC (SECEX-AC).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Daniel Marcelino (OAB/SP 149.354), José Henrique Cabello (OAB/SP 199.411) e outros (peça 4)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este autos de representação formulada pela empresa Aggreko Energia Locação de Geradores Ltda., acerca de irregularidades ocorridas no processo licitatório 276/DGS/2010, promovido pela Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), destinada à locação de unidades geradoras de energia elétrica.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1 conhecer da presente representação, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, e do art. 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à direção da Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre -, bem como à representante, empresa Aggreko Energia Locação de Geradores Ltda., na figura dos seus procuradores, conforme requerido na peça 3;

9.3 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8203-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8204/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.155/2009-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16); Prefeitura Municipal de Varzelândia - MG (18.017.467/0001-00).

3.2. Responsáveis: José Francisco da Silva (178.794.006-30); Josemar Soares Lima (146.485.636-20); W.A.G. Engenharia Ltda. (02.187.954/0001-80).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Varzelândia - MG

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Robson Alves de Lima - OAB/MG 50.056; Hudson A. Pena Arruda - OAB/SP 289.761.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, na qual foram constatadas irregularidades na aplicação dos recursos do Convênio nº 2.017/2001, destinados à melhoria habitacional para o controle da doença de Chagas no município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir o Sr. José Francisco da Silva da relação processual;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Josemar Soares Lima, ex-Prefeito do Município de Varzelândia - MG, e pela empresa W.A.G. Engenharia Ltda.;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, as presentes contas, condenando os responsáveis, Sr. Josemar Soares Lima, ex-Prefeito do Município de Varzelândia/MG, e a empresa W.A.G. Engenharia Ltda., na pessoa do seu representante legal, ao pagamento do débito solidário de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir de 7/6/2002, até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, nos termos da legislação em vigor;

9.4. aplicar aos responsáveis acima identificados multa individual, com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data da efetiva quitação, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 217 do mencionado RI/TCU;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas acima nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar a remessa de cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para adoção das providências que julgar pertinentes, tendo em vista o disposto no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92 c/c o artigo 209, § 6º, do RITCU.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8204-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8205/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.329/2009-6.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação

3. Interessado: Ministério Público da União.

4. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação referente à irregularidade na aposentadoria do senhor Enézio Martins de Souza, vez que consta que o ex-servidor teria sido beneficiário de duas ações de caráter indenizatório de rescisão contratual, em desfavor da União.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, em:

9.1. conhecer desta Representação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso I, e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU;

9.2. aplicar ao Sr. Robson de Sousa Andrade, com fundamento no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92, multa individual no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. levar ao conhecimento do Ministro de Estado dos Transportes, com base no art. 71, inciso XI, da Constituição Federal c/c art. 1º, incisos VIII e IX, da Lei 8.443/1992, que o Coordenador-Geral de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes, Sr. Robson de Sousa Andrade, ao ser indagado sobre as "(...) conclusões da investigação acerca do caso do servidor aposentado Enézio Martins de Souza (CPF 122.476.508-72), conforme proposição contida no PARECER Nº 209/2009-AGU/CONJUR/MT/CGAJ-rtcn (...)", não atendeu ao chamamento promovido pelo Tribunal, mesmo sendo alertado, por duas vezes, da possibilidade de aplicação de multa diante do não atendimento à diligência deste Tribunal, razão pela qual está sendo aplicada a multa prevista no art. 58, inciso IV da Lei nº 8.443/1992;

9.5. dar ciência da presente deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam à Procuradora da República Karen Louise Jeanette Kahn, da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, e aos Advogados da União Rogério Telles Correia das Neves e João Bosco Teixeira, da Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes, responsáveis pela elaboração do PARECER Nº 209/2009-AGU/CONJUR/MT/CGAJ-rtcn;

9.6. remeter o processo para a Sefip, para a realização de diligências, audiências e inspeções que se fizerem necessárias ao saneamento dos autos.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8205-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8206/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.905/2009-5 (3 anexos e 3 volumes).

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (em Prestação de Contas)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul - Sebrae-MS/MDIC e Magalhães da Rocha, Medeiros e Figueiredo Advogados Associados S/S.

3.2. Responsáveis: Ademar Macedo dos Santos (108.020.021-53); Ademar da Silva Junior (437.525.511-00); Alexandre Edson Amorim de Queiroz (764.516.151-53); Augusto César Merey Vilhalba (464.904.001-97); Cláudio George Mendonca (639.690.841-72); Cláudio Guterres Rubbo (274.428.611-72); Fernando Camilo de Carvalho (289.038.118-87); Francisco Maximiano de Arruda (404.544.281-20); Fábio Edir dos Santos Costa (123.548.048-81); Geraldo Ferreira Salgado (382.566.736-72); Ione Cadan (388.944.839-91); Jonathas Soares de Camargo (472.679.330-68); José Carlos Batista Neves (304.923.199-87); José Roberto Giuliani (584.023.818-04); João Batista Andrade Filho (294.144.741-53); João Ramos Martins (195.719.849-49); Lea Maria Lagares (083.487.821-68); Leocir Paulo Montagna (445.327.171-91); Lourival Vieira Costa (487.781.508-25); Luiz Aurélio Adler Ralho (774.454.141-34); Luiz Carlos Ferreira Gomes (108.198.191-15); Luiz Cláudio Sabedotti Fornari (020.282.800-00); Marcelo Augusto Santos Turine (070.327.978-57); Maria Lizete Barreto de Menezes Brito (562.960.701-44); Maria de Lourdes e Silva (155.578.711-87); Maristela de Oliveira França (367.977.071-53); Paulo Antunes de Siqueira (368.498.711-53); Robert Schiaveto de Souza (338.286.871-72); Rose Ane Vieira (365.768.161-20); Sebastiao Vieira Davila (024.640.391-87); Tereza Cristina Correa da Costa Dias (209.694.306-04); Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro (172.009.112-91); Ubiratan Reboucas Chaves (138.762.011-87); Valdomiro Pereira de Oliveira (075.078.521-72); Vera Lúcia Carregaro Basillio (309.709.201-30).

4. Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul (Sebrae-MS)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - MS (SECEX-MS).

8. Advogados constituídos nos autos: Luiz Aurélio Adler Ralho (OAB/MS 11.639), Jussara de Faria Malheiros (OAB/DF 10.665); Larissa Moreira Costa (OAB/DF 16.745); Paulo Ricardo Brinckmann Oliveira (OAB/DF 19.415); Rafael Fernandes Machado de Oliveira (OAB/DF 21.265); Rosane de Cássia Ferreira Azevedo (OAB/DF 26.434); Sérgio Thiago Costa Carazza (OAB/DF 23.452); Simone Aparecida Caixeta (OAB/DF 20.933) e Carlos Alberto de Medeiros (OAB/DF 7.924).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Diretor-Superintendente do Serviço Brasileiro Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul - Sebrae-MS -, Sr. Claudio George Mendonça, contra o Acórdão 5.338/2011 - 2ª Câmara, em que este Tribunal julgou regulares, com ressalva, as contas anuais do Sebrae-MS, referentes ao exercício de 2008 e, entre outras medidas, fixou prazo para que a entidade rescindisse o Contrato 201/2008, firmado com o escritório de advocacia Magalhães da Rocha, Medeiros e Figueiredo Advogados Associados S/S.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. nos termos do art. 34 da Lei 8.443/92, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2 encaminhar ao embargante cópia do presente Acordão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, informando-o, ainda, sobre o recurso de reconsideração interposto pelo Ministério Público junto a este Tribunal, contra o mesmo Acórdão 5.338/2011 - 2ª Câmara, inclusive quanto aos pedidos nele formulados;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3 determinar a remessa dos presente autos, após as comunicações cabíveis, ao Relator sorteado para o recurso de reconsideração citado no subitem 9.2 (anexo 2), Ministro Aroldo Cedraz.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8206-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8207/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.565/2009-7.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde - Funasa/MS (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsável: Juvencio Companheiro de Matos (149.033.426-20).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ninheira/MG.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Sr. Juvencio Companheiro de Matos, ex-Prefeito do Município de Ninheira/MG, instaurada em razão de irregularidades na prestação de contas do Convênio nº 2660/2001, celebrado entre o município e a Fundação Nacional de Saúde - Funasa para a execução de melhorias sanitárias domiciliares.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secex/MG que, após minuciosa análise dos documentos de prestação de contas acostados aos autos e dos documentos bancários trazidos pela Caixa Econômica Federal em cumprimento à diligência, verifique a real existência de valores devidos pelo ex-gestor municipal, procedendo à nova citação em caso de constatação de débito decorrente da inexistência de nexo de causalidade entre as despesas efetuadas e os recursos federais repassados ou da inexecução total/parcial das obras de melhoras sanitárias;

9.2. alertar à Secex/MG que deve levar em consideração que as informações que constam do processo são contraditórias em relação ao percentual de execução física [no Relatório Final da Divisão de Engenharia consta que "A execução da obra foi 100% atingida" e no Relatório de Inspeção da CGU não há qualquer indicação de inexecução dos módulos sanitários previstos no Plano de Trabalho; no "Formulário de Aprovação" do projeto de melhorias sanitárias domiciliares (fl. 55 do Volume Principal) registra-se que o percentual final atingido foi de 56%];

9.3. determinar à Secex/MG que promova, nos termos do art. 12, III, da Lei nº 8.443/92, a audiência do Sr. Juvencio Companheiro de Matos, fazendo constar do expediente de notificação todas as irregularidades apuradas nos presentes autos em relação à prestação de contas e execução do Convênio nº 2660/2001, de forma a facilitar a apresentação das razões de justificativa;

9.4. remeter, após reinstruído, o processo ao MP/TCU para fins de emissão de novo Parecer e posterior envio a este Gabinete.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8207-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8208/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-002.716/2009-1 (com 1 anexo)

2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: João Monteiro de Souza (328.766.299-68) e Mariosval Dueti Rezende Silva (041.365.001-49)

4. Unidade: Município de Pau D'Arco/PA

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará - Secex/PA

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, contra os ex-Prefeitos do Município de Pau D'Arco/PA, Srs. João Monteiro de Souza e Mariosval Dueti Rezende Silva, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados ao Município, mediante o Termo de Responsabilidade nº 1002/MPAS/SEAS/2000, com vistas à realização de ações do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, alínea "a", da mesma Lei, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. João Monteiro de Souza ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a efetiva quitação do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor Histórico (R$)
21/06/2000	10.000,00
23/10/2000	10.000,00

9.2. aplicar ao Sr. João Monteiro de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, autorizar, caso solicitado, o parcelamento da dívida em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar ao responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do RITCU;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.6. excluir o Sr. Mariosval Dueti Resende Silva da relação processual;

9.7. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, a Procuradoria da Republica no Estado do Pará, nos termos do § 6º do art. 209 do Regimento Interno, para ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8208-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8209/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.458/2011-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto V - Pensão Civil

3. Interessadas: Adeilda Ernesta de Sousa Pires (838.481.007-97); Andresa Carla de Souza Pires (107.519.947-66); Edileusa Barbosa da Silva (011.440.467-42); Elisa Candida Martins Ventura (922.198.107-04); Regina Segadas da Cruz (374.930.197-20)

4. Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de pensão civil em favor de Adeilda Ernesta de Sousa Pires, Andresa Carla de Souza Pires, Edileusa Barbosa da Silva, Elisa Candida Martins Ventura e Regina Segadas da Cruz, beneficiárias de ex-servidores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. com fundamento no art. 39, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992:

9.1.1. considerar legal a concessão de pensão civil deferida em favor de Regina Segadas da Cruz, ordenando-lhe o respectivo registro;

9.1.2. considerar ilegais as concessões de pensão civil deferidas em favor de Adeilda Ernesta de Sousa Pires, Andresa Carla de Souza Pires, Edileusa Barbosa da Silva, Elisa Candida Martins Ventura, negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelas beneficiárias, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor do presente acórdão às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data de notificação das interessadas desta deliberação;

9.4. esclarecer à entidade de origem que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão e encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades verificadas, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das determinações constantes do item 9.3 do presente Acórdão.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8209-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8210/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC-012.713/2011-2
2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Pensão Civil
3. Interessada: Teresa Mirian Carta Gambus (CPF nº 318.599.419-15)
4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Paraná
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil em favor de Teresa Mirian Carta Gambus, beneficiária do Sr. Carlos Ordonez Gambus, ex-servidor da Fundação Universidade Federal do Paraná.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Teresa Mirian Carta Gambus, negando-lhe registro;

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pela inativa, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal do Paraná que:

9.3.1 faça cessar, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2 comunique à interessada acerca da presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento da decisão desta Corte;

9.3.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade do ato original, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das determinações constantes do item 9.3 do presente Acórdão.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8210-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8211/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.206/2011-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil
3. Interessada: Aurora da Silva Policarpo (504.506.466-53)
4. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil em favor de Aurora da Silva Policarpo, beneficiária de ex-servidor da Universidade Federal de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão civil instituído em favor de Aurora da Silva Policarpo, negando-lhe o registro;

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pela beneficiária, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor do presente acórdão à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data de notificação da interessada desta deliberação;

9.4. esclarecer à entidade de origem que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade verificada, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das determinações constantes do item 9.3 do presente Acórdão.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8211-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8212/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC-013.214/2011-0
2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Liana Maria da Frota Carleial (CPF nº 027.930.243-68)
4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Paraná
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip
8. Advogados constituídos nos autos: José Alberto Couto Maciel (OAB/DF nº 513), Cassiano Pereira Viana (OAB/DF nº 7.978) e Carlos Henrique da Rocha Cruz (OAB/CE nº 5.496)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Liana Maria da Frota Carleial, ex-servidora da Fundação Universidade Federal do Paraná.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Liana Maria da Frota Carleial, negando-lhe registro;

9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pela inativa, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.3. determinar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União que acompanhe o andamento da decisão judicial que atualmente assegura o pagamento da parcela de 84,32%, referente ao Plano Collor (Mandado de Segurança nº 26086, em tramitação no STF) à Sra. Liana Maria da Frota Carleial, informando a este Tribunal o desfecho da ação;

9.4. determinar à Universidade Federal do Paraná que:

9.4.1 faça cessar, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento da rubrica referente ao percentual de 3,17%, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. em caso de sentença desfavorável à Sra. Liana Maria da Frota Carleial no âmbito do Mandado de Segurança nº 26086, em tramitação no STF, faça cessar os pagamentos da parcela de 84,32%, referente ao Plano Collor, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;

9.4.3.comunique à interessada acerca da presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.4.4. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento da decisão desta Corte;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das determinações constantes do item 9.3 do presente Acórdão.

9.6. dar ciência desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8212-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8213/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.812/2010-6.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Civil
3. Interessadas: Almira Ventura Jardim (383.974.631-00) e Iracilda Ventura de Oliveira (176.085.381-04).
4. Entidade: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Mato Grosso - Suest/MT.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos o ato de pensão instituída pelo Sr. José de Moraes Jardim, ex-servidor da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Mato Grosso - Suest/MT, em favor de Almira Ventura Jardim (viúva) e de Iracilda Ventura de Oliveira (companheira).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, 260, § 1º do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar legal o ato de pensão civil instituída pelo Sr. José de Moraes Jardim em favor de Almira Ventura Jardim e de Iracilda Ventura de Oliveira, ordenando-lhe o registro; e

9.2 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8213-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8214/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.329/2011-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria
3. Interessado: Francisco Ernesto Sobrinho (067.452.104-87).
4. Entidade: Universidade Federal Rural do Semi - Árido/RN - UFERSA.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: Bruno Ernesto Clemente (OAB/RN 5779) e Kallio Luiz Duarte Gameleira (OAB/RN 5943)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do ato de aposentadoria de Francisco Ernesto Sobrinho, ex-servidor da Universidade Federal Rural do Semi - Árido/RN - UFERSA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, 260, § 1º do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal o ato de aposentadoria de Francisco Ernesto Sobrinho, negando-lhe o registro;

9.2 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pelo interessado, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 249;

9.3 determinar à Universidade Federal Rural do Semi - Árido/RN - UFERSA que:

9.3.1 faça cessar, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das parcelas relativas aos planos econômicos Collor - 84,32%, Bresser - 26.05% e Verão - 16,19%, ora consideradas irregulares, a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2 comunique ao Sr. Francisco Ernesto Sobrinho acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.4 orientar a Universidade Federal Rural do Semi - Árido/RN - UFERSA que, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, poderá emitir novo ato, livre da irregularidade ora apontada, submetendo-o a nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação da determinação constante do item 9.3 do presente Acórdão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8214-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8215/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.540/2010-3.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Espólio de Cícero Manoel Barbosa (CPF 190.756.934-00)
4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade de Cícero Manoel Barbosa (falecido), ex-empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, instaurada em virtude da ocorrência de desfalques verificadas na Agência dos Correios de Inhapi/AL.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, julgar as presentes contas irregulares e condenar o espólio de Cícero Manoel Barbosa, representado pela inventariante Elizabete Gomes Barbosa, ao pagamento das quantias de R$ 18.007,58 e R$ 46.405,28, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 30/9/1997 e 30/4/1998, respectivamente, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor; e

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do disposto no art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8215-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8216/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.602/2010-2.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Ricardo Moreira dos Santos.
4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/MCT.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - SECEX/RJ.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Ricardo Moreira dos Santos, instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, ante o descumprimento de Termo de Compromisso firmado para o recebimento de bolsa de estudo no exterior para cursar doutorado junto ao King's College London, em Londres, Inglaterra, no período de outubro de 1989 a março de 1994.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, alínea "a", da mesma Lei, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Ricardo Moreira dos Santos, condenando-o ao pagamento da quantia original de R$ 233.039,98 (duzentos e trinta e três mil, e trinta e nove reais e noventa e oito centavos), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, atualizada monetariamente e acrescida dos encargos legais, calculados a partir de 2/3/2006 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, autorizar, caso solicitado, o parcelamento da dívida em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. dar ciência da presente deliberação ao CNPq e ao responsável.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8216-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8217/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.316/2008-2.
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: município de Carlos Chagas/MG (18.477.315/0001-90), Nathan Brauer (038.972.906-00) e Projecto Construtora Ltda. (65.312.134/0001-93)
4. Entidade: Município de Carlos Chagas/MG
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo em Minas Gerais (Secex-MG).
8. Advogado constituído nos autos: Natália Dupin de Paula (OAB/MG 116.319)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em face da reprovação da prestação de contas de parte dos recursos transferidos ao Município de Carlos Chagas/MG, pela Fundação Nacional de Saúde, por intermédio do Convênio nº 797/978, tendo por objeto a implantação de um sistema de tratamento de água.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, em com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, em julgar regulares com ressalva as contas do município de Carlos Chagas/MG, da empresa Projecto Construtora Ltda. e do Sr. Nathan Brauer, expedindo-lhes as respectivas quitações.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8217-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8218/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.298/2009-5.
1.1. Apenso: 004.339/2009-3
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Prestação de Contas - exercício 2008
3. Responsáveis: Adna Dolores de Oliveira Ramos (439.125.322-49), Ângela Socorro da Silva Araújo (077.039.102-87), Ângelo Barbosa da Silva (054.949.822-20), Antonio José dos Santos Freitas (171.990.422-72), Daniel Silva dos Santos (238.782.902-68), Edileuda Freire Ferreira (181.610.732-87), Edilson Paula do Carmo (027.810.002-30), Elson Coelho Meirelles (124.220.532-20), Evanice Camargo Cardoso (184.435.321-49), Francisco Jorge Silva de Souza (052.363.802-78), Helvio Francer de Moraes (277.095.317-68), Jorge Neves de Oliveira (310.972.942-34), José Almeida Monteiro (031.545.562-49), Josilane Inuma Ferreira (613.503.032-91), Luiz Carlos Marinho dos Santos (053.722.162-04), Marceliano Sebastião (310.725.182-87), Marcelo Ferreira Silveira (508.699.492-68), Maria de Jesus Marinho Castilho (287.487.942-87), Maria Graziela Freire Mendonça (202.202.602-06), Maria Rosineire Silva de Castro (161.018.202-20), Maria Socorro de Souza Mendonça (099.600.582-04), Narciso Cardoso Barbosa (225.121.012-15), Paulo Roberto da Silva Machado (193.433.372-72), Pedro Gonzaga do Nascimento (320.704.542-15), Pedro Paulo de Siqueira Coutinho (398.681.097-87), Rodrigo Talles Oliveira dos Santos (122.567.492-15), Sandra Lúcia de Lima (291.268.942-20), Silvia Evangelista Pimenta (187.149.782-53), Wanderlei Nery da Gama (239.946.62-68).
4. Entidade: Funasa - Coordenação Regional/AM - MS.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - AM (SECEX/AM).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos Prestação de Contas da Funasa - Coordenação Regional do Amazonas, referente ao exercício de 2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação processual os responsáveis Elson Coelho Meirelles e Edileuda Freire Ferreira;

9.2. acatar, parcialmente, as razões de justificativas apresentadas por Paulo Roberto da Silva Machado, Adna Dolores de Oliveira Ramos, Daniel Silva dos Santos, Ângela Socorro da Silva Araújo, Ângelo Barbosa da Silva, José Almeida Monteiro, Marceliano Sebastião, Sandra Lúcia de Lima e Maria de Jesus Marinho Castilho;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Pedro Paulo de Siqueira Coutinho, ex-Coordenador Regional da Funasa/AM; Narciso Cardoso Barbosa, ex-Coordendor Regional substituto, Silvia Evangelista Pimenta, ex-Chefe da Divisão de Administração e Pedro Gonzaga do Nascimento;

9.4. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único, e 23, inciso III, todos da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Pedro Paulo de Siqueira Coutinho, ex-Coordenador Regional da Funasa/AM; Narciso Cardoso Barbosa, ex-Coordendor Regional substituto, Silvia Evangelista Pimenta, ex-Chefe da Divisão de Administração;

9.5. aplicar aos Srs. Pedro Paulo de Siqueira Coutinho e Narciso Cardoso Barbosa, individualmente, multa no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) e a Srª Silvia Evangelista Pimenta multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que efetuem e comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento dos respectivos valores aos cofres do Tesouro Nacional, atualizados monetariamente, a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, todos da Lei 8.443/1992,julgar regulares com ressalva as contas da Srª Adna Dolores de Oliveira Ramos, dando-lhe quitação;

9.7. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, todos da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no item 3 acima, dando-lhes quitação plena;

9.8. aplicar ao Sr. Pedro Gonzaga do Nascimento, multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que efetue e comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento do respectivo valor aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente, a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.9. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações

9.10. determinar à FUNASA, Coordenação Regional do Amazonas, que:

9.10.1. nos processos de concessão de diárias, não deixe de anexar justificativa expressa quando da ocorrência da necessidade de viagens em finais de semana, nos termos do art. 5º, § 2º, do Decreto 5.992/2006;

9.10.2. observe, com o rigor devido, a exigência do registro de óbito dos indíginas, a ser providenciado pela empresa contratada, nos termos da Lei 6.015/1973, que dispõe sobre os registros públicos, e suas alterações posteriores;

9.10.3. promova o devido planejamento para a aquisição de material de consumo, evitando a aquisição fracionada, por dispensa de licitação, com fundamento no baixo valor, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/0993;

9.10.4. adote as medidas necessárias a fim de regularizar as diversas impropriedades/irregularidades detectadas pela auditoria interna da Funasa, relativas à área patrimonial;

9.11. determinar à Controladoria-Geral da União que, por ocasião do exame das próximas contas da entidade, verifique a propriedade das medidas adotadas pela Coordenação Regional da Funasa/AM, a fim de solucionar as impropriedades/irregularidades relativas à área patrimonial.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8218-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 8219/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-023.216/2010-7
2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Ana Cláudia Moreira Brandão (892.128.277-72)
4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, contra a Sra. Ana Cláudia Moreira Brandão, beneficiária de auxílio financeiro concedido, a título de bolsa de estudos, para a realização de curso de doutorado no exterior, em decorrência do descumprimento do Termo de Compromisso firmado.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, alínea "a", da mesma Lei, julgar as presentes contas irregulares e condenar a Sra. Ana Cláudia Moreira Brandão ao pagamento da quantia de R$ 217.508,90 (duzentos e dezessete mil, quinhentos e oito reais e noventa centavos), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 24/3/2011, até a efetiva quitação do débito, na forma prevista na legislação em vigor;
9.2. nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, autorizar, caso solicitado, o parcelamento da dívida em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.3. alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do RITCU;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8219-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8220/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.956/2005-9.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Ivana Lúcia Daher (123.301.671-72).
4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: Sefip.
8. Advogados constituídos nos autos: Luiz Antônio Muniz Machado (OAB/DF 750-A); Noeli Andrade Moreira (OAB/DF 24.534); Hanah Karine Hilário do Nascimento (OAB/DF 26.034).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial decorrente de conversão de representação, por força do Acórdão 595/2006-TCU-2ª Câmara (Relação nº 23/2006), com vistas a apurar supostas irregularidades na concessão de bolsa pelo programa de capacitação à Sra. Ivana Lúcia Daher, servidora inativa do CNPq, aposentada por invalidez permanente.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. retornar o processo à sua natureza original de representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. excluir desta relação processual os nomes de: Jackson Nunes de Oliveira; Esper Abrão Cavalheiro; Albanita Viana de Oliveira; Alberto Dutra de Ávila; Ernesto Costa de Paula; Lúcia Roberta Pradines Coelho; Mônica Rebello de Oliveira; Evandro Mirra de Paulo; Erney Felício Plessmann Camargo; Paulo Egler; Maria Dalva de Oliveira Silva; Gérson Galvão; Lourdes Lemos Almeida; Sérgio Luiz Ferreira Vianna; Rosa Maria Sampaio Vilanova de Carvalho; Regina Celes de Rosa Stella;Oswaldo Padovani Júnior; Sofia Daher; Carlos Eduardo de Sousa e Silva; Raimundo Thadeu Correia e Edmundo Antônio Taveira Pereira;
9.3. acolher parcialmente as alegações de defesa da Sra. Ivana Lúcia Daher;
9.4. determinar à 6ª Secretaria de Controle Externo que atente para o cumprimento do item 9.4 do Acórdão 63/2005-Plenário, representando ao TCU caso constate que as medidas proferidas no referido acórdão não foram integralmente cumpridas, a partir da notificação do mesmo ao CNPq;
9.5. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à 6ª Secex para subsidiar a análise do TC 009.823/2010-7;
9.6. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, bem como à Controladoria-Geral da União, lembrando que, nos termos do art. 188, § 5º, da Lei nº 8.112/1990, a Sra. Ivana Lúcia Daher pode ser submetida à reavaliação por junta médica, de modo a aferir as suas condições de impedimento laboral; e
9.7. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8220-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Revisor).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8221/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.064/2008-8.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Fernando Antônio Camargos (CPF 327.837.366-91); Aldeia Comunicação e Marketing Ltda. (CNPJ 37.102.910/0001-42).
4. Entidade: Agência Nacional de Cinema - Ancine.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade: 6ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-6).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Agência Nacional do Cinema - Ancine, em decorrência do não-cumprimento do projeto "Peter Lund - O Naturalista das Cavernas", pactuado entre o Ministério da Cultura e a empresa Aldeia Comunicação e Marketing Ltda..
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir a responsabilidade da Sra. Eliane Silva Camargos nestes autos, ante a ausência de informações acerca de sua conduta em relação ao projeto "Peter Lund - O Naturalista das Cavernas";
9.2. rejeitar as alegações de defesa da empresa Aldeia Comunicação e Marketing Ltda. e do Sr. Fernando Antônio Camargos, nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, e assinar o novo e improrrogável prazo de 15 dias, a contar da ciência, para comprovarem, solidariamente, o recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Cultura - FNC da quantia de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), atualizada monetariamente;
9.3. autorizar, desde logo, caso requerido, o parcelamento da dívida a que se refere o item 9.2 deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) parcelas, nos termos dos arts. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do RITCU, atualizada monetariamente até a data do pagamento; e
9.4. cientificar a empresa Aldeia Comunicação e Marketing Ltda. e o Sr. Fernando Antônio Camargos de que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as respectivas contas sejam julgadas regulares com ressalvas, dando-lhes quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação do débito acrescido de 50%, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 8.685, de 1993, mais atualização monetária e o acréscimo de juros moratórios, nos termos do art. 19 da Lei nº 8.443, de 1992, e da legislação específica que rege a matéria, além da devida aplicação de multa legal fundada no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8221-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8222/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.474/2010-4.
1.1. Apenso: 026.804/2007-5
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Humberto de Oliveira Campos (CPF: 090.122.496-00); Jaceguáy de Alencar Inchausti de Barros (CPF: 226.934.670-04); Luiz Gustavo Souza Moura (CPF: 026.328.556-16); Marcos Túlio de Melo (CPF: 130.866.186-04); Neuza Maria Trauzzola (CPF: 042.318.768-60); William Paes Kuhlmann (CPF: 242.959.736-53); Ziocelito José Bardini (CPF: 345.162.209-20).
4. Entidade: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea (CNPJ: 33.665.647/0001-91).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: 1ª Secex.
8. Advogados constituídos nos autos: Antônio Rodrigo Machado de Souza (OAB/SE: 4.370); João de Carvalho Leite Neto (OAB/DF: 19.914); João Augusto de Lima (OAB/DF: 20.264); Fernando Nascimento dos Santos (OAB/MG: 100.035).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial convertida de denúncia, em atendimento aos subitens 9.3 e 9.5 do Acórdão 1.201/2008-TCU-Plenário, prolatado no âmbito do TC 026.804/2007-5, a fim de que fossem identificados os responsáveis e quantificado o débito referente a pagamentos de despesas com seguro de vida, plano de assistência médica-hospitalar e plano de assistência odontológica para conselheiros e empregados do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, em:
9.1. excluir a Sra. Marlei de Sousa Cezário da presente relação processual;
9.2. acolher parcialmente as alegações de defesa dos Srs. Marcos Túlio de Melo (presidente), Jaceguáy de Alencar Inchausti de Barros (superintendente), Luiz Gustavo Souza Moura (assessor jurídico), William Paes Kuhlmann (gerente financeiro), Humberto de Oliveira Campos (superintendente) e Ziocélito José Bardini (gerente de infraestrutura), e da Sra. Neuza Maria Trauzzola (gerente de infraestrutura);
9.3. julgar regulares com ressalva as contas de Marcos Túlio de Melo, Jaceguáy de Alencar Inchausti de Barros, Neuza Maria Trauzzola, William Paes Kuhlmann, Luiz Gustavo Souza Moura, Humberto de Oliveira Campos e Ziocélito José Bardini, dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, e 18 da Lei nº 8.443, de 1992; e
9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8222-34/11-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8223/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.303/2004-8.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Antônio Silva Guimarães (CPF 146.456.882-00); João Batista Porto Carvalho (CPF 117.199.823-68); Judas Tadeu de Almeida Medeiros (CPF 037.230.972-00); Município de Santana/AP (CNPJ 23.066.640/0001-08); Valdecy de Fátima Barros Moraes (CPF 135.798.942-34).
4. Entidade: Município de Santana/AP.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade: Secex/AP.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em desfavor do Sr. Judas Tadeu de Almeida Medeiros, ex-prefeito do Município de Santana/AP, em razão de irregularidades verificadas na execução do Convênio nº 1790/98, cujo objetivo era a implementação de ações de controle da malária naquele município;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares das contas do Município de Santana/AP, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde 25/1/1999 até a efetiva quitação do débito, fixando ao referido ente o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA A IMPRENSA NACIONAL

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento das dívidas constante deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) parcelas, corrigidas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.4. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amapá, com base no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8223-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8224/2011-TCU-2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.874/2007-0.

1.1. Apenso: 003.689/2008-9.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Ordinária.

3. Responsáveis: Adilson Marzall (357.695.309-44); Amir Lopes Martins (559.358.429-04); Carlos Alberto Esposito (355.933.939-15); Enilce Francisca da Rocha (358.677.369-20); Fernando Eizo Ono (187.675.409-53); Fábio Adriano Egea (022.548.689-00); Helcio Davi de Freitas (509.048.179-20); Jorge de Lima Filho (234.216.739-34); João Verci Santana (231.909.579-91); Juliana Haas (028.053.889-84); Luiz Carlos Sanches (443.679.969-72); Marcos Antonio Kugnharski (553.374.499-15); Newton Júlio Cesar Serbena (750.518.779-15); Ney José de Freitas (186.704.239-87); Osman Cesar Bozzo Silva (186.304.489-20); Rasalie Michaele Bacila Batista (299.400.289-20); Revelino Conciani (723.161.109-59); Robson Augusto Bialle (519.723.609-49); Rubens Maus (360.103.839-00); Sandro Alencar Furtado (540.248.469-49); Valdecir da Costa Ferreira (468.158.309-00); Wanda Santi Cardoso da Silva (215.755.768-72).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região - TRT/PR.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secex/PR.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas ordinárias do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR, referente ao exercício de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Wanda Santi Cardoso da Silva, juíza-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, no período de dezembro de 2005 a dezembro de 2007, e pelo Sr. Benedy Antunes de Oliveira, diretor do Serviço de Engenharia e Arquitetura do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;

9.2. julgar regulares com ressalvas as contas da Sra. Wanda Santi Cardoso da Silva e do Sr. Benedy Antunes de Oliveira, dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.3. julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no item 3 deste Acórdão, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei nº 8.443, de 1992;

9.4. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com fulcro no art. 18 da Lei n° 8.443, de 1992, que:

9.4.1. se abstenha de reajustar contratos em período inferior a um ano da data da assinatura dos respectivos ajustes, tendo em vista que o reajustamento contratual com base em índices monetários ou de custos só deve ser realizado anualmente, consoante determina o art. 28 da Lei n° 9.069, de 29 de junho de 1995;

9.4.2. se abstenha de incluir, em futuros contratos, serviços não previstos na licitação, nos termos do arts. 3º e 6º, inciso IX, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

9.4.3. se abstenha de promover acréscimos e supressões de itens de serviços não previstos nos seus processos licitatórios, consoante disposto no art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993;

9.5. encaminhar cópia do Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao TRT/PR.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8224-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8225/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.425/2010-0.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Interessado: Marcos Flávio Haydn (CPF 146.905.968-16).

4. Entidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) - MD.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secex/SP.

8. Advogados constituídos nos autos: Márcia Cristina Paranhos Olmos (OAB/SP 45.620); Cristina Paranhos Olmos (OAB/SP 172.323).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secex/SP acerca de indícios de irregularidades que estariam ocorrendo em concurso público promovido pela Empresa Gerencial de Projetos Públicos - Emgepron para contratação de pessoal e formação de cadastro de reserva.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, com fulcro no inciso II do art. 86 da Lei n° 8443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar à Emgepron, com fundamento no art. 45 da Lei n° 8.443, de 1992, que, em futuros concursos públicos:

9.2.1. inclua, nos editais regentes dos concursos, de forma pormenorizada e explícita, os requisitos psicológicos para o desempenho dos cargos que exijam por lei a avaliação psicológica, com a devida indicação da nota mínima para que seja o candidato considerado nela apto, dos parâmetros objetivos para a definição da pontuação atribuída a cada um dos subfatores avaliativos em que se desdobrem os critérios e da forma como tal pontuação concorrerá para a nota final da fase de avaliação, de modo que seja possível a comparação entre o desempenho individual de cada candidato e o referencial preestabelecido, por analogia aos termos do art. 14 do Decreto n° 6.944, de 21 de agosto de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.308, de 22 de outubro de 2010;

9.2.2. caso haja etapa de avaliação psicológica, fundamente e disponibilize aos candidatos cópia de todo o processo envolvendo essa fase, independentemente de requerimento específico e ainda que o candidato tenha sido considerado apto, por analogia aos termos do art. 14-A do Decreto n° 6.944, de 21 de agosto de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.308, de 22 de outubro de 2010;

9.2.3. informe, no edital do concurso, os prazos e a forma de interposição de recurso acerca do resultado da avaliação psicológica, por analogia aos termos do art. 14-A do Decreto n° 6.944, de 2009;

9.3. determinar à Emgepron, com fundamento art. 45 da Lei n° 8.443, de 1992, e por analogia aos termos dos arts. 14 e 14-A do Decreto n° 6.944, de 2009, que anule a avaliação psicológica realizada para o cargo de Técnico Operador de Processos (código 36274444), no concurso público regido pelo Edital n° 2/2010;

9.4. recomendar à Emgepron que, caso pretenda promover o preenchimento do aludido cargo e estando ainda válido o referido concurso público, promova nova avaliação psicológica para o cargo de Técnico Operador de Processos (código 36274444), no concurso público de Edital n° 2/2010, em conformidade com a jurisprudência do STF, sobre as avaliações psicológicas em concursos públicos, e por analogia aos termos do Decreto n° 6.944, de 2009;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao representante e à Empresa Gerencial de Projetos Públicos - Emgepron; e

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8225-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8226/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.430/2009-3.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Nivalter Correia Lima (CPF 026.933.802-00) e Construtora Itaburana Ltda. (CNPJ 05.489.369/0001-23).

4. Entidade: Município de Itapiranga/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secex/AM.

8. Advogados constituídos nos autos: Juarez Frazão Rodrigues Júnior (OAB/AM nº 5.851).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa - Seori/MD, em desfavor de José Nivalter Correia Lima, ex-prefeito de Itapiranga/AM, em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos por força do Convênio nº 269/PCN/2006, celebrado entre o Ministério da Defesa e o aludido município, em 28/12/2006, cujo objeto consistia na construção de 1.200 metros de calçada em ladrilho hidráulico.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de José Nivalter Correia Lima, ex-prefeito do Município de Itapiranga/AM, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 209, inciso III, e § 6º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, condenando-o, em solidariedade com a Construtora Itaburana Ltda., ao pagamento do valor de R$ 74.833,38 (setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e oito centavos), fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a contar de 24/12/2007 até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao Sr. José Nivalter Correia Lima e à Construtora Itaburana Ltda., de forma individual, a multa prevista no artigo 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU);

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, na forma do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, ainda, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas a que se referem os itens 9.1 e 9.2 deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.5. remeter cópias do presente Acórdão, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que o subsidia:

9.5.1. à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, para adoção das medidas julgadas cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992; e

9.5.2. ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM para conhecimento e adoção das medidas julgadas necessárias.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8226-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8227/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-000.742/2011-2.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alzira Luzia Lourenzi Luciano, CPF nº 866.278.568-91; Mauricio Ferreira Luciano, CPF nº 716.415.728-68; e Nelson Pousa, CPF nº 433.262.008-97.

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS em Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em virtude da realização de pagamentos irregulares de benefícios da Gerência Executiva do INSS em Campinas/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992, considerar revel a Sr. Alzira Luzia Lourenzi Luciano e os Srs. Mauricio Ferreira Luciano e Nelson Pousa;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as presentes contas e condenar solidariamente a Sra. Alzira Luzia Lourenzi e o Sr. Luciano e Mauricio Ferreira Luciano, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do INSS:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Data da Ocorrência	Valor Original do Débito em R$
28/02/1997	15.651,34
11/03/1997	17.550,06
19/03/1997	13.563,37
31/03/1997	5.523,17
01/04/1997	15.707,56
14/04/1997	6.945,20
17/04/1997	7.113,00
07/05/1997	5.223,38
08/05/1997	5.143,13
20/05/1997	7.662,75
03/06/1997	5.490,00
11/06/1997	7.440,00
24/06/1997	15.555,00
08/07/1997	5.077,50
11/07/1997	8.913,98
29/07/1997	7.809,00
30/07/1997	9.393,75
28/08/1997	16.483,79
01/09/1997	16.013,20
17/09/1997	14.320,67
18/09/1997	13.775,40
06/10/1997	13.618,40
17/10/1997	18.476,66
12/11/1997	43.518,48
13/11/1997	9.534,97
24/11/1997	19.962,22
03/12/1997	20.095,40
05/12/1997	19.952,74
11/12/1997	15.447,74
12/12/1997	19.072,24
19/12/1997	24.472,24
26/12/1997	24.033,44
06/01/1998	26.505,24
07/01/1998	18.472,74
15/01/1998	40.491,24
27/01/1998	82.646,55
16/02/1998	23.985,44
12/03/1998	66.118,25
24/03/1998	64.503,87
08/04/1998	18.991,09
13/04/1998	22.976,16
14/04/1998	21.976,16
06/05/1998	23.706,16
08/05/1998	19.524,97
11/05/1998	18.957,44
13/05/1998	20.973,75
22/05/1998	41.383,82
02/06/1998	18.480,51
03/06/1998	24.025,46
08/06/1998	22.529,06
29/06/1998	43.116,10
15/07/1998	3.033,84
23/07/1998	19.965,46
04/08/1998	21.881,26
25/08/1998	22.882,76
16/09/1998	19.487,76
17/09/1998	16.110,26
29/09/1998	37.910,52
22/10/1998	41.597,52
05/11/1998	18.512,76
13/11/1998	41.289,09
24/11/1998	40.222,70
02/12/1998	41.724,85

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as presentes contas e condenar o Sr. Nelson Pousa, solidariamente com a Sra. Alzira Luzia Lourenzi e com o Sr. Mauricio Ferreira Luciano, ao pagamento da importância de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 15/7/1998, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do INSS;

9.4. com fundamento no artigo 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c art. 267 do Regimento interno, aplicar à Sra. Alzira Luzia Lourenzi Luciano e ao Sr. Mauricio Ferreira Luciano, individualmente, multa no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais);

9.5. com fundamento no artigo 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c art. 267 do Regimento interno, aplicar ao Sr. Nelson Pousa multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. remeter cópia desta decisão, bem como do relatório e voto que a fundamentam, à Procuradoria Regional da República e ao Juízo da 1ª Vara Federal, ambos em Campinas/SP, para subsidiar, no que couber, as ações cíveis e penais cabíeis;

9.8. arquivar os autos.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8227-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8228/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.138/2009-5

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Fundação Nacional de Saúde (Funasa - 26.989.350/0001-16); e Município de Pavão/MG (18.404.772/0001-54).

3.2. Recorrentes: Antônio Carlos de Almeida Ruas (422.414.647-91); e Moyses Viana Borges (450.699.806-53).

4. Entidade: Município de Pavão/MG (18.404.772/0001-54).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: Jonele Rocha de Souza (OAB/MG 119.597).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Moyses Viana Borges (anexo 1) e Antônio Carlos de Almeida Ruas (anexo 3), este representado por seu advogado, em face do Acórdão nº 6.790/2010-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443, de 1992, conhecer dos presentes recursos para, no mérito, dar-lhes provimento, de modo a tornar insubsistente o subitem 9.3 do Acórdão nº 6.790/2010-TCU-2ª Câmara;

9.2. em consequência ao disposto no subitem precedente, dar nova redação aos subitens 9.4 e 9.8 do Acórdão nº 6.790/2010-TCU-2ª Câmara, que passam vigorar como se segue:

"*9.4. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.1 e 9.2 acima, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;*"

"*9.8. determinar à Secex/MG que inclua nas notificações para os pagamentos dos valores mencionados nos itens 9.1 e 9.2 o disposto nos itens 9.4 e 9.5, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea 'a', da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004, bem como que monitore o item 9.7 deste Acórdão.*"

9.3. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, aos recorrentes e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8228-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8229/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-012.847/2003-8 [Apensos: TC-026.282/2006-0; TC- 026.281/2006-3]

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Município de Andaraí/BA (13.922.570/0001-80).

3.2. Recorrente: Antônio Monteiro Neto (159.594.735-34).

4. Entidade: Município de Andaraí/BA (13.922.570/0001-80).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Lincoln Magalhães da Rocha.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Antônio Monteiro Neto, ex-prefeito do Município de Andaraí/BA, contra o Acórdão nº 130/2006-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443, de 1992, conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, de modo a manter inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8229-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz (na Presidência).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8230/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.454/2010-6.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil.

3. Interessados: Cecilia Alves Viana (158.401.903-49); Lenir Soares Furtado (288.446.533-20); Maria Micaela Aceiza de Furtado (075.574.003-30); Marlene de Castro Caldeira (335.300.843-87); Miriam Pinto Mugnaini (660.601.413-15); Valdemar Cabral de Paula (039.227.073-00); e Verissa Coelho Cabral (641.742.203-87).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadorias referentes a ex-servidores vinculados à Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, e 15 da Resolução do TCU nº 152/2002 em:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1. considerar legais os atos de fls. 11/13 e 20/22, instituídos por Luiz de Moura Viana (fls. 11/13) e Nelson Furtado Costa Leite (fls. 20/22, concedendo-lhes o/s respectivos registros;

9.2. considerar ilegais os atos de fls. 2/4, 5/7, 8/10 e 14/16, instituídos por Bruno Mugnaini (fls. 2/4), Jaime Soares Furtado (fls. 5/7), José de Ribamar Chaves Caldeira (fls. 8/10) e Maria do Socorro Coelho Cabral (fls. 14/16), negando-lhes os respectivos registros;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. dê ciência, em igual prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.4.4. ajuste o valor da URP na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005-TCU-Plenário;

9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8230-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8231/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.816/2010-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Alírio Magalhães de Souza (050.365.265-20); Ana Maria Serra Leite (176.092.595-00); Angela Maria Menezes de Andrade (066.695.575-15); Carlos Bahia da Conceição (072.451.905-00); Carlos Bispo da Silva (085.118.615-72); Daniel Ferreira da Silva (099.423.195-49); Dilcelina Souza dos Santos (074.826.555-49); Edna Maria Brayner de Cerqueira (003.838.305-59); Elias Santos Marinho da Silva (064.177.525-34); Fernando Antonio de Andrade (017.661.395-15); Hildeci Fraga Bastos (129.607.645-87); Jose dos Santos Anunciação (082.042.845-00); Luiz Carlos Rodrigues de Sant'anna (055.764.075-04); Manoel Jovencio dos Santos (049.819.285-72); Manoel Rodrigues de Jesus (073.170.935-72); Maria José de Andrade (039.190.645-34); Maria Lucia dos Reis (083.120.365-04); Maria da Conceição Amorim Santos (069.726.835-72); Miriam Carvalho da Silva (058.287.245-68); Rosania Maria Fernandes Dias (287.600.425-91); e Sandra Ramos Rodrigues (059.827.825-72).

4. Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria referentes a ex-servidores vinculados à Universidade Federal da Bahia,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria de fls. 2/102, de interesse de Alírio Magalhães de Souza (fls. 2/5), Ana Maria Serra Leite (fls. 6/9), Angela Maria Menezes de Andrade (fls. 10/13), Carlos Bahia da Conceição (fls. 14/17), Carlos Bispo da Silva (fls. 18/21), Daniel Ferreira da Silva (fls. 31/34), Dilcelina Souza dos Santos (fls. 39/42), Edna Maria Brayner de Cerqueira (fls. 43/46), Elias Santos Marinho da Silva (fls. 47/50), Fernando Antonio de Andrade (fls. 51/54), Hildeci Fraga Bastos (fls. 55/58), Jose dos Santos Anunciação (fls. 59/63), Luiz Carlos Rodrigues de Sant'anna (fls. 64/67), Manoel Jovencio dos Santos (fls. 68/72), Manoel Rodrigues de Jesus (fls. 73/76), Maria José de Andrade (fls. 82/85), Maria Lucia dos Reis (fls. 86/90), Maria da Conceição Amorim Santos (fls. 77/81), Miriam Carvalho da Silva (fls. 91/94), Rosania Maria Fernandes Dias (fls. 95/98) e Sandra Ramos Rodrigues (fls. 99/102), negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos inativos de que trata o item precedente, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal da Bahia que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. comunique aos interessados cujos atos foram considerados ilegais a respeito deste acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.3.3. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópia dos documentos que comprovem a data que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3.4. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:

9.3.4.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;

9.3.4.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;

9.3.4.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e

9.3.4.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;

9.4. orientar à Universidade Federal da Bahia que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8231-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8232/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n° TC-016.521/2005-0.

1.1. Apenso: TC-017.883/2010-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Ordinária (exercício de 2004).

3. Responsáveis: Alfredo Pereira do Nascimento (057.276.004-30), Ana Maria da Silva Pereira (262.596.217-87), Anderson Adauto Pereira (303.069.066-00), Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira (477.442.866-34), João José Teixeira Vasconcelos (042.578.801-63), Keiji Kanashiro (300.413.178-15), Paulo Sérgio Oliveira Passos (128.620.881-53) e Rubens Barbosa Pereira (030.504.247-53).

4. Órgão: Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Ministério dos Transportes - CGRL/MT.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (1ª Secex).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas, relativa ao exercício de 2004, da Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Ministério dos Transportes,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão deste Colegiado, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares as contas de Alfredo Pereira do Nascimento (057.276.004-30), Ana Maria da Silva Pereira (262.596.217-87), Anderson Adauto Pereira (303.069.066-00), Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira (477.442.866-34), Jailson Barbosa de Souza (634.443.722-72), João José Teixeira Vasconcelos (042.578.801-63), Keiji Kanashiro (300.413.178-15), Paulo Sérgio Oliveira Passos (128.620.881-53), Rubens Barbosa Pereira (030.504.247-53) e Waldemar Fini Júnior (943.365.638-53), dando-lhes quitação plena;

9.2. com fulcro nos arts. 1º, 16, inciso II, e 18 da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas de Estevam Pedrosa (137.909.782-72) e Waldemar Fini Júnior (943.365.638-53), dando-lhes quitação.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8232-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8233/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.140/2009-0.

1.1. Apenso: 001.843/2008-1.

2. Grupo I - Classe II - Prestação de Contas - Exercício 2008.

3. Responsáveis: Aloysio Nogueira de Melo (001.648.952-72), Arinete Veras Fontes Esteves (269.478.702-91), Artemis de Araujo Soares (005.264.102-30), Clynio de Araujo Brandão (000.898.342-91), Cosme Guimaraes da Costa (002.019.792-68), David Lopes Neto (188.565.192-91), Edmilson Bruno da Silveira (015.269.282-72), Francisca Jane Vieira Jatobá (049.973.442-49), Gerson Suguiyama Nakajima (033.545.928-50), Hedinaldo Narciso Lima (161.135.862-00), Heloisa Maria Braga Cardoso da Silva (070.043.892-00), Hidembergue Ordozgoith da Frota (043.459.082-72), Isaac Warden Lewis (369.713.087-00), Jaime da Silva Beleza (308.716.382-15), Jamal da Silva Chaar (332.447.902-91), Luiz Alberto dos Santos Monjeló (164.936.480-68), Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda (007.491.412-04), Marcia Perales Mendes Silva (214.861.902-00), Maria Hercília Tribuzi de Magalhães Cordeiro (000.766.942-91), Maria Ivanilde Araujo Cavalcante (155.365.562-15), Maria Ivone Lopes da Silva (335.793.424-87), Maria Izabel de Medeiros Valle (546.515.147-15), Marino Baima de Almeida (027.239.562-53), Neuza Inez Lahan Furtado Belém (048.460.282-91), Ozias Monteiro Rodrigues (000.702.032-53), Raimundo Lopes Filho (028.771.809-30), Rosa Mendonça de Brito (019.731.422-87) e Tereza Cristina Torres dos Santos Barbosa (240.394.032-15).

4. Unidade: Fundação Universidade do Amazonas.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Fundação Universidade do Amazonas (Ufam) referente ao exercício de 2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Hidembergue Ordozigoith da Frota e Neuza Inez Lahan Furtado Belém, respectivamente Reitor e Pró-Reitora de Administração da Fundação Universidade do Amazonas (Ufam), para a irregularidade descrita no item VI. do voto que fundamenta esta deliberação, qual seja, fracionamento irregular de despesas na contratação de serviços e, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.443/1992, julgar suas contas irregulares;

9.2. em consequência ao disposto no subitem precedente, e com fundamento no art. 58, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, aplicar aos Srs. Hidembergue Ordozigoith da Frota e Neuza Inez Lahan Furtado Belém, individualmente, a multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para o recolhimento do valor aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. nos termos do art. 16, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação;

9.5. determinar à Fundação Universidade do Amazonas que:

9.5.1. no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir do conhecimento deste Acórdão, rescinda o Convênio nº 01/2008, celebrado com a Fundação de Seguridade Social (Geap), em 13/12/2008, tendo por objeto "*proporcionar aos servidores da FUA e seus familiares a possibilidade de ingresso no Plano de Saúde Geap Essencial*", por afronta ao disposto no art. 230, § 3º, inciso II, da Lei nº 8.112/1990, e, ainda, ao entendimento firmado por este Tribunal quando da prolação dos Acórdãos nºs 458/2004 e 2.538/2008, ambos do Plenário;

9.5.2. planeje suas compras e serviços, de forma a evitar o fracionamento de despesas, conforme previsto nos arts. 8º, 15, §7º, inciso II, e 23, §5º, da Lei nº 8.666/1993;

9.6. dar ciência à Fundação Universidade do Amazonas acerca das seguintes impropriedades constatadas nas contas relativas ao exercício de 2008, recomendando-a que adote as medidas na esfera da sua atuação visando a evitar a reincidência das mencionadas falhas:

9.6.1. pagamento, no âmbito do Contrato nº 07/2007, de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) após sua extinção, e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), infringindo a jurisprudência deste Tribunal de Contas (Acórdão nº 950/2007-Plenário);

9.6.2. não inclusão, no Convênio nº 01/2008, celebrado com a Fundação de Seguridade Social (Geap), de cláusulas que estabeleçam o uso obrigatório de pregão, preferencialmente na modalidade eletrônica, na contratação de bens e serviços comuns, e inexistência, no plano de trabalho, de descrição de metas a serem atingidas, caracterizando infração ao art. 1º da Portaria Interministerial MF/MPOG nº 217, de 31 de julho de 2006, e ao art. 21, inciso III, da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008;

9.6.3. ausência de licitação para celebração de contrato de prestação de serviços bancários com o Banco do Brasil, caracterizando infração ao art. 2º da Lei nº 8.666/1993;

9.6.4. não exigência da composição analítica do BDI nas Concorrências nºs 102/08 e 108/08 e Tomada de Preços nº 206/08, caracterizando infração ao art. 7, inciso II, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, e à jurisprudência deste Tribunal de Contas (Acórdão nº 1.314/2005-Plenário);

9.6.5. intempestividade na análise da prestação de contas de convênios, infringindo o art. 31 da IN/STN nº 1, de 1997, e o art. 60 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29/5/2008.

9.7. determinar à Secex/AM que monitore o cumprimento das medidas determinadas no subitem 9.5 precedente, representando a este Tribunal em caso de descumprimento.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8233-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8234/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.525/2010-2.

2. Grupo I - Classe II - Prestação de Contas - Exercício 2009.

3. Responsáveis: Alvaro Guarda (339.591.100-49), André Barros Cota (373.860.856-72), André Luís dos Santos Lana (044.680.686-20), Antenor Rodrigues Barbosa Junior (771.286.218-49), Armando Maia Wood (320.235.966-53), Carlos Frederico Marcelo da Cunha Cavalcanti (462.100.086-15), Jorge Adílio Penna (227.260.046-87), João Luiz Martins (540.927.799-68), Luiz Fernando Loureiro Ribeiro (217.103.096-87), Rafael Magdalena (033.054.838-73) e Rodrigo Meira Martoni (025.648.389-28).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex/MG).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Fundação Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) referente ao exercício de 2009,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. João Luiz Martins, Reitor da Fundação Universidade Federal de Ouro Preto/MG, e André Luís dos Santos Lana, Pró-Reitor de Administração, dando-lhe quitação;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados nos autos, dando-lhes quitação plena;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Ouro Preto/MG que:

9.3.1. instaure, imediatamente, se ainda não o fez, ou se os eventuais atos de aposentadoria que contém as irregularidades motivadoras desta determinação não foram ainda enviados a este Tribunal, processos administrativos específicos, em que seja assegurado aos interessados o direito ao contraditório e à ampla defesa, com vistas a:

9.3.1.1. promover a suspensão dos pagamentos de horas-extras concedidas antes da vigência da Lei nº 8.112/1990, aos servidores de matrículas Siape nºs 4176911, 4180399, 4178602, 4183541, 4178033, 4179900, 4177940, 4182928, 4178025, 4182375, 4176537, 4181956, 4183576, 4182227, 4183428, 4177959, 4176383, 4184254, 4179439, 4187849, 4179455, 4176413 e 4180380;

9.3.1.2. retificar o cálculo dos proventos relativos às aposentadorias dos servidores de matrículas Siape nºs 417806, 276212, 417815, 417805 e 417757, em face da aplicação indevida dos dispositivos legais contidos nos arts. 8º da Emenda Constitucional nº 20/98 e 6º das Emendas Constitucionais nºs 41/2003 e 47/2005;

9.3.2. envie, imediatamente após o término dos processos administrativos mencionados no subitem 9.3.1, caso cabível, os respectivos atos de aposentadoria para apreciação e registro por esta Corte;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

9.4.1. monitore o cumprimento das medidas determinadas no subitem 9.3, supra, representando a este Tribunal em caso de descumprimento;

9.4.2. emita parecer, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da ciência deste Acórdão, acerca da regularidade dos respectivos atos de aposentadoria eventualmente relacionados aos servidores mencionados no subitem 9.3, acima, acaso já disponibilizados a este Tribunal para registro;

9.5. determinar à Controladoria-Geral da União que envie a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência desta deliberação, os eventuais atos de aposentadoria relacionados aos servidores discriminados no subitem 9.3, precedente, para apreciação e registro.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8234-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8235/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.105/2010-7.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Edna Carmo dos Santos (393.220.419-00); Laercio Dias (412.178.538-04); e Sonia Maria Fadel Gobbo (428.905.949-04).

4. Entidade: Universidade Federal do Paraná (UFPR).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de concessão de aposentadoria referentes a servidores vinculados à Universidade Federal do Paraná (UFPR),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar legais os atos de fls. 2/5 e 14/18, de interesse de Edna Carmo dos Santos (fls. 2/5) e Sônia Maria Fadel Gobbo (fls. 14/18), concedendo-lhes os respectivos registros;

9.2. considerar ilegal o ato de fls. 6/9, de interesse de Laércio Dias, negando-lhe o respectivo registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Universidade Federal do Paraná que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. dê ciência, em igual prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação, ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas nos autos, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8235-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8236/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.968/2010-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Luiz Fernando Melo (343.268.399-53); Marcos May Philippi (298.492.339-15); Maria Helena Pereira (246.098.119-87); Maria Helena Pereira (246.098.119-87); Maria Madalena de Souza (732.967.599-72); e Maria Rogeria Pereira (612.688.529-53).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria referentes a ex-servidores vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão de aposentadoria de interesse de fls. 10/29, de interesse de Marcos May Philippi (fls. 10/13), Maria Helena Pereira (fls. 14/21), Maria Madalena de Souza (fls. 22/25) e Maria Rogeria Pereira (fls. 26/29), concedendo-lhes os respectivos registros;

9.2. considerar ilegais os atos de fls. 2/9, de interesse de Luiz Fernando Melo, negando-lhes os respectivos registros;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo inativo de que trata o item precedente, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. comunique ao interessado de que trata o ato de fls. 2/9, em igual prazo de 15 (quinze) dias, a respeito desta deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que o interessado relacionado no subitem anterior teve ciência desta deliberação;

9.4.4. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:

9.4.4.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;

9.4.4.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;

9.4.4.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e

9.4.4.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;

9.4.5. no tocante aos atos de fls. 22/29, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento da vantagem de 3,17%;

9.4.6. em relação ao ato de fls. 10/13, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento da parcela complementar de que trata a Lei nº 11.091/2005;

9.5. orientar à Universidade Federal de Santa Catarina que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8236-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8237/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-030.046/2008-6.

2. Grupo II; Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação - FNDE, e Poliedro Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda.

4. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização em Tecnologia da Informação - Sefti.

8. Advogados constituídos nos autos: Luís Carlos Alcoforado, OAB/DF 7.202 e Priscila Damásio Simões, OAB/DF 25.691.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em que foi realizado fiscalização em contratos de serviços de Tecnologia da Informação (TI),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. com fundamento no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, conhecer da presente Representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. com fulcro no art. 45 da Lei 8.443/1992, c/c com o art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que, relativamente ao Contrato 23/2006, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da notificação:

9.2.1. reduza para 4%, caso já não o tenha feito, nas planilhas de custo e formação de preços da contratada, os percentuais das parcelas referentes às rescisões sem justa causa, a partir de 1º/1/2007, haja vista o término da vigência do § 2º do art. 2º da Lei Complementar 110/2001, cobrando da contratada a diferença a maior paga no período em razão desse componente de custo, devendo a entidade efetuar tal cobrança mediante desconto nas faturas vincendas, ou, em caso de encerramento do contrato, mediante tomada de contas especial, caso frustradas as tentativas administrativas de reposição do débito;

9.2.2. do mesmo modo, efetue a cobrança mediante desconto em faturas vincendas ou tomada de contas especial, conforme o caso, dos valores pagos indevidamente em razão de cobranças de horas não trabalhadas constantes das faturas emitidas desde o início do contrato, tendo por base as horas registradas nas folhas de ponto, especialmente aqueles relativos ao pessoal em regime de jornada reduzida de seis horas diárias, para os quais vinha sendo paga a jornada integral de oito horas sem qualquer previsão contratual;

9.2.3. faça constar de seus editais de licitações e contratos cujo objeto seja a disponibilização de pessoal para a ocupação de postos de trabalho disposição clara no sentido de que o pagamento se dará pela hora de serviço efetivamente trabalhada, independemente da jornada de trabalho a que estejam submetidos os profissionais, que constitui assunto da exclusiva alçada da empresa contratada e de seus funcionários;

9.2.4. com relação à repactuação objeto do 4º termo aditivo ao Contrato:

9.2.4.1. adote medidas visando à anulação do ato assinado em 31/3/2008, mediante o qual fora autorizada a repactuação do contrato, com retroatividade dos pagamentos a 1º/5/2006, e, por consequência, o 4º Termo Aditivo firmado 15/4/2008, ressalvada a possibilidade de elaboração de novos atos que reconheçam, como marco inicial para a incidência dos efeitos da repactuação de preços, a data de 12/1/2007, data da prorrogação do contrato com ratificação de todas as suas cláusulas, após a qual ocorreu a renúncia tácita da contratada à retroação dos efeitos da repactuação até a data do acordo coletivo majorador dos salários;

9.2.4.2. apure as diferenças pagas a maior durante o período de retroação indevida da referida repactuação para fins de cobrança junto à contratada mediante desconto nas faturas vincendas, ou, em caso de encerramento do contrato, mediante tomada de contas especial, caso frustradas as medidas administrativas com vistas ao pagamento do débito;

9.3. determinar ao FNDE, também quanto ao Contrato 23/2006, que, caso este ainda não esteja encerrado, adote as seguintes medidas:

9.3.1. em atenção à disposição legal contida no art. 68 da Lei 8.666/1993, c/c inciso IV do art. 4º, do Decreto 2.271/1997, exija da empresa Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda. a designação formal de preposto a ser mantido no local dos serviços, para representá-la durante a execução dos serviços objeto do contrato, efetivamente intermediando as solicitações entre o contratante e os funcionários terceirizados, por meio de instrumento específico, a exemplo das ordens de serviço, de modo a não caracterizar subordinação direta dos profissionais da contratada ao FNDE;

9.3.2. em atendimento ao disposto no art. 54, § 1º, art. 55, inciso XIII, e art. 66 da Lei 8.666/1993, exija da empresa Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda. o cumprimento imediato das obrigações constantes no projeto básico e por ela assumidas em sua proposta técnica, principalmente no que tange às certificações exigidas de cada categoria profissional, sem prejuízo da aplicação das devidas penalidades por descumprimento contratual previstas no referido ajuste;

9.3.3. em atendimento ao disposto no art. 54, § 1º, art. 55, inciso XIII, e art. 66 da Lei 8.666/1993, faça o levantamento de todos os meses em que a empresa Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda. descumpriu as obrigações por ela assumidas em sua proposta técnica, principalmente no que tange às certificações exigidas de cada categoria profissional, para fins de avaliação e aplicação das penalidades previstas para os descumprimentos de condições contratuais;

9.3.4. em atendimento ao disposto na Lei 8.666/1993, art. 3º, **caput**, apure as justificativas dos atrasos na entrega das demandas de desenvolvimento de software, aplicando, caso as explicações se mostrem insuficientes, a multa devida, conforme previsto na cláusula décima sexta do contrato, inciso II, alínea "a";

9.4. determinar ao FNDE, com relação a todos os seus contratos, que:

9.4.1. em atenção ao princípio constitucional da legalidade, não aceite nota fiscal com indicação de retenção de tributos em percentual indevido;

9.4.2. em atendimento ao disposto na Lei 8.666/1993, art. 57, inciso II, nos próximos contratos de serviços de Tecnologia da Informação em que entenda ser necessária a prorrogação, realize pesquisa de preços no mercado, com vistas à obtenção das condições mais vantajosas para a Administração;

9.4.3. em atendimento ao disposto na Lei 8.666/1993, art. 65, nos próximos contratos de bens e serviços de Tecnologia da Informação em que entenda ser necessária a modificação quantitativa do objeto, elabore justificativa detalhada indicando, para cada ponto em que o objeto for alterado, a correspondente modificação nos quantitativos de bens e serviços contratados;

9.5. recomendar ao FNDE que:

9.5.1 institua mecanismos que assegurem a participação dos gestores do negócio em todas as fases do desenvolvimento de soluções de TI afetas à sua área;

9.5.2. inclua a área administrativa no processo de gestão dos contratos de Tecnologia da Informação;

9.5.3. à semelhança das orientações contidas no item PO 4.12 do Cobit 4.1 (Assessoria de TI), avalie a estrutura de pessoal da Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação - CGETI/FNDE/MEC, de modo a dotá-la de servidores ocupantes de cargos efetivos suficientes, capacitados e treinados para exercer as atividades

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

estratégicas e sensíveis, sobretudo as de gestão (planejamento, coordenação, organização, supervisão e controle), de forma que a atividade de Tecnologia da Informação conte com recursos humanos suficientes e adequados para suportar os objetivos e as metas do negócio;

9.5.4. em consonância com o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), no âmbito do processo 00400.010482/2008-69, nos editais de licitação e contratos referentes à prestação de serviços executados de forma contínua, deixe claro o prazo dentro do qual poderá o contratado exercer, perante a Administração, seu direito à repactuação contratual - qual seja, da data da homologação da convenção ou do acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado até a data da prorrogação contratual subsequente -, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão de seu direito à repactuação;

9.6. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e à empresa Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda. (Poliedro).

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8237-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8238/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.943/2010-8.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Antonio Scatolin Pinheiro (061.092.680-20); Carlos Falkoski (020.738.709-53); Celia Iracema Kuerten Ribeiro (083.011.749-00); Cleia Maria Galliani Lofy (096.247.759-15); Cleide Regina Lentz (289.198.319-04); e Daura da Rosa Ferreira (288.388.079-49).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Julio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria referentes a ex-servidores vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise do ato de fls. 23/26, de interesse de Daura da Rosa Ferreira;

9.2. considerar legais os atos de fls. 2/13, de interesse de Antonio Scatolin Pinheiro (fls. 2/5), Carlos Falkoski (fls. 6/9) e Celia Iracema Kuerten Ribeiro (fls. 10/13), concedendo-lhes os respectivos registros;

9.3. considerar ilegais os ato de fls. 14/22, de interesse de Cleia Maria Galliani Lofy (fls. 14/17) e Cleide Regina Lentz (fls. 18/22), negando-lhes os respectivos registros;

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos inativos de que trata o item precedente, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.5. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.5.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.5.2. comunique, em igual prazo de 15 (quinze) dias, aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, a respeito deste acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.5.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.5.4. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:

9.5.4.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;

9.5.4.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;

9.5.4.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e

9.5.4.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;

9.5.5. quanto aos atos de fls. 2/13, no prazo de 15 (quinze) dias, exclua das fichas financeiras dos interessados parcela referente à vantagem de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO), relativa à defasagem no cálculo da URV em dezembro de 1994;

9.6. orientar à Universidade Federal de Santa Catarina que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.7. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata nº 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8238-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8239/2011 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.114/2010-5.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Representante: ZZ3 Promoções e Eventos Ltda. (CNPJ 07.715.069/0001-40).

4. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação apresentada pela empresa ZZ3 Promoções e Eventos Ltda., acerca de possíveis irregularidades praticadas no âmbito do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 293/2010, instaurado pela Universidade Federal de Santa Catarina - MEC, destinado à contratação de empresas para a realização de eventos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos art. 113,§ 1º, da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, conhecer da representação formulada pela empresa ZZ3 Promoções e Eventos Ltda. para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. João Batista Furtuoso;

9.3. com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992, declarar revel a Sra. Silvana de Freitas Ribeiro;

9.4. com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 250, inciso IV, § 3º e 268, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aplicar, individualmente, à Sra. Silvana de Freitas Ribeiro e ao Sr. João Batista Furtuoso a multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data dos efetivos recolhimentos, na forma da legislação em vigor;

9.5. com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que nas futuras licitações da espécie, a vigorar a partir do vencimento dos contratos com base na Ata de Registro de Preços, objeto do Pregão Eletrônico 293/2010, observe, no que couber, a Súmula/TCU nº 263 e as disposições do art. 30, inciso II e § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993;

9.7. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, à Universidade Federal de Santa Catarina, aos responsáveis, à representante e às empresas Cadu Eventos Ltda., V3 Produções e Eventos Ltda. e Agapes Buffet e Eventos Ltda. ME;

9.8. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 34/2011 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/9/2011 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8239-34/11-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

REABERTURA DE VOTAÇÃO

Ao dar prosseguimento à discussão e votação, nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, do processo nº 022.950/2007-5 (v. Ata nº 31/2011 - Segunda Câmara), o Presidente, Ministro Augusto Nardes, concedeu a palavra ao Relator, Ministro Aroldo Cedraz e a seguir informou que estava acompanhando o voto apresentado por S. Exa. A Segunda Câmara adotou, por unanimidade, o Acórdão nº 8198/2011.

Ao dar prosseguimento à discussão e votação, nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, do processo nº 005.956/2005-9 (v. Ata nº 29/2011 - Segunda Câmara), o Presidente, Ministro Augusto Nardes, concedeu a palavra ao Relator, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho e a seguir ao Revisor, Ministro José Jorge que acompanhou o voto apresentado pelo Relator. A Segunda Câmara adotou, por unanimidade, o Acórdão nº 8220/2011.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Quando da apreciação do processo nº 013.658/2011-5, de relatoria do Ministro José Jorge, apresentou sustentação oral, o Dr. Cláudio Pereira de Souza Neto, em nome de Said Najati Sidki.

PEDIDO DE VISTA

Diante de pedido de vista formulado pelo Ministro José Jorge (art. 112 do Regimento Interno), foi suspensa a discussão e votação do processo nº 032.879/2008-0, antes de haver o Relator, Ministro Raimundo Carreiro, proferido seu Voto e respectiva Minuta de Acórdão.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA

A requerimento dos respectivos Relatores, foram excluídos da Pauta nº 34/2011 citada, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nºs 017.358/2005-3 e 007.472/2007-0 (Ministro Augusto Nardes);

b) nºs 005.698/2003-6 e 026.811/2007-0 (Ministro Aroldo Cedraz); e

c) nºs 020.630/2006-9 e 010.880/2009-2 (Ministro-Substituto André Luís de Carvalho).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Aroldo Cedraz, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Augusto Nardes.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos, às dezessete horas e oito minutos e eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

Aprovada em 22 de setembro de 2011.

AUGUSTO NARDES
Presidente da Câmara

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EXTRATO DA PAUTA Nº 35/2011
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA
Em 27 de setembro de 2011, às 16h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Extraordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-014.306/2010-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademar Figueiredo Cascaes (001.239.192-15); Antonio Maria de Abreu (001.074.842-34); Delci Alencar de Brito Coelho (092.448.162-53); Gerson Lima Girão (012.297.022-53); Jose Oliveira da Silva (024.337.702-97); José Waldir de Assis Elesbão (010.387.452-68); Raimundo Manito Mastub (003.684.232-04); Reinaldo Jose Vieira (010.330.502-53); Roberto Silva da Silveira (000.462.722-91); William Gomes Vale (021.476.022-72).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-015.850/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Controladoria-Geral da União/AP - PR.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-020.438/2007-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Albano do Prado Pimentel Franco (002.533.915-04); Arivaldo Ferreira de Andrade Filho (149.108.535-53); Construtora do Nordeste Ltda (13.005.178/0001-77); Gilmar de Melo Mendes (236.452.105-04); Heca Comercio e Construcoes Ltda (13.173.885/0001-72).
Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de Sergipe.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-024.209/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Eunice Pinto de Oliveira (010.047.006-87).
Órgão/Entidade: Agência da Previdência Social - Diamantina/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.512/2010-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Dias dos Santos (055.747.735-20); Ionia da Silva Behrens (088.118.735-68); Yolanda Maria Monteiro Nascimento (056.299.775-04); Zorildo de Oliveira (006.132.825-15).
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.558/2010-8
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-001.020/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Advocacia Geral da União.
Entidade: Prefeitura de Tamandaré - PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.346/2011-8
Natureza: Relatório de levantamento
Órgão: Conselho Nacional de Justiça; Ministério Público da União (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.538/2011-6
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas
Entidade: Prefeitura de Água Branca - AL
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.542/2011-3
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas - Secex/AL.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.285/2011-4
Natureza: Representação
Interessado: EPC Projetos e Construções Ltda (04.858.174/0001-40)
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
Advogados constituídos nos autos: Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29.760), Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669)

TC-015.290/2011-5
Natureza: Representação
Interessado: E.B. Cardoso Serviços Gerais (CNPJ 34.849.836/0001-87)
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
Advogados constituídos nos autos: Clivia Gantuss (OAB/PA 12.916), José Assunção Marinho Filho (OAB/PA 11.714), Cinthya N Mendes (OAB/PA 15.325) e Luiz Carlos Dias Jr. (OAB/PA 15.495)

TC-015.324/2009-9
Natureza: Tomada de contas.
Exercício de 2008
Responsáveis: André Tadeu dos Santos (414.672.720-00); Silas Paulino (091.054.412-34)
Entidade: 21ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Rondônia/AC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.636/2011-2
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas - Secex/AL.
Entidade: Prefeitura de Major Izidoro - AL
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.289/2010-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manoel Andrelino da Rocha (185.804.161-91)
Órgão: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.480/2011-6
Natureza: Representação
Interessado: Thyssenkrupp Elevadores S/A (CNPJ 90.347.840/0004-60)
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
Advogado constituído nos autos: Sandra Rita da Silva Batista Ribeiro (OAB/SP 174.945)

TC-019.348/2011-8
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES
Entidade: Prefeitura de Ibiraçu - ES
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.345/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Maria de Lima (017.026.532-34)
Órgão: Ministério da Integração Nacional (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.996/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Tracomal Terraplenagem e Construções Machado Ltda (27.143.007/0001-19)
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.343/2011-0
Natureza: Monitoramento
Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.655/2011-5
Natureza: Representação
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo
Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.194/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Jose (223.558.393-87); e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.797/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Silvestre (065.425.739-68); Arlete Lisboa Aguirre (256.840.279-20); Bernadete Fernandes Neves (169.143.099-49).
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Santa Catarina.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.799/2010-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Clemente Jose Manchein (289.836.709-59); e outros
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Santa Catarina.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.820/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Rita da Silva Azevedo (351.792.959-04); Roberto Pacheco de Souza (067.082.859-91); Rosa Maria Cunha Lopes (200.404.669-49)
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Santa Catarina.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.011/2011-1
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Diego Bezerra Porto (035.125.325-43)
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - MI
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.058/2011-8
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Fabiana Silva Baena Candeia (699.160.391-00); e outros
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.638/2009-4
Natureza: Recurso de reconsideração (TCE)
Recorrente: Abril Construções e Serviços Ltda (42.875.401/0001-35).
Entidade: Prefeitura de Santana do Araguaia - PA
Advogado constituído nos autos: Marcos Henrique Silvério (OAB/MG 86.558).

TC-026.692/2011-2
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo
Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.694/2011-5
Natureza: Representação
Interessado: TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento de Recursos Humanos Ltda
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.106/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Viana Barreto (104.198.535-53)
Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil - Anac
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.866/2010-6
Natureza: Prestação de contas.
Exercício de 2009
Responsáveis: Carlos Alberto dos Santos (431.070.447-68); Cassius Valentin Baldelli (037.894.256-56); Jader Pinto Lucas Gomes (763.655.066-00); Sergio Barboza Menezes (855.844.877-91); Tadeu de Moura Gomes (457.356.466-72)
Entidade: Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.127/2011-0
Natureza: Representação
Interessada: Nöra - Comércio, Importação e Exportação de Móveis Ltda. (13.819.575/0001-82)
Órgão: Advocacia-Geral da União - Superintendência de Administração em Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.232/2011-9
Natureza: Representação
Interessado: Geo Brasil Serviços Ambientais Ltda. (CNPJ 07.421.364/0001-94)
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.741/2011-4
Natureza: Atos de admissão
Interessada: Kelen Cristina dos Santos Rodrigues (586.138.702-87)
Entidade: Hospital das Forças Armadas - MD
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.753/2011-2
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Robson Pereira Paiva (724.327.483-87)
Entidade: Empresa Brasileira de Comunicação S/A - PR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.928/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João José do Nascimento (172.333.564-91); Paulo Edson Pereira de Souza (001.225.642-00)
Órgão: Ministério da Integração Nacional (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-029.993/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gildenor Carvalho Guerra (023.776.833-04); e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.272/2010-3
Apensos: 032.687/2010-9 (Representação)
Natureza: Representação
Interessado: João Lúcio Magalhães Bifano (344.202.746-20)
Entidade: Instituto Evandro Chagas
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.109/2010-9
Natureza: Representação
Interessado: Ministério Público do Estado de Alagoas
Entidades: Município de Novo Lino/AL, Município de Santana do Mundaú/AL e Município de União dos Palmares/AL
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-016.014/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Manhaes de Souza (063.545.307-00); e outros
Unidade: Ministério dos Transportes (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.565/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aline Afonso Silva (141.027.517-50); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.115/2008-4
Natureza: Monitoramento (Aposentadoria)
Interessados: Flavia Stahl (218.023.430-91); e outros
Unidade: Advocacia-Geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.303/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Accacio Jose Lazaro (110.022.477-72); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.320/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joaquim Hureari (267.626.331-53); e outros
Unidade: Fundação Nacional do Índio - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.442/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Pereira Pinto (101.730.817-97); Marco Antonio Costa do Amaral (917.832.677-04)
Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A. - Grupo Eletrobras - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.555/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Anicea Pinto do Amaral (822.477.307-87)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.318/2010-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Erval Azevedo Mendes (011.600.106-25)
Unidade: Município de Manhumirim - MG
Advogado constituído nos autos: Wendel Salum Dourado (OAB/MG 74.798)

TC-023.578/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Caio Christovam Ribeiro Guimaraes (285.346.706-68)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.579/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Alves Pereira (471.255.277-87); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.585/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jacy Nunes Cavalcante (249.441.224-20); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.589/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marcos Araujo Borges (125.136.011-49); Marcus Vinicius Aguilar Meine (236.700.700-44)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.590/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Jose da Costa Chaves (055.265.741-72)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.595/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Paulo Silva Rocha Velozo (264.775.301-63); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.599/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Walter Moacyr Rabello Junior (489.359.807-49); Yversen Yel Rezzi Feu (391.880.199-34)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.600/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adelino dos Santos (150.139.109-78); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.604/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Domingos Jose Nogueira (215.039.666-15); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.606/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Helio Soares Costa (382.753.927-72); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.610/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rita de Cássia Amado Peralta (012.958.337-51)
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.644/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adão Fernandes da Costa (254.127.281-20); e outros
Unidade: Fundação Nacional do Índio - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.517/2008-6
Natureza: Monitoramento (Aposentadoria)
Interessados: Maria Stela Medeiros Lopes (025.664.784-49)
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.947/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Michelazzo Bueno (226.393.518-50); Tiago Pinto Oliveira (224.506.658-89)
Unidade: Defensoria Pública da União - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.734/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Ritta da Silva Oliveira (073.284.307-37)
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.065/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Francisco das Chagas de Souza Moreira Filho (522.607.802-10)
Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.- Eletrobras - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.092/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Elza de Barros Neiva (266.717.197-72)
Unidade: Ministério da Justiça (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.172/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joao Mariano da Costa (045.431.142-72); Ney Land (022.082.027-91); Voia Pate (310.363.259-20)
Unidade: Fundação Nacional do Índio - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.270/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Breno Andrade Soares Silva (873.962.976-72); Eliezer da Silva (025.768.566-91)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.396/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ricardo de Faria Godinho (468.469.307-44)
Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A. - Grupo Eletrobras - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.492/2011-7
Natureza: Reforma
Interessados: Gilberto Alves Pereira (315.735.507-44); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.495/2011-6
Natureza: Reforma
Interessados: Nilton Ferreira dos Santos (406.525.307-10); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.500/2011-0
Natureza: Reforma
Interessados: Eimar Delly de Araújo (007.775.877-34); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.529/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bruno da Silva Cardoso (124.774.717-40); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.579/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Reiupi Kayabi (036.820.061-25)
Unidade: Fundação Nacional do Índio - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.031/2009-4
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Congregação das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris (49.052.533/0001-06)
Unidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS. Advogados constituídos nos autos: Rafael Mesquita Zampolli (OAB/SP 232.375); Lúcio Mesquita (OAB/SP 138.294); Hélio Eduardo Rodrigues (OAB/SP 16.220) e Marcelo Aranha de Araujo (OAB/SP 192.022).

TC-029.082/2011-0
Natureza: Solicitação
Interessado: Ministério do Turismo
Unidade: Município de Sumé - PB
Advogado constituído nos autos: Paulo Italo de Oliveira Vilar (OAB/PB 014.233)

TC-029.685/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademar Reis Neto (001.746.835-37); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.686/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elaine Cristina Pirkiel (020.944.309-01); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.689/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Geraldo da Silva e Souza (686.943.346-15)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.697/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alcides Ferreira Portela (242.994.807-91); e outros
Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais - MD/CM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.750/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aliston Carlos Coelho (082.168.667-47); e outros
Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.a. - Grupo Eletrobras - Mme
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.757/2001-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jameson Leite de Moraes (519.732.512-72)
Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.- Eletrobras - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.830/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Rodrigues da Costa (002.358.221-91); e outros
Unidade: Departamento Nacional de Produção Mineral - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-030.221/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Helena Louzada Rotter (455.423.840-72); Joao Fernando Pereira Alves (028.140.421-65)
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-001.615/2011-4
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Norte (00.414.607/0017-85)
Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA/RN/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RN (Secex/RN)
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-009.273/2005-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Doraci Calista da Silva (199.861.571-53) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.135/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alice Santos de Lima (081.402.782-20) e outros
Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.229/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antônio Carlos Dias Rodrigues (370.332.207-15) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.230/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dalton Chambarelli Farah (111.754.537-73) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.231/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiana Maria de Oliveira Nascimento (099.622.607-95) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.234/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Eugênia Bunchaft (070.878.827-08) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.235/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Siqueira Valle (071.672.057-45) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.111/2010-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Rafael Henrique Quedevez (830.638.627-20)
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT/MC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (Secex/ES)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.007/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexis Silveira (068.456.467-08) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.324/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arydes Aires da Costa (081.055.701-06) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.326/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alminda Rosa de Oliveira (365.754.706-10) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.363/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aldo Costa Miranda (309.436.555-87) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.676/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Ronaldo Rubim de Carvalho (682.623.452-15)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Manaus - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.687/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Larissa Caroline Fekete Soares Lopes Pereira (046.208.694-14)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.691/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gilberto Bohrer Simões (108.043.400-30) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.697/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria de Fátima Bananeira (115.638.001-44)
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.701/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Nirian de Souza Arantes (866.389.986-68)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.747/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elita de Sousa Costa (343.088.144-72) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.836/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Marino Fidelis (284.300.776-34) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.476/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Barros de Sousa (798.368.282-49) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.694/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana da Silva Thoma (779.341.800-04) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.699/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Peres de Morais (995.110.370-72) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.722/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adam Marcel Almeida Pinto (816.757.202-15) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.804/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Souza Cabistani (887.680.740-34) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.830/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abel Eduardo Auth (026.081.690-66) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.855/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adeildo José Tosta (022.907.727-71) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.907/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Richit (743.294.990-53) e outros
Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.023/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Flávio Pego e Silva (797.814.387-20) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.059/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Christian Albert Carvalho da Cruz (975.885.985-49) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.061/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Andrea da Cunha (979.119.840-34) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.091/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Pricila Estrela Bizinoto Feltrim (833.662.291-87) e outros
Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.098/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Lins de Gusmão Vila Nova (994.504.884-87) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.111/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Georgia Pereira Lima (153.960.882-49)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.113/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Vieira Maschio (273.334.448-05) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.122/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marco Antônio de Souza (052.565.888-26); e Ricardo André de Lima Peters (658.093.781-53).
Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.134/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adhemar Ranciaro Neto (224.365.928-02) e outros
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.135/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Analivia Martins Barbosa (695.624.581-72) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-022.136/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco de Assis Carvalho de Santana (396.278.293-15) e outros
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.138/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Kenia Dutra Savergnini (108.247.307-39)
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.140/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Marinho Miranda (065.204.324-07) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.144/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana da Rosa Cherem (824.558.999-34) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.153/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Henrique Barsanulfo Furtado (907.562.588-04)
Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.179/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carlos Eduardo Lopes Verardi (098.320.838-77)
Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.182/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antônio Mauricio Freitas Brito (548.260.475-68) e outros
Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.185/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Airton Delevate Barrera (017.827.120-97) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.190/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aledson Rosa Torres (642.687.640-20) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.193/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademir Dorneles de Dorneles (980.371.880-00) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.195/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Franco Roberto Bastos Batista (474.302.903-10); Luciana Gomes da Silva (008.545.603-94)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.196/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Candido Gabriel (090.299.547-28) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.197/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Rodrigues de Lima (917.185.623-49) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.199/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Sueldo Tavares de Lima (040.622.714-43) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.209/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Zacarias da Silva (053.656.448-59) e outros
Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.210/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maikel Douglas Florintino (045.526.259-42) e outros
Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.213/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline dos Santos Lima (968.890.635-20) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.214/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Maria Ramos Oliveira (016.334.917-73) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.235/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arlington da Silva Oliveira (032.207.305-74) e outros
Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.237/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adriano Andrejew Ferreira (580.110.640-53)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.241/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andreza de Almeida Castro (006.119.665-73) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.242/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Viana Soares Junior (583.869.202-20) e outros
Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.244/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Egidio Luis Rodrigues dos Santos (305.973.073-34) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural do Semi-árido/rn - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.246/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriane Campos Dinelly (925.015.832-72) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.249/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriane Loy Gabriel (996.476.300-00) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.252/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson de Souza Candido (335.646.648-82) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia de Sao Paulo
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.253/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julio Cesar Zorzenon Costa (050.060.258-16) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia de Sao Paulo
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.257/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ailton de Santana Coelho (310.272.101-04) e outros
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.260/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alcides Gomes Neto (000.722.600-41) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.262/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademilson de Assis Dias (409.708.842-49) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.264/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernando Lima Vasconcelos Ferreira (597.975.255-20)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.384/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abias Rodrigues da Cruz (633.400.973-72) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.386/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Gomes Machado (895.528.223-00) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.390/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carmem Pereira Gonçalves (051.350.176-23) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.409/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: César de Miranda e Lemos (011.095.357-67)
Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.416/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernando Reimann Skonieski (004.374.030-84)
Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.419/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jean Assmann Ferro (070.344.039-02)
Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-022.427/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Mardiore Tanara Pinheiro dos Santos (589.671.920-53)
Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.450/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Dias da Silva (072.528.097-22) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.470/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana de Carvalho Figueiredo (030.082.454-80) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.474/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cristina Sales Dibo (349.411.932-53) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.481/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Adriano Carvalho de Pinho (399.004.953-49) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.486/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luís Gomes de Moura Neto (011.977.333-37) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.492/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Araujo de Lisboa (028.536.155-45) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.498/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Annova Miriam Ferreira Carneiro (453.162.103-44) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.502/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Paula Ferreira (038.813.586-76) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.536/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Konrad (008.766.290-60) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.584/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abraao Mario de Souza Costa (954.310.392-53) e outros
Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.594/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelino Pinheiro Silva (040.513.796-63) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.595/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renato Somberg Pfeffer (519.892.986-72) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.759/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cláudio Roberto Martins de Oliveira (091.824.620-20) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.763/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adão Otto de Oliveira (239.937.586-68) e outros
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.785/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ailton Rosa do Nascimento (263.966.297-04) e outros
Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.792/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alencar da Cruz Silva (309.839.407-20) e outros
Entidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.808/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jacinta de Oliveira Barros Paiva (027.359.914-31); Paulo Tadeu Bastos (310.099.304-78); Walter da Rocha Araujo (071.751.674-15)
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.810/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Lucila Nascimento (157.471.408-25); Maria Inês Capalbo (542.428.198-20)
Entidade: Representação do MEC Em São Paulo
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.813/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Therezinha Carvalho Santos Corrêa (751.705.236-53)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.816/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Célia Maria de Farias (099.146.764-72) e outros
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.818/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Mirian Dias Ribeiro Dumaresq Madureira (094.640.774-68) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.820/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Lucio de Campos Vinchon (082.753.517-15)
Entidade: Representação do MEC No Rio de Janeiro
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.822/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jenner Ramos Pinto (004.368.794-68)
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.826/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marco Antonio Machado Ferreira de Melo (096.157.509-30)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.827/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Stefan Bulawski (230.656.800-68)
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.896/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Benedito Sergio Marins (435.554.897-04) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.971/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Marcelino de Jesus (056.401.216-53); e Maria Augusta da Mata (033.176.006-16).
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de S. J. Evangelista N. de Senna - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.973/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Célia Cakoi Mendes (138.669.586-68)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.049/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lucia Barbosa Martins (353.468.257-20)
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.056/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Roselma Maria Ribeiro de Azevedo Cruz (181.629.404-72) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.066/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisca Silvia Lopes Tavora (045.139.323-68); e Liana Brittes (243.689.200-82).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.220/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dora Amantino Adriano Damasceno (209.702.346-00) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.444/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aurea Rita de Avila Lima Ferreira (013.062.168-42); Delinda Simonetto (252.306.709-91)
Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.449/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco de Assis Neves Costa (048.646.623-04)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.471/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Evaldo Nunes Spínola (044.907.216-92)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.619/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João dos Santos Costa (071.352.626-20); e Sebastião Ribeiro da Costa (333.965.236-87).
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Barbacena - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-023.623/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Helena Maria Flores Cado (305.567.910-53)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.629/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Paulo Sobrinho (037.038.943-34); Manoel Ribeiro de Souza (015.544.843-91); Maria Neuma Silva (018.545.853-04)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.637/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carmem Oliveira Gomes de Paula (452.638.686-34) e outros
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.643/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eunice Bezerra Accioly Martinez (145.424.044-04) e outros
Entidade: Fundação Joaquim Nabuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.649/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria do Socorro Sisnando Pedreira (182.394.552-04); Marlene Muniz (034.818.082-91)
Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.718/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandra Rafaela da Silva Freire (045.667.644-94) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.816/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sanderdon dos Santos Romualdo (067.776.096-52)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.821/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Anuska Irene de Alencar (702.251.504-25)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.822/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aelmo Ferreira de Oliveira (413.923.294-34); Camilo Soares Leite de Lima (058.112.034-54)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.826/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erotildes Maria da Silva (783.521.343-53) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.828/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jailma da Silva Medeiros Santos (672.333.844-87) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.830/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lirisnei Gomes de Sousa (009.999.774-66)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.833/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mateus Tavares de Paula (053.544.594-60); Matheus Campos Cirne (010.226.214-40)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.834/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mercia Maria de Santi Estacio (066.803.008-94)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.837/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thassio Cleiton Fernandes Galvão (059.351.924-89)
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.843/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriane Marques (944.768.100-04) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.852/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Flávio Dias Silva (752.648.890-15)
Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.855/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcidéa Terezinha Menezes da Silva (111.670.925-20); e Antônio dos Santos (510.450.108-63).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.860/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anair Nascimento da Cunha (393.631.396-20) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.866/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Everson William de Souza (182.268.256-87); e Francisco Rodrigues da Silva (262.919.596-15).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.869/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ivani Maria de Camargos (321.201.926-34)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.874/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Gonzaga Borges (181.951.306-82); Luzia Eugênia da Silva (394.506.436-87); Luzia Martins de Lima (350.559.366-49); e Malvina Gomes Carvalho (360.522.996-49).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.876/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Márcia Maria Gonzaga Francisco (033.282.076-94) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.881/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Roberto Daud (240.238.686-04)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.883/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aurora Ribeiro de Goicochea (411.406.486-91); Francisco Ney de Paiva (197.416.426-87)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.885/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Ciríaco dos Santos Gonçalves (209.911.266-53); e Luiz Aurelio Raggi (113.534.576-72).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.953/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Tadeu da Silva (048.530.834-72); Maria do Carmo Vieira (476.521.108-82); e Veralúcia dos Santos Soares (111.238.852-49).
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.954/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ana Cecília de Sousa Bittencourt Batista (118.679.495-04)
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.957/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sueli Oliveira Lima de Sá (765.303.965-00)
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.958/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Tania Maria Moura Baptista (061.562.665-34); Valquirio Pacheco dos Santos (078.008.005-04)
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.964/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sandra Almeida Campos (559.391.047-20) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.968/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luciana Maria Lopes (191.828.991-34) e outros
Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.970/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ana Maria Costa Amoroso Lima (217.050.626-87)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.971/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Geraldo Galvão da Silva (281.935.046-15)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.975/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Nair Barbosa Guedes (765.847.476-20)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.976/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sebastião Guerra Zimmermmann (064.857.236-68)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.979/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Celise Maria Ferreira Costa (299.763.836-49) e outros
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.980/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Irene de Paula Silveira Gonçalves (317.698.106-68)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-023.981/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ivonise Ferreira da Cruz (355.267.776-34) e outros
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.984/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Epson Lara (136.468.506-04)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.988/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Iracema Costa de Souza Le Bihan (098.566.762-15); José Miguel Martins Veloso (393.211.508-20)
Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.993/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nilza Vieira Leite (154.294.314-00) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.996/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Raimundo de Assis Ferreira (132.692.164-91); Salete dos Santos (316.422.099-53); Sonia Rosemara Ribeiro Linhares (356.759.349-87)
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.011/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Roberto Alves de Lima (048.099.554-00); Ronaldo Antônio da Maia de Farias (070.419.344-20); Vania de Lira Gonçalves (168.081.004-97)
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.021/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Enoque Rodrigues de Almeida (170.582.364-53) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.023/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Natercia Oliveira da Silva (217.444.164-00) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.025/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Alaide Cecilia Barth Vencato (178.825.089-34)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.512/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Lucia Domingues (147.029.238-62) e outros
Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.516/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Cavalcanti Ribeiro (072.992.224-34)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.579/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aécio Araújo de Moraes (004.711.004-04) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.594/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Daura Dantas (026.753.584-87) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.597/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ney Alves da Costa (000.416.960-34) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.603/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorge Gomes (046.600.800-72) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.779/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adailde do Carmo Santos (649.077.675-87) e outros
Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.780/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Shigueru Kawai (099.960.298-59) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Abc
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.784/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amarilio Motta Floriano (925.826.720-68) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.786/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Taise Amorim da Paz Queiroz (830.061.505-97)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.787/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Cheila Cristina Sbalcheiro (972.816.620-68)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.788/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Angelita Suana Sena Vogel (833.601.072-68)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.789/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Aline Fonseca Coelho (688.535.801-00)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.798/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Ferraz de Brito (692.561.445-49) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.799/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Almir Silva da Silveira (017.057.808-90) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.800/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademir José de Abreu (030.287.196-90) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.803/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Carlos Teixeira Junior (026.283.237-29); José Henrique Nogueira dos Santos (720.533.137-49); José João da Silva (265.210.837-91)
Entidade: Colégio Pedro II - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.822/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Idalina Torcato (524.281.761-53) e outros
Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.825/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Bruno Vinicius Castro Guimaraes (010.981.085-66)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Guanambi Antônio José Teixeira - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.830/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: André Isidio Martins (061.549.614-80)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.831/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alesandra Sayuri Suto Souza (002.277.645-10); e Kleber Peixoto de Souza (579.300.741-53).
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.838/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleber Millani Rodrigues (971.740.920-04) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.842/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leandro de Jesus Dueli (061.288.846-01)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.844/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniela Schlic Matos (318.216.048-65) e outros
Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.847/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Helder Farias Lima (922.857.083-00); e Jucélio Alves Vidal (348.425.273-15).
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.849/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Moacir Rodrigo de Castro Maia (034.534.686-60); e Érica Alessandra Fernandes Aniceto (041.109.616-88).
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.854/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Vanda Patricia Chagas do Nascimento (002.087.735-84)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.855/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Antônio Marcio Rodrigues (034.881.616-25)
Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.858/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adalgisa Carvalho Calvano (292.855.001-10) e outros
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.863/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leandro Balby Marinho (623.693.003-10)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-024.864/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angelo Canhete Rodrigues (365.459.291-00) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.867/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Dalla Nora dos Santos (962.737.040-15); Marcelo Leandro Eichler (590.454.500-20)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.872/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Durvalina Maria de Araújo (170.447.745-04)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.874/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gutiere Cardoso de Lima (008.811.925-46) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.877/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Letuzia Maria de Oliveira (027.021.024-50)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.879/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Márcio Andrade Costa (713.233.765-34)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.882/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maria Luiza Caldas (417.512.727-53)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.884/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariano Nunes dos Santos (940.282.905-97) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.886/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Paulo César Almeida do Prado (278.277.395-04)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.891/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Martins (649.337.500-25) e outros
Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.892/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Iorans Pereira de Souza (053.242.647-92)
Entidade: Instituto Benjamim Constant
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.912/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelmo José Martins (803.261.454-00) e outros
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.915/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ana Angélica Martins da Trindade (598.109.715-91)
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.917/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Bezerra de Souza (233.403.393-68) e outros
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.919/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Artur Corval Vieira (074.879.157-43)
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.923/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego da Silva Pereira (014.824.284-74) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.925/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angelita Sales Vieira Castro (323.391.352-49) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.928/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alam Gustavo Trovó (270.086.438-70) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.949/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristian Faturi (919.708.650-91) e outros
Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.002/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Angel Jose Vieira Blanco (883.663.085-53)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.005/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Evaldo de Carvalho Souza (459.554.253-49); e Maria de Fátima Rufino dos Santos (826.687.523-53).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.006/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cristina Peres da Silva (738.867.189-72) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.019/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Alexandra da Silva Peixoto (034.739.031-59)
Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.024/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Edivânia Granja da Silva (370.201.704-63)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.032/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Andreia Rodrigues Alves (002.187.295-37)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.033/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Dourado Vilas Boas (011.590.141-83) e outros
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.047/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro Matos da Silva (055.891.527-20)
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.061/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Adriana Delagnese (180.342.708-65)
Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.065/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Viviane Kanitz Gentil (672.231.680-72)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.067/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Roberto Fernandes Galindo (857.219.994-20) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.075/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adilio Rene Almeida Miranda (044.668.626-30)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.081/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Geruza Tavares D'Ávila (983.647.400-59) e outros
Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.101/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Caldeira Fernandes (650.993.382-91) e Gleison José Kiyoshi Sato Barros (683.780.092-20).
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.106/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Viviane Rodrigues Pereira (642.057.110-34)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.110/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Caroline Penteado de Assis (332.826.878-26)
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.119/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Raro Santos (003.664.745-45); e Karyne Faria Mota (964.178.705-53).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.123/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Fernanda Inácio Eduardo Guzman (100.702.367-80); e Mônica da Silva Paltrinieri Lobo (005.593.617-26).
Entidade: Instituto Benjamim Constant
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.142/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: José Carlos Novaes (249.615.907-20)
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.149/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Cassio Cunha Soares (050.084.486-09)
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.338/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Andiara Roberta de Oliveira Nunes (090.432.587-33) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.344/2011-0

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ada Ferreira de Lima (334.965.017-15) e outros
Entidade: Colégio Pedro II - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.449/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Lindinalva Pedrosa da Rocha (031.455.654-00); Rafaela Rocha de Oliveira (860.051.034-15)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Satuba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.451/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Nadir Clara Stach Pereira (929.512.876-15)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes Visconde de Mauá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.453/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Júlia Zélia Anastácio Pires (805.370.226-00)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.456/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Marques de Farias (694.450.103-10)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Crato - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.458/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eleny Maria Lisboa Rizzi (011.831.706-70); e Elijakson de Oliveira Ribeiro (086.513.346-80).
Entidade: Universidade Federal de Itajubá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.459/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Domercília Soares dos Anjos (064.441.828-16) e outros
Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.461/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Daniel Moura Leal de Araújo (012.979.194-67)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.462/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Amaro Linhares (424.183.727-15)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.464/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Luana Plácida dos Santos (081.155.464-37); e Maria do Carmo Costa dos Santos (603.231.834-68).
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.465/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ana Bezerra da Camara (261.656.514-53)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.467/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bruno de Oliveira (074.423.826-90) e outros
Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.472/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Felipe Vieira Costa (020.794.591-80)
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.474/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Doriza Maria da Costa Latorraca (718.784.831-53)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.478/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Marcio da Silva Santos (848.297.612-53); e Marcos da Silva Santos (718.016.182-91).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.481/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Glaucia Soares Barbosa (213.052.928-39) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.483/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Braulio Araújo Teixeira (006.602.696-27) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.519/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aline Correia Ramos (039.835.024-82) e outros
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.520/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Paula Oliveira dos Santos (019.399.245-02) e outros
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.525/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Augusto Ribeiro Macieira (047.987.836-68) e outros
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.528/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Aparecida Tiago (176.074.346-15)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.529/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amanda Amaiy Pessoa Salermo (087.165.474-11) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.532/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Annita Chaves Kowalski (020.805.709-94) e outros
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.534/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Fabíola Karina Rodrigues Fonseca (047.394.034-55) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.535/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelaide Dias Guedes (051.138.060-72) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.538/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Beatriz Victoria Soares (030.527.907-65) e outros
Entidade: Representação do MEC no Rio de Janeiro
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.540/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anete Mattoso Couto de Barros (040.134.097-04) e outros
Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.541/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Fernando Marques da Silva (061.840.169-54)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.542/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Erlon José da Rosa (024.120.309-01)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.543/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alfonsina da Silva Paim (461.857.710-04) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.789/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Pureza Batista (580.126.217-20)
Entidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.808/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Edmilson Januário Ferreira (678.128.648-04)
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.816/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Justino da Silva (001.823.074-17) e outros
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.967/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adoclizio Duarte (557.701.267-87) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.976/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Lauro Novak (186.308.719-20) e outros
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.983/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Assunção do Nascimento Borba (138.798.474-87) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.043/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Claudia Simone Cavalcanti (611.764.944-49)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.046/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alexandre Cristiano Santos Júnior (054.634.356-26)
Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.054/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Janaina Cordeiro Freire (820.175.574-04)
Entidade: Fundação Joaquim Nabuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-027.059/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Melina Silva Alves (044.581.309-19)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.074/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Alinne Moura do Nascimento Maia (664.581.373-20)
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.080/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cláudio Henriques da Matta (492.640.877-53) e outros
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.085/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anileide Gomes Leite (011.241.054-50) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.086/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudio de Sá Machado Junior (910.804.790-15) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.168/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Arcea Goulart de Andrade (324.404.486-72)
Entidade: Universidade Federal de Itajubá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.173/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Torres de Oliveira (075.201.822-15) e outros
Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.274/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Gelson Luiz Passos (381.016.026-15)
Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoa (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.280/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Francisco Dutra Sobrinho (131.220.616-00); e Antônio Franciso Dutra Sobrinho (131.220.616-00).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.297/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ângela Maria Barreto (063.039.998-08); José Francelino da Silva (040.584.965-68); e José do Egypto Pereira (000.286.735-49).
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.311/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Ricardo de Andrade (948.618.119-53) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.316/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Elaine Aparecida Carvalho (046.482.566-03); e Júlia de Moura Martins Guimarães (077.106.436-55).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.317/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriane de Carvalho Grossi Gomes (013.919.066-08) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.321/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cláudia Gonçalves de Sá (544.718.776-15); e Wanderson dos Santos Silva (091.933.546-22).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.323/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agnaldo Afonso de Sousa (997.655.606-30) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.367/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carlos Henrique Romeu Cabral (047.303.234-16)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.370/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Geraldo Simonetti Bello (708.622.147-34)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.377/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kalyla Maroun (057.109.317-56) e outros
Entidade: Instituto Federal do Rio de Janeiro/Unid. RJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.379/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Pereira de Oliveira (054.515.677-78) e outros
Entidade: Instituto Federal do Rio de Janeiro/Unid. RJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.380/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Sandro da Costa Tavares (035.524.044-06) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.387/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alécio Donizete da Silva (698.132.649-34) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.390/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andréia Orsato (005.231.050-70) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.394/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Lucarelli Lavorato (058.148.876-80) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.437/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alda Karine Medeiros Holanda (560.580.803-63) e outros
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.441/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adélia Aparecida da Silva Carvalho (031.677.346-80) e outros
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.443/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Maria Burgo de Mendonça (045.525.844-99) e outros
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.444/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Araújo Freitas (022.429.653-10) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.468/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Amaro de Lima (078.440.344-91)
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - Mec
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.537/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Geralda Gonçalves Arcuri (886.090.906-63)
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-019.636/2011-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares Sede (04.801.878/0001-87)
Unidade: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.638/2011-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares Sede (04.801.878/0001-87)
Unidade: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.640/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares Sede (04.801.878/0001-87)
Unidade: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-003.687/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Interessados: Ailson do Amaral (CPF 032.904.337-49); Alzira Maria Rodrigues Gomes Pimentel (CPF 834.041.207-87); Ana Lucia Braga de Santana (CPF 599.151.297-34); Antonio Augusto Carvalho Franco (CPF 615.449.307-04); Cesar Renato de Salles Pupo (CPF 834.972.507-91); Euzebio de Souza Filho (CPF 159.211.157-20); Floro Sales da Silva (CPF 312.514.047-15); Izidoro Soler Guelman (CPF 000.175.821-72); e Joarlete de Assis Dias (CPF 359.432.706-04)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.534/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - MCT
Responsável: Dimítrio Sérgio da Silveira (CPF 247.884.903-82) Advogados constituídos nos autos: Ana Maria de Castro Tavares da Costa, OAB/CE 12.726, e Janine de Carvalho Ferreira Braga, OAB/CE 13.830

TC-009.498/2010-9
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - 14ª Superintendência Regional - Iphan/GO
Interessada: Secretaria de Controle Externo - GO (Secex-GO)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.915/2005-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Oiapoque - AP
Responsáveis: Carlos Alberto dos Santos (CPF 039.931.402-49); Djalma Sales Sfair (CPF 151.357.132-04); Francisco Milton Rodrigues (CPF 009.970.565-68); I.M.C Souza Me (CNPJ 04.253.229/0001-99); Irridênio Magno Castro Souza (CPF 660.012.002-97); Manoel Alicio da Silva Sfair (CPF 151.373.842-91); Prefeitura Municipal de Oiapoque - AP (CNPJ 05.990.445/0001-80); e Sebastião Martins de Vilhena (CPF 098.434.502-72) Advogados constituídos nos autos: Caleb Garcia Medeiros, OAB/AP 315; e José Maria de Deus e Silva, OAB/AP 547

TC-014.573/2009-0
Natureza: Pensão Militar
Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Interessadas: Lenita Ferreira de Souza (CPF 365.038.437-04) e Maria Risalva Silva de Oliveira (CPF 663.931.837-72)
Advogado constituído nos autos: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-014.988/2009-4
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2008
Órgão/Entidade: Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura
Responsáveis: Antônia Maria do Cargo Rangel (CPF 323.305.291-04); Cesária Alice Macêdo (CPF 672.280.976-53); Elisário Pires Palermo Júnior (CPF 966.901.438-72); Juana Nunes Pereira (CPF 070.544.767-78); Célio Roberto Turino de Miranda (CPF 033.649.248-05); Ana Paula Fernandes Gumy (CPF 752.744.269/72), e Antônio Carlos Ziza (CPF 126.129.778-48)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.064/2007-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - TRT/PB
Interessado: Emanuel Lopes Loureiro (CPF 142.982.954-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.422/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado da Paraíba - Incra/PB - MDA
Interessados: Beatriz Marcelino Ferreira (CPF 086.842.434-04); Fatima de Melo Nogueira (CPF 151.308.944-72); Fernando Cavalcati Bezerra (CPF 003.539.574-53); Francisco Ferreira da Silva (CPF 072.660.224-87); Hiza Ruth Tavares (CPF 092.075.114-87); João Damasceno Pereira Filho (CPF 056.209.454-72); Luiz Gonzaga da Costa (CPF 109.816.084-34); Osvaldo Batista Filho (CPF 098.340.104-78); Paulo Werther Lima e Silva (CPF 072.644.534-72); Renilson Jose de Castro (CPF 110.404.404-87); e Zelia Maria do Nascimento (CPF 089.054.014-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.124/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessado: Marcelo de Almeida Mendes (CPF 863.745.676-68)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.778/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA
Interessados: Flavia Lima de Queiroz (CPF 008.169.765-11); Gustavo Nascimento Correia (CPF 803.890.155-04); Ivan de Almeida Bitencourt (CPF 420.046.915-49); e Raimundo Airton Rocha Neto (CPF 690.699.131-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.779/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE
Interessado: Ricardo Freire Vilar (CPF 047.762.094-97)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.780/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - TRT/DF
Interessados: Ana Paula Alves Coelho (CPF 006.280.151-19); Maria Auxiliadora Mesquita Storry (CPF 078.971.437-08); Rafael Antonio de Morais Cortes (CPF 019.093.291-00); e Rilquia Provete de Paula Gomide de Araujo (CPF 005.980.491-26)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.783/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR
Interessados: Angelina de Oliveira Pinto (CPF 052.908.354-07); Guilherme Augusto Soares Faria (CPF 011.695.604-66); Hector Sobreira Bujan (CPF 113.366.777-59); Jander Damasio Alves (CPF 251.619.128-63); Mauricio Popija (CPF 810.197.429-68); Melissa Alessandra Loeschener Losada (CPF 030.330.849-40); Oscar Machado de Camargo Junior (CPF 064.141.649-09); e Thiago de Oliveira Soares (CPF 058.663.556-47)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.784/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT/RS
Interessados: Andre Albuquerque Ferret (CPF 012.758.170-76); Bruno Scalpo Franke (CPF 006.602.330-02); Camila Dozza Zandonai (CPF 010.207.250-79); Cristiane Coelho Peregrino (CPF 266.028.468-76); Cristiano Kralik Angelini (CPF 962.059.110-00); Daniel Cristiano Fuman (CPF 821.345.450-20); Ellen Alves de Almeida (CPF 982.735.580-53); Fernanda Zanotelli (CPF 008.294.420-22); Isabela Banzatto (CPF 311.664.048-38); Julia Medina Franzoso (CPF 828.632.700-44); Mauricio Cerezer Rossi (CPF 021.770.810-25); Miguel Martin Lisot Figueiro (CPF 007.796.450-06); e Rafael Hepfner (CPF 004.334.880-77)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.786/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC
Interessados: Ana Paula de Souza Pinto (CPF 048.007.139-00); Arthur Oliveira Santos (CPF 044.444.826-80); Claudeti Catarina Batista (CPF 412.328.950-91); Fabricio Sperandio Picinati (CPF 022.856.827-78); Gabriela de Araujo Albuquerque (CPF 003.672.413-07); Helder Fernandes Neves (CPF 079.273.886-14); Jorge Fernando Xavier de Lima (CPF 012.067.410-66); Renata Benicio Lima (CPF 674.768.303-00); e Renata Carreiro Vieira (CPF 064.369.929-52)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.787/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - TRT/MA
Interessados: Antonio Augusto Mesquita de Faria (CPF 909.300.706-82); Francisco Ramiro Brito da Silva (CPF 005.654.293-37); Fábio César Fernandes Almeida (CPF 741.396.062-15); José Artur Sousa dos Reis Filho (CPF 008.126.893-99); e Ricardo Luiz Werkema Ribeiro (CPF 062.340.176-22)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.791/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho
Interessados: Anapaula Martins Barbosa Januzzi (CPF 009.744.671-89); Diego Carvalho Curcino (CPF 002.471.421-66); Diogo Querino Faim (CPF 019.690.501-01); Julio Cesar Marqui Martins (CPF 961.668.351-91); Julio Cesar de Melo Correa (CPF 828.823.391-00); Karina Raquel Carvalho Neiva (CPF 713.018.791-34); Karla Dantas Veras de Alencar (CPF 854.496.871-68); Manoel Soares Cavalcante Neto (CPF 907.492.601-06); Marcus Vinicius Santos Alves (CPF 847.217.901-04); Nara Grasiela de Oliveira (CPF 003.406.671-33); Priscila Bicalho Rodrigues (CPF 719.042.391-53); Vera Lucia Vilela de Oliveira Felix (CPF 921.813.171-00); Viviane Gomes Felix (CPF 726.798.751-68); e Zenon Frota de Macedo (CPF 044.378.466-30)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.812/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - TRT/MT
Interessados: Amadeu Rodrigues Gonçalves (CPF 063.961.486-84); Caroline Renata Barbosa de Almeida Jabur (CPF 885.504.601-25); Dalyane Ferreira de Almeida Silva (CPF 003.512.801-11); Lais Marina Bueno Proença Drosghic (CPF 352.383.801-00); e Walmir Rodrigues de Araújo (CPF 770.593.363-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.933/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho - TST
Interessado: José Maria Silva Oliveira (CPF 184.239.901-25)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.138/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG
Interessada: Cleyonara Campos Vieira (CPF 000.706.826-31)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.155/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - TRT/MT
Interessado: Rodrigo Cândido Rodrigues (CPF 005.383.326-03)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.236/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessadas: Aline Lang Cruz (CPF 945.022.269-04) e Silvia Cristina Lang Cruz (CPF 945.022.349-15)
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-001.023/2006-9
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de São Gabriel da Cachoeira/AM.
Recorrente: Amilton Bezerra Gadelha (CPF 075.911.602-49). Advogados constituídos nos autos: Aniello Miranda Aufiero, OAB/AM 1.579; Aldenize Magalhães Aufiero, OAB/AM 1.874; Danoelle Aufiero M. de Paula, OAB/AM 6.945; Marizete de Souza Caldas, OAB/AM 6.405.

TC-027.645/2009-8
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Município de Simões/PI.
Embargante: Poço Líder Hidrogeologia e Comércio Ltda. (04.509.557/0001-03); Prefeitura Municipal de Simões/PI (06.553.853/0001-37).
Interessada: Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Advogados constituídos nos autos: Ricardo Carvalho dos Santos (OAB/PE 370-A e OAB/BA 10.661); José Walter Lubarino dos Santos (OAB/PE 2.736 e OAB/BA 61-A); Rosana Carvalho dos Santos (OAB/BA 15.133); Francisco Romão Sampaio Teles (OAB/PE 18.693); Samuel de Jesus Barbosa (OAB/BA 25.851); Adriana Dias de Farias (OAB/BA 29.994); e Wadson C. A. Santos (OAB/PE 16.639)

TC-031.328/2007-0
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Timon - MA
Recorrente: Silveira Máquinas e Veículos Ltda. (CNPJ 00.454.377/0001-10) Advogados constituídos nos autos: não há.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-014.378/2006-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Pantaleão Estevam de Medeiros (098.100.644-20), ex-prefeito e G. G Construções e Serviço Ltda. (04.183.355/0001-14).
Entidade: Município de Carnaúba do Dantas/RN. Advogados constituídos nos autos: Ruben Antônio Machado Vieira Mariz, OAB/RN nº 5.642 e OAB/DF nº 29.389.

TC-021.188/2006-6
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2005
Órgão: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT -
Exercício: 2005
Responsáveis: Ademir Galvão Andrade (049.051.805-20); Alexandre Silveira de Oliveira (790.224.996-34); Angela Maria Barbosa Parente (135.620.373-68); Antonio Badih Chehin (029.246.178-04); Antonio Carlos Soares Lima (550.929.937-15); Armando Fontenelle Albuquerque (071.142.903-06); Arnaldo Teixeira Marabolim (684.046.708-20); Carlos Alberto Cotta (004.185.446-20); Carlos Fernando Gonçalves de Abreu (110.193.525-15); Cinésio Nunes de Oliveira (174.004.061-91); David José de Castro Gouvêa (232.236.859-87); Denise Carneiro Bessa (191.164.113-15); Edson Campos (153.735.091-91); Eduardo Calheiros de Araújo (036.771.337-34); Élio Bahia Souza (189.776.697-15); Eneida Coelho Monteiro (462.323.971-34); Evandilson Freitas de Andrade (015.674.972-68); Expedito Leite da Silva (112.494.634-91); Felipe Daruich Neto (206.691.946-20); Fermiano Yarzonj (079.579.041-49); Fernando Meira Junior (022.656.997-72); Francisco de Assis Ramalho Além (644.691.408-30); George Alberto de Aguiar Soares (524.233.011-20); Geraldo Simões de Oliveira (109.350.885-04); Glei dos Santos Souza (605.334.391-91); Helder Falcao Rebelo (071.900.694-53); Henrique Germano Zimmer (009.677.936-53); Hernani Lacerda Alves (049.923.185-68); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); Hugo Sternick (296.677.716-87); Joao Bosco Lobo (005.984.702-63); Jorge Francisco Medauar (087.533.775-91); Jose Carlos Mello Rego (005.192.947-34); Jose Narcelio Marques Sousa (003.013.884-15); Jose dos Passos Nogueira (212.729.646-04); José Augusto da Fonseca Valente (214.692.967-72); José Francisco das Neves (062.833.301-34); José Otávio Ferreira Soares (549.920.877-87); José Valdir Barreto Rodrigues (013.543.883-72); José Walter de Carvalho (003.132.894-68); José Wanks Meireles Sales (008.440.986-04); João José dos Santos (542.170.249-91); Julio Cesar Ferreira Pereira (059.923.112-20); Júlio Augusto Miranda Filho (826.270.968-34); Kátia Rejane Trindade Farias (658.476.951-87); Lauro Henrique Guimarães Correa (248.324.056-91); Laércio Coelho Pina (545.363.911-34); Leônidas Soriano Caldas Neto (054.805.743-53); Luis Munhoz Prosel Junior (459.516.676-15); Luiz Augusto Siqueira Bittencourt (233.870.847-49); Luziel Reginaldo de Souza (337.077.317-15); Marcelo Barbosa Saintive (961.073.327-15); Marcelo Miranda Soares (005.021.621-04); Marcos Cesar Crispim de Lima (584.731.304-72); Marcos Ledermann (001.422.550-68); Martinho Cândido Velloso dos Santos (114.335.821-04); Mauro Barbosa da Silva (370.290.291-00); Mauro Sergio Almeida Fatureto (562.076.976-34); Moacir Lima Beltrão (071.523.104-91); Márcio Guimarães de Aquino (631.403.497-34); Nei Japur (071.927.036-72); Odair Cordeiro (099.410.968-72); Paulo Sergio Rios (241.159.087-34); Paulo Sérgio Oliveira Passos (128.620.881-53); Pedro da Costa Carvalho (041.309.362-04); Riumar dos Santos (193.432.301-25); Rodrigo Antônio Ribeiro Costa (747.267.907-06); Romulo do Carmo Ferreira Neto (288.906.631-20); Rosalvo Augusto Souza de Bueno Gizzi (511.390.658-15); Ruy Cardoso de Miranda Neto (307.305.111-20); Sebastião Donizete de Souza (288.866.236-15); Sebastião José Marques de Oliveira (125.077.506-00); Sebastião Vitor Braga Ribeiro (035.972.103-68); Vicente Celestino Paes de Castro (130.496.317-91.
Interessado: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT (04.892.707/0001-00)
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-030.841/2010-0
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.
Interessados: Ana Maria Nunes da Faria Stamm (305.862.089-68); Ana Maria Veloso (343.893.189-34); Angela Olinda Dalri (252.162.109-97); Antonio Carlos Ribeiro Nogueira (185.225.809-87); Antonio Edevaldo Crepaldi (155.335.499-00); Antonio Edevaldo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Crepaldi (155.335.499-00); Antonio Jose Prudencio (018.242.959-87); Antonio Jose Prudencio (018.242.959-87); Arcilene Maria Schaeffer (342.531.909-44); Arilton Tomaz Silvano (245.264.289-49); Arlene Reis (344.323.619-72); Arlete Nair Marques (572.565.359-53); Arnaldo Jose Perin (218.466.500-20); Arnoldo Otavio Pinho (290.713.729-87); Assis Martinho da Silveira (342.941.049-53); Augusta Martins Lohn (761.289.549-87); Augusta Martins Lohn (761.289.549-87); Avelino Lino Nunes (343.886.809-15); Barbara Oughton Baptista (378.358.909-68); Bento Nemesio Bastos (432.432.079-91); Bonifacio Bertoldi (077.966.769-72); Carlos Luiz Coelho (096.251.609-06); Carlos Roberto Silva (251.976.909-25); Carlos Rupp dos Santos (289.832.209-10); Carolina Palermo (105.883.614-53); Cecilia Soika Machado (298.560.869-49); Cecilia Techio Fausto (179.335.019-15); Celia Regina Almeida de Lima (209.295.879-87); Celso Leonardo Weydmann (515.574.368-00); Cezar Alves de Andrade (008.415.609-00); Clarice Loguercio Leite (242.855.440-91); Clarice Maria Neves Panitz (222.207.200-04); Claudete Amalia Segalin de Andrade (245.653.429-87); Claudionor dos Santos (029.870.589-34); Claudori de Oliveira (224.528.509-34); Constantino Kosmos Komninos (145.549.419-49); Custodio Joao Vieira (221.268.139-91); Custodio Manoel da Silva (303.358.179-04); Custodio Manoel da Silva (303.358.179-04); e Dalva Irany Grudtner (290.521.819-34).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.955/2010-6
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.
Interessados: Silvio Sandri (006.283.799-00); Suelir Julia Alves (674.752.809-34); Tanaro Pereira Bez (179.821.209-97); Tânia Maria Gomes do Amaral (030.109.969-34); Tania Vanessa Nothen Mascarello (158.157.220-49); Terezinha Chiocca (294.848.719-68); Terezinha Jandira Ramos (618.259.139-00); Valdir João da Cunha (289.965.699-68); Vania Lucia Coutinho Rabelo (511.083.139-49); Vera Maria Ribeiro Nogueira (419.751.708-49); Veronica Rocha dos Santos (417.779.999-87); Vidomar Leopoldo Carlos (029.742.409-25); Volnei Ivo Carlin (007.894.459-72); Walmor Orlando Pierre (155.313.099-53); Wilson Arcanjo da Silva (145.090.839-04); Wilson Valgas dos Santos (004.161.779-72); Zelia Zenft Fraga Machado (245.961.759-34); e Zilda Casimira da Costa (711.719.599-15).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VI - Representação

TC-026.890/2010-0
Natureza: Representação.
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC.
Responsáveis: Patrícia Favorito Dorfman (CPF 877.200.519-04), Zaki Akel Sobrinho (CPF 359.063.759-53), Fundação Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura - Funpar (CNPJ 78.350.188/0001-95).
Interessado: Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional no Paraná (00.394.494/0032-32). Advogados constituídos nos autos: Marlus H. Arns de Oliveira (OAB/PR nº 19.226), Fernanda Andreazza (OAB/PR nº 22.749), Lucas B. Linzmayer Otsuka (OAB/PR nº 41.350), Carla Luiza Mannrich (OAB/PR nº 45.864), Fausto Pereira de Lacerda Filho (OAB/PR nº 5.491), Domingos Caporrino Neto (OAB/PR nº 13.146), Jeferson de Amorin (OAB/PR nº 31.047).

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-017.930/2008-0
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.
Embargantes: Valmar Correa de Andrade e Francisco Fernando Ramos de Carvalho. Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-575.330/1997-0
(com 5 volumes e 4 anexos). Apenso TC 000.617/1996-2.
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.
Recorrentes: Celso Alves da Cruz (CPF 069.254.307-44), Hugo Túlio Rodrigues (CPF 151.685.906-59), Leila Miragaya Matz (CPF 606.986.247-34) e Lourival Carmo Mônaco (CPF 014.174.018-34).
Advogados constituídos nos autos: Celso Joppert Gomes de Souza (OAB/RJ 20.653), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Francisco de Assis Chiaratto (OAB/DF 28.279), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Jane Marina de Paiva Rio Camargo (OAB/RJ 20.927), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Mario Menezes (OAB/DF 2.876).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-020.532/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura Municipal de Paracambi/RJ. Responsáveis. André Luiz Ceciliano, ex-Prefeito (CPF 872.396.397-20), empresa Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 37.517.158/0001-43) e sua Sócia-Administradora Cleia Maria Trevisan Vedoin (CPF 207.425.761-91).
Advogadas constituídas nos autos: Roberta Maria Rangel (OAB/DF 10.792) e Daiane Mângia Furtado (OAB/DF 21.920).

TC-020.575/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Cleomar José da Costa (208.234.526-20).
Unidade: Prefeitura de Dom Aquino - MT (03.347.119/0001-23).
Advogado constituído nos autos: Luiz da Penha Corrêa (OAB/MT 8119).

TC-021.435/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Bananal - ES (27.744.143/0001-64).
Responsáveis: Jacinto Casagrande (493.187.307-30); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Maria Loedir de Jesus Lara (890.050.741-91); Santa Maria Comércio e Representações Ltda. (03.737.267/0001-54).
Advogados constituídos nos autos: Valber da Silva Melo, OAB/MT 8.927; Luis Mário do Nascimento Júnior, OAB/MT 12.886; Defensoria Pública da União no Distrito Federal.

TC-021.486/2009-2
(com 2 volumes e 2 anexos).
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Viçosa/AL.
Responsáveis: Flavius Flaubert Pimentel Torres (CPF 007.858.304-72), Cléia Maria Trevisan Vedoin (CPF 207.425.761-91) e Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 37.517.158/0001-43).
Advogados constituídos nos autos: Luiz Mário do Nascimento Júnior (OAB/MT 12.886) e Valber da Silva Melo (OAB/MT 8.927).

TC-021.555/2008-3
Natureza: Prestação de Contas - Exercício de 2007.
Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFS.
Responsáveis: Abel Smith Menezes (420.611.215-00); Alceu Pedrotti (554.136.929-00); Ancelmo de Oliveira (002.632.225-00); Angela Cristina Ferreira Guimaraes (236.332.985-68); Angela Teresa Costa Sales (256.284.295-20); Angelo Roberto Antoniolli (973.238.618-53); Antonio Carvalho da Paixao (021.592.875-04); Antonio Monteiro Lima (085.456.265-68); Antônio Santos Silva (051.440.515-53); Arivaldo Jose dos Santos (038.365.415-72); Arivaldo Montalvao Filho (077.429.405-15); Byron Emanuel de Oliveira Ramos (045.132.075-15); Carlos Alexandre Borges Garcia (449.820.545-68); Carlos Dias da Silva Junior (264.994.605-91); Carlos Magno Santos Gomes (400.228.891-91); Cristine Araujo Lima (574.394.515-20); Denis Cruz Meneses (036.958.325-68); Denise Leal Fontes Albano (361.511.143-53); Edival Antonio de Goes (120.028.445-34); Eduardo Alberto da Silva Farias (245.327.897-53); Eduardo Antonio Conde Garcia (002.507.595-00); Eugenio Dezen (211.053.830-91); Everaldo Aragao Prado (002.612.975-20); Fabio Maza (009.864.318-50); Francisca Argentina Gois Barros (171.633.825-53); Francisco Sandro Rodrigues Holanda (234.433.083-68); Fred Amado Martins Alves (902.117.235-68); Fundação de Apoio A Pesquisa e Extensão de Sergipe (97.500.037/0001-10); Gabriel da Silva Lobao (067.637.905-20); Gildo Guimaraes de Carvalho (034.089.575-68); Gilton Ramos Carvalho Costa (151.045.245-15); Giselia Cardoso (102.869.775-91); Haroldo Silveira Dores (234.806.105-87); Helio Mario de Araujo (201.311.195-91); Henrique Batista e Silva (033.809.805-44); Itamar Freitas de Oliveira (361.621.085-20); Ivan Gomes da Silva (149.269.975-68); Izaura Lucia da Fonseca Sobral (034.267.935-04); Jenny Dantas Barbosa (077.435.055-53); Joaquim Machado Barreto Meneses Filho (082.127.675-15); Joelina Souza Menezes (055.033.025-91); Jonatas Silva Menezes (077.360.375-15); Jorge Lima Costa (116.698.295-53); Jose Araujo Filho (002.633.705-34); Jose Arnaldo Vasconcelos Palmeira (077.017.135-49); Jose Augusto Machado (033.745.725-53); Jose Carlos Garcez de Menezes (002.585.205-15); Jose Eloizio da Costa (273.516.705-44); Jose Ibare Costa Dantas (002.495.215-04); Jose Magno do Nascimento (138.319.415-72); Jose Manoel Pinto Alvelos (011.008.905-72); Jose Marcos Monteiro Freire (116.330.345-34); Jose Maxuel de Farias Ferreira (026.577.224-90); Jose Wellington Costa (069.234.965-00); Josemar Sena Batista (527.086.084-87); Josenildo Luiz Guerra (019.777.857-78); Josue Modesto dos Passos Subrinho (072.925.035-00); José Alexandre Felizola Diniz (107.105.158-04); Juviano Borges Garcia (052.048.955-15); Kelmany Marcio de Assis Silva (054.900.604-41); Lianna de Melo Torres (235.932.025-49); Lilian Cristina Monteiro Franca (069.326.978-23); Luis Aime Ramos da Silva (102.462.581-87); Luiz Eduardo Alves de Jesus (811.518.965-00); Luiz Eduardo de Magalhaes (004.822.854-00); Manuel Luiz Figueiroa (005.032.315-68); Marcelo Alario Ennes (074.080.558-43); Marcionilo de Melo Lopes Neto (085.436.825-68); Marco Tulio Tomaz de Matos (002.582.845-28); Maria de Fatima Evangelista de Amorim Santos (192.590.343-53); Mario Everaldo de Souza (066.457.204-91); Marlene dos Santos Alves (055.099.805-59); Marlucy Mary Gama Bispo (274.827.665-53); Mauricio de Silva Lobao (085.585.745-53); Napoleão dos Santos Queiroz (102.132.875-87); Nelia Alves de Oliveira (004.049.005-00); Nilma Fontes de Araujo Andrade (312.368.555-15); Olivio Alberto Teixeira (336.365.910-53); Osório de Araújo Ramos Filho (034.247.075-20); Paulo Roberto Dantas Brandão (119.826.915-49); Ricardo de Oliveira Lacerda de Melo (173.107.094-20); Rivaldo Santos Machado (051.690.205-97); Rosa Maria Viana de Braganca Garcez (120.236.555-87); Tacito Augusto Farias (688.687.317-20); Thiago dos Santos Souza (845.813.605-87); Ulisses Willy Rocha de Moura (000.699.995-62).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.478/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Cefet/PA.
Responsável: Manoel Mendes de Oliveira (024.495.795-91)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-475.164/1996-2
Apensos: TC 009.020/2007-1, TC 475.209/1995-8, TC 475.198/1995-6, TC 003.827/2005-2, TC 016.506/1995-2, TC 019.700/2007-0, TC 020.829/2007-7
Natureza: Tomada de Contas.
Unidade: Tribunal Regional do Trabalho 13ª Região/PB - JT
Exercício: 1995
Responsáveis: Severino Marcondes Meira (008.269.364-15); Marcelo Capistrano de Miranda Monte (254.467.034-72); Gregório Chaves Filho (003.242.564-34); Aracy Guedes Arnaud de Lacerda (240.008.091-72); Arnosa Manaim Agência de Viagens Ltda. (10.855.781/0001-50); Edineusa Maria Farias Barros Meira (250.656.373-34); Margarida Verena Bargetzi Teixeira de Carvalho (569.792.074-15); José Eduardo de Miranda Brito (132.117.144-72); Geraldo Teixeira de Carvalho (004.025.324-49); Vicente Vanderlei Nogueira de Brito (063.273.974-68); Paulo Montenegro Pires (016.118.444-87).
Advogados constituídos nos autos: Marcelo Capistrano de Miranda Monte (OAB/PB 7.227-A); Severino Marcondes Meira (OAB/PB 1.108); Wilson Furtado Roberto (OAB/PB 12.189); Renata Uchôa de Melo (OAB/PB 13.232); Umberto Malheiros Gouvêa (OAB/PB 11.145); Inaldo Camelo Vieira Filho (OAB/PB 5.839); Dorgival Terceiro Neto (OAB/PB 555); Getúlio Bustorff Fedrippe Quintão (OAB/PB 3.397); Marcos Frederico Muniz Castelo Branco (OAB/PB 12.157).

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-003.212/2007-3
Apenso: TC 007.302/2011-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA
Responsáveis: Adalberto Franklin Pereira de Castro (216.298.033-91); Ana Clécia Félix de Sousa Santos (487.486.253-53); Emílio Carlos de Sousa Marques (250.881.813-53); Francisco Sena Leal (175.296.203-63); Jomar Fernandes Pereira Filho (125.680.233-68); Terezinha de Jesus Milhomem Bandeira (127.019.393-72)
Interessado: Senado Federal - SF
Advogado constituído nos autos: Adilene Ramos Sousa (OAB/MA nº 5.699).

TC-004.199/2009-0
Natureza: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
Órgão/Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
Recorrente: Lilia Blanca Fett Laydner (153.699.005-15)
Advogado constituído nos autos: Sandra Oliveira de Almeida (OAB/DF 18.525)

TC-006.295/2006-1
Naturezas: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador)
Responsáveis: Associação Nacional de Cooperação Agrícola - Anca (55.492.425/0001-57); José Trevisol (017.009.928-80); João Luiz Homem de Carvalho (115.071.446-87); Luis Antonio Pasquetti (279.425.620-34)
Interessado: Associação Nacional de Cooperação Agrícola-anca (55.492.425/0009-04) Advogados constituídos nos autos: Elmano de Freitas da Costa (OAB/CE nº 11.098), Giane Alvares Ambrósio Álvares (OAB/SP nº 218.434), Marleide Ferreira Rocha (OAB/DF nº 22.115) e José Carlos de Matos (OAB/DF nº 10.446).

TC-017.655/2009-0
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Gurupi-TO.
Responsáveis: Alexandre Tadeu Salomão Abdalla (198.131.801-10); Cesar Augusto Bezerra de Alcantara (06.307.919/0001-09); Jose Valmir de Alcantara - ME (37.000.148/0001-36); Vilma Pereira da Silva Brito (371.387.661-49).
Interessados: Cesar Augusto Bezerra de Alcantara (06.307.919/0001-09); Jose Valmir de Alcantara - ME (37.000.148/0001-36).
Advogado constituído nos autos: Vagmo Pereira Batista (OAB/TO 3652-A).

TC-024.868/2006-5
Natureza: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa e Prefeitura Municipal de Barcelos/AM
Responsável: José Ribamar Fontes Beleza (075.825.012-68) Advogados constituídos nos autos: João Batista de Almeida (OAB/DF 2067 - A/S), Gustavo Marins Corte (OAB/DF 18.491) e Leonardo Sampaio de Almeida (OAB/DF 29.458).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-019.001/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Janaúba - MG
Responsável: Wildemar Maximimo da Cruz (043.418.216-87)
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-022.537/2010-4
Natureza: Relatório de Levantamentos
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Marilac - MG
Responsáveis: Cátia Silene Botelho (651.156.006-68); Edmilson Valadão de Oliveira (501.677.586-91); Guilherme Leandro Gomes (102.935.796-01); Henoch J. Fonseca Neto e Cia Ltda. (02.888.531/0001-98); Henoch Justiniano Fonseca Neto (261.976.346-00); Joaquim Robson Pereira dos Santos (852.777.206-00); Letícia Pacheco Braga (069.214.956-20)
Interessado: Prefeitura Municipal de Marilac - MG (18.409.193/0001-02)
Advogados constituídos nos autos: Sílvio Perez Nunes (OAB/MG nº 73.556) e Carla Rodrigues Perez (OAB/MG nº 78.857).

Classe IV - Atos de Admissão de Pessoal

TC-022.438/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Rio Pardo de Minas - MG
Responsável: Edson Paulino Cordeiro (153.948.326-68).
Interessada: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VI - Representação

TC-019.619/2009-3
Natureza: Representação.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itaúna - Minas Gerais.
Responsáveis: Adriano Machado Diniz (567.249.346-72); Carla Regina Guimaraes Chaves (798.950.696-34); Eugênio Pinto (667.400.706-44); Jainieire Antunes Guimaraes (005.961.786-11); Joao Paulo da Silva Antunes (043.107.076-88); Marcos Vinicios Souza de Morais (607.425.346-34); Maria Aparecida de Medeiros (296.276.566-15).
Interessado: Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais (26.989.715/0016-99); Procuradora da República Letícia Ribeiro Marquete.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.664/2010-2
Natureza: Representação.
Órgão/Entidade: Senado Federal (SF).
Interessado: Ágil Serviços Especiais Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-006.610/2005-8
Natureza: Recurso de Reconsideração
Órgão: Ministério do Meio Ambiente (vinculador)
Interessada: Maria Liana Maltez Mendonça (213.073.425-15)
Advogado constituído nos autos: Madson Lima de Santana (OAB/SE 3.863)

TC-018.174/2008-5
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Município de Boninal/BA
Recorrentes: Paulo José Sampaio Bastos (907.461.715-87) e Ezequiel Oliveira Santana Paiva (327.688.855-68)
Advogados constituídos nos autos: Fabrício Maltez Lopes (OAB/BA 17872) e Davi Magalhães (OAB/BA 30323)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-003.937/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa
Responsável: Nilton Cardoso dos Santos (025.074.205-53)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.788/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Associação Comunitária Amor ao Próximo - ACAP
Responsáveis: Associação Comunitária Amor ao Próximo (04.328.279/0001-98); Antonio Jose Carneiro da Cunha (100.151.597-87) e Marco Antonio Lucidi (298.889.487-68)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.552/2009-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Alfalit Brasil/RJ.
Responsáveis: Marco Túlio Lobato Ferreira (258.575.177-53) e Alfalit Brasil/RJ (CNPJ nº 22.256.598/0001-17).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.725/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Responsável: Candido da Cunha Rapozo (025.500.677-20)
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-003.180/2010-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidades: Fundação Poceti; Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas.
Responsáveis: Alexsandre Texeira Amazonas (669.539.102-59); Bernardino Vitoy (616.248.611-72); Elizabeth Regina dos Santos Fragoso (549.164.707-10); Francisco Danilo Bastos Forte (121.337.283-68); Francisco das Chagas de Oliveira Pinheiro (073.324.832-20); Isaudina de Andrade Paula (222.712.362-15); José Mario Trindade Carneiro (435.601.302-63); João Manes (721.830.207-68); Lázaro Sales de Araújo (180.206.682-92); Maria Margareth Menezes Neiva Eulalio (325.733.405-20); Narciso Cardoso Barbosa (225.121.012-15); Pedro Gonzaga do Nascimento (320.704.542-15); Pedro Paulo de Siqueira Coutinho (398.681.097-87); Rosângela Barreto Marques de Oliveira (626.970.307-78); Salomão Marialva Batista (129.529.582-20); Wanderley Guenka (856.653.128-00); Wilame de Azevedo Barreto (519.685.092-91)
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (00.414.607/0003-80)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-013.205/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Interessada: Odete de Araujo Melo (065.413.776-50)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.662/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal da Paraíba
Interessado: José Valdek (072.591.314-20)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.342/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Interessada: Rosalina Rosalia Aragão Costa (034.619.393-15) Advogada constituída nos autos: Arianne Beatriz F. Ferreira (OAB/PI 7343)

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI,em virtude da vacância do cargo de Ministro

Classe I - Recursos

TC-004.274/2005-4
Apenso: TC 026.835/2007-1
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Recorrente: Ulysses Fagundes Neto (CPF 578.451.908-53)
Interessada: Procuradoria da República no Estado de São Paulo - Ministério Público Federal
Advogados constituídos nos autos: Ane Elisa Perez (OAB/SP 138.128), Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto (OAB/SP 112.208), Lucas Cherem de Camargo Rodrigues (OAB/SP 182.496) e Luís Justiniano Arantes Fernandes (OAB/SP 19.324)

TC-007.521/2009-3
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz
Recorrente: Darcy Rodrigues da Silva (CPF 387.837.117-91) Advogados constituídos nos autos: Maximiano Augusto de Almeida Rebelo (OAB/MG 103.642) e Sebastião Ananias de Azevedo (OAB/MG 80.991)

TC-014.220/2009-0
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ
Recorrente: Hospital dos Servidores do Estado/RJ, representado por seu Diretor-Geral, Sr. Leslie de Albuquerque Aloan
Interessada: Maria Alice Farias Motta (CPF 227.931.277-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.808/2004-7
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Município de Parnarama/MA
Embargante: David Pereira de Carvalho (CPF 138.787.513-20) Advogados constituídos nos autos: Eriko José Domingues da Silva Ribeiro (OAB/MA 4.835), Carlos Seabra de Carvalho Coelho (OAB/MA 4.773) e Flávia Cristiane Freitas Prazeres (OAB/MA 6.990).

TC-016.845/2006-6
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Diretório Regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no Rio Grande do Norte (PMDB/RN)
Recorrentes: Espólio do Sr. Aluizio Alves (CPF 005.896.084-87) e Luiz Benes Leocádio de Araújo (CPF 406.654.294-87) Advogados constituídos nos autos: Esequias Pegado Cortez Neto (OAB/RN 426-A), Caroline Melo Cortez (OAB/RN 4.759, OAB/RJ 109.119 e OAB/SP 191.386-A), Herta Teresa Fragoso Campos (OAB/RN 3.201), Afonso Adolfo de Medeiros Fernandes (OAB/RN 3.937), Antenor Pereira Madruga Filho (OAB/RN 2.266 e OAB/DF 25.930) e André Macedo de Oliveira (OAB/DF 15.014)

TC-027.474/2007-2
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Município de Jataí/GO
Recorrente: Humberto de Freitas Machado (CPF 341.665.801-91)
Advogado constituído nos autos: Regis Antônio Caetano (OAB/TO 1.863)

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe I - Recursos

TC-023.865/2007-7
Natureza: Embargos de Declaração (em Tomada de contas especial).
Unidade: Município de Gonçalves Dias/MA.
Responsáveis: Raimundo José Fernandes Cardoso (CPF 215.261.503-44) e Vadilson Fernandes Dias (CPF 281.172.633-00). Advogados constituídos nos autos: Aline Neiva Alves da Silva (OAB/MA 7.643), Anna Graziella Santana Neiva Costa (OAB/MA 6.870), Carlos Seabra de Carvalho Coêlho (OAB/MA 4.773), Edilson Costa Véras (OAB/MA 6.894), Eriko José Domingues da Silva Ribeiro (OAB/MA 4.835) e Flávia Cristiane Freitas Prazeres (OAB/MA 6.990).

TC-029.249/2006-0
Natureza: Embargos de Declaração (em processo de Tomada de Contas Simplificada -
Exercício: 2005)
Unidade: Hospital Central da Marinha
Interessados: Marcos de Oliveira Rodrigues (CPF 786.857.617-00); Wagner Nunes Pereira (CPF 162.551.781-53); e Espólio do Sr. Sérgio de Oliveira Ribeiro (CPF 392.051.427-00). Advogados constituídos nos autos: Rafael de Abreu Pereira (OAB/RJ 109.165); Sylvio Paulo Falcone Grechi (OAB/RJ 12.933); Eduardo Rayée Parente (OAB/RJ 47.258); Artur Souza Ramos (OAB/RJ 125.177); Frederico Price Grechi (OAB 97.685); Alberto César Bonnard Dias Júnior (OAB/RJ 95.849).

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-018.007/2009-5
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Município de Novo Acordo/TO
Responsável: Eliano Moura Leitão, ex Prefeito (CPF 087.012.531-15). Advogados constituídos nos autos: Ataul Corrêa Guimarães (OAB TO 1.235), Luiz Mauro Pires (OAB/GO 4.232), Luiz Fernando Freitas Pires (OAB/GO 21.500), Renato Freitas Pires (OAB-GO 21.850), Murilo Freitas Pires (OAB-GO 25.623).

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-004.960/2010-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de São Gabriel da Cachoeira/AM
Responsáveis: Juscelino Otero Gonçalves (CPF 160.832.022-72); José Francisco Pereira Vieira (CPF 310.169.442-68); e empresa L. C. Pinto (CNPJ 01.819.902/0001-17)
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-005.418/2008-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Responsáveis: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser (01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (847.101.019-49)
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-005.420/2008-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Responsáveis: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser (01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (847.101.019-49)
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-018.987/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Urucurituba/AM
Responsável: Salomão de Araújo Silva (230.738.102-34), ex-prefeito
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.477/2007-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
REVISOR: Ministro RAIMUNDO CARREIRO (Ata 33/2011)
Órgão: Governo do Distrito Federal (CNPJ 00.394.601/0001-26)
Interessado: Ministério da Integração Nacional (CNPJ 03.353.358/0001-96)
Responsáveis: Aguinaldo Lélis (CPF 066.813.011-34); Construtora Gautama Ltda. (CNPJ 00.725.347/0001-00); Heberth Gualberto de Souza (CPF 099.277.781-04); Espólio de Mardoqueu Gomes de Carvalho (CPF 255.576.886-68) Advogados constituídos nos autos: Eduardo Antônio Lucho Ferrão (OAB/DF 9.378); Rannery Lincoln Gonçalves Pereira (OAB/DF 20.299); Luiz Felipe Bulus A. Ferreira (OAB/DF 15.229); Janaína Castro de Carvalho Kalume (OAB/DF 14.334); Marcelo Leal de Lima Oliveira (OAB/DF 21.932); José Rollemberg Leite Neto (OAB/DF 23.656); Vanessa Alves Pereira (OAB/DF 24.336)

TC-024.360/2010-4
Apenso: TC 005.422/2008-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Responsáveis: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser (01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (847.101.019-49)
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802)

TC-024.372/2010-2
Apenso: TC 005.424/2008-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Responsáveis: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser (01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (847.101.019-49)
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802)

TC-025.359/2010-0
Apenso: TC 005.421/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser
Responsáveis: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser (01.401.771/0001-53) e Vanderley Ziger (847.101.019-49)
Advogados constituídos nos autos: Arni Deonildo Hall (OAB/PR 13.837); Andressa Castro (OAB/SC 23.802)

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-001.556/2010-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) - MMA (CNPJ 03.659.166/0035-51)
Interessados: Carlito Chefer de Santana (CPF 328.324.007-87); Carlos Ribeiro dos Santos (CPF 024.850.602-15); José de Ribamar da Costa Silva (CPF 027.732.283-91); Marcos Alexandre Seidel de Souza (CPF 120.377.701-97); Mario Augusto Bernardes Rondon (CPF 053.173.988-00); Messias Acácio da Fonseca (CPF 073.983.369-34); Paulo Lopes Viana (CPF 034.797.147-49) Advogados constituídos nos autos: Ulisses Borges de Resende (OAB/DF 4.595); André Roriz Bueno (OAB/DF 28.188); Any Ávila Assunção (OAB/DF 7.750); Bruno Paiva Gouveia (OAB/DF 30.522); Carlane Torres Gomes de Sá (OAB/DF 6.363); Lílian Beatriz Fidelis Maya (OAB/DF 21.831); Lúcia Alves Rocha Carvalho (OAB/DF 28.951); Maria Francilênia de Medeiros Gomes (OAB/DF 10.876); Matheus Bandeira Ramos Coelho (OAB/DF 22.898); Max Robert Melo (OAB/DF 30.598); Cláudio Penedo Madureira (OAB/ES 11.377); Bruno Colodetti (OAB/ES 11.376)

TC-014.472/2010-4
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Interessados: Adriano Moreira do Prado Nogueira Bento (019.708.511-39); Aldeniza da Silva Bezerra (375.759.967-53); Antonio Galvão da Rocha (055.028.707-82); Ari Gomes Rodrigues (462.106.603-04); Dejanira da Rosa da Silva (672.857.240-68); Emanuelle de Oliveira Pascoal (007.875.882-37); Erick Matheus Tavares Vieira (003.495.052-41); Fabricio de Oliveira Pascoal (914.532.402-68); Florindo Bento da Silva (044.861.371-91); Germano Sabino da Silva Vieira (004.471.232-46); Germasio da Silva Vieira (004.471.272-33); Girlan Chryzogeno da Silva Vieira (004.471.312-65); Hermelina Santos de Oliveira Pascoal (107.010.602-04); Hilce Helena Dantas Rosa (101.800.317-75); Inacia Paula de Medeiros Roque (022.139.514-89); Izabel Pereira Barboza da Silveira (402.469.816-87); Joao Clovis da Cunha (092.569.463-00); Kaio Victor Mota Cardoso (007.662.052-23); Kaua Gabriel Mota Cardoso (007.662.062-03); Lourdes Blum de Brito (550.889.299-00); Maria Aparecida de Almeida (516.347.401-49); Maria Apurina Sales Silveira (534.650.083-91); Maria Ioneide Ferreira de Souza (225.831.731-20); Maria Leonice Tavares Vieira (167.696.192-53); Maria Zelia Santos e Silva (901.273.747-87); Maria de Lourdes Alves de Oliveira (562.343.767-20); Nadyr Reis (024.074.669-42); Paulo Victor Souza Rabello (036.819.771-94); Rita de Cassia Souza Ribeiro (558.325.127-15); Rosa Maria Caetano da Rocha (518.949.809-30); Samela Lopes Cardoso (997.035.642-91); Sandra Aparecida Steff da Silva (773.655.269-04); Sineda Pinna Monteiro (700.077.057-00); Terezinha Damasceno Britto (175.690.102-30); Valmira Andrade Mota Cardoso (734.683.123-34); Zelia Lanna Guilen (417.607.431-00); Zelia Maria Nicolli (390.043.410-72)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VI - Representação

TC-009.232/2009-0
Natureza: Representação
Entidade: Município de Eusébio/CE (CNPJ 23.563.067/0001-30)
Interessado: Procuradoria da República no Estado do Ceará - MPF (CNPJ 26.989.715/0011-84)
Responsável: Acilon Gonçalves Pinto Júnior (CPF 091.881.853-20)
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 22 de setembro de 2011.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 466, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e conforme Procedimento Administrativo nº 7267/2011, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral, no valor de R$ 8.066.198,00 (oito milhões, sessenta e seis mil, cento e noventa e oito reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 8.066.198,00 (oito milhões, sessenta e seis mil, cento e noventa e oito reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

RICARDO LEWANDOWSKI

ANEXOs

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — *Crédito Suplementar* — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							8.066.198
		PROJETOS							
02 126	0570 7832	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor							8.066.198
02 126	0570 7832 0001	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Nacional							8.066.198
			F	1	1	90	0	100	8.066.198
TOTAL - FISCAL									8.066.198
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.066.198

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — *Crédito Suplementar* — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							8.066.198
		PROJETOS							
02 126	0570 7832	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor							8.066.198
02 126	0570 7832 0001	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Nacional							8.066.198
		Cadastro biométrico obtido (% de execução física): 4	F	3	2	90	0	100	8.066.198
TOTAL - FISCAL									8.066.198
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.066.198

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 152, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a estrutura orgânica do Conselho da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo n. 2005.16.3291, na sessão realizada em 12 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º A estrutura orgânica do Conselho da Justiça Federal passa a ser a constante do Anexo I, com suas respectivas siglas, em conformidade com os demonstrativos dos Anexos II e III.

Art. 2º As unidades que tiverem suas estruturas alteradas deverão submeter as novas atribuições à apreciação da Secretaria-Geral, no prazo de trinta dias, para posterior aprovação do Presidente.

Art. 3º Revoga-se a Resolução n. 138, de 31 de dezembro de 2010.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARI PARGENDLER

ANEXO I

ESTRUTURA ORGÂNICA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
I - PRESIDÊNCIA - PR
1. Secretaria de Controle Interno - SCI
1.1 Seção de Apoio Administrativo - SEAPA-SCI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2 Subsecretaria de Acompanhamento e Orientação da Gestão - SUAGE
1.2.1 Seção de Análise e Acompanhamento de Licitações, Dispensas e Inexigibilidades - SELDI
1.2.2 Seção de Orientação Contábil - SECOT
1.2.3 Seção de Análise e Acompanhamento da Gestão - SEAGE
1.2.4 Seção de Análise e Acompanhamento de Despesas com Pessoal - SEDEP
1.3 Subsecretaria de Auditoria - SUAUD
1.3.1 Seção de Auditoria da Gestão - SEAUG
1.3.2 Seção de Auditoria Operacional - SEAOP
2. Secretaria-Geral - SG
2.1 Assessoria Especial - ASESP-SG
2.2 Coordenadoria-Geral de Gestão - CGG
2.2.1 Coordenadoria Administrativa - COOAD
2.2.1.1 Seção de Apoio Administrativo - SEAPA-SG
2.2.2 Coordenadoria de Diárias e Passagens - CODIP
2.3 Assessoria Técnico Jurídica - ASTEJ
2.4 Assessoria de Gestão de Obras - ASEGO
2.4.1 Coordenadoria de Arquitetura e Engenharia - COARE
2.4.2 Coordenadoria de Gestão de Obras da Justiça Federal - COGEO
2.5 Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
2.5.1 Coordenadoria de Multimídia - COMID
2.5.1.1 Seção de Edição e Produção - SEPRO
2.5.1.2 Seção de Rádio e TV - SERTV
2.5.2 Coordenadoria de Comunicação Impressa - COIMP
2.5.2.1 Seção de Imprensa - SEIMP
2.5.2.2 Seção de Planejamento Visual - SEPVI
2.6 Assessoria Técnica - ASTEC-SG
2.6 Secretaria de Administração - SAD
2.6.1 Comissão Permanente de Licitação - CPL
2.6.2 Subsecretaria de Material e Patrimônio - SUMAP
2.6.2.1 Coordenadoria de Compras - COOMP
2.6.2.1.1 Seção de Contratos - SECON
2.6.2.1.2 Seção de Compras - SECOP
2.6.2.2 Coordenadoria de Administração de Material e Patrimônio - COMAP
2.6.2.2.1 Seção de Almoxarifado - SEALM
2.6.2.2.2 Seção de Patrimônio - SEPAT
2.6.3 Subsecretaria de Manutenção e Serviços Gráficos - SUMAN
2.6.3.1 Coordenadoria de Serviços Gráficos - COGRA
2.6.3.1.1 Seção de Fotolito e Artes Gráficas - SEFAR
2.6.3.1.2 Seção de Impressão Gráfica - SEGRA
2.6.3.2 Coordenadoria de Serviços Gerais e Comunicação - COSEC
2.6.3.2.1 Seção de Serviços Gerais - SEGER
2.6.3.2.2 Seção de Comunicação - SECOM
2.6.4 Subsecretaria de Programação e Execução Orçamentária e Financeira - SUORF
2.6.4.1 Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira - COORF
2.6.4.1.1 Seção de Execução Orçamentária - SEORC
2.6.4.1.2 Seção de Execução Financeira - SEFIN
2.6.4.2 Coordenadoria de Análise Técnica - COATE
2.6.4.2.1 Seção de Planejamento e Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira - SEORF
2.6.4.2.2 Seção de Análise de Procedimentos Administrativos - SENAP
2.6.5 Coordenadoria de Processamento e Arquivo - COPAR
2.6.5.1 Seção de Protocolo e Expedição - SEPEX
2.6.5.2 Seção de Arquivo - SEARQ
2.7 Secretaria de Recursos Humanos - SRH
2.7.1 Subsecretaria de Normatização e Orientações - SUNOR
2.7.1.1 Assessoria Técnica - ASTEC-SUNOR
2.7.1.2 Seção de Normas e Orientações - SENOR
2.7.2 Subsecretaria de Legislação, Jurisprudência, Cargos e Remuneração - SULEJ
2.7.2.1 Seção de Jurisprudência e Acompanhamento de Decisões Judiciais - SEJUD
2.7.2.2 Seção de Gestão de Sistemas de Rubricas, Cargos e Remuneração - SEGES
2.7.2.3 Seção de Legislação - SELEJ
2.7.3 Subsecretaria de Cadastro e Pagamento de Pessoal - SUPES
2.7.3.1 Seção de Cadastro, Provimento e Vacância - SECAD
2.7.3.2 Seção de Benefícios e Controle do Adicional de Qualificação - SEBEN
2.7.3.3 Seção de Pagamento de Pessoal - SEPAG
2.7.3.4 Seção de Alocação de Pessoas e de Avaliação de Desempenho - SEADE
2.8 Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
2.8.1 Coordenadoria Administrativa da AC JUS e Governança - COADM
2.8.2 Coordenadoria Técnica da AC JUS e Segurança - COTEC
2.8.2.1 Seção de Segurança de Informações e Conformidade - SESIN
2.8.3 Subsecretaria de Engenharia de Software - SUSOF
2.8.3.1 Coordenadoria de Projetos de Softwares Nacionais - CONAC
2.8.3.2 Seção de Sustentação de Software - SESUS
2.8.3.3 Seção de Projetos de Softwares Corporativos - SECOR
2.8.3.4 Seção de Suporte à Engenharia de Software - SESUP
2.8.4 Subsecretaria de Tecnologia e Suporte Técnico - SUTEC
2.8.4.1 Seção de Suporte à Infraestrutura - SESIT
2.8.4.2 Seção de Atendimento e Apoio - SEATE
2.8.4.3 Seção de Suporte a Serviços - SESSE
2.9 Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - SPO
2.9.1 Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento - SUPLA
2.9.1.1 Seção de Planejamento e Pesquisa - SEPPE
2.9.1.2 Seção de Avaliação dos Programas e Ações - SEAVA
2.9.1.3 Seção de Análise e Acompanhamento da Execução Orçamentária - SEAEX
2.9.2 Subsecretaria de Programação Orçamentária e Financeira - SUPRO
2.9.2.1 Seção de Programação Orçamentária - SEPOR
2.9.2.2 Seção de Programação Financeira - SEPFI
2.9.2.3 Seção de Análise e Acompanhamento da Execução Financeira - SEAFI
2.9.3 Coordenadoria de Análise e Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado - COPRE
2.9.3.1 Seção de Análise das Informações de Programação Orçamentária - SEAPO
2.9.3.2 Seção de Programação, Liberação e Acompanhamento Financeiro - SEPLA
2.10 Secretaria de Desenvolvimento Institucional - SDI
2.10.1 Coordenadoria de Gestão Estratégica - COEST
2.10.1.1 Seção de Planejamento Estratégico - SEPLE
2.10.1.2 Seção de Gestão de Projetos - SEGET
2.10.2 Coordenadoria de Gestão por Processos - COGEP
2.10.2.1 Seção de Gestão por Processos - SEGEP
2.10.3 Coordenadoria de Gestão Organizacional - COGES
2.10.3.1 Seção de Modernização Organizacional - SEMOR
II - CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL - CG
1. Juízes Auxiliares
2. Assessoria Especial - ASESP-CG
3. Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal - SCG
3.1 Seção de Estatística - SEEST
3.2 Coordenadoria de Análise Procedimental - COANP
3.3 Coordenadoria de Feitos Administrativos Disciplinares - COFAD
3.4 Coordenadoria de Feitos Administrativos Comuns - COFAC
4. Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU
4.1 Secretaria da Turma Nacional de Uniformização - STU
4.1.1Coordenadoria de Autuação e Apoio Administrativo ao Colegiado - COAUT
4.1.1.1 Seção de Autuação e Instrução Processual - SEAIP
4.1.1.2 Seção de Apoio ao Julgamento e Instrução Processual - SEJIP
4.1.2 Coordenadoria de Processamento de Feitos e Publicação de Atos Judiciais e de Jurisprudência - COPFE
4.1.2.1 Seção de Processamento de Petições, Intimação e Baixas - SEPFE
5. Centro de Estudos Judiciários - CEJ
5.1 Secretaria do Centro de Estudos Judiciários - SCE
5.1.1 Subsecretaria de Pesquisa e Programas Educacionais - SUPED
5.1.1.1 Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Programas Educacionais - COPAP
5.1.1.1.1 Seção de Planejamento de Programas Educacionais - SEEDU
5.1.1.2 Coordenadoria de Desenvolvimento de Programas Educacionais - CODEP
5.1.1.2.1 Seção de Programas Educacionais de Especialização - SEPRE
5.1.1.2.2 Seção de Programas Educacionais a Distância - SEEAD
5.1.1.2.3 Seção de Eventos de Atualização - SEVAT
5.1.1.2.4 Seção de Aperfeiçoamento - SEAPE
5.1.1.3 Coordenadoria de Estudos e Pesquisas - COPES
5.1.1.3.1 Seção de Desenvolvimento e Fomento à Pesquisa - SEPES
5.1.2 Subsecretaria de Informação Documental e Editoração - SUINF
5.1.2.1 Coordenadoria de Editoração - COEDI
5.1.2.1.1 Seção de Programação Visual e Arte Final - SEPAR
5.1.2.1.2 Seção de Edição e Revisão de Textos - SEDET
5.1.2.2 Coordenadoria de Atendimento ao Juiz Federal - CAJU
5.1.2.2.1 Seção de Informações Estratégicas - SEINE
5.1.2.3 Coordenadoria de Biblioteca - COBIB
5.1.2.3.1 Seção de Processamento Técnico de Documentos - SEPED
5.1.2.3.2 Seção de Atendimento e Disseminação da Informação - SEADI

ANEXO II

Demonstrativo dos Cargos e Funções por Unidade

UNIDADE	NÍVEL	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
I - PRESIDÊNCIA - PR			
Secretaria de Controle Interno SCI	CJ 03	Secretário	1
	CJ 02	Subsecretário	2
	Subtotal CJs		**3**
	FC 06	Chefe de Seção	7
	FC 04	Assistente IV	2
	FC 03	Assistente III	1
	FC 02	Assistente II	1
	Subtotal FCs		**11**
	Total de Cargos e Funções		**14**
Secretaria-Geral SG	CJ 04	Secretário-Geral	1
	CJ 03	Coordenador-Geral	1
	CJ 03	Assessor Especial Assessor Chefe	1 2
	CJ 02	Assessor "A" Assessor Chefe	2 1
	CJ 01	Coordenador	6
	CJ 01	Assessor "B"	2
	Subtotal CJs		**16**
	FC 06	Chefe de Seção	5
	FC 04	Assistente IV	7
	FC 03	Assistente III	1
	FC 02	Assistente II	4
	Subtotal FCs		**17**
	Total de Cargos e Funções		**33**

UNIDADE	NÍVEL	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
Secretaria de Administração SAD	CJ 03	Secretário	1
	CJ 02	Subsecretário	3
	CJ 02	Assessor "A"	1
	CJ 01	Coordenador	7
	Subtotal de CJs		**12**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	FC 06	Chefe de Seção	14
	FC 04	Assistente IV	3
	FC 03	Assistente III	5
	FC 02	Assistente II	4
	Subtotal de FCs		**26**
	Total de Cargos e Funções		**38**
Secretaria de Recursos Humanos SRH	CJ 03	Secretário	1
	CJ 02	Subsecretário	3
	CJ 01	Assessor "B"	1
	Subtotal de CJs		**5**
	FC 06	Chefe de Seção	8
	FC 04	Assistente IV	3
	FC 03	Assistente III	3
	FC 02	Assistente II	2
	Subtotal de FCs		**16**
	Total de Cargos e Funções		**21**

UNIDADE	NÍVEL	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
Secretaria de Tecnologia da Informação STI	CJ 03	Secretário	1
	CJ 02	Subsecretário	2
	CJ 01	Coordenador	3
	Subtotal de CJs		**6**
	FC 06	Chefe de Seção	7
	FC 04	Assistente IV	1
	FC 03	Assistente III	6
	Subtotal de FCs		**14**
	Total de Cargos e Funções		**20**
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças SPO	CJ 03	Secretário	1
	CJ 02	Subsecretário	2
	CJ 01	Coordenador	1
	Subtotal de CJs		**4**
	FC 06	Chefe de Seção	8
	FC 04	Assistente IV	1
	FC 03	Assistente III	1
	FC 02	Assistente II	1
	Subtotal de FCs		**11**
	Total de Cargos e Funções		**15**
Secretaria de Desenvolvimento Institucional SDI	CJ 03	Secretário	1
	CJ 01	Coordenador	3
	Subtotal de CJs		**4**
	FC 06	Chefe de Seção	4
	FC 02	Assistente II	1
	Subtotal de FCs		**5**
	Total de Cargos e Funções		**9**

RESUMO PRESIDÊNCIA		
NÍVEL	**DENOMINAÇÃO**	**QUANTIDADE**
CJ 04	Secretário-Geral	1
CJ 03	Secretário	6
CJ 03	Assessor Especial	1
CJ 03	Assessor Chefe	2
CJ 03	Coordenador-Geral	1
CJ 02	Subsecretário	12
CJ 02	Assessor Chefe	1
CJ 02	Assessor "A"	3
CJ 01	Coordenador	20
CJ 01	Assessor "B"	3
Subtotal de CJs		**50**
FC 06	Chefe de Seção	53
FC 04	Assistente IV	17
FC 03	Assistente III	17
FC 02	Assistente II	13
Subtotal de FCs		**100**
Total de Cargos e Funções		**150**

II - CORREGEDORIA-GERAL			
UNIDADE	**NIVEL**	**DENOMINAÇÃO**	**QUANTIDADE**
Secretaria da Corregedoria-Geral SCG	CJ 03	Assessor Especial	1
	CJ 03	Secretário	1
	CJ 01	Coordenador	3
	Subtotal de CJs		**5**
	FC 06	Chefe de Seção	1
	FC 04	Assistente IV	2
	FC 02	Assistente II	2
	Subtotal de FCs		**5**
	Total de Cargos e Funções		**10**
Secretaria da Turma Nacional de Uniformização STU	CJ 03	Secretário	1
	CJ 01	Coordenador	2
	Subtotal de CJs		**3**
	FC 06	Chefe de Seção	3
	Subtotal de FCs		**3**
	Total de Cargos e Funções		**6**
Secretaria do Centro de Estudos Judiciários SCE	CJ 03	Secretário	1
	CJ 02	Subsecretário	2
	CJ 01	Coordenador	6
	Subtotal de CJ's		**9**
	FC 06	Chefe de Seção	11
	FC 04	Assistente IV	4
	FC 03	Assistente III	1
	FC 02	Assistente II	4
	Subtotal de FCs		**20**
	Total de Cargos e Funções		**29**

RESUMO DA CORREGEDORIA-GERAL, TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO E CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS		
NIVEL	**DENOMINAÇÃO**	**QUANTIDADE**
CJ 03	Secretário	3
CJ 03	Assessor Especial	1
CJ 02	Subsecretário	2
CJ 01	Coordenador	11
Subtotal de CJs		**17**
FC 06	Chefe de Seção	15
FC 04	Assistente IV	6
FC 03	Assistente III	1
FC 02	Assistente II	6
Subtotal de FCs		**28**
Total de Cargos e Funções		**45**

RESUMO GERAL	
Total Geral de CJs	67
Total Geral de FCs	128
Total Geral de Cargos e Funções	195

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO III

(Resolução n. 152, de 22 de setembro de 2011)
Resumo Geral dos Cargos e Funções por Níveis

NÍVEL	GRUPO DIREÇÃO	QUANTIDADE
CJ 04	Secretário-Geral	1
CJ 03	Secretário	9
CJ 03	**Coordenador-Geral**	1
CJ 02	**Subsecretário**	14
CJ 01	Coordenador	31
Subtotal		**56**
NÍVEL	**GRUPO ASSESSORAMENTO**	**QUANTIDADE**
CJ 03	Assessor Especial	2
CJ 03	Assessor Chefe	2
CJ 02	Assessor Chefe	1
CJ 02	Assessor "A"	3
CJ 01	Assessor "B"	3
Subtotal		**11**
Total de CJs		**67**
NÍVEL	*GRUPO OUTRAS FUNÇÕES*	**QUANTIDADE**
FC 06	Chefe de Seção	68
FC 04	Assistente IV	23
FC 03	Assistente III	18
FC 02	Assistente II	19
Total de FCs		**128**
Total Geral de Cargos e Funções		**195**

PORTARIA Nº 70, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Transferir para o dia 31 de outubro de 2011, segunda-feira, as comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público, previsto no art. 236 da Lei n. 8.112/1990.

Art. 2º Comunicar que nessa data e nos dias 1º e 2 de novembro de 2011 não haverá expediente neste Órgão, tendo em vista o disposto no art. 62, inciso IV, da Lei n. 5.010/1966.

Art. 3º Os prazos que porventura devam iniciar-se ou completar-se nesses dias ficam automaticamente prorrogados para o dia 3 subsequente (quinta-feira).

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARI PARGENDLER

CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÃO DO PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0510843-23.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO CARLOS DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Por meio de petição protocolizada em 28.6.2011, Livia Estefany Rodrigues da Silva, Warleson Levi Rodrigues da Silva, Sterferson Larry Rodrigues da Silva, representados por sua genitora Maria Geusivani Rodrigues de Freitas e por seus procuradores devidamente qualificados nos autos, requerem as suas habilitações como sucessores do autor Francisco Carlos da Silva, que, conforme certidão de óbito acostada aos autos, faleceu em 18.5.2011.
Os requerentes, por meio de certidões de nascimento juntadas aos autos, comprovaram que são filhos do falecido.
Ante o exposto, verificado o óbito do autor e a qualidade de herdeiros dos requerentes, defiro a habilitação dos herdeiros nos autos e determino que sejam feitas as devidas alterações na autuação.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de setembro de 2011.
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

DECISÕES DO PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.151.363, em que foi suscitado incidente de uniformização de jurisprudência, afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RITO DO ART. 543-C, § 1º, DO CPC E RESOLUÇÃO N. 8/2008 - STJ.DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA. DESCABIMENTO. COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE AOS AGENTES AGRESSIVOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ.
1. Para a comprovação da divergência jurisprudencial é essencial a demonstração de identidade das situações fáticas postas nos julgados recorrido e paradigma.
2. Segundo asseverado pelo acórdão objurgado, o segurado esteve "exposto de modo habitual e permanente, não ocasional nem intermitente", ao frio e a níveis médios de ruído superiores ao limite regulamentar (e-STJ fl. 254). A modificação dessa conclusão importaria em revolvimento de matéria fática, não condizente com a natureza do recurso especial. Incidência, na espécie, do óbice da Súmula n. 7/STJ.
PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL APÓS 1998. MP N. 1.663-14, CONVERTIDA NA LEI N. 9.711/1998 SEM REVOGAÇÃO DA REGRA DE CONVERSÃO.
1. Permanece a possibilidade de conversão do tempo de serviço exercido em atividades especiais para comum após 1998, pois a partir da última reedição da MP n. 1.663, parcialmente convertida na Lei 9.711/1998, a norma tornou-se definitiva sem a parte do texto que revogava o referido § 5º do art. 57 da Lei n. 8.213/1991.
2. Precedentes do STF e do STJ.
CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. OBSERVÂNCIA DA LEI EM VIGOR POR OCASIÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. DECRETO N. 3.048/1999, ARTIGO 70, §§ 1º E 2º. FATOR DE CONVERSÃO. EXTENSÃO DA REGRA AO TRABALHO DESEMPENHADO EM QUALQUER ÉPOCA.
1. A teor do § 1º do art. 70 do Decreto n. 3.048/99, a legislação em vigor na ocasião da prestação do serviço regula a caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais. Ou seja, observa-se o regramento da época do trabalho para a prova da exposição aos agentes agressivos à saúde: se pelo mero enquadramento da atividade nos anexos dos Regulamentos da Previdência, se mediante as anotações de formulários do INSS ou, ainda, pela existência de laudo assinado por médico do trabalho.
2. O Decreto n. 4.827/2003, ao incluir o § 2º no art. 70 do Decreto n. 3.048/99, estendeu ao trabalho desempenhado em qualquer período a mesma regra de conversão. Assim, no tocante aos efeitos da prestação laboral vinculada ao Sistema Previdenciário, a obtenção de benefício fica submetida às regras da legislação em vigor na data do requerimento.
3. A adoção deste ou daquele fator de conversão depende, tão somente, do tempo de contribuição total exigido em lei para a aposentadoria integral, ou seja, deve corresponder ao valor tomado como parâmetro, numa relação de proporcionalidade, o que corresponde a um mero cálculo matemático e não de regra previdenciária.
4. Com a alteração dada pelo Decreto n. 4.827/2003 ao Decreto n. 3.048/1999, a Previdência Social, na via administrativa, passou a converter os períodos de tempo especial desenvolvidos em qualquer época pela regra da tabela definida no artigo 70 (art. 173 da Instrução Normativa n. 20/2007).
5. Descabe à autarquia utilizar da via judicial para impugnar orientação determinada em seu próprio regulamento, ao qual está vinculada. Nesse compasso, a Terceira Seção desta Corte já decidiu no sentido de dar tratamento isonômico às situações análogas, como na espécie (EREsp n. 412.351/RS).
6. "Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido" - Resp 1.151.363/MG (DJe 05/04/2011).
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO: 2006.70.51.000338-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FLORISVALDO BATISTA NEGRÃO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2007.72.55.001729-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VERNER HORNBURG
PROC./ADV.: HORST WIRTH OAB: SC-8185
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.72.51.006521-6
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MANOEL CORDEIRO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: SC-15884
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.72.57.003487-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSÉ FRANCISCO RECH
PROC./ADV.: HÉLIA K. PEREIRA VOLPATO OAB: SC-19860
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.72.61.000362-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: OSVALDO PLAKITKA
PROC./ADV.: RODRIGO LUIS BROLEZE OAB: SC 11.143
PROC./ADV.: JOSÉ EMÍLIO BOGONI OAB: SC-4151
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.34.00.700165-4
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BENEDITO RODRIGUES FILHO
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE OAB: DF 18.841

PROCESSO: 0003995-74.2007.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): MARIALENE EXNER
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA OAB: RS 33.075

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 631.240, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:
"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDÊNCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício pre-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

videnciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito".
Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO: 2005.38.00.724648-8
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MOISES TEODORO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOSÉ RODRIGUES DE QUEIROZ JÚNIOR

PROCESSO: 2006.37.00.702497-2
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALEXSANDRO RODRIGUES DOS SANTOS E OUTROS
PROC./ADV.: ADAILTON DE MORAIS PESSOA

PROCESSO: 2006.37.00.703503-6
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZELINA ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: CELSO DE ARAÚJO OLIVEIRA

PROCESSO: 2007.38.00.731019-6
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA PEREIRA FERNANDES
PROC./ADV.: CÁCIO APARECIDO FEDOSI

PROCESSO: 2008.70.95.001729-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EDGAR DE PAULA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.39.00.700290-3
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NOEME ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: FABIANO WANDERLEY DIAS BARROS

PROCESSO: 2009.72.51.001159-5
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANSELMO KLOCK
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2009.72.51.002227-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MANOEL PAULO PEREIRA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0023049-57.2009.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ODILZA FRANCISCA DA PENHA
PROC./ADV.: LUIS ANTONIO SIQUEIRA CAMPOS

PROCESSO: 0025851-96.2007.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ BENEDITO PADILHA
PROC./ADV.: WILSON ROBERTO ALVES

DECISÃO PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2007.71.58.005940-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVO DOS SANTOS
PROC./ADV.: IVANA MATTES PEDROSO OAB: RS 37.936
PROC./ADV.: LUCIO CAZZUNI MATTES OAB: RS-74368
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Por meio de petição protocolizada em 3.6.2011, o requerente informa que desiste do presente pedido de uniformização interposto, requerendo a remessa dos autos à origem com o trânsito em julgado.
Diante do exposto, homologo a desistência para que produza os seus regulares efeitos.
Baixem-se os autos.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

DECISÕES DOS JUÍZES RELATORES

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2005.63.02.012041-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: GIUSEPPE POSCA
PROC./ADV.: CLAITON LUIS BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto por GIUSEPPE POSCA (doc. 19) contra acórdão da Turma Recursal de São Paulo que deu parcial provimento ao seu recurso apenas para adequar o julgado ao pedido inicial. A decisão recorrida encontra-se assim fundamentada:
"Recorre a parte autora em face de improcedência à revisão da renda de seu benefício previdenciário, com a alegação de sentença extra-petita.
Com razão a parte autora no que tange ao objeto tratado na r. sentença, uma vez que tratou da aplicação da súmula 260 do TFR. Porém, como se trata de matéria exclusivamente de direito, a Turma Recursal pode apreciar a lide, uma vez que há condições imediatas para o julgamento nos moldes do art. 515,CPC;
Passo a apreciar o mérito.
A parte autora ajuizou a presente demanda visando a revisão da renda mensal inicial (R.M.I.) de sua aposentadoria por invalidez, decorrente de conversão de auxílio-doença, com o cumprimento do disposto no art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91.
Esta Turma entende que a ação deve ser improcedente, seguindo o entendimento do juízo a quo uma vez que deve ser aplicada a regra geral contida no inciso II do art. 29 da Lei nº 8.213/91 - com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99 - para cálculo do benefício de aposentadoria por invalidez.
Isto posto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, apenas para sanar o equívoco, nos moldes acima explicitado, julgando, no entanto, improcedente a pretensão autoral." (doc. 016)
O autor-recorrente argumenta, essencialmente, que a decisão impugnada diverge do entendimento de Santa Catarina que entende nos casos de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, deve-se aplicar o índice integral no reajustamento do benefício de origem (paradigma: Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina. Processo n. 2004.72.95.001815-6, Rel. Juíza Eliana Paggiarin Marinho, j. 19.08.2004).
É o relatório.
A espécie reclama a aplicação analógica da Questão de Ordem nº 17 deste Colegiado ("Quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais deve anular o julgado").
A decisão recorrida entendeu que a sentença é extra petita porque teria analisado questão diversa da pleiteada na petição inicial. Entendeu a Turma Recursal de origem que o pedido inicial é de revisão de benefício com base no artigo 29, § 5º, da Lei 8.213/1991 e a sentença que analisou o direito à aplicação da Súmula 260 do TRF se distanciou dos limites da lide.
Ocorre que na petição inicial o autor-recorrente requereu a revisão da "aposentadoria por invalidez titularizada pela parte autora, aplicando o índice integral no reajustamento do benefício de origem (auxílio-doença), com os devidos reflexos (benefício em manutenção (invalidez) e conversão do artigo 58 do ADCT), de acordo com o estabelecido na Súmula 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos".
Não há nos autos qualquer discussão acerca da aplicação do artigo 29, § 5º, da Lei 8.213/1991, não havendo pedido nesse sentido na petição inicial ou no recurso.
Ao contrário, em que pese em suas razões recursais a parte autora tenha alegado que "a sentença não corresponde ao pedido inicial", sua insurgência motivou-se no fundamento de que a presente ação "trata da denominada revisão do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez, aplicando o índice integral no reajustamento do benefício de origem (auxílio-doença), com os devidos reflexos (benefício em manutenção (invalidez) e conversão do art. 58 do ADCT), de acordo com o estabelecido na Súmula 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos".
Assim, não há qualquer relação nas razões recursais da parte autora com a tese analisada pela Turma Recursal de origem acerca da aplicabilidade ou não da regra do artigo 29, § 5º, da Lei 8.213/1991 a seu benefício previdenciário.
Analisando questão idêntica, esta Turma Nacional já decidiu que "é extra petita o acórdão que decide sobre a revisão do art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91, quando na inicial foi deduzido pedido diverso: a revisão de aposentadoria por invalidez aplicando-se índice integral no reajustamento do benefício de origem (auxílio-doença), com os devidos reflexos, de acordo com o estabelecido na Súmula 260 do extinto TFR" (PEDILEF 2005.63.02.013338-0, Rel. Juíza Federal Jaqueline Michels Bilhalva, DJ 20.10.2008).
No julgado acima mencionado, concluiu essa Turma que:
"As respectivas causas de pedir remotas e próximas também são totalmente diferentes.
Nesse sentido, forçoso é reconhecer que o acórdão recorrido e a sentença por ele confirmada violaram o princípio da adstrição e o princípio da congruência (ou correlação).
Ora, de acordo com o princípio da adstrição previsto no art. 128 do CPC, o juiz deve decidir a lide 'nos limites em que foi proposta'.
E conforme o princípio da congruência (ou correlação) previsto no art. 460 do CPC, é vedado ao juiz proferir decisão sobre tema alheio à controvérsia delimitada na inicial, proferindo decisão superior (ultra petita), fora (extra petita) ou abaixo do pedido (citra ou infra petita).
Destarte, considerando que no presente caso o acórdão recorrido consubstanciou uma decisão proferida fora do pedido (extra petita), impõe-se a observância da Questão de Ordem nº 17 desta Turma Nacional, de acordo com a qual:
'Quando o acórdão decidir tema alheio à controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais deve anular o julgado'.
Finalmente saliento que, embora a nulidade do acórdão não tenha sido aventada no presente processo por nenhuma das partes, cuida-se de matéria de ordem pública cognoscível inclusive de ofício por esta Turma Nacional, como decidido no precedente que deu origem à Questão de Ordem nº 17 (TNU, Proc. nº 2004.51.51.02.8121-0, Rel. Juiz Federal Renato Toniasso, julg. em 06.06.2005), por repercutir diretamente sobre a garantia constitucional do devido processo legal, cuja sanação possibilitará a devida correção de rumo do processo e, nesta linha, assegurará a devida fruição do direito de ação e do direito de ampla defesa."
(TNU, PEDILEF 2005.63.02.013338-0, Rel. Juíza Federal Jaqueline Michels Bilhalva, DJ 20.10.2008)
Portanto, forçoso reconhecer que a decisão impugnada não apresentou solução à questão que lhe foi colocada, motivo pelo qual deve ser anulada de ofício.
Ante o exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, ANULO O ACÓRDÃO RECORRIDO, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem para a prolação de novo acórdão, dando por PREJUDICADO O PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.
De Curitiba para Brasília, 4 de julho de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.71.52.002886-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JORGE GUIMARÃES DA SILVA
PROC./ADV.: ARNO WINTER
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela FAZENDA NACIONAL (doc. 70) contra acórdão da 1ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul que a condenou a restituir à parte autora os valores recolhidos a título da exação FUSEX/FUNSA no período compreendido no decênio que antecede o ajuizamento da presente demanda até a vigência da MP 2.131/2000 em 01.04.2001.
A ré-recorrente argumenta, essencialmente, que o entendimento da 1ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul contraria a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização, que aplica a prescrição quinquenal, por se tratar de tributo sujeito a lançamento de ofício. Para demonstrar a alegada divergência, suscitou como paradigma acórdão deste Colegiado proferido no PEDILEF 2005.70.95.000876-6.
É o breve relatório. Encaminho a decisão.
Em acórdão proferido no REsp nº 1.086.382/RS (1ª Seção, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 26.04.2010), representativo da controvérsia, o STJ orientou que "o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN".
No caso concreto, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos efetuados anteriormente à vigência da MP 2.131/2000, em 01.04.2001. Considerando que a presente ação foi ajuizada em 05.05.2005, resta inequívoca a ocorrência de prescrição das parcelas anteriores a 05.05.2000.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, nos termos do artigo 8º, inciso X, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, DOU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, para declarar prescritas as parcelas referentes às diferenças de FUSEX/FUNSA/FUSMA anteriores ao quinquênio que antecede ao ajuizamento da presente ação.
De Curitiba para Brasília, 28 de julho de 2011

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.63.17.002928-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): REINALDO SCUTARI
PROC./ADV.: ANA CRISTINA ALVES DA PURIFICAÇÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (doc. 35) contra acórdão da Turma Recursal de Osasco que manteve a sentença de parcial procedência do pedido de reconhecimento de tempo especial. A decisão recorrida entendeu que para o cálculo da conversão, deve-se aplicar o multiplicador 1,4 sobre o lapso de tempo considerado especial (doc. 28).
O INSS apresentou o presente incidente, argumentando, essencialmente, que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e desta Turma Nacional de Uniformização, no sentido de que deve ser utilizado como fator de conversão o coeficiente previsto na época da prestação do serviço especial. Para demonstrar a alegada divergência, suscitou como paradigma precedentes do STJ e deste Colegiado.
O processo estava aguardando pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça na Petição nº 7.519, que trata do fator de conversão de tempo especial em comum. No dia 10.05.2011, foi publicada decisão do relator, transitada em julgado, que rejeitou o Incidente de Uniformização interposto pelo INSS nos seguintes termos:
"Com relação ao tema, a tese ora defendida pela autarquia foi afastada pela egrégia Terceira Seção que, no julgamento do REsp n. 1.151.363/MG sob o rito do art. 543-C do CPC e Resolução n. 8/2008-STJ, pacificou o entendimento de que a tabela contida no art. 70 do Decreto n. 3.078/99 é aplicável para o trabalho desempenhado em qualquer época.
Essa compreensão tem como premissa a circunstância de que a adoção deste ou daquele fator de conversão depende, tão somente, do tempo de contribuição total exigido em lei para a aposentadoria integral, ou seja, deve corresponder ao valor tomado como parâmetro, numa relação de proporcionalidade, o que corresponde a um mero cálculo matemático.
Como cediço, o fator de conversão é o resultado da divisão do numero máximo de tempo comum (35 para homem e 30 para mulher) pelo número máximo de tempo especial (15, 20 e 25). Ou seja, o fator a ser aplicado ao tempo especial laborado pelo homem para convertê-lo em comum será 1,40, pois 35/25=1,40. Se o tempo for trabalhado por uma mulher, o fator será de 1,20, pois 30/25=1,20. Se o tempo especial for de 15 ou 20 anos, a regra será a mesma. Trata-se de regra matemática pura e simples e não de regra previdenciária.
Com efeito, o índice de 1,2 para conversão de tempo especial em aposentadoria comum com 30 anos de contribuição e o índice de 1,4 em relação à aposentadoria com 35 anos têm a mesma função.
A propósito, eis como foi lavrada a ementa do aludido julgado:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RITO DO ART. 543-C, § 1º, DO CPC E RESOLUÇÃO N. 8/2008 - STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA. DESCABIMENTO. COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE AOS AGENTES AGRESSIVOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ.
1. Para a comprovação da divergência jurisprudencial é essencial a demonstração de identidade das situações fáticas postas nos julgados recorrido e paradigma.
2. Segundo asseverado pelo acórdão objurgado, o segurado esteva 'exposto de modo habitual e permanente, não ocasional nem intermitente', ao frio e a níveis médios de ruído superiores ao limite regulamentar (e-STJ fl. 254). A modificação dessa conclusão importaria em revolvimento de matéria fática, não condizente com a natureza do recurso especial. Incidência, na espécie, do óbice da Súmula n. 7/STJ.
PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL APÓS 1998. MP N. 1.663-14, CONVERTIDA NA LEI N. 9.711/1998 SEM REVOGAÇÃO DA REGRA DE CONVERSÃO.
1. Permanece a possibilidade de conversão do tempo de serviço exercido em atividades especiais para comum após 1998, pois a partir da última reedição da MP n. 1.663, parcialmente convertida na Lei 9.711/1998, a norma tornou-se definitiva sem a parte do texto que revogava o referido § 5º do art. 57 da Lei n. 8.213/1991.
2. Precedentes do STF e do STJ.
CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. OBSERVÂNCIA DA LEI EM VIGOR POR OCASIÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. DECRETO N. 3.048/1999, ARTIGO 70, §§ 1º E 2º. FATOR DE CONVERSÃO. EXTENSÃO DA REGRA AO TRABALHO DESEMPENHADO EM QUALQUER ÉPOCA.
1. A teor do § 1º do art. 70 do Decreto n. 3.048/99, a legislação em vigor na ocasião da prestação do serviço regula a caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais. Ou seja, observa-se o regramento da época do trabalho para a prova da exposição aos agentes agressivos à saúde: se pelo mero enquadramento da atividade nos anexos dos Regulamentos da Previdência, se mediante as anotações de formulários do INSS ou, ainda, pela existência de laudo assinado por médico do trabalho.
2. O Decreto n. 4.827/2003, ao incluir o § 2º no art. 70 do Decreto n. 3.048/99, estendeu ao trabalho desempenhado em qualquer período a mesma regra de conversão. Assim, no tocante aos efeitos da prestação laboral vinculada ao Sistema Previdenciário, a obtenção de benefício fica submetida às regras da legislação em vigor na data do requerimento.
3. A adoção deste ou daquele fator de conversão depende, tão somente, do tempo de contribuição total exigido em lei para a aposentadoria integral, ou seja, deve corresponder ao valor tomado como parâmetro, numa relação de proporcionalidade, o que corresponde a um mero cálculo matemático e não de regra previdenciária.
4. Com a alteração dada pelo Decreto n. 4.827/2003 ao Decreto n. 3.048/1999, a Previdência Social, na via administrativa, passou a converter os períodos de tempo especial desenvolvidos em qualquer época pela regra da tabela definida no artigo 70 (art. 173 da Instrução Normativa n. 20/2007).
5. Descabe à autarquia utilizar da via judicial para impugnar orientação determinada em seu próprio regulamento, ao qual está vinculada. Nesse compasso, a Terceira Seção desta Corte já decidiu no sentido de dar tratamento isonômico às situações análogas, como na espécie (EREsp n. 412.351/RS).
6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido (REsp 1151363/MG, de minha relatoria, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/3/2011, DJe 5/4/2011) (grifou-se).
Ante o exposto, rejeito o presente incidente, nos termos do art. 14, § 3º, da Lei n. 10.259/2001."
(STJ, PET 7.519, Rel. Min. Jorge Mussi, DJ 10.05.2011, grifado no original)
Dessa forma, ao utilizar o fator de conversão 1,4, o acórdão recorrido está em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça e desta Turma Nacional de Uniformização.
Conclusão
Ante o exposto, nos termos do artigo 8º, incisos IX e X, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, NEGO SEGUIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DO INSS.
Intimem-se.
De Curitiba para Brasília, 6 de julho de 2011

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.70.51.006349-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MILTON VIEIRA DE AQUINO
PROC./ADV.: MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto por MILTON VIEIRA DE AQUINO (doc. 63) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Paraná que reformou a sentença para julgar improcedente do pedido de reconhecimento de tempo especial no período de 10.08.1978 a 20.12.1992. A decisão recorrida encontra-se assim fundamentada:
"Considerando a descrição das atividade efetivamente exercidas pelo autor, no período de 1978 a 1992, verifica-se que não estava sujeito à umidade excessiva, pois não exercia atividade em locais alagados ou encharcados.
Não é devido o enquadramento do referido período como especial, em razão de agentes químicos e biológicos, pois o segurado não estava sujeito a esses agentes de forma habitual e permanente, especialmente considerando as atividades efetivamente exercidas pelo autor (fl. 12 do processo administrativo)." (doc. 56)
Intimado do acórdão em 06.08.2009, o autor-recorrente interpôs o presente Pedido de Uniformização no dia 11.08.2009. Argumenta, essencialmente, que a decisão recorrida contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e desta Turma Nacional de Uniformização, no sentido de que somente a partir da Lei 9.032/1995 é possível exigir a habitualidade e permanência da exposição a agentes nocivos para o reconhecimento da atividade especial. Para demonstrar a alegada divergência, suscitou como paradigma um precedente do STJ (REsp 419.211, DJ 07.04.2003) e outro deste Colegiado (PEDILEF 2006.72.95.017631-7, DJ 22.05.2009), transcrevendo as respectivas ementas.
O pedido não foi admitido na Turma Recursal de origem (doc. 70), mas recebeu juízo positivo de submissão pelo eminente Presidente desta Turma Nacional de Uniformização.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Encaminho a decisão.
Inicialmente, cumpre reconhecer que o presente Pedido de Uniformização foi apresentado tempestivamente no prazo de 10 (dez) dias.
O Superior Tribunal de Justiça orienta que "a exigência de exposição de forma habitual e permanente sob condições especiais somente foi trazida pela Lei 9.032/95" (REsp 977.400, 5ª Turma, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 09.10.2007).
Na esteira da jurisprudência do STJ, esta TNU tem decidido que antes da Lei 9.032/95 a legislação se contentava com a exposição habitual e intermitente e depois passou a exigir exposição habitual e permanente. Confira-se:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL, ENQUADRAMENTO POR EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS. TRABALHO ANTERIOR À LEI Nº 9.032/95. EXPOSIÇÃO HABITUAL, PERMANENTE, INTERMITENTE, OCASIONAL.
1. Para fins de caracterização de tempo de serviço especial, aplica-se a lei vigente à época da prestação do trabalho, motivo pelo qual em relação ao tempo de serviço trabalhado antes de 29.04.95, data da publicação da Lei nº 9.032/95, não se exigia o preenchimento do requisito da permanência, embora fosse exigível a demonstração da habitualidade e da intermitência.
2. Por se tratar de uma condição restritiva introduzida pela Lei nº 9.032/95, a permanência somente passou a ser exigida a partir de 29.04.95, sendo que a previsão de permanência nos regulamentos da CLPS de 1960 e da CLPS de 1984 extrapolou o poder regulamentar, ao restringir-se aquilo que a lei não restringia; aos decretos cabia apenas a definição das atividades ou agentes penosos, insalubres ou perigosos.
3. Habitual é a exposição a agentes nocivos durante todos os dias de trabalho normal, ou seja, durante todos os dias da jornada normal de trabalho.
4. Permanente é a exposição experimentada pelo segurado durante o exercício de todas as suas funções, não quebrando a permanência o exercício de função de supervisão, controle ou comando em geral ou outra atividade equivalente, desde que seja exclusivamente em ambientes de trabalho cuja nocividade tenha sido constatada.
5. Intermitente é a exposição experimentada pelo segurado de forma programada para certos momentos inerentes à produção, repetidamente a certos intervalos.
6. Ocasional é a exposição experimentada pelo segurado de forma não programada, sem mensuração de tempo, acontecimento fortuito, previsível ou não.
7. e 8. (Omissis)"
(TNU, PEDILEF 2004.51.51.061982-7, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 20.10.2008)
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CONHECIMENTO PARCIAL. PROVIMENTO PARCIAL, NA PARTE CONHECIDA.
(Omissis)
Na parte em que o acórdão da Turma Recursal de origem - que impõe os requisitos da permanência e da não intermitência, para o reconhecimento da natureza especial do tempo de serviço realizado antes do início de vigência da Lei n.º 9.032?95 - contraria a jurisprudência dominante do STJ, que não os impõe, o pedido de uniformização deve ser conhecido e provido em parte.
Adoção do entendimento contido na jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Retorno do autos à origem, para exame da matéria fática, observado o entendimento ora adotado."
(TNU, PEDILEF 2007.70.95.012758-6, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ 13.03.2009)
"TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE PRESTADA SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. AGENTE NOCIVO 'FRIO'. EXPOSIÇÃO HABITUAL E INTERMITENTE. PERÍODO ANTERIOR A LEI Nº 9.032/95. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.
1. À luz do entendimento consolidado no STJ e na TNU, tem-se que a exigência do trabalho permanente em condições especiais consta na alteração da Lei n. 8.213/91, promovida pela Lei n. 9.032/95, e somente para as atividades desempenhadas sob a égide dessa é que pode ser imposta.
2. e 3. (Omissis)"
(TNU, PEDILEF 2006.70.95.016242-2, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 05.04.2010)
Nesse sentido, ao exigir a habitualidade e permanência para o reconhecimento de tempo especial, o acórdão recorrido contrariou a jurisprudência dominante do STJ e deste Colegiado.
Sendo assim, os autos devem retornar à origem para que a Turma Recursal analise se a exposição aos agentes nocivos era habitual e intermitente.
Ante o exposto, nos termos do artigo 8º, inciso X, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, determinando o retorno dos autos à Turma Recursal para que faça nova análise do conjunto probatório a partir da premissa de direito uniformizada.
De Curitiba para Brasília, 6 de julho de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0509326-76.2006.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA AURENICE DOS SANTOS MENESES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto por MARIA AURENICE DOS SANTOS MENESES (doc. 2372586) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de salário-maternidade rural.
A autora-recorrente argumenta, essencialmente, que o Superior Tribunal de Justiça e esta Turma Nacional de Uniformização admitem, como início de prova material, documentos desconsiderados pelo acórdão recorrido, tais como certidão de casamento, ficha de filiação em sindicato rural e certidão do INCRA. Para demonstrar a alegada divergência, suscitou como paradigma julgados oriundos do STJ e deste Colegiado, transcrevendo as respectivas ementas.
Inicialmente, faz-se indispensável o exame da decisão recorrida na perspectiva do direito à decisão judicial fundamentada, inscrito no artigo 93, IX da Constituição da República.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É que o acórdão recorrido não responde suficientemente às exigências constitucionais de fundamentação das decisões judiciais, na medida em que não faz referência específica ao caso concreto que se propõe a oferecer solução.
O cumprimento do dever fundamental de motivar as decisões não se satisfaz com a mera veiculação de rol de motivos que logicamente chegam ao dispositivo, sem contudo, demonstrar-se, especificamente, sua pertinência ao caso concreto.
É necessária, antes, a demonstração inequívoca da razão pela qual a decisão chegou a um dado resultado no caso concreto, de modo a permitir às partes a verdadeira compreensão do julgado e à parte sucumbente o adequado acesso à via recursal. Talvez aqui se encontre justamente o principal problema da decisão deficientemente fundamentada: ela se constitui em um verdadeiro obstáculo à via recursal, uma vez que ilude a possibilidade de impugnação específica das razões do julgado.
Neste sentido:
"(...) na fundamentação, o juiz não deve referir-se ao resultado objetivo da prova - o que deve ser apontado no relatório -, mas à sua valoração. Não são admitidas sentenças que não façam referência aos motivos pelos quais uma prova não é admitida. Além disso, o juiz deve explicar as razões pelas quais a prova demonstra, ou não, uma afirmação de fato. Em outras palavras, o juiz não pode silenciar sobre uma prova simplesmente pelo fato de que ele, por exemplo, supõe - mas não diz - que aquela não serve para demonstrar uma afirmação de fato."(...)
A fundamentação permite ao vencido entender os motivos de seu insucesso e, se for o caso de interpor recurso, apresentar suas razões adequadamente, demonstrando os equívocos da sentença. Além disso, a fundamentação também possibilita ao órgão de segundo grau entender os motivos que levaram o julgador de primeiro grau a dar, ou não, razão ao autor.
Em outros termos, não basta o juiz estar convencido. Deve ele demonstrar as razões de seu convencimento. Isso permite o controle da atividade do juiz pelas partes ou por qualquer um do povo, já que a sentença deve ser o resultado de raciocínio lógico que assenta no relatório, na fundamentação e no dispositivo. Note-se, porém, que a decisão não requer apenas coerência lógica, mas também contextual, importando aí os contextos do direito e do senso comum, o qual muitas vezes é fundamental quando da análise da credibilidade da prova, da formação de presunção ou mesmo no estabelecimento do juízo que a toma em consideração."
Mais do que isso: "O dever de motivar não decorre apenas de uma regra formal contida no texto constitucional (art. 93, IX) ou de uma exigência do direito de defesa das partes. Ele está vinculado à própria necessidade republicana de justificação das decisões do Poder Público" .
Simplicidade, celeridade e informalidade nos Juizados Especiais Federais e o dever de fundamentação.
A ausência ou deficiência na fundamentação não se confunde com sua concisão na exposição dos fundamentos.
É próprio dos Juizados Especiais que as decisões judiciais sejam concisas, mas isso não pode servir de manto a decisões que não permitam conhecimento acerca das razões determinantes da conclusão do julgamento.
Segundo o paradigma da eficiência - preocupação acentuada com a celeridade e com a produtividade -, na condução do processo judicial, valores processuais como celeridade, economia e instrumentalidade somam-se aos valores administrativos de qualidade e produtividade.
O que se busca, nesta perspectiva, é uma prestação jurisdicional eficiente.
Essa racionalidade, especialmente no âmbito dos Juizados Especiais Federais, aparece inicialmente como instrumento à satisfação do direito do jurisdicionado a um processo justo, noção esta mais enfaticamente compreendida como um processo célere, bem ao sabor da garantia constitucional da proteção judicial (CF/1988, art. 5º, XXXV) e do direito à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/1988, art. 5º, LXXVIII). É uma defesa contra o estigma mais profundo do Judiciário, sua morosidade.
De outra parte, o conteúdo específico de uma causa previdenciária reclama também uma certa prioridade na tramitação, um grau de efetividade compatível com a natureza urgente do bem da vida que se encontra em discussão, uma prestação geralmente destinada a satisfazer as necessidades mais elementares do potencial beneficiário. É importante a percepção de que o direito a uma adequada tutela jurisdicional significa, como aponta Marinoni, "direito a um processo efetivo, próprio às peculiaridades de pretensão de direito material de que se diz titular aquele que busca a tutela jurisdicional" .
Muitas vezes, porém, a celeridade é perseguida não apenas em nome do direito constitucional individual à razoável duração do processo ou pelo receio de dano de difícil reparação à parte que se encontra destituída de prestação alimentar indispensável a sua subsistência digna, mas igualmente em razão de postura gerencial empregada para racionalizar as tarefas judiciais com vistas ao resultado geral, em termos de celeridade no trâmite dos processos.
É preciso destacar que o interesse da parte em um processo previdenciário efetivo - presumivelmente um indivíduo hipossuficiente na espera da solução judicial sobre seu direito a um bem da vida de índole alimentar - apenas coincide, em determinado momento, quanto ao resultado (celeridade) pretendido pelo método da eficiência no gerenciamento dos processos.
A eficiência gerencial recomenda ótima alocação de recursos escassos (estrutura e pessoal) para promover ganhos a todos os que se encontram em juízo aguardando análise de seu direito e, com isso, elevar as atividades judiciais do órgão jurisdicional a um patamar considerado aceitável, sob a perspectiva de indicadores de produtividade. Há aqui uma ideia de ganho geral que pode coincidir com o interesse da parte em obter uma resposta jurisdicional efetiva. Mas não coincidirá, necessariamente.
Deve-se questionar a esta altura: A que fim devem servir valores tais como simplicidade, instrumentalidade e celeridade processuais? Em que medida esses princípios da moderna processualística confluem em favor do indivíduo numa lide contra a Fazenda Pública? Até que ponto esses valores podem ser invocados como medidas necessárias a um bom gerenciamento do órgão jurisdicional? Ou, antes, o que se deve considerar como uma boa administração judicial de processos?
A essas perguntas não se poderá oferecer sequer uma resposta adequada se não recobrarmos a noção de que uma tutela jurisdicional efetiva não se reduz à ideia de um processo célere. Um processo efetivo emerge da necessária ponderação entre dois primordiais valores: segurança e celeridade. Pelo primeiro, a sentença tende a sair correta. Pelo segundo, a sentença tende a sair em tempo oportuno. Talvez essa dicotomia não seja tão absoluta e se dissolva no que se considera o direito a um processo sem dilações indevidas. A consideração excessiva à celeridade (instrução ou fundamentação deficiente) pode prejudicar a efetividade jurisdicional e a legitimidade do Poder Judiciário tanto quanto a demora excessiva na entrega da prestação jurisdicional. Isso ocorrerá quando o avanço processual se der em prejuízo do devido processo legal e suas irradiações de defesa, contraditório, igualdade entre as partes e, de modo destacado, a necessária fundamentação dos atos decisórios.
Para o que nos interessa mais de perto, é de se questionar se a adoção acrítica da lógica do princípio da eficiência na administração da justiça não implicará, pelo exercício gerencial da jurisdição, a modificação do modelo de legitimação política e social do Judiciário, isto é, a substituição de uma "legitimidade pelo conteúdo" por uma "legitimidade pelo tempo" ou por uma "legitimidade pelos números".
Mas o Judiciário terá considerado cumprido seu papel na pacificação social ao entregar a tutela jurisdicional em menor tempo, independentemente da consistência de suas decisões, ou da correspondência delas à realidade?
Na espécie dos autos, a anulação da decisão pode custar ainda mais tempo para a entrega definitiva da tutela jurisdicional, mas é a medida necessária para que a prestação de jurisdição se opere com necessário respeito ao devido processo legal, quanto mais quando se considera o efeito externo prospectivo de uma decisão anulatória.
A decisão recorrida expressa suas razões de decidir da forma seguinte:
"A condição legal de segurada especial, apta a conferir o direito à percepção do salário-maternidade, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes, o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período aquisitivo (10 meses antes do parto), detinha a condição de segurada especial.
Esta soma de requisitos não se perfez na espécie, além de não ser possível a comprovação do exercício da atividade rural através de prova exclusivamente testemunhal (Súmula 149/STJ).
Observe-se que o início de prova material deve ser necessariamente complementado por prova testemunhal, a qual, uma vez contraditória e/ou incoerente para o fim a que se propõe, torna vulnerável a documentação apresentada. Ressalte-se, ademais, que deve ser considerada a eventual contraprova apresentada pelo Órgão Previdenciário (CNIS, INFBEN), que pode descaracterizar o acervo de documentos considerado válido.
Destarte, em face do acervo probatório anexado aos autos, impõe-se a manutenção da sentença de improcedência do pedido, cujos fundamentos adoto como razão para decidir.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso da parte autora, para confirmar a sentença de improcedência do pedido formulado na inicial. Deixo de condenar a parte autora em honorários advocatícios, uma vez que litiga sob o pálio da gratuidade judiciária." (doc. 2281379).
Ocorre que não é possível extrair-se da decisão recorrida a real motivação para a conclusão a que chegou a Turma de Origem, na medida em que aponta diversos motivos possíveis que genericamente levam ao resultado, deixando de especificar, ao fim e ao cabo, qual dos motivos - e por qual razão - se aplica ao caso sob exame.
Mais especificamente, da análise da decisão recorrida não se compreende se a improcedência do pedido decorre de "não ser possível a comprovação do exercício da atividade rural através de prova exclusivamente testemunhal", de prova testemunhal "contraditória e/ou incoerente para o fim a que se propõe", ou de "contraprova apresentada pelo Órgão Previdenciário (CNIS, INFBEN)".
De fato, a decisão recorrida não especifica a razão pela qual a prova material trazida pela autora não pode ser considerada "um início de documentos consistentes". Além disso, deixa de externar qual parte do conteúdo da prova oral se revela contraditório ou incoerente em relação ao fato constitutivo do direito da autora. Ainda, não explicita qual a contraprova trazida pelo INSS e porque descaracterizaria "o acervo de documentos considerado válido".
Em outras palavras, o acórdão recorrido fixa diversas premissas, mas simplesmente deixa de demonstrar qual delas - e porque razão - encontra aplicação no caso dos autos.
Tem-se, portanto, que o acórdão recorrido encontra-se eivado de nulidade por falta de fundamentação.
Neste sentido, aliás, esta Turma Nacional de Uniformização determinou a anulação de processo em decorrência de decisões destituídas de fundamentação (v.g.: PU 2004.81.10.01.8124-8, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11.03.2010; PU 2004.81.10.00.8641-0, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 12.02.2010).
Para além da nulidade do acórdão recorrido, é de se anotar que a decisão de primeiro grau, ela própria, já se apresentava nula pela insuficiência de fundamentação.
Observe-se, quanto ao acima afirmado, o núcleo da motivação da decisão singular:
"No caso em exame, os documentos acostados à inicial, não são suficientes para comprovar o exercício de atividade da autora no período de carência exigido pelo art. 25, inciso III, da Lei nº 8.213/91.
Em que pese as testemunhas asseverarem, de forma precária, o efetivo exercício do labor rural, inexistem documentos hábeis e suficientes que amparem a pretensão autoral.
Ademais, a prova oral colhida é contraditória no que se refere ao exercício do labor rurícola da promovente, tendo sido apresentada provas documentais recentes para caracterização do período de carência a ser levado em conta para a concessão do benefício, levando-nos a concluir pela incompatibilidade do exercício do labor rural e, por conseguinte, da qualidade de segurada especial da autora.
Portanto, inexistindo qualquer início de prova material no que diz respeito à atividade de trabalhadora rural da parte autora, contemporânea à data do parto, desnecessária é a valoração da prova exclusivamente testemunhal.
Os documentos hospedados nos autos, ao contrário do que tenta fazer parecer a parte demandante, não apontam no sentido de ser reconhecida a qualidade de trabalhador rural, sob a feição de segurado especial, já que carece de força probante hábil a atestar o exercício da atividade agrícola, em regime de economia familiar, em perfeita harmonia com o insculpido no art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91 e na Súmula nº 149, do colendo Superior Tribunal de Justiça.
Desse modo, em face da inviabilidade de concessão de benefício previdenciário, resultante unicamente da prova testemunhal colhida, mas despido de documentos idôneos, perde sentido deferir o pedido de outorga de salário maternidade ora deduzido em juízo.
Sendo assim, não há como reconhecer à parte requerente sua qualidade de segurada especial, não lhe assistindo, portanto, direito à percepção do benefício pleiteado.
Em face do conjunto fático-probatório encontradiço nos presentes autos desta demanda, com a conjugação da prova documental carreada e a prova testemunhal coligida, vislumbro não ser digna de acolhimento a pretensão descansada na peça inaugural." (doc. 1096594, grifos nossos)
Primeiro a decisão de primeiro grau afirma que os documentos apresentados são insuficientes para comprovar o exercício de atividade rural, depois dispõe que são recentes e por último considera a inexistência de documentos contemporâneos ao período de carência. De início, expressa que as testemunhas indicam o efetivo exercício de atividade rural, depois consigna que a prova oral é contraditória e por último afirma a impossibilidade de concessão de benefício rural com base exclusivamente em prova pessoal.
A sentença, de modo genérico - isto é, sem se referir ao caso específico dos autos - deixa de justificar a razão pela qual os documentos apresentados pela autora-recorrente não atendem a regra de prova contida no artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/1991. Tampouco analisa a prova testemunhal, apontando os eventuais vícios que impediriam a sua utilização para a comprovação da atividade rural.
Ante o exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal e da Questão de Ordem nº 25 desta Turma Nacional de Uniformização, ANULO, DE OFÍCIO, A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU, com retorno dos autos à vara de origem para prolação de nova sentença, dando por PREJUDICADO O PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.
De Curitiba para Brasília, 6 de julho de 2011

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.51.51.084936-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CARLOS HENRIQUE LOUREIRO MARQUARDT
PROC./ADV.: CLAYTON DA SILVA CAMPANHA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto por CARLOS HENRIQUE LOUREIRO MARQUARDT (fls. 160/167) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Rio de Janeiro que reformou a sentença para julgar improcedente o pedido de conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez. A decisão recorrida encontra-se assim fundamentada:
"CONVERSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO MÉDICO PERICIAL JUDICIAL ATESTA INCAPACIDADE LABORATIVA TEMPORÁRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUE AFASTA O LAUDO DIANTE DA SITUAÇÃO FÁTICA. CONCLUSÃO DO PERITO JUDICIAL COINCIDENTE COM A DA AUTARQUIA. POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL E CONTROLE DAS PATOLOGIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADESIVO APRESENTADO PELO AUTOR PARA ALTERAÇÃO DA DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA. RECURSO DO INSS CONHECIDO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. SENTENÇA REFORMADA.
O perito judicial asseverou que o autor é portador de hipertensão arterial sistêmica, diabetes, doença isquêmica crônica do coração e dislipidemia. Acresceu que 'se não houver controle da hipertensão arterial, da dislipidemia e da diabete mellitus, há risco de agravamento da doença arterial coronária crônica, de infarto do miocárdio, de desenvolvimento de insuficiência cardíaca e óbito'.
(Omissis)
No entanto, a despeito de afirmar o expert que o autor se achava no momento da realização da perícia incapaz para o trabalho (quesito 1 - fls. 57), é taxativo ao informar que a incapacidade é parcial, isto é, apenas para atividades que exigem esforço físico e temporária (quesitos 2 e 4 - fls. 57). Além disso, em seu laudo datado de abril de 2008, asseverou que a 'sintomatologia é passível de reversão com controle clínico' (quesito 5 - fls. 57), estimando o período para recuperação em 3 meses.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Por fim, municiado de outros exames complementares, o perito judicial voltou a se manifestar para afirmar:
'Com base no ecocardiograma transtorácico (laudo anexo) realizado no dia 11/04/08, percebe-se que o autor apresenta função sistólica global do ventrículo esquerdo norma. Baseado neste resultado se conclui que o periciado não possui cardiopatia grave e pode desenvolver atividades que não exijam a realização de esforço físico.
Ecocardiograma transtorácico (11/04/08): dimensões no ventrículo esquerdo no limite superior da normalidade, leve aumento de átrio esquerdo, hipertrofia ventricular esquerda leve, disfunção diastólica de ventrículo esquerdo do tipo déficit de relaxamento, função sistólica global do ventrículo esquerdo normal, padrão sugestivo de hipocinesia póstero-inferior basal.'
Diante de tão contundentes conclusões do profissional capacitado a avaliar o estado de saúde do autor, não vejo como a sentença poderia ter desprezado tais laudos.
Vale notar que a conclusão do perito judicial corrobora a do médico da autarquia que possibilitou a prorrogação do auxílio-doença, negando porém a conversão em aposentadoria. A negativa da autarquia, além de coincidente com o parecer do expert judicial, constitui ato administrativo dotado de presunção de veracidade e legitimidade.
Não há como a tais conclusões se opor a dos médicos assistentes do autor.
(Omissis)
De tudo o que foi dito, entendo que não configurada a incapacidade laborativa definitiva sequer para a atividade habitual do autor, de modo que, ausentes os requisitos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, improcede a pretensão de conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez. Cumpre revogar a decisão que antecipou os efeitos da tutela para manutenção do auxílio-doença cessado administrativamente em 15/10/2008." (fls. 153/157)
O autor-recorrente sustenta, essencialmente, que a decisão recorrida contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "para a concessão da aposentadoria por invalidez, devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos previstos no artigo 42 da Lei nº 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional, cultural, gravidade da saúde e a idade do segurado". Para demonstrar a alegada divergência, suscitou como paradigma os seguintes precedentes do STJ, dos quais transcreveu as respectivas ementas: REsp 965.597, REsp 964.823
É o relatório. Encaminho a decisão.
Embora interposto tempestivamente (fls. 159/160), o presente Pedido de Uniformização Nacional não merece seguimento, pois o entendimento consagrado nos julgados suscitados como paradigma não guarda similitude fático-jurídica com o acórdão recorrido.
Com efeito, a 2ª TR/RJ, baseada no laudo judicial, concluiu que o autor-recorrente estava incapacitado temporariamente para o seu trabalho habitual.
De sua parte, nos processos 965.597 e 964.823, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça orientou que a incapacidade parcial pode ensejar a concessão de aposentadoria por invalidez, se outros aspectos indicarem que a improbabilidade da reabilitação do segurado para o exercício de outra atividade laborativa, posicionamento que não conflita com aquele defendido pela decisão impugnada.
Registre-se que a Turma de Origem considerou que o autor-recorrente poderia voltar a exercer a sua função habitual, enquanto o STJ partiu de situações fáticas distintas, quais sejam, as conclusões dos peritos judiciais de que os segurados não recuperariam a capacidade para a atividade laborativa anteriormente exercida.
Por outro lado, no acórdão recorrido não há a defesa da vinculação irrestrita ao laudo pericial, apenas o entendimento de que, nestes autos, a conclusão do médico nomeado é contundente no sentido da possibilidade de recuperação da capacidade laborativa.
Neste sentido, ante a ausência de similitude fático-jurídica entre as decisões confrontadas, inviável o seguimento do presente incidente, nos termos do artigo 14, § 2º, da Lei 10.259/2001. Aplica-se, então, a Questão de Ordem nº 22 desta TNU, segundo a qual "é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Por outro lado, verifica-se que o autor-recorrente pretende a alteração do entendimento do acórdão recorrido mediante reexame de prova, inviável em sede de uniformização, nos termos do artigo 14, caput, da Lei 10.259/2001 e aplicação analógica da Súmula 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").
Ante o exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, NEGO SEGUIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.
De Curitiba para Brasília, 6 de julho de 2011

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.81.00.503145-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VANTIEUX BRASILEIRO ALVES
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto por VANTIEUX BRASILEIRO ALVES (doc. 1005874) contra acórdão da Turma Recursal do Ceará que manteve a sentença que declarou prescritas todas as parcelas pleiteadas a título de repetição de contribuição para os fundos de saúde dos servidores militares (FUSEX/FUNSA/FUSMA).
A decisão recorrida entendeu que "restando evidenciado que o lançamento é de ofício, a prescrição ocorre em cinco anos. Como a presente demanda buscava a repetição de valores anteriores à edição da Medida Provisória nº 2.131, de 28.12.2000, todas as parcelas se encontram prescritas, uma vez que a ação foi ajuizada após dezembro de 2005" (doc. 962065).
O feito foi sobrestado para que se aguardasse a decisão do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.086.382/RS.
Em face do julgamento do recurso especial representativo da controvérsia, retornaram os autos conclusos.
É o relatório. Encaminho a decisão.
Em acórdão proferido no REsp nº 1.086.382/RS (1ª Seção, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 26.04.2010), o STJ orientou que "o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN".
No caso concreto, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos efetuados anteriormente à edição da Medida Provisória 2.131, de 28.12.2000. Considerando que a presente ação foi ajuizada após dezembro/2005, resta inequívoca a ocorrência de prescrição.
Neste sentido, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, adotado por esta Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, NEGO SEGUIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.
De Curitiba para Brasília, 4 de julho de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502920-08.2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCA RODRIGUES FURTADO
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (doc. 2376841) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará que manteve a sentença de procedência do pedido de restabelecimento de benefício assistencial desde a data da cessação administrativa. A decisão recorrida encontra-se assim fundamentada:
"O órgão julgador não está adstrito à perícia judicial. Se o acervo probatório constante nos anexos é suficiente para formar a convicção do magistrado acerca da evolução da incapacidade do(a) requerente, o fato de o perito do Juízo não explicitar a data do início da incapacidade ou fixá-la em data posterior ao requerimento administrativo, por si só, não é determinante para se fixar a data da apresentação do laudo pericial em juízo como termo inicial para o pagamento das parcelas vencidas." (doc. 2187500)
O réu-recorrente interpôs o presente Pedido de Uniformização, argumentando, em essência, que a decisão impugnada contraria a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização, consubstanciada na Súmula nº 22 ("Se a prova pericial realizada em juízo dá conta de que a incapacidade já existia na data do requerimento administrativo, esta é o termo inicial do benefício assistencial") e no PEDILEF 2005.84.00.501493-1 (Rel. Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, DJ 07.11.2008).
É o relatório. Encaminho a decisão.
Embora interposto tempestivamente, o presente Pedido de Uniformização não merece seguimento, tendo em vista que o entendimento exposto no acórdão recorrido está em consonância com a atual jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização.
Com efeito, este Colegiado tem reiteradamente decidido que, na fixação da data do início da incapacidade deve ser prestigiado o livre convencimento do julgador, nos termos dos artigos 436 e 439, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Confira-se:
"TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL. JUÍZO FORMADO A PARTIR DA APRECIAÇÃO DE TODO O CONJUNTO PROBATÓRIO. INÍCIO DO BENEFÍCIO NA DATA DA SUSPENSÃO INDEVIDA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO PROVIDO.
(omissis)
3. Especificamente no que diz respeito à data de início da incapacidade, o seu estabelecimento na data da juntada do laudo decorre de ficção aceita nas hipóteses de total impossibilidade de identificação, pelo menos aproximada, do período em que o periciando começou a sofrer da incapacidade. Não é a mera omissão ou imprecisão do laudo que conduz à fixação da DIB na data da juntada do exame técnico aos autos, em especial quando dessa conclusão depende a configuração da qualidade de segurado. Precedente da TNU (processo n. 200763060020453).
(omissis)"
(TNU, PU 2005.33.00.76.8852-5, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 05.03.2010)
"TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TERMO INICIAL. DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. INÍCIO DA INCAPACIDADE - OUTROS MEIOS DE PROVA - POSSIBILIDADE - LIVRE CONVENCIMENTO DO JULGADOR. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.
1. Tanto para a verificação da existência do direito ao benefício por incapacidade quanto para a apreciação do tempo a partir do qual tal direito deve ser exercido (DIB), o julgador não está adstrito às informações do laudo pericial. Existentes outras provas nos autos diretamente relacionadas ao direito postulado (caso de atestados médicos, formulários de internações, comprovantes de licenças, exames realizados anteriormente pelo próprio órgão previdenciário, dentre outros), estas devem ser apreciadas e valoradas, podendo causar impressão suficiente no julgador de modo a resultar em convicção, parcial ou integralmente, divergente do exposto pelo médico perito.
2. Posicionamento aceito no STJ, cuja jurisprudência mais recente sobre a questão do termo inicial do benefício por incapacidade prestigia o livre convencimento do julgador (REsp AgRg no REsp 871.595/SP) e a observância quanto à existência de prévio requerimento administrativo ou concessão de auxílio-doença (EDcl no AgRg no REsp 911.394/SP) - esse o caso dos autos.
(omissis)"
(TNU, PU 2007.63.06.00.7601-0, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 08.01.2010)
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A PRECEDENTES DESTA TNU. DEMONSTRAÇÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DATA DO INÍCIO DA INCAPACIDADE. LAUDO INCONCLUSIVO. FIXAÇÃO PELO JUÍZO EM DATA NÃO COINCIDENTE COM A DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. POSSIBILIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRECEDENTES RECENTES DA TNU. IMPROVIMENTO.
1. Na fixação da data do início da incapacidade, deve ser prestigiado o livre convencimento do julgador, nos termos dos artigos 436 e 439, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Sendo assim, a data de início da incapacidade corresponderá à data da realização da perícia apenas quando o juízo, diante de todas as provas produzidas, não puder fixá-la em outra data. Neste caso, a data de início da incapacidade não passará de uma ficção necessária ao julgamento da lide.
2. Esta TNU tem prestigiado o livre convencimento motivado do julgador na fixação da data do início da incapacidade. Neste sentido, o juízo não é obrigado a fixá-la na data da realização da perícia se o laudo pericial é inconclusivo neste aspecto. Precedentes: TNU, PU 2005.33.00.76.8852-5, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 05.03.2010; TNU, PU 2007.63.06.00.7601-0, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 08.01.2010.
3. Pedido de Uniformização conhecido e não provido."
(TNU, PU 2009.36.00.70.2396-2, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11.03.2011)
Ante o exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, NEGO SEGUIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.
Brasília, 27 junho de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503870-11.2007.4.05.8201
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: CÉLIA DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: ANA C. V. ANDRADE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto por CÉLIA DOS SANTOS SILVA (doc. 2106058) contra acórdão da Turma Recursal da Paraíba que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de salário-maternidade rural (doc. 2077477). Da sentença, confirmada por seus próprios fundamentos, extrai-se:
"Aprecio, a seguir, os documentos contemporâneos aos fatos que se pretendem provar [Enunciado 34 da TNU], excluindo-se os muito próximos da DER, os quais, indiscutivelmente, foram produzidos para fins de prova junto ao INSS.
A certidão da Justiça Eleitoral, indicando profissão agricultora não serve de início de prova, eis que baseada em mera declaração, a qual não é submetida a nenhum tipo de controle ou verificação [nesse sentido: Provimento 2/2006 do TRE/PB, art. 2º].
Declarações particulares, quanto ao exercício de atividade rural não passam de afirmações unilaterais cuja força probante restringe-se a seus signatários, jamais servindo de prova sobre o fato em si [art. 368 "caput" e § único do CPC]. No máximo, haveria de se ter tais escritos como um testemunho obtido sem contraditório. Trago o seguinte acórdão do STJ:
AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. DECLARAÇÃO DE EX-EMPREGADOR NÃO CONTEMPORÂNEA AOS FATOS. PROVA MATERIAL. INEXISTÊNCIA.
1. É pacífico nesta Corte que a declaração de ex-empregador não contemporânea aos fatos alegados equivale à prova testemunhal, não sendo suficiente para a demonstração do labor agrícola.
2. Agravo improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 611.287/SP, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 25.06.2004, DJ 02.10.2006 p. 325)
Já a homologação de tempo de serviço em regime de economia familiar por sindicato não tem a força que o autor pretende imprimir, dado que sempre se exigiu homologação de órgão público ou pelo MP desde a redação originária do art. 106, § único, III da Lei 8213/91, requisito este não satisfeito no presente caso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Finalmente, documentos escolares [fichas individuais de aluno, formulários de matrícula, etc.] e fichas de atendimento ambulatorial, padecem da falta de informação apta a datá-los adequadamente, dada a exigência de contemporaneidade [Enunciado 34 da TNU], o que me leva a reputá-las inidôneas.
Concluo pela inexistência de início de prova material compatível com tempo de atividade rural em REF que se pretende provar, prejudicada a análise da prova oral." (doc. 929992)
A autora-recorrente apresentou o presente incidente, argumentando, essencialmente, que o acórdão impugnado contraria a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização, que no PEDILEF 2004.81.10.018124-8 decidiu que "há nulidade processual absoluta quando é negado à parte o direito de produzir prova testemunhal destinada a evidenciar o exercício de atividade rural, ao argumento de insuficiência de prova material" (Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11.03.2010).
De fato, afigura-se como motivo de nulidade da decisão de primeiro grau a circunstância de não ter sido oportunizada à autora-recorrente a produção de prova testemunhal, o que estaria a caracterizar evidente cerceamento de defesa.
Com efeito, por irradiação do direito constitucional de defesa e contraditório - visando à melhor instrução da causa que define a sorte de um hipossuficiente frente a seu direito de receber uma prestação previdenciária -, era imperiosa a realização de audiência para produção de prova testemunhal (que poderia, em tese, conjuntamente com os elementos documentais, levar ao convencimento de sua condição de trabalhadora rural, senão pelo magistrado singular, pela Turma Recursal de origem, em seu juízo de avaliação do conjunto probatório).
O encaminhamento oferecido nestes autos, contudo, ilude a aludida garantia processual e isso lamentavelmente não é tão raro em um ambiente de eficiência gerencial: Ora alega-se que o rito dos juizados não deve respeito às ultrapassadas formas do código de processo civil; Ora afirma-se que a celeridade necessária aos juizados especiais federais, destacadamente nos feitos previdenciários, impõe um procedimento especialmente célere. Concordo com as duas asserções, mas delas não se extrai a conclusão de que as partes não têm direito a produzir prova testemunhal quando o juiz, sem justificação constitucional de sua decisão, entende que os elementos de prova documental não atendem às exigências legais.
Primeiramente porque o direito à ampla defesa deve irradiar seus efeitos sobre todo processo. Aliás, é condição de processualidade.
De outro lado, a celeridade, compreendida como um instrumento para o processo justo, deve ceder espaço à segurança quando a parte que está a sofrer os efeitos do tempo - presumivelmente sem recursos para prover sua manutenção digna - não obterá qualquer vantagem com uma celeridade surda à realidade processual. Com qual finalidade se precipitará a sentença, se quem tem a urgência em receber a prestação discutida nos autos só tem a perder com o imediato julgamento?
Em terceiro lugar, é inadequado o emprego de medida de gestão de vara ou técnica de celeridade processual se ela tem potencialidade para afastar o juiz da verdade real, o que oferece graves danos nos feitos em que se discute direito de uma pessoa economicamente hipossuficiente a benefício de natureza alimentar, em nome da produtividade e dos resultados eficientes.
Apregoa-se que os Juizados Especiais Federais são o resgate da credibilidade do Poder Judiciário, a possibilidade de se desconstruir o estigma de que a atividade deste poder é morosa e, por isso, ineficiente. Mais do que isso, reapresenta-se um conhecido desafio do Poder Judiciário Federal: o de distribuir Justiça ao hipossuficiente necessitado de recursos indispensáveis à sua manutenção. A missão agora atribuída ao Judiciário é tornar realidade tal expectativa, promovendo um processo efetivo.
Do ângulo do processo justo, a celeridade perseguida pela processualística moderna não pode custar a efetividade do processo pelo prisma da segurança jurídica, mediante o desrespeito ao plexo de princípios constitucionais processuais que derivam do devido processo legal. É por tal razão que o anseio pela celeridade que nos guiou à edição da Lei 10.259/01 não pode, pelas peculiaridades deste modelo de jurisdição, anular a ordem processual ou tornar como de menor valor o direito a uma efetiva participação processual, sob pena de se subverter o postulado de defesa que se prende instrumentalmente a um direito material insubstituível. A celeridade não deve ser tomada como açodamento na condução do processo rumo à sentença. A simplicidade do rito não retira a complexidade do direito em jogo.
O principal propósito do processo previdenciário é resolver a questão de vida trazida à análise judicial e, partindo-se sempre desta premissa, resolvê-la de modo tão célere quanto possível. Para tanto, a busca é pelos caminhos de gestão de vara e pelas técnicas de aceleração processual, sem se anularem formas fundamentadas no imprescindível ao desenvolvimento válido de um processo que afeta direito fundamental à proteção social.
É justamente porque experimentamos os avanços de um Estado Democrático que os princípios que derivam do due process of law não podem deixar de irradiar efeitos sobre qualquer "espaço de sombra", mesmo que imperceptível como o forjado por uma celeridade inconstitucional, que começa a ser vista como derivada da supremacia do interesse público consistente no desafogamento da máquina judiciária, um superior interesse público que, se assentado na eficiência gerencial, pode retirar do processo suas reais possibilidades de servir ao direito material.
Ressalto que a TNU tem anulado sentenças que, após a dispensa da produção de prova testemunhal, julgam improcedente o pedido de concessão de benefício previdenciário rural (v.g.: 2004.81.10.018124-8, DJ 11.03.2010; 2004.81.10.028197-8, DJ 23.03.2010; 2004.81.10.008641-0, DJ 12.02.2010).
Ante o exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal e da Questão de Ordem nº 25 desta Turma Nacional de Uniformização, ANULO, DE OFÍCIO, A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU, com retorno dos autos à vara de origem para produção de prova testemunhal e prolação de nova sentença, dando por PREJUDICADO O PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.
De Curitiba para Brasília, 6 de julho de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500145-83.2008.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA LAURINDO MACIEL
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto por FRANCISA LAURINDA MACIEL (doc. 2454346) contra acórdão da 2ª Turma Recursal do Ceará que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.
A autora-recorrente argumenta, essencialmente, que o Superior Tribunal de Justiça admite, como início de prova material, documentos desconsiderados pelo acórdão recorrido, além de permitir o exercício individual da atividade rural. Para demonstrar a alegada divergência, suscitou como paradigma julgados oriundos do STJ, transcrevendo as respectivas ementas.
Inicialmente, faz-se indispensável o exame da decisão recorrida na perspectiva do direito à decisão judicial fundamentada, inscrito no artigo 93, IX da Constituição da República.
É que o acórdão recorrido não responde suficientemente às exigências constitucionais de fundamentação das decisões judiciais, na medida em que não faz referência específica ao caso concreto que se propõe a oferecer solução.
O cumprimento do dever fundamental de motivar as decisões não se satisfaz com a mera veiculação de rol de motivos que logicamente chegam ao dispositivo, sem contudo, demonstrar-se, especificamente, sua pertinência ao caso concreto.
É necessária, antes, a demonstração inequívoca da razão pela qual a decisão chegou a um dado resultado no caso concreto, de modo a permitir às partes a verdadeira compreensão do julgado e à parte sucumbente o adequado acesso à via recursal. Talvez aqui se encontre justamente o principal problema da decisão deficientemente fundamentada: ela se constitui em um verdadeiro obstáculo à via recursal, uma vez que ilude a possibilidade de impugnação específica das razões do julgado.
Neste sentido:
"(...) na fundamentação, o juiz não deve referir-se ao resultado objetivo da prova - o que deve ser apontado no relatório -, mas à sua valoração. Não são admitidas sentenças que não façam referência aos motivos pelos quais uma prova não é admitida. Além disso, o juiz deve explicar as razões pelas quais a prova demonstra, ou não, uma afirmação de fato. Em outras palavras, o juiz não pode silenciar sobre uma prova simplesmente pelo fato de que ele, por exemplo, supõe - mas não diz - que aquela não serve para demonstrar uma afirmação de fato."(...)
A fundamentação permite ao vencido entender os motivos de seu insucesso e, se for o caso de interpor recurso, apresentar suas razões adequadamente, demonstrando os equívocos da sentença. Além disso, a fundamentação também possibilita ao órgão de segundo grau entender os motivos que levaram o julgador de primeiro grau a dar, ou não, razão ao autor.
Em outros termos, não basta o juiz estar convencido. Deve ele demonstrar as razões de seu convencimento. Isso permite o controle da atividade do juiz pelas partes ou por qualquer um do povo, já que a sentença deve ser o resultado de raciocínio lógico que assenta no relatório, na fundamentação e no dispositivo. Note-se, porém, que a decisão não requer apenas coerência lógica, mas também contextual, importando aí os contextos do direito e do senso comum, o qual muitas vezes é fundamental quando da análise da credibilidade da prova, da formação de presunção ou mesmo no estabelecimento do juízo que a toma em consideração."
Mais do que isso: "O dever de motivar não decorre apenas de uma regra formal contida no texto constitucional (art. 93, IX) ou de uma exigência do direito de defesa das partes. Ele está vinculado à própria necessidade republicana de justificação das decisões do Poder Público" .
Simplicidade, celeridade e informalidade nos Juizados Especiais Federais e o dever de fundamentação.
A ausência ou deficiência na fundamentação não se confunde com sua concisão na exposição dos fundamentos.
É próprio dos Juizados Especiais que as decisões judiciais sejam concisas, mas isso não pode servir de manto a decisões que não permitam conhecimento acerca das razões determinantes da conclusão do julgamento.
Segundo o paradigma da eficiência - preocupação acentuada com a celeridade e com a produtividade -, na condução do processo judicial, valores processuais como celeridade, economia e instrumentalidade somam-se aos valores administrativos de qualidade e produtividade.
O que se busca, nesta perspectiva, é uma prestação jurisdicional eficiente.
Essa racionalidade, especialmente no âmbito dos Juizados Especiais Federais, aparece inicialmente como instrumento à satisfação do direito do jurisdicionado a um processo justo, noção esta mais enfaticamente compreendida como um processo célere, bem ao sabor da garantia constitucional da proteção judicial (CF/1988, art. 5º, XXXV) e do direito à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação (CF/1988, art. 5º, LXXVIII). É uma defesa contra o estigma mais profundo do Judiciário, sua morosidade.
De outra parte, o conteúdo específico de uma causa previdenciária reclama também uma certa prioridade na tramitação, um grau de efetividade compatível com a natureza urgente do bem da vida que se encontra em discussão, uma prestação geralmente destinada a satisfazer as necessidades mais elementares do potencial beneficiário. É importante a percepção de que o direito a uma adequada tutela jurisdicional significa, como aponta Marinoni, "direito a um processo efetivo, próprio às peculiaridades de pretensão de direito material de que se diz titular aquele que busca a tutela jurisdicional" .
Muitas vezes, porém, a celeridade é perseguida não apenas em nome do direito constitucional individual à razoável duração do processo ou pelo receio de dano de difícil reparação à parte que se encontra destituída de prestação alimentar indispensável a sua subsistência digna, mas igualmente em razão de postura gerencial empregada para racionalizar as tarefas judiciais com vistas ao resultado geral, em termos de celeridade no trâmite dos processos.
É preciso destacar que o interesse da parte em um processo previdenciário efetivo - presumivelmente um indivíduo hipossuficiente na espera da solução judicial sobre seu direito a um bem da vida de índole alimentar - apenas coincide, em determinado momento, quanto ao resultado (celeridade) pretendido pelo método da eficiência no gerenciamento dos processos.
A eficiência gerencial recomenda ótima alocação de recursos escassos (estrutura e pessoal) para promover ganhos a todos os que se encontram em juízo aguardando análise de seu direito e, com isso, elevar as atividades judiciais do órgão jurisdicional a um patamar considerado aceitável, sob a perspectiva de indicadores de produtividade. Há aqui uma ideia de ganho geral que pode coincidir com o interesse da parte em obter uma resposta jurisdicional efetiva. Mas não coincidirá, necessariamente.
Deve-se questionar a esta altura: A que fim devem servir valores tais como simplicidade, instrumentalidade e celeridade processuais? Em que medida esses princípios da moderna processualística confluem em favor do indivíduo numa lide contra a Fazenda Pública? Até que ponto esses valores podem ser invocados como medidas necessárias a um bom gerenciamento do órgão jurisdicional? Ou, antes, o que se deve considerar como uma boa administração judicial de processos?
A essas perguntas não se poderá oferecer sequer uma resposta adequada se não recobrarmos a noção de que uma tutela jurisdicional efetiva não se reduz à ideia de um processo célere. Um processo efetivo emerge da necessária ponderação entre dois primordiais valores: segurança e celeridade. Pelo primeiro, a sentença tende a sair correta. Pelo segundo, a sentença tende a sair em tempo oportuno. Talvez essa dicotomia não seja tão absoluta e se dissolva no que se considera o direito a um processo sem dilações indevidas. A consideração excessiva à celeridade (instrução ou fundamentação deficiente) pode prejudicar a efetividade jurisdicional e a legitimidade do Poder Judiciário tanto quanto a demora excessiva na entrega da prestação jurisdicional. Isso ocorrerá quando o avanço processual se der em prejuízo do devido processo legal e suas irradiações de defesa, contraditório, igualdade entre as partes e, de modo destacado, a necessária fundamentação dos atos decisórios.
Para o que nos interessa mais de perto, é de se questionar se a adoção acrítica da lógica do princípio da eficiência na administração da justiça não implicará, pelo exercício gerencial da jurisdição, a modificação do modelo de legitimação política e social do Judiciário, isto é, a substituição de uma "legitimidade pelo conteúdo" por uma "legitimidade pelo tempo" ou por uma "legitimidade pelos números". Mas o Judiciário terá considerado cumprido seu papel na pacificação social ao entregar a tutela jurisdicional em menor tempo, independentemente da consistência de suas decisões, ou da correspondência delas à realidade?
Na espécie dos autos, a anulação da decisão pode custar ainda mais tempo para a entrega definitiva da tutela jurisdicional, mas é a medida necessária para que a prestação de jurisdição se opere com necessário respeito ao devido processo legal, quanto mais quando se considera o efeito externo prospectivo de uma decisão anulatória.
A decisão recorrida expressa suas razões de decidir da forma seguinte:
"A condição legal de trabalhador(a) rural, apta a conferir o direito à percepção do benefício de Aposentadoria por Idade, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes, o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período de carência, detinha a condição de segurado (a) especial.
Esta soma de requisitos não se perfez na espécie, além de não ser possível a comprovação do exercício da atividade rural através de prova exclusivamente testemunhal (Súmula 149/STJ).
No caso em apreço, verifica-se que alguns dos documentos acostados aos autos não estão em conformidade com o que exige a legislação previdenciária, não se prestando a demonstrar o desempenho da atividade rural no período exigido em lei, sobretudo por serem documentos expedidos em nome de terceiros e resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou, ainda, expedidos fora do período de carência ou na iminência da propositura do pleito, sendo, portanto, imprestáveis para o fim que se colima. Acrescente-se, ainda, que deve ser considerada a contraprova eventualmente trazida pelo Órgão Previdenciário (CNIS, INFBEN), que pode descaracterizar o acervo de documentos considerado válido.
Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença de improcedência do pedido formulado na inicial. Deixo de condenar a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, uma vez que litiga sob o pálio da gratuidade judiciária." (doc. 2391199).
Ocorre que não é possível extrair-se da decisão recorrida a real motivação para a conclusão a que chegou a Turma de Origem, na medida em que aponta diversos motivos possíveis que genericamente levam ao resultado, deixando de especificar, ao fim e ao cabo, qual dos motivos - e por qual razão - se aplica ao caso sob exame.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Mais especificamente, da análise da decisão recorrida não se compreende a razão pela qual os documentos acostados aos autos não estão em conformidade com a legislação previdenciária. Antes, a decisão recorrida levanta hipóteses alternativas, elas próprias destituídas de fundamentação, deixando de dizer qual das hipóteses suscitadas se aplica efetivamente ao caso concreto. Não se sabe, portanto, se a situação dos autos - e a causa do indeferimento do pedido - é a de apresentação de documentos em nome de terceiros, ou de documentos resultantes de declarações unilaterais, ou de mera adesão da parte, ou confeccionados fora do período de carência, ou na iminência da propositura do pleito. E tampouco se conhece a razão pela qual tais documentos seriam inservíveis para atender a regra de prova contida no artigo 55, § 3º, da Lei 8.213/1991.
Em outras palavras, o acórdão recorrido fixa diversas premissas, mas simplesmente deixa de demonstrar qual delas - e porque razão - encontra aplicação no caso dos autos, dificultando o exercício do direito de defesa e transferindo a esta instância uniformizadora atuação que é estranha à sua natureza.
Tem-se, portanto, que o acórdão recorrido encontra-se eivado de nulidade por falta de fundamentação.
Neste contexto e dada a gravidade da nulidade ora identificada, reconheço-a de ofício, determinando o retorno dos autos à Turma de Origem para adequado julgamento, restando prejudicado o incidente interposto pela parte requerente.
Neste sentido, aliás, esta Turma Nacional de Uniformização determinou a anulação de processo em decorrência de decisões destituídas de fundamentação (v.g.: PU 2004.81.10.01.8124-8, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11.03.2010; PU 2004.81.10.00.8641-0, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 12.02.2010).
Ante o exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, ANULO O ACÓRDÃO RECORRIDO, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem para a prolação de novo acórdão, dando por PREJUDICADO O PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.
De Curitiba para Brasília, 6 de julho de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500370-79.2008.4.05.8401
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ALISON DOIA DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto por ALISON DOIA DE SOUZA (doc. 1687838) contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte que manteve a sentença de improcedência do pedido de concessão de benefício assistencial a pessoa com deficiência. A decisão recorrida foi fundamentada na incapacidade parcial e temporária para o trabalho, ao entendimento de que a concessão do benefício exige incapacitação total e definitiva.
O autor-recorrente sustenta, preliminarmente, a nulidade da sentença mantida pelo acórdão impugnado, tendo em vista o julgamento antecipado da lide, sem a designação de audiência para a oitiva de testemunhas. Argumenta, outrossim, que a decisão recorrida diverge do entendimento da Turma Recursal do Tocantins, que concedeu benefício assistencial a requerente com incapacidade parcial e temporária (RCI 2007.43.00.902706-2, Rel. Juiz Federal Rodrigo Vasconcelos Coelho de Araújo, DJ 13.02.2009).
É o relatório. Encaminho a decisão.
Inicialmente, incumbe reconhecer que o Pedido de Uniformização foi apresentado tempestivamente dentro do prazo de 10 (dez) dias (doc. 1699373).
Afasto a arguição de nulidade da sentença por cerceamento de defesa, haja vista que a prova da incapacidade é essencialmente pericial e documental, cabendo ao juiz decidir pela necessidade de complementação mediante a realização de audiência.
Sobre a possibilidade de concessão de benefício assistencial em face de incapacidade temporária, esta Turma Nacional de Uniformização firmou o posicionamento de que "o art. 20 da Lei n° 8.742/93 não impõe que somente a incapacidade permanente, mas não a temporária, permitiria a concessão do benefício assistencial, não cabendo ao intérprete restringir onde a lei não o faz, mormente quando em prejuízo do necessitado do benefício e na contramão da sua ratio essendi, que visa a assegurar o mínimo existencial e de dignidade da pessoa" (PEDILEF 2007.70.53.002847-2, Rel. Juiz Federal Manoel Rolim Campbell Penna, DJ 08.02.2011). No mesmo sentido: 2007.70.50.010865-9, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DJ 11.03.2010.
Por outro lado, este Colegiado também assentou a orientação de que, "embora sob o ponto de vista médico a incapacidade seja apenas parcial, sob o ponto de vista jurídico a incapacidade é total se, diante de condições pessoais desfavoráveis, for inviável o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho" (PEDILEF 2006.83.03.501397-7, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 28.07.2009). Pode-se citar, também, os acórdãos proferidos nos seguintes processos: 2007.84.02.500190-2, 2004.61.84.242410-1, 2006.43.00.905805-0, 2005.43.00.902086-4, 2004.30.00.702129-0.
Nesse sentido, ao exigir que a incapacidade seja total e definitiva para a concessão de benefício assistencial, o acórdão recorrido contrariou a jurisprudência dominante do STJ e deste Colegiado.
Sendo assim, os autos devem retornar à origem para que a Turma Recursal analise as condições pessoais do requerente e verifique os pressupostos para a concessão do benefício, à luz das premissas acima estabelecidas e, com efeitos a partir de 07.07.2011, à luz da nova normativa estabelecida pela Lei 12.435/2011.
Ante o exposto, nos termos do artigo 8º, inciso X, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, determinando o retorno dos autos à Turma Recursal para que faça nova análise do conjunto probatório a partir das premissas de direito uniformizadas.
De Curitiba para Brasília, 28 de julho de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.81.00.507687-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ ALCIDES DA SILVA
PROC./ADV.: GUSTAVO PITA PINHEIRO TORRES
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência interposto por JOSÉ ALCIDES DA SILVA, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará.
Na inicial, o autor requereu a restituição das contribuições ao Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) / Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA) / Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), no período que antecedeu a edição da MP 2131/2000.
A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, afastando a ocorrência de prescrição e determinando a "repetição do indébito do montante que exceder a alíquota de 3% (três por cento) fixada pelo Decreto nº 92.512/86, respeitada a prescrição decenal, por se tratar de tributo sujeito ao lançamento por homologação, tudo devidamente acrescido da Taxa SELIC, que substitui a indexação monetária e os juros (STJ, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, REsp nº 187.401/RS, DJU de 23.03.99, p. 82) desde a data do pagamento indevido (Súmula 162 do STJ)".
O recurso interposto pela União foi provido pela Turma Recursal do Ceará, que declarou a prescrição de todas as parcelas pleiteadas, nos seguintes termos: "Em sendo assim, restando evidenciado que o lançamento é de ofício, a prescrição ocorre em cinco anos. Como a presente demanda buscava a repetição de valores anteriores à edição da Medida Provisória nº 2.131, de 28.12.2000, todas as parcelas se encontram prescritas, uma vez que a ação foi ajuizada após dezembro de 2005".
No presente incidente, o recorrente alega divergência com julgados de Turma Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifico que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)
3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009).
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de julho de 2011.

JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.81.00.503726-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ OSMAR GONDIM
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência interposto por JOSÉ OSMAR GONDIM, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará.
Na inicial, o autor requereu a restituição das contribuições ao Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) / Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA) / Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), no período que antecedeu a edição da MP 2131/2000.
A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, afastando a ocorrência de prescrição e determinando a "repetição do indébito do montante que exceder a alíquota de 3% (três por cento) fixada pelo Decreto nº 92.512/86, respeitada a prescrição decenal, por se tratar de tributo sujeito ao lançamento por homologação, tudo devidamente acrescido da Taxa SELIC, que substitui a indexação monetária e os juros (STJ, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, REsp nº 187.401/RS, DJU de 23.03.99, p. 82) desde a data do pagamento indevido (Súmula 162 do STJ)".
O recurso interposto pela União foi provido pela Turma Recursal do Ceará, que declarou a prescrição de todas as parcelas pleiteadas, nos seguintes termos: "Em sendo assim, restando evidenciado que o lançamento é de ofício, a prescrição ocorre em cinco anos. Como a presente demanda buscava a repetição de valores anteriores à edição da Medida Provisória nº 2.131, de 28.12.2000, todas as parcelas se encontram prescritas, uma vez que a ação foi ajuizada após dezembro de 2005".
No presente incidente, o recorrente alega divergência com julgados de Turma Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifico que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)
3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009).
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de julho de 2011.

JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.81.00.513012-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JESUS ALANO PERDIGÃO PAULINO
PROC./ADV.: STÊNIO GONÇALVES SILVA
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência interposto por JESUS ALANO PERDIGÃO PAULINO, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará.
Na inicial, o autor requereu a restituição das contribuições ao Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) / Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA) / Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), no período que antecedeu a edição da MP 2131/2000.
A sentença julgou improcedente o pedido, pronunciando a prescrição, considerando que "todas as ações ajuizadas a partir de 10 de junho de 2005 se submetem ao prazo prescricional de 05 anos, qualquer que seja a modalidade de lançamento tributário", pois, "de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, pouco importa a data do fato gerador, pois o que importa para aplicação do disposto no art. 3º da Lei Complementar 118/2005 é a data do ajuizamento da ação", estando, portanto, "prescritas estão as parcelas anteriores à Medida Provisória nº 2.131/00 de 28.12.2000, tomando-se por base a propositura da ação".
O recurso interposto pela parte autora não foi provido pela Turma Recursal do Ceará, que, confirmando a sentença recorrida, reconheceu a prescrição de todas as parcelas pleiteadas, nos seguintes termos: "Em sendo assim, restando evidenciado que o lançamento é de ofício, a prescrição ocorre em cinco anos. Como a presente demanda buscava a repetição de valores anteriores à edição da Medida Provisória nº 2.131, de 28.12.2000, todas as parcelas se encontram prescritas, uma vez que a ação foi ajuizada após dezembro de 2005".
No presente incidente, o recorrente alega divergência com julgados de Turma Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifico que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)
3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009).
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de julho de 2011.

JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.72.51.002574-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JURANDIR CASTRO PASSOS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

DECISÃO

O JUIZ RONIVON DE ARAGÃO (RELATOR): Trata-se de Pedido de Uniformização interposto por Jurandir Castro Passos em face de acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos JEF´s da Seção Judiciária de Santa Catarina, nos autos do processo que move contra o INSS.
No referido acórdão, a Turma Recursal de origem improveu recurso da parte autora, ora requerente, mantendo a sentença do JEF que julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário mediante averbação de período decorrente de conversão de tempo especial em comum.
Alega, em síntese, a parte recorrente, que o aresto recorrido divergiu de julgado oriundo da Turma Recursal de São Paulo, em que restara firmada a tese de que é presumida a exposição a agentes de risco para a função de vigilante, independentemente do uso de arma de fogo.
O aresto perseguido, citando excerto da sentença de primeiro grau, adotou como suficiente para o indeferimento do pleito autoral as seguintes razões:
(...)
Em que pese inexistir previsão expressa da especialidade da função de vigia e/ou vigilante, o enquadramento como especial se dá por equiparação à função de guarda, a qual está prevista no código 2.5.7 do Quadro Anexo do Decreto nº 53.831/64. Entretanto, para haver o reconhecimento da especialidade, faz-se necessário que o autor porte arma de fogo, conforme entendimento da Turma Recursal de Santa Catarina.
(...)
No caso dos autos, porém, não há como haver reconhecida a especialidade. Isto porque os documentos apresentados pela parte autora não informam que havia porte de arma de fogo no desempenho das suas atividades. Dessa forma, inaplicável à espécie o código 2.5.7 do quadro anexo do Decreto nº 53.831, de 1964, que enquadra como especial a profissão de guarda.
(...) (grifou-se)
Com efeito, o acórdão recorrido está em conformidade com entendimento desta TNUJEF´s, conforme se demonstra da ementa abaixo transcrita de voto desta Corte Uniformizadora no PEDILEF nº 200870530013072:
RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. VIGIA. EXIGÊNCIA DO USO DE ARMA DE FOGO. ACÓRDÃO RECORRIDO AFINADO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DESTA TNU. QUESTÃO DE ORDEM 13. FRENTISTA. ATIVIDADE NÃO INCLUÍDA NO ROL PREVISTO NOS DECRETOS 53.831/64 E 83.080/79. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA ESPECIALIDADE. DECISÃO IMPUGNADA EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TNU. APLICABILIDADE DA QUESTÃO DE ORDEM 13. ATIVIDADES DE SERVENTE DA CONSTRUÇÃO CIVIL E AUXILIAR DE ARMAZÉM. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. NÃO CONHECIMENTO. 1 - Insurge-se o autor-recorrente contra o acórdão proferido pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná especificamente quanto aos períodos correspondentes aos exercícios das atividades de vigia, frentista, servente da construção civil e auxiliar de armazém. 2 -
No que se refere à atividade de vigia, o acórdão recorrido fixou a tese de que o uso da arma de fogo é imprescindível para configurar a nocividade do período laborado na condição de vigia até o advento da Lei nº. 9.032/95. Este entendimento encontra-se afinado com a jurisprudência dominante nesta TNU. Aplicação da Questão de Ordem nº. 13 desta TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido"). 3 - No tocante ao reconhecimento da especialidade da atividade de frentista, o acórdão fixou a premissa de que se deve comprovar a exposição habitual e permanente dos trabalhadores a agentes químicos derivados do petróleo - óleo diesel, gasolina e lubrificantes - e alcoóis, os quais constam no código 1.2.11 do anexo ao Decreto nº. 53.831/64 e no código 1.1.10 do anexo ao Decreto 83.080/79. Entendimento em consonância com a jurisprudência desta Turma Nacional, o que enseja a aplicabilidade da Questão de Ordem nº. 13. 4 - Quanto à atividade de servente da construção civil, o acórdão recorrido, acolhendo os fundamentos da sentença, não reconheceu a especialidade do tempo laborado na atividade de servente da construção civil, ao argumento de que referida atividade não está enquadrada nos anexos aos Decretos nº. 53.831/64 e 83.080/79, razão pela qual é necessária a comprovação de que eram desempenhadas algumas das atividades arroladas no código 2.3.0 para fins de reconhecimento do exercício de atividade especial. Os acórdãos do STJ apontados como paradigma - proferidos no AgRg no Ag nº. 920.500/SC, REsp nº. 947.849/RS e AgREsp nº. 1066847/PR - acolhem o entendimento de que o rol de atividades consideradas insalubres, perigosas ou penosas nos Decretos nº. 53.831/64 e 83.080/79 é exemplificativo, pelo que a ausência do enquadramento da atividade desempenhada não inviabiliza a sua consideração para fins de concessão de aposentadoria. Inexistência de similitude fático-jurídica. Aplicabilidade da Questão de Ordem nº. 22. 5 - No que se refere à atividade de auxiliar de armazém, o acórdão recorrido acolheu o entendimento de que como a atividade não está arrolada nos Decretos nº. 53.831/64 e 83.080/79, deve-se comprovar a efetiva exposição a agentes nocivos para o reconhecimento de tempo de serviço prestado em condições especiais. Os acórdãos invocados como paradigma - AgRg no REsp 951.518, AgRg no REsp 881.215 e REsp 354.737 - firmam a tese de que não constitui ofensa ao enunciado sumular de nº. 7 do STJ a valoração da documentação apresentada que comprova a efetiva exposição do trabalhador a agentes prejudiciais à saúde. Ausência de similitude fático-jurídica. 6 - Incidente de uniformização não conhecido. (grifou-se)
(TNU. PEDILEF 200870530013072. Rel. Alcides Saldanha Lima. Data Decisão: 05.05.2011. Publicação DOU 24.05.2011, Seção 1).
Destarte, ganha espaço a Questão de Ordem nº 13, para a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante todo o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso interposto, por manifestamente inadmissível, nos termos do caput, do art. 557 do CPC, com aplicação subsidiária aos Juizados Especiais Federais.
Intimem-se.
Aracaju/SE, 01 de setembro de 2011.

RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.72.54.007396-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MANOEL DOS SANTOS FILHO
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

DECISÃO

O JUIZ RONIVON DE ARAGÃO (RELATOR): Trata-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência formulado por Manoel dos Santos Filho em face de acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, nos autos do processo que move contra o INSS.
Insurge-se a recorrente contra decisão colegiada proferida pela 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, a qual mantivera a sentença que indeferiu o pedido autoral de conversão de aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade mediante aproveitamento do tempo em que percebeu aquele benefício como tempo de contribuição, o qual seria tomado como tempo de carência, sob o fundamento suficiente de que tal pedido encontra óbice no art. 55, II, da Lei nº 8.213/91.
Alega que o aresto recorrido contrariou julgados das Turmas Recursais de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e desta própria TNUJEF´s.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Busca a recorrente: a) a uniformização de jurisprudência no que alude ao referido ponto; b) requer, em razão da dita uniformização, seja julgado procedente o seu pleito.
Não merece prosperar a irresignação do requerente.
Com efeito, esta Corte Uniformizadora, em recente julgado, uniformizou o entendimento sobre a matéria, nos seguintes termos, passando a julgar dessa forma, reiteradamente, tais casos:
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE TRANSFORMAÇÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PREVIDENCIÁRIA EM APOSENTADORIA POR IDADE. CONTADO COMO TEMPO DE SERVIÇO, AQUELE EM QUE ESTEVE RECEBENDO BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE, SE ESTIVER ENTRE PERÍODOS DE ATIVIDADE. ACÓRDÃO MANTIDO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL CONHECIDO E DESPROVIDO. 1.O próprio Autor, ora Requerente, confirma que gozou de auxílio-doença desde 05/02/1980, e que, posteriormente, passou a receber a aposentadoria por invalidez previdenciária, desde 01/11/1985, tendo sido informado pelo INSS que contava antes da incapacidade com 73 (setenta e três) meses de contribuição. 2. Em primeiro lugar, cabe afastar a aposentadoria por idade, já que, completou 65 (sessenta e cinco) anos em 1995, quando a carência do Art.142 da Lei nº 8.213/91, seria de 78 (setenta e oito) contribuições recolhidas. 3.Dessa forma, pretende o Autor que o tempo em gozo de benefícios por incapacidade seja considerado para efeito de tempo de serviço para o deferimento da aposentadoria por idade. A solução pretendida não é possível, pois, tanto o Art.55, II, da Lei nº 8.213/91, como o Art.60, III, do Decreto nº 3.048/99, são expressos em afirmar que só é contado como tempo de serviço, aquele em que esteve recebendo benefício por incapacidade, se estiver entre períodos de atividade. 4. O art.60, IX, do Decreto nº 3.048/99, também sepulta a tese autoral, ao garantir contagem de tempo em que esteve recebendo benefício por incapacidade, intercalado ou não, quando se tratar de acidente de trabalho. 5. Incidente conhecido e desprovido. (grifou-se)
(TNU. PEDILEF 200872540013565. Rel. Juiz Federal André Brandão de Brito Fernandes. Data Decisão: 16.11.2009. DJ 23.03.2010).
Assim, restando pacificada a tese ora transcrita quanto a só ser possível o aproveitamento do tempo em que se percebeu aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, para fins de aproveitamento como tempo de contribuição, se aquele estiver intercalado por períodos de atividade, há de ser mantido o acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, no que se dá, nesta via, IMPROVIMENTO ao incidente de uniformização, o que se faz com fundamento no art. 8º, inc. X, do Regimento Interno desta Corte Uniformizadora.
Aracaju/SE, 01 de setembro de 2011.

RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.41.00.901734-1
ORIGEM: SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: RIBAMAR ROQUE DA COSTA
PROC./ADV.: WOLMY BARBOSA DE FREITAS
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
DECISÃO

O presente Pedido de Uniformização deve ser provido, alinhando-se a TNU ao E. Superior Tribunal de Justiça:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 3,77%. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. PRESCRIÇÃO DO CHAMADO FUNDO DE DIREITO NÃO CARACTERIZADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência que discute a prescrição do direito ao reajuste de vencimento de Servidor Público da FUNASA decorrente da Unidade de Referência de Preços - URP de abril/maio de 1988, no índice de 3, 77%, que corresponde a 7/30 de 16,19%, variação do IPC do trimestre anterior.
2. Conforme entendimento firmado sobre a matéria, pretende-se a percepção de diferenças pecuniárias derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica, que se renova no tempo, guardando a natureza de obrigação de trato sucessivo. Incidência da Súmula n. 85/STJ. Precedente: Pet 7154/RO, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, publicado no DJ de 05/11/2010.
3. Agravo regimental improvido. (AgRg na Pet 7553 / AP AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO 2009/0193182-9 Relator(a) Ministro JORGE MUSSI (1138) Órgão Julgador S3 - TERCEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 23/03/2011 Data da Publicação/Fonte DJe 08/04/2011).
Ementa
DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL ACOLHIDO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. FUNASA. REAJUSTE DE 3,77%. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. NÃO CARACTERIZADA A PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. ENTENDIMENTO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS QUE DIVERGE DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. ORIENTAÇÃO ASSENTADA PELA TERCEIRA SEÇÃO DESTE TRIBUNAL SUPERIOR NO JULGAMENTO DA PET. 7.154/RO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. O presente Incidente de Uniformização de Jurisprudência está adstrito à forma de cômputo da prescrição em demanda que busca a revisão de vencimentos de Servidor Público com a inclusão do índice referente à 7/30 da URP dos meses de abril e maio de 1988, correspondente à 3,77%.
2. A questão controvertida, in casu, é idêntica à tratada no Incidente de Uniformização de Jurisprudência PET 7.154/RO, no qual a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na assentada de 27.10.2010, por unanimidade, pacificou o entendimento de que, tratando-se de prestação de trato sucessivo não ocorre a prescrição da ação, mas, tão-somente, a das parcelas anteriores aos cinco anos do ajuizamento da demanda, consoante orientação cristalizada na Súmula 85/STJ.
3. Não merece reparos a decisão agravada ao afirmar a dissonância do acórdão prolatado pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais com a orientação jurisprudencial desta Corte.
4. Agravo Regimental desprovido. (AgRg na Pet 7288 / RO AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO 2009/0094477-3 Relator(a) Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133) Órgão Julgador S3 - TERCEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 23/02/2011 Data da Publicação/Fonte DJe 17/03/2011).
Isto posto, nos termos do artigo 8º, inciso X, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal , dou provimento ao pedido de uniformização, devendo o feito retornar à Turma Recursal de origem para adequação do julgado.
De Florianópolis para Brasília, 31 de agosto de 2011.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.41.00.901934-5
ORIGEM: SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: LOURECI VIEIRA DE ARAUJO
PROC./ADV.: WOLMY BARBOSA DE FREITAS
REQUERIDO(A): FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
DECISÃO

O presente Pedido de Uniformização deve ser provido, alinhando-se a TNU ao E. Superior Tribunal de Justiça:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 3,77%. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. PRESCRIÇÃO DO CHAMADO FUNDO DE DIREITO NÃO CARACTERIZADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência que discute a prescrição do direito ao reajuste de vencimento de Servidor Público da FUNASA decorrente da Unidade de Referência de Preços - URP de abril/maio de 1988, no índice de 3, 77%, que corresponde a 7/30 de 16,19%, variação do IPC do trimestre anterior.
2. Conforme entendimento firmado sobre a matéria, pretende-se a percepção de diferenças pecuniárias derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica, que se renova no tempo, guardando a natureza de obrigação de trato sucessivo. Incidência da Súmula n. 85/STJ. Precedente: Pet 7154/RO, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, publicado no DJ de 05/11/2010.
3. Agravo regimental improvido. (AgRg na Pet 7553 / AP AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO 2009/0193182-9 Relator(a) Ministro JORGE MUSSI (1138) Órgão Julgador S3 - TERCEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 23/03/2011 Data da Publicação/Fonte DJe 08/04/2011).
Ementa
DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL ACOLHIDO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. FUNASA. REAJUSTE DE 3,77%. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. NÃO CARACTERIZADA A PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. ENTENDIMENTO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS QUE DIVERGE DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. ORIENTAÇÃO ASSENTADA PELA TERCEIRA SEÇÃO DESTE TRIBUNAL SUPERIOR NO JULGAMENTO DA PET. 7.154/RO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. O presente Incidente de Uniformização de Jurisprudência está adstrito à forma de cômputo da prescrição em demanda que busca a revisão de vencimentos de Servidor Público com a inclusão do índice referente à 7/30 da URP dos meses de abril e maio de 1988, correspondente à 3,77%.
2. A questão controvertida, in casu, é idêntica à tratada no Incidente de Uniformização de Jurisprudência PET 7.154/RO, no qual a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na assentada de 27.10.2010, por unanimidade, pacificou o entendimento de que, tratando-se de prestação de trato sucessivo não ocorre a prescrição da ação, mas, tão-somente, a das parcelas anteriores aos cinco anos do ajuizamento da demanda, consoante orientação cristalizada na Súmula 85/STJ.
3. Não merece reparos a decisão agravada ao afirmar a dissonância do acórdão prolatado pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais com a orientação jurisprudencial desta Corte.
4. Agravo Regimental desprovido. (AgRg na Pet 7288 / RO AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO 2009/0094477-3 Relator(a) Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133) Órgão Julgador S3 - TERCEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 23/02/2011 Data da Publicação/Fonte DJe 17/03/2011).
Isto posto, nos termos do artigo 8º, inciso X, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal , dou provimento ao pedido de uniformização, devendo o feito retornar à Turma Recursal de origem para adequação do julgado.
De Florianópolis para Brasília, 31 de agosto de 2011.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.32.00.703892-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: ITELVINA MORAES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
DECISÃO

1. Relatório.
Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal interposto contra acórdão da TR/AM. A parte autora argumenta que a decisão contrariou entendimento da Súmula n. 29 da TNU.
2. Fundamentação.
O caso admite a aplicação do art. 557, §1º do CPC, uma vez que a decisão recorrida está em manifesto confronto com a jurisprudência pacífica da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU.
Por outro lado, uma decisão monocrática atende aos princípios dos Juizados, especialmente os da celeridade, simplicidade e economia processual - art. 2º da Lei n. 9.099/95.
A TNU é pacífica (Súmula n. 29):
Para os efeitos do art. 20, § 2º, da Lei n. 8.742, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover ao próprio sustento.
Outrossim, a TNU já decidiu que as circunstâncias pessoais devem ser avaliadas para fins de concessão de benefício assistencial (LOAS):
EMENTA-VOTO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL (LOAS). INCAPACIDADE FÍSICA PARCIAL QUE, ALIADA ÀS CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS E SÓCIO-ECONÔMICAS, PERMITE O RECONHECIMENTO DA DEFICIÊNCIA, DE ACORDO COM A AVALIAÇÃO DA PROVA PELO JUÍZO. SÚMULA N° 29 DA TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA APONTADO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. REAVALIAÇÃO DA PROVA VEDADA EM SEDE DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, POR APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA N° 07 DO STJ. PRECEDENTES DA TNU. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DO INSS POR RECORRER COM BASE EM TESE JURÍDICA JÁ AFASTADA PELA SÚMULA N° 30 DA AGU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. IMPOSIÇÃO DE MULTA AO RECORRENTE DE MÁ-FÉ.
1. Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS em face do acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco que negou provimento ao seu recurso e manteve a sentença que determinou a implantação do benefício assistencial ao deficiente em favor do Autor, considerando-o inválido a partir do grau de sua condição física e de suas circunstâncias econômicas e sociais.
2. Deveras, no ponto de interesse ao presente incidente, o v. acórdão recorrido considerou que "atestando a perícia judicial que a parte autora está impossibilitada de exercer atividades laborativas existentes no local em que vive, considerada ainda sua idade e nível de instrução, presente o requisito da incapacidade para o trabalho." Assim, confirmou a r. sentença que, a seu turno, assim fundamentara o reconhecimento da deficiência que permite a concessão do benefício assistencial ao Autor, verbis: "(...) No caso, não há dúvida de que o demandante se trata de portador de seqüela grave de poliomielite no membro inferior direito (CID- A 80) que o torna incapaz para atividades laborativas braçais, como aquelas desenvolvidas por um agricultor (item 15). Excele notar que o laudo se mostra bem fundamentado, mediante a descrição pormenorizada das condições de saúde da parte, de conformidade com os elementos e as técnicas usualmente aceitas para as per ícias judiciais. É mister ter bem presente que, em casos como aquele deduzi do nos autos, ainda que o laudo pericial não seja conclusivo acerca da incapacidade total, as condições sócio -econômicas da parte - tais como a pobreza e a impossibilidade de se obter instrução formal, em virtude da incapacidade apontada - e o contexto social no qual se apresenta o problema, que é de grave crise econômica, devem ser levados em consideração. Assim, deve o juiz, para verificar a capacidade laborativa, analisar a questão posta não apenas do ponto de vista médico, mas, sobretudo, da perspectiva quanto a real e efetiva possibilidade de inserção no mercado de trabalho, levando em consideração as peculiaridades acima mencionadas. Por outros termos, as condições sócio-econômicas e culturais do demandante indicam que é muito improvável, senão impossível, que ele possa exercer alguma atividade profissional ou econômica que permita garantir a própria subsistência. Por isso, a conclusão que se impõe é a incapacidade do demandante, nos exatos termos do art. 20, da Lei n º 8.742/93. (...)"
3. O Recorrente - INSS diz que o v. acórdão vergastado negou provimento ao seu recurso sob o fundamento "de que a incapacitação parcial não afasta o direito ao benefício de assistência social por invalidez, levando em conta fatores outros que não os previstos em lei (idade, grau de escolaridade, condições sócio-econômicas, etc.)". E que, "assim agindo, o referido Colegiado negou vigência a dispositivo de lei federal, qual seja, o Art. 20, § 2º da Lei 8.742/93, adotando,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

também, entendimento oposto a acórdão oriundo da Turma Recursal da Bahia/1ª Região". 4. Sustenta então que apenas a incapacidade total e permanente para toda e qualquer atividade laborativa, inclusive para os atos da vida independente, permitiria a concessão do benefício assistencial, como reconheceu o acórdão de Turma recursal baiana no julgamento do processo n° 2005.33.00.765299-8, no sentido de que "para ser considerada pessoa portadora de deficiência, nos termos da Lei n° 8.742/93, a incapoacidade deve ser total e permanente. Sem tais requisitos não se configura a "invalidez". Eis sua ementa: LOAS. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. REQUISITOS. NÃO COMPROVAÇÃO. INCAPACIDADE PARCIAL. APTIDÃO PARA O TRABALHO E PARA A VIDA INDEPENDENTE. RECURSO DESPROVIDO. 1. Corresponde, o benefício assistencial, à garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. 2. Apreciando o laudo da perícia médica judicial à fl.30/31, resta evidenciado que o autor sofre de hemiparesia à direita, apresentando discreta atrofia muscular no dimídio direito, tratando-se de incapacidade parcial e permanente. 3. A deficiência apontada não o torna incapaz para a vida independente nem para o trabalho. Tal fato se comprova pelo depoimento do próprio autor que revelou ter desempenhado trabalho remunerado, como zelador, junto a instituição religiosa, por um período de 05 anos (fl. 34). 4. Para ser considerada pessoa portadora de deficiência, nos termos da Lei nº 8.742/93, a incapacidade deve ser total e permanente. Sem tais requisitos, não se caracteriza a "invalidez", mesmo havendo razões de ordem econômica e social a favor do recorrente, tais razões não militam apenas em seu favor, mas também em prol de grande parte dos brasileiros. 5. A limitação vivenciada pelo autor pode lhe trazer dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o que é lamentável, entretanto, tal situação de marginalização não o atinge com exclusividade nem é, necessariamente, em decorrência do mal que o aflige. 6. Recurso a que se nega provimento. 7. Sem condenação em honorários advocatícios, em face do deferimento da assistência judiciária gratuita. (Processo nº 2005.33.00.765299-8, rel. Juiz Federal CÉSAR CINTRA FONSECA - DJU de 13.10.2006)

5. Vênia devida às razões expostas na decisão que admitiu o curso do incidente a esta Corte, penso que o recurso não merece ser conhecido, pois, em que pese a aparente contradição entre os acórdãos das Turmas Recursais do Pernambuco e da Bahia cotejados, a divergência é mesmo apenas aparente, pois eles não espelham situações fáticas idênticas. Senão vejamos.

6. O caso dos autos trata de pessoa que, por enfermidade congênita, causadora de incapacidade laborativa parcial, nunca trabalhou nem obteve qualquer qualificação profissional, portanto afigurando-se praticamente inviável sua inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, o acórdão baiano apontado como paradigma versa sobre o caso de pessoa a que adveio incapacidade laborativa, também parcial, mas após já ter podido trabalhar por vários anos.

7. Destarte, o que se tem é que o acórdão combatido admitiu a concessão de benefício assistencial por incapacidade laborativa parcial por se tratar de pessoa sem qualquer experiência ou habilitação profissional e sem qualquer possibilidade de adquiri-las e de adentrar no mercado de trabalho. Já o paradigma assentou a necessidade de a incapacidade laborativa ser total em hipótese fática de pessoa que teve efetivas experiência e habilitação profissionais.

8. Nesse contexto, não vejo caracterizada similitude entre os julgados, caracterizando, desta forma, a impossibilidade de conhecimento por incidir a questão de ordem nº 22 desta Turma Nacional de Uniformização.

9. É que não se vê divergência na interpretação do Direito em situações idênticas, e sim expressões do livre convencimento dos magistrados ao considerarem, na análise do requisito da incapacidade, além do laudo médico pericial, outras provas relativas às circunstâncias pessoais da parte autora.

10. Nessa linha, inclusive parece apontar a súmula n° 29 desta Eg. TNU ("Para os efeitos do art. 20, § 2º, da Lei n. 8.742, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover ao próprio sustento"), quando agrega a possibilidade de considerações de ordem social e pessoal aos critérios físicos e econômicos previstos no art. 20 da Lei n° 8.742/93 que norteiam a análise dos requisitos necessários ao merecimento do benefício assistencial.

11. Grave, porém, é perceber que a tese jurídica que embasa o presente pedido de uniformização já se encontra superada inclusive no âmbito da própria Administração Pública Federal, vez que, desde 09 de junho de 2008, a Advocacia Geral da União já assentou, por meio de sua Súmula de n° 30, que: "A incapacidade para prover a própria subsistência por meio do trabalho é suficiente para a caracterização da incapacidade para a vida independente, conforme estabelecido no art. 203, V, da Constituição Federal, e art. 20, II, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993."

12. Ora, nos termos dos arts. 28 e 43 da Lei Complementar n° 73/93, as súmulas da AGU têm caráter orientador e obrigatório para a Administração Pública, constituindo até em falta de dever funcional o ato de servidor de contrariá-la. Art. 28. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros efetivos da Advocacia-Geral da União é vedado: I - exercer advocacia fora das atribuições institucionais; II - contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica adotada pelo Advogado-Geral da União; Art. 43. A Súmula da Advocacia-Geral da União tem caráter obrigatório quanto a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 desta lei complementar. (grifos nossos)

13. Nestas circunstâncias, o recurso do INSS expõe-se como um expediente ofensivo ao seu dever processual de "não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento" (CPC, art. 14, inc. III), configurando mesmo litigância de má-fé essa interposição manifestamente infundada e, portanto, com intuito meramente protelatório (CPC, art. 17, incs. VI e VII), merecedor da devida apenação (CPC, art. 18).

14. De qualquer sorte, para reverter o decisum recorrido, far-se-ia necessário adentrar em reexame de matéria fático-probatória, o que inadmissível em sede de incidente de uniformização, por aplicação analógica do contido na Súmula nº 07 do C. STJ.

15. Assim também já se pronunciou o i. Juiz DERIVALDO DE FIGUEIREDO BEZERRA FILHO, ao decidir não conhecer do PUILF n° 200683025033726, que trazia situação idêntica: "DECISÃO Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, EDSON JOSÉ DA SILVA, em face de acórdão da TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE PERNAMBUCO (5ª Região) que, negando provimento ao recurso da autora, manteve a sentença de improcedência do seu pedido de concessão de benefício assistencial a deficiente. A requerente aduz que a Turma Recursal entendeu que não há incapacidade total para a vida independente e para o trabalho, conforme o laudo, mas que o laudo não diz que a medicação usada no controle de sua enfermidade, qual seja, "Epilepsia", deixa o autor em condições plenas de exercer a atividade laborativa; e que sua enfermidade resta comprovada nos autos. Alega existir divergência entre o entendimento da Turma Recursal de origem e as demais turmas recursais e o Superior Tribunal de Justiça. Cita como paradigmas da divergência os enunciados nº 11 e 29 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, embasando seu alegado direito nos arts. 2º da Lei nº 8.742/93 e 203, V, da CF/88. Pede, ao final, a admissão e regular processamento do Pedido de Uniformização de Jurisprudência, para, ao final, ser provido, prevalecendo os acórdãos paradigmas e reformando-se o acórdão recorrido para condenar o INSS na concessão do benefício de amparo social. Apesar de regularmente intimado, o INSS deixou de apresentar contra-razões. Decisão de admissibilidade do incidente, proferida pelo Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, entendendo-se atendidos os requisitos do Pedido de Uniformização de Jurisprudência. É o relatório. DECIDO. O presente Incidente de Uniformização de Jurisprudência não ultrapassa o necessário juízo de admissibilidade. É sabido que, na conformidade do disposto no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001 , e, ainda, do caput do artigo 6º da Resolução nº 22/2008 - CJF , o incidente deve versar sobre interpretação de lei federal em questão de direito material, demonstrando-se a divergência jurisprudencial entre o acórdão recorrido e o posicionamento dominante do STJ ou de outra Turma Recursal de diferente Região. Porém, breve leitura das razões do incidente é o bastante para que se perceba não tratar, o Pedido de Uniformização, de questão de direito material, e que não resta demonstrada a divergência jurisprudencial. Explico. A matéria objeto do incidente, qual seja, o reconhecimento da incapacidade laborativa apenas parcial pela Turma Recursal de Pernambuco, reflete a convicção dos julgadores decorrente da análise das provas e das peculiaridades do caso concreto. No caso dos autos, tanto o juízo monocrático quanto o colegiado da Turma Recursal de origem reputaram o autor - qualificado na perícia, como ajudante de marceneiro, à época com 37 anos e diagnosticado como portador de Epilepsia -, parcialmente incapaz. E o fizeram com base no laudo pericial, segundo o qual "A incapacidade é parcial. O periciando é jovem. Apresenta crises convulsivas parcialmente controladas pelo uso de medicação; podendo, portanto, exercer atividades que não exijam esforço físico e/ou mental, como trabalhos manuais, por exemplo." (resposta ao quesito nº 04). Importa mencionar que a análise realizada na Turma de origem não ficou adstrita ao laudo, complementando sua convicção ao expor que "Em casos extraordinários, as circunstâncias pessoais do postulante - v.g., idade, família, despesas médicas, escolaridade, local de residência - podem autorizar a concessão do benefício. Essa excepcionalidade, contudo, não restou comprovada nos autos." É inegável que no julgado há, sim, de juízo de valor, mas que se realiza em face das circunstâncias concretas. Assim, inegável também é que a questão ora versada enseja, para seu julgamento, o revolvimento de questões fático-probatórias, não podendo ser qualificada como direito material. Ademais, observa-se, no tocante aos paradigmas - enunciados nº 11 e 29 da súmula desta Turma Nacional - quando cotejados com o acórdão recorrido, não revelam qualquer divergência apta a ensejar o incidente. Isso porque dizem respeito, respectivamente, à questão da renda mensal per capita e à incapacidade para os atos da vida independente, pontos sobre os quais não se insurge o requerente. Seu Pedido de Uniformização trata, insista-se, exclusivamente da incapacidade para o trabalho. Destarte, por não estar em discussão questão de direito material, e uma vez inexistente a alegada divergência jurisprudencial, não merece conhecimento o incidente ora analisado. Do exposto, não conheço do Pedido de Uniformização de Jurisprudência." (TNU - Decisão do relator, Juiz Federal DERIVALDO DE FIGUEIREDO BEZERRA FILHO no PUILF n° 200683025033726 - DJ de 11/12/2008 - g.n.)

16. No mesmo diapasão, as decisões do eminente Juiz Federal CLÁUDIO ROBERTO CANATA no PUILF n° 200683005154469 (DJ de 11/12/2008), não conhecendo do recurso porque "a convicção acerca da incapacidade total ou parcial para fins de benefício por incapacidade decorre da análise das provas e das peculiaridades do caso concreto", e do eminente Juiz Federal SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ no PUILF n° 200783055004149 (DJ de 26/11/2008), no sentido de que a aferição de circunstâncias pessoais que permite a admissão da incapacidade parcial na concessão do benefício assistencial diz com a avaliação da matéria de prova de cada caso concreto, que não dá azo a incidente de uniformização de jurisprudência.

17. Por tais motivos, o presente incidente não há de ser conhecido, impondo-se ainda ao INSS pena de multa de 1% do valor da causa por litigância de má-fé. (PEDILEF 200783045006514 Relator(a) JUIZ FEDERAL MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA Data da Decisão 03/08/2009 Fonte/Data da Publicação DJ 01/03/2010).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NÃO CONHECERA DO INCIDENTE POR IMPORTAR EM REEXAME DE PROVA. IMPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A pretensão de reexame de prova é inadmissível em sede de uniformização de jurisprudência. Aplica-se, por analogia, o enunciado nº 07 da súmula de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. Não se poderia, como quer o INSS, isolar a o resultado da perícia médica das demais circunstâncias levadas em consideração no acórdão da Turma Recursal. Desse modo, não se poderia afirmar, em termos genéricos, que as perícias que concluem pela incapacidade parcial devem acarretar a improcedência do pedido, tendo em vista (i) que o julgador não está adstrito ao laudo pericial, 'ex vi' do artigo 436 do Código de Processo Civil; e (ii) que é dado ao julgador levar em consideração, para fins de aferição da invalidez, variáveis outras, tais como o nível de instrução e o meio social em que vive a parte autora, entre outros.

3. No caso em tela, foram sopesados diversos fatores para a concessão do benefício, dentre os quais o problema de saúde da demandante. A consideração de tais fatores não é ilegítima; ao revés, integra o processo de formação da convicção do magistrado. Neste momento, adentrar em tais considerações não seria permitido, eis que demandaria revolvimento da matéria fática, o que é inviável nesta sede.

4. Agravo regimental improvido. (PEDILEF 200671950056360 Relator(a) JUÍZA FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA Data da Decisão 14/09/2009 Fonte/Data da Publicação DJ 09/12/2009).

No caso específico dos autos, a título de argumentação, a autora tem mais de 50 anos, é agricultora e analfabeta, sendo atendida pelo Juizado Itinerante. A perícia atestou incapacidade total e permanente para o trabalho (fl. 10).

Concluindo, deve ser dado provimento ao incidente para reafirmar a jurisprudência da TNU na espécie, a fim de que tanto o MM. Juízo de 1º Grau, quanto a respeitável TR do Amazonas, examinem as condições pessoais (idade, trabalho, nível cultural, local de residência, etc.) do(a) pretendente ao benefício assistencial, no exame da (in)capacidade laboral (Súmula 29) e para a vida independente.

3. Dispositivo.

Isto posto, nos termos do artigo 8º, inciso X, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal , dou provimento ao pedido de uniformização, anulando a r. sentença e o v. acórdão, devendo o feito retornar ao MM. Juízo de 1º Grau, nos termos da Questão de Ordem n. 20 da TNU.

De Florianópolis para Brasília, 31 de agosto de 2011.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0011579-02.2008.4.01.3200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULIANE MESQUITA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

DECISÃO

1. O caso é idêntico ao decidido recentemente por esta TNU, conforme ementa abaixo:

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. REVISÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pela autarquia previdenciária.

2. Ação principal pertinente à correção monetária sobre valores pagos a título de salário-maternidade.

3. Requerimentos administrativos, formulados pela parte autora, em razão do nascimento de seus três filhos, tardiamente.

4. Acórdão da Turma Recursal de Pernambuco que fixou o direito à correção monetária dos valores descritos, respeitada a prescrição quinquenal.

5. Fixação, da premissa, pela TNU - Turma Nacional de Uniformização, quando da análise do incidente de nº 2007.83.00.537037-7, de que há direito da segurada à concessão de salário-maternidade, monetariamente corigido, desde a época do fato gerador do benefício - data do parto, ainda que o requerimento administrativo tenha ocorrido meses após o nascimento do filho.

6. Aplicação do enunciado da questão de ordem nº 13 desta TNU.

7. Não conhecimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pelo instituto previdenciário, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001. (PEDILEF 200783005348920 Relator(a) JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO Data da Decisão 05/05/2011 Fonte/Data da Publicação DOU 17/06/2011 SEÇÃO 1).

Entendo, na esteira do precedente relatado pela eminente Dra. Vanessa Vieira de Mello, que o conhecimento do pedido encontra óbice na Questão de Ordem n. 13 desta TNU:

"Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Com efeito, a nobre Relatora traz inúmeros precedentes no sentido do acórdão recorrido, razão porque deve ser aplicada a Questão de Ordem, bem como prestigiada a jurisprudência da TNU ao caso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Isto posto, nos termos do artigo 8º, inciso IX, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal e da Questão de Ordem n. 13 da TNU, nego seguimento ao pedido de uniformização.
De Florianópolis para Brasília, 31 de agosto de 2011.

ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.63.10.006111-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ADRIANO SOARES FRANCELINO DA CRUZ
REQUERIDO (A): AMANDA SOARES FRANCELINO DA CRUZ
REQUERIDO (A): BRUNO SOARES FRANCELINO DA CRUZ
REQUERIDO (A): IVETE SOARES
REQUERIDO (A): JÉSSICA SOARES FRANCELINO DA CRUZ
PROC./ADV.: JOSÉ APARECIDO BUIN
RELATOR (A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - AFERIÇÃO DA CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO DO INSTITUIDOR DA PENSÃO PARA EFEITO DE PRORROGAÇAÕ DO PERÍODO DE GRAÇA PARA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO - DESNECESSIDADE DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - IMPRESTABILIDADE DA AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO EM CTPS, DE REGISTRO DO CNIS OU DOS TERMOS DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO - POSICIONAMENTO ATUAL DO STJ EXTERNADO NA PET 7115 UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA ANULAÇÃO DA SENTENÇA E ACÓRDÃO E REABERTURA DA INSTRUÇÃO POR MEIOS OUTROS QUANTO À SITUAÇÃO DE DESEMPREGO
1. Nos termos de posição pacificada pelo eg. Superior Tribunal de Justiça após o julgamento do incidente de uniformização inaugurado pela Pet. 7.115, a comprovação da situação de desemprego que autoriza a extensão do período de graça não necessita ser demonstrada através de registro junto ao Ministério do Trabalho. Necessário, para tanto, a produção de qualquer tipo de prova em direito admitida, à exceção da negativa consubstanciada na ausência de anotações em CTPS ou de registro de vínculos em CNIS.
2. Não tendo sido exaurida a instrução processual com relação à situação de desemprego, impõe-se a anulação do julgado e o retorno dos autos ao Juízo de origem, para que seja oportunizada à parte autora a comprovação do referido fato, por outros meios de prova admitidos em Direito.
3. Incidente de uniformização provido em parte, para anulação da sentença e do acórdão recorridos.
Trata-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência formulado pelo INSS em face de acórdão prolatado pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de São Paulo, o qual deu provimento ao recurso da autora, para, reformando a sentença, julgar procedente o pedido de concessão de auxílio-doença. Inconformado, apresentou o requerente este Pedido de Uniformização, sustentando a necessidade de registro formal da situação de desemprego no órgão do Ministério do Trabalho para fins de extensão do período de graça, extensão esta concedida pelo magistrado sentenciante com base na ausência de anotação em CTPS.
Como se vê, o STJ já pacificou na PET 7.115 o entendimento de que (1) para a comprovação da condição de desempregado não é necessário o registro no órgão do Ministério do Trabalho, e autoriza tal comprovação por outros meios de prova, todavia (2) entende que não é suficiente a mera apresentação de CTPS ou de Termo de Rescisão do contrato de trabalho.
Assim, esta Turma Nacional procedeu à revisão do seu entendimento anterior, a fim de também considerar insuficiente para comprovar a situação de desemprego a ausência de registros de vínculos laborais na CTPS.
O acórdão recorrido possui orientação conflitante com a indicada, merecendo, pois, reforma. Com efeito, a sentença havia julgado improcedente o pedido por considerar a data do último vínculo empregatício em 31.12.1997 e a data do falecimento do segurado, em 31.07.1999, tenho como caracterizada, à época do óbito, a perda da qualidade de segurado do falecido, nos termos do artigo 15 da Lei de Benefícios. Já a Turma Recursal havia dado provimento ao recurso do autor tendo em vista que "no que pertine à qualidade de segurado, tem-se que a última contribuição vertida pelo potencial instituidor da pensão se deu em dezembro de 1997, não constando de sua CTPS o término do último vínculo que se iniciou em 17/02/1995, tendo o juízo recorrido considerado o vínculo até a data da última contribuição que (12/1997). Assim quando do óbito do instituidor do benefício, em 31/07/1999 havia transcorrido pouco mais de 01 (um) ano e 08 (oito) meses da sua última contribuição ao sistema e que, mesmo se desconsiderando o fato de não haver sido dado baixa em sua CTPS, entendo que o mesmo encontrava-se em período de graça uma vez que experimentava desemprego involuntário".
Ocorre que a instrução do feito, com a de milhares congêneres, foi dirigida no pressuposto de ausência de necessidade de comprovação da situação de desemprego por meio diverso da ausência de anotação em CTPS ou de registro de vínculo na CNIS. Isso porque o entendimento jurisprudencial então consagrado e adotado pela maioria dos magistrados dispensava a produção de provas outras para essa finalidade. Assim, a mudança de entendimento, neste ponto, sem a reabertura da instrução para possibilitar a produção de prova acerca do desemprego noticiado configura, em meu entendimento, indevido cerceamento de defesa, maculando o processo de vício insanável.
Deste modo, dou parcial provimento ao incidente de uniformização, para anular a sentença e o acórdão recorridos, determinando o retorno dos autos ao Juízo de origem, para reabertura da instrução processual, de forma a que seja oportunizada à parte a produção de prova de desemprego, por meio diverso da ausência de anotação de vínculo empregatício em CTPS ou registro de vínculo em CNIS ou dos Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho.
Rio de Janeiro, 09 de maio de 2011.

VLADIMIR SANTOS VISTOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.70.50.003103-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALICE BEDNARZUK
PROC./ADV.: ANA PAULA MARTIN ALVES DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - REAJUSTE DE RENDA MENSAL - APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 14 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/1998 E ART. 5º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS LIMITADOS AO TETO DO RGPS, ANTES DA VIGÊNCIA DOS REFERIDOS DISPOSITIVOS - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que estaria em dissonância com julgado da Turma Recursal da Bahia, tendo sido admitido pelo Exmo. Presidente da Turma Recursal de origem, por entender configurada a divergência ora alegada pelo suscitante.
No julgamento do RE 564.354, o STF entendeu que:
"Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional".
Considerando a recente decisão do STF proferida nos autos do RE 564354 permitindo a aplicação do novo teto disposto pelas EC 20/98 (R$1.200,00 a partir de dezembro de 1998) e EC 41/2003 (R$2.400,00 a contar de 1/1/2004), ao qual me curvo, não obstante meu entendimento pessoal contrário de violação do ato jurídico perfeito, merece ser julgado procedente o pedido.
No mais, já restou assentado o entendimento no sentido de que o pedido de revisão para a adequação do valor do benefício previdenciário aos tetos estabelecidos pelas EC 20/98 e 41/03 constitui pretensão de reajuste de Renda Mensal e não de revisão de RMI (Renda Mensal Inicial), pelo que não se aplica o prazo decadencial de 10 anos do artigo 103 da Lei nº 8.213, mas apenas o prazo prescricional das parcelas (Precedente: AgRg no RE nº 499.091-1, STF/1ª Turma, DJ 1º/6/2007).
Ante o exposto, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO PRESENTE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO para, adequando à jurisprudência do STF, condenar o INSS a revisar a aposentadoria da parte autora aplicando como limitador máximo da renda mensal reajustada após 12/1998 o valor fixado pela EC 20 (R$1.200,00) e a partir de 1/1/2004 o valor fixado pela EC 41 (R$2.400,00), pagando-lhe os atrasados eventualmente devidos a contar dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta ação, respeitado o limite de 60 (sessenta) salários mínimos devidos até o ajuizamento, corrigidos na forma do art. 1º-F da Lei 9.494/97. Sem custas e sem honorários advocatícios. PRI.
Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2011.

VLADIMIR SANTOS VISTOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.72.95.015447-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FABIANO GORNIAK
PROC./ADV.: MARIA RAQUEL DUARTE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - REAJUSTE DE RENDA MENSAL - APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 14 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/1998 E ART. 5º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS LIMITADOS AO TETO DO RGPS, ANTES DA VIGÊNCIA DOS REFERIDOS DISPOSITIVOS - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que estaria em dissonância com julgados das Turmas Recursais das Seções Judiciárias de Goiás e da Bahia, tendo sido admitido pelo Exmo. Presidente da Turma Recursal de origem, por entender configurada a divergência ora alegada pelo suscitante.
No julgamento do RE 564.354, o STF entendeu que:
"Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional".
Considerando a recente decisão do STF proferida nos autos do RE 564354 permitindo a aplicação do novo teto disposto pelas EC 20/98 (R$1.200,00 a partir de dezembro de 1998) e EC 41/2003 (R$2.400,00 a contar de 1/1/2004), ao qual me curvo, não obstante meu entendimento pessoal contrário de violação do ato jurídico perfeito merece ser julgado procedente o pedido.
No mais, já restou assentado o entendimento no sentido de que o pedido de revisão para a adequação do valor do benefício previdenciário aos tetos estabelecidos pelas EC 20/98 e 41/03 constitui pretensão de reajuste de Renda Mensal e não de revisão de RMI (Renda Mensal Inicial), pelo que não se aplica o prazo decadencial de 10 anos do artigo 103 da Lei nº 8.213, mas apenas o prazo prescricional das parcelas (Precedente: AgRg no RE nº 499.091-1, STF/1ª Turma, DJ 1º/6/2007).
Ante o exposto, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO PRESENTE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO para, adequando à jurisprudência do STF, condenar o INSS a revisar a aposentadoria do autor aplicando como limitador máximo da renda mensal reajustada após 12/1998 o valor fixado pela EC 20 (R$1.200,00) e a partir de 1/1/2004 o valor fixado pela EC 41 (R$2.400,00), pagando-lhe os atrasados eventualmente devidos a contar dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta ação, respeitado o limite de 60 (sessenta) salários mínimos devidos até o ajuizamento, corrigidos na forma do art. 1º-F da Lei 9.494/97. Sem custas e sem honorários advocatícios. PRI.
Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2011

VLADIMIR SANTOS VISTOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.39.00.701851-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ
REQUERENTE: AMIRALDO MONTE ALVERNE CARDOSO
PROC./ADV.: PATRÍCIA DE ALMEIDA BARBOSA AGUIAR
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - MILITAR - URP DE 26,06% - 26,05% - 84,32% - INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO - URP DE 16,19%. NÃO CARACTERIZADA A PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO - ENTENDIMENTO DO E. STJ - PET. 7.154/RO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amapá que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Regionais Federais.
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a parte autora realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, ocasião em que foi determinada a suspensão do incidente pelo Juiz Relator desta Turma, em cumprimento da decisão do Exmo Ministro Presidente da TNU.
Inicialmente, revogo a decisão retro, que determinou o sobrestamento do presente feito.
A parte autora postula o recebimento de diferenças remuneratórias concernentes à incorporação dos seguintes percentuais: 26,06% (URP de junho de 1987 a outubro de 1989), 7/30 de 16,19% (URP de abril/maio de 1988), 26,05% (URP de fevereiro de 1989) e 84,32% (IPC de março/1990).
O acórdão da Turma Recursal de origem manteve a sentença de improcedência sob o fundamento de que o reajuste de 26,06% não chegou a integrar o patrimônio jurídico dos servidores, o de 7/30 de 16,19% já estaria prescrito e não haveria direito adquirido aos percentuais de 26,05% e 84,32%.
Merece trânsito a inconformidade da recorrente.
No que tange aos percentuais de 26,06%, 26,05% e 84, 32%, a decisão prolatada pela Turma de origem não merece ser reformada, uma vez que está em consonância com a jurisprudência do E. STJ, pois restou assentado, naquela Corte, que não há direito adquirido sobre tais percentuais. Confiram-se decisões a respeito:
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO. REAJUSTE SALARIAL NA FORMA DE "GATILHO". VARIAÇÃO DO IPC PARA OS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 1987. DECRETOS-LEI NºS 2.302/86 E 2.335/87. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A revogação do Decreto-lei n.º 2.302/86 pelo Decreto-lei n.º 2.335/87, publicado em 13 junho de 1987, que instituiu a Unidade de Referência de Preços (URP) para reajuste de preços e salários, não alcançou direito adquirido dos servidores públicos à atualização de seus vencimentos considerada a inflação pretérita. Precedentes. 2. A entrada em vigor do Decreto-lei 2.335/87, em 13 de junho de 1987, portanto, antes do final de junho (ocasião em que, pelo sistema anterior, se apuraria a taxa da inflação), revela hipótese de mera expectativa de direito, uma vez que o gatilho do reajuste só se verificaria, se fosse o caso, nessa ocasião e não antes.3. Agravo Regimental desprovido.
(STJ - 6ª T - AgRg no REsp 1041264 / RJ - Ministra Maria Thereza de Assis Moura - DJe 04/05/2011)
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PERCEPÇÃO DOS 26,05% DA URP DE 1989. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS PRESERVADA.
Ausência de direito adquirido à percepção do reajuste de 26,04% da URP/1989. - Princípio da irredutibilidade de vencimentos e proventos preservado, consoante assinalado pelo acórdão recorrido. Agravo regimental improvido.
(STJ - 2ª T - AgRg no Ag 1340949 / RS - Ministro Cesar Asfor Rocha - DJe 16/03/2011)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. REAJUSTE DE 84,32%. IPC DE MARÇO/90. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO ÀS DIFERENÇAS SALARIAIS. LEI N. 8.112/90. COISA JULGADA TRABALHISTA. EFICÁCIA ATÉ 11/12/90. ART. 471 DO CPC.VIOLAÇÃO NÃO CONFIGURADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento no sentido de que não há direito adquirido ao reajuste de vencimentos no percentual de 84,32%, relativo ao IPC de março de 1990.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.
(STJ - 6ª T - AgRg no REsp 1117032 / RS - Ministro Celso Limongi - DJe 30/03/2011)
Entretanto, quanto ao reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), o entendimento esboçado pelo E. STJ é favorável ao pleito da recorrente, porquanto no julgamento da Pet. 7154/RO restou sedimentada a não ocorrência da prescrição do fundo de direito sobre tal percentual, por se tratar de prestação de trato sucessivo.
Neste sentido:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 3,77%. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. PRESCRIÇÃO DO CHAMADO FUNDO DE DIREITO NÃO CARACTERIZADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência que discute a prescrição do direito ao reajuste de vencimento de Servidor Público da FUNASA decorrente da Unidade de Referência de Preços - URP de abril/maio de 1988, no índice de 3, 77%, que corresponde a 7/30 de 16,19%, variação do IPC do trimestre anterior.
2. Conforme entendimento firmado sobre a matéria, pretende-se a percepção de diferenças pecuniárias derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica, que se renova no tempo, guardando a natureza
de obrigação de trato sucessivo. Incidência da Súmula n. 85/STJ. Precedente: Pet 7154/RO, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho,publicado no DJ de 05/11/2010.
3. Agravo regimental improvido.
(STJ - 3ª T - AgRg na Pet 7553 / AP - Ministro Jorge Mussi - DJe 08/04/2011)
Ante o exposto, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO PRESENTE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO para, adequando à jurisprudência do STJ, afastar a ocorrência da prescrição somente quanto ao reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), reconhecendo-o como prestação de trato sucessivo, incidindo apenas o enunciado nº 85 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, julgando procedente o pedido de inclusão de 7/30 avos da URP dos meses de abril a maio de 1988 correspondente a 3,77% pagando-se os atrasados eventualmente devidos a contar do qüinqüênio anterior ao ajuizamento da ação com juros e correção monetária na forma da nova redação dada ao art. 1º-F da Lei 9.494/97.
Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2011.

VLADIMIR SANTOS VISTOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.39.00.701915-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ
REQUERENTE: WILKE PANTOJA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: PATRÍCIA DE ALMEIDA BARBOSA AGUIAR
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - MILITAR - URP DE 26,06% - 26,05% - 84,32% - INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO - URP DE 16,19% - NÃO CARACTERIZADA A PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO- PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO - ENTENDIMENTO DO E. STJ - PET. 7.154/RO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amapá que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Regionais Federais.
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a parte autora realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que admitiu o incidente por entender configurada a divergência.
Inicialmente, revogo a decisão retro, que determinou o sobrestamento do presente feito.
A parte autora postula o recebimento de diferenças remuneratórias concernentes à incorporação dos seguintes percentuais: 26,06% (URP de junho de 1987 a outubro de 1989), 7/30 de 16,19% (URP de abril/maio de 1988), 26,05% (URP de fevereiro de 1989) e 84,32% (IPC de março/1990).
O acórdão da Turma Recursal de origem manteve a sentença de improcedência sob o fundamento de que o reajuste de 26,06% não chegou a integrar o patrimônio jurídico dos servidores, o de 7/30 de 16,19% já estaria prescrito e não haveria direito adquirido aos percentuais de 26,05% e 84,32%.
Merece trânsito a inconformidade da recorrente.
No que tange aos percentuais de 26,06%, 26,05% e 84, 32%, a decisão prolatada pela Turma de origem não merece ser reformada, uma vez que está em consonância com a jurisprudência do E. STJ, pois restou assentado, naquela Corte, que não há direito adquirido sobre tais percentuais. Confiram-se decisões a respeito:
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO. REAJUSTE SALARIAL NA FORMA DE "GATILHO". VARIAÇÃO DO IPC PARA OS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 1987. DECRETOS-LEI NºS 2.302/86 E 2.335/87. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A revogação do Decreto-lei n.º 2.302/86 pelo Decreto-lei n.º 2.335/87, publicado em 13 junho de 1987, que instituiu a Unidade de Referência de Preços (URP) para reajuste de preços e salários, não alcançou direito adquirido dos servidores públicos à atualização de seus vencimentos considerada a inflação pretérita. Precedentes. 2. A entrada em vigor do Decreto-lei 2.335/87, em 13 de junho de 1987, portanto, antes do final de junho (ocasião em que, pelo sistema anterior, se apuraria a taxa da inflação), revela hipótese de mera expectativa de direito, uma vez que o gatilho do reajuste só se verificaria, se fosse o caso, nessa ocasião e não antes.3. Agravo Regimental desprovido.
(STJ - 6ª T - AgRg no REsp 1041264 / RJ - Ministra Maria Thereza de Assis Moura - DJe 04/05/2011)
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PERCEPÇÃO DOS 26,05% DA URP DE 1989. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS PRESERVADA.
- Ausência de direito adquirido à percepção do reajuste de 26,04% da URP/1989. - Princípio da irredutibilidade de vencimentos e proventos preservado, consoante assinalado pelo acórdão recorrido. Agravo regimental improvido.
(STJ - 2ª T - AgRg no Ag 1340949 / RS - Ministro Cesar Asfor Rocha - DJe 16/03/2011)
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. REAJUSTE DE 84,32%. IPC DE MARÇO/90. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO ÀS DIFERENÇAS SALARIAIS. LEI N. 8.112/90. COISA JULGADA TRABALHISTA. EFICÁCIA ATÉ 11/12/90. ART. 471 DO CPC. VIOLAÇÃO NÃO CONFIGURADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento no sentido de que não há direito adquirido ao reajuste de vencimentos no percentual de 84,32%, relativo ao IPC de março de 1990.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.
(STJ - 6ª T - AgRg no REsp 1117032 / RS - Ministro Celso Limongi - DJe 30/03/2011)
Entretanto, quanto ao reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), o entendimento esboçado pelo E. STJ é favorável ao pleito da recorrente, porquanto no julgamento da Pet. 7154/RO restou sedimentada a não ocorrência da prescrição do fundo de direito sobre tal percentual, por se tratar de prestação de trato sucessivo.
Neste sentido:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 3,77%. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. PRESCRIÇÃO DO CHAMADO FUNDO DE DIREITO NÃO CARACTERIZADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência que discute a prescrição do direito ao reajuste de vencimento de Servidor Público da FUNASA decorrente da Unidade de Referência de Preços - URP de abril/maio de 1988, no índice de 3, 77%, que corresponde a 7/30 de 16,19%, variação do IPC do trimestre anterior.
2. Conforme entendimento firmado sobre a matéria, pretende-se a percepção de diferenças pecuniárias derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica, que se renova no tempo, guardando a natureza
de obrigação de trato sucessivo. Incidência da Súmula n. 85/STJ. Precedente: Pet 7154/RO, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho,publicado no DJ de 05/11/2010.
3. Agravo regimental improvido.
(STJ - 3ª T - AgRg na Pet 7553 / AP - Ministro Jorge Mussi - DJe 08/04/2011)
Ante o exposto, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO PRESENTE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO para, adequando à jurisprudência do STJ, afastar a ocorrência da prescrição somente quanto ao reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), reconhecendo-o como prestação de trato sucessivo, incidindo apenas o enunciado nº 85 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, julgando procedente o pedido de inclusão de 7/30 avos da URP dos meses de abril a maio de 1988 correspondente a 3,77% pagando-se os atrasados eventualmente devidos a contar do qüinqüênio anterior ao ajuizamento da ação com juros e correção monetária na forma da nova redação dada ao art. 1º-F da Lei 9.494/97.
Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2011.

VLADIMIR SANTOS VISTOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.41.00.901804-5
ORIGEM: SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: MILTON RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: WOLMY BARBOSA DE FREITAS
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL - URP DE 26,06% - 26,05% - 84,32% - INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO - URP DE 16,19% - NÃO CARACTERIZADA A PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO- PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO - ENTENDIMENTO DO E. STJ - PET. 7.154/RO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Rondônia que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Regionais Federais.
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a parte autora realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que admitiu o incidente por entender configurada a divergência.
Inicialmente, revogo a decisão retro, que determinou o sobrestamento do presente feito.
A parte autora postula o recebimento de diferenças remuneratórias concernentes à incorporação dos seguintes percentuais: 26,06% (URP de junho de 1987 a outubro de 1989), 7/30 de 16,19% (URP de abril/maio de 1988), 26,05% (URP de fevereiro de 1989) e 84,32% (IPC de março/1990).
O acórdão da Turma Recursal de origem manteve a sentença de improcedência sob o fundamento de que o reajuste de 26,06% não chegou a integrar o patrimônio jurídico dos servidores, o de 7/30 de 16,19% já estaria prescrito e não haveria direito adquirido aos percentuais de 26,05% e 84,32%.
Merece trânsito a inconformidade da recorrente.
No que tange aos percentuais de 26,06%, 26,05% e 84, 32%, a decisão prolatada pela Turma de origem não merece ser reformada, uma vez que está em consonância com a jurisprudência do E. STJ, pois restou assentado, naquela Corte, que não há direito adquirido sobre tais percentuais. Confiram-se decisões a respeito:
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO. REAJUSTE SALARIAL NA FORMA DE "GATILHO". VARIAÇÃO DO IPC PARA OS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 1987. DECRETOS-LEI NºS 2.302/86 E 2.335/87. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A revogação do Decreto-lei n.º 2.302/86 pelo Decreto-lei n.º 2.335/87, publicado em 13 junho de 1987, que instituiu a Unidade de Referência de Preços (URP) para reajuste de preços e salários, não alcançou direito adquirido dos servidores públicos à atualização de seus vencimentos considerada a inflação pretérita. Precedentes. 2. A entrada em vigor do Decreto-lei 2.335/87, em 13 de junho de 1987, portanto, antes do final de junho (ocasião em que, pelo sistema anterior, se apuraria a taxa da inflação), revela hipótese de mera expectativa de direito, uma vez que o gatilho do reajuste só se verificaria, se fosse o caso, nessa ocasião e não antes.3. Agravo Regimental desprovido.
(STJ - 6ª T - AgRg no REsp 1041264 / RJ - Ministra Maria Thereza de Assis Moura - DJe 04/05/2011)
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PERCEPÇÃO DOS 26,05% DA URP DE 1989. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS PRESERVADA.
- Ausência de direito adquirido à percepção do reajuste de 26,04% da URP/1989. - Princípio da irredutibilidade de vencimentos e proventos preservado, consoante assinalado pelo acórdão recorrido. Agravo regimental improvido.
(STJ - 2ª T - AgRg no Ag 1340949 / RS - Ministro Cesar Asfor Rocha - DJe 16/03/2011)
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. REAJUSTE DE 84,32%. IPC DE MARÇO/90. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO ÀS DIFERENÇAS SALARIAIS. LEI N. 8.112/90. COISA JULGADA TRABALHISTA. EFICÁCIA ATÉ 11/12/90. ART. 471 DO CPC. VIOLAÇÃO NÃO CONFIGURADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento no sentido de que não há direito adquirido ao reajuste de vencimentos no percentual de 84,32%, relativo ao IPC de março de 1990.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.
(STJ - 6ª T - AgRg no REsp 1117032 / RS - Ministro Celso Limongi - DJe 30/03/2011)
Entretanto, quanto ao reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), o entendimento esboçado pelo E. STJ é favorável ao pleito da recorrente, porquanto no julgamento da Pet. 7154/RO restou sedimentada a não ocorrência da prescrição do fundo de direito sobre tal percentual, por se tratar de prestação de trato sucessivo.
Neste sentido:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 3,77%. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. PRESCRIÇÃO DO CHAMADO FUNDO DE DIREITO NÃO CARACTERIZADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência que discute a prescrição do direito ao reajuste de vencimento de Servidor Público da FUNASA decorrente da Unidade de Referência de Preços - URP de abril/maio de 1988, no índice de 3, 77%, que corresponde a 7/30 de 16,19%, variação do IPC do trimestre anterior.
2. Conforme entendimento firmado sobre a matéria, pretende-se a percepção de diferenças pecuniárias derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica, que se renova no tempo, guardando a natureza

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de obrigação de trato sucessivo. Incidência da Súmula n. 85/STJ. Precedente: Pet 7154/RO, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho,publicado no DJ de 05/11/2010.
3. Agravo regimental improvido.
(STJ - 3ª T - AgRg na Pet 7553 / AP - Ministro Jorge Mussi - DJe 08/04/2011)
Ante o exposto, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO PRESENTE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO para, adequando à jurisprudência do STJ, afastar a ocorrência da prescrição somente quanto ao reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), reconhecendo-o como prestação de trato sucessivo, incidindo apenas o enunciado nº 85 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, julgando procedente o pedido de inclusão de 7/30 avos da URP dos meses de abril a maio de 1988 correspondente a 3,77% pagando-se os atrasados eventualmente devidos a contar do qüinqüênio anterior ao ajuizamento da ação com juros e correção monetária na forma da nova redação dada ao art. 1º-F da Lei 9.494/97.
Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2011.

VLADIMIR SANTOS VISTOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.95.026801-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARNILDO RISTOW
PROC./ADV.: CLAUDIO CÍCERO DE OLIVEIRA MOTTA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - CONVERSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM - ENTENDIMENTO PACÍFICO DO STJ - FATOR DE CONVERSÃO 1.4 - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela Autarquia-ré, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo o INSS realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que admitiu o incidente por entender configurada a divergência.
Ocorre que, com relação ao tema, a tese ora defendida pela autarquia foi afastada pela egrégia Terceira Seção do STJ que, no julgamento do REsp n. 1.151.363/MG e na Pet. 7519 firmou o entendimento que o fator a ser aplicado é 1,4.
Ante o exposto, CONHEÇO E NEGO PROVIMENTO AO PRESENTE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DO INSS. Dê-se baixa e remetam-se os autos ao juizado de origem.P. R. I.
Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2011

VLADIMIR SANTOS VISTOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.72.51.003165-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSÉ GERVÁSIO BERNARDES
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO
PROC./ADV.: RODRIGO COELHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - REAJUSTE DE RENDA MENSAL - APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 14 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/1998 E ART. 5º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS LIMITADOS AO TETO DO RGPS, ANTES DA VIGÊNCIA DOS REFERIDOS DISPOSITIVOS - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que estaria em dissonância com julgados das Turmas Recursais das Seções Judiciárias de Goiás e da Bahia, tendo sido admitido pelo Exmo. Presidente da Turma Recursal de origem, por entender configurada a divergência ora alegada pelo suscitante.
No julgamento do RE 564.354, o STF entendeu que:
"Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional".
Considerando a recente decisão do STF proferida nos autos do RE 564354 permitindo a aplicação do novo teto disposto pelas EC 20/98 (R$1.200,00 a partir de dezembro de 1998) e EC 41/2003 (R$2.400,00 a contar de 1/1/2004), ao qual me curvo, não obstante meu entendimento pessoal contrário de violação do ato jurídico perfeito, merece ser julgado procedente o pedido.
No mais, já restou assentado o entendimento no sentido de que o pedido de revisão para a adequação do valor do benefício previdenciário aos tetos estabelecidos pelas EC 20/98 e 41/03 constitui pretensão de reajuste de Renda Mensal e não de revisão de RMI (Renda Mensal Inicial), pelo que não se aplica o prazo decadencial de 10 anos do artigo 103 da Lei nº 8.213, mas apenas o prazo prescricional das parcelas (Precedente: AgRg no RE nº 499.091-1, STF/1ª Turma, DJ 1º/6/2007).
Ante o exposto, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO PRESENTE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO para, adequando à jurisprudência do STF, condenar o INSS a revisar a aposentadoria do autor aplicando como limitador máximo da renda mensal reajustada após 12/1998 o valor fixado pela EC 20 (R$1.200,00) e a partir de 1/1/2004 o valor fixado pela EC 41 (R$2.400,00), pagando-lhe os atrasados eventualmente devidos a contar dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta ação, respeitado o limite de 60 (sessenta) salários mínimos devidos até o ajuizamento, corrigidos na forma do art. 1º-F da Lei 9.494/97. Sem custas e sem honorários advocatícios. PRI.
Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2011.

VLADIMIR SANTOS VISTOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.72.57.004215-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: WILSON SCHUELTER
PROC./ADV.: JORGE ALEXANDRE RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - REAJUSTE DE RENDA MENSAL - APLICAÇÃO IMEDIATA DO ART. 14 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/1998 E ART. 5º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS LIMITADOS AO TETO DO RGPS, ANTES DA VIGÊNCIA DOS REFERIDOS DISPOSITIVOS - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que estaria em dissonância com julgado da Turma Recursal da Bahia.
Inadmitido na origem, a parte autora apresentou pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que admitiu o incidente por entender configurada a divergência.
No julgamento do RE 564.354, o STF entendeu que:
"Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional".
Considerando a recente decisão do STF proferida nos autos do RE 564354 permitindo a aplicação do novo teto disposto pelas EC 20/98 (R$1.200,00 a partir de dezembro de 1998) e EC 41/2003 (R$2.400,00 a contar de 1/1/2004), ao qual me curvo, não obstante meu entendimento pessoal contrário de violação do ato jurídico perfeito, merece ser julgado procedente o pedido.
No mais, já restou assentado o entendimento no sentido de que o pedido de revisão para a adequação do valor do benefício previdenciário aos tetos estabelecidos pelas EC 20/98 e 41/03 constitui pretensão de reajuste de Renda Mensal e não de revisão de RMI (Renda Mensal Inicial), pelo que não se aplica o prazo decadencial de 10 anos do artigo 103 da Lei nº 8.213, mas apenas o prazo prescricional das parcelas (Precedente: AgRg no RE nº 499.091-1, STF/1ª Turma, DJ 1º/6/2007).
Ante o exposto, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO PRESENTE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO para, adequando à jurisprudência do STF, condenar o INSS a revisar a aposentadoria do autor aplicando como limitador máximo da renda mensal reajustada após 12/1998 o valor fixado pela EC 20 (R$1.200,00) e a partir de 1/1/2004 o valor fixado pela EC 41 (R$2.400,00), pagando-lhe os atrasados eventualmente devidos a contar dos cinco anos anteriores ao ajuizamento desta ação, respeitado o limite de 60 (sessenta) salários mínimos devidos até o ajuizamento, corrigidos na forma do art. 1º-F da Lei 9.494/97. Sem custas e sem honorários advocatícios. PRI.
Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2011

VLADIMIR SANTOS VISTOVSKY
Juiz Federal Relator
ACÓRDÃOS JUÍZES RELATORES

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2004.50.51.000626-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
PROC./ADV.: THIAGO VALBÃO POLETI
REQUERIDO(A): ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC./ADV.: PAULO SÉRGIO AVALLONE MARSCHALL
REQUERIDO(A): MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL
PROC./ADV.: EDIONIR ANTONIO LOSS
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): VALTER JOSE COUTINHO DE SOUZA
PROC./ADV.: SÉRGIO LUIZ SALLES PINHEIRO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO PODER PÚBLICO PARA ASSEGURAR O DIREITO À SAÚDE. RESPONSABILIDADE CONCORRENTE E SOLIDÁRIA DA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS.
1. Embora a questão posta, a princípio, revelar aspectos abrangidos pelo direito processual, o que, ao menos em tese, implicaria o não conhecimento do presente incidente (posto que aplicável, exclusivamente, à análise de questões de direito material, nos termos do caput do art. 14 da Lei nº 10.259/2001), contudo, penso que a questão relativa à legitimidade passiva da União, já decidida anteriormente por esta Turma (processo nº 2007.51.51.01.0414-2), se confunde com o próprio mérito da demanda.
2. A questão da legitimidade passiva da União se relaciona intimamente com a fixação de sua responsabilidade no que se refere ao fornecimento dos medicamentos pleiteado na inicial. Uma decisão que exclua a União da demanda por entender ser a mesma parte ilegítima, estaria, em última análise, reconhecendo a ausência de responsabilidade deste ente estatal no que se refere ao fornecimento dos medicamentos, matéria esta, relacionada à garantia constitucional do direto à saúde e sua proteção.
3. A jurisprudência pátria tem, majoritariamente, abrigado a interpretação que reconhece a responsabilidade concorrente e solidária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como a legitimidade passiva de todos esses entes nas ações que versem sobre o fornecimento de medicamentos a hipossuficiente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
3.Incidente conhecido e provido em parte.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por maioria, conhecer do incidente e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da juíza federal relatora.
Salvador, 13/14 de setembro de 2010.

ROSANA NOYA WEIBEL KAUFMANN
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2006.36.00.906902-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HERMINIA CARNELOCCI NABARRETTE
PROC./ADV.: ANDRÉ GONÇALVES MELADO
PROC./ADV.: TAIS GONÇALVES MELADO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO REQUISITO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM QUE SE PLEITEIA A REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, QUESTÃO RELATIVA AO DIREITO DE ACESSO AO JUDICIÁRIO. PREVALÊNCIA DA JURISPUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ QUANTO À MATÉRIA. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.
1.Esta Turma já consolidou o entendimento de que a exigência do prévio requerimento administrativo ainda quando vinculada ao aspecto processual da demonstração do interesse de agir envolve diretamente a interpretação de direito e garantia individual firmada na Constituição Federal relativa ao acesso ao controle judicial (artigo 5º, XXV da Constituição Federal), comportando sua interpretação à uniformização no âmbito dos Juizados Especiais Federais, por esta Turma.
2. As Turmas que compõem a 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça já pacificaram o entendimento de que a ausência de prévio requerimento administrativo não constitui óbice para que o segurado pleiteie judicialmente a revisão de seu benefício previdenciário, o que se aplica no âmbito dos Juizados Especiais Federais que por seus princípios deve facilitar ainda mais o acesso ao Judiciário.
3. Pedido de Uniformização conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, conhecer do incidente e negar-lhe provimento, nos termos do voto da juíza federal relatora.
Aracaju, 08/09 de fevereiro de 2010.

ROSANA NOYA WEIBEL KAUFMANN
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.38.00.726511-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARBACENA
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ OTAVIO GARCIA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência formulado pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena em face de acórdão prolatado pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, que negou provimento ao Agravo Regimental contra decisão do Relator, que negou seguimento ao Recurso Inominado que interpôs em face de sentença que julgou procedente o pedido de pagamento de diferenças remuneratórias relativas ao percentual de 3,17%, afastando a prejudicial de prescrição.
Inconformada, apresentou a requerente este Pedido de Uniformização, insistindo no reconhecimento da prescrição total da ação. Postulou o reconhecimento de divergência entre o acórdão recorrido e paradigma prolatado pela Turma Regional da Seção Judiciária do Espírito Santo (Recurso nº 2004.50.51.000791-1/01).
O incidente foi admitido na origem e, posteriormente, sobrestado nesta instância, para aguardar decisão do STJ na PET nº 7.558/MG. Entendo ser plenamente aplicável à espécie a regra contida no art.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

557 do Código de Processo Civil, que ancora a possibilidade de o relator dar provimento ou negar seguimento a recurso por decisão monocrática, haja vista estar o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência dominante desta Turma Nacional.
Lembro que as hipóteses que autorizam o manejo do incidente de uniformização encontram-se previstas no art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, que estabelece a competência desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais quando demonstrada divergência entre decisões de Turmas de diferentes Regiões ou quando do presente decisão proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Este órgão colegiado também já pacificou o entendimento de ser cabível a interposição do incidente em face de acórdão que profira, revelando sua posição pacificada.
Passo à análise do alegado dissídio jurisprudencial.
Vinco que o acórdão recorrido confirmou a decisão monocrática do relator, que negou seguimento ao recurso interposto, mantendo a sentença que afastou a prejudicial de prescrição, ao fundamento de que teria ocorrido a renúncia à prescrição qüinqüenal de parcelas, voltando o prazo extintivo a correr por inteiro, a partir da edição da MP nº 2.225-42/2001.
Já o acórdão paradigma entendeu que a edição da MP nº 2.225-45/2001 representou a interrupção do prazo prescricional, que voltou a correr pela metade, findando-se em 04/03/2004.
Configurada, resta, portanto, a similitude fático-jurídica e a divergência dos acórdãos em cotejo.
Observo, no entanto, que esta Turma Nacional de Uniformização pacificou entendimento no mesmo sentido do acórdão impugnado, ou seja, da configuração da renúncia tácita da Administração à prescrição das parcelas da diferença de 3,17%, bem como do reinício do prazo qüinqüenal, em sua integralidade, com a edição da MP nº 2.225-45/2001. De se conferir a ementa do seguinte julgado:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE RESIDUAL DE 3,17%. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45?2001. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA À PRESCRIÇÃO. EFEITOS.
1. Ação relativa ao reajuste residual de 3,17%.
2. A Medida Provisória nº 2.225-45?2001 reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17%, decorrente da aplicação concomitante do disposto no art. 28 e no § 5º do art. 29 da Lei nº 8.880?94, importando em renúncia tácita à prescrição, pois na época de sua publicação, 05.09.2001, já estava consumada a prescrição em relação aos meses de janeiro de 1995 a agosto de 1996.
3. Há apenas renúncia tácita à prescrição, ainda que o reconhecimento do direito tenha ocorrido após a consumação da prescrição somente em relação a algumas diferenças pendentes. No caso do reajuste residual de 3,17%, a integralidade das diferenças pendentes abrangem o período de janeiro de 1995 a dezembro de 2001 ou até a reorganização ou reestruturação do cargo ou da carreira da parte autora, o que ocorrer primeiro.
4. Havendo renúncia à prescrição, o prazo prescricional volta a correr por inteiro.
5.1 Em se tratando de ação ajuizada até 04.09.2006 [ou seja, até 5 (cinco) anos antes da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45?2001], não há prescrição sobre quaisquer diferenças, devendo os efeitos financeiros retroagirem a janeiro de 1995.
5.2 E em se tratando de ação ajuizada a partir de 05.09.2006 [ou seja, a partir de 5 (cinco) anos contados da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45?2001] deve ser aplicado o enunciado da Súmula 85 do STJ quanto à prescrição qüinqüenal, o que significa que estão prescritas apenas as parcelas anteriores aos últimos 5 (cinco) anos contados do ajuizamento da ação.
5.3 Em ambas as situações, as diferenças decorrentes do reajuste residual de 3,17% cessaram em 31.12.2001 (quando houve a incorporação mensal prevista no art. 9º da Medida Provisória nº 2.225-45?2001) ou quando houve a reestruturação ou reorganização do cargo ou carreira do servidor, o que ocorreu primeiro, sendo que a combinação da prescrição com essas limitações temporais poderá acarretar, em cada caso concreto, a prescrição de todas as parcelas decorrentes da condenação.
6. Caso em que a ação foi ajuizada em 28.04.2004 [ou seja, até 5 (cinco) anos antes da publicação da Medida provisória nº 2.225-45?2001], não havendo prescrição sobre quaisquer diferenças, devendo os efeitos financeiros retroagirem a janeiro de 1995.
7. Pedido de uniformização improvido.
(PEDILEF nº 2007.38.00.719140-2/MG, Rel. Juíza Fed. Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 28.07.2009)
Pontuo, por oportuno, que esse precedente foi objeto de Incidente de Uniformização de Interpretação de Lei Federal, perante o col. STJ, que o confirmou, de acordo com a ementa a seguir transcrita:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. MP 2.225-45?01. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA CONFIGURADA. INTERRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.
1. A Medida Provisória 2.225-45, de 4?9?01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu.
2. Cuida-se da mesma situação ocorrida com o reajuste de 28,86%. A Administração reconheceu, no plano normativo ou abstrato, o direito dos servidores, mas não lhes pagou efetivamente o que era devido em razão desse fato. Continuou, simplesmente, omissa. Em consequência, não pode ser beneficiada pelo transcurso do prazo prescricional pela metade, tal como previsto no art. 9º do Decreto 20.910?32.
3. A renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente.
4. Pedido julgado improcedente.
(PET nº 7.558-MG, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 3ª Seção, DJ de 07/06/2010
Como se vê, o acórdão hostilizado encontra-se em conformidade com a jurisprudência dominante nesta Turma Nacional, confirmada pelo eg. Superior Tribunal de Justiça, uma vez que também reconhece a renúncia tácita pela Administração à prescrição relativa às diferenças devidas entre 1995 e 2001, bem como o reinício desse prazo a partir da edição da MP nº 2.225-45/2001. Dessa forma, o servidor teria até 04/09/2006 para reclamar em juízo o pagamento do resíduo de 3,17%, com efeitos retroativos a janeiro de 1995. Ajuizada a ação após aquela data, a prescrição alcançaria, de forma integral, o bloco de diferenças relativas ao período indicado (1995 a 2001), sendo que restaria ao servidor apenas o reconhecimento do direito a diferenças existentes a partir de setembro de 2006, sujeitas à prescrição regulamentada na súmula n. 85 do STJ. Isso porque a despeito de o Poder Público ter reconhecido o direito dos servidores ao reajuste vindicado, e tê-lo concedido, de forma incondicionada, a partir da edição do veículo normativo indicado, o fato de tê-lo implementado somente a partir de janeiro de 2002 faz com que possam existir pequenas diferenças relativas ao período posterior a setembro de 2001, que se sujeitam à súmula n. 85 do STJ. Diferenças devidas a título de eventuais erros de cálculo ou descumprimento de lei encaixam-se, igualmente, nesta última previsão.
Assim, verifico que o acórdão recorrido segue a orientação consagrada, uma vez que afasta a ocorrência da prescrição por força de o servidor ter ajuizado este feito em 2004. Não há, na espécie, prescrição das parcelas relativas ao período de 1995 a 2001, nem tampouco das posteriores.
Estando o acórdão recorrido em sintonia com a orientação firmada pelo STJ e por esta Turma Nacional, impõe-se o não conhecimento do incidente, nos termos da Questão de Ordem nº 13 ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Nessas razões, deixo de conhecer do Incidente de Uniformização interposto pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena.
Publique-se. Intime-se.
Belo Horizonte- MG, 18 de maio de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0061386-07.2007.4.01.3400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADONIAS JANIVAL DE FREITAS
PROC./ADV.: SÉRGIO HENRIQUE PEIXOTO BAPTISTA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência formulado pelo INSS em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que negou provimento ao recurso inominado que interpôs contra sentença que julgou procedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, desde a data do ajuizamento da ação.
O incidente foi admitido na origem.
Os autos foram encaminhados, por equívoco, à Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da Primeira Região, que os devolveu a esta Turma Nacional.
Examinando os autos, verifico que consta dos autos recurso inominado interposto pela parte autora (fls. 126/130), o qual não foi apreciado pela Turma Recursal de origem, configurando indevida negativa de prestação jurisdicional.
Nesse sentido, entendo por bem determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem, para que decida o recurso aviado pelo autor.
Brasília, 20 de maio de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0027720-94.2007.4.01.3600
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE-
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO ARGEMIRO DE ARUDA
PROC./ADV.: WOLMY BARBOSA DE FREITAS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - DIÁRIAS - INDENIZAÇÃO DE CAMPO - LEI 8.216/91 - LEI 8.270/91 - DECRETO 5.554/2005 - VALOR NOMINAL DA DIÁRIA - SÚMULA DA AGU Nº 54 E STJ RESP 1217160 QUE NÃO MODIFICAM ENTENDIMENTO QUANTO À IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO - EMPATE NA VOTAÇÃO NA SESSÃO DE DEZEMBRO DE 2010 - MATÉRIA SUBMETIDA AO MM. MIN. PRES. DESTA TNU QUE NESTA SESSÃO DE 2 DE AGOSTO PROFERE VOTO JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO- INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO
1. Os acréscimos previstos no Decreto n. 5.554/2005 não resultaram em reajustamento dos valores das diárias pagas aos servidores que as percebem na hipótese de deslocamento para determinadas cidades, não implicando, por conseguinte, em reajuste da indenização de campo pagas aos mesmos.
2. Com o advento do referido Decreto, o acréscimo de 50% passou a ser aplicável, também, a cidades com população inferior a duzentos mil habitantes, o que não ocorria na situação pretérita.
3. Pedido de uniformização conhecido e provido para julgar improcedente o pedido.

ACÓRDÃO

Acordam os Juízes Federais membros da Turma Nacional de Uniformização em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO.
Brasília, 2 de agosto de 2011.

VLADIMIR SANTOS VISTOVSKY
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃOS JUÍZES RELATORES

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2005.63.01.002248-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSÉ MOREIRA DE CARVALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E PROVIDO PARA AUTORIZAR O CONHECIMENTO DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.
1. Divergência apurada quanto à interpretação dirigida à consideração das condições pessoais do segurado na análise dos requisitos para concessão do benefício previdenciário, tendo em vista a jurisprudência dominante e consolidada do Superior Tribunal de Justiça autoriza o conhecimento do Incidente.
2. Agravo regimental conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, conhecer o agravo regimental e dar-lhe provimento, nos termos do voto da Juíza Federal Relatora.
Brasília, 17/18 de março de 2011.

ROSANA NOYA WEIBEL KAUFMANN
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2005.63.01.313893-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ALVES CARNEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. INADMISSIBILIDADE DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. VIA RECURSAL INADEQUADA. PRECEDENTES DO STJ E DA TNU.
1. Estando demonstrado a ausência de similitude fática jurídica dos paradigmas com o acórdão recorrido, não restou comprovado o dissídio jurisprudencial, nos termos do art. 14, § 2º da Lei nº 10.259/2001.
2. Não se apresenta similitude fática entre o paradigma e a situação em concreto, o julgado paradigma apontado como caracterizador da divergência tem como base a desnecessidade do requisito carência para a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural, sendo que o acórdão de origem manteve a sentença que indeferiu ao autor, benefício de aposentadoria por idade urbana, em face do não cumprimento da carência, que, embora não necessária sua simultaneidade, é requisito parta a concessão do referido benefício.
3. Aplicação da questão de ordem número 22 desta TNU, tendo em vista a diversidade entre o quanto alegado no Pedido de Uniformização e a própria situação concreta em exame nos autos.
4. Revelada a ausência do requisito da similitude fática e jurídica , não é possível o conhecimento do pedido de uniformização.
5. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, não conhecer do incidente, nos termos do voto da juíza federal relatora.
Brasília, 05 de maio de 2011.

ROSANA NOYA WEIBEL KAUFMANN
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2005.63.03.017305-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: CARLOS GOMES
PROC./ADV.: IVAN PAROLIN FILHO.
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARIA HELENA PESCARINI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. A INTERPRETAÇÃO ABRIGADA NO PARADIGMA NÃO TRAZ APTIDÃO DE DISCIPLINAR A HIPÓTESE QUE ABRIGA DIVERSIDADE EM FACE DA MATÉRIA DE FATO E DE DIREITO . AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A hipótese tratada na jurisprudência do STJ invocada nos paradigmas indicados como alicerce do presente Pedido de Uniformização afasta-se inteiramente da interpretação apta a tutelar a situação da parte autora apresentada na sentença mantida pelo acórdão de origem, na medida em que trata de hipótese fática substancialmente distinta, qual seja, no caso em que a opção pelo Regime do FGTS foi manifestada em data anterior à 22de setembro de 1971 e, assim, ainda na vigência da Lei nº 5.107/66, sem a necessidade da retroatividade da respectiva opção assegurada pela 5.958/73.
2. Envolvendo os paradigmas matérias de fato e de direito diversas daquelas envolvidas na situação dos autos e sem aptidão de apresentar solução adequada à sua tutela, não merece ser conhecido o pedido, pela ausência do requisito da similitude fática e jurídica.
3. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, não conhecer do incidente, nos termos do voto da Juíza Federal Relatora.
Brasília, 17/18 de março de 2011.

ROSANA NOYA WEIBEL KAUFMANN
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2005.63.04.014811-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ IVO
PROC./ADV.: TIAGO DE GÓIS BORGES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. RURAL. ACÓRDÃO DA TURMA DE ORIGEM RECONHECE COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL POR PERÍODO SUPERIOR À CARÊNCIA DO ARTIGO 142 DA LEI Nº. 8.213/91. PARADIMA INDICADO SEM SIMILITUDE FÁTICA E OUTRO NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM N° 22 DA TNU. RECURSO NÃO CONHECIDO.
1. Na hipótese dos autos, a autora comprovou o labor rural em período superior à carência exigida no art. 142 da Lei nº. 8.213/91.
2. O acórdão do STJ indicado como paradigma não tem similitude fática e jurídica com o caso em concreto. O acórdão da TNU está no mesmo sentido do acórdão da Turma de Origem.
3. Ausência de similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas apontados. Questão de Ordem nº. 22 desta TNU.
4. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, não conhecer do incidente, nos termos do voto da juíza federal relatora.
Recife, 11 de outubro de 2010.

ROSANA NOYA WEIBEL KAUFMANN
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2006.81.00.507686-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO CARLOS ALVES MAIA
PROC./ADV.: GUSTAVO PITA PINHEIRO TORRES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MILITAR. FUSEX/FUNASA/FUSMA. DIVERGÊNCIA QUANTO À NATUREZA DO LANÇAMENTO DO TRIBUTO. QUESTÃO DIRIMIDA PELO STJ SOB A MODALIDADE DE RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA, NO SENTIDO DE QUE TRIBUTO EM REFERÊNCIA ESTÁ SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.As contribuições ao FUSEX/FUNASA/FUSMA são tributos sujeitos ao lançamento de e à prescrição qüinqüenal, a partir desta baliza temporal de sua constituição definitiva, conforme entendimento firmado pelo STJ no recurso representativo de controvérsia no REsp nº. 1.086.382/RS.
2.O acórdão de origem abrigou interpretação diversa daquela firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, comportando o conhecimento do Incidente, com o objetivo de promover a necessária adequação do julgado, visando o reconhecimento da prescrição qüinqüenal , considerando a data do ajuizamento da ação em 08/08/2006.
3.Incidente conhecido e provido, para reformar o acórdão e restaurar a sentença de primeiro grau.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, conhecer do incidente, dando-lhe provimento nos termos do voto da juíza federal relatora. Salvador, 13/14 de setembro de 2010.

ROSANA NOYA WEIBEL KAUFMANN
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2006.82.02.500891-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DA GLÓRIA DA SILVA VIANA LINS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REEXAME DE PROVAS E DE SUA VALORAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. VIA RECURSAL INADEQUADA.PRECEDENTES DO STJ E DA TNU.
1. A parte requerente aponta como divergência a valoração conferida pela sentença e pela Turma Recursal de origem às provas apresentadas quanto à caracterização de sua incapacidade para obtenção de benefício previdenciário. Laudo pericial desfavorável na fase administrativa e no âmbito judicial.
2. A jurisprudência do STJ (Súmula nº 07), acolhida analogicamente por esta Turma Nacional, afasta o reexame da prova como hipótese permissiva à interposição do Pedido de Uniformização.
3. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, NÃO conhecer do incidente, nos termos do voto da Juíza Federal Relatora.
Brasília, 17/18 de março de 2011.

ROSANA NOYA WEIBEL KAUFMANN
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.81.00.509010-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE EDSON NOGUEIRA BEZERRA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

TRIBUTÁRIO. FUSEX/FUNASA/FUSMA. DIVERGÊNCIA QUANTO À NATUREZA DO LANÇAMENTO DO TRIBUTO. QUESTÃO DIRIMIDA PELO STJ SOB A MODALIDADE DE RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA, NO SENTIDO DE QUE TRIBUTO EM REFERÊNCIA ESTÁ SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.As contribuições ao FUSEX/FUNASA/FUSMA são tributos sujeitos ao lançamento de ofício e à prescrição qüinqüenal, a partir desta baliza temporal de sua constituição definitiva, conforme entendimento firmado pelo STJ no recurso representativo de controvérsia no REsp nº. 1.086.382/RS.
2.O acórdão de origem abrigou interpretação diversa daquela firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, comportando o conhecimento do Incidente, com o objetivo de promover a necessária adequação do julgado, visando o reconhecimento da prescrição quinquenal, considerando a data do ajuizamento da ação.
3.Incidente conhecido e não provido, para reformar o acórdão e estabelecer a aplicação à hipótese da prescrição quinquenal.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, conhecer do incidente e negar-lhe provimento nos termos do voto da Juíza Federal relatora.
Brasília, 02/03 de dezembro de 2010.

ROSANA NOYA WEIBEL KAUFMANN
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.82.01.503286-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA BATISTA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE REAL FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO CONFIGURANDO, SITUAÇÃO DE VERDADEIRO JULGAMENTO SOB DIVERSIDADE NA FORMA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 17. NÃO ENFRENTAMENTO DA QUALIDADE E AMPLITUDE DA PROVA PARA DEFINIÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE A ENSEJAR A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO ASSITENCIAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO ACÓRDÃO DE ORIGEM.
1. A falta de exposição das razões pelas quais levaram à reforma da sentença de primeiro grau fere o princípio do livre convencimento do magistrado e viola o artigo 93, IX, da Constituição Federal, uma vez que não é possível extrair-se da decisão recorrida a exata motivação para o entendimento esboçado, correspondendo a própria situação de julgamento sob diversidade nos termos da Questão de Ordem nº 17.
2. Demonstrada nulidade no acórdão, por impedir, na forma de sua redação, o acesso às razões de sua fundamentação, resulta, necessário, a declaração de sua nulidade. Acórdão anulado.(aplicação analógica da Questão de Ordem nº17).

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, anular o acórdão da Turma de Origem, determinando o retorno dos autos à Turma Recursal respectiva para novo julgamento, nos termos do voto da Relatora, com ressalva do seu entendimento pessoal quanto à necessidade de prévio conhecimento.
Brasília, 17/18 de março de 2011.

ROSANA NOYA WEIBEL KAUFMANN
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0510630-24.2008.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: HELENO TAVARES DA COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ENTENDIMENTO DA TURMA DE ORIGEM E DOS PARADIGMAS INDICADOS NO MESMO SENTIDO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS APONTADOS. QUESTÃO DE ORDEM N° 22 DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. Aa hipótese dos autos afasta-se inteiramente da interpretação sinalizada nos paradigmas do STJ e da TNU, pois está no mesmo sentido da decisão proferida pela Turma de origem, restando ausente a similitude fática e jurídica para divergência jurisprudencial a ser sanada.
2. O acórdão do STJ indicado como paradigma não tem similitude fática e jurídica com o caso em concreto. O acórdão da TNU está no mesmo sentido do acórdão da Turma de Origem.
3. Ausência de similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas apontados. Questão de Ordem nº. 22 desta TNU.
4. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, não conhecer do incidente, nos termos do voto da juíza federal relatora. Brasília, 17/18 de março de 2011.

ROSANA NOYA WEIBEL KAUFMANN
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2003.61.84.000585-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): MARIA LOURENÇO LEAL
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. ESPECIAL. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. IMPROVIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR. QUESTÃO DE NATUREZA PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO.
1. Conforme disposto nos artigos 7º, inciso VI, e 34, inciso I, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, é cabível Agravo Regimental contra decisão de inadmissão de Pedido de Uniformização proferida pelo Presidente da TNU.
2. Se a Turma de origem baseou-se nas provas constantes dos autos (laudos técnicos, formulários DSS-8030 e SB-40, PPP, CTPS) para reconhecer o exercício de atividade especial nos períodos controvertidos, alteração deste entendimento implicaria reexame de prova por este Colegiado.
3. No desenho do sistema recursal dos Juizados Especiais Federais, inexiste espaço para incidente de uniformização que aporte discussão sobre matéria de natureza processual.
4. A divergência sobre o valor da condenação em honorários advocatícios é de natureza processual, extrapolando o âmbito de atuação das turmas de uniformização (Lei 10.259/2001, artigo 14).
5. Agravo Regimental do INSS improvido. Pedido de Uniformização da parte autora não conhecido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao Agravo Regimental do INSS e não conheceu do Pedido de Uniformização da parte autora, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 2 de agosto de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.63.02.013339-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
AGRAVANTE: ROMILDO PINHEIRO
PROC./ADV.: CLAITON LUIS BORK
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. SÚMULA/TFR 260. NÃO JUNTADA DE CÓPIA DAS DECISÕES DE TURMAS RECURSAIS SUSCITADAS COMO PARADIGMA, NEM INDICAÇÃO DO ENDEREÇO ELETRÔNICO DO QUAL AS RETIROU. NÃO PROVIMENTO.
1. Conforme disposto nos artigos 8º, inciso IX, e 34, inciso II, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, é cabível Agravo Regimental contra decisão de inadmissão de Pedido de Uniformização proferida pelo relator.
2. Para o conhecimento de Pedido de Uniformização é imprescindível a juntada de cópia das decisões de Turmas Recursais apontadas como paradigma ou a indicação do endereço eletrônico oficial do qual foram retiradas. Inteligência do artigo 8º da Resolução 390/2004 e do artigo 13 da Resolução 22/2008, ambas do Conselho da Justiça Federal.
3. Agravo Regimental conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 2 de agosto de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0510421-26.2006.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO(A): LAURA MEDEIROS VALE
PROC./ADV.: GONÇALO BRANDÃO DE SOUSA
PROC./ADV.: TARCÍSIO DE MIRANDA MONTE FILHO
PROC./ADV.: MARCELO HENRIQUE DE SOUSA TORRES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. IRPF. RESTITUIÇÃO. ALTERAÇÃO DA OPÇÃO FEITA NA DECLARAÇÃO APÓS O TÉRMINO DO PRAZO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. NÃO PROVIMENTO.
1. Conforme disposto nos artigos 8º, inciso IX, e 34, inciso II, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, é cabível Agravo Regimental contra decisão de inadmissão de Pedido de Uniformização proferida pelo relator.
2. Incabível o incidente de uniformização pois não demonstrado que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência dominante do STJ, haja vista que o único precedente suscitado como paradigma não explicita a existência de decisões reiteradas daquele Tribunal Superior no mesmo sentido, tampouco tal posicionamento é de conhecimento notório.
3. O parágrafo único do artigo 8º da Resolução 22/2008, do CJF, com a redação acrescida pela Resolução 62/2009, dispõe: "consideram-se jurisprudência dominante as decisões proferidas reiteradamente em casos idênticos" (grifos nossos).
4. Agravo Regimental conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 2 de agosto de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.51.52.006896-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO(A): RENATO SOARES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. REPERCUSSÃO GERAL NO STF. SOBRESTAMENTO.
1. Conforme disposto nos artigos 7º, inciso VI, e 34, inciso I, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, é cabível Agravo Regimental contra decisão de inadmissão de Pedido de Uniformização proferida pelo Presidente da TNU.
2. A Questão de Ordem nº 23 deste Colegiado dispõe que "estando a matéria sobrestada por decisão do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, bem como da própria Turma Nacional de Uniformização, novos pedidos de uniformização sobre a mesma matéria serão sobrestados, independentemente de prévio juízo de conhecimento do incidente, salvo quando disser respeito à sua tempestividade".
3. Embora o STF não tenha expressamente determinado o sobrestamento dos processos nos quais se discute a incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade, reconheceu a existência de repercussão geral da matéria nos autos do RE 593.068.
4. Processo sobrestado.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, determinou o sobrestamento do feito, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 2 de agosto de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.82.00.502133-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: RUI BARBOSA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DESAPOSENTAÇÃO. EFEITOS EX TUNC. NECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES JÁ RECEBIDOS. DECISÃO RECORRIDA ALINHADA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA TNU. IMPROVIMENTO.
1. Cabe Pedido de Uniformização quando demonstrado que o acórdão recorrido contraria jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
2. A Turma Nacional de Uniformização já firmou o entendimento de que é possível a renúncia à aposentadoria, bem como o cômputo do período laborado após a sua implementação para a concessão de novo benefício, desde que haja a devolução dos proventos já recebidos. Precedentes: PU 2007.83.00.50.5010-3, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 29.09.2009 e PU 2007.72.55.00.0054-0, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ 15.09.2009; TNU, PU 2006.72.55.006406-8, Rel. Juíza Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, j. 02.12.2010.
3. Pedido de Uniformização conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, conheceu do Pedido de Uniformização e negou-lhe provimento, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 2 de agosto de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.82.00.508138-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANTONIO INACIO PIMENTEL RODRIGUES LEMOS
PROC./ADV.: JOÃO VAZ DE AGUIAR NETO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. NÃO JUNTADA DE CÓPIA DA DECISÃO DE TURMA RECURSAL SUSCITADA COMO PARADIGMA, NEM INDICAÇÃO DO ENDEREÇO ELETRÔNICO DO QUAL FOI RETIRADA. NÃO CONHECIMENTO.
1. Para o conhecimento de Pedido de Uniformização é imprescindível a juntada de cópia da decisão de Turma Recursal apontada como paradigma, ou a indicação do endereço eletrônico do qual foi retirada. Inteligência do artigo 13 da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal.
2. Pedido de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, não conheceu do Pedido de Uniformização, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 2 de agosto de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.95.000091-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SIMONE VILA NOVA DE AMORIM E OUTROS
PROC./ADV.: ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR ORIGINAL (A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
RELATOR PARA ACÓRDÃO: JOSÉ ANTONIO SAVARIS

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO. SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. PROVA MATERIAL. RECONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. PARCIAL PROVIMENTO.
1. A Súmula 31 da TNU dispõe que "A anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários".
2. A sentença homologatória de acordo trabalhista constitui início de prova material do tempo de serviço, devendo a sua eficácia probante ser aferida em cada caso.
3. Pedido de Uniformização Regional conhecido e parcialmente provido, determinando-se o retorno dos autos à Turma de origem para adequação.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, conheceu do Pedido de Uniformização e, por maioria, deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto divergente.
Brasília, 2 de dezembro de 2010.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.85.00.503017-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
AGRAVANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: MÁRIO MÁRCIO DE SOUZA MAZZONI
AGRAVADO (A): LUAN ARAÚJO CARDOSO
PROC./ADV.: EWERTON OLIVEIRA MARTINS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DANO MORAL. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. IMPROVIMENTO.
1. Conforme disposto nos artigos 7º, inciso VI, e 34, inciso I, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, é cabível Agravo Regimental contra decisão de inadmissão de Pedido de Uniformização proferida pelo Presidente da TNU.
2. Se a Turma de origem concluiu configurado o dano moral, à luz das circunstâncias fáticas da espécie, a alteração deste entendimento implicaria reexame de prova, inviável em sede de uniformização.
3. Agravo Regimental conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 2 de agosto de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502065-95.2008.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): JOSÉ ELIEZER MENEZES
PROC./ADV.: JANILE LIMA VIANA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE RURAL. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. IMPROVIMENTO.
1. Conforme disposto nos artigos 7º, inciso VI, e 34, inciso I, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, é cabível Agravo Regimental contra decisão de inadmissão de Pedido de Uniformização proferida pelo Presidente da TNU.
2. Se a Turma de origem, partindo de premissa nos termos da orientação deste Colegiado, concluiu que a parte autora demonstrou a condição de segurado especial, alteração deste entendimento implicaria reexame de prova, inviável em sede de uniformização.
3. Agravo Regimental conhecido e improvido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 2 de agosto de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500998-03.2010.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VANDERLEY ALVES PEREIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO. SENTENÇA TRABALHISTA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PARCIAL PROVIMENTO.
1. Cabe Pedido de Uniformização quando demonstrado que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ou desta Turma Nacional de Uniformização.
2. Ao considerar a sentença trabalhista prova plena do tempo de serviço, a decisão impugnada contrariou a orientação do STJ e deste Colegiado, no sentido de que a sentença trabalhista é início de prova material, necessitando ser complementada por outros meios de prova.
3. Pedido de Uniformização Nacional conhecido e parcialmente provido, determinando-se o retorno dos autos ao juízo de origem para a reabertura da instrução probatória.

ACÓRDÃO

A Turma, por unanimidade, conheceu do Pedido de Uniformização e deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 2 de agosto de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2003.61.84.062706-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): CECÍLIA ROSA CRISPIN DE ALMEIDA
PROC./ADV.: CLÁUDIO RIBEIRO ALVES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ARESTO FUSTIGADO E OS PARADIGMAS JUNTADOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPROVIMENTO DO RECURSO.
I. Dedicando-se as razões do pedido de uniformização a analisar o atendimento dos requisitos necessários para a concessão de pensão por morte, resta configurada a necessidade de reexame fático-probatório, afigurando-se acertada a decisão agravada que o inadmitiu.
II. A pretensão de reexame de provas é inadmissível em sede de uniformização de jurisprudência, conforme se infere do art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001. Há de se aplicar, ainda, por analogia, o Enunciado nº 07 da súmula de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
III. Demonstrada a ausência de similitude fático-jurídica, bem como a pretensão de reexame de provas, o agravo regimental há de ser improvido, eis que a decisão monocrática que negou seguimento ao incidente se mostra correta.
IV. Agravo regimental conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, CONHECER, mas para NEGAR PROVIMENTO ao agravo regimental, nos termos do relatório, do voto e da ementa constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília/DF, Sessão da TNU, em 02 de agosto de 2011

RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.85.00.503611-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ARNALDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE INDENIZAÇÃO DE HORAS TRABALHADAS - IHT. POSSIBILIDADE. CARÁTER REMUNERATÓRIO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.
I. A jurisprudência emanada do STJ se firmou no sentido de que é os valores recebidos a título de verba indenizatória sobre horas extras trabalhadas - "Indenização por Horas Trabalhadas - IHT" - pagos a funcionário da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás possuem natureza remuneratória, devendo sofrer a incidência do imposto de renda;
II. Incidente conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, CONHECER e IMPROVER o presente pedido de uniformização, nos termos do relatório, do voto e da ementa constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília/DF, 02 e 03 de agosto de 2011

RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.82.00.501389-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ALICE GONÇALVES DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PARADIGMAS INVOCADOS. DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. REQUISITOS LEGAIS. CARÊNCIA. COMPROVAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
I. Restou devidamente demonstrada a divergência entre o que fora decidido na instância de origem e os acórdãos paradigmas transcritos no incidente interposto perante esta Turma Nacional, ou seja, qual a data a ser considerada para verificação do preenchimento das condições legais para concessão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição se deve ser o ano em que o segurado completa a idade ou a data do requerimento administrativo. Assim, demonstrada resta a similitude fática necessária ao conhecimento do incidente.
II. No caso, a parte recorrente (autora) filiou-se ao RGPS em data anterior a 24 de julho de 1991, sendo exigida a carência correspondente a 108 (cento e oito) contribuições mensais, tendo em vista que o implemento da idade mínima para a aposentadoria deu-se no ano de 1999, consoante regra de transição insculpida no art. 142 da Lei 8.213/91. Reafirmação da jurisprudência desta TNU, na matéria.
III. Recurso conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, CONHECER e PROVER o presente pedido de uniformização, nos termos do relatório, do voto e da ementa constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília/DF, Sessão da TNU, em 02 de agosto de 2011.

RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.82.01.503099-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: TERESA RAIMUNDO PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. AUSÊNCIA DE DISSONÂNCIA ENTRE O ARESTO FUSTIGADO E O ENTENDIMENTO DESTA CORTE UNIFORMIZADORA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.
I. Não sendo a tese jurídica manifestada no aresto recorrido debatida nos paradigmas invocados, os quais associam a razão de decidir à situação fático-jurídica diversa, não há similitude entre aresto e paradigmas.
II. O argumento da recorrente quanto ao fato de que o auferimento de pensão por morte urbana pela autora não descaracteriza o regime de economia familiar, demandaria reexame fático-probatório.
III. A pretensão de reexame de provas é inadmissível em sede de uniformização de jurisprudência, conforme se infere do art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001. Há de se aplicar, ainda, por analogia, o Enunciado nº 07 da súmula de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
IV. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, NÃO CONHECER do presente pedido de uniformização, nos termos do relatório, do voto e da ementa constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília/DF, Sessão da TNU, em 02 de agosto de 2011.

RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2006.83.00.518352-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALBERICO VITAL DA SILVA
PROC./ADV.: MARCO AURÉLIO BRAGA DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PARADIGMAS INVOCADOS. STJ. PRESCRIÇÃO. VANTAGEM NÃO PERCEBIDA. PARADIGMAS QUE DEMONSTRAM A DIVERGÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
I. Restou, devidamente, demonstrada a divergência entre o que fora decidido na instância de origem e os acórdãos paradigmas transcritos no incidente interposto perante esta Turma Nacional, qual seja, incidência da prescrição qüinqüenal quando o ato impugnado da Administração se refere a supressão de vantagem funcional de servidor público. Assim, demonstrada a similitude fática necessária ao conhecimento do incidente.
II. No caso, o ato impugnado de redução de nível funcional ocorreu em agosto de 2000, tendo o autor ajuizado a presente ação em outubro de 2006, haveria, assim, decurso do prazo prescricional de 05 (cinco) anos.
III. Recurso conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, CONHECER e PROVER o presente pedido de uniformização, EXTINGUINDO a presente ação sem resolução do mérito, nos termos do art. 269, IV do CPC, nos termos do relatório, do voto e da ementa constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília/DF, Sessão da TNU, em 02 de agosto de 2011.

RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.82.02.500913-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ANA LOPES NOGUEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. AUSÊNCIA DE DISSONÂNCIA ENTRE O ARESTO FUSTIGADO E O ENTENDIMENTO DESTA CORTE UNIFORMIZADORA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE.
I. Não sendo a tese jurídica manifestada no aresto recorrido debatida nos paradigmas invocados, os quais associam a razão de decidir à situação fático-jurídica diversa, não há similitude entre aresto e paradigmas.
II. O argumento da recorrente quanto ao fato de que a preexistência da doença não impede a concessão do benefício perseguido quando caracterizado o agravamento/progressão da patologia, demandaria reexame fático-probatório.
III. A pretensão de reexame de provas é inadmissível em sede de uniformização de jurisprudência, conforme se infere do art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001. Há de se aplicar, ainda, por analogia, o Enunciado nº 07 da súmula de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
IV. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, NÃO CONHECER do presente pedido de uniformização, nos termos do relatório, do voto e da ementa constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília/DF, Sessão da TNU, em 02 de agosto de 2011.

RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0501679-02.2007.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): RAIMUNDO ALVES FEITOSA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE DISSONÂNCIA ENTRE O ARESTO FUSTIGADO E O ENTENDIMENTO DESTA CORTE UNIFORMIZADORA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPROVIMENTO DO REGIMENTAL.
I. Dedicando-se as razões do pedido de uniformização a infirmar tese já sedimentada nesta TNUJEF´s através, inclusive, de entendimento sumulado no seu verbete de nº 41, afigura-se acertada a decisão agravada que o inadmitiu.
II. O argumento do INSS quanto ao fato da descaracterização da atividade rural da autora e do regime de economia familiar em função dos vínculos urbanos, demandaria reexame fático-probatório.
III. A pretensão de reexame de provas é inadmissível em sede de uniformização de jurisprudência, conforme se infere do art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001. Há de se aplicar, ainda, por analogia, o Enunciado nº 07 da súmula de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
IV. Agravo regimental conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, CONHECER, mas para NEGAR PROVIMENTO ao agravo regimental, nos termos do relatório, do voto e da ementa constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília/DF, Sessão da TNU, em 02/03 de agosto de 2011.

RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.51.54.000492-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO(A): JOSÉ CARLOS VIEIRA SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. TERÇO CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL. JULGAMENTO SOBRESTADO.
I. Os julgamentos que envolvem a discussão acerca da exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre adicionais e gratificações temporárias, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno', e 'adicional de insalubridade', se encontram sobrestados no âmbito desta TNU por força da repercussão geral reconhecida pelo STF.
II. Julgamento sobrestado deste pedido de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, SOBRESTAR o julgamento do presente pedido de uniformização, nos termos do relatório, do voto e da ementa constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília/DF, Sessão da TNU, em 02 de agosto de 2011.

RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.51.51.018965-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO (A): MARCELO DE OLIVEIRA INOCENCIO
PROC./ADV.: JOSÉ ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. FUSEX/FUSMA/FUNSA. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. NOVO ENTENDIMENTO DO STJ. SUJEIÇÃO AO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. OCORRÊNCIA. INCIDENTE PROVIDO.
I. O STJ sufragou recentemente a tese segundo a qual os lançamentos dos tributos a cujas classes pertencem os fundos FUSEX/FUSMA/FUNSA se dão de ofício, e não por homologação, o que os faz se sujeitar à prescrição quinquenal.
II. No caso dos autos, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos supostamente indevidos efetuados no período entre abril/1999 a março/2001, tendo sido a ação ajuizada em 22/04/2009, restando, portanto, configurada a prescrição quinquenal.
II. Incidente conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao agravo regimental, para o fim de CONHECER e PROVER o incidente, nos termos do relatório, do voto e da ementa constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília/DF, Sessão da TNU, em 02/03 de agosto de 2011.

RONIVON DE ARAGÃO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2003.61.84.005538-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS FÉLIX
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. TEMPO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. AMPLIAÇÃO DA SUA EFICÁCIA TEMPORAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 14/TNU. PROVA TESTEMUNHAL NÃO COLHIDA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20/TNU. INCIDENTE PROVIDO EM PARTE.
1. Não se conhece de parte de pedido de uniformização, em relação a tema cuja divergência jurisprudencial não restou demonstrada.
2. "Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material, corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício" (Súmula nº 14/TNU). A dilação temporal da eficácia probatória da prova documental fica ressalvada para a prova testemunhal, que pode ampliá-la para além ou para aquém do marco temporal contido no documento.
3. Não tendo havido a colheita de prova testemunhal, impõe-se a devolução dos autos para prosseguimento da instrução do feito e prolação de nova decisão, com adequação às premissas ora assentadas.
4. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido em parte e provido em parte, para anulação do julgado e retorno dos autos para produção de prova testemunhal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, conhecer em parte do Pedido de Uniformização e dar-lhe parcial provimento, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 14-15 de junho de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2003.61.84.069912-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JESU ESTEVÃO GOMES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC). 2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU.
3. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2003.61.84.085583-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
AGRAVANTE: MARIA DE LOURDES DA COSTA DUARTE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
1. Merece confirmação decisão monocrática que nega seguimento a Pedido de Uniformização de Jurisprudência manejado com a indicação de acórdãos paradigmas cujo substrato fático não apresenta similitude com o relativo ao acórdão recorrido.
2. Agravo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto da Relatora.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2003.61.86.005552-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CAETANO BAFILLI
PROC./ADV.: EUGENIA MARIA RIZZO SAMPAIO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VALORES PAGOS A MAIOR. IRREPETIBILIDADE. NATUREZA ALIMENTAR. PROTEÇÃO DA BOA-FÉ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC). 2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU.
3. Nos termos da jurisprudência consolidada no e. Supremo Tribunal Federal, no eg. Superior Tribunal de Justiça e nesta Turma Nacional de Uniformização, os valores indevidamente pagos a maior a beneficiário da Previdência Social não são passíveis de devolução, dada a sua natureza alimentar, desde que recebidos de boa-fé. Questão de Ordem nº 13/TNU.
4. Pedido de Uniformização não conhecido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 02/03 agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2004.61.84.032537-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VICTORINA ROMERO TEIXEIRA
PROC./ADV.: NEWTON MONTAGNINI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO INDEPENDENTE, NÃO ATACADO PELO RECORRENTE, APTO, POR SI SÓ, A ASSEGURAR A INTEGRIDADE DO JULGADO. QUESTÃO DE ORDEM N.º 18 DA TNU.
1. Contando o acórdão recorrido com mais de um fundamento, a circunstância de a parte recorrente impugnar apenas um deles impede o conhecimento do incidente quando o outro, independente, seja suficiente, por si só, a manter a integridade da decisão. Aplicação, na espécie, da Questão de Ordem n. 18 desta TNU.
2. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer do Pedido de Uniformização, nos termos do voto da Relatora.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2004.61.84.586913-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADAIL FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PROVA DA SITUAÇÃO DE DESEMPREGO. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. IMPRESTABILIDADE DA PROVA NEGATIVA, RELATIVA À AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO EM CTPS E DE REGISTRO DE VÍNCULO NA CNIS PARA ESSA FINALIDADE. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PROVIDO EM PARTE.
1. Nos termos de posição pacificada pelo eg. Superior Tribunal de Justiça após o julgamento do incidente de uniformização inaugurado pela Pet. 7.115, a comprovação da situação de desemprego que autoriza a extensão do período de graça não necessita ser demonstrada através de registro junto ao Ministério do Trabalho. Necessário, para tanto, a produção de qualquer tipo de prova em direito admitida, à exceção da negativa consubstanciada na ausência de anotações em CTPS ou de registro de vínculos em CNIS.
2. Não tendo sido exaurida a instrução processual com relação à situação de desemprego, impõe-se a anulação do julgado e o retorno dos autos ao Juízo de origem, para que seja oportunizada à parte autora a comprovação do referido fato, por outros meios de prova admitidos em Direito.
3. Incidente de uniformização provido em parte, para anulação da sentença e do acórdão recorridos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2005.51.67.005766-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO(A): VANDERLÚCIO JOSÉ DOS SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FUNDO DE SAÚDE DA MARINHA - FUSMA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL ACOLHIDA. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. AGRAVO IMPROVIDO.
1. Merece confirmação decisão monocrática que nega seguimento a recurso por falta de interesse recursal, em feito no qual o acórdão recorrido veicula entendimento coincidente com o da impugnação deduzida.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto da Relatora.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2005.63.01.011993-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: SEBASTIÃO CUSTÓDIO DE MELO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR (A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. MERA TRANSCRIÇÃO DOS ACÓRDÃOS, SEM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC). 2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU.
3. Agravo Regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, negar provimento a este Agravo Regimental, nos termos do voto da Relatora.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2005.63.02.010393-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSÉ ELIAS DOS SANTOS
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS. CONSEQUENTE AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA QUE EXIJA UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Não se conhece de incidente de uniformização em que os acórdãos em cotejo não guardam similitude fático-jurídica entre si.
2. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2005.63.02.014764-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DORVALINA SILVA SORANZO
PROC./ADV.: CLAITON LUIS BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Para caracterização da divergência necessária ao manejo do incidente de uniformização, deve o recorrente se desincumbir do ônus de indicar os julgados conflitantes e mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Requisito não cumprido na espécie, por ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas.
2. A divergência, além de indicada e esclarecida, necessita, também, ser comprovada pelo recorrente, quando caracterizada pelo confronto de decisões de Turmas Recursais de Regiões diversas. Nessa hipótese, possui o recorrente o ônus de juntar aos autos certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao inteiro teor do acórdão indicado.
3. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido, ex vi do art. 541, parágrafo único, do CPC c/c art. 13 do Regimento Interno da TNU. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Questão de Ordem n. 3 desta TNU.
4. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de comprovar a divergência entre Turmas de Regiões diferentes, nem demonstrou a existência de efetiva divergência entre os acórdãos contrapostos.
5. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do relatório, voto da Relatora.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2006.63.01.071153-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ALCENI JOSÉ DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLÁUDIO PEREIRA DE MORAIS POUTILHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORI GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE. PORTADOR DE HIV ASSINTOMÁTICO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A ausência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos em cotejo impede o conhecimento de Pedido de Uniformização de Jurisprudência.
2. Enquanto o acórdão paradigma versa sobre situação de doente sintomático de HIV, cujos sinais exteriores da doença, potencialmente, constituem causa de preconceito social, o acórdão recorrido trata da hipótese de doente assintomático, cuja incapacidade poderia apenas ser presumida.
3. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do voto da Relatora.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2006.82.01.503517-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ ILSON FREIRES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Além da demonstração analítica da divergência entre os acórdãos em cotejo, exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC). 2. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n. 3 desta TNU.
3. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer do Incidente de Uniformização, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2006.84.00.502654-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: MARTA VELOSO DE MENEZES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. TEMPO ESPECIAL. FATOR DE CONVERSÃO PARA TEMPO COMUM: 1,4. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. RESP Nº 1151363. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. No julgamento do Recurso Especial repetitivo nº 1151363, o eg. STJ firmou o entendimento de que o fator de conversão aplicável na transformação do tempo de serviço especial em comum deve corresponder ao quociente de proporcionalidade entre o tempo de serviço especial exigido para aposentadoria e aquele referente à aposentadoria comum integral, a ser observado na época da concessão do benefício.
2. Não merece conhecimento incidente interposto em face de acórdão que se encontra no mesmo sentido de orientação externada pelo eg. Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo representativo de controvérsia. Aplicação da questão de ordem n.º 24 deste Colegiado.
3. Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer do Incidente de Uniformização, nos termos do voto da Relatora.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0505422-30.2006.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SÉRGIO DANTAS CHAGAS
PROC./ADV.: ÚRSULA BEZERRA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. NÃO CABIMENTO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Não cabe incidente de uniformização de jurisprudência cujo dissídio envolve decisão interlocutória. Apenas julgado que resolve com definitividade o caso possui aptidão para inaugurar pedido de uniformização, que não se coaduna com a efemeridade das decisões interlocutórias.
2. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do voto da Relatora.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.81.00.512283-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GILSON DAS CHAGAS PEREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. PORTADOR DE HIV ASSINTOMÁTICO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Para caracterização da divergência necessária ao manejo do incidente de uniformização, deve o recorrente se desincumbir do ônus de indicar os julgados conflitantes e mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Requisito não cumprido na espécie, por ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas. 2. A divergência, além de indicada e esclarecida, necessita, também, ser comprovada pelo recorrente, quando caracterizada pelo confronto de decisões de Turmas Recursais de Regiões diversas. Nessa hipótese, possui o recorrente o ônus de juntar aos autos certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao inteiro teor do acórdão indicado.
3. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido, ex vi do art. 541, parágrafo único, do CPC c/c art. 13 do Regimento Interno da TNU. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Questão de Ordem n. 3 desta TNU.
4. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de comprovar a divergência entre Turmas de Regiões diferentes e não demonstrou a existência de efetiva divergência entre o acórdão recorrido e os paradigmas oriundos do eg. Superior Tribunal de Justiça e desta Turma Nacional.
5. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.81.01.500427-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA NILZETE NASCIMENTO DE SOUSA
PROC./ADV.: PATRÍCIO DE SOUSA ALMEIDA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. 1. Para caracterização da divergência necessária ao manejo do incidente de uniformização, deve o recorrente se desincumbir do ônus de indicar os julgados conflitantes e mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Requisito não cumprido na espécie, por ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas.
2. A divergência, além de indicada e esclarecida, necessita, também, ser comprovada pelo recorrente, quando caracterizada pelo confronto de decisões de Turmas Recursais de Regiões diversas. Nessa hipótese, possui o recorrente o ônus de juntar aos autos certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao inteiro teor do acórdão indicado.
3. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido, ex vi do art. 541, parágrafo único, do CPC c/c art. 13 do Regimento Interno da TNU. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Questão de Ordem n. 3 desta TNU.
4. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de comprovar a divergência entre Turmas de Regiões diferentes, nem demonstrou a existência de efetiva divergência entre o acórdão recorrido e o paradigma oriundo desta Turma Nacional.
5. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.81.02.503697-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO FRANCELINO SOARES
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LAUDO SÓCIO-ECONÔMICO. EXIGIBILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Não se conhece de incidente de uniformização que não preenche o requisito do prequestionamento.
2. A argüição, somente nesta via, da tese da exigibilidade de laudo sócio-econômico firmado por assistente social para fins de concessão de benefício assistencial e, por conseguinte, da imprestabilidade de declaração unilateral firmada pelo próprio autor, constitui inovação recursal, que não atende ao requisito do prequestionamento.
3. Pedido de Uniformização de que não se conhece.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2007.82.02.500145-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A ausência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos contrapostos impede o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência.
2. Enquanto o acórdão recorrido decidiu que a autora não fazia jus a benefício por incapacidade por ser portadora de doença preexistente à sua filiação ao sistema previdenciário e não agravada, os acórdãos paradigmas tratam da hipótese da possibilidade de o juiz aferir a incapacidade laboral do segurado levando em conta também as suas condições pessoais e socioeconômicas.
3. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer do Pedido de Uniformização de Jurisprudência, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 14-15 de junho de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0504213-89.2007.4.05.8303
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ANTÔNIO ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Para caracterização da divergência necessária ao manejo do incidente de uniformização, deve o recorrente se desincumbir do ônus de indicar os julgados conflitantes e mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Requisito não cumprido na espécie, por ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas.
2. A divergência, além de indicada e esclarecida, necessita, também, ser comprovada pelo recorrente, quando caracterizada pelo confronto de decisões de Turmas Recursais de Regiões diversas. Nessa hipótese, possui o recorrente o ônus de juntar aos autos certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao inteiro teor do acórdão indicado.
3. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido, ex vi do art. 541, parágrafo único, do CPC c/c art. 13 do Regimento Interno da TNU. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Questão de Ordem n. 3 desta TNU.
4. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de comprovar a divergência entre Turmas de Regiões diferentes, nem demonstrou a existência de efetiva divergência entre os acórdãos em confronto.
5. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do relatório, voto da Relatora.
Brasília, 02/ 03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500325-09.2007.4.05.8402
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CARLOS GREGÓRIO BATISTA
PROC./ADV.: MARIA DA PENHA BATISTA DE ARAÚJO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. MILITAR LICENCIADO. AUSÊNCIA DE FILIAÇÃO AO REGIME GERAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS ACÓRDÃOS PARADIGMAS E O RECORRIDO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A ausência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos em cotejo impede o conhecimento de Pedido de Uniformização de Jurisprudência. A veiculação de tese jurídica inovadora provoca a mesma consequência.
2. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do voto da Relatora.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0501723-17.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLARICE MELQUIADES OLIVEIRA
PROC./ADV.: EDES SOARES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MICHELLE SIMONE BOMFIM COSTA
PROC./ADV.: MONIKI BOMFIM COSTA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
#ATO EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL POR DEFICIÊNCIA. TERMO INICIAL. AFERIÇÃO DO INÍCIO DA INCAPACIDADE. OMISSÃO DO LAUDO PERICIAL. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.
1. A inexistência de prévio reconhecimento administrativo e a falta de fixação da data do início da incapacidade pelo perito judicial não constituem motivo suficiente, por si só, a impor o reconhecimento do início da incapacidade na data do laudo pericial, se há nos autos outros elementos de prova que permitam ao julgador aferir de modo diverso o início da incapacidade. Precedentes desta TNU (Pedilef 200763060076010 e Pedilef 200533007688525).
2. A contrario sensu, inexistindo nos autos elementos probatórios que permitam a fixação da data de início da incapacidade em momento anterior à confecção do laudo, impõe-se a fixação da DIB do benefício por incapacidade na data de elaboração desse trabalho técnico.
3. Devolução incompleta da prestação jurisdicional, na espécie, eis que fixada a DIB na data do requerimento administrativo, sem indicação dos elementos de convencimento considerados pela Turma julgadora.
4. Pedido de Uniformização de Jurisprudência parcialmente provido, com anulação do acórdão prolatado e determinação de sua substituição por outro que veicule os motivos de fixação da DIB nesta ou naquela data.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, dar parcial provimento ao Pedido de Uniformização, anulando o acórdão, nos termos do voto da Relatora.
Brasília, 02-03 de agosto de 2011

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0507762-10.2007.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ ADELMO FAUSTINO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE DECISÕES DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. DEMONSTRAÇÃO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS, COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 3/TNU. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Para caracterização da divergência necessária ao manejo do incidente de uniformização, deve o recorrente se desincumbir do ônus de indicar os julgados conflitantes e mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Requisito não cumprido na espécie, por ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas.
2. A divergência, além de indicada e esclarecida, necessita, também, ser comprovada pelo recorrente, quando caracterizada pelo confronto de decisões de Turmas Recursais de Regiões diversas. Nessa hipótese, possui o recorrente o ônus de juntar aos autos certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao inteiro teor do acórdão indicado.
3. Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido, ex vi do art. 541, parágrafo único, do CPC c/c art. 13 do Regimento Interno da TNU. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Questão de Ordem n. 3 desta TNU.
4. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de comprovar a divergência entre Turmas de Regiões diferentes, nem demonstrou a existência de efetiva divergência entre os acórdãos contrapostos.
5. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do voto da Relatora.
Brasília, 02/03 agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2008.51.51.017775-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MANOEL ANTÔNIO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA COM DECISÃO DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA ORIUNDO DO EG. STJ. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Em sede de incidente de uniformização nacional de jurisprudência, é imprestável à função de paradigma, necessário à caracterização de divergência, acórdão prolatado por Tribunal Regional Federal, já que adstrito o recurso a dissídio entre decisões de Turmas dos Juizados Especiais Federais de diferentes Regiões.
2. Relativamente ao paradigma oriundo do eg. Superior Tribunal de Justiça, verifico faltar-lhe aptidão para inaugurar a etapa do conhecimento deste incidente, uma vez que trata de substrato fático diverso do julgado neste processo.
3. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do voto da Relatora.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2008.81.02.500290-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADOA): SEBASTIÃO GALDINO DA SILVA
PROC./ADV.: DJACI DO NASCIMENTO SILVA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL A IDOSO. LAUDO SÓCIO-ECONÔMICO. EXIGIBILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO IMPROVIDO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Não se conhece de incidente de uniformização que não preenche o requisito do prequestionamento.
2. A argüição, somente nesta via, da tese da exigibilidade de laudo sócio-econômico firmado por assistente social para fins de concessão de benefício assistencial e, por conseguinte, da imprestabilidade de declaração unilateral prestada pelo próprio autor, constitui inovação recursal, que não atende ao requisito do prequestionamento.
3. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto da Relatora.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2008.85.00.503284-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: AIRTON RIBEIRO SANTOS
PROC./ADV.: FERNANDA SILVA SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RMI. ATUALIZAÇÃO DE SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994. 39,67%. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS FEVEREIRO DE 1994, COM UTILIZAÇÃO DE SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO ANTERIORES A FEVEREIRO DAQUELE ANO. AUSÊNCIA DE SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO RELATIVO AO MÊS DE FEVEREIRO. IRRELEVÂNCIA. INCIDENTE PROVIDO.
1. Trata-se de entendimento consolidado no eg. STJ e também nesta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência que "para o cálculo da renda mensal inicial do benefício previdenciário, deve ser considerada, na atualização dos salários de contribuição anteriores a março de 1994, a variação integral do IRSM de fevereiro de 1994, na ordem de 39,67% (art. 21, § 1º, da Lei nº 8.880/94)" (Súmula nº 19 deste Colegiado).
2. Revela-se irrelevante para a aplicação do IRSM de fevereiro de 1994 se do período básico de cálculo da RMI consta ou não salário-de-contribuição relativo ao mesmo mês de fevereiro/94, uma vez que a norma de regência da matéria determina a atualização, mês a mês, de todos os salários-de-contribuição considerados. Exige-se apenas, para o acolhimento da pretensão de utilização do indexador, que a concessão do benefício seja posterior a fevereiro de 1994 e que existam no período básico de cálculo salários-de-contribuição anteriores a março daquele ano, hipótese presente nestes autos.
3. Pedido de Uniformização de Jurisprudência provido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, dar provimento ao Pedido de Uniformização, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 02/03 de dezembro de 2010.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0518953-45.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DIEGO CARVALHO PINHEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A ausência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos em cotejo impede o conhecimento de Pedido de Uniformização de Jurisprudência.
2. Enquanto o acórdão recorrido considerou que as Leis nº 10.475 e 10.476/2002, que trataram da reestruturação das carreiras dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, incorporaram aos vencimentos dos servidores a diferença de 11,98%, decorrente da conversão em URV em abril/94, os acórdãos paradigmas versam sobre a impossibilidade de compensação do mencionado resíduo com reajustes posteriores, ou sobre a sua eventual incorporação pela Lei nº 9.421/96.
3. Pedido de Uniformização de que não se conhece.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.85.02.500236-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ANTONIO AVELINO DOS ANJOS
PROC./ADV.: FÁBIO CORRÊA RIBEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ATIVIDADE ESPECIAL. RUÍDO. LAUDO TÉCNICO. NECESSIDADE. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA A POSIÇÃO CONSOLIDADA NESTA TURMA NACIONAL E NO EG. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A pacificação, por este Colegiado Nacional, de entendimento coincidente com o externado pelo acórdão recorrido impõe o não conhecimento de incidente manejado com intuito de reforma dessa decisão. Aplicação à espécie da questão de ordem n.º 13.
2. Para o reconhecimento de atividade especial sujeita a ruído sempre foi exigido laudo técnico, como forma de aferição do nível de exposição e enquadramento nos limites legais.
3. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, não conhecer deste Pedido de Uniformização, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.
Brasília, 02/03 de agosto de 2011.

SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2004.61.84.224202-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BENEDITO CONSTANTE FILHO
PROC./ADV.: ARLETE APARECIDA ZANELLATTO DOS SANTOS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. ESPECIAL. VIGILANTE. EQUIPARAÇÃO COM A ATIVIDADE DE GUARDA. NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SENTIDO OPOSTO. CONHECIMENTO DO INCIDENTE QUE TRATA DE TEMA JÁ JULGADO NA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM N. 20. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS À TURMA DE ORIGEM, PARA READEQUAÇÃO DO JULGADO. PARCIAL PROVIMENTO DO INCIDENTE.
1.Pedido de uniformização interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
2.Autos concernentes ao pedido de concessão de aposentadoria reconhecimento de tempo especial, em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, em ação processada sob o rito do Juizado Especial Federal.
3.Acórdão lavrado pela 2ª Turma Recursal de São Paulo cujo resultado foi desprover o recurso de sentença ofertado pela autarquia.
4.Pedido tempestivamente apresentado.
5.Existência, na Turma Nacional de Uniformização, de posição majoritária e consolidada a respeito da essencialidade do porte de arma de fogo para configurar a periculosidade da atividade de vigia.
6.Necessidade de uniformização da posição jurisprudencial como forma de concretização do princípio da igualdade.
7.Conhecimento e parcial provimento do pedido de uniformização interposto pela autarquia previdenciária.
8.Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal de origem, para readequação do julgado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVER EM PARTE O INCIDENTE, na forma do voto proferido pelo juiz relator e da ementa que integram este julgado.
Brasília, 05 de maio de 2011.

VANESSA VIEIRO DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0534355-85.2007.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSEFA MARIA DA SILVA MOREIRA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DE PENSÃO POR MORTE. MANUTENÇÃO DO JULGADO PELA TURMA RECURSAL DE PERNAMBUCO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. CITAÇÃO DE PRECEDENTE DO STJ. SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.Incidente de uniformização, ofertado pela parte autora, em ação processada sob o rito dos Juizados Especiais Federais.
2.Pedido de concessão de benefício de pensão por morte.
3.Sentença de improcedência do pedido.
4.Recurso de sentença, interposto pela parte autora, desprovido, à unanimidade.
5.Questionamento, no incidente, pertinente à possibilidade de a viúva que contraiu novas núpcias continuar a perceber pensão por morte.
6.Especificação de precedente do STJ, pela parte autora.
7.Menção ao verbete nº 170 do antigo Tribunal Federal de Recursos.
8.Possibilidade de restabelecimento do benefício decorrente do fato de não haver prova da melhoria financeira da parte autora.
9.Determinação de restabelecimento da pensão por morte à viúva que convolou novas núpcias.
10 Incidente de uniformização conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, CONHECER E PROVER do incidente de uniformização, nos termos do relatório, do voto e da ementa constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília, 02 e 03 de agosto de 2.011.

VANESSA VIEIRO DE MELLO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2008.51.51.037022-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: ROGÉRIO ALMEIDA ALVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADOA): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. INADMISSÃO DE PROCESSAMENTO PELA PRESIDÊNCIA DA TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. QUESTÃO DE ORDEM Nº. 22 DESTA TNU. IMPROVIMENTO.
1 - Os acórdãos invocados como paradigma - PEDILEF nº. 2005.83.00.50.6090-2 e 200783.00.50.5258-6 - fixaram a tese de que: "a incapacidade para o trabalho não pode ser avaliada tão-somente do ponto de vista médico. Os aspectos sociais devem ser analisados também. Há que se perquirir sobre a real possibilidade de reinserção do trabalhador no mercado de trabalho. Para tanto, deve ser considerado o mercado de trabalho efetivamente disponível para o autor, levando-se em conta, além dos fatores idade e grau de instrução, também a época e local em que vive". A partir dessa premissa, concluíram que a situação concreta revelava impossibilidade de reinserção do segurado no mercado de trabalho.
2 - A decisão recorrida, com base no laudo pericial, concluiu que a incapacidade laborativa do requerente seria temporária, o que não enseja a conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.
3 - Inexistência de similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma Aplicação da Questão de Ordem nº. 22 desta TNU, mutatis mutandis.
4 - Agravo Regimental improvido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, conhecer do Agravo Regimental e negar-lhe provimento nos termos do voto do relator.
Brasília, 2 e 3 de agosto de 2011.

ALCIDES SALDANHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508151-58.2008.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DA SILVA CLEMENTE
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA ENTRE TURMAS RECURSAIS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA DECISÃO APONTADA COMO PARADIGMA. QUESTÃO DE ORDEM Nº. 3 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO
1 - Em se tratando de dissídio jurisprudencial entre Turmas Recursais ou Regionais de diferentes regiões, a admissibilidade do pedido de uniformização pressupõe a apresentação de cópia da decisão apontada como paradigma, não suprindo esta exigência sua mera transcrição na peça recursal. Inteligência do art. 13 do Regimento Interno deste Colegiado.
2 - Aplicação da Questão de Ordem nº. 3 desta TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões".
3 - Mera pretensão de reexame de prova é incabível nesta instância judicial conforme aplicação analógica da Súmula 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial").
4 - Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por unanimidade, não conhecer do incidente de uniformização nos termos do voto do relator.
Brasília, 2 e 3 de agosto de 2011.

ALCIDES SALDANHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2005.71.52.002880-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CARLOS ALBERTO BASSO
PROC./ADV.: ARNO WINTER
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEVIDA AO FUNDO DE SAÚDE DOS MILITARES. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.
1.É assente o entendimento quanto à natureza tributária da contribuição ao FUSEX.
2.Tributo sujeito a lançamento de ofício e, portanto, aplica-se o prazo prescricional de cinco anos.
3.Precedentes desta TNU e do STJ.
4.Incidente conhecido e provido

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o pedido constante destes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, CONHECER do Pedido de Uniformização e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do relatório, do voto e da ementa nele constantes, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília/DF, 02 e 03 de agosto de 2011

PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.82.00.500890-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: IVANEI COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. FIXAÇÃO DA DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA
1. Acórdão manteve a sentença de primeiro grau, que fixou o termo inicial do benefício assistencial na data da audiência, ante os esclarecimentos prestados neste ato processual, no sentido de que, embora houvesse vínculo empregatício sem baixa na CTPS da autora, esta não estava mais exercendo atividade laborativa.
2. Inexiste divergência entre o acórdão recorrido e os arestos paradigmas, vez que nestes autos o julgador partiu de uma análise fático-probatória específica, mediante prova produzida em audiência, o que o diferencia dos demais.
3. Impossibilidade de reexame de prova nesta TNU. Aplicação por analogia da Súmula 07 do STJ.
5. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados, a Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, NÃO CONHECEU do pedido de uniformização, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 02 e 03 de agosto de 2011.

PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.81.02.501956-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): ROBERTA GRANGEIRO SAMPAIO
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO DE AMPARO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE DEMONSTRADA APENAS EM JUÍZO, POR LAUDO MÉDICO PERICIAL. NÃO HÁ ESPECIFICAÇÃO DA DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE (DII). AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO (DIB) FIXADA NA DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRECEDENTES RECENTES DESTA TNU DE SE PRESTIGIAR O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. A DATA DA ENTREGA DO LAUDO PERICIAL É APENAS UMA REFERÊNCIA. MAGISTRADO PODE FIXAR EM OUTRA DATA COM BASE NA ANÁLISE DE TODO O CONTEXTO PROBATÓRIO. PEDIDO CONHECIDO E IMPROVIDO.
1. Acórdão mantém sentença que concedeu o Benefício de Amparo Assistencial (LOAS) a partir da data do ajuizamento da ação, tendo em vista a falta de indicação do Laudo Médico Pericial da data de início da incapacidade (DII) da parte autora, ora recorrida (Epilepsia + Deficiência Mental) e, bem como, a ausência de prévio requerimento administrativo.
2. Este Colegiado tem se posicionado no sentido de prestigiar o Princípio do Livre Convencimento do Magistrado (arts. 436 a 439, CPC, de aplicação subsidiária à Lei 10.259/01) quando da fixação da data de início do benefício (DIB), notadamente se o Laudo Médico Pericial é inconclusivo quanto à data de início da incapacidade (DII), ausente o requerimento administrativo.
3. A fixação da data do início do benefício na data da entrega do Laudo Médico Pericial é apenas um entre outros parâmetros que o Julgador poderá adotar em cada caso.
4. Nada obsta, assim, com base no referido princípio, que o Julgador fixe a data de início do benefício em questão em data diversa da entrega do Laudo, em face do contexto probatório que se apresentou e da convicção que se formou e se construiu no seu âmago a partir daí.
5. Precedentes desta Turma Nacional (PEDILEF's nºs. 200936007023962, 200740007028548, 200533007688525 e 200763060076010)
6. Pedido de Uniformização conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, CONHECER e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, ao presente Pedido de Uniformização, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 02 de agosto de 2011.

PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.51.51.018961-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): AILTON REIS COUTO
PROC./ADV.: JOSÉ ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEVIDA AO FUNDO DE SAÚDE DOS MILITARES. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.
1.É assente o entendimento quanto à natureza tributária da contribuição ao FUSEX.
2.Tributo sujeito a lançamento de ofício e, portanto, aplica-se o prazo prescricional de cinco anos.
3.Precedentes desta TNU e do STJ.
4.Incidente conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o pedido constante destes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, CONHECER do Pedido de Uniformização e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do relatório, do voto e da ementa nele constantes, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Brasília/DF, 02 e 03 de agosto de 2011

PAULO ARENA
Juiz Federal Relator

DESPACHOS JUÍZES RELATORES

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2008.70.95.000091-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SIMONE VILA NOVA DE AMORIM E OUTROS
PROC./ADV.: ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR ORIGINAL(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
RELATOR PARA ACÓRDÃO: JOSÉ ANTONIO SAVARIS

DESPACHO

Entendo que não cabe a esta TNU analisar o requerimento de reserva de honorários apresentado pela advogada que renunciou ao mandato no curso do processo.
Sendo assim, determino o prosseguimento do feito. Em caso de condenação, o juízo de origem analisará o pedido.
De Curitiba para Brasília, 4 de agosto de 2011.

JOSÉ ANTONIO SAVARIS
Juiz Federal Relator

ATOS ORDINATÓRIOS

AUTOS FÍSICOS

O processo abaixo relacionado encontra-se com vistas ao suscitado para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça
PROCESSO: 2009.32.00.703442-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
SUSCITANTE MARIA DOLORES DE MENEZES DIAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

RETIFICAÇÃO

Na edição de 22 de setembro de 2011, do Diário Oficial da União, Seção 1, nas páginas 768 e 769, onde se lê "AUTOS VIRTUAIS", leia-se "AUTOS FÍSICOS".

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

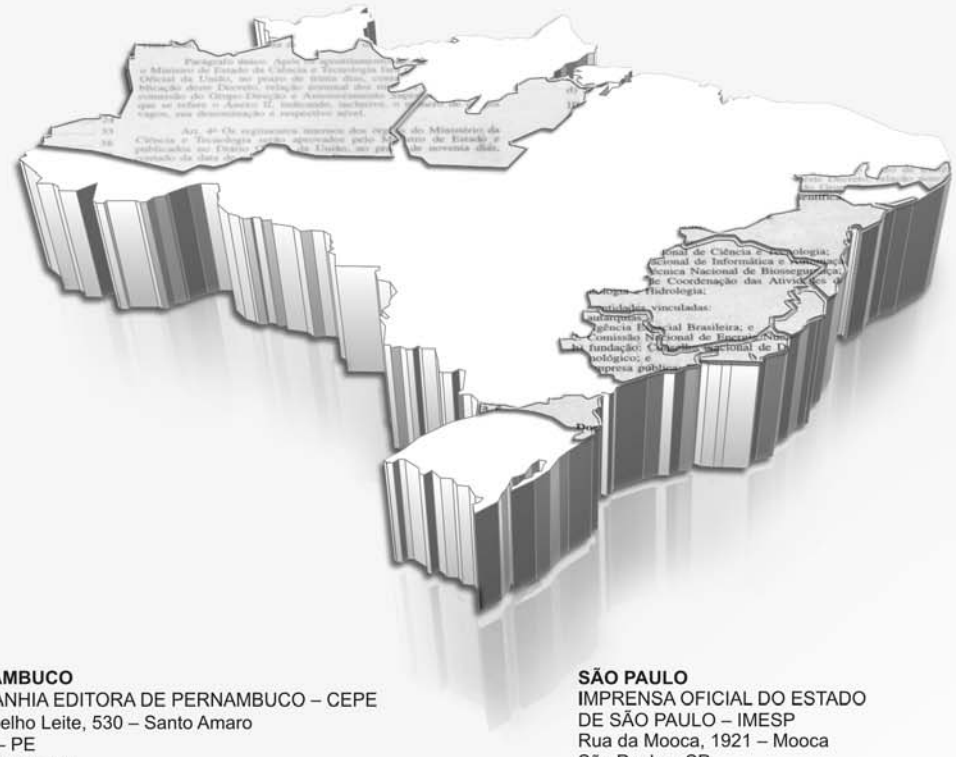
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CFMV nº 985, publicada em 01/09/11 no DOU nº 169, Seção 1, p.210, onde se lê "Art. 1º ...VI - CRMV-MG,...", leia-se "Art. 1º...XIV - CRMV-MG,...".

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
CONTRIBUIÇÃO PROIBIDA P

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES
LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572 / 3257-3500 / 3257-3200
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011092300204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.